

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – FGV CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA,
POLÍTICA E BENS CULTURAIS
DOUTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

**NAS TRAMAS DOS LIVROS DE OCORRÊNCIA:
os castigos aos discentes no Imperial Colégio de Pedro II/
Ginásio Nacional (1858-1898)**

TATYANA MARQUES DE MACÊDO CARDOSO

Rio de Janeiro
Março - 2023

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – FGV CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA,
POLÍTICA E BENS CULTURAIS
DOUTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

**NAS TRAMAS DOS LIVROS DE OCORRÊNCIA:
os castigos aos discentes no Imperial Colégio de Pedro II/
Ginásio Nacional (1858-1898)**

TATYANA MARQUES DE MACÊDO CARDOSO

Tese de Doutorado apresentada à Escola de Ciências Sociais FGV CPDOC como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História, Política e Bens Culturais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Martina Spohr.

Rio de Janeiro
Março - 2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas/FGV

Cardoso, Tatyana Marques de Macêdo

Nas tramas dos livros de ocorrência: os castigos aos discentes no Imperial Colégio de Pedro II/Ginásio Nacional (1858-1898) / Tatyana Marques de Macêdo Cardoso. - 2023.

485 p.

Tese (doutorado) - Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

Orientadora: Martina Spohr Gonçalves.

Inclui bibliografia.

1. Poder disciplinar. 2. Disciplina escolar. 3. Punições. 4. Castigos corporais. 5. Ensino secundário. I. Gonçalves, Martina Spohr. II. Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. III. Título.

CDD – 373

Elaborada por Marcelle Costal de Castro dos Santos– CRB-7/016/20

Folha de Aprovação



FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DOUTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL

TATYANA MARQUES DE MACEDO CARDOSO

“NAS TRAMAS DOS LIVROS DE OCORRÊNCIA: OS CASTIGOS AOS DISCENTES NO IMPERIAL COLÉGIO DE PEDRO II/GINÁSIO NACIONAL (1858-1898)”.

TESE APRESENTADO(A) AO CURSO DE DOUTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR(A) EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS.

DATA DA DEFESA: 17/04/23

ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

PRESIDENTE DA COMISSÃO EXAMINADORA: PROF^ª/A MARTINA SPOHR GONÇALVES

PROF^ª/A MARTINA SPOHR GONÇALVES
ORIENTADOR(A)

PROF^ª/A JOÃO MARCELO EHLERT MAIA
MEMBRO INTERNO

PROF^ª/A AMÉRICO OSCAR GUICHARD FREIRE
MEMBRO INTERNO

PROF^ª/A DANIEL CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE LEMOS
MEMBRO EXTERNO

PROF^ª/A LIBÂNIA NACIF XAVIER
MEMBRO EXTERNO

RIO DE JANEIRO, 17 DE ABRIL DE 2023.

PROF^ª/A CELSO CORRÊA PINTO DE CASTRO
DIRETOR(A)

PROF^ª ANTONIO DE ARAUJO FREITAS JUNIOR
PRÓ-REITOR DE ENSINO, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Dedico este trabalho à minha mãe, Eliane, e ao meu pai, César (in memoriam), meus dois grandes incentivadores. Minha eterna gratidão por caminharem junto a mim em todos os momentos de minha vida.

AGRADECIMENTOS

*Onde quer que eu ande
No caminho está você
Onde quer que eu vá
Tenho uma palavra amiga pra me acompanhar
Como eu sou feliz!
Toda essa felicidade agradeço a você – você!*

(Benito Di Paula)

Neste pequeno espaço, farei meus agradecimentos a todos aqueles que contribuíram para o meu crescimento individual. Agradecer e reconhecer ao próximo constituem os melhores sentimentos da vida. Para o autor Paul Ricoeur (2007), o ato de reconhecer é visto como um acontecimento, uma virtude da memória, com a vinda da lembrança.

Nesta ocasião, depois de uma longa caminhada de quatro anos, tenho a oportunidade de manifestar a minha alegria e o meu reconhecimento pelo amor, carinho, pela amizade, pelo acolhimento e auxílio recebidos durante esta jornada que me propus a percorrer. Aqui neste pequeno espaço, posso expressar minhas justas e singelas homenagens a todos que contribuíram para que esta pesquisa se tornasse realidade, como prova de que tudo o que fiz contou com a participação de muitas pessoas. Afinal, ninguém caminha sozinho nessa vida. A todos que me apoiaram e compartilharam comigo o prazer e os desafios do processo de desenvolvimento da pesquisa agradeço de todo coração a colaboração oportuna.

Primeiramente, agradeço a Deus e a todas as forças espirituais por iluminarem meu caminho, por cuidarem de mim, protegendo-me e guiando-me para que eu não me perdesse na extensa e dura caminhada. Muitas preces e orações foram realizadas para que tudo pudesse dar certo. E deu! Amém!

À Cida, agradeço imensamente por cuidar de mim sempre, por fazer parte da minha vida. Você é muito especial e sou muito grata por tê-la conhecido e por tê-la sempre perto de mim. Muito obrigada!

À minha orientadora, Martina Spohr, agradeço pelo acolhimento, pela sua competência profissional, pelas suas palavras de incentivo e suas orientações precisas. Agradeço a paciência com que acolheu minhas angústias e ansiedade – que não foram poucas! – e a simplicidade, disponibilidade e humildade com que compartilhou seus conhecimentos sempre me encorajando na caminhada. Seu jeito atencioso e sua sensibilidade me revelaram o grande ser humano que sustenta esta grande historiadora. Sou

privilegiada em tê-la como orientadora. Gratidão!

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas, importantes interlocutores, agradeço pela oportunidade de estarmos juntos em diferentes momentos, compartilhando ricos debates que contribuíram para o meu crescimento intelectual e para o aprimoramento de minhas reflexões acerca da temática historiográfica, cultural e educativa. Muito obrigada!

Aos professores que generosamente aceitaram o convite para avaliar o meu trabalho, contribuindo para o aperfeiçoamento do mesmo, em especial, aos professores: Américo Freire e Daniel Lemos, pelas valiosas e ricas contribuições que recebi durante o exame de qualificação.

À secretária do Programa, Daniela Aires, aos funcionários da Biblioteca, especialmente, aos bibliotecários e a todos que trabalham nos bastidores da Pós-Graduação, acudindo-nos em inúmeras questões de caráter burocrático, tirando dúvidas em diversas situações ao longo desses anos, expresso minha profunda admiração, gratidão e meu respeito.

Ainda nos intramuros do Programa, gostaria de agradecer a toda turma do primeiro semestre de 2019 e aos amigos que conquistei durante esse percurso. Obrigada a todos pelo carinho e pela força!

Além da turma de origem, frequentei o Laboratório de Pesquisa de Estudos sobre Estado, Poder e Sociedade que contribuiu com sugestões, leituras, debates enriquecendo ainda mais a minha formação. A todos do grupo, muito obrigada!

De maneira especial, gostaria de agradecer às instituições que percorri para a coleta de dados durante a minha investigação e aos funcionários que me atenderam nos seguintes locais: Biblioteca Nacional, Academia Brasileira de Letras, Arquivo Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM), sobretudo. Com toda a burocracia ainda existente, em bibliotecas e arquivos que, muitas vezes, acabam desestimulando-nos a frequentar esses espaços, ainda há pessoas do bem, profissionais que fazem a diferença, atendendo-nos com presteza, gentileza, atenção e entusiasmo, sempre dispostos a nos ajudar, “vasculhando” diversas prateleiras em busca de documentos que possam nos ser úteis durante o processo de construção do trabalho.

Agradeço às queridas Mariane e as duas Lorenas, pelo apoio e trabalho “braçal” durante a transcrição das minhas fontes de pesquisa na etapa de criação do banco de dados. Também agradeço ao Franco por ter me ajudado nessa tarefa de criação. Não tenho palavras para expressar minha gratidão. Muito obrigada!

Agradecimentos especiais desejo dirigir ao Colégio Pedro II, mais uma vez, protagonista de minha pesquisa. Sou muito grata a essa instituição por fazer parte de minha trajetória profissional e por me fazer crescer como pessoa, com todas as implicações que este sentimento reproduz. Agradeço muito à instituição e, sobretudo, à Diretora do Campus Centro – Andrea Bandeira Ribeiro.

Sou grata também aos amigos e companheiros de trabalho do NUDOM e do Centro de Documentação e Memória (CEDOM), que muito me auxiliaram, de forma generosa e colaborativa em minha trajetória: Vera Maria Ferreira Rodrigues, Beatriz Boclin, Vera Cabana, Afonso Bensabat, Elisabeth Monteiro, Douglas Andrade, Flávio de Oliveira Norte, as estagiárias de Biblioteconomia, Vivian e Daiana, os estagiários de história, Alan e Danielle. Em resumo, a toda comunidade escolar do Colégio Pedro II que contribuiu direta ou indiretamente com palavras de carinho, incentivo e estímulo para que eu chegasse até aqui. Sinto-me muito feliz e honrada por poder contribuir com essa instituição de ensino e poder descortinar novas experiências sobre as práticas escolares desta tradicional instituição de ensino.

À amiga Priscila Côrbo, minha grande parceira, agradeço por estar sempre comigo, compartilhando diversos momentos de minha vida, de alegrias e tristezas, de vitórias e angústias. Sem o seu apoio, carinho e sua amizade tudo seria mais difícil. Obrigada!

Ao querido e saudoso professor Geraldo Pinto Vieira agradeço a amizade e os valiosos ensinamentos que recebi durante os anos em que partilhamos juntos diversos momentos no Colégio Pedro II e fora dele. Levarei para toda a minha vida o seu carinho e as suas ricas e hilárias histórias em minha memória. Muito obrigada por ter me acolhido como a sua “netinha postiça”.

Às amigas de infância, que cresceram junto comigo, Ju, Lívia, Débora, Marina sou grata por permanecerem em minha vida, pelas muitas risadas que partilhamos, o carinho que trocamos e a fortaleza que construímos. Amo vocês! Obrigada!

Ao Diógenes, meu grande amigo, sou muito grata por tê-lo em minha vida e por estar sempre torcendo por mim, acompanhando atentamente a minha trajetória de vida. Por seu afeto, carinho, amizade, escuta paciente, minha eterna gratidão e admiração por você!

À minha grande ouvinte, Sheila Reis, por esses longos anos, agradeço por me dar caminhos para que eu reflita sobre o meu eu, ensinando-me a ser uma pessoa cada dia melhor. Muito obrigada por tudo!

Por fim, a toda minha família, tios, tias, madrinha, padrinho, primos e primas pelo amor, dedicação e, acima de tudo, pelos valores que cuidaram de transmitir em todos os momentos da minha vida. Sem vocês esse sonho não se tornaria realidade. Aos que não estão mais presentes neste plano, meus queridos avós, maternos e paternos, bisavós e meu pai, agradeço por todos os ensinamentos da vida, por terem me estimulado a nunca desistir dos meus sonhos. Minha eterna gratidão e saudade! Sentimento que se mistura às imagens fluidas de todos aqueles que, nas estradas da vida, marcaram o meu modo de ser, de ver, de narrar e de viver.

À minha mãe, meu irmão, minha cunhada sou grata por tê-los sempre ao meu lado, me dando apoio, força, estímulo, aconchego e colo na medida certa. Agradeço por acreditarem em mim e por nunca terem medido esforços para me ver feliz. Amo muito vocês!

Ao meu sobrinho querido e muito amado Matheus, agradeço a Deus por tê-lo em minha vida e sou muito grata pelo imenso afeto que nos une. Sou grata por todos os beijos e abraços que recebi, pelas risadas e brincadeiras que compartilhamos depois de um longo e solitário dia de trabalho.

Agradeço ao meu marido Eduardo, meu companheiro de vida, pela sua incondicional torcida, pela sua total disponibilidade em me ouvir, ler, me ajudar de todas as formas, enfim, por estar sempre ao meu lado, motivando-me a não temer, mas a ter coragem para superar os desafios que me eram colocados. Obrigada pela atenção, paciência e por me confortar diariamente com seu amor e carinho em todos os momentos, principalmente, nos mais duros e espinhosos. Te amo muito!

Aos conhecidos e anônimos cujos caminhos se cruzaram com este que ora se conclui, pelo incentivo e auxílio, tantas vezes, invisível, na esperança de que eu possa ter deixado em suas vidas uma parcela mínima do que deixaram na minha.

Muito obrigada!

*As coisas árduas e lustrosas se alcançam com
trabalho e com fadiga*

(Camões)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar os castigos escolares impostos aos discentes no inicialmente Imperial Colégio de Pedro II, depois Ginásio Nacional, no período de 1858 a 1898. Para isso, foram utilizados, como fonte principal de pesquisa, os livros de ocorrência disciplinar do Externato. Tais livros constituem-se em objetos quase invisíveis utilizados para registrar as atitudes e posturas constantemente observadas e vigiadas que prejudicavam o funcionamento da escola, no que dizia respeito às condutas dos alunos. Assim, indagamos: até que ponto os castigos escolares implementados estavam atrelados ao poder disciplinar de professores/inspetores de alunos na difícil missão que lhes era atribuída: formar o indivíduo/aluno? Sabendo-se que o Colégio Pedro II oferecia ensino secundário no Município da Corte, como se dava a formação da futura elite dirigente? As prescrições, presentes nos regulamentos, enfatizavam a necessidade de se implementar uma disciplina eficaz em detrimento do uso de punições, mas será que os professores/inspetores submeteram-se resignadamente às prescrições? Questionaram os modelos propostos? Criaram resistências? E quanto aos alunos? Interferiram na realidade escolar? De que forma? Houve mudança nos castigos adotados na instituição ao longo dos quarenta anos pesquisados? Para transitar por este solo, dialogamos com Michel de Certeau (2014), Viñao Frago (1998), Norbert Elias (1994) e Michel Foucault (2013). Esses autores são capazes de desvelar as tramas das relações e tensões socioculturais, as práticas e representações de sujeitos, interrogando a pluralidade do cotidiano, os modos de pensar, dizer e fazer dos agentes que compõem a escola. Partimos da hipótese de que os castigos escolares se enquadram nas chamadas estratégias civilizatórias, e que para oferecer “a mais perfeita educação da mocidade”, os castigos se alinhavavam com o seu repertório pedagógico, introduzindo disciplina e ordem na sociabilidade dos jovens secundaristas. Trata-se, portanto, de estudar o Colégio Pedro II sob a perspectiva da cultura escolar. Como uma ferramenta teórica para o presente trabalho, esta pesquisa teve a intenção de oferecer importantes contribuições para a história da educação e para a compreensão de questões pertinentes à organização e funcionamento da instituição no que se refere ao controle do tempo e do espaço, à vigilância ininterrupta dos alunos e aos demais mecanismos disciplinares, especificamente, com relação aos castigos postos em pauta pela prática pedagógica daquele momento institucional.

PALAVRAS-CHAVE: Colégio Pedro II. Castigos escolares. Livros de ocorrência. Práticas disciplinares.

RESUMÉ

Ce travail prétend enquêter sur les châtiments scolaires imposés aux élèves dans l'établissement appelé initialement Collège Impérial Pedro II et qui a pris le nom de Lycée National de 1858 à 1898. Pour ce, ont été utilisés, comme source principale de recherche, les registres des procédures disciplinaires de l'externat. De tels documents constituent des objets presque invisibles servant à consigner les attitudes et les postures constamment observées et surveillées qui nuisaient au bon fonctionnement de l'école, relatif à la conduite des élèves. Ainsi nous demandons-nous: jusqu'à quel point les punitions infligées aux élèves étaient-elles liées au pouvoir disciplinaires des professeurs/surveillants dans leur difficile mission: former l'individu/élève? Sachant que le Collège Pedro II offrait un enseignement secondaire dans le municipe de la Cour, comment se déroulait la formation de la future élite dirigeante? Les normes, présentes dans les règlements, soulignaient le besoin d'implanter une discipline efficace au détriment de l'utilisation de punitions, mais les professeurs/surveillants se résignaient-ils à les appliquer? Questionnaient-ils les modèles proposés? Résistaient-ils? Et quant aux élèves? Interféraient-ils dans la réalité scolaire? De quelle manière? Y a-t-il eu des changements dans les punitions adoptées par l'institution tout au long des quarante années étudiées? Pour une bonne reconnaissance du terrain, nous avons dialogué avec Michel de Certeau (2014), Viñao Frago (1998), Norbert Elias (1994) et Michel Foucault (2013). Ces auteurs sont capables de dévoiler les intrigues des relations et tensions socio-culturelles, les pratiques et représentations de sujets, en interrogeant la pluralité du quotidien, la manière de penser, dire et faire des agents qui composent l'école. Nous partons du principe que les châtiments font partie des stratégies dites civilisatoires, et que, pour offrir "une éducation parfaite à la jeunesse", les châtiments s'alignaient sur leur répertoire pédagogique, en introduisant discipline et ordre dans la sociabilité de ces jeunes lycéens. Il s'agit donc d'étudier le Collège Pedro II du point de vue de la culture scolaire. En tant qu'outil théorique important pour la présente étude, cette recherche a eu l'intention d'offrir d'importantes contributions pour l'histoire de l'éducation et pour la compréhension de questions pertinentes à l'organisation et au fonctionnement de l'institution quant au contrôle du temps et de l'espace, à la surveillance ininterrompue des élèves et aux autres mécanismes disciplinaires, plus spécifiquement ceux ayant une relation avec les châtiments mis en évidence par la pratique pédagogique de ce moment institutionnel.

Mots clés: Collège Pedro II. Châtiments scolaires. Registre de procédures disciplinaires. Pratiques disciplinaires.

ABSTRACT

This work aims at investigating school disciplinary punishments over the student body at the early called *Imperial Colégio de Pedro II*, later named *Ginásio Nacional*, from 1858 to 1898. In order to do so, the main source of this research was the school disciplinary referral books. These almost invisible books were used to register attitudes and behaviors that were often observed and under close surveillance because of disrupting the school processes, especially considering student's conducts. Therefore, we ask: To what extent were the implemented school punishments connected to the disciplinary power of teachers and inspectors who had a hard mission ahead of them and under their responsibility, that is: developing one's character? Once it was known that *Colégio Pedro II* offered Secondary Education to individuals of the Municipal Court, how would it be forming the future ruling elite? According to prescriptions, it was relevant that disciplinary measures and punishments were adopted; however, would teachers/inspectors submit to these prescriptions with resignation? Did they question the recommended models? Did they create any resistance? How about the students? Did they interfere at the school reality? How? Was there any change concerning the punishments adopted over the forty years researched? So these issues were taken into account, some authors, among others, were regarded: Michel de Certeau (2014); Viñao Frago (1998), Norbert Elias (1994) and Michel Foucault (2013). They revealed relationship plots and social cultural tensions and actions of individuals considering everyday variety, thoughts, words and actions of the school body. The starting point was the hypothesis that school punishments would be citizen forming strategies, and that procedures meant to offer 'a perfect youth education'. These punishments were pedagogically accordingly, introducing the school secondary youth to disciplinary and social order. This work, therefore, studies *Colégio Pedro II* through a cultural perspective. This research is a significant tool and contribution to the history of Education and towards understanding matters related to organization and functioning of the institution as to timing, space, continuous watchfulness of students, disciplinary and punitive methods, especially referring to punishments under the pedagogical practice of that institutional moment.

KEY WORDS: Colégio Pedro II. School punishments. Referral Books. Disciplinary practice.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Início da jornada	21
Figura 2: Nuvem de palavras	27
Figura 3: Entrada do Colégio	64
Figura 4: Livros de ocorrência (1858-1898)	70
Figura 5: Página 5 do livro 1 de ocorrência (1858-1859)	73
Figura 6: Livro do Internato (1872)	76
Figura 7: Página 13 do livro de ocorrência 4 (1884-1885)	78
Figura 8: Página 3 do livro de ocorrência 4 (1884-1885)	79
Figura 9: Encerramento das aulas - página 38, verso, livro 4 (1884-1885)	80
Figura 10: - Abertura das aulas, página 39, livro 4 (1884-1885)	81
Figura 11: Página 30, verso, Livro 7 (1887-1889)	83
Figura 12: Folha 50, Livro 8 (1891-1898) – Falecimento do professor de Religião.....	85
Figura 13: Folha 33, Livro 8 (1891-1898)	86
Figura 14: Diferentes objetos presentes no Museu do CPII.....	92
Figura 15: Internato, inicialmente localizado no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro	96
Figura 16: Anúncios no Jornal do Commercio	100
Figura 17: Imperador D. Pedro II.....	102
Figura 18: Convite de Colação de Grau e distribuição de prêmios.....	104
Figura 19: Prêmio dado ao aluno Agostinho Marques Perdigão Malheiros, em 1843.....	105
Figura 20: Armazém de secos e molhados – Pirassununga (SP).....	109
Figura 21: Rua do Ouvidor, RJ – séc. XIX	111
Figura 22: Primeiro uniforme do CPII	126
Figura 23: Livro de Médias dos alunos - 1875.....	127
Figura 24: Palmatória.....	129
Figura 25: Anúncio de leilão.....	130
Figura 26: A cafua em O Ateneu	137
Figura 27: Matrícula de Raul Pompeia no Imperial Colégio de Pedro II.....	138
Figura 28: Livro de História do Brasil, de Joaquim Manuel de Macedo	144
Figura 29: Reitor Manoel Pacheco da Silva.....	183
Figura 30: Reitor do Internato – Frei José de Santa Maria Amaral (1872).....	186

Figura 31: Monsenhor Luiz Raymundo da Silva Brito	188
Figura 32: José Veríssimo Dias de Mattos	189
Figura 33: Transcrição da folha 34, Livro 7 (1887-1889).....	192
Figura 34: Folha 104, Livro 7 (1887-1889)	193
Figura 35: Livro 5 (1885-1886), p. 45	205
Figura 36: Atuais emblemas do Colégio Pedro II	208
Figura 37: Carlos Galdino Leal - Inspetor de alunos	216
Figura 38: Folha 141 – As séries designadas aos inspetores de alunos.....	220
Figura 39: Barão de Tautphoeus	224
Figura 40: Professor José Manoel Garcia.....	229
Figura 41: Professor Silva Ramos	232
Figura 42: Professor Alfredo Gomes	234
Figura 43: Professor José Francisco Halbout	236
Figura 44: Professor Lucindo Pereira dos Passos	238
Figura 45: Aureliano Pereira Corrêa Pimentel	240
Figura 46: Registro da falta cometida por Hermes Rodrigues da Fonseca	249
Figura 47: Pedido de matrícula das alunas Cândida e Leonor Borges Ribeiro (1883)	286
Figura 48: Obras de unificação da antiga Rua Estreita de S. Joaquim, com a antiga Rua Larga de São Joaquim (atual Av. Marechal Floriano)	293
Figura 49: Livros de leitura dos alunos do Colégio Pedro II	300
Figura 50: Anúncio – estabelecimento comercial A' Mantiqueira – antiga Rua Larga	312
Figura 51: Internato do Imperial Colégio de Pedro II	340
Figura 52: Ofício enviado pelo Ministro Marmore ao Reitor do Internato	342
Figura 53: Ofício enviado pelo Ministro Marmore ao Reitor do Internato	343
Figura 54: Transcrição pedido de exclusão aluno	352
Figura 55: Batalhão Escolar - Internato	381
Figura 56: Tipo de castigo: Cafua (Livro 4 – 1884-1885)	385
Figura 57: Salão Nobre do Colégio Pedro II.....	388
Figura 58: Livro de encadernação dourada, presente dado aos premiados	390
Figura 59: Caricatura de Raul Pompeia - Professor de grego, Theodoro Schieffer	397
Figura 60: Professor de grego, Hans Heilborn	399
Figura 61: Sala de estudos/Biblioteca - Colégio Pedro II	402

Figura 62: Uma lição de gymnastica de aparelhos.....	408
Figura 63: Professor Arthur Higgins	409
Figura 64: Igreja de São Joaquim.....	410
Figura 65: Mapa de frequência dos professores	423
Figura 66: Orelhas de burro - um tipo de castigo.....	437
Figura 67: Fim da jornada	439

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Total de ocorrências por livro	71
Tabela 2: Ilustração da organização do mapeamento das ocorrências (1858-1898)	174
Tabela 3: Livro de nomeação de funcionários do Colégio Pedro II (1858-1909)	196
Tabela 4: Inspetores e suas séries - Livro 3 (1867-1872)	198
Tabela 5: Inspetores e suas séries - Livro 4 (1884-1885)	200
Tabela 6: Inspetores e suas séries – Livro 5 (1885-1886)	203
Tabela 7: Inspetores e suas séries - Livro 6 (1886-1887)	206
Tabela 8: Inspetores e suas séries - Livro 7 (1887-1889)	210
Tabela 9: Inspetores e suas séries - Livro 8 (1891-1898)	212
Tabela 10: Professores e disciplinas mencionadas no Livro 1 (1858-1859)	225
Tabela 11: Professores e disciplinas mencionadas no Livro 2 (1866-1870)	227
Tabela 12: Professores e disciplinas mencionadas no Livro 3 (1867-1872)	230
Tabela 13: Professores e disciplinas mencionadas no Livro 4 (1884-1885)	231
Tabela 14: Professores e disciplinas mencionadas no Livro 5 (1885-1886)	233
Tabela 15: Professores e disciplinas mencionadas no Livro 6 (1886-1887)	237
Tabela 16: Professores e disciplinas mencionadas no Livro 7 (1887-1889)	239
Tabela 17: Professores e disciplinas mencionadas no Livro 8 (1891-1898)	241
Tabela 18: Valores das pensões trimestrais dos alunos - 1857	245
Tabela 19: Infração dupla – Livro 1 (1858-1859)	273
Tabela 20: Infração tripla – Livro 1 (1858-1859)	275
Tabela 21: Infração dupla – Livro 2 (1866-1870)	278
Tabela 22: Infração tripla – Livro 2 (1866-1870)	280
Tabela 23: Infração dupla – Livro 3 (1867-1872)	283
Tabela 24: Infração dupla – Livro 4 (1884-1885)	287
Tabela 25: Infração dupla - Livro 5 (1885-1886)	292
Tabela 26: Infração dupla – Livro 6 (1886-1887)	297
Tabela 27: Infração dupla – Livro 7 (1887-1889)	302
Tabela 28: Infração dupla – Livro 8 (1891-1898)	313
Tabela 29: Tipos de castigos – “Penalidade dupla” – Livro 1 (1858-1859)	319
Tabela 30: Tipos de castigos – “Penalidade tripla” – Livro 1 (1858-1859)	320

Tabela 31: Tipos de castigos - “Penalidade dupla” – Livro 2 (1866-1870)	322
Tabela 32: Tipos de castigos – “Penalidade dupla” – Livro 3 (1867 -1872)	326
Tabela 33: Tipos de castigos – “Penalidade dupla” – Livro 4 (1884-1885)	331
Tabela 34: Tipos de castigos – “Penalidade dupla” – Livro 5 (1885-1886)	334
Tabela 35: Tipos de castigos – “Penalidade dupla” – Livro 6 (1886-1887)	337
Tabela 36: Tipos de castigos – “Penalidade dupla” – Livro 7 (1887-1889)	339
Tabela 37: Tipos de castigos – “Penalidade dupla” – Livro 8 (1891-1898)	349
Tabela 38: Grade de horas do Externato - 1858.....	424

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Especificação das séries nas ocorrências – Livro 1 (1858-1859)	246
Gráfico 2: Especificação das séries nas ocorrências – Livro 2 (1866-1870)	250
Gráfico 3: Especificação das séries nas ocorrências – Livro 3 (1867-1872)	252
Gráfico 4: Especificação das séries nas ocorrências – Livro 4 (1884-1885)	256
Gráfico 5: Especificação das séries nas ocorrências – Livro 5 (1885-1886)	257
Gráfico 6: Especificação das séries nas ocorrências – Livro 6 (1886-1887)	259
Gráfico 7: Especificação das séries nas ocorrências – Livro 7 (1887-1889)	261
Gráfico 8: Especificação das séries nas ocorrências – Livro 8 (1891-1898)	266
Gráfico 9: Causas dos castigos dos discentes com apenas uma ocorrência – Livro 1 (1858-1859)	269
Gráfico 10: Causas dos castigos dos discentes com apenas uma ocorrência.	275
Gráfico 11: Causas dos castigos dos discentes com apenas uma ocorrência – Livro 3 (1867-1872)	280
Gráfico 12: Causas dos castigos dos discentes com apenas uma ocorrência – Livro 4 (1884-1885)	284
Gráfico 13: Causas dos castigos dos discentes com apenas uma ocorrência – Livro 5 (1885-1886)	288
Gráfico 14: Causa dos castigos dos discentes com apenas uma ocorrência Livro 6 (1886-1887) .	294
Gráfico 15: Causa dos castigos dos discentes com apenas uma ocorrência – Livro 7 (1887-1889)	298
Gráfico 16: Causas dos castigos dos discentes com apenas uma ocorrência – Livro 8 (1891-1898)	303
Gráfico 17: Tipos de castigos - “Penalidade única” – Livro 1 (1858-1859)	315
Gráfico 18: Tipos de castigos - “Penalidade única” – Livro 2 (1866-1870)	320
Gráfico 19: Tipos de castigos – “Penalidade única” - Livro 3 (1867-1872)	324
Gráfico 20: Tipos de castigos – “Penalidade única” - Livro 4 (1884-1885)	329
Gráfico 21: Tipos de castigos – “Penalidade única” - Livro 5 (1885-1886)	333
Gráfico 22: Tipos de castigos - “Penalidade única” - Livro 6 (1886-1887)	336
Gráfico 23: Tipos de castigos - “Penalidade única” - Livro 7 (1887-1889)	338
Gráfico 24: Tipos de castigos – “Penalidade única” - Livro 8 (1891-1898)	347

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Trabalhos sobre castigos encontrados na Plataforma CAPES	33
Quadro 2: Livros de Ocorrências Disciplinares arquivados no NUDOM.....	58
Quadro 3: Lista dos alunos castigados (1858-1859)	60
Quadro 4: As “artimanhas” dos discentes – Livro 8 (1891-1898)	88
Quadro 5: Liceus criados no período de 1825 a 1879	151
Quadro 6: Síntese dos sujeitos responsáveis pelo ordenamento dos castigos e das penas (1846/1838).....	159
Quadro 7: Síntese dos castigos aplicados aos discentes em ambas as instituições	162
Quadro 8: Quadro 9: Síntese dos oito livros de ocorrências – aspectos extrínsecos.....	177
Quadro 9: Disciplinas lecionadas com mais casos registrados (1858-1898)	434

LISTA DE SIGLAS

ABL	Academia Brasileira de Letras
AGCRJ	Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
AN	Arquivo Nacional
ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDOM	Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II
CPII	Colégio Pedro II
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
NUDOM	Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II
SBHE	Sociedade Brasileira de História da Educação
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO	28
1. O INÍCIO DA TRAMA: POR DENTRO DO OBJETO DE PESQUISA E DO CENÁRIO ESCOLAR	64
1.1 <i>O Objeto da trama: a cultura material em questão</i>	65
1.2 <i>A arqueologia como um campo profícuo das materialidades no universo escolar</i>	89
1.3 <i>O cenário da trama: de Imperial Colégio de Pedro II a Gymnasio Nacional</i>	93
2. MEMÓRIAS DOS TEMPOS DE ESCOLA: CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	121
2.1 <i>As experiências escolares como acervo da memória social: os castigos em tempos passados</i>	124
2.2 <i>A Congregação do Imperial Colégio de Pedro II: o que é nela discutido a respeito do regime disciplinar da instituição?.....</i>	143
2.3 <i>Um exercício de comparação: o Imperial Colégio de Pedro II e os Liceus Provinciais.....</i>	149
2.3.1 <i>O Liceu Provincial da Parahyba do Norte</i>	152
2.3.2 <i>Liceu Maranhense</i>	160
2.3.3 <i>Liceu Paraense</i>	163
2.3.4 <i>Liceu Mineiro</i>	165
3. COTIDIANO ESCOLAR NAS PRÁTICAS DE ESCRITA: OS LIVROS DE OCORRÊNCIA EM PAUTA (1858-1898).....	169
3.1 <i>Iniciando o percurso nos livros de ocorrência</i>	170
3.2 <i>Características gerais dos livros de ocorrências: um olhar para o suporte material.....</i>	175
3.3 <i>Os personagens presentes nas tramas dos livros de ocorrência.....</i>	179
3.3.1 <i>Os Reitores</i>	180
3.3.2 <i>Os inspetores de alunos.....</i>	195
3.3.3 <i>Os professores e suas respectivas aulas.....</i>	220
3.3.4 <i>Os discentes.....</i>	243

3.4 As causas dos castigos encontradas.....	268
3.5 Os tipos de castigos encontrados e as prescrições vigentes nos Regulamentos	314
4. ESPAÇO E TEMPO ESCOLARES REPRESENTADOS NAS TRAMAS DA ESCRITA DOS LIVROS DE OCORRÊNCIA	364
4.1 A cafuno	385
4.2 O salão dos prêmios.....	386
4.3 A sala de estudos/sala do silêncio.....	395
4.4 O pátio escolar	403
4.5 A capela.....	410
4.6 O tempo como divisor de tarefas.....	415
CONSIDERAÇÕES FINAIS	426
EPÍLOGO	440
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	441

tempo que dava broncas nas pessoas ditas indelicadas e loucas, agia com cordialidade para com seu povo. Um dos pontos centrais da história de Alice diz respeito ao tempo. Em meio ao cenário criado por Carroll para compor o sonho de Alice, ela encontra o coelho branco. Esse portava um relógio de bolso e vestia casaca. O coelho era, então, uma antítese da menininha. Enquanto nela havia juventude e virilidade, no coelho havia senilidade e escravidão, ambos personagens frutos do tempo.

Várias alusões ao tempo são tratadas no interior do livro e, em uma das passagens, a trama é inteiramente dedicada ao tempo, num diálogo entre Alice e o chapeleiro.

Mas o que essa história tem a ver com o trabalho aqui desenvolvido? Tem a ver com as nossas percepções e vivências no decurso de nossas vidas. À medida que o tempo passa, atribuímos a ele novos significados e essa ressignificação, que se manifesta tanto no referente à memória pessoal como no que diz respeito à memória coletiva, possibilita uma perspectiva e uma antecipação do futuro. A memória, tratando-se de trabalho sobre o tempo, que organiza o passado em relação ao presente, cumpre importante papel nesta dinâmica, possibilitando-nos ressignificar nossa história e produzir novos sentidos para a nossa vida.

Pessoas e grupos tendem a memorizar os momentos significativos de seu processo vital, distinguindo entre eles as passagens mais marcantes. Aqui está uma dessas passagens mais significativas da minha vida. Foram quatro anos de investimento intelectual, suscetíveis a sucessivos mergulhos e desvios, dia após dia, em arquivos e bibliotecas, à frente de um computador, na árdua tarefa de ler, coletar, selecionar e classificar os dados para a pesquisa.

A escrita de uma tese não é, pois, uma tarefa fácil. Assim como, não é fácil sentar à frente do computador, com liberdade de escrita, relativamente maior, e tentar encadear anos de trabalho, de estudo e de vida em algo que possa orientar melhor o leitor para a compreensão de um trabalho de doutorado sobre as práticas disciplinares, mais especificamente, sobre os castigos instituídos aos discentes de uma instituição de ensino secundário, tida como referência e modelo no decorrer do século XIX, como é o Colégio Pedro II (CPPI). Em uma tese, você precisa ter concentração, estar cercado de silêncio, precisa adentrar no mundo da escrita.

Mas, como iniciar este movimento? Encontrava algum tipo de conforto nas sábias palavras do poeta Manoel de Barros, quando dizia que “escrever é carregar água na peneira”. Dou a ele total razão. Um certo desconforto envolvia-me, o tempo todo, até a chegada do grande momento: ser “impulsionada” para a escrita da tese. Porém, esta espera não era tranquila. Enquanto não chegava o momento oportuno, me apropriava da leitura de artigos,

livros, teses e dissertações, mergulhada em um emaranhado de documentos, visitando arquivos, montando banco de dados, elaborando categorias de análise, tentando ordenar os documentos e os dados a fim de construir uma inteligibilidade à pesquisa. O desejo era buscar uma lógica suficientemente segura e racional de uma estrutura formalizada e, pretensamente, homogênea aos olhos dos leitores.

Nesta pequena apresentação, procuro trazer à tona minhas reminiscências, lembrando um pouco de minha trajetória pessoal em tempos pretéritos. Embora o processo memorialístico carregue em si mecanismos seletivos e embora esquecimentos constituam parte inerente de nosso ser, ainda assim, compartilho da crença de que muito se aprende a partir destas histórias. A história que se segue, com relação ao “Hino” e à “Tabuada” do Colégio já foi compartilhada por mim em minha Dissertação de Mestrado. Esta experiência foi tão marcante em minha vida que optei por rememorá-la novamente, certa do quanto essa instituição de ensino me encanta e me move para novos desafios de pesquisa.

Ao entrar no Colégio Pedro II, em 2008, fui lotada na biblioteca escolar de São Cristóvão II. Chegava bem cedo, às sete horas da manhã. Neste horário, chegavam também os alunos e, assim, passei a observar algumas situações que me chamaram a atenção: a primeira delas foi ver os alunos das séries iniciais (1º segmento) arrumados em fileiras, cantando o Hino Nacional, seguido do Hino da escola e da “Tabuada”, uma espécie de grito de guerra cantado pelos alunos ao final de toda e qualquer solenidade. Outro episódio que me intrigou ocorreu durante a inauguração de uma biblioteca no campus Realengo. Professores, Diretores e funcionários ali reunidos, ao término da cerimônia de inauguração, cantaram a “Tabuada”. Achava tudo aquilo muito estranho, mas como eu acabara de entrar no Colégio, ainda era cedo para me familiarizar com tantas cerimônias, solenidades e rituais, que eu julgava repletos de tradições. Foi dessa forma que os primeiros contatos com algumas práticas simbólicas da instituição despertaram em mim o desejo de realizar uma pesquisa sobre os símbolos do Colégio Pedro II, como também o interesse em contribuir com mais um estudo acerca da memória dessa instituição centenária. No final do referido ano, precisavam de mais uma bibliotecária no Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM), setor voltado para a guarda da memória institucional. Como eu também acabava de ser selecionada no Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), fui escolhida e transferida para o NUDOM. Finalizei o Mestrado em 2011 e, nos dois anos seguintes, passei em um concurso para professora temporária na UFRJ. Ministrei aulas para o curso de Biblioteconomia na

Praia Vermelha, lecionando uma disciplina optativa da área - representação temática instrumental - e no Fundão, disciplinas obrigatórias - análise da informação e serviço de referência. Concomitantemente, realizava minhas tarefas no Colégio Pedro II. Então, exercia duas jornadas ao mesmo tempo, algo que eu já havia experienciado durante a graduação, quando também cursava Geografia na Faculdade de Formação de Professores.

Em 2013, especificamente, o contrato com a UFRJ terminou e iniciei um trabalho de reorganização e higienização do acervo do NUDOM, setor em que atuo como bibliotecária desde 2009. Aproveito para explicar, a seguir, sobre esse espaço de guarda, fundamental para o desenvolvimento de minha pesquisa de doutoramento. Ressalto a importância dos arquivos escolares como fontes para a História da Educação e, também, para a manutenção da memória institucional. Dos arquivos surgem singulares objetos de pesquisa que podem contribuir para se resgatar o protagonismo dos sujeitos na história, sobretudo, para uma melhor compreensão sobre os processos de escolarização.

Criado em 1995, o NUDOM é um “lugar central e de referência no universo das fontes de informação que podem ser utilizadas para reconstruir o itinerário” do Colégio Pedro II (MOGARRO, 2005, p. 77-78). Especializado no tratamento, preservação e divulgação das obras do seu acervo documental, o NUDOM configura-se como um laboratório de pesquisa, constituindo-se em espaço de fundamental importância para os pesquisadores da História da Educação no Brasil.

A importância do lugar do arquivo na instituição escolar tem acompanhado a afirmação desta instituição como um microcosmos, com formas e modos específicos de organização e funcionamento. As escolas são estruturas complexas, universos específicos, onde se condensam muitas das características e contradições do sistema educativo. Simultaneamente, apresentam uma identidade própria carregada de historicidade, sendo possível construir, sistematizar e reescrever o itinerário de uma instituição (e das pessoas a ela ligadas), na sua multidimensionalidade, assumindo o seu arquivo um papel fundamental na construção da memória escolar e da identidade histórica de uma escola. (MOGARRO, 2005, p. 79).

De acordo com Arlette Farge (2009, p. 55 apud CUNHA; CHALоба, 2014, p. 4), “nas salas de arquivos [...] os olhos se perdem e a história se decide. [...] A cor das fichas e o cheiro dos manuscritos servem de balizas para um mundo sempre iniciático. A partir daí começa o trabalho”.

Se, como lembra Farge, a sala de arquivos evidencia um mundo sempre iniciático, ela também supõe a presença de documentos variados e nos leva a pensar em mãos que manipulam, classificam estes materiais mudos, em olhos atentos à leitura, em

cheiros que despertam memórias. O trabalho neste ambiente, que pode dar forma visível a uma história, nos remete às funções dos arquivos escolares que têm como objetivo reunir, salvaguardar e conservar informações e dados produzidos nas, sobre e pelas escolas e, assim, rastrear milhares de documentos que sobreviveram ao desgaste do tempo e ao perigo do esquecimento (CUNHA; CHALOPA, 2014, p. 4-8).

Quero aqui pontuar que as motivações de uma pesquisa nascem, muitas vezes, de nossas inquietações cotidianas ou, através do contato diário com diferentes tipos de documentos, que funcionam como verdadeiros oásis que nos movem a diferentes desafios e descobertas. Foi assim comigo nos dois momentos de minha trajetória intelectual: Mestrado e Doutorado. Oportuno encontro.

Para finalizar, como o leitor já deve ter percebido, não sou da área de História, embora essa disciplina, em meus tempos de escola, tivesse me envolvido a ponto de ser uma das minhas matérias preferidas. Também deixo aqui registrado que os desafios me acompanham desde sempre. Foram desafiantes todas as minhas incursões pelo mundo acadêmico, pois não me fecho dentro de minha área de formação. Procuro apreciar novas áreas, novos projetos, novos horizontes para que novas oportunidades de diálogo e interação possam surgir. Assim, na presente empreitada, o primeiro desafio como bibliotecária e não historiadora foi lidar com as fontes do século XIX. Compreender a escrita contida nos livros de ocorrência disciplinar, minha fonte principal de pesquisa, foi a primeira “muralha” que encarei. A segunda foi projetar sentido ao passado sem cometer erro grave na análise histórica, o que os historiadores chamam “anacronismo”. A terceira foi me colocar como pesquisadora no campo da história da educação, ao investigar e narrar as práticas disciplinares com base nas lentes da história. Três grandes desafios que procurei vencer, assumindo com responsabilidade o empreendimento proposto.

Como uma profissional que lida diretamente com os diversos tipos de suporte da escrita, sei da importância que a preservação dos documentos tem para a sociedade e, principalmente, para quem lida com pesquisas. Grandes tesouros que, se por ventura se perderem, deixarão de cumprir sua missão: levar conhecimento às futuras gerações. Também sei da importância da organização dos documentos e da sua disponibilidade para o público. Então, quando me coloco neste outro lugar, da pesquisadora em história da educação, encontro mais barreiras, como, por exemplo, setores de pesquisa fechados por alguma razão pelo órgão competente, documentação sem organização, lacunas entre um documento e outro, funcionários despreparados para a função, documentos esparsos em diferentes instituições. Enfim, uma gama de problemas que poderiam ser evitados caso o poder público

olhasse para a memória e a cultura de nosso país de outra maneira. Vivenciei todas essas muralhas, mas uma me deixou bem incomodada e frustrada: o “caos documentário” que tive que enfrentar diante de uma grande “massa documental” totalmente desorganizada num dos arquivos que pesquisei fora da escola.

Além disso, em decorrência de atos como furto de obras raras e vandalismos no interior dos espaços de guarda de documentos, nós, pesquisadores, temos que lidar com toda a burocracia que nos é colocada visando a proteção do acervo. Eu não tinha dimensão das barreiras presentes no dia a dia da pesquisa. Preocupo-me tanto com a 4ª Lei da Biblioteconomia, conhecida como “Poupe o tempo do Leitor”, procurando detalhar e descrever bem os documentos que passam pela minha mão, deixando-os pronto para uso. Porém, percebi que nem todos os lugares visitados agem da mesma forma. Diante do que observei, o levantamento e a seleção dos documentos pertinentes ao estudo dependem de uma série de fatores, dentre os quais destaco: a existência de arquivos e bibliotecas organizadas, a disponibilidade para consulta e a boa conservação do acervo. A disponibilidade e o pronto acesso às fontes são problemas que, nem sempre, podem ser resolvidos conforme a vontade do pesquisador e, afetam, de forma singular, nossas pesquisas.

Comprometida com o ato de investigar e narrar as práticas disciplinares, com ênfase nos castigos aplicados aos discentes do Colégio Pedro II, no século XIX, baseando-se em oito livros de ocorrência, arrisquei-me a construir uma *operação historiográfica*, como ensinou Michel De Certeau (2011, p. 76-77). Para o autor, a produção do conhecimento histórico teria como exigência um lugar social de produção, o estatuto de uma dada objetividade, que Certeau caracteriza por “prática científica” e, finalmente, uma escrita. O texto histórico, continua o autor, “não deve dialogar exclusivamente com os documentos. Para além e na outra margem da documentação, o texto histórico deve debater com o estado da questão que aborda, com as tendências e com as orientações da pesquisa em sua época”. Assim, poder-se-ia compreender por que a pesquisa em história vem inevitavelmente atada ao tempo dos documentos e, simultaneamente, ao tempo de sua própria escrita.

Perscrutar filiações teóricas, estabelecer relações entre a historiografia educacional da época e os momentos sociopolíticos, captando temas de interesse para a presente pesquisa. Tudo isso foi um grande esforço para mim, sem dúvida. Não sei se consegui dar conta de tudo, mas, espero que este trabalho possa contribuir para a história do Colégio Pedro II e para a história da educação brasileira.

Situando-me na confluência de duas áreas distintas – o estudo da história e o estudo da educação – debruço-me nas práticas disciplinares de uma dada época, nas rotinas corriqueiras do dia a dia escolar.

Essas folhas carregam parte das minhas memórias e vivências de um trajeto de vida. Tenho consciência dos limites de minha pesquisa e, mais ainda, daquilo que consegui realizar.

Tomando por pressuposto serem os vestígios que o tempo preservou o que permite a reconstituição histórica, o cruzamento dos testemunhos fará por recompor parte do trajeto passado. Esse quebra-cabeça, ao ser reconstruído, terá inevitavelmente por sujeito interlocutor aquele que manuseia, seleciona, classifica, une e distingue as várias peças passíveis de utilização. Proponho, ao leitor, a incursão por uma viagem no tempo, por entre os labirintos das ocorrências, plenos de extensiva vigilância e normalização.

Figura 2: Nuvem de palavras



Fonte: Google

INTRODUÇÃO

A guarda do papel escrito é a guarda da vida contida no papel. Em outras palavras, guarda-se o que contém a vida.

(D'ARAÚJO, 1996, p. 189).

O Colégio Pedro II (CPII) tem um lugar especial na história da educação brasileira, este lugar não está vinculado somente à tradição escolar herdada desde o período de sua criação, baseado no ensino humanístico, formando várias gerações de bacharéis, mas também está atrelado à extensa memória que legou, construída a partir dos grupos que lá pertenceram, formando laços que até hoje se mantêm, perpetuando na oralidade a afirmação da sua identidade. Referir-se ao Colégio Pedro II é traçar o perfil de um colégio modelo, de disciplina austera e de excelência do seu ensino. Essa memória coletiva definida como “o que fica do passado no vivido dos grupos ou o que os grupos fazem do passado” (HALBWACHS, 2004, p. 24) aplica-se particularmente ao Colégio Pedro II. Por entre vozes e memórias, cristaliza-se uma fala padronizada que nos chega ao pé do ouvido.

Fundado em 2 de dezembro de 1837, constitui-se hoje em uma autarquia federal do Ministério da Educação (MEC) e está localizado no Rio de Janeiro. Sua missão, de acordo com o site da instituição, “é promover a educação de excelência, pública, gratuita e laica, por meio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, formando pessoas capazes de intervir de forma responsável na sociedade” (CPII, 2019, p. 1).

Além de ofertar Educação Básica, o Colégio Pedro II também oferece cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, tais como: o Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica; o Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional e o Mestrado Profissional em Práticas de Educação Básica. Além desses, há também os cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*¹ contribuindo para a formação continuada de docentes. Portanto, o Colégio Pedro II tem uma trajetória importante na história da educação brasileira, especialmente, no que diz respeito ao ensino público, “mantendo as características de instituição dedicada à Educação Básica aliada à ampliação da sua abrangência no ensino

¹ Os cursos de Pós-Graduação Lato Sensu estão voltados para as seguintes áreas: Artes Visuais, Ciências e Biologia, Ciências Sociais, Educação Matemática, Educação Psicomotora, Ererebá, Espanhol, Física, Geografia, História, História da África, Química, Saberes e Fazeres no Ensino de Artes Visuais, Práticas Musicais na Educação Básica e o Programa de Residência Docente.

como uma instituição de Ensino Superior” (SANTOS, 2018, p. 21).

Durante o período monárquico, procurou-se construir um projeto civilizatório do Império “comprometido com um ideário de Nação” (SANTOS, 2018, p. 21). Um dos elementos utilizados pelos políticos, no campo da educação e cultura, visando consolidar tal projeto foi a criação do Imperial Colégio de Pedro II, primeiro colégio de instrução secundária oficial do Brasil:

Sua origem remonta à primeira metade do século XVIII, quando, pela Provisão de 08 de junho de 1739, foi criado o “Seminário dos Orphãos de São Pedro”, obra de caridade da antiga paróquia do mesmo nome, de benemerência do 4º Bispo do Rio de Janeiro, Frei D. Antônio de Guadalupe. Instalado num sobradinho, nos fundos da Igreja de São Pedro, na rua de mesmo nome, acolheu os meninos órfãos e desamparados (ALVES, 2006, p. 182).

O então Seminário dos Órfãos de São Pedro foi transferido para uma outra localidade, em terras próximas ao Valongo, região na qual os africanos aportavam ao Rio de Janeiro e onde ocorria o comércio de escravos. Com a transferência, o Seminário passou a ser denominado ‘Seminário de São Joaquim’. O local, que, até então, prosperava com o príncipe regente D. João VI, começou a decair e, através do Decreto de 5 de janeiro de 1818, sob a administração do Reitor, o abade José dos Santos Salgueiro, o Seminário foi fechado e suas dependências foram destinadas ao aquartelamento das tropas portuguesas (ALVES, 2006).

Dessa forma, após o retorno de D. João VI e sua comitiva a Portugal, o príncipe D. Pedro, futuro D. Pedro I, revogou o confisco feito por seu pai e reabriu o Seminário, devolvendo-lhe o patrimônio. Com o Brasil já independente, pelo decreto de 06 de novembro de 1824, recebeu nova denominação: ‘Imperial Seminário de São Joaquim’. Sem receber melhor organização, foi resistindo em precárias condições materiais e institucionais até que, em 1831, através de uma reforma devida ao Ministro Lino Coutinho, o Imperial Seminário passou a ser administrado pela Inspeção da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, perdendo, assim, o caráter de Seminário, embora conservando o nome, para se converter num esboço de Liceu de Artes e Ofícios (ALVES, 2006, p. 183).

Durante a regência de Pedro de Araújo Lima², o então Ministro e Secretário dos Negócios da Justiça, que ocupava a pasta do Império na condição de interino, Bernardo Pereira de Vasconcelos, converteu o Seminário em “Colégio de Instrução Secundária”³.

² Conhecido, posteriormente, como Marquês de Olinda.

³ O Decreto de 2 de dezembro de 1837 estabelece que: art. 1º - O Seminario de S. Joaquim eh convertido em collegio de instrucção secundaria; art. 2º - Este collegio eh denominado Collegio de Pedro II. BRASIL. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1837*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1861, p. 59.

O arquiteto *Grandjean de Montigny*⁴ foi o responsável pela obra que converteu o antigo edifício do Seminário de São Joaquim no imponente prédio do Imperial Colégio de Pedro II, na antiga Rua Larga de São Joaquim, atual avenida Marechal Floriano, localizada no Centro do Rio de Janeiro.

Por meio do Decreto de 2 de dezembro de 1837, foram estabelecidas as disciplinas que seriam ministradas no Imperial Colégio de Pedro II, destacando-se as seguintes: “línguas latina, grega, francesa e inglesa, além de retórica e dos princípios elementares de geografia, história, filosofia, zoologia, mineralogia, botânica, química, física, aritmética, álgebra, geometria e astronomia” (BRASIL, 1837, p. 60). A instituição funcionaria em regime de Internato e Externato e as taxas estipuladas para o pagamento dos honorários dos alunos seriam fixadas pelo governo. Segundo o mesmo decreto, o governo “poderia admitir gratuitamente até onze alunos internos e dezoito externos” (BRASIL, 1837, p. 60).

Após a publicação do Decreto de fundação, foi formulado o Regulamento do Imperial Colégio de Pedro II, sendo este aprovado em 31 de janeiro de 1838. Trata-se do primeiro Regulamento da instituição, que aborda toda a estrutura organizacional da escola, bem como as atribuições de cada funcionário, a distribuição das disciplinas pelas séries, direitos e deveres de alunos e funcionários, prêmios e castigos, entre outras disposições que minuciosamente regulamentariam o Colégio daquele momento em diante.

A referida instituição de ensino passou por várias reformas educacionais durante todo o século XIX, sendo uma das mais importantes a promovida pelo Marquês de Olinda que, através do Decreto n.º 2006, de 24 de outubro de 1857, dividiu a instituição imperial de ensino secundário em Externato e Internato. “No prédio do antigo Seminário, na Rua Larga de São Joaquim, hoje Av. Marechal Floriano, ficou funcionando o Externato, enquanto o Internato passou a ter sua sede no Engenho Velho, na Chácara do Matta, no princípio da rua de S. Francisco Xavier, no largo da Segunda Feira” (ALVES, 2006, p. 186).

Nos primeiros anos republicanos, o Imperial Colégio de Pedro II, recebeu nova designação: *Gymnasio Nacional*. Apesar das muitas reformas educacionais promovidas ao longo do século XIX, que desencadearam algumas mudanças em seu nome, o colégio cumpria o seu papel de estabelecimento oficial modelar, “através de seus programas e de seus livros didáticos, procurando projetar seus métodos pedagógicos e a formação humanística de seu currículo para todas as partes do país” (ALVES, 2006, p. 185).

⁴ Membro integrante da Missão Francesa vinda ao Rio de Janeiro em 1816, na época de D. João VI.

Portanto, o Imperial Colégio de Pedro II era concebido como uma instituição de prestígio e saber erudito, refletindo um sistema de valores político-culturais de um projeto civilizador do Estado. Dessa forma, a sociedade imperial hierarquizada e elitista, estava lá representada por meio do diploma de Bacharel em Letras, na condição de cidadãos disciplinados e cultos. Nesse sentido, podemos inferir que a questão disciplinar teve um grande peso na formação desses alunos.

Apesar de existir muitas pesquisas sobre este Colégio, em áreas diversas, ainda há caminhos não percorridos nos intramuros desta escola, à espera de investigações que possam contribuir com as pesquisas sobre a memória e a história da referida instituição de ensino. Por essa razão, escolhi a temática dos castigos escolares no ensino secundário brasileiro, pois, constitui, ainda, um caminho a ser trilhado e desvendado.

Delimitação do objeto de pesquisa

Este trabalho tem como objeto de estudo as práticas disciplinares instituídas no Colégio Pedro II, mais especificamente, os castigos escolares adotados e a forma como eles eram aplicados ao seu corpo discente no século XIX. Para isso, serão utilizados como fonte principal de pesquisa os livros de ocorrência disciplinar do Externato, datados de 1858 a 1898. Ao todo, são oito livros que compreendem o período citado com lacunas temporais entre um livro e outro. Apenas um livro do Internato foi localizado. O mesmo encontra-se na Biblioteca Nacional e será utilizado como fonte de pesquisa a fim de compararmos os castigos que eram aplicados no Externato e no Internato. “Tais livros constituem-se em um instrumento institucional utilizado, em sua acepção, para registrar as atitudes e posturas constantemente observadas e vigiadas que prejudicavam o funcionamento da escola, no que diz respeito às condutas dos alunos” (CARDOSO; OLIVEIRA, 2017, p. 35). Foram escritos, em sua maioria, pelos inspetores da instituição, fazendo parte dos esquemas de vigilância que alimentavam a rede disciplinar instituída no Colégio Pedro II.

Discussão Bibliográfica

O Colégio Pedro II despertou e continua a despertar diversos olhares. Inúmeras dissertações e teses foram produzidas com a temática do Colégio cujo tema central sempre esteve ligado à história do ensino secundário brasileiro. Além de trabalhos acadêmicos,

outros mais já foram produzidos, principalmente, artigos publicados em diferentes periódicos, nas diversas áreas do conhecimento.

Uma rápida busca pelo banco de teses e dissertações no portal da CAPES⁵ (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), com o termo “COLÉGIO PEDRO II”, recuperou quatrocentos e vinte e seis registros. Não encontramos trabalhos que abordassem a temática disciplinar na referida instituição de ensino no século XIX (1858-1898), mais especificamente sobre os castigos adotados.

Apesar da alta de registros relacionadas à instituição, o Colégio Pedro II possui espaços ainda não desvendados pela pesquisa e os castigos escolares é um desses espaços.

A fim de perceber a produção de estudos sobre um aspecto da disciplina que será aqui investigado - os castigos escolares - busquei inventariar trabalhos cuja temática referiam-se aos castigos ou punições escolares praticadas no século XIX. Diferentes espaços propõem-se à discussão da produção historiográfica brasileira tais como: associações, grupos de estudos, eventos e periódicos especializados; dando maior visibilidade às pesquisas em História da Educação. Destacamos a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), órgão que publica a Revista Brasileira de Educação e a Revista Brasileira de História da Educação, publicação oficial da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE).

Na Revista Brasileira de História da Educação, apenas um artigo foi encontrado - “Da palmatória à internet: uma revisitação da profissão docente”, de autoria de Rogério Fernandes. Este artigo só foi localizado quando a palavra-chave “punição” foi introduzida na área de busca. A pesquisa não recuperou nenhum resultado ao utilizarmos o termo “castigo escolar”. A busca por artigos na Revista Brasileira de Educação também não recuperou resultados para o termo “castigos escolares” ou “punição escolar”.

Outra ferramenta importante é o Catálogo de Teses e Dissertações do portal da CAPES. Na pesquisa realizada no referido portal, ao colocarmos a palavra-chave “castigos”, recuperamos cento e cinquenta trabalhos⁶. Destes, destacamos os seguintes:

⁵ Esta pesquisa foi realizada em outubro de 2019. Para mais informações, acessar: <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses>.

⁶ Pesquisa realizada em outubro de 2019.

Quadro 1: Trabalhos sobre castigos encontrados na Plataforma CAPES

Autor	Título	Ano	Curso ⁷
ELI, Daniela	“Cuidado com a ponteira”: memórias de castigos no grupo escolar Nossa Senhora do Sagrado Coração (Angelina/SC, 1940-1975)	2014	M
DALCIN, Talita Banck	Os castigos corporais como práticas punitivas e disciplinadoras nas escolas isoladas do Paraná (1857-1882)	2005	M
SOUZA, Milena Cristina Aragão Ribeiro de	Representações docentes sobre os castigos escolares	2015	D
DANI, Lúcia Salete Celich	A relação pedagógica e o fracasso na 1ª série do 1º grau: a repercussão das recompensas e dos castigos	1996	M
ALMEIDA, GIZELA BASTOS DA MOTA	História e Memória: um estudo sobre violência e infância em Goiás na primeira metade do século XX	2007	M
PEREIRA, Maria José de Moraes	Disciplina e Castigo na Escola: um estudo a partir da trajetória de vida de duas professoras do Ensino Fundamental	2000	M
PINAS, RAQUEL QUIRINO	Prêmio e castigo no Colégio Arquidiocesano de São Paulo (1908-1963)	2014	M
LEITE, DAYANE CABRAL	Palmada: educação ou violência doméstica?	2013	M
VALDEZ, Diane	A representação de infância nas propostas pedagógicas do Dr. Abilio Cesar Borges: o barão de Macahubas (1856 - 1891)	2006	D
PONCE, Rosiane de Fátima	Vergonha e humilhação na perspectiva de alunos e professoras no início do ensino fundamental	2003	M
NEVES, Dimas Santana Souza	As armas e as almas: dispositivos disciplinares e a inspeção escolar em Mato Grosso (1889-1930)	2004	M
PEREIRA, Fernando Francisco	Indisciplina e violência escolar: interpretações de professores de três escolas públicas de ensino secundário geral de Maputo em Moçambique	2016	D
PEREIRA, Juliana Caires	Os castigos escolares em Minas Gerais (1835-1867)	2017	M
LIMA, Aristela Arestides	A Instrução da Mocidade no Liceu Sergipense: um estudo das práticas e representações sobre o ensino secundário na Província de Sergipe (1847- 1855).	2005	M

Fonte: Elaboração da autora a partir do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

O quadro acima nos mostra que a temática dos castigos aplicados aos discentes não é inédita, assim como a da disciplina escolar. Porém, encontramos muitos trabalhos que abordam o ensino primário, elementar, com o recorte temporal focado, na maioria das vezes, no século XX. Poucos são aqueles dedicados ao ensino secundário e, também, ao século XIX. Dessa forma, temos mais uma razão para explorar essa temática no âmbito da História da educação.

⁷ Legenda: M – Mestrado, D – Doutorado.

Das teses e dissertações elencadas, escolhemos aquelas que mais se aproximam do meu objeto de estudo, tendo em vista o período investigado. Como o presente trabalho aborda os castigos escolares aplicados aos discentes do ensino secundário, no século XIX, procurei dialogar com os autores que abordaram sobre os castigos no Brasil oitocentista.

Talita Banck Dalcin (2005), em sua dissertação de mestrado, investigou os castigos corporais, no período de 1857 a 1882, a partir das punições escolares sofridas pelos alunos das escolas domésticas e isoladas paranaenses com o objetivo de entender como os castigos corporais contribuíram para a disciplinarização e o controle de seus corpos. Escolas isoladas, segundo a autora, referem-se a escolas que funcionavam em casas especialmente alugadas para a finalidade do ensino, que se destinava a populações menores. A partir de inúmeras fontes, tais como Relatórios de Presidentes da Província, de inspetores da Instrução Pública e de professores, correspondências provinciais, Leis da província do Paraná, entre outros documentos, Dalcin identificou os castigos físicos utilizados no cotidiano escolar. Para a autora, os castigos físicos eram sinônimos de castigos corporais e juntamente aos castigos físicos era possível perceber os castigos morais. Embora aparentassem serem mais sutis, por não deixarem marcas da violência no corpo, não eram necessariamente menos severos. Os castigos morais estavam presentes em todos os Regulamentos aos quais Dalcin consultou, contemplando todo o período investigado.

Além dos castigos, outra forma de disciplinar os alunos era por meio da utilização dos prêmios. Conclui que esses dois mecanismos disciplinares - castigos e prêmios - se estabeleceram como discursos legitimadores para assegurar a permanência destas práticas no ambiente escolar paranaense da segunda metade do século XIX, auxiliando a manter a ordem e a disciplina na civilização dos cidadãos.

Milena Cristina Aragão Ribeiro de Souza (2015), em sua tese de doutorado, embora não tenha trabalhado especificamente com o século XIX, teve, como objeto de estudo, os castigos escolares. A pesquisa desenvolvida buscou investigar as práticas e representações atribuídas aos castigos utilizados em sala de aula por meio de entrevistas com dez professoras dos primeiros anos do ensino fundamental, formadas em pedagogia entre 1970 e 2014. No trabalho investigado, a autora aponta que a incorporação dos castigos na prática profissional docente se entrelaça com as histórias de vida das entrevistadas, sendo eles naturalizados em suas ações. Como resultado da pesquisa, Souza revela que as docentes investigadas dizem dar ênfase na utilização de castigos morais em salas de aula, embora os castigos físicos também sejam utilizados, na prática, por suas colegas de trabalho e tenham feito parte de

suas histórias de vida. Conclui que investigar a construção das práticas e representações docentes sobre os castigos escolares culmina em um processo de desnaturalização de uma ação corriqueira no universo educacional, abrindo possibilidades de ação frente aos castigos escolares. Seu trabalho nos ajuda a entender o debate que circulava sobre os castigos, desde o século XVI ao XX, a partir do diálogo que a autora construiu com diversos pensadores da educação, deixando claro que a abolição dos castigos físicos não é fruto do acaso, mas, sim, das mudanças na concepção sobre a função da educação e da escola, associadas às transformações da sociedade.

Diane Valdez (2006), em sua tese de doutorado, investigou a representação de infância nas propostas pedagógicas do Dr. Abílio Cesar Borges, o barão de Macahubas, na segunda metade do século XIX (1856-1891). Médico baiano, teve relevante papel na instrução do Império, principalmente, por ser pioneiro na publicação de livros de leitura seriados para a infância brasileira. A pesquisa de Valdez tinha como objetivo identificar o lugar dado por este educador à criança na faixa etária de seis a doze anos do ensino primário, procurando entender os argumentos, as teorias e as produções para divulgar a ideia do “bom aluno”. Embora recaia sobre o ensino primário, assim como os outros dois trabalhos já mencionados, interessa-nos a temática que os perpassa: os castigos escolares. O trabalho de Valdez não foca, exclusivamente, nos castigos escolares, porém, como a autora procura compreender o lugar da criança dentro das propostas de Abílio, a temática dos castigos escolares acaba emergindo, pois, há uma coletânea de textos publicados por Abílio, denominado *Vinte anos de propaganda contra o uso da palmatória e outros meios aviltantes no ensino da mocidade*, em que o autor argumentou contra o uso de castigos corporais nas escolas. Utilizando um vasto e rico material de Abílio Cesar Borges, Diane Valdez desenvolve um belíssimo trabalho que contribuiu para a compreensão do universo infantil no Brasil oitocentista.

Juliana Caires Pereira (2017), em sua dissertação de mestrado, investiga os castigos escolares na província de Minas Gerais no período de 1835 a 1867. A escolha deste recorte foi baseada no ano da regulamentação da instrução pública na província de Minas Gerais e no ano da determinação oficial da proscrição dos castigos corporais nas escolas. A partir de inúmeras fontes, tais como: relatórios, documentos manuscritos, mapas de frequência, ofícios sobre a instrução pública na província de Minas Gerais, a autora concluiu que embora a legislação apontasse para a abolição dos castigos físicos, a palmatória, símbolo de um instrumento muito comum utilizado pelos professores para punir um determinado tipo de

comportamento dos discentes, continuava a ser utilizada. Conclui que os castigos físicos estavam presentes não só no ambiente escolar, mas também nas relações familiares e de trabalho, sendo muito difícil se desvencilhar desta prática, considerada um recurso pedagógico importante e legítimo para corrigir, punir e educar.

Todos os trabalhos dos quais destacamos acima tinham como fio condutor os castigos escolares. Nem todos encontram-se disponíveis para leitura na plataforma Sucupira por serem anteriores à data em que a plataforma passou a realizar o depósito dos arquivos em formato digital. Por esse motivo, além do meu interesse no século XIX, cheguei aos estudos que foram evidenciados.

Outros trabalhos, que não foram destacados acima, mas, que abordam essa vertente podem ser aqui citados. Autores como Rita de Cássia de Souza (2003); Cynthia Greive Veiga (2003); Marina Ertzogue (1999); César A. Castro (2010); Nicanor P. Sá e Elizabeth Siqueira (2006); Itacyara V. Miranda e Cláudia Cury (2008), Daniel Lemos (2012), entre outros pesquisadores, desenvolveram diferentes pesquisas sobre as práticas dos castigos escolares nos séculos XIX e XX, porém, nenhum deles abordou essas práticas no Colégio Pedro II, instituição de ensino que serviria de padrão para o ensino secundário durante o século XIX.

A partir dos autores aqui mencionados, que abordaram sobre a temática central da corrente pesquisa, é possível discorrermos sobre os castigos escolares, ajudando-nos na problematização do referido tema. Embora o nosso objeto de pesquisa recaia sobre os castigos escolares, reconhecemos que eles fazem parte de um debate mais amplo, no qual estão inseridas as práticas disciplinares adotadas no contexto escolar do século XIX. Nesse sentido, a disciplina também permeia as discussões do presente estudo.

De acordo com Cambi (1999), os castigos escolares existem de longa data no processo educativo, sendo difícil precisar a sua gênese. Segundo o autor, era difícil compreender esse processo sem fazer uso dos castigos físicos. A historiadora Mary del Priore (2000) destacou que, a partir do século XVI, quando os colonizadores portugueses e as primeiras missões jesuíticas chegaram ao Brasil, o castigo físico passou a ser utilizado no processo de colonização. A reparação do comportamento por meio dos castigos físicos estava atrelada ao controle pedagógico exercido pelos jesuítas. Segundo Alves (2013, p. 2):

[...] o interesse do colonizador e catequizador era pelas crianças indígenas - almas virgens. Portanto, os jesuítas foram os primeiros a desenvolver procedimentos educacionais, para educar e disciplinar crianças no Brasil. A pedagogia jesuítica pregava abertamente a necessidade de punições corporais para bem educar as crianças.

Isso era posto em prática nas primeiras escolas e colégios brasileiros, e tais concepções pedagógicas estendiam-se ao âmbito da família, conformando um universo cultural de práticas e representações comuns àquele tempo histórico.

As regras da Companhia de Jesus foram então oficializadas, sendo registradas na *Ratio Studiorum*⁸.

Este código previa um conjunto de estratégias disciplinares que deveriam ser colocadas em prática no cotidiano dos colégios da Companhia de Jesus. Essa ‘maquinaria escolar’ implicava o controle do tempo, o esquadramento do espaço, a rígida hierarquia, a emulação entre os alunos, o incitamento ao trabalho permanente dos alunos, entre outros. Os castigos físicos também eram previstos no código educativo dos jesuítas, mas como último recurso, quando as boas palavras e exortações não se mostravam eficazes. Segundo Jorge Ramos do Ó, os jesuítas tinham uma escala progressiva de punições, de forma que os alunos maiores não sofriam castigos físicos em prol da eficácia de uma ‘disciplina autorregulada’ (DALLABRIDA, 2014, p. 203).

De acordo com Dallabrida (2014), a partir do final do século XVII, Jean-Baptiste de La Salle fundou a maior rede de escolas elementares na França. As escolas denominadas lassalistas também colocaram em desenvolvimento mecanismos detalhados de disciplina:

[...] na pedagogia lassalista foram introduzidos um sistema de pontuação, que permitia ao aluno infrator ser perdoado por determinada falta se tivesse ‘pontos de privilégio’, conseguidos por boa conduta, assim como um ‘espaço serial’, em que os alunos eram divididos em classes e ocupados de forma simultânea e permanente, contribuindo para a sua produção e regulação (DALLABRIDA, 2014, p. 199).

A respeito dos castigos, nas escolas lassalistas, Veiga (2003) revela:

[...] os lassalistas viam a correção dos atos como um meio pedagógico importante para manter a ordem em sala de aula, sendo possível punições através de palavras e de penitência e pelo uso de instrumentos como a fêrula, o chicote ou a disciplina (um bastão de 8 a 9 polegadas, na ponta do qual estão fixadas 4 ou 5 cordas e cada uma delas terá na ponta três nós) e finalmente a expulsão (VEIGA, 2003, p. 501-502).

⁸ A *Ratio atque institutio studiorum Societatis Jesu* é um documento de trinta capítulos que retoma, reelaborando-as, as considerações pedagógicas contidas nas Constituições da Companhia de Jesus, que, desse modo, representam as bases de um programa formativo de caráter católico que se estende a todos os colégios jesuítas do mundo. O elemento mais relevante da *Ratio* é constituído por uma rígida norma que abrange toda a organização da vida do colégio e dos estudos: desde as funções dirigentes do provincial e do reitor até as disposições didáticas relativas aos professores e estudantes dos vários cursos de estudo e às várias disciplinas ensinadas. Realiza-se uma orgânica programação das atividades educativas em estreita relação com os fins ético-religiosos da ordem: formar uma consciência cristã culta e moderna e orientar, mediante a instituição escolar, para uma obediência cega e absoluta à autoridade religiosa e civil. (Cf. CAMBI, 1999, p. 261-262).

Os castigos eram vistos como um “meio pedagógico importante para manter a ordem em sala”, como destacou Veiga (2003, p. 501). Tinham a função de reduzir os desvios e corrigir os atos tidos como “inapropriados”, visando construir uma normalização. “A rede de escolas idealizada e concretizada por La Salle implementava dispositivos disciplinares parecidos com aqueles previstos na *Ratio Studiorum*, mas eram menos refinados pelo fato de serem voltados às camadas populares urbanas” (DALLABRIDA, 2014, p. 203).

No final do século XVIII, foi criado na Inglaterra, pelo anglicano André Bell e pelo *quacker*⁹ Joseph Lancaster, o sistema escolar conhecido como ensino mútuo. Anteriormente, os colégios clericais tinham um papel central na escolarização, atendendo um grande número de alunos do sexo masculino, oriundos de famílias com alto poder aquisitivo. A esses discentes eram ensinadas doutrinas provenientes da *Ratio Studiorum* ou doutrinas baseadas em orientações religiosas, formação considerada distinta daquela prevista com a chegada da Revolução Industrial no século XVIII.

A Inglaterra, no final do século XVIII, se apresentava como um amálgama entre sociedade moderna e campesinato, eis que, em plena revolução industrial e com perspectivas de desenvolvimento econômico, ainda se mostrava como sociedade das oralidades, com pouca ou quase nenhuma alfabetização. Mergulhada no século antropocentrista com diretrizes ampliativas das ciências, a Inglaterra ainda mostrava atroz antagonismo, já que a educação não tocava a todos os cidadãos de forma equânime. Daí que a taxa de analfabetos ainda se apresentava consideravelmente alta, principalmente nas classes menos favorecidas. (FERREIRA; SCHWARTZ, 2014, p. 52).

As autoras Ferreira e Schwartz (2014) destacam que esse sistema criou uma nova metodologia de ensino, procurando alfabetizar um elevado número de alunos. Embora este método não rompesse com o ensino religioso, ele consistia, principalmente, em atender a comunidade de baixa renda, ensinando-a a ler e a escrever. “O ponto focal de atratividade do método lancasteriano foi a velocidade com que se alfabetizavam centenas de alunos, dependendo de pequenos custos financeiros” (FERREIRA; SCHWARTZ, 2014, p. 53). Disseminou-se pelo mundo ocidental na primeira metade do século XIX, “deixando um legado sobre a forma de ensinar que representava: a padronização das salas de aula e dos móveis utilizados durante o processo pedagógico, equiparado ao processo fabril da sociedade londrina” (FERREIRA; SCHWARTZ, 2014, p. 54).

⁹ Os *quackers* são um grupo religioso formado em 1640 por George Fox, dissidente da Igreja Anglicana ou *Church of England*. (Cf. FERREIRA; SCHWARTZ, 2014, p. 53).

De cunho fortemente racional, a educação lancasteriana previa a formalização do método, descrevendo, logo de início, as instalações da escola, as quais compreendiam, inclusive, a forma padronizada da sala de aula, que, para ele, deveria ser “[...] em forma de quadrado, ou de paralelograma. Todas as carteiras deveriam estar enfileiradas, de frente para o professor, para que o mestre tivesse uma boa visualização de cada aluno. As carteiras deveriam ser individuais (FERREIRA; SCHWARTZ, 2014, p. 54-55).

De acordo com Dallabrida (2014, p.199), “no seu país de origem, o método chamou-se monitorial, devido à importância dos monitores no processo de aprendizagem, ou lancasteriano, numa referência a um de seus idealizadores, mas na França ficou conhecido com o nome de ‘mú-tuo’”.

O Decreto Imperial, de 15 de outubro de 1827, “tornava proibido o castigo corporal, sendo substituído pelos de cunho moral, baseado no método lancasteriano” (ARAGÃO; FREITAS, 2012, p. 18). O Brasil adotou o método lancasteriano de ensino, já usado na Europa. De acordo com Faria Filho (2000, p. 141), “tal método tem como característica principal a utilização dos próprios alunos como auxiliares do professor”. O autor destaca que para que esse método fosse empregado, era necessário um vasto espaço, um professor e alunos-monitores, sendo que os alunos mais adiantados ajudavam àqueles que estavam menos adiantados. Tal método poderia atender, de uma só vez, até mil alunos em uma única escola. Entre as grandes novidades introduzidas nas escolas mútuas, destacaram-se o sistema de prêmios e recompensas e a organização hierarquizada dos alunos (FARIA FILHO, 2000).

O sistema de prêmios e recompensas funcionava da seguinte forma: os alunos que estavam mais avançados, distinguiam-se, diariamente, após a realização das atividades planejadas pelos professores, daqueles que estavam menos avançados. Lancaster “indicava que os alunos receberiam prêmios e castigos de acordo com o comportamento” (OLIVATO, 2017, p. 851). Porém, essa distinção não ficava restrita a essa situação. O nivelamento estava presente em toda a organização do método de ensino, de forma que essa distinção entre os educandos era, facilmente, percebida. Segundo Olivato (2017):

[...] os castigos elencados por Lancaster faziam parte, portanto, desse contexto escolar disciplinador e hierárquico cuja forma de punição deveria passar pela humilhação pública sem o uso da força física. Os prêmios, em contrapartida, deveriam ser tão públicos quanto os castigos, pois os melhores alunos deveriam utilizar uma medalha junto ao uniforme. (OLIVATO, 2017, p. 852).

A Lei de 15 de outubro de 1827 estruturou o ensino primário no Brasil, atribuindo ao Presidente da Província, auxiliado pelos Conselhos Gerais, a responsabilidade pela criação desses estabelecimentos de ensino¹⁰. Ademais, tal Lei assegurou nas escolas das cidades mais populosas do país a utilização do método lancasteriano, assim como o uso dos castigos de Lancaster, conforme determinam os artigos 4º e 15º da respectiva legislação imperial (BRASIL, 1827, p. 71).

Nota-se que a preocupação com a forma de punição escolar esteve presente também nas discussões sobre a organização da instrução pública no Império. Como já mencionado, no artigo 15º da Lei de 1827 era previsto que os castigos [nas escolas brasileiras] seriam os praticados pelo “methodo de Lencastre” (BRASIL, 1827) e, talvez, pela ausência de um material específico sobre esses castigos, o Conselho Geral de Minas Gerais tenha encomendado à Typographia de Silva uma publicação exclusiva sobre o assunto (OLIVATO, 2017, p. 850).

De acordo com Olivato (2017, p. 850), “em consequência da resolução do Exmo. Conselho do Governo da Província de Minas Geraes, foi impresso, em 1829, o documento *Castigos lancasterianos ou morais*”.

O pequeno livreto foi dividido em duas partes: a primeira destinada aos instrumentos e modos de castigos lancasterianos e a segunda destinada às ofensas e queixas. Interessa-nos a primeira parte que apresenta, segundo Olivato (2017, p. 850),

[...] uma lista de dez tipos de castigos que poderiam ser aplicados na sala de aula para punir alunos indisciplinados.

...

Castigos Lancasterianos não era uma publicação completamente original. Os tópicos que compõem os parágrafos do livreto mineiro haviam sido retirados do livro *British System of Education*, publicado na cidade do Porto, em Portugal, na Tipografia de Viuva Alvarez Ribeiro & Filhos, em 1823, numa edição de 21 centímetros e 83 páginas. Seu autor era Guilherme Skinner que logo afirmou no prefácio da obra que se tratava de um exercício de tradução combinado à necessidade de materiais específicos sobre o ensino mútuo em Portugal e seus domínios.

...

[...] o livreto *Castigos Lancasterianos* não era uma cópia exata da publicação portuguesa, mas um recorte, transformando o texto num guia prático para professores

¹⁰ Segundo a Lei de 15 de outubro de 1827, “Art 1º Em todas as cidades, villas e logares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessarias. Art 2º Os Presidentes das provincias, em Conselho e com audiencia das respectivas Camaras, emquanto não tiverem exercicio os Conselhos geraes, marcarão o número e localidades das escolas, podendo extinguir as que existem em lugares pouco populosos e remover os Professores delas para as que se criarem, onde mais aproveitem, dando conta á Assembléa Geral para final resolução” (BRASIL, 1827, p. 71).

Tal circunstância nos auxilia a entender sobre as características das punições escolares que foram apresentadas por Joseph Lancaster, incluídas na publicação mineira. Segundo a autora, “os castigos morais, que mais tarde foram chamados de lancasterianos, haviam se popularizado no início do século XIX como uma técnica coercitiva, eficaz e humanizada que garantia a disciplina escolar” (OLIVATO, 2017, p. 851). A autora informa que, apesar destes tipos de castigos, possivelmente, terem sido executados por diferentes professores em suas aulas, foi com Lancaster que esse modelo de punição escolar se propagou. Também foi com ele que a relação pedagógica entre alunos e professores se firmou, por meio da coordenação exercida pelo mestre. A autora Laís Olivato (2017) destaca os dez tipos de castigos lancasterianos propostos no livreto:

Quando uma offensa se perpetre muitas vezes, depois da admoestação, o decurião a quem o offensor appresentar o bilhete lhe porà um pedaço de pão á roda do pescoço, que lhe servirá como uma gonilha, e com isto se manda para o seu lugar. Este pão pesará desde 4 até 6 arrateis, pouco mais ou menos. O pescoço não se opprime, mas deve pôr-se de sorte que, voltando elle a cabeça para a direita ou esquerda, isto lhe embararce o pescoço. Em quanto que o pão descança sobre os hombros, sempre se conserva no equilibrio, mas com o mais leve movimento perdese, e o pão opera como um peso morto. Assim elle será obrigado a sentar-se na sua verdadeira posição, e continuar com o seu trabalho. *Das Cadêas de pão; A Cesta; A Caravana; Proclamação dos erros de um offensor perante a Aula; Falta de limpeza; Da prisão depois da aula; Tom de cantar ao lér; Escritos de vergonha; Outra qualidade de castigos* (OLIVATO, 2017, p. 853-856).

Exceto o primeiro tipo de castigo elencado, que está transcrito de forma literal, os demais tipos citados referem-se apenas aos títulos encontrados no livreto sobre cada castigo. Não foram transcritos na citação acima por serem extensos¹¹.

Apesar dos castigos lancasterianos serem destinados às escolas de primeiras letras, alguns dos castigos elencados se aproximam das punições aplicadas aos alunos do ensino secundário, no Imperial Colégio de Pedro II, conforme veremos em um dos capítulos do presente trabalho.

Irma Rizzini, Jucinato Marques e Vinicius Monção (2015, p. 166) ressaltam que “o uso dos castigos corporais pelos professores, aplicados como medida educativa, encontrava amparo legal no Código Criminal de 1830”.

¹¹ Os mesmos podem ser consultados na íntegra em artigo elaborado por OLIVATO, Laís. “Castigos Lancasterianos” na Província de Minas Gerais (1829). *Cadernos de História da Educação*, v. 16, n.º 3, p. 846-858, set-dez. 2017.

O Código Criminal, de 16 de dezembro de 1830, possuía características específicas aos crimes e criminosos e serviu de base para o julgamento de vários processos ao longo do século XIX. O ponto específico que fazia referência aos professores se encontra da seguinte maneira:

Art. 14. Será o crime justificável, e não terá lugar a punição dele: [...] 6º Quando o mal consistir no castigo moderado que os pais derem a seus filhos, os senhores a seus escravos, e os mestres a seus discípulos; ou desse castigo resultar, uma vez que a qualidade dele não seja contrária às Leis em vigor. (BRASIL, 1830, p. 2).

É possível perceber que existiu a autorização legal para a punição ao aluno, legitimando o poder dos pais sobre os filhos, dos professores sobre os alunos e o poder senhorial sobre os escravos. O castigo físico era regulamentado de acordo com a Lei de 16 de dezembro de 1830. Por outro lado, a Lei Imperial, de 15 de outubro de 1827, entre outras prescrições, tornava proibido o castigo corporal, sendo substituído pelos de cunho moral, baseado no método lancasteriano. “A tensão entre a legislação e as práticas cotidianas no século XIX revela que preceitos gestados por uma instância de poder não significam, necessariamente, mudanças cotidianas e denuncia, também, a forte crença nos castigos físicos como caminho civilizatório” (ARAGÃO; FREITAS, 2012, p. 25).

A partir da análise dos castigos corporais nas escolas primárias da Corte Imperial, no século XIX, Lemos (2012) os investigou como uma prática pedagógica que visava constituir e consolidar uma determinada cultura escolar. Para isso, utilizou as fontes localizadas no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), através de um expressivo número de cartas manuscritas do século XIX demonstrando a discussão sobre os castigos nas escolas e sua repercussão na sociedade brasileira; na Fundação Biblioteca Nacional (FBN), utilizou como fonte histórica os jornais pedagógicos e da grande imprensa que noticiavam sobre casos de desvios de professores e o uso de castigos nas escolas. Além disso, utiliza como pano de fundo de sua pesquisa, a primeira lei geral do ensino do Império brasileiro, já citada anteriormente. Pretende, portanto, debater o sentido do castigo físico exercido como mecanismo pedagógico na escola e perceber os debates sobre sua abolição como prática pedagógica.

De acordo com o autor, nas escolas da Corte do século XIX, foram encontrados os seguintes castigos corporais: fazer uso de palmatórias, réguas, chicotes e pedaços de bambu; colocar o aluno ajoelhado; inserir rolhas na boca do discente falador (LEMOS, 2012). Como

afirmou Lemos (2012), para se compreender a legalidade dessas práticas, deveria ser observado o que estava previsto na Lei de 15 de outubro de 1827, conforme o artigo 15º, uma vez que tal artigo mencionava que os castigos deveriam ser praticados de acordo com o método de Lancaster.

Embora o regime disciplinar lancasteriano pregasse a não utilização dos castigos físicos ou corporais:

[...] na publicação mineira havia a indicação dos mesmos, o que seria contrário as orientações do próprio Lancaster...
A discussão sobre o uso ou não uso dos castigos corporais são anteriores à lei imperial de 1827 e estiveram presentes nos debates parlamentares do Império [...] em uma reunião da Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados. Nessa reunião foi proposta a emenda de Baptista Pereira e Cunha Mattos sobre as punições, com a seguinte redação: ficam proibidos os castigos corporais sob pena de culpa (MOACYR, 1936, p. 187 apud LEMOS, 2012, p. 631).

Diante desse cenário, alguns membros contrários à proposta, mantiveram-se opostos à emenda e, por conseguinte, a mesma não foi aprovada.

Em 1854, foi aprovado o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte, por meio do Decreto n.º 1331-A, de 17 de fevereiro. Nele, o método simultâneo foi aprovado sem que houvesse um impedimento explícito ao uso dos castigos corporais no dito Decreto. Traz, contudo, no artigo 72, os meios disciplinares que deveriam ser adotados, sem fazer alusão aos castigos corporais. Apesar de o regulamento já prever punições morais, a substituição dos castigos corporais por novos métodos disciplinares foi alvo de muitas discussões na sociedade. Como afirmou Lemos (2012, p. 633), “mesmo após 16 anos de promulgação da lei, a questão continuou sendo debatida. Muitos professores ainda se valiam de castigos físicos, entrando em conflito com a inspetoria e os delegados de instrução, enquanto uma parcela cada vez maior de professores repudiava os castigos”.

A partir da segunda metade do Oitocentos, inúmeras ações foram deflagradas com o intuito de coibir os castigos corporais, as palmatórias e outros meios de punição nas escolas.

O movimento escolar de “punir” e/ou “premiar” adquiriu fórum privilegiado de discussão e sua repercussão estava presente nos periódicos da época, como constatamos a seguir, no jornal a “Instrucção Publica”, seção “Charadas Scientificas”:

Questão pedagógica e disciplinar: «— Pode-se estabelecer nas escolas um systema tal de recompensas que torne desnecessário ou pelo menos muito raro o castigo?» Se a resposta for affirmativa. «— Porque meios se conseguirá isso?» Se for negativa. «— Porque razão se não pode conseguir?» A.E.C.C. (A INSTRUÇÃO PUBLICA, 1872, p. 56.).

Muitos intelectuais brasileiros que atuavam sobre as questões educacionais se posicionavam contrariamente ao uso dos castigos corporais nas escolas, fossem elas voltadas para o ensino primário ou secundário. Neste meio, destacou-se Abílio Cesar Borges, conhecido como barão de Macaúbas, que defendia o fim dos castigos aviltantes e humilhantes. Segundo Lemos (2012, p. 634):

Abilio promoveu uma grande campanha contra o uso da palmatória e outros meios aviltantes através de manifestações públicas. Em 1876 reuniu seus escritos contra os castigos e publicou no formato de um pequeno livro intitulado *Vinte Anos de Propaganda Contra o Emprego da Palmatória e Outros Meios Aviltantes no Ensino da Mocidade*. Abílio Cesar Borges prescrevia como alternativa aos castigos físicos os prêmios por desempenho, através dos quais se premiava os bons alunos. A lógica da premiação e honrarias também estava inserida nas tecnologias disciplinares como mecanismo de medição, que visava a comparação, a exclusão, a normalização e a homogeneização. (LEMOS, 2012, p. 633-34).

Nesse debate entre a substituição dos castigos físicos por novos métodos disciplinares morais, as divergências de opiniões eram muitas. Não havia um consenso entre os diferentes grupos que debatiam sobre o tema. “Um sentimento de incerteza permeava o universo docente. De um lado, havia leis proibindo o castigo físico e introduzindo os de cunho moral e, de outro, havia docentes sem saber como proceder, desacreditados que tais práticas realmente surtiriam efeito” (ARAGÃO; FREITAS, 2012, p. 23).

Curioso destacar que em 1874 estava sendo realizada, no Imperial Colégio de Pedro II, as conferências pedagógicas dos professores primários da Corte para debater, entre outros assuntos, o tema dos castigos corporais.

No século XIX, as conferências disseminam-se como uma estratégia de educação e de vulgarização do conhecimento, sendo caracterizadas pela reunião de pessoas interessadas em ouvir e/ou discutir temas da atualidade, integrando-as professores ou outros intelectuais, figuras proeminentes, autoridades públicas e políticas, dentre outros. Decorrentes da exigência de formação dos professores primários e da disseminação das escolas normais, estavam vinculadas, também, com a ampliação do mercado editorial, especialmente no campo educativo, e com o estímulo às bibliotecas em geral e bibliotecas pedagógicas em particular. Nessa perspectiva, podemos considerar as conferências como uma modernização intelectual que procurava corresponder às mudanças socioeconômicas. Entre os anos de 1873 e 1886, foram realizadas nove conferências pedagógicas no Município da Corte. Essas conferências constituem um valioso registro das ideias que agitaram o ambiente intelectual brasileiro após 1870, fornecendo um amplo e rico debate travado sobre as questões educacionais. Tiveram a sua intermitência em 1854, quando ocorreu a Reforma Couto Ferraz, voltando a serem regulamentadas somente em 1873. (BASTOS, 2006, p. 117-18).

De acordo com Bastos (2006), um fato inusitado ocorreu na conferência pedagógica durante o ano de 1874. Presidida a sessão pelo Inspetor Geral interino da Instrução Primária e Secundária, o Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello, a conferência reunia além dos professores e professoras, autoridades públicas e políticas, como o Secretário dos Negócios do Império, Dr. João Alfredo Correa de Oliveira, três membros do Conselho Diretor da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte e o próprio Imperador, D. Pedro II. Segundo uma nota publicada no jornal intitulado *A Instrução Pública*, o fato ocorreu da seguinte forma:

[...] No debate sobre castigos corporais alguns professores perderam a serenidade de que no exercício de suas funções deve sempre estar revestido o pedagogo, e declararam que não obstante a proibição legal haviam empregado a palmatória como meio disciplinar em casos raríssimos e mui penosamente! (A INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1874, p. 152).

A inesperada confissão, ao que tudo indica, parece ter causado perplexidade a toda plateia que estava a assistir a conferência, sobretudo ao Imperador. O então inspetor interino, Homem de Mello, advertiu publicamente os ditos professores, e lembrou-lhes que não era lícito usar de tal instrumento, além de representar um péssimo exemplo de desobediência à Lei. Diante do exposto, o debate ainda perdurou, buscando-se um modelo ideal por meio de códigos e doutrinas norteadoras de práticas.

Outro intelectual brasileiro que se destacou foi Manoel Francisco Correia, Senador do Império e Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros. Em 1877, ele organizou, no Rio de Janeiro, as “Conferências Populares” (1873-1890), encontros que geravam discussões profícuas no campo da educação, proliferando debates científicos e pedagógicos (BASTOS, 2002). Segundo Manoel Francisco Correia (1876):

[...] para corrigir meninos nada há mais impróprio que pancadas, castigos que inspira-lhes natural aversão a coisas que aliás o professor deve esforçar-se por fazer amar. Nada mais comezinho do que ver os meninos odiarem logo certas coisas desde que a elas são constrangidos por meio de pancadas (CORREIA, 1876, p. 13).

Em 16 de fevereiro de 1890, como informaram Rizzini, Marques e Monção (2015) foi publicado na *Gazeta de Notícias*, um artigo que tratava sobre “*A disciplina e a educação moral no ensino secundário*”. Neste artigo, o autor propunha aos leitores conselhos para disseminar novas atitudes e práticas sociais necessárias à formação de um cidadão condizente com o novo projeto nacional que se consolidava.

Assim, destacava que deveria ocorrer:

[...] reunião periódica entre os professores e a direção escolar para apresentar os juízos e suas impressões sobre os alunos e a aplicação de notas justas, bem fundamentadas, que são verdadeiras sanções, e tanto mais eficazes, quanto o aluno não tem a epiderme embotada pela repreensão de cada dia ou pelos castigos dados a torto e a direito (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1890, p. 1).

Com relação aos castigos, o autor destacou que quando a infração fosse cometida, a correção não deveria ser pautada em “[...] velhas penalidades físicas, tais como: o sequestro, a privação do movimento e de recreios e que a prática da premiação também contribuiria para animar os bons trabalhadores” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1890, p. 1). Segundo o autor do artigo, a prática pedagógica recomendada deveria priorizar o elogio do mestre perante o aluno, ressaltando os esforços meritórios dos discentes mediante aprovação e reconhecimento. A premiação seria uma das formas de se reconhecer esse esforço, devendo ser atribuída aos alunos que:

[...] com o ótimo trabalho conseguiram uma determinada média de notas [...], privilegiando-se dois tipos: [...] o de excelência, destinado ao aluno mais distinto pelo procedimento, pelo trabalho e pelas provas, e o de honra ao que pelo caráter, pelo procedimento, pelo esforço próprio, houver merecido no mais alto ponto a estima de seus mestres” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1890, p. 1).

Conforme podemos verificar, castigos e prêmios faziam parte de uma prática disciplinar e recaíam, principalmente, sobre os discentes, que se constituíam como agentes sociais. Em uma sociedade de economia baseada no latifúndio e na escravidão, se valorizava aqueles que dispunham de capital cultural, cujos títulos de Bacharel e de Doutor iriam compor as elites intelectuais que facilmente tinham acesso ao ensino superior no país. Essa discrepância entre a sociedade letrada e aquela que não possuía letramento levou a um enorme distanciamento entre as classes, agravando a desigualdade social já existente.

Prêmio e castigo, em um estabelecimento de instrução, sobretudo secundária, frequentado por adolescentes encalorados pela puberdade, na inexperiência de muitos ou na audácia de alguns, julgando permitido ou tolerado justamente o defeso. Prêmio e punição, como dispensá-los na manutenção da sociedade humana, se até o céu reclama paraíso, purgatório, inferno. Viver às claras, sim, às soltas, não (DÓRIA, 1997, p. 135).

Para pertencer ao grupo das elites, o aluno devia ser moldado por uma espécie de forma ideal, em que suas posturas e atitudes estavam sujeitas constantemente a uma pirâmide de olhares. Os esquemas tradicionais de vigilância alimentavam a rede disciplinar instituída

pelo Imperial Colégio de Pedro II. Assim, a disciplina escolar deve ser entendida tanto no sentido da coerção - utilização de mecanismos repressivos - como no sentido da autorregulação - processo disciplinar que pressupõe a interiorização e o acatamento de um padrão de conduta exemplar.

Prevenir, regular e reprimir constituem as funções básicas da disciplina escolar. A concepção de disciplina mantém uma relação de dependência com o meio social em que está inserida, pois, é de acordo com os princípios e valores pré-estabelecidos pelos grupos que se definem e determinam as regras. O vocábulo disciplina tem sua origem no latim *discere* - aprender. Foi ganhando novos significados: obediência e respeito às regras, aos regulamentos, aos preceitos; à boa ordem. Ou seja, a disciplina tornou-se condição fundamental no funcionamento das instituições escolares. Sua etimologia é a mesma da palavra discípulo, que pode ser interpretada como um indivíduo que se apropria de algo que lhe está sendo mostrado ou indicado. Assim, discípulo é aquele que aprende e a aprendizagem faz parte de uma relação pedagógica. Essa relação, no entanto, pode ser marcada pela vigilância constante, pelo medo e pela vergonha do discípulo de ser castigado.

Os castigos e, conseqüentemente, a disciplina estão inseridos no caminho da instrução e da civilização dos sujeitos, pois, o homem que era instruído deveria se portar de maneira civilizada, diferentemente daqueles não instruídos, que permaneciam relegados à condição de bárbaros. Ser civilizado representava, no século XIX, um estado contrário à barbárie (ELIAS, 1994). Remetia-se à civilidade e à polidez, à distinção e à finura de maneiras, características necessárias ao alcance do progresso.

Portanto, os castigos, configuram-se em mecanismos de poder, em que uma determinada autoridade, podendo ser representada pelo diretor, docente ou inspetor, tem em suas mãos o poder de submeter aquele discente a um certo castigo, procurando controlar o grupo que está sob sua responsabilidade. Esse controle pode ser pensado a partir da definição de regras que, se descumpridas, podem gerar diferentes sanções. “O sistema funciona em mão dupla: gratificação x sanção” (FOUCAULT, 2013, p. 173). Mais à frente, na seção *Quadro teórico*, focaremos nos autores que irão subsidiar a presente pesquisa, buscando-se a interdisciplinaridade entre os campos do conhecimento, uma vez que o tema dos castigos escolares evoca aproximações entre alguns autores por meio de seus conceitos e categorias de análise.

A respeito do ensino secundário, o termo foi empregado em vários sentidos nos últimos dois séculos exigindo dos pesquisadores uma atenção acurada para a evolução

semântica e para a mobilização do termo no campo léxico. Como advertem André Chervel e Circe Bittencourt (1992), na França, o adjetivo secundário emergiu nos debates educacionais da Revolução Francesa adquirindo diversos sentidos atribuídos a diferentes modalidades de escolas até difundir-se em linguagem corrente, por volta de 1840, em duplo sentido: como um dos três níveis do ensino, o grau intermediário entre o primário e o superior e como um tipo de educação da juventude com características sociais e culturais muito específicas, oferecendo, fundamentalmente, uma educação pautada nas humanidades clássicas e, posteriormente, nas humanidades literárias. Destinava-se às necessidades de formação de uma elite social, para a qual o projeto civilizatório do Império era especialmente dirigido¹². Ancorada no ideal humanista e assentada no latim, objetivava formar o homem cultivado polido, apreciador da elegância e do bom gosto, portador de valores morais e cívicos, capaz de se exprimir oralmente e por escrito.

No Brasil, o termo “instrução secundária” passou a ser empregado na legislação escolar no século XIX, a partir da criação do Imperial Colégio de Pedro II, em 1837, designando um tipo de ensino voltado para a formação das elites e estreitamente vinculado ao acesso ao ensino superior.

Justificativa

A escolha do tema de pesquisa para o Doutorado e, consecutivamente, o delinear do seu âmbito surgiu através do contato diário com o vasto e diversificado acervo presente no Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM), local onde atuo profissionalmente. A fim de preservar e salvaguardar seus documentos, todo um conjunto de medidas, que visam prolongar a vida útil das diversas formas de registro da memória, em seus diferentes tipos de suporte, foi desenvolvido. Tais medidas estão atreladas, entre outras, à higienização do acervo realizada de forma minuciosa, folha a folha de cada documento. Esse processo permitiu o manuseio com diferentes materiais. Dentre eles, os livros de ocorrência disciplinar que, de uma maneira ou de outra, foram responsáveis por aguçar o interesse e apurar o desejo de saber mais sobre os castigos escolares que eram impostos aos alunos da referida instituição de ensino.

¹² A diretriz maior do projeto político-cultural objetivava colocar o Brasil entre as nações civilizadas e, nestes termos, a política educacional concentrou inicialmente esforços no sentido da regulamentação e elevação do nível de ensino superior, principalmente nos cursos jurídicos, e implementação da instrução pública e particular, primária e secundária. (Cf. ANDRADE, 1999, p. 6).

O que torna essa pesquisa singular e inédita é o fato de esta coleção de livros de ocorrências disciplinares nunca ter sido pesquisada. Ou seja, trata-se de um objeto de investigação complexo e ainda não estudado. Dessa forma, o presente trabalho pode oferecer importantes contribuições para a história e memória da referida instituição de ensino, bem como pode contribuir para a compreensão de questões pertinentes à organização e funcionamento do Colégio Pedro II no que se refere ao controle do tempo e do espaço, à vigilância ininterrupta dos alunos e aos demais mecanismos disciplinares, especificamente com relação aos castigos postos em prática pela pedagogia petrossecundense.

Entender o tipo de projeto educativo implementado no Colégio Pedro II, através das práticas disciplinares aplicadas ao corpo discente, é fundamental para a compreensão acerca dos ideais a serem alcançados em prol da formação e consolidação da “mais perfeita educação da mocidade”¹³.

Objetivos

A pesquisa em questão tem como objetivo geral contribuir para a memória institucional do Colégio Pedro II através da análise dos castigos lá utilizados, no período de 1858 a 1898 e alargar o conhecimento acerca do dia a dia escolar daquela instituição de ensino. Trata-se, portanto, de estudar o Colégio Pedro II sob a perspectiva da sua cultura escolar. Esta tem se constituído em uma importante ferramenta teórica para refletirmos “sobre a cultura material como elemento constitutivo das práticas escolares e sobre a valorização dos sujeitos escolares como sujeitos privilegiados do processo de ensino-aprendizagem” (VIDAL, 2009, p. 25-41).

Como objetivos específicos, a presente pesquisa propõe:

- Investigar quais eram os castigos aplicados aos alunos do Colégio Pedro II, no período de 1858 a 1898;
- Identificar rupturas e/ou permanências com relação aos castigos escolares praticados no interior da referida instituição de ensino;
- Verificar o papel da disciplina na formação de nível secundário na relação com a construção e manutenção da ordem social estabelecida.

¹³ Fala de Bernardo Pereira de Vasconcellos durante o seu discurso de inauguração das aulas no Imperial Collegio de Pedro II.

Quadro Teórico

A partir dos objetivos traçados no presente estudo, será necessário adentrarmos no universo escolar, buscando relações conceituais e categorias de análise que nos aproximem da temática em questão.

Uma vez que uma dimensão da disciplina escolar será investigada, os castigos e as punições merecem destaque. As pistas e investigações abertas por Michel Foucault (2013) sobre o exercício, as estratégias e o detalhamento do poder, no interior das instituições, parecem ser fecundas para o desenvolvimento da presente pesquisa. O castigo e a punição compunham o “poder disciplinar” que se revelava não só no campo escolar, mas também, parafraseando Michel Foucault (2013), nos diversos polos disciplinares como, por exemplo, o convento, o exército, a fábrica, as prisões, o hospital, o hospício. Apesar do seu objeto de estudo se centrar nas cadeias e na aplicação de penas judiciais, a obra *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault permitiu-nos tomar consciência de que a análise da questão disciplinar poderia ser colocada no campo, bem mais aliciante, das relações de poder. As relações que se pretendiam estabelecer em dada sociedade para formar o futuro cidadão não era um fenômeno inconsciente. Procurava-se tornar os seus cidadãos úteis, produtivos e dóceis perante a sociedade.

As relações de poder podem ser associadas ao poder disciplinar, na obra de Foucault. “O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e se retirar, tem como função maior adestrar [...]. O sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e o exame” (FOUCAULT, 2013, p. 164). Esses três instrumentos são visíveis nos livros de ocorrência: o olhar hierárquico, presente nas anotações diárias dos responsáveis pelas ocorrências; a sanção normalizadora, na qual o responsável pelos registros aplica uma micro penalidade ao infrator e o exame, que seria uma combinação dos dois instrumentos anteriores, permitindo qualificar, classificar e punir o desviante, com o objetivo de pôr fim ao mau comportamento.

Controlar hábitos, atitudes, gestos, movimentos seria o “vigiar e punir” dentro do universo foucaultiano. Sua obra também aborda sobre a sociedade disciplinar implantada a partir do século XVII, em que um sistema de controle social é inserido por meio de variadas técnicas. Segundo Foucault (2013), a pena executada ao indivíduo, por meio do poder sobre o corpo, durou até meados do século XIX, quando foi substituída por um novo regime de

poder, em que a pena aplicada não se restringia mais ao corpo, mas sim, à perda de um bem ou de um direito.

Através do Regulamento n.º 8 do Imperial Colégio de Pedro II, no capítulo XVI¹⁴, podemos observar as penas que seriam aplicadas aos discentes infratores. Um conjunto de prescrições explicitamente punitivas e corretivas é descrito por meio de 9 artigos, conforme podemos observar a seguir, no art. 91, com um total de oito parágrafos:

Dos castigos: Art. 91 – Sempre proporcionados à gravidade das faltas, os castigos serão os seguintes:

1º – Privação de uma parte, ou da totalidade do recreio com trabalho extraordinário.

2º – Privação de passeio com trabalho extraordinário¹⁵.

3º – Proibição de sair.

4º – Prisão: a prisão será um lugar suficientemente claro, e fácil de ser inspecionado, onde o aluno ocupar-se-á constantemente de algum trabalho extraordinário.

5º – Privação de férias, em todo, ou em parte.

6º – Vestir a roupa às avessas. O aluno assim vestido ocupará lugar à parte nas aulas, e salas de estudos; e não assistirá aos passeios, nem aos recreios.

7º – Moderada correção corporal.

8º – Exclusão do Colégio (BRASIL, 1838, p. 75).

Conforme podemos observar, uma rígida organização disciplinar estava presente no cotidiano daquela instituição de ensino. Além disso, é perceptível essa perda de um bem ou de um direito, conforme destacou Foucault (2013), uma vez que os alunos perderiam parte do recreio ou a totalidade dele, assim como passeios, férias e saídas. Uma escala de faltas também pôde ser observada, variando das mais leves para as mais graves. Mas, como será que essas faltas eram transcritas nos livros de ocorrência? Será que os inspetores de alunos/professores seguiam à risca o regulamento da escola no momento de aplicar os castigos aos alunos que não cumprissem com os seus deveres e regras estabelecidas? Essas e outras questões serão sanadas no decorrer da pesquisa.

Na perspectiva foucaultiana, o conceito de “disciplinas” nos parece fundamental para refletirmos sobre a questão dos castigos, uma vez que Foucault (2013) as vê:

[...] como técnicas específicas de poder, métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante das suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade... o momento histórico

¹⁴ O Regulamento número 8 pode ser acessado na íntegra no site:

<http://www.camara.gov.br/legin/fed/regula/1824-1899/regulamento-8-31-janeiro-1838-561957-publicacaooriginal-85725-pe.html>.

¹⁵ Vide Art. 93. O trabalho extraordinário, anexo a alguns castigos, consistirá em copiar pedaços de prosa, ou verso, indicados por quem houver imposto o castigo.

das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa [...] a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil... Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. (FOUCAULT, 2013, p. 133).

Essa manipulação que incide no corpo, nos gestos e no comportamento, na qual Foucault sinaliza, constitui o poder disciplinar que se apropria de diferentes instrumentos para controlar os indivíduos, tornando-os dóceis e úteis.

A escola passou a ser um espaço disciplinar em que tudo era hierarquizado e ordenado de acordo com diferentes fatores como a idade, o estágio dos conhecimentos, o desempenho ou comportamento dos alunos ou os assuntos a ensinar. Esta técnica permitiu abandonar o sistema tradicional em que, enquanto, um aluno trabalhava com o professor, o grande grupo ficava ocioso e sem vigilância, dando origem ao aparecimento de uma organização que possibilitava ensinar muitos como se fossem um só e criar um mecanismo de socialização e de inculcação de hábitos de forma a homogeneizar o todo. A distribuição por lugares individuais possibilitou o controle de cada um e o trabalho simultâneo de todos. Assim, surgiu uma economia do tempo de aprendizagem em que a escola passa a ser uma espécie de máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar. (BARROS, 2005, p. 22).

Assim, podemos relacionar os instrumentos punitivos às diferentes técnicas mencionadas por Foucault (2013) que vão desde o olhar hierárquico, através da vigilância constante dos alunos, até o controle do tempo e das atividades realizadas.

Não bastava distribuir no espaço e controlar a atividade dos indivíduos, era necessário organizar o todo de modo a aumentar a rentabilidade, pelo que se tornava fundamental a regulação das relações que se estabeleciam dentro do grupo. Todos deviam estar ocupados a cada instante e isso permitiria aumentar a eficácia do conjunto. (BARROS, 2005, p. 23).

Em se tratando de relações de poder, Bourdieu (1989) também nos ajuda, uma vez que através de alguns conceitos por ele tratados, é possível refletirmos sobre a temática dos castigos escolares. As relações de poder são discutidas pelo autor através do conceito de campo, “conceito cunhado para designar um espaço multidimensional de relações sociais entre agentes que compartilham interesses em comum e lutam pela manutenção e pela obtenção de determinados postos, mas que não dispõem dos mesmos recursos e competências” (SOUZA, 2015, p. 77). No campo escolar essas disputas pelo poder são fortemente visíveis, em que aqueles detentores de maior volume de capital disputam pelo poder “de intervir e definir o que é ou não legítimo, as regras de entrada, os limites de subversão, empregando estratégias para conservarem suas posições” (SOUZA, 2015, p. 77).

Esses embates não ocorrem de forma linear, sem interferências. Há, constantemente, uma relação de forças entre os agentes de modo que as figuras detentoras de poder, consideradas “figuras de autoridade”, se sobrepõe àquelas que desejam subverter a ordem estabelecida.

Além do conceito de campo, Bourdieu traz outros conceitos que nos interessam para a presente pesquisa. O conceito de capital trabalhado por Bourdieu não se restringe ao capital econômico, no sentido de acumulação de bens e riquezas. Para além do capital econômico, o sociólogo traz também a compreensão de capital cultural (saberes e conhecimentos adquiridos por meio de diplomas e títulos); de capital social (relações sociais que podem ser convertidas em relações de dominação); de capital simbólico (prestígio ou honra que permite identificar os agentes no meio social).

Um outro conceito trazido pelo sociólogo é o conceito de *habitus* que ocupa um lugar central em sua obra. De acordo com o autor, o *habitus* pode ser definido como:

[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas... (BOURDIEU, 1983, p. 65).

Conforme destacou Souza (2015, p. 92), “o *habitus* ocorre ao longo de todo o processo de socialização do sujeito (na família, escola, trabalho...), podendo sofrer transformações na medida em que suas redes de relações vão sendo alteradas”. A grosso modo, podemos dizer que o *habitus* se constitui no acúmulo de saberes que internalizamos, ao longo de nossas vidas, conectando passado e presente, subjetividade e objetividade, evidenciando o seu caráter relacional. Souza (2015, p. 93) destaca que:

[...] a teoria bourdiesiana prima pelo relacional, ou seja, os agentes, as estruturas objetivas e subjetivas só existem em relação umas com as outras, de modo que pensar o *habitus* como uma matriz geradora de comportamento, só faz sentido se apoiado na ideia de campo, ou seja, o espaço social em que ocorrem as relações entre os indivíduos, grupos e estruturas sociais. (SOUZA, 2015, p. 93).

Assim, para compreendermos a prática dos castigos escolares implementados no Imperial Colégio de Pedro II, devemos prestar atenção nos diferentes agentes que compõem o campo escolar, a partir de uma rede de relações sociais que se estabelecem, assim como a dinâmica que ocorre no interior dessas relações, observando os jogos de poder, os conflitos e as disputas que acontecem, ora afastando esses agentes, ora aproximando-os.

Outro conceito pertinente abordado por Bourdieu (2007) é o de violência simbólica. Esse conceito faz com que aceitemos como normal um conjunto de regras, como se elas fossem “naturais”. Trata-se de uma dominação consentida. Segundo Vasconcellos (2002, p. 81 apud SOUZA, 2015, p. 78), “o termo violência simbólica aparece como eficaz para explicar a adesão dos dominados: dominação imposta pela aceitação das regras, das sanções [...]. Se expressa na imposição legítima de certos valores, hábitos, ideias, pensamentos da cultura dominante”. A violência simbólica está presente em vários campos. No campo escolar, essa violência é visível, por exemplo, quando um conjunto de regras, pré-estabelecidas pelas autoridades dominantes do referido campo, devem ser obedecidas e seguidas, assim como o conjunto de saberes que devem ser absorvidos. Os castigos, no entanto, podem ser considerados “naturais” no processo educacional, uma vez que são aceitos pelos indivíduos, sendo eles incapazes de reconhecer o caráter arbitrário de tais regras.

A chave interpretativa proposta por Michel de Certeau (2014) no jogo entre fortes e fracos, na distinção entre estratégias e táticas também nos é útil e nos ajuda a refletir sobre a temática da disciplina escolar e, conseqüentemente, os castigos empreendidos aos alunos no espaço escolar. Certeau (2014, p. 45) define estratégia “como o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ambiente”. O autor propõe que a estratégia seja a arte dos fortes, “um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta” (CERTEAU, 2014, p. 45). Ou seja, para o autor, esse lugar deveria ser a base das instâncias de um poder semelhante ao que Foucault (2013) denominou de *panóptico*, uma vez que esse lugar permitia o domínio dos espaços pela visão:

Oferecia ao sujeito a capacidade de prever e controlar. Conferia-lhe, por fim, um tipo específico de saber, produzido pelo poder, simultaneamente responsável por sua sustentação. Os lugares de poder se desenhavam como lugares físicos e teóricos - sistemas e discursos totalizantes” (VIDAL, 2011, p. 284).

A tática, por outro lado, configurava-se na arte dos fracos, “um cálculo que não pode contar com um próprio, nem, portanto, com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível” (CERTEAU, 2014, p. 45). A tática, segundo o autor, circula em um lugar alheio. Uma vez que não possui um lugar próprio, move-se no interior do campo inimigo, tendo por aliado apenas o tempo, “vigilando para captar no voo possibilidades de ganho”

(CERTEAU, 2014, p. 46). Este tempo pode se apresentar repleto de surpresas no instante em que a vigilância do poder falha. Era neste campo que se ia caçar, se apropriar e se surpreender, enfim, inventar o cotidiano (CERTEAU, 2014). Ou seja, a ação tática é determinada pela ausência de poder e se dá em oposição a uma direção estratégica que se organiza pelo postulado do poder.

Outro autor importante para a discussão da temática é o sociólogo alemão Norbert Elias (2011). Tendo em vista que a criação do Imperial Colégio de Pedro II ajudou a consolidar um projeto civilizatório, fornecendo uma formação secundária abrangente e distintiva, própria aos filhos da elite, podendo esses indivíduos ocuparem, no futuro, cargos e posições privilegiadas dentro do Governo imperial, ao futuro cidadão do Império, caberia “refinar” seus comportamentos com cortesia, submissão, boas maneiras e obediência, de forma a garantir a manutenção da ordem, rumo a um comportamento civilizado. Moral, bons costumes e bons hábitos reforçam as proposições que deveriam ser adquiridas pela juventude para alcançar o gosto pelo estudo. Dessa forma, o primeiro volume de “O processo civilizador”, originalmente publicado em 1939, é considerado um dos escritos mais famosos do autor e nos traz contribuições importantes acerca da disciplina. De acordo com Elias:

[...] o processo civilizador constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica. Mas, evidentemente, pessoas isoladas no passado não planejaram essa mudança, essa ‘civilização’, pretendendo efetivá-la gradualmente por meio de medidas conscientes, ‘racionais’, deliberadas. Claro que ‘civilização’ não é, nem o é a racionalização, um produto da ‘ratio’ humana ou o resultado de um planejamento calculado a longo prazo. (ELIAS, 2011, p. 193).

Para compreendermos a teoria dos processos de civilização de Elias, dois conceitos são basilares. O primeiro deles é o conceito de figuração. Este refere-se à “teia de relações de indivíduos interdependentes que se encontram ligados entre si a vários níveis e de diversas maneiras, uma vez que cada época histórica, cada tipo de sociedade, dentro do seu contexto histórico específico, produz um conjunto de figurações igualmente específicas” (BRANDÃO, 2003, p. 62). O conceito de interdependência, por sua vez, é inerente ao conceito de figuração, pois, constitui o conjunto de relações tecidas entre os diferentes grupos sociais. Essas redes que vão sendo estabelecidas entre os grupos “constituem-se de relações de poder e controle e quanto maior a divisão e especialização das funções, maior é a interdependência entre os indivíduos e maiores são as tensões geradoras de mudanças nas configurações sociais” (PEREIRA, 2017, p. 20).

Pereira (2017, p. 20) destaca que “o processo civilizador em desenvolvimento no império brasileiro apresentou mudanças no comportamento dos indivíduos. A racionalização das atitudes e o autocontrole foram necessários para a construção do ideal de Nação civilizada”. São essas mudanças comportamentais e as diferentes configurações sociais que nos interessam particularmente na presente pesquisa.

Outro conceito pertinente para o desenvolvimento deste trabalho refere-se à cultura escolar. A cultura escolar pode ser definida, como “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (JULIA, 2001, p. 10). Ou seja, pela cultura escolar é possível perceber os procedimentos utilizados e os conhecimentos ensinados ou aprendidos em uma determinada instituição escolar.

De acordo com Viñao Frago (2008, p. 29-31), “a cultura escolar não reside apenas nos modos de fazer e pensar, mas também em seus aspectos materiais, presentes na disposição e usos dos espaços e tempos, nos objetos de uso corriqueiro, nos materiais didáticos e nos objetos produzidos pela instituição”. Desse modo, nos interessa um desses objetos produzidos pelo Colégio Pedro II: os livros de ocorrência disciplinar. Muitas vezes, esquecidos no fundo de gavetas e armários ou encaixotados em locais inapropriados, como em porões repletos de umidade, estes objetos podem estar perdidos em salas abandonadas, sem luz e acesso ou em bibliotecas cobertas pela poeira do tempo.

Na presente pesquisa, não foi difícil chegar aos livros de ocorrência disciplinar do Colégio Pedro II, uma vez que estão mantidos sob os cuidados e a guarda do NUDOM. Seu acervo arquivístico contém um “legado” sobre a história dessa instituição de ensino, com grande poder de lembrança testemunhando acontecimentos, evocando pessoas e fatos, despertando sentimentos e curiosidades aos olhares dos pesquisadores.

Hipóteses

- Os castigos constituíam dispositivos ordenadores de comportamentos e normas sociais. Assim, para oferecer “a mais perfeita educação” à mocidade do Colégio Pedro II, os castigos se alinhavavam com o seu repertório pedagógico, introduzindo disciplina e ordem na sociabilidade dos jovens secundaristas;

- Se o Colégio foi modelo para outros educandários, no que se refere aos Programas de Ensino lá ofertados, pode ser, também, que os castigos implementados aos discentes do Colégio Pedro II tivessem servido de molde para outras instituições de ensino secundário, no que se refere à questão disciplinar.

Metodologia e Fontes

Cabe-nos destacar, neste item, a metodologia e as fontes utilizadas para a produção deste estudo.

Antes de mais nada é preciso esclarecer que metodologia é entendida como o conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, indagando e questionando acerca de seus limites e possibilidades. Não se trata, portanto, de uma discussão sobre técnicas qualitativas de pesquisa, mas sobre maneiras de se fazer ciência. A metodologia é, pois, uma disciplina instrumental a serviço da pesquisa; nela, toda questão técnica implica uma discussão teórica (MARTINS, 2004, p. 291).

Assim, a metodologia constitui os caminhos a serem percorridos para se realizar uma pesquisa, os procedimentos utilizados para a realização desta, com vistas à coleta, seleção, organização e análise dos dados.

A presente pesquisa enquadra-se dentro da tipologia histórica. “Na pesquisa histórica, o pesquisador sistematicamente investiga e analisa documentos e outras fontes de dados sobre um determinado problema, comportamento ou evento ocorrido no passado” (MOREIRA; CALEFFE, 2008, p. 75). Dessa forma, a pesquisa histórica requer um esforço prévio de construção dos dados, que supõe agrupar e sistematizar as informações disponíveis, a partir dos objetivos traçados.

No campo da pesquisa histórica, a relação entre a teoria e a empiria assume contornos próprios permeados pela constituição das fontes inerentes a esse tipo de investigação.

Articular teoria e empiria em torno de um objeto, questão ou problema de pesquisa demanda esforço, leitura e experiência e implica incorporar referências teórico-metodológicas de tal maneira que se tornem lentes a dirigir o olhar, ferramentas invisíveis a captar sinais, recolher indícios, descrever práticas, atribuir sentido a gestos e palavras, entrelaçando fontes teóricas e materiais empíricos como quem tece uma teia de diferentes matizes. (DUARTE, 2002, p. 152-153).

Partindo-se da premissa de que os dados não são “realidades” imediatas, prontas e acabadas, todo um esforço é fundamental para dar a eles uma inteligibilidade que permita, num segundo momento, descrevê-los e analisá-los.

Levando em conta os objetivos do presente estudo, realizamos um primeiro levantamento acerca dos livros de ocorrência disciplinar que correspondiam ao século XIX. Um quadro foi elaborado a partir das informações deles extraídos, conforme podemos observar a seguir.

Quadro 2: Livros de Ocorrências Disciplinares arquivados no NUDOM

Período dos Livros de ocorrências	Número de páginas	Reitor	Informações Complementares	Folha de rosto
1) 1858-1859	200	Manoel Pacheco da Silva (Barão de Pacheco – Foi Reitor do Externato de 1855-1872)	Livro com as ocorrências dos alunos, um a um, do 7º ano ao 1º ano. Externato	Este livro há de servir para se notar o comportamento que tiverem na sala de estudos os alunos meio pensionistas deste Externato.
2) 1866-1870	Não paginado	Manoel Pacheco da Silva	Livro com as ocorrências do dia	Este livro há de servir para se notar o comportamento que tiveram na sala de estudos os alunos meio pensionistas deste Externato
3) 1867-1872	34	Manoel Pacheco da Silva / De 1872 a 1880 foi Reitor do Externato o Cônego José Joaquim da Fonseca Lima.	Idem	Há de este livro servir para nele se notarem os meios disciplinares impostos aos alunos externos pelo Reitor, pelos professores e pelos inspetores.
4) 1884-1885	93	José Joaquim do Carmo – Foi Reitor do Externato de 1880-1888	Idem	Este livro há de servir aos inspetores de alunos para lançarem todas as ocorrências que se derem no Colégio – Externato.
5) 1885-1886	99	José Joaquim do Carmo	Idem	Este livro há de servir aos inspetores de alunos para lançarem todas as ocorrências que se derem no Colégio – Externato.
6) 1886-1887	99	José Joaquim do Carmo	Idem	Este livro há de servir aos inspetores de alunos para lançarem todas as ocorrências que se derem no Colégio – Externato.
7) 1887-1889	105	José Joaquim do Carmo/substituído em mar. 1888 por Monsenhor Luiz Raymundo da Silva Brito (Sacerdote – Foi Reitor de 1888-1892)	Idem	Este livro há de servir aos inspetores de alunos para lançarem todas as ocorrências que se derem no Colégio – Externato
8) 1891-1898	200	Monsenhor Luiz Raymundo da Silva Brito/ substituído em jan. 1892 por José Veríssimo Dias de Mattos	Idem	Livro de relatórios diários dos inspetores do que acontecer em suas classes – Externato (Gymnasio Nacional)

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

O período que inicia o recorte temporal dessa pesquisa é justamente a ocasião em que o Colégio Pedro II é dividido em dois estabelecimentos, o Internato e o Externato. Com esta divisão, ocorrem também classificações distintas para os alunos: alunos do Internato - 1ª classe e 2ª classe - alunos do Externato: meio pensionistas e externos¹⁶. Os pensionistas de 1ª classe terão, além das lições dos professores, repetidores para as horas de estudo, médico, e botica nas enfermidades, dentista, cabeleireiro, alimentação sadia, e abundante, banhos de asseio todo o ano, e outros especiais no verão, roupa lavada, e engomada regularmente, cama, sendo mudada a roupa pelo menos todos os sábados, livros, mapas, papel, penas etc.; os pensionistas da 2ª classe terão as mesmas vantagens enumeradas, exceto a roupa, que deverá ser fornecida, lavada, e engomada à custa de suas famílias; os meio pensionistas terão direito à alimentação, à hora do jantar, e ao ensino nas aulas do Externato; os externos só terão direito a esta última vantagem.

A matrícula anual para todos custava 12\$000, a pensão trimestral, de acordo com as classes, 100\$000, 75\$000, 37\$000 e 24\$000¹⁷.

O acesso às fontes não foi difícil, uma vez que sou bibliotecária no Colégio Pedro II. A partir do contato diário com as mesmas, foi possível identificar quem estava à frente do Externato durante os períodos inicial e final dos livros de ocorrências, pois, suas páginas estão rubricadas pelo Reitor. Constatamos o número de livros de ocorrências que dispúnhamos para a seleção, organização e análise dos dados, totalizando oito livros, conforme havíamos mencionado anteriormente. Também observamos que o primeiro livro de ocorrências, de 1858-1859, traz informações sobre os delitos dos alunos, um a um, do 7º ano ao 1º ano, enquanto os demais livros trazem apenas as ocorrências do dia. No geral, as informações neles contidas são bem objetivas e trazem o nome do aluno, o castigo aplicado, o motivo pelo qual foi castigado e a assinatura do Inspetor/Reitor ou Vice-Reitor.

Após este primeiro contato com as fontes, que resultou na descrição e delimitação dos livros de ocorrências a serem examinados (quadro 2), elaboramos uma planilha em Excel a fim de categorizar os dados e operacionalizá-los para empreender, posteriormente, o esforço de análise, tendo em vista os meus objetivos com o estudo em questão.

¹⁶ Cf. BRASIL. Decreto n.º 2.006, de 24 de outubro de 1857. Approva o Regulamento para os collegios públicos de instrucção secundaria do Município da Côrte. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil*, Rio de Janeiro, t. XX, pt. II, p. 389, 1857. Art. 17.

¹⁷ DÓRIA, Escragnolle. *Memória histórica do Colégio de Pedro Segundo*. Brasília: INEP, 1997, p. 84.

Desta maneira, de posse do material para análise, ficaram assim organizadas, em uma primeira mostra, as classificações iniciais para a caracterização destes livros de ocorrências, para então quantificar as ocorrências e problematizá-las.

Quadro 3: Lista dos alunos castigados (1858-1859)

Livro para se notar o comportamento que tiveram na sala de estudo os Alunos Meio Pensionistas Castigados no Externato 1858-1859				
Data	Página	Nome do aluno	Causa do Castigo	Tipo de castigo
01/07/1858	2	José Viriato de Freitas	Conversar na aula, fazendo alarido com os colegas logo que o lente saiu da dita aula	Privado do recreio do dia
09/03/1858	3	Gustavo Adolfo de Souckow	Ter se comportado mal com o Sr. Gonçalves	Foi ademoestado pelo Ex. Sr. Reitor
11/06/1858	3	idem	Sair da Sala do Silêncio na 6ª aula do 3º anno, de Geographia, sem licença	Ficou retido no Colégio das 5 às 6:30 da tarde
01/07/1858	3	idem	Fazer alarido com seus companheiros na aula, logo que o lente saiu dela	Privado do recreio do dia; Retido no Colégio das 6 às 7 da tarde por conversar no silêncio
22 a 27/02/1858	4	Carlos José Moreira	Destraiu-se nos silêncios deixando de estudar para conversar	Foi ademoestado por vezes
Continua	...	...	...	...

Fonte: Elaboração da autora

Essa organização servirá para os oito livros que constituem o *corpus* desta pesquisa. O critério adotado, por ora, foi o de transcrever de modo literal a narrativa encontrada nos livros, seguindo a ordem descrita acima (data, página, nome do aluno, causa e tipo de castigo).

Em meio a várias leituras e releituras desses dados empíricos, pautamo-nos no trabalho de localizar o maior número possível de particularidades, de visualizar, através de gráficos, estatisticamente gerados através do programa Excel, recorrências e não recorrências com relação às práticas disciplinares adotadas no Colégio Pedro II, no período em questão. Buscamos investigar, através de uma análise quantitativa, os castigos mais aplicados, assim como quais eram as causas mais recorrentes. Desta forma, teremos um mapeamento em torno das práticas disciplinares instituídas no Colégio Pedro II e os fios da trama nos quais se inserem a cultura escolar desta instituição.

Também será possível perceber se há trânsitos no período estudado (1858-1898), que propiciam perspectivas sobre ocorrências ao longo de um certo período de tempo (um ano, vários, décadas etc.) evidenciando a dinâmica disciplinar.

A complexidade deste objeto de estudo faz com que, além da consulta às fontes acima descritas, sejam utilizadas algumas outras disponíveis e possíveis com o objetivo de penetrar no universo escolar do CPII oitocentista. Dessa forma, destacamos algumas fontes que se dedicam à vida escolar de ex-alunos da referida instituição, especialmente as seguintes: *Antiquilhas e memórias da cidade do Rio de Janeiro*, de José Vieira Fazenda. Nela encontramos algumas crônicas em que o autor trata determinados aspectos de sua vida escolar no Externato e no Internato da Chácara da Matta. Destacamos, também, a obra *Todos contam sua vida: memórias de infância e adolescência*, de Vivaldo Coaracy. A obra de Raul Pompeia, denominada *O Ateneu* também será útil ao presente trabalho, uma vez que esta obra traz elementos importantes do cotidiano escolar. Além disso, Pompeia foi ex-aluno do Imperial Colégio de Pedro II e sua obra pode revelar aspectos representativos de um determinado período por meio de seus personagens. As escritas memorialistas são fontes importantes e potencialmente férteis para um maior entendimento dos processos educativos e abrem perspectivas para uma melhor compreensão da história da educação e do ensino. Outras fontes de relevante valor para a presente pesquisa constituem os textos literários.

Os textos literários passaram a ser vistos pelos historiadores como materiais propícios a múltiplas leituras, especialmente por sua riqueza de significados para o entendimento do universo cultural, dos valores sociais e das experiências subjetivas de homens e mulheres no tempo” (FERREIRA, 2009, p. 61).

Na literatura é possível encontrarmos diversas lembranças do universo escolar, sejam elas muitas vezes vinculadas às memórias de infância dos autores ou a algum sentimento negativo em relação aos mestres ou à própria escola, à organização escolar, aos objetos materiais, enfim, uma gama de representações sobre a escola e o cotidiano escolar que permitem uma identificação e uma aproximação entre a vida dos personagens e a do leitor.

Seguindo em busca dos indícios e dos rastros deixados pelos livros de ocorrência, alguns desafios apontam para a reflexão acerca de possíveis práticas efetivadas. Assim, indagamos: até que ponto os castigos escolares implementados estavam atrelados ao poder disciplinar de professores/inspetores de alunos na difícil missão que lhes era atribuída: formar o indivíduo/aluno? Sabendo-se que o Colégio Pedro II oferecia ensino secundário no Município da Corte, como se dava a formação da futura elite dirigente? As prescrições,

presentes nos regulamentos, enfatizavam a necessidade de se implementar uma disciplina eficaz em detrimento do uso de punições, mas será que os professores/inspetores submeteram-se resignadamente às prescrições? Questionaram os modelos propostos? Criaram resistências? E quanto aos alunos? Interferiram na realidade escolar? De que forma? Houve mudança nos castigos adotados na instituição ao longo dos quarenta anos a serem pesquisados?

Diante desse emaranhado de perguntas, essa pesquisa propõe desvendar as práticas disciplinares instituídas no Colégio Pedro II, percorrendo os intramuros da instituição por meio dos livros de ocorrência disciplinar. De acordo com Mignot (2008, p.102), “todas as escritas – tanto as de natureza profissional como as de natureza íntima – traduzem vivências e tecem uma memória individual e coletiva no entrecruzar de anotações de cunho afetivo, político, pessoal e profissional”.

Como fontes preciosas para se conhecer os códigos comportamentais de determinada época, os livros de ocorrência disciplinar merecem ser socializados, interrogados e discutidos, em conjunto com outras fontes, sejam elas primárias ou secundárias. Como fontes histórico-educativas, os livros de ocorrência traduzem vivências individuais e sociais produzidas em determinada época e espaço, revelam práticas escolares pautadas na questão disciplinar e, constituem produtos, não só da cultura escolar, como também da cultura escrita. Além disso, os livros de ocorrência disciplinar revelam cenas do cotidiano escolar que, como peças de um quebra-cabeça, vão dando corpo e significado aos padrões de comportamento que estavam sendo propostos à mocidade daquela instituição.

O processo de constituição da pesquisa exige o contato com inúmeras fontes de pesquisa, dentre livros, teses, dissertações, artigos, jornais etc.. Nesse sentido, será necessário percorrer diferentes espaços de guarda e deles extrair as fontes documentais primordiais para o desenvolvimento do estudo, bem como fotografar os documentos relevantes.

De acordo com Nunes, “fonte é todo tipo de documento acessível ao pesquisador. Mas não existem só fontes escritas. Existem também fontes orais e iconográficas, para ficar apenas nessa distinção. A escolha das fontes utilizadas já é uma questão de método” (NUNES; CARVALHO, 2005, p. 72).

A análise da coleção de livros de ocorrências disciplinares do Colégio Pedro II - Externato, mantidos sob a guarda do NUDOM, pode desvelar o projeto educativo que estava em curso na instituição durante o século XIX, bem como pode enriquecer o debate e as

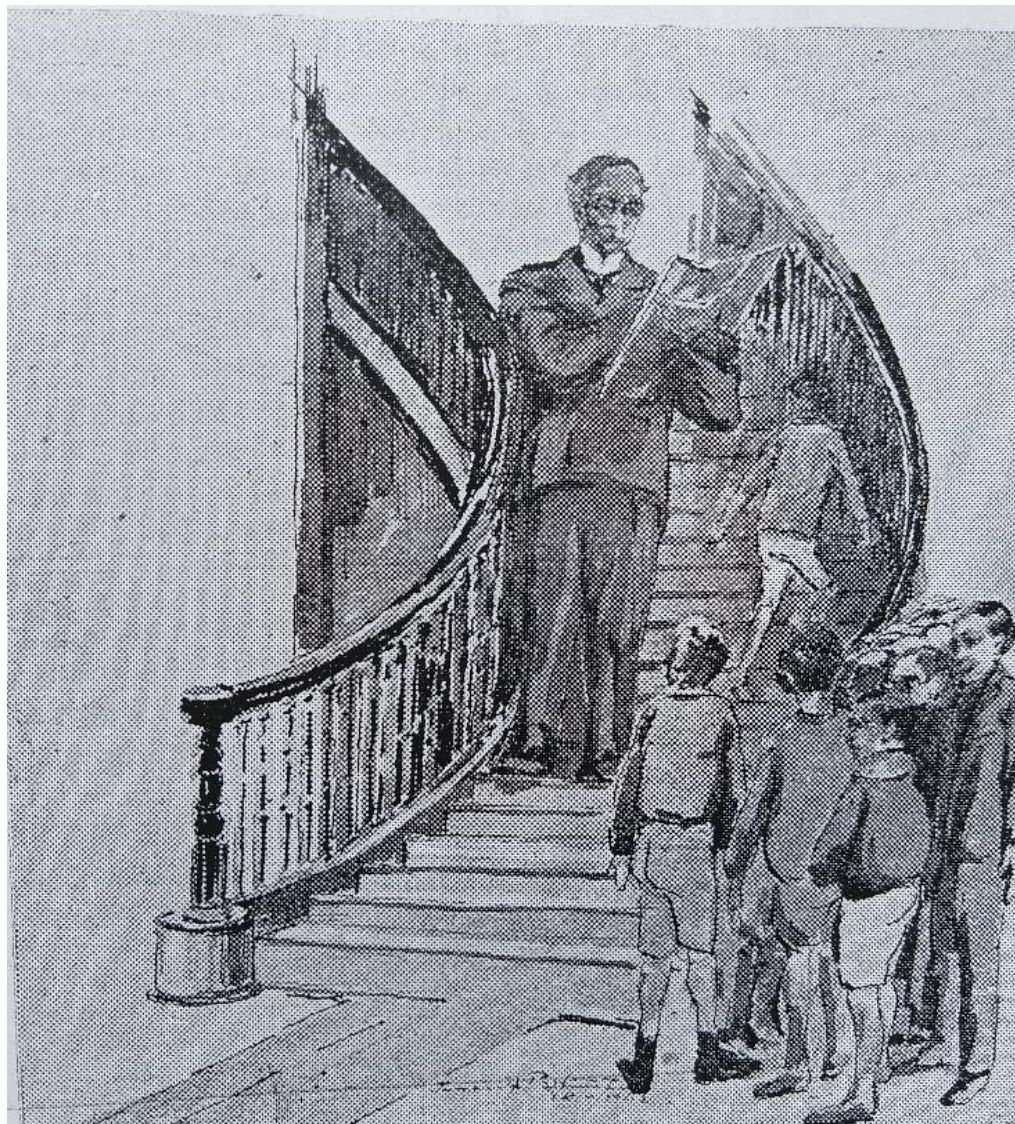
pesquisas sobre o Colégio Pedro II e a história da educação brasileira, no âmbito do ensino secundário, no século XIX.

A tese está dividida da seguinte forma: além da apresentação e da introdução, por ora apresentadas, iniciamos o percurso da nossa investigação trazendo para o centro da discussão o nosso objeto de estudo no capítulo 1, ou seja, os livros de ocorrências, reforçando a sua importância como parte da cultura material escolar e o cenário desta trama. No capítulo 2 serão abordadas as memórias de tempos de escola, em que diferentes personagens trazem suas reminiscências com relação aos castigos por eles sofridos em tempos pretéritos. Dessa forma, procuramos realizar um certo “inventário” dos castigos escolares que eram então utilizados, tanto no ensino primário, quanto no ensino secundário, apropriando-se de textos literários que fazem menção à temática do presente estudo. Apresentaremos, ainda no capítulo 2, o cotejamento realizado entre o primeiro Regulamento do Imperial Colégio de Pedro II, datado de 1838, com o Regulamento de outros Liceus, que também ofertavam ensino secundário procurando perceber se o Imperial Colégio de Pedro II serviu também de modelo, no quesito disciplinar, a outras instituições de ensino, a fim de comprovar uma das hipóteses da presente pesquisa. Posteriormente, no capítulo 3, adentraremos nos labirintos sem fim das ocorrências, de forma a disponibilizar todas as informações coletadas mediante os oito livros investigados, cotejando-os com outros tipos de materiais, quais sejam, Relatórios dos Ministros do Império, Regulamentos da referida instituição de ensino, outro livro de ocorrência, porém, do Internato. O vasto e rico material proporcionado pelos livros de ocorrência também apontaram para a utilização de alguns espaços e usos do tempo por meio dos castigos implementados, conforme veremos no último capítulo da presente tese. Através do levantamento exaustivo do material foi possível chegarmos a vários resultados, que estarão expostos nas Considerações Finais.

Portanto, os livros de ocorrência disciplinar como fonte de pesquisa nos possibilitaram adentrarmos no universo da cultura escolar do Colégio Pedro II, tornando possível compreender a dinâmica das relações cotidianas que se travaram no interior da escola, os ritos lá presentes, a organização do tempo e do espaço e as práticas instituídas no universo escolar.

1. O INÍCIO DA TRAMA: POR DENTRO DO OBJETO DE PESQUISA E DO CENÁRIO ESCOLAR

Figura 3: Entrada do Colégio



Fonte: J. B. Mello e Souza, *Estudantes do meu tempo*.

O presente capítulo tem como objetivo apresentar o objeto da nossa trama – os livros de ocorrência disciplinar - como parte daquilo que os pesquisadores têm tratado como cultura material escolar. Além do objeto, o cenário que envolve a presente pesquisa serão aqui trabalhados, focando no tema dessa pesquisa: os *castigos escolares*. Convido os leitores que tenham curiosidade pelo referido tema, a caminhar conosco nessa empreitada. Os livros de ocorrência aqui utilizados como fonte de pesquisa constituem objetos de uma cultura material escolar e trazem consigo diversos registros sobre o cotidiano da instituição

pesquisada, suficientes para entrever que com eles se teciam, na vida escolar, práticas disciplinares nas quais se consubstanciava um modo bem definido de educação, que se cristalizou e se transmitiu de geração em geração. Esses livros, portanto, através dos seus registros manuscritos, deram forma a uma empiria, a uma determinada cultura escolar, comum a uma época e a um lugar.

1.1 O Objeto da trama: a cultura material em questão

[...] a introdução dos artefatos como documentos trouxe desafios teóricos e metodológicos ao fazer do historiador.

(VIDAL, 2017, p. 256).

Antes de adentrarmos na temática da cultura material escolar cabe destacarmos sobre a categoria *cultura escolar*, uma vez que interessa-nos estudar as práticas disciplinares do Colégio Pedro II no século XIX. Tais práticas estão inseridas no interior da escola e esse olhar para o funcionamento interno da instituição permite-nos compreender que há uma cultura em seu interior, fazendo-nos refletir sobre os saberes escolares que lá são produzidos e os efeitos dessa produção para a sociedade.

Um crescente aumento de publicações sobre a categoria cultura escolar pode ser observada, seja em anais de congressos ou seminários, livros advindos de resultados de pesquisas realizadas por grupos ou de forma individual, artigos de periódicos, como, por exemplo, os dossiês sobre a temática publicados no Cadernos Cedes (2000) e Pro-posições (2005), além de eventos de nível nacional e internacional vinculados aos diversos programas de pós-graduação.

É importante reafirmar o quanto a categoria cultura escolar tem sido utilizada e, como decorrência do seu uso, vem se firmando, nesses últimos anos, contribuindo, como afirmado por Faria Filho (2002, p. 110) para ‘a produção de um novo olhar sobre a escola’. Um novo olhar que, ao acolher as contribuições de vários autores, tem permitido, além de um diálogo com os vários historiadores e estudiosos de outros campos, como da antropologia, da sociologia, da filosofia, da linguística, uma ampliação do repertório dos estudos sobre a escola e o seu processo de institucionalização na realidade brasileira. (GONÇALVES; FARIA FILHO, 2005, p. 32-33).

A categoria cultura escolar permite-nos dialogar com vários campos do conhecimento, ampliando a gama de estudos sobre a história da escola. Autores como Jean-Claude Forquin, Antônio Viñao Frago, Dominique Julia, Antônio Nóvoa, Guy Vincent, Bernard Lahire, Daniel Thin, Jean Hébrard, André Chervel, Philippe Perrenoud, entre outros, já “direcionaram suas reflexões para a elaboração de conceitos de cultura escolar que explicitassem as práticas educativas cotidianas que se efetivavam no interior da escola” (VIDAL; SCHWARTZ, 2010, p. 19). Vale ressaltar que todos esses autores se preocupam com as práticas cotidianas da escola, de forma a elucidar o seu funcionamento interno. Muitas vezes, desvendar essas práticas torna-se quase impossível, seja pela falta de documentos ou pela ineficiência em salvaguardá-las.

Ao tomarmos como referencial teórico a categoria de cultura escolar, apoiamo-nos nas contribuições de Dominique Julia (2001) e Viñao Frago (1995). Para o historiador Dominique Julia (2001), a escola produz uma cultura que lhe é própria e não é um lugar onde apenas se transmite conhecimentos e se impõe comportamentos, mas também um lugar onde há resistências. O autor adverte que “[...] normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens, e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação” (JULIA, 2010, p. 10-11).

O autor Viñao Frago (1995) considera que a cultura escolar “envolve toda a vida escolar: fatos e ideias, mentes e corpos, objetos e condutas, modos de pensar, dizer e agir” (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 68). Portanto, o autor considera todas as dimensões relacionadas às práticas cotidianas.

É no interior dessa tessitura do dia a dia da escola que os fins do ensino e da aprendizagem se deram. E, ainda, nesse lugar de produção de cultura, ou melhor dizendo, de culturas, produziram-se as materialidades relacionadas aos processos de escolarização, mas, sobretudo, produziram-se as sensibilidades. (GONÇALVES; FARIA FILHO, 2005, p. 40).

Ao interrogarmos sobre as práticas disciplinares adotadas no antigo Imperial Colégio de Pedro II/Ginásio Nacional buscamos olhar para o seu funcionamento interno buscando perceber permanências/rupturas nos castigos implementados, bem como se estabeleceram as relações entre os profissionais e as normas postas à obediência e, assim compreender o que ocorria nesse espaço particular a partir dos livros de ocorrência. Tendo em vista que “uma das dimensões fundamentais dos estudos sobre as culturas escolares é aquela que enfoca as

práticas do universo escolar” (GONÇALVES; FARIA FILHO, 2005, p. 52), adentraremos nesse universo a partir da valorização da materialidade escolar por meio dos objetos que o habitam.

Segundo os autores Pedro Paulo Funari e Andrés Zarankin (2005, p. 137) “a cultura material escolar envolve dois grandes elementos inter-relacionados: o edifício - o artefato fixo, e a infinidade de artefatos móveis que estão em seu interior ou à sua volta, como lousas, mesas, carteiras, giz, retroprojetores, brinquedos e tudo o mais”. Nesta ocasião, centramo-nos em um desses artefatos: os livros de ocorrência disciplinar do Imperial Colégio de Pedro II, posteriormente denominado Ginásio Nacional¹⁸, após a Proclamação da República. Esses constituem-se objetos essenciais na reconstrução da cultura escolar uma vez que trazem vestígios das práticas disciplinares, das práticas rituais, dos saberes que constituíram e delinearam a história educacional do Colégio Pedro II. O autor Agustín Escolano Benito (2018) aponta que:

[...] a cultura material remete a experiências de sociabilidade compartilhadas que afetam a toda a coletividade e não somente a uma parte da sociedade. Em virtude justamente de que os objetos da escola, e suas representações iconográficas, tenham chegado a se constituir em bens e valores identitários comuns na estimativa que rege a vida social e cultural dos povos, a cultura material, junto também com a imaterial, alcançou um notório interesse público generalizado e se constitui em objetivo central para as estratégias de recuperação e exibição de um patrimônio que deve ser preservado, estudado e difundido (ESCOLANO BENITO, 2018, p. 92).

Nesse sentido, os livros de ocorrência disciplinar fazem parte de um patrimônio escolar que precisa ser investigado, uma vez que revelam fatos cotidianos relacionados às práticas disciplinares instituídas no colégio, bem como os usos e apropriações de um objeto por uma coletividade. “Tomados em sua materialidade, esses objetos escolares permitem não apenas a percepção dos conteúdos ensinados, mas o entendimento do conjunto de fazeres ativados no interior da escola” (VIDAL, 2005, p. 16). Os objetos contidos no interior de uma escola, tal qual os livros de ocorrência disciplinar, trazem vestígios sobre as práticas disciplinares do Colégio Pedro II, possibilitando adentrar no cotidiano da instituição. Três possíveis enfoques de cultura material da escola como categoria historiográfica em educação

¹⁸ O atual Colégio Pedro II assim que foi criado, em 2 de dezembro de 1837, recebeu a denominação de Imperial Colégio de Pedro II. No período republicano, o nome da instituição passou por várias mudanças. Assim que foi proclamada a República, em 1889, o Colégio passou a se chamar Instituto Nacional de Instrução Secundária. Este nome foi alterado no ano seguinte para Gymnasio Nacional. Como o período pelo qual recebeu o nome de Instituto Nacional de Instrução Secundária foi muito breve, desconsideramos essa nomenclatura no título do presente trabalho.

nos são apresentados por Vidal (2017, p. 258):

[...] o primeiro recai sobre a dimensão material do artefato, escrutinando as práticas educativas ocorridas na sala de aula; o segundo interroga sobre o artefato como um produto industrial e um objeto de consumo, colocando sua natureza pedagógica em segundo plano e o terceiro enfoque pode ser considerado tendo emergido dos escritos de Martin Lawn e Ian Grosvenor (LAWN; GROSVENOR, 2001 apud VIDAL, 2017, p. 258).

Os dois primeiros enfoques relacionam duas tradições historiográficas: uma espanhola, que, segundo a autora, pode ser considerada ibero-americana, uma vez que é também habitual em Portugal e em países da América Latina, como no Brasil, de etno-história da escola; outra, italiana, que tem como escolha o termo história material da escola. O terceiro enfoque compreende a materialidade, a partir de sua relação com a cultura do trabalho; “aproxima-se do primeiro enfoque, entretanto, dele distingue-se, tendo em vista o destaque concedido ao artefato como um elemento essencial na definição da identidade profissional docente” (VIDAL, 2017, p. 259).

A concepção de patrimônio histórico-educativo, a partir da intervenção museológica e da reconstrução etnográfica da memória educativa associa-se ao enfoque da tradição ibero-americana, conforme destacou Vidal (2017). Como uma das referências deste enfoque, Agustín Escolano Benito defende a etno-história da escola ao destacar “o potencial de decifração do passado a partir de vestígios e das conjecturas formuladas pelo historiador da educação na investigação das marcas ou sinais constitutivos dos objetos, considerados em sua dimensão de semióforos” (ESCOLANO BENITO, 2010, p. 18). Segundo o autor:

La cultura material de la escuela es una especie de registro objetivo de la cultura empírica de las instituciones educativas, distinta de la académica y de la política. Élla puede ser valorada como es el exponente visible, y tras su lectura el efecto interpretado, de los signos y de los significados que exhiben los llamados objetos-huella, así como también las representaciones que los replican o acompañan, fuentes intuibles y manejables en las que ha quedado materializada la tradición pedagógica. (ESCOLANO BENITO, 2010, p. 14).

Como aponta Vidal (2017, p. 260), “diversas são as iniciativas museológicas que sustentam a crença no papel educativo do patrimônio material e imaterial”. Para citar alguns exemplos, a autora destaca: o CEINCE (Centro Internacional de la Cultura Escolar), organizado por Escolano, na Espanha; o Museu Vivo da Escola Primária, organizado por Margarida Felgueiras, em Portugal; a criação do Museu da Escola, organizado por Anamaria Casassanta Peixoto ou do Museu da Escola Catarinense, organizado por Vera Gaspar da

Silva, ambos situados no Brasil, e do Museo de la Escuela, por Maria Cristina Linares, na Argentina. (VIDAL, 2017, p. 260). A musealização da educação tem como objetivo a preservação do patrimônio educativo e da cultura escolar, e tem segmentos em diversos países, como destacamos acima.

Em estudo realizado por Vidal (2017), outras iniciativas, visando à preservação desse patrimônio incluem a preocupação com os arquivos escolares. Vários estudos já foram realizados por diferentes pesquisadores, com a intenção de ressaltar a relevância das instituições escolares manterem seus arquivos e locais de guarda de documentos preservados e conservados. Dentre esses pesquisadores, Vidal (2017) destacou os trabalhos realizados por: Maria João Mogarro, Rosa Fatima de Souza, Maria do Carmo Martins, Nádia Gaiofatto Gonçalves, André Paulilo, Maria Cristina Meneses, Carmen Sylvia Vidigal de Moraes, Iomar Barbosa Zaia, dentre outros. Estes estudiosos ocupam um lugar central e de referência no universo das fontes de informação que podem ser utilizadas para reconstruir o itinerário de uma instituição escolar a partir de seus arquivos escolares.

Vidal (2017) ressalta que, para agregar a cultura material escolar, um dos elementares problemas enfrentados pelos estudos históricos em educação, “se dá na própria localização dos objetos que, muitas vezes são destruídos ou descartados, devido às mudanças administrativas, alterações pedagógicas ou alterações das finalidades promovidas pelas escolas” (p. 260). A autora ressalta, ainda, que a guarda, preservação e o descarte de materiais não são realizados, adequadamente, pelas instituições, que valorizam tão somente às atividades-fim, contribuindo, assim, para o desaparecimento da cultura material escolar.

Parte dessa materialidade, entretanto, é considerada de uso pessoal. São cadernos, pastas, uniformes e outros tantos artefatos que ou repousam no âmbito das famílias, carregados de marcas afetivas, ou foram “jogados fora” com o passar do tempo. Recuperá-los supõe um investimento de pesquisa por vezes demorado e nem sempre bem-sucedido. Relatos de visitas a associações de alunos, de anúncios em rádios e jornais, de busca de nomes e endereços em listas de matrículas, como meios de encontrar sujeitos que ainda detenham objetos escolares em acervos pessoais oferecem indícios dos problemas enfrentados pela investigação histórica em educação (VIDAL, 2017, p. 260).

Em resposta aos problemas enfrentados, diversas foram as iniciativas efetuadas por diferentes pesquisadores da área de história da educação. Muitos escritos foram por eles realizados abordando não só a questão da criação de arquivos escolares e museus, mas também apontando a relevância desse patrimônio educativo e a necessidade de se criar políticas específicas para salvaguardar esse tipo de material (VIDAL, 2017).

Segundo Vidal (2017, p. 261) “estas questões se acentuam à medida que recuamos no tempo, ultrapassando os limites da duração da vida das instituições ou dos sujeitos. Quanto mais remoto o período pesquisado, mais difícil a localização dos artefatos na sua integridade”.

Apesar da dificuldade, foi possível, através da iniciativa de um grupo de professores do atual Colégio Pedro II, a criação do Núcleo de Documentação e Memória (NUDOM) e, por conseguinte, reunir, nesse espaço, diferentes fontes de pesquisa, dentre as quais os livros de ocorrência disciplinar, escolhidos como o *corpus documental* da presente pesquisa.

Figura 4: Livros de ocorrência (1858-1898)



Fonte: Acervo do NUDOM – CPII

A partir dos oitos livros de ocorrência destacados na figura acima, foi possível desvendar parte da cultura escolar do Colégio Pedro II no oitocentos. As práticas disciplinares ali inseridas têm uma dimensão não só formativa, mas também uma dimensão que perpassa pelas relações de poder de tipo disciplinar, colocando os discentes sob permanente observação, avaliação e julgamento, com o objetivo de identificar e corrigir as condutas tidas como “irregulares” mas, também, foi possível perceber diferentes táticas desenvolvidas pelos discentes para burlar o mecanismo de controle implantado e transgredir a “norma” imposta sem serem vistos e, consequentemente, punidos.

Os livros de ocorrências, tidos como um tipo de instrumento de controle, servindo para agir sobre os comportamentos percebidos como indisciplinados, constituem caminhos para se compreender a cultura escolar, os valores inculcados pela escola, as diferenças entre

as condutas que aparecem como problemáticas nos livros e as que aparecem estampadas nos Regulamentos.

Procuramos perceber as características intrínsecas de cada livro de ocorrência aqui investigado, a fim de observar os detalhes contidos em cada página, como os inscritos e as orientações tipográficas neles presentes. Cavallo e Chartier (1998) afirmam que não existe um texto separado da materialidade, do suporte que possibilita a leitura. Darnton (1990, p. 169), por sua vez, esclarece que “os textos têm propriedades tipográficas que guiam a reação do leitor”. Assim, pela ação audaciosa e operante do leitor, o texto assume uma determinada forma física, podendo ser ajustada às suas necessidades, às suas apreciações ou às suas preferências.

Partindo desta premissa e a fim de sistematizar as informações contidas em cada livro, os dados coletados foram ordenados cronologicamente. Além disso, procuramos saber quem estava à frente da direção do estabelecimento no período de cada livro e foi realizado um levantamento exaustivo de todas as informações pertinentes para a presente pesquisa, podendo ser acessadas detalhadamente no capítulo 3. Foi possível captar que os três primeiros livros de ocorrência mencionam categorias específicas de alunos¹⁹. Assim, temos: alunos meio-pensionistas (livros 1 e 2) e alunos externos (livro 3). Os demais livros não especificam diretamente, em sua folha de rosto, a categoria de alunos. Notam-se lacunas entre as décadas de 1860, 1870 e 1880. Essas lacunas podem estar relacionadas com a sistemática destruição e perda de fontes históricas de suma importância para a história da educação e dos suportes da memória coletiva.

Ao somar o número de todas as ocorrências contidas nos oito livros chegamos a um total de três mil, setecentos e oitenta e quatro ocorrências, de acordo com a tabela elaborada a seguir:

Tabela 1: Total de ocorrências por livro

Livro	Total de ocorrências
1 (1858-1859)	806
2 (1866-1870)	284
3 (1867-1872)	378

¹⁹ O livro 1, que se inicia em 1858, está sendo regido pelo Decreto nº 2006, de 24 de outubro de 1857, que trata do Regulamento para os Colégios Públicos de Instrução Secundária do Município da Corte. Dessa forma, temos os alunos do Internato e do Externato. De acordo com o art. 17, os alunos do Internato são considerados de 1ª e 2ª classe; os do Externato, meio pensionistas e externos. Os meio-pensionistas, de acordo com § 3º, tinham direito à alimentação à hora do jantar e ao ensino nas aulas do Externato; os alunos externos só tinham direito às aulas do Externato, sem alimentação.

4 (1884-1885)	472
5 (1885-1886)	474
6 (1886-1887)	482
7 (1887-1889)	173
8 (1891-1898)	715
TOTAL	3.784

Fonte: Elaboração da autora.

A partir da tabela anterior, observamos um maior número de ocorrências em dois períodos distintos: em 1858-1859 e em 1891-1898, correspondendo, respectivamente, ao primeiro e ao último livro. Algumas hipóteses para esse maior quantitativo de ocorrências nesses dois períodos podem ser levantadas. O primeiro período pode estar atrelado a um zelo maior dos autores dos registros, uma vez que os mesmos estão organizados com o intuito de se criar um histórico do aluno. Iniciava-se com anotações dos alunos do 7º ano e, finalizava-se, com os alunos do 1º ano para o ano de 1858. Em 1859, as observações têm início no 6º ano e terminam no 1º ano. Logo, a quantidade de registros era mais farta, pois, todas as séries eram contempladas, assim como os respectivos nomes dos alunos correspondentes a cada série. O último livro, por sua vez, abrange um período de intensas Reformas no campo da Educação, assim como corresponde ao período do Regime Republicano, recém-inaugurado. A passagem da Monarquia para a República pode ter contribuído para um maior número de registros relacionados à conduta dos alunos, pois o tipo de sociedade que se pretendia instaurar exigia novas formas de relações sociais.

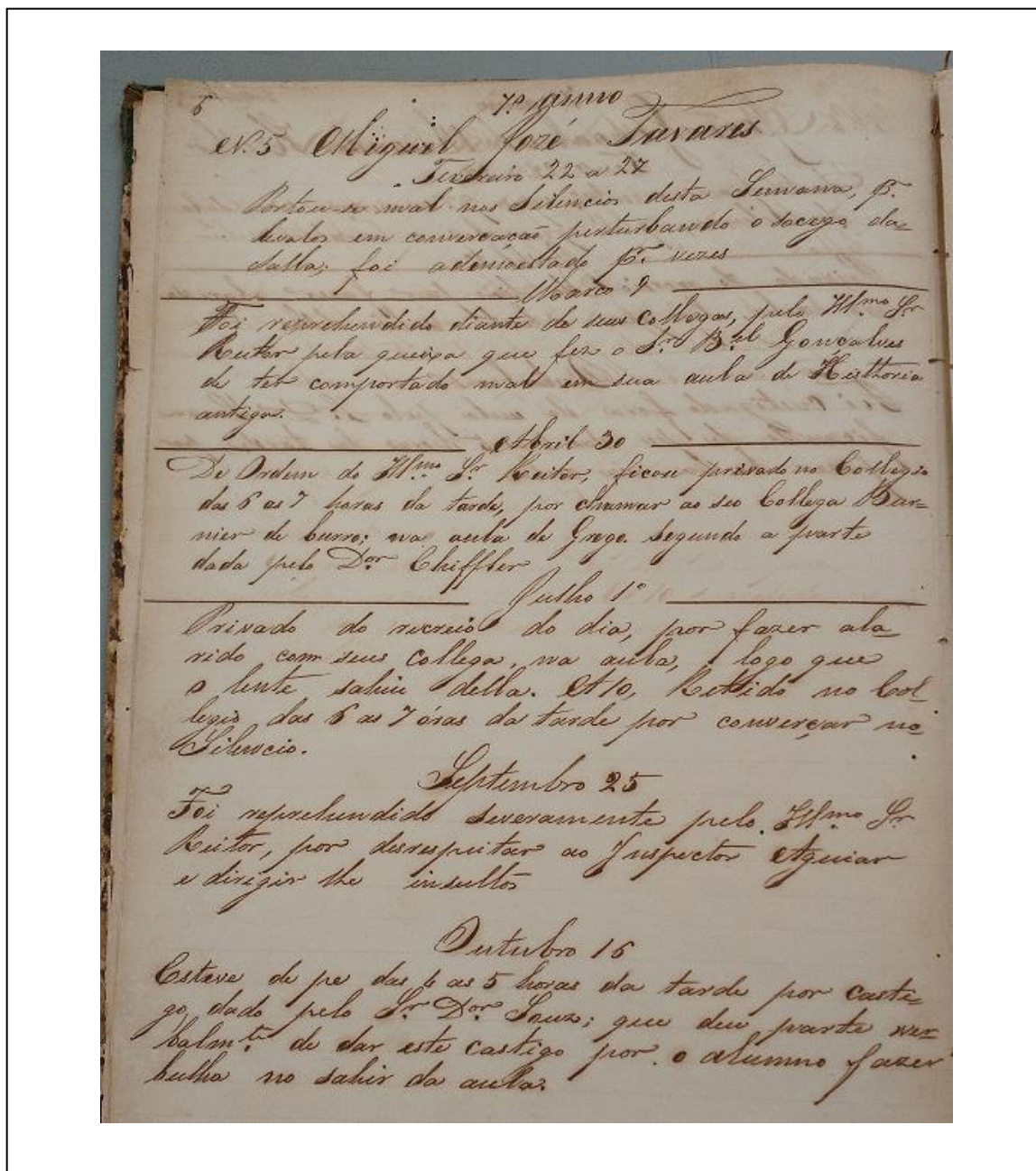
A partir das informações extraídas do livro de ocorrência 1, que contempla o ano de 1858 e 1859, observamos que em cada página há uma espécie de cabeçalho, com número²⁰ e em seguida, o nome do aluno, e, no canto superior, a assinatura do Reitor²¹ e o número da página. Embaixo desse cabeçalho, seguem os registros das ocorrências relacionadas aquele aluno definido no cabeçalho.

Vejamos a seguir, a imagem de uma das folhas do primeiro livro de ocorrências:

²⁰ Esse número pode ser a classificação adotada pelo próprio autor dos registros, uma vez que existe, inicialmente, uma sequência numérica com relação a listagem de alunos, sem levar em consideração a ordem alfabética dos nomes. Porém, é perceptível que quando se inicia uma nova série, esse número que era sequencial, rompe com a sequência anterior e se inicia uma nova numeração.

²¹ A assinatura do Reitor está localizada somente no anverso da folha, ou seja, na parte principal do documento e no primeiro livro está assinada até a página 14.

Figura 5: Página 5 do livro 1 de ocorrência (1858-1859)



Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 1 de ocorrência (1858-1859).

Na figura acima, visualizamos, por exemplo, o histórico do comportamento do aluno Miguel José Tavares, tendo iniciado a semana do dia 22 a 27 de fevereiro “portando-se mal nos silêncios dos intervalos em conversação perturbando o sossego da sala; foi admoestado por vezes”²².

²² Por se tratar de uma fonte do século XIX, a grafia daquele período não corresponde à grafia atual. Por essa razão, optei por utilizar a grafia corrente para facilitar a transcrição dos dados.

Fecha seu histórico em 16 de outubro, “ficando de pé das 4 às 5 horas da tarde por castigo dado pelo Sr. Dr. Souza que deu parte verbalmente de dar este castigo por o aluno fazer bulha no sair da aula”. Nesses dois exemplos, pegando o primeiro e o último dia em que foi registrada a ocorrência do aluno do 7º ano, temos como punição a admoestação e o ficar de pé durante uma hora, por motivo de conversa durante os intervalos das aulas e bulha²³ no sair da aula.

Notamos que o livro 1 possui o registro de cada aluno de forma individualizada, em que os responsáveis pelos registros montavam uma espécie de histórico dos comportamentos dos discentes durante aquele ano. Nele não encontramos as assinaturas dos responsáveis pelos registros. Somente foi possível encontrar a assinatura do Reitor na abertura do livro, nas primeiras páginas e ao término do mesmo.

O segundo livro engloba os períodos de 1866 a 1870. Trata-se do livro de ocorrência destinado aos alunos meio-pensionistas.

Tanto o livro de ocorrência número 1 quanto o 2 deixam claro em suas folhas de rosto que são destinados aos alunos meio-pensionistas do Externato. Então, podemos inferir que para cada classe de alunos havia um livro de ocorrência como esses. Os alunos poderiam ser contribuintes meio-pensionistas, contribuintes externos, gratuitos meio-pensionistas ou gratuitos externos. Os livros de ocorrência não informam em suas folhas de rosto se os alunos registrados são meio-pensionistas contribuintes ou meio-pensionistas gratuitos.

Ao contrário do livro 1, em que cada aluno tinha a sua própria folha de registro, o livro 2 traz as ocorrências do dia em que o aluno cometeu o delito.

O cabeçalho também sofre modificação no livro 2. Nota-se a série do aluno, o seu nome, o dia em que o aluno cometeu a infração e o registro da ocorrência, com o castigo recebido e o motivo pelo qual foi castigado. A assinatura do Reitor pode ser encontrada no canto superior do anverso da folha, até o ano de 1868. Após esse período, não encontramos mais as páginas com a sua assinatura. O livro 2 não está paginado e não há a assinatura do responsável pelo registro.

Notamos que as ocorrências dos alunos são individuais e coletivas. Quando são coletivas, encontramos, em um mesmo registro, vários nomes de alunos agrupados, com todos os envolvidos em determinado delito.

²³ No dicionário online de português, bulha significa confusão de ruídos, de gritos; barulho; gritaria. Fonte: <https://www.dicio.com.br/bulha/>.

O livro 3 contempla o período de 1867 e vai até 1872, ou seja, traz períodos já contemplados no livro 2.

Uma diferença deste livro para os dois anteriormente descritos, diz respeito à categoria de aluno. Em sua folha de rosto podemos visualizar que se trata dos meios disciplinares impostos aos alunos externos, diferentemente dos outros dois livros, que mencionam tratar apenas dos alunos meio pensionistas do Externato. Apesar de estar descrito na folha de rosto que o livro 3 serviria para anotar os meios disciplinares dos alunos externos, encontramos vestígios de lançamentos de castigos aos alunos meio pensionistas em seu interior. Tanto os externos, quanto os meio pensionistas poderiam ser divididos em alunos contribuintes e alunos gratuitos, porém, não consta essa informação nos livros aqui examinados. O livro 3 é o último livro em que consta à frente da direção do Externato do Colégio Pedro II, o Reitor, Manoel Pacheco da Silva.

A partir da primeira folha de rosto do livro 3, numerada e assinada no canto superior pelo Reitor Pacheco da Silva, podemos notar que os registros, em sua maioria, reúnem situações sucintas, sendo comum constar o nome do aluno, ora registrado por seu nome completo, ora pelo seu sobrenome, a série em que se encontrava, o motivo pelo qual o discente foi castigado e a data. Encontramos, também, casos em que é mencionado o tipo de castigo adotado, porém, nem todas as situações transcritas são apontadas.

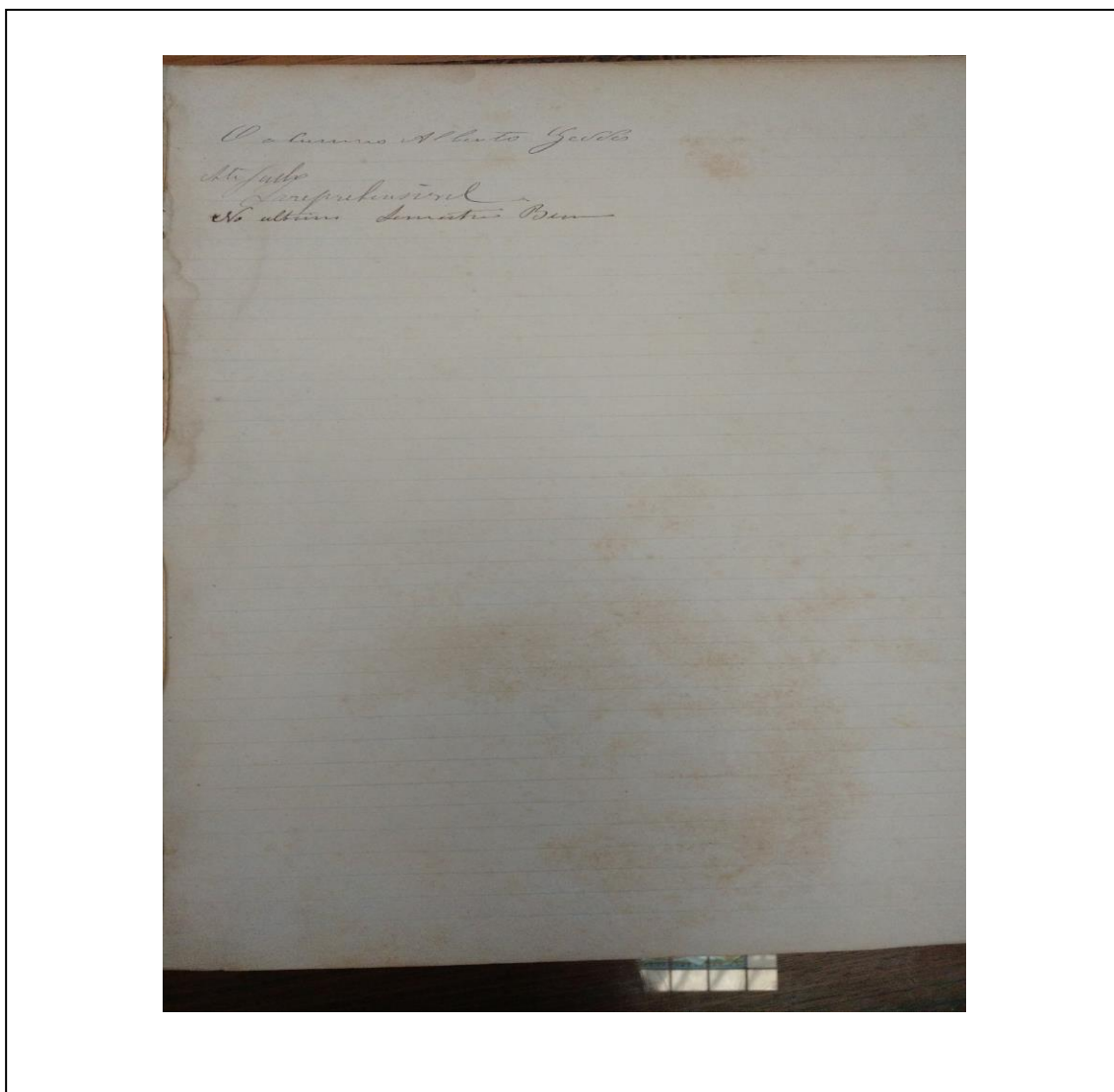
No livro 3, observamos uma continuação em relação à cronologia adotada, o que demonstra que os autores dos registros adotaram a ordem cronológica. As informações apresentadas nos registros das ocorrências referem-se à série, ao nome do discente envolvido, ao tipo de castigo adotado, à descrição sucinta da situação envolvida, à data e quem foi o responsável pela ordem do referido castigo.

Um outro livro de ocorrências foi localizado na Fundação Biblioteca Nacional, porém, esse refere-se ao Internato do Imperial Collegio de Pedro II. Como consta em sua folha de rosto, o livro do Internato corresponde ao “livro em que se acham lançados os castigos que soffreram os alunos do Internato do Imperial Collegio de Pedro 2º no corrente ano de 1872”.

Após a leitura dos livros referentes ao ano de 1872, é possível perceber diferenças entre eles; enquanto o livro do Externato traz a ocorrência do dia, assinalando os nomes dos alunos ora individualmente, ora coletivamente, o livro do Internato relaciona todos os alunos matriculados naquele ano (1872), em ordem alfabética, em que cada aluno ocupa uma página do livro e recebe conceitos de comportamento para o primeiro semestre e para o último.

Alguns nomes só receberam conceitos no primeiro semestre; outros estavam com os castigos lançados e o motivo pelo qual haviam sido castigados. Mas, no geral, os nomes estão atrelados a conceitos de comportamento, com duas linhas no máximo ocupadas com a escrita, conforme podemos visualizar a seguir:

Figura 6: Livro do Internato (1872)



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional. Livro de ocorrência (1872).

Conforme a figura acima, o aluno “Alberto Geddes obteve, até julho, um comportamento irrepreensível enquanto, no último semestre, teve um bom comportamento”. No caso do livro do Externato, essas anotações ocupam de duas a nove linhas, sendo os alunos, muitas vezes, mencionados pelos seus sobrenomes.

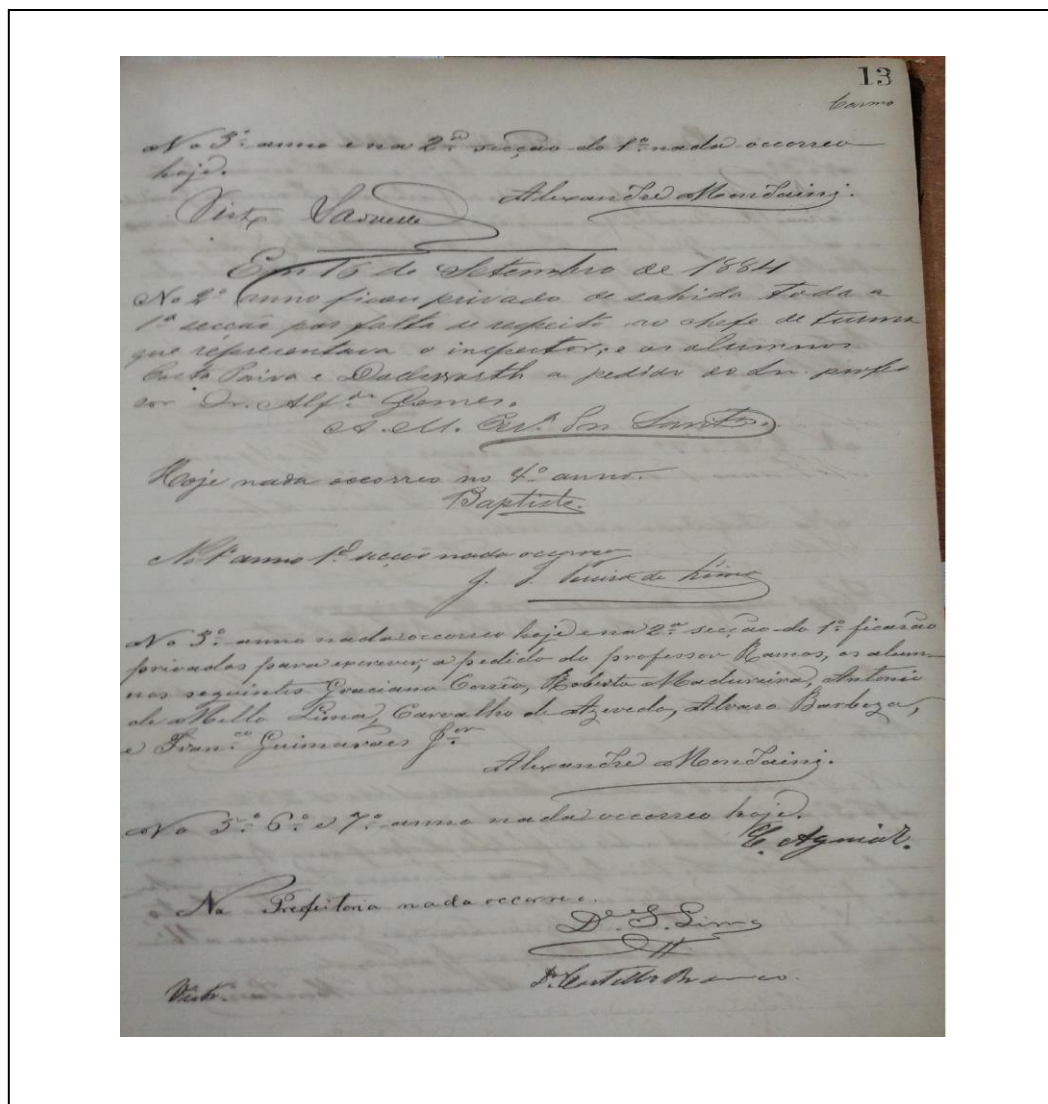
No livro do Internato, o nome do aluno está escrito de forma completa. Não há a assinatura do Reitor, nem na folha de rosto e nem no cabeçalho de cada página

O livro 4 refere-se aos anos de 1884 e 1885, ou seja, temos uma lacuna na documentação, com um salto de doze anos de um livro para outro. Conforme consta na sua folha de rosto, o livro 4 foi destinado ao “lançamento, através dos inspetores de alunos, de todas as ocorrências que se dessem no Colégio”. Ao datar, o Reitor escreve Externato do Imperial Colégio de Pedro II e a assina.

Diferentemente dos demais livros, esse não especificava a categoria de alunos ao qual estava submetida tal inspeção. Como consta na folha de rosto, os inspetores deveriam registrar todas as ocorrências do Colégio. Assim, podemos inferir que esse livro deveria ser utilizado para as anotações de todas as categorias de alunos. Talvez, por essa razão, não tenham mencionado a categoria de alunos a que se destinava o livro, uma vez que a ordem era registrar todas as ocorrências. Notamos, também, a assinatura do Reitor na folha de rosto do referido livro, que, para o ano de 1884, tratava-se de José Joaquim do Carmo. O livro traz as ocorrências da ordem do dia em uma organização cronológica e não personalizada. No canto superior da página, do lado direito, encontramos o número da página do respectivo livro e a rubrica do Reitor. A rubrica aparece em todos os livros até o momento retratados, exceto no livro do Internato. Percebemos modificações de um livro para outro. Uma delas diz respeito às próprias anotações realizadas, cada vez mais enxutas. Também é possível notar diferentes assinaturas de inspetores, sendo eles os responsáveis pelos registros das ocorrências.

Mais uma informação inédita foi encontrada no livro 4. Um visto foi observado após todas as ocorrências registradas em dia específico. No visto, há a rubrica de algum membro do corpo administrativo escolar. Assim, lemos: Castello Branco, conforme podemos ver na figura a seguir:

Figura 7: Página 13 do livro de ocorrência 4 (1884-1885)

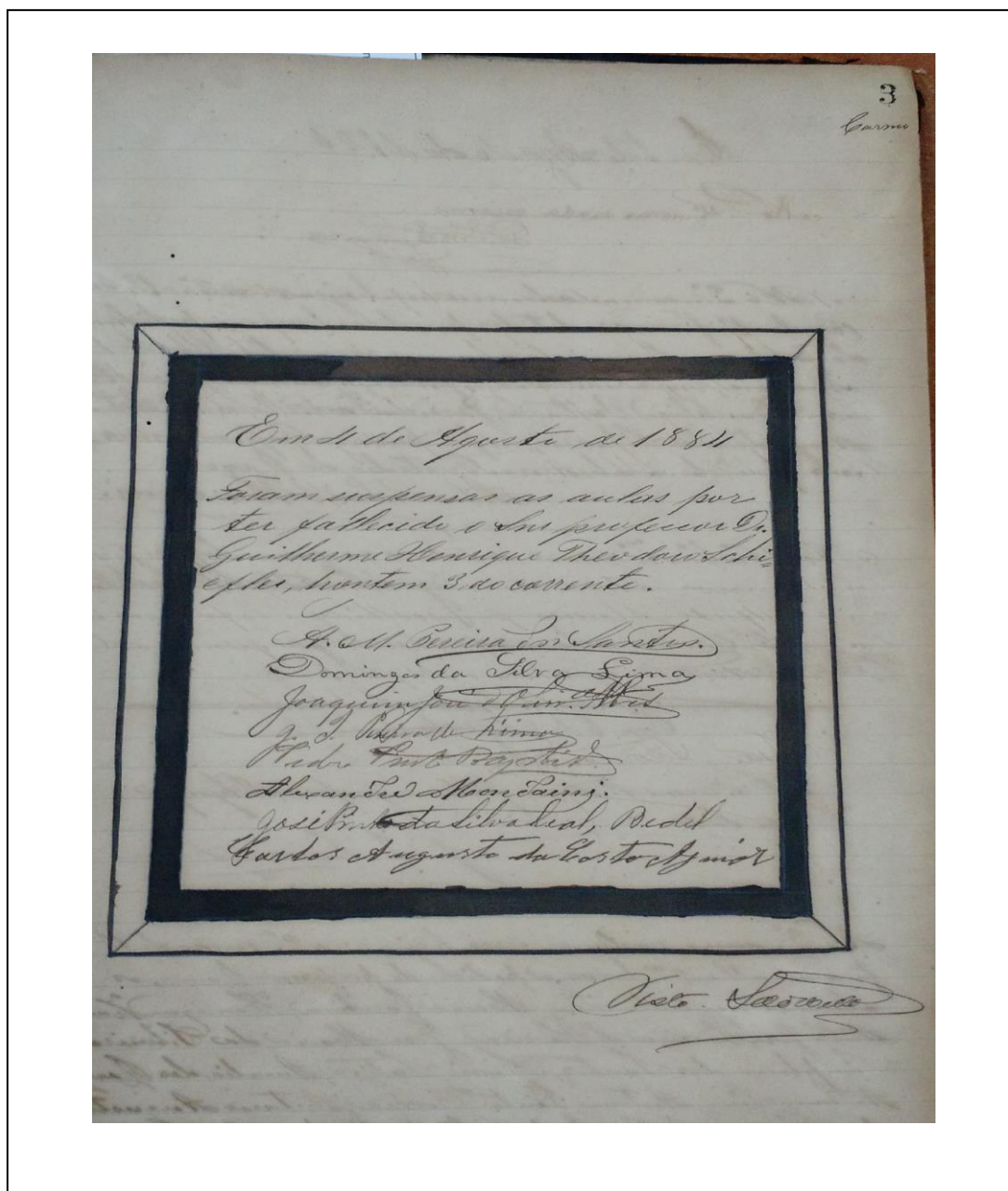


Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 4 de ocorrência (1884-1885).

Ao consultarmos o Relatório do Ministro do Império, encontramos a seguinte informação: “[...] em 9 de setembro de 1884 foi nomeado o Vice-Reitor Urbano Burlamaque Castello Branco, em lugar do falecimento de José Manoel Garcia”. (BRASIL, 1884, A-C1-4, p. 3). Como podemos notar, a rubrica do visto era do Vice-Reitor do Externato, que na data da figura anterior, 16 de setembro, já estava em exercício tomando ciência das ocorrências registradas no livro, no que diz respeito ao comportamento dos alunos.

Outra característica que marca o livro 4 pode ser visualizada a seguir:

Figura 8: Página 3 do livro de ocorrência 4 (1884-1885)

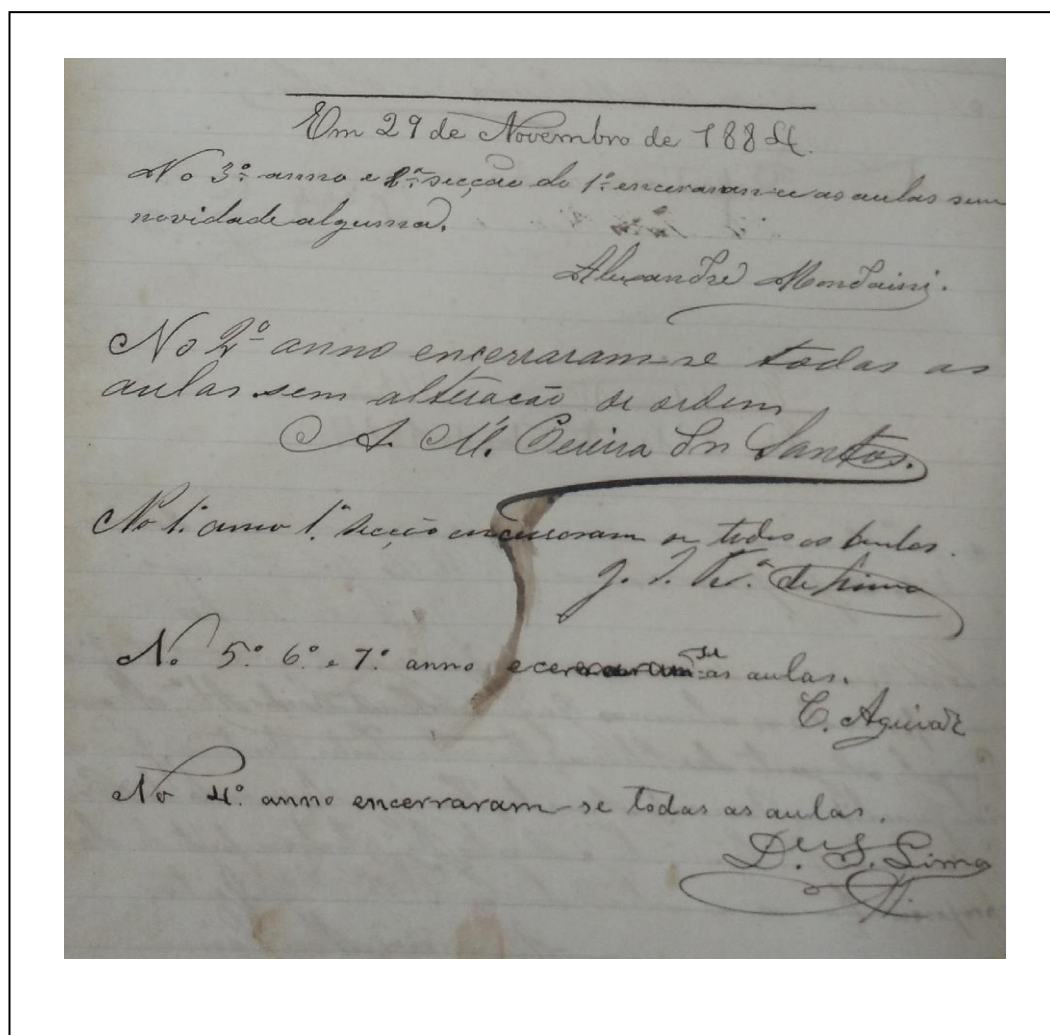


Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 4 de ocorrência (1884-1885).

Na figura acima, a notícia sobre a morte do professor de grego da Casa, Guilherme Henrique Theodoro Schieffler, em 3 de agosto de 1884, foi estampada no dia seguinte em uma das folhas pautadas do livro de ocorrência 4. Além do destaque dado à notícia, todos os inspetores de alunos, incluindo o bedel, assinaram abaixo do informativo, seguido do visto de um possível membro superior do estabelecimento, o qual não conseguimos identificar. Também é possível notar que as aulas no Externato foram suspensas em virtude do falecimento do dito professor.

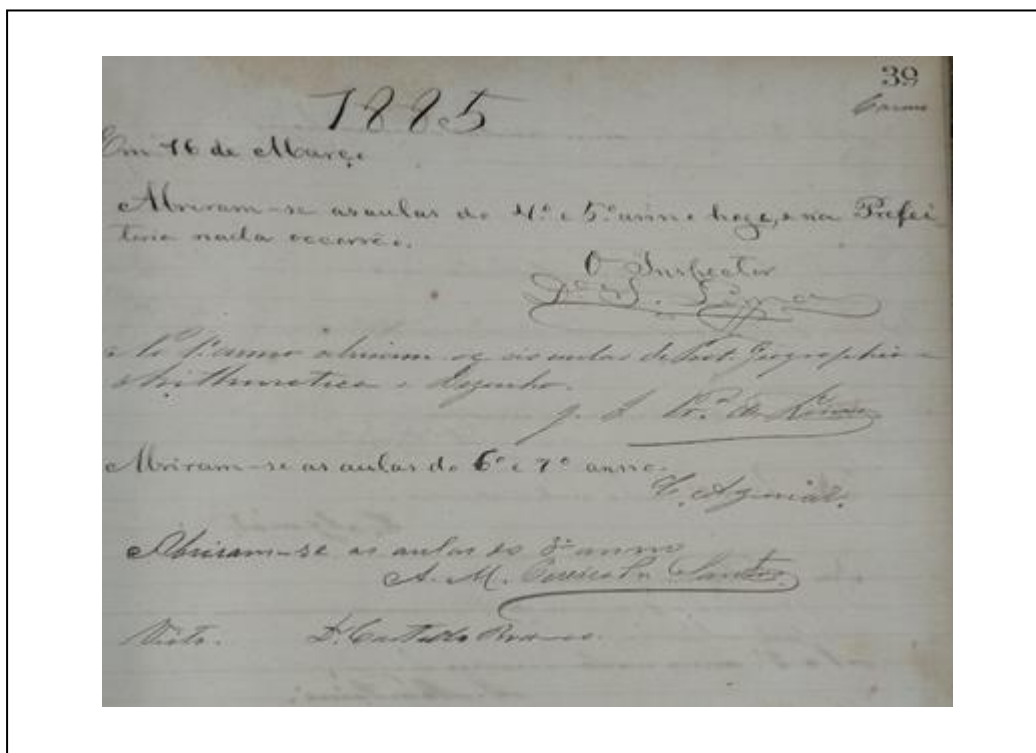
Outro elemento que não foi encontrado nos demais livros refere-se ao registro do encerramento e da abertura das aulas, conforme podemos visualizar nas figuras abaixo:

Figura 9: Encerramento das aulas - página 38, verso, livro 4 (1884-1885)



Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 4 de ocorrência (1884-1885).

Figura 10: - Abertura das aulas, página 39, livro 4 (1884-1885)



Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II.

Livro 4 de ocorrência (1884-1885).

O livro 5 é continuação do livro 4, pois, a data inicial do livro 5 corresponde ao dia 6 de agosto de 1885, dando continuidade ao período em que o livro 4 foi finalizado, no dia 4 de agosto de 1885. Percebemos as mesmas características presentes no livro 4, tais como: o número da página do respectivo livro e a rubrica do Reitor no canto superior da página, do lado direito; anotações enxutas; algumas folhas emolduradas na cor preta em sinal de luto pelo falecimento de algum membro do Colégio, de algum membro da elite intelectual e cultural do país ou que tenha influenciado a formação do Imperador. Quando faleciam, além do destaque produzido em uma das folhas do livro de ocorrência, era de praxe a suspensão das aulas daquele dia.

No livro 6, observamos que este também é continuação do livro 5, pois inicia-se em 22 de setembro de 1886, exatamente do ponto onde terminou o livro 5, que foi no dia 21 de setembro de 1886. Além de abranger o final do respectivo ano letivo, ele também contempla o ano de 1887, até o dia 08 de novembro.

Como podemos observar, o livro 6 não difere dos demais livros (livro 4 e livro 5). Podemos, inclusive, arriscar a dizer que uma certa padronização foi implementada, pois,

muitas semelhanças começam a surgir entre eles, a começar pela própria folha de rosto. Conforme já observamos desde o livro 4, a classe de alunos ao qual estava submetida tal inspeção não é mencionada. Notamos que desde o livro 4, tratava-se do mesmo Reitor à frente do Externato, ou seja, José Joaquim do Carmo. Este será exonerado por Decreto de 7 de março de 1888, sendo nomeado, em seu lugar, o Cônego Luiz Raymundo da Silva Brito.

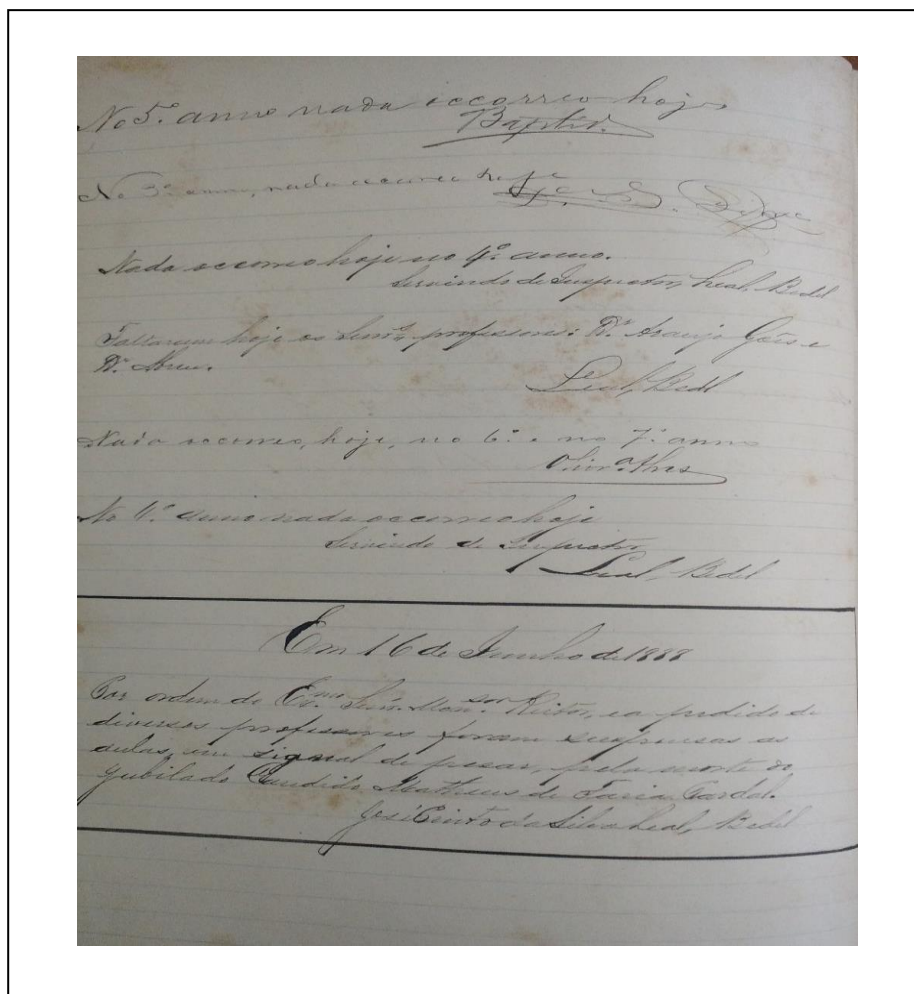
Também notamos a presença de duas páginas no livro 6 em sinal de luto, marcando a suspensão das aulas, conforme já havíamos destacado anteriormente. No presente livro, identificamos o falecimento de José Bonifácio de Andrade e Silva, em 27 de outubro de 1886 e do pai do Vice-Reitor, o Desembargador Candido Gil Castello Branco, em 6 de maio de 1887.

O livro 7 é continuação do livro 6, pois, a data inicial do livro 7 corresponde ao dia 9 de novembro de 1887, um dia após ter sido encerrado o livro 6, em 8 de novembro de 1887. O livro 7 encerra seus registros em 22 de junho de 1889. Portanto, ainda não havia ocorrido a mudança do Regime Monárquico para o Regime Republicano. Como podemos notar, o livro 7 segue a sequência do livro anterior, com as mesmas características, uma vez que fazem parte do conjunto serial notado desde o livro 4. Visualizamos o número da página do respectivo livro e a rubrica do Reitor no canto superior da página, ao lado direito; anotações enxutas, com poucas linhas de registro e o visto do Vice-Reitor Urbano Castello Branco ao final dos registros dos inspetores. Curioso notar que a partir do dia 07 de maio de 1888, esse visto não é mais encontrado. Percebemos que o não uso de seu visto ocorre, exatamente, quando se faz um ano da morte de seu pai, falecido em 06 de maio de 1887.

Mais mudanças foram percebidas no presente livro. O Reitor José Joaquim do Carmo deixa a Reitoria em março de 1888, assumindo o seu lugar o Monsenhor Luiz Raymundo da Silva Brito, voltando-se à tradição de sacerdotes à frente do Imperial Colégio de Pedro II.

Mesmo havendo a troca no cargo, o livro teve todas as suas folhas rubricadas pelo Reitor anterior (Carmo). As folhas que ganharam destaque nos livros anteriores, com molduras na cor preta, em sinal de luto e pesar, foram reduzidas a meia página no presente livro, conforme podemos visualizar na figura a seguir:

Figura 11: Página 30, verso, Livro 7 (1887-1889)



Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II.

Livro 7 de ocorrência (1887-1889)

Na figura acima, lê-se “[...] em 16 de junho de 1888, por ordem do Excelentíssimo Senhor Monsenhor Reitor, e a pedido de diversos professores foram suspensas as aulas, em sinal de pesar, pela morte do jubilado²⁴ professor Candido Matheus de Faria Pardal”. O quadro com a informação de pesar é bem diferente daqueles que encontramos nos livros anteriores. Uma hipótese para essa mudança pode estar relacionada ao estilo de escrita de cada autor dos registros no livro de ocorrência, que, como podemos ver no caso acima, estava sob a responsabilidade do bedel²⁵, José Pinto da Silva Leal. Somente a sua assinatura está presente no registro da figura acima, diferente dos demais livros, em que encontramos a

²⁴ Jubilado, no século XIX, referia-se ao termo “aposentado”.

²⁵ O termo bedel, de acordo com o dicionário de português online, significa “pessoa responsável pela disciplina em escolas; disciplinador”.

assinatura de todos os inspetores.

O último livro do nosso *corpus documental* corresponde ao único, de todo conjunto investigado, referente ao Regime Republicano. Seus registros iniciam-se em 11 de setembro de 1891 e são finalizados em 20 de outubro de 1898. Assim, o Colégio não mais denominava-se Imperial Colégio de Pedro II. Passou a se chamar Gymnasio Nacional. A respeito dessa mudança de Regime, questionamos: Será que ela influenciou no comportamento dos alunos? É o que iremos descobrir, a partir do levantamento realizado no capítulo 3.

Na folha de rosto do livro 8, o então Reitor, Monsenhor Luiz Raymundo da Silva Brito, informa a razão pela qual irá servir o presente livro, cujas folhas vão todas por ele rubricadas: “... servir para os senhores inspetores fazerem os relatórios diários do que acontecer em suas classes”. O local, Externato do Gymnasio Nacional é por ele indicado, assim como a data do documento - 21 de agosto de 1891. Por fim, sua assinatura completa a folha de abertura.

Examinando-o intrinsecamente, notamos que apesar de ser um livro do final do oitocentos, suas páginas parecem mais desgastadas e corroídas pela ação do tempo do que os outros livros de anos anteriores, pois, muitas de suas folhas estão bem mais quebradiças e outras já cortadas. Além disso, mesmo havendo a troca de Reitores no decorrer do período abrangido pelo livro 8, suas folhas foram todas rubricadas pelo Reitor que fez a abertura do mesmo.

O ano de 1891 foi o último ano de gestão do então Reitor Monsenhor Luiz Raymundo da Silva Brito. O clérigo professor cedeu lugar a um homem sem vínculos religiosos, mas com experiência em educação, sendo então nomeado para o referido cargo, o Paraense, José Veríssimo Dias de Mattos. “Sua nomeação foi realizada em 14 de janeiro de 1892 e permaneceu à frente do Gymnasio Nacional por sete anos, quando então solicitou exoneração do cargo, em 24 de agosto de 1898” (ALVES, 2006, p. 227). Posteriormente, assume a gestão do Externato o Dr. Francisco Carlos da Silva Cabrita, de agosto de 1898 até o ano de 1903.

Semelhante ao que vínhamos encontrando nos livros anteriores, os lançamentos do livro 8 continuam diretos e objetivos, marcados pelos registros diários. Alguns destes, por sua vez, estão mais detalhados, ultrapassando as duas linhas de costume. Não encontramos mais a assinatura do Vice-Reitor ao fim de cada dia, com um visto. Embora tenha sido exonerado do cargo, por Decreto de 4 de fevereiro de 1890, o Vice-Reitor Dr. Urbano Burlamaque Castello Branco, foi reintegrado por Decreto de 19 de abril desse ano. Ficou à

frente da Vice-Reitoria até o fim do período abrangido pelo livro 8. O visto que o mesmo realizava ao final do expediente voltou a ser encontrado no livro 8, somente em 06 de abril de 1895, na folha 130.

Também notamos a presença de algumas folhas no livro 8 dedicadas a registrar a morte de um membro importante, vinculado ou não à instituição, em sinal de luto e pesar, conforme já havíamos visto em livros anteriores. Essa marcação, como podemos ver, se tornou uma prática corrente no estabelecimento de ensino, pois, além de noticiar o luto, havia também a suspensão das aulas. A morte de um dos inspetores de alunos do Externato, Manoel José da Silveira, falecido em 11 de maio de 1892 foi noticiada no livro e, também, no mesmo ano, em 2 de julho, o falecimento do professor de Religião do Externato, D. Abbade Frei Saturnino de Santa Clara Antunes Abreu, como veremos a seguir:

Figura 12: Folha 50, Livro 8 (1891-1898) – Falecimento do professor de Religião

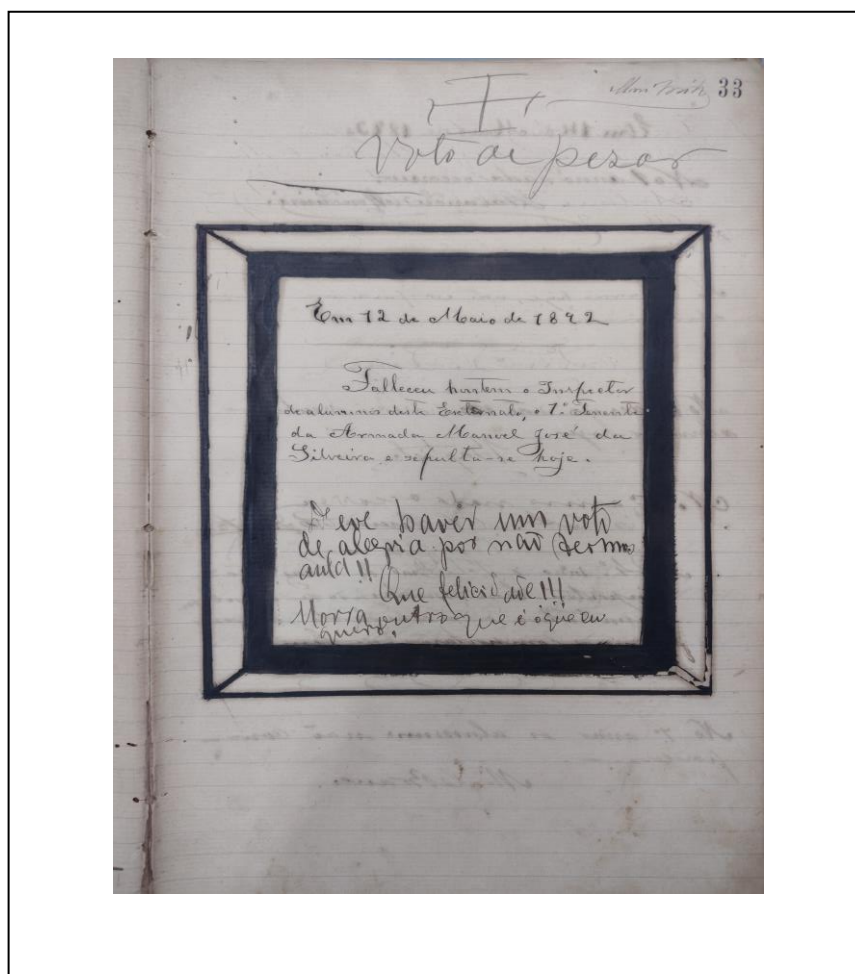


Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 8 de ocorrência (1891-1898).

Não está explícita a informação de como havia se tornado uma prática suspender as aulas do Externato, nos casos acima ilustrados, como vimos em livros anteriores. Mas, encontramos na folha 112 do presente livro, já no ano de 1893, a informação que confirma

a suspensão das aulas. Na ocasião, era informado o óbito do professor de alemão jubilado, Dr. Bertoldo Goldschmidt, a 27 de julho de 1893. Observamos registros inéditos em algumas folhas do presente livro. No dia em que o inspetor de alunos, Manoel José da Silveira, foi sepultado, localizamos pistas sobre o acesso ao referido livro pelos alunos. O vestígio pode ser percebido, na folha 33, na área do cabeçalho, acima da área reservada com o informe do falecimento e dentro da área desenhada com a notícia, conforme a figura a seguir:

Figura 13: Folha 33, Livro 8 (1891-1898)



Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 8 de ocorrência (1891-1898).

No cabeçalho, junto ao número da página, podemos ler “voto de pesar”, havendo também um desenho em forma de cruz feito a lápis, ao que parece. Dentro da área que foi desenhada, notamos o seguinte registro: “Deve haver um voto de alegria por não termos aulas!! Que felicidade!!! Morra outro que é o que eu quero”. Os dois registros encontrados nessa folha parecem de pessoas diferentes, pelo tamanho da letra e pela cor utilizada em

ambos os registros. Pelos dizeres, podemos inferir que quem acessou tal documento foi algum aluno do estabelecimento.

Na folha 50, retratada anteriormente na figura 9, podemos fazer a leitura sobre a morte do referido professor de Religião, já jubilado, e, novamente, visualizamos a marcação com o desenho de uma cruz e a escrita “Que bom!”. Ao que podemos inferir, tal marcação parece ter sido realizada por algum aluno, que, pelo que podemos subentender das entrelinhas, ou não gostava de tal professor ou, como havia registrado previamente, queria que ocorresse mais óbitos, porque assim não precisariam assistir aulas naquele dia, já que as mesmas eram suspensas.

Como podemos notar, parece que os discentes tiveram acesso ao livro em questão. Não temos como afirmar se esses registros foram realizados no mesmo período em que houve as mortes, porém, é perceptível os mecanismos pelos quais os alunos, em um conjunto de práticas da vida cotidiana no interior da escola, manifestaram suas capacidades criativas, “astúcias e engenhosidades”, como diria Michel De Certeau (2014). Caminhando de maneira própria, transformando o cotidiano, os alunos manifestavam suas formas de resistência, colocando em ação um jogo sutil de táticas que se opõem às estratégias da referida instituição de ensino. “Sem lugar próprio, sem visão globalizante, cega e perspicaz como se fica no corpo a corpo sem distância, comandada pelos acasos do tempo, a tática é determinada pela ausência de poder, assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder” (CERTEAU, 2014, p. 95).

Em várias outras folhas observamos anotações que diferem dos registros dos inspetores. Segue abaixo um quadro, com a indicação de todas as folhas em que encontramos rastros das “engenhosidades” daqueles que não pertenciam à inspeção escolar, na qual inferimos ser dos alunos do Gymnasio Nacional:

Quadro 4: As “artimanhas” dos discentes – Livro 8 (1891-1898)

Número da folha	Vestígio encontrado
Folha 4 – verso	escritos de lápis como “é mentira”, “fez bem”, “malvado”, “é falso”
Folha 7	“malvado” e rasuras nos anos correspondentes as séries
Folha 7 – verso	rasura novamente
Folha 8 – verso	“ué”, “ixi”, “ui”
Folha 10 – verso	“oh”, “ui”
Folha 11	“puah”
Folha 16 – verso	“é mentira do professor Poluceno”
Folha 17 – verso	“é falso”
Folha 19 – verso	“iiii”, “é mentira deste”
Folha 20	rasura a lápis
Folha 23	Sinal de adição +
Folha 24 – verso	risco em todos os nomes de lápis
Folha 33	com a morte do inspetor, escreveram: “um visto de alegria por não termos aula. Que felicidade! Morra outro que é o que eu quero”
Folha 48	“grandíssimo porra!!!”; “para que”; “puta que os pariu”; que vergonha
Folha 50 – verso (conforme imagem acima)	desenho de uma cruz e escreveram “que bom”
Folha 55	escrito de lápis “lettra do Leal e assignatura do Lima” assinado: um estudante do 3º anno
Folha 65	“oh Sr. Paula”, a lápis
Folha 69 – verso	desenhos feito a lápis de “lembra uma mão apontando o dedo indicador”
Folha 73	em letras gigantes “escreva direito seu grande burro”
Folha 77	“ui”
Folha 77 – verso	Palavrão (merda)
Folha 82	“com effeito já é”
Folha 102	rasura a lápis escrito “sempre nada ocorreu”
Folha 109	algum aluno se passou pelo inspetor Perrayon escrevendo: “no quarto ano foi morto por um tiro de carabina o aluno Athaide Soares Mendes”
Folha 111	“morra outro que é o que eu quero”

Fonte: Elaboração da autora, a partir do levantamento realizado no Livro 8 de ocorrência (1891-1898).

Como podemos perceber no quadro acima, foram vários os vestígios deixados, cujos conteúdos nos levam a inferir de que eram mesmo os alunos do Gymnasio Nacional os

“sabotadores” dos relatórios diários escritos por seus inspetores. Essas marcas encontradas no livro 8 são exclusivas do referido livro, diferindo de todos os demais aqui investigados.

Procuramos adentrar no *corpus documental* da presente pesquisa mapeando as características intrínsecas dos oito livros a serem investigados. Assim, esmiuçamos, primeiramente, a totalidade de ocorrência desses livros, a maneira como foram registradas as ocorrências, se havia a identificação do registrante, a assinatura do Reitor ou de outra autoridade escolar, entre outros elementos inerentes aos livros. Por meio dessas observações iniciais, já foi possível encontrar elementos semelhantes entre um livro e outro, como no caso do livro 4 até o livro 7, que apresentaram uma certa padronização com relação aos dados encontrados nas folhas de rosto dos livros e no seu interior. Também foi possível notar elementos divergentes entre o conjunto de livros, como, por exemplo, os registros encontrados no livro do Internato, que, apesar de contemplar o mesmo período do Externato (1872), possuem características distintas na forma de registrar. O livro 8 também demonstrou ser diferente dos demais. Diversas marcas com tons de ironia, deboche, e, até mesmo casos envolvendo palavras imorais foram encontradas. Além disso, esse é o único livro do conjunto documental já em tempos republicanos. Na próxima seção, procuramos destacar como as materialidades existentes no universo escolar podem ser um campo profícuo para novas investigações sobre as práticas escolares.

1.2 A arqueologia como um campo profícuo das materialidades no universo escolar

Los objetos, las imágenes, las escrituras y las voces se han constituido en fuentes del nuevo archivo que la arqueología de la educación ha configurado para indagar, desde la perspectiva de la historia material, el campo de la cultura de la escuela.

(ESCOLANO BENITO, 2012, p. 11).

Uma disciplina que se utiliza dos vestígios materiais como fonte de pesquisa é a Arqueologia. No universo escolar, esta disciplina permite aos alunos e professores a imersão ao mundo material e ao mundo imagético dos objetos por meio de diferentes atividades. Como elementos motivadores durante o processo de ensino-aprendizagem, estes objetos funcionam como vetores da transformação da vida humana, reconstruindo identidades e

estimulando a memória de cada sujeito envolvido (CAMPOS, 2011).

Agustín Escolano Benito (2017, p. 225), afirma que “a valorização da memória como fonte de conhecimento da cultura escolar nos convida a uma imersão arqueológica nas coisas, nos ícones e nas linguagens em que se manifestam as materialidades da educação e suas representações”. Escolano destaca que:

Não se trata, como advertiu Michel Foucault em sua *Arqueologia do Saber*, de lançar um olhar sobre as ruínas a fim de observá-las com curiosidade, mas de decifrar nas próprias coisas e também em suas representações textuais ou icônicas, os códigos secretos que as regulamentam e, ao mesmo tempo, regulam suas continuidades e transformações. Fazer falar essas materialidades leva a abrir a memória que nelas está inserida e a intuir ou explicitar os discursos que as constituíram (ESCOLANO BENITO, 2017, p. 225).

A corrente associada à história material ganhou impulso, segundo o autor, no contexto das linhas emergentes da chamada historiografia pós-moderna, com os primeiros trabalhos em torno da cultura da escola. Tais enfoques proliferaram posteriormente, em paralelo com a criação de centros de memória da educação e com a promoção de programas de educação patrimonial, como estratégias de formação histórica da cidadania, bem como dos próprios profissionais do mundo da escola.

O autor Escolano Benito (2017) cita um estudioso – Pier Paolo Sacchetto – que concebeu os elementos materiais como “objetos informadores”. Nesses objetos, afirma o autor.

[...] muitas das características funcionais e simbólicas da cultura, das práticas e dos discursos que fundamentaram no passado os fatos sociais, entre os quais se incluem os relacionados com os processos de ensino e aprendizagem realizados nas instituições educativas estavam impressas [...]. Uma carteira, por exemplo, peça essencial do mobiliário escolar, poderia ser vista como um sintetizador palpável das concepções antropométricas, higiênicas e ergonômicas, da época em que foi desenhada e utilizada. Um mapa mundi seria, nesse sentido, uma representação da natureza física, das divisões políticas e de outras categorias geográficas da imagem do universo ou de uma parte dele, podendo ser considerado, portanto, como uma mimese cartográfica do modelo de um território, transmitida por meio da educação formal. Um caderno de escrita informaria não apenas acerca dos conteúdos aprendidos em salas de aula, mas de tudo o que se refere aos usos caligráficos e estéticos dominantes, em um determinado período histórico, bem como dos estilos gráficos difundidos pela escola e sua projeção na vida cotidiana das pessoas (ESCOLANO BENITO, 2017, p. 225-226).

Assim, Escolano Benito destaca que “todo material, imagem ou texto de uso escolar, ‘desenterrado’ de uma instituição, em qualquer ‘operação arqueológica’, pode ser considerado como um condensador ou sintetizador semântico e como um objeto narrativo ou informador” (ESCOLANO BENITO, 2017, p. 226). Tais objetos podem servir para

contar sobre múltiplos temas acerca da instituição, a saber: práticas postas em ação nas escolas, por docentes e alunos; teorias pedagógicas subjacentes às atividades didáticas, entre outros. Foi assim com os livros de ocorrência disciplinar. Como um objeto narrativo, esses livros revelaram parte dos castigos implementados no Imperial Colégio de Pedro II/Ginásio Nacional durante o século XIX, tomados como expressões de concepções pedagógicas, que remetiam à formação da elite culta da Nação em construção. À semelhança dos trabalhos de um *bricoleur* foi possível desvelar as práticas escolares dessa instituição enredadas na materialidade desses livros.

Os restos arqueológicos da escola são o mais firme e objetivo suporte sobre o qual se pode fazer perguntas, de natureza etnográfica e de intenção interpretativa, aos indícios visíveis do passado que residem nas fontes materiais. De igual modo, essas materialidades são o testemunho empírico com base no qual cabe construir comunidades hermenêuticas de historiadores, que possibilitem a leitura dos significados implícitos nos dados primários, isto é, que decifrem as semânticas sugeridas pelos sinais semióticos emitidos por essas fontes de saber (ESCOLANO BENITO, 2017, p. 227).

Como afirmou Escolano Benito (2017), a arqueologia das materialidades da escola constitui um atalho seguro e eficiente para adentrarmos no mundo das práticas de formação de professores/alunos, ou seja, no mundo em que os objetos educacionais, geralmente depositados sobre os escombros da poeira do tempo, revelam-se elementos fundamentais para desvendarmos sobre um passado educativo que pode ser considerado um marco fundador dentro da história da pedagogia. Para o autor, “os restos da escola são, pois, materialidades com memória” (ESCOLANO BENITO, 2017, p. 227). A seguir, podemos ver outros objetos que se materializaram no universo escolar, e que atualmente estão reunidos no Museu escolar do Colégio Pedro II. De acordo com Ferdinand Buisson (1887):

[...] a expressão museu escolar poderia se aplicar às coleções de toda natureza formada pelo professor com vistas ao ensino. Mas o termo é tomado geralmente dentro do seu sentido mais restrito, ele designa sobretudo os objetos de ensino conhecidos como lições de coisas. Um museu escolar é, portanto, uma coleção de objetos, alguns naturais, outros fabricados, destinados a dar às crianças ideias claras, exatas, de tudo que as rodeia (BUISSON, 1887, p. 1991).

Esses objetos, já foram, em seu tempo, considerados modelos, ou seja, elementos que inventaram modos culturais. Neles estão inscritas mensagens impregnadas de códigos simbólicos, podendo elas ser examinadas com as lentes da etnografia, como destacou Escolano Benito (2017). Esta é concebida como descrição, observação, trabalho de campo a partir de uma experiência pessoal. Escolano Benito (2017) afirma que o etnógrafo entrecruza

os textos, buscando traçar relações entre eles para encontrar sentido entre os numerosos fragmentos que manipula e assim construir um conjunto interpretado e propositivo com estruturas e combinações intertextuais, que permitem uma compreensão globalizada das práticas e dos discursos que examina. “Não se trata de reduzir a etnografia a uma técnica, mas tratá-la como uma opção teórico-metodológica, o que já implica conceber a prática e a descrição etnográficas ancoradas nas perguntas provenientes da teoria antropológica” (DAUSTER, 1997, p. 3).

Figura 14: Diferentes objetos presentes no Museu do CPII



Fonte: Museu Histórico – CPII

A cultura material da escola abre possibilidades para um mundo híbrido de coisas e ideias criadas pelo homem e permite alcançar - a partir da experiência e do contato direto com evidências e manifestações de diferentes culturas, em múltiplos sentidos e significados - aspectos essenciais da subjetividade, resultante antropológica de um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização da herança cultural.

1.3 O cenário da trama: de Imperial Colégio de Pedro II a Gymnasio Nacional

“[...]vinde conosco a um templo onde a cultura literária, científica, artística e cívica tem altar – o Imperial Collegio de Pedro II” (MARINHO; INNECO, 1938, não paginado).

Politicamente, o ano de 1837 foi de excepcional importância para o Brasil. Com a renúncia do Regente Feijó, passou a exercer, constitucional e interinamente, a regência do Império, o Senador Pedro de Araújo Lima, depois Marquês de Olinda. Araújo Lima reuniu novo ministério, composto por Maciel Monteiro²⁶, Calmon²⁷, Rodrigues Torres²⁸ e Bernardo Pereira de Vasconcellos. Este último era Ministro e Secretário dos Negócios da Justiça e ocupava, interinamente, a pasta do Império. Regente e Ministro, “Araújo Lima e Bernardo, ambos interinos, voltaram vistas para o Seminário de São Joaquim. Assim, transformaram o Seminário em estabelecimento modelo de letras secundárias” (DÓRIA, 1997, p. 23).

O Ministro do Império, Bernardo Pereira de Vasconcellos apresentou à assinatura do Regente Pedro de Araújo Lima, o Decreto de 2 de dezembro de 1837²⁹ que reorganizou completamente o Seminário de São Joaquim. Nessa ocasião, o Imperador-menino completava 12 anos de idade, em plena efervescência do Período Regencial. “O objetivo era oferecer educação diferenciada para a juventude da boa sociedade imperial e servir como modelo para as demais instituições de ensino secundário que fossem criadas no Império Brasileiro”. (CUNHA JÚNIOR, 2008, p. 20).

A nova instituição recebeu o nome de “Imperial Colégio de Pedro Segundo”, com o caráter misto de Internato e Externato³⁰. Sua fundação assumia a função de um importante agente no processo de construção de uma imagem de Nação, inserindo-a numa tradição de

²⁶ Antônio Peregrino Maciel Monteiro fez parte do 1º Gabinete do Regente do Império, Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda, ocupando a Secretaria dos Negócios Estrangeiros de 1837-1839. Cf. https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/presidentes/antonio_monteiro.html.

²⁷ Miguel Calmon foi Ministro da Fazenda durante a regência de Pedro de Araújo Lima. Recebeu o título de Marquês de Abrantes. Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/Miguel_Calmon_du_Pin_e_Almeida.

²⁸ Joaquim José Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí, foi Ministro da Marinha durante a regência de Pedro de Araújo Lima. Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/Joaquim_Jos%C3%A9_Rodrigues_Torres.

²⁹ O Decreto de 2 de dezembro de 1837 estabelece que: art. 1º - O Seminário de S. Joaquim eh convertido em collegio de instrucção secundaria; art. 2º - Este collegio eh denominado Collegio de Pedro II. BRASIL. *Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1837*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1861, p. 59.

³⁰ O Internato e o Externato funcionavam no mesmo prédio, na atual Av. Marechal Floriano, no Centro do Rio de Janeiro, logo que o Imperial Collegio de Pedro II foi criado. Em 1857, ocorre a divisão física entre ambos os estabelecimentos, passando o Internato para a Chácara do Matta, no Largo da Segunda Feira, no bairro da Tijuca e o Externato permanece no local anteriormente citado.

civilização e progresso, nos moldes do Iluminismo. Não por acaso, se originava concomitantemente à criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, num amplo esforço da elite política e intelectual em avançar na consolidação do Estado Imperial. Sua inauguração, porém, somente foi efetuada a 25 de março de 1838. Esse dia, também simbólico, marcava a celebração, pela Igreja, da Anunciação de N. Senhora de Nazareth e, pelo Estado, por meio do aniversário do juramento da Constituição de 1824.

O tempo decorrido entre a data da fundação e sua real inauguração foi empregado ativamente em melhorar e aumentar os cômodos da casa do antigo Seminário de S. Joaquim. O arquiteto Grandjean de Montigny³¹ foi o responsável pela obra que converteu o antigo edifício do Seminário de São Joaquim no imponente prédio do Imperial Colégio de Pedro Segundo, na antiga rua Larga de São Joaquim, atual avenida Marechal Floriano.

A organização da estrutura inicial do Colégio coube a Bernardo Pereira de Vasconcellos, que, em 31 de janeiro de 1838, publicou o Regulamento contendo os estatutos do Colégio, que compreendiam 239 artigos, marcando as funções do Reitor, Vice-Reitor, Professores e todos os empregados. Estabeleceu o plano de estudos, em que se deveria ensinar: gramática nacional, latim, grego, francês, inglês, geografia, história, retórica e poética, filosofia, matemática (aritmética, geometria, álgebra, trigonometria e mecânica), astronomia, história natural (zoologia, botânica e mineralogia), ciências físicas (química e física), desenho e música vocal. Como se vê, o currículo era extenso. “De cunho eminentemente humanista, seus planos de estudos valorizavam a cultura clássica e livresca considerada como prova de grande saber” (ALVES, 2013, p. 78). Tal plano de estudos não abarcou a Doutrina Cristã e a História Sagrada, que ficou a cargo do capelão do Colégio. “A cadeira desta disciplina foi criada apenas em 1859, através do Decreto de 22 de julho do referido ano” (MACEDO, 2005, p. 269). Enquanto isso, ao capelão coube o cuidado de dar instrução religiosa aos alunos nos dias e horas que fossem marcados pelo regimento interno.

Em consonância com o caráter do Estado Imperial, que abraçava a religião católica como oficial, esta também foi matéria importante no colégio. Inúmeras vezes a sua reitoria e vice-reitoria foram ocupadas por clérigos. Durante todo o período imperial um capelão morou no interior do colégio, celebrou missas e ministrou instrução religiosa aos alunos (ALVES, 2013, p. 79).

³¹ Membro integrante da Missão Francesa vinda ao Rio de Janeiro em 1816, na época de D. João VI. Cf. ALVES, 2006, p. 184.

A rotina, portanto, não se resumia somente às aulas, pois os alunos tinham ainda horários definidos rigidamente para a oração e a preparação das lições solicitadas pelos professores.

A erudição foi a tônica da proposta educacional adotada pelo colégio. Seus programas de ensino clássico com tradição humanística e uma organização disciplinar rígida conferiram ao ensino do Colégio de Pedro II, definido como uma instituição educacional modelar, uma função formativa dirigida às elites, através da preparação de importantes quadros do cenário sócio-político e cultural do país (ALVES, 2006, p. 186).

O Colégio, no decorrer dos anos após sua criação, passou por inúmeras reformas educacionais. De acordo com Alves (2006, p. 186), “o decreto de 1841 ampliou o curso de estudos para sete anos e adotou a seriação das matérias. A cadeira de História e Geografia foi transformada em duas distintas pelo decreto de 25 de março de 1849”. Em 1854, a reforma de ensino organizada pelo governo imperial estabeleceu um novo Regulamento especial para o Imperial Colégio de Pedro II. Em 17 de fevereiro daquele ano, o Ministro Luiz Pedreira do Couto Ferraz exarou o Decreto n. 1.331, aprovando o regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do município da Corte. Entre outras medidas, esse Decreto tornou obrigatório o ensino religioso.

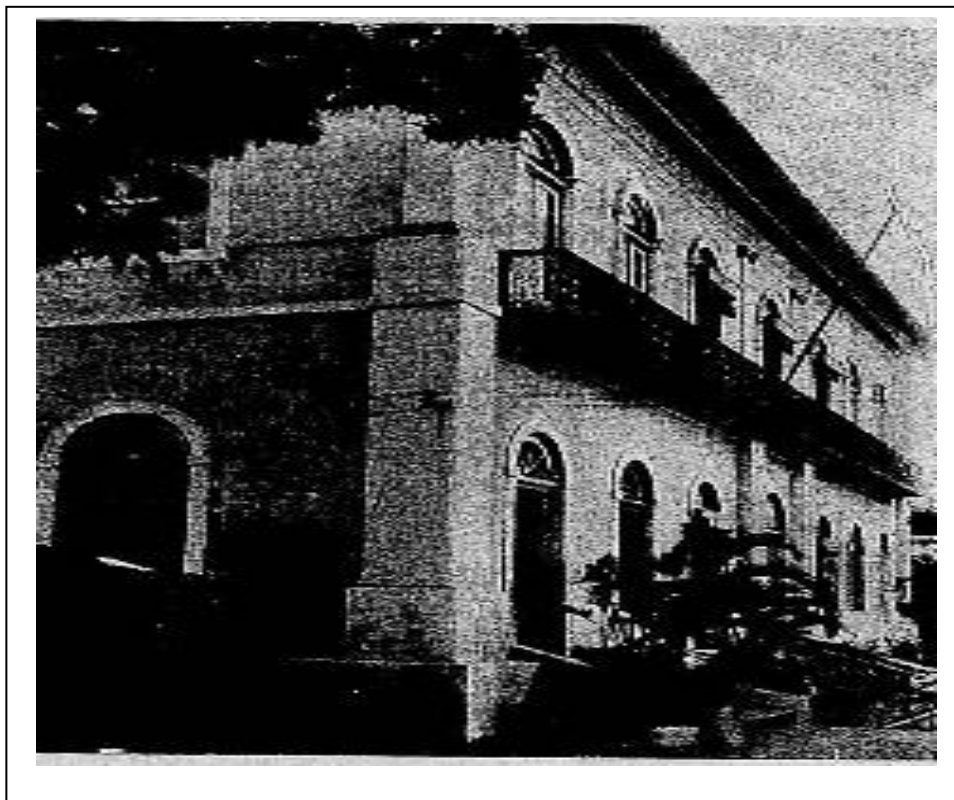
Nesse contexto, o ensino religioso era considerado aspecto indispensável à formação do homem de bem e do reconhecimento do bom cidadão, fazendo parte da educação como um todo. O sentido de moral apresentava-se em sintonia com a religião na transmissão de valores culturais e morais necessários à sociedade (SANTOS, 2011, p. 80).

Como afirmou Valdez (2006, p. 159), “associar a religião com a ciência fazia parte do debate do século XIX, como uma reorganização do pensamento católico diante da sociedade industrial, pois a disciplina moral cristã também contribuía para a construção da ordem”. Assim, temos os castigos, como um meio de disciplinar os alunos, servindo como um instrumento de manutenção da ordem no interior da escola, e a religião, que também exercia um papel preponderante nesse empreendimento disciplinador e ordenador.

Uma das mais importantes reformas foi a promovida pelo Marquês de Olinda que, em 1857, dividiu a instituição imperial de ensino secundário em Externato e Internato.

A reforma que dividiu o Imperial Colégio de Pedro II em dois estabelecimentos, internato e externato, foi de suma vantagem para a disciplina, que apesar da mais constante vigilância, não podia ser sempre perfeita e isenta de inconvenientes em consequência da comunicação entre os alunos internos e externos. (MACEDO, 2005, p. 271).

Figura 15: Internato, inicialmente localizado no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro



Fonte: Revista da Semana, 1940, p. 32.

Vasconcellos destacou que “[...] as regras consagradas no Regulamento não são teorias inexpertas; elas foram importadas de países esclarecidos, têm o cunho da observação, têm o abono da prática e deram o resultado de transcendente utilidade” (VASCONCELLOS, 1999, p. 245). Ou seja, o Colégio teve influência de diferentes países durante a elaboração de seu estatuto, notadamente países como a Prússia, Alemanha e Holanda, como informou Maria Helena Câmara Bastos (2008). Além disso, segundo a autora, o Colégio também foi influenciado pelo sistema de educação adotado por Napoleão I.

Na Câmara dos Deputados, durante discurso pronunciado em 19 de maio de 1838, Vasconcellos então mencionou:

O discurso era meu, mas o regulamento é alheio: em quase todas as suas disposições é copiado dos regulamentos dos colégios de França, apenas modificado por homens que gozam da reputação de sábios, e entendem o que deve alterar-se nas disposições desses estatutos. [...] esse defeito não cabe, ou não quadra ao regulamento. (ANAIS DA CAMARA DOS DEPUTADOS, 1838 apud HAIDAR, 2008, p. 98-99).

“Prevía, ainda, o Regulamento, a concessão do diploma de Bacharel em Letras³², título que garantiria a matrícula nas Academias do Império independentemente da prestação dos exames de preparatórios” (HAIDAR, 2008, p.101). Vasconcellos, político mineiro que não apenas possuía grande prestígio político como também, desde a sua atuação na Província de Minas Gerais, dedicava-se à estruturação do Estado Imperial, deu especial atenção aos serviços da instrução. Seu interesse por ela vinha de longa data: desde os primeiros debates acerca da criação de cursos superiores no Brasil³³, ainda, portanto, no contexto do antigo Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves.

O Ministro Bernardo Pereira de Vasconcellos, ferrenho defensor da criação de uma instituição modelo, inspirado no exemplo oferecido pelos colégios franceses, já se mostrava preocupado com a questão do ensino, uma vez que vinha acompanhando desde o início a reforma do então Seminário de São Joaquim – base administrativa e educacional da instituição – em curso desde 1831.

Segundo Cruz Costa, desde os tempos coloniais a instrução humanística ‘constituía verdadeiro sinal de *classe*’, um legado europeu aqui implantado pelas ordens religiosas, entre elas a mais influente, a dos jesuítas. Ainda na condição de colônia, no século XVIII, ‘nos afastávamos da tutela de Portugal. A partir de então seria preponderante, no Brasil, a influência do pensamento francês’. As ideias dos filósofos franceses enciclopedistas penetravam no Brasil com grande prestígio e ‘engrandecidas pelo sucesso de sua prática vitoriosa na Revolução Americana’. Com a chegada de D. João ao Brasil (1808), o modelo francês passou a ganhar corpo e já em meados do século XIX nossa cultura havia absorvido muito do que se produzia na França. Nas palavras de Costa: ‘À França caberá, assim, sobretudo nos últimos vinte e cinco anos do século XVIII e na primeira parte do século XIX, exercer uma ação emancipadora e educadora’ (COSTA, 1960, p. 19 apud ALVES, 2013, p. 78).

O Imperial Colégio de Pedro II foi instituído, portanto, para ser o “colégio-padrão” do ensino secundário oficial no Município da Corte. As humanidades clássicas juntamente com o modelo enciclopédico influenciaram o plano de estudos da referida instituição. “Na cultura educacional e política do século XIX, na qual os cursos jurídicos constituíam uma

³² Bacharel, durante o Segundo Reinado, aos poucos transformou-se em um termo que carregava, além de uma qualificação, um capital simbólico. Na prática, o bacharel era alguém com diploma em Direito – dentro ou fora do país. Todavia, jovens formados em Matemática ou Letras também podiam portar o título e disputar as cada vez mais escassas vagas de emprego público. (Cf. SCHWARCZ, 1998, p. 119).

³³ A educação superior no Brasil surge a partir de 1808, quando a corte portuguesa decide “instalar-se” em terras brasileiras. Naquele momento, eram necessários profissionais que atendessem às suas necessidades mais prementes: educação, saúde e infraestrutura. A solução considerada mais adequada pela Coroa foi criar, no Brasil, escolas para a formação de oficiais, médicos e engenheiros. Era uma educação superior caracterizada pela subordinação ao governo central e pela finalidade profissionalizante. Inicialmente, foram criadas escolas isoladas (as cátedras) que, posteriormente, se aglutinaram em faculdades e universidades. (Cf. WOLSKI, SOARES, BRANDT, 2012, p. 1-2).

via de acesso privilegiado aos cargos e funções públicas de prestígio, a educação literária e humanista consolidou-se como a cultura do mundo dos Bacharéis” (GASPARELLO, 2004, p. 63-64).

Durante consulta referente à bibliografia sobre o Colégio, a influência francesa é constantemente apontada, assim como o caráter tradicional da instituição, evidenciado pela denominação de *colégio*. Dentre os critérios que caracterizariam um *colégio*, o de Pedro II estava em consonância com os atributos propostos:

[...] havendo internos ou meio-pensionistas, o estabelecimento seja qual for o nome que lhe derem seus donos, deve-se considerar como *Colégio*. E do mesmo modo, o estabelecimento com um Diretor e professores de várias matérias, ainda que seja frequentado somente por externos, é *Colégio* (GASPARELLO, 2002, p. 9).

O Imperial Colégio de Pedro II passou a ser objeto de grandes atenções e cuidados do Governo na Corte, conforme testemunharam os inúmeros Decretos formulados após a obra inicial realizada por Vasconcellos. “Deveria ser um lugar onde a mocidade se preparasse de modo completo no estudo das humanidades, uma instituição que buscasse formar, no sentido integral, o aluno-cidadão do Império” (GABAGLIA, 2009, p.43). Assim, de acordo com Souza (2010), a criação do Imperial Colégio de Pedro II marcou época, uma vez que influenciou não só os programas, mas também a organização de outras instituições secundárias, que ficaram sob a jurisdição das Províncias, desde o Ato Adicional de 1834³⁴. Além disso, a criação do Colégio ajudou a consolidar um projeto civilizatório, uma vez que tal fundação garantiria a formação dos futuros cidadãos da Nação (SOUZA, 2010).

O referido estabelecimento de ensino secundário esteve comprometido com o projeto de forjar um ideal de nacionalidade e difundir uma cultura local, na medida em que participou do processo de sistematização e escolarização dos saberes produzidos sobre a cultura brasileira (CUNHA JÚNIOR, 2008, p. 106).

De acordo com Lilia Moritz Schwarz (1998), a “menina dos olhos do Imperador”, o Imperial Colégio de Pedro II, oferecia uma formação abrangente, com um vasto programa de estudos para a mocidade, conforme descrito anteriormente, agregando um conjunto de

³⁴ O Ato Adicional de 1834 foi um dos elementos fundamentais da organização política do Rio de Janeiro, marcando sua diferenciação em relação aos outros municípios e a subordinação ao governo central. Em seu artigo 1º, essa emenda constitucional estabeleceu a separação entre a cidade e seu município e a Província fluminense, que passava agora a contar com um presidente e uma Assembleia Provincial. No caso da Câmara Municipal da Corte, manteve-se sua subordinação ao Ministério do Império e à Assembleia Geral. Cf. MOTTA, 2009, p. 20.

conhecimentos e atividades superior às matérias exigidas nos preparatórios. Pretendia-se, com sua criação, marcar a diferença na Corte e reforçar as relações do Governo central com as elites políticas imperiais, membros, portanto, da “boa sociedade imperial”.

Aos filhos da boa sociedade imperial destinavam-se as escolas secundárias, onde se formariam cidadãos ativos, cultos e de boa índole. Dessa forma, o Imperial Colégio de Pedro II viria suprir esta lacuna a partir de 1837, ao garantir a formação e reprodução dos futuros cidadãos ativos do Império. Muito além de um instrumento do Governo, o Colégio assumia também a função de um importante agente no processo de construção de uma imagem de Nação (SOUZA, 2010, p.114).

Assim, a criação desta instituição de ensino ajudou a consolidar um projeto civilizatório, fornecendo uma formação secundária abrangente e distintiva, própria aos filhos da elite, podendo esses indivíduos ocuparem, no futuro, cargos e posições privilegiadas dentro do Governo imperial.

O Imperial Colégio de Pedro II, portanto, da Corte, triunfo das letras e da conquista civilizadora, situava-se na região central do Município Neutro, na cidade do Rio de Janeiro. Teve, portanto, um papel fundamental na montagem do Estado Imperial e na construção da Nação brasileira. A cidade do Rio de Janeiro também foi destaque nessa construção, de acordo com um conjunto expressivo de estudos³⁵.

A partir do centro do Rio de Janeiro - por onde corriam as ‘rodas do carro social’, ou seja, onde se localizavam o Paço, o Senado, a Câmara dos Deputados e a Câmara Municipal; a Escola Militar e os quartéis; as Igrejas; o Correio; a Caixa de Amortização; o Porto - partiam círculos concêntricos, hierarquizando os homens e as coisas, expressando, enfim, que tudo se achava sob controle (MOTTA, 2009, p. 18).

A construção da cidade do Rio de Janeiro deveria contar com uma intelectualidade que fosse capaz de estimular a formação, composição e definição da Nação a partir de uma configuração nacional:

É nesse sentido que devem ser compreendidos os esforços dos intelectuais contemporâneos à formação do Estado Imperial – tanto no campo das letras e dos ensaios histórico-geográficos, quanto na área das artes plásticas – para enfrentar os desafios de promover a unidade nacional e de cumprir a missão civilizadora, ambos indissolivelmente conectados. Para o sucesso dessa dupla tarefa, foi fundamental a atuação de algumas instituições sediadas no Rio de Janeiro, como a Imperial Biblioteca Pública (Biblioteca Nacional, após 1876) e a Academia Imperial de Belas Artes, além do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do Arquivo Público do Império e do Imperial Collegio de Pedro II, as três últimas fundadas em 1838, durante a regência conservadora de Pedro de Araújo Lima (MOTTA, 2009, p. 19).

³⁵ Para saber mais ver DIAS, 1972; MATTOS, 2004; FREIRE, 2000; MOTTA, 2001.

Dessa forma, D. Pedro II foi responsável por um grande projeto que implicava, além do fortalecimento da Monarquia e do Estado, a própria unificação nacional. Essa unificação incluía, também, um viés cultural, uma vez que a educação passou a ser considerada a marca distintiva da elite brasileira, caracterizada como “uma ilha de letrados num mar de analfabetos” (SCHWARCZ, 1998, p.118).

A grande predileção do monarca era o Imperial Colégio. Sua presença no educandário era constante, ora para presidir exames finais dos discentes e concursos para docentes, ora em festas solenes. Sua chegada na instituição era anunciada com as badaladas do sino da portaria, conforme relatou Pederneiras, ex-aluno da instituição na publicação escrita por Marinho e Inneco (1938): “O sino, quando badalava mais de seis vezes seguidas, no correr do dia, dava signal da visita do imperador ao collegio; estas eram frequentes e tive o velho monarca a presidir solemnemente o meu exame final de francez [...]” (PEDERNERIRAS apud MARINHO; INNECO, 1938, não paginado). Suas visitas também eram publicadas em importantes periódicos do século XIX, como essas anunciadas, no Jornal do Commercio:

Figura 16: Anúncios no Jornal do Commercio



Fonte: Jornal do Commercio, 23 de novembro de 1841, n.º 303.

Em um artigo publicado em 1925 na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Ramiz Galvão, aluno gratuito do Imperial Colégio de Pedro II, tendo entrado na instituição no ano de 1855, rememora, ainda em seus tempos de estudante, a presença frequente de D. Pedro II nas dependências da escola:

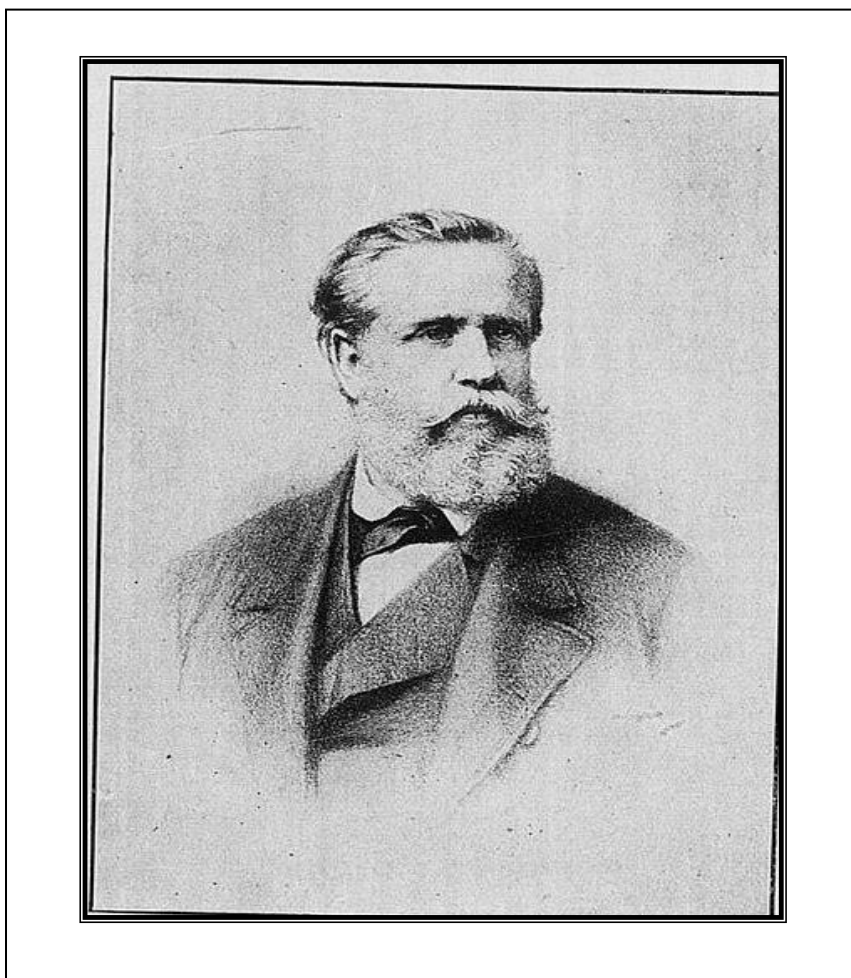
Permita-me agora um testemunho individual. Em minha vida de estudante, vi o Imperador assistindo as aulas no Colégio Pedro II; vi-o em 1861 assistindo a todos os meus exames do 7º ano; vi-o ali mesmo depois, em 1870, sentado a meu lado, quando regii interinamente a cadeira de retórica, poética e literatura nacional; vi-o em 1868 na Faculdade de Medicina assistindo à minha defesa de teses, e ainda em 1871, quando prestei provas no concurso para lente da mesma faculdade. A atos desta natureza nunca deixou, aliás, de comparecer (REVISTA DO IHGB, v.98, 1925, p. 370).

As visitas constantes que o Imperador realizava ao Colégio Pedro II, bem como a sua estima pela instituição já foram bastante abordadas por diferentes autores (CARVALHO, 2007). Seja durante a época dos exames finais, das cerimônias de distribuição de prêmios, nas formaturas dos Bacharéis em Letras, o seu aparecimento era frequente (como afirmou Ramiz Galvão, ele mesmo pôde encontrá-lo algumas vezes), seja no tempo em que ainda era estudante, seja mais tarde, em 1870, já na condição de professor da instituição.

Outros depoimentos de ex-alunos também foram concedidos, reforçando as constantes aparições do Imperador no Colégio:

Alunos antigos desta casa, nos habituávamos todos a ver entrar, sem aviso prévio nos jornais, sem piquetes, pela portaria a dentro, o velho Imperador que vinha quase mensalmente fiscalizar o funcionamento de seu Collegio. A surpresa da visita, nunca anunciada, mas sempre esperada, foi por certo uma das forças imperceptíveis, mas poderosas, que concorreram para elevar o Collegio ao nível em que o deixou o seu patrono. A visita não era temida; era de intimidade, tão frequente era ela; mas era a visita do amigo velho da casa que olhava carinhosamente as falhas, indagava dos ausentes, estimulava os desanimados e a quem ninguém queria desagradar. (MARINHO; INNECO, 1938, não paginado).

Figura 17: Imperador D. Pedro II



Fonte: Revista da Semana, 1938, p. 18

O Dr. João Marques, bacharel da turma de 1889 do Internato, relatou:

[...] o monarca aparecia quase todas as semanas, inopinadamente, e não se limitava a assistir aos concursos, aos exames e as aulas, percorria também a chácara, os dormitórios, a biblioteca, a cozinha e mais de uma vez sentava-se à mesa e provava a comida. [...]. O Colégio, todos o sabiam, vivia sob a direção imediata e pessoal do Imperador [...] o poder pessoal do Imperador era verdade incontestável e cuja existência não se podia negar. (DÓRIA, 1997, p. 168).

Os testemunhos de lembranças abordados por diferentes autores ratificam as constantes aparições do Imperador no Colégio. A monarquia investiu, portanto, em diversos rituais, desde cortejos e procissões até a utilização de manuais de civilidade, procurando garantir os espaços que promovessem sua representação nacional (SCHWARCZ, 1998). “Os ritos são, antes de tudo, os meios pelos quais o grupo social se reafirma periodicamente [...] Homens se sentem unidos, em parte, por laços de sangue, porém, mais ainda por uma

comunhão de interesses e de tradições [...]” (DURKHEIM, 2000, p. 422).

O Imperial Colégio de Pedro II, é, portanto, um lugar emblemático, repleto de múltiplas memórias e referências que expressam uma identidade grupal.

Lugar ao mesmo tempo material, simbólico e funcional, fechado sobre si mesmo, um elo vivido no eterno presente [...] onde a memória está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento [e] que se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto (NORA, 1993, p. 21).

Os títulos de Bacharéis em Letras conferiam aos seus alunos algumas preferências e facilidades de acesso à carreira política, proporcionando certa socialização e homogeneização ideológica de seus alunos com o regime Monárquico, bem como a constituição de uma identidade comum entre eles (SOUZA, 2015). A distribuição de tais títulos eram “repletas de rituais e pouco variou ao longo do tempo em que foi realizada” (ALVES, 2013, p. 72).

O livro *Memórias do Visconde de Taunay* contém o testemunho do ex-aluno Alfredo d’Escragno Taunay do dia em que foi realizada a sua colação de grau e que foram distribuídos os prêmios aos melhores alunos, um dia marcado por muita pompa, trajes finos e transportes luxuosos:

Custara o aluguel do meu ostentoso veículo nada menos de cem mil réis; mas também o cocheiro e o lacaios estavam agalados de ouro em todas as costuras e traziam inúmeros e vistosos alamares. Os trajes dos bacharelados eram escolhidos com muito capricho: casaca, colete e calça, de preferência novos e feitos em bom tecido. As famílias mais abastadas recorriam às alfaiatarias de renome, como a “Raunier”, e chapelarias tradicionais, como a do “Torres”, com o intuito de mostrar boa presença. Na chegada do Imperador ao Colégio a guarda de honra, já perfilada, lhe apresentava as armas atendendo à voz de seu comandante e o Hino Nacional era executado. À porta da instituição o reitor, o vice-reitor e os professores aguardavam o casal imperial para conduzi-lo até o Grande Salão. Nesse enorme recinto, cheio de cadeiras ocupadas por parentes e amigos dos bacharelados e premiados, tomavam assento: D. Pedro II no trono e D.^a Tereza Cristina ao seu lado. Acomodados, já se encontravam, ao longo de grande mesa coberta de pano verde, o ministro do Império, reitores do Externato e Internato, e todos os professores dos dois estabelecimentos. Um coro de alunos entoava o Hino da Independência. Foram chamados um a um os alunos que deveriam receber o grau de Bacharel em Letras, cujos símbolos ficavam sobre a mesa do Ministro do Império – borla e capelo – depois de prestarem juramento de fidelidade a Deus, ao Imperador e à Constituição e [...] desfilarmos diante do trono (TAUNAY, 1946 apud ALVES, 2013, p. 74).

Figura 18: Convite de Colação de Grau e distribuição de prêmios



Fonte: Fundação Biblioteca Nacional

Segundo Alves:

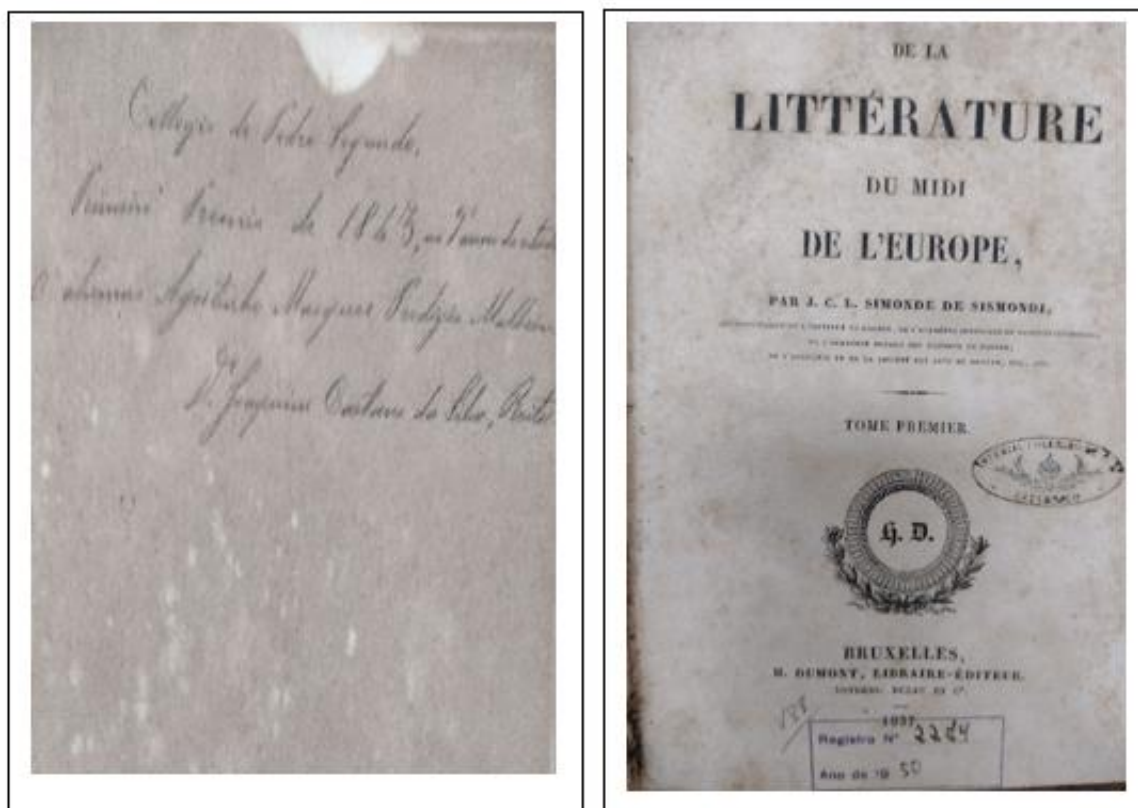
Tais cerimoniais meticulosamente preparados adquiriram, desde os primeiros momentos de existência do colégio, mecanismos que permaneceram inalterados por longo tempo e serviram para imprimir a sua marca nos corações e mentes de muitos professores e alunos. Às normas e às doutrinas acrescentava-se o calor da emoção e a força mágica do ritual. (ALVES, 2013, p. 77)

Como podemos observar, a monarquia se servia do ritual de maneira oficial e cotidiana. “Era por meio do ritual que o rei multiplicava seu poder, impunha sua representação” (SCHWARCZ, 1998, p. 30). O intenso foco sobre a figura do rei, que, nesse caso, estava representado pela figura do Imperador D. Pedro II, tornava-o um objeto ritual, uma imagem evidente do poder. “Assim, o monarca se fazia cercar de um aparato extraordinário, uma extensão de seu corpo: palácios para alojar sua corte, seus ministros, suas amantes; avenidas para fazer desfilar suas carruagens e seus guardas; teatros para divertir-se; igrejas para nelas submeter-se a seu Deus” (SCHWARCZ, 1998, p. 30). Como apontou Durkheim (2000, p.409), “o rito só serve e só pode servir para manter a vitalidade dessas crenças para impedir que elas se apaguem das memórias, ou seja, em suma, para revivificar os elementos mais essenciais da consciência coletiva”.

Nas obras memorialistas de ex-alunos do Imperial Colégio de Pedro II encontramos diversos depoimentos que revivificam esses ritos. Como exemplo, podemos citar os momentos em que os prêmios e os castigos eram aplicados. As premiações, assim, como os castigos sempre fizeram parte das práticas disciplinares da instituição. Ora para distinguir, ora para corrigir os alunos, tais dispositivos funcionavam como reguladores para inserir normas de conduta moral e disciplina.

No Regulamento n.8, de 31 de janeiro de 1838, aparecem os artigos destinados à concessão dos prêmios (artigo 128 até o artigo 135). Todo um ritual era então cumprido ao final de cada ano letivo, passando os alunos por uma espécie de “tribunal”, onde seus trabalhos seriam submetidos a uma “avaliação às cegas”. A leitura dos nomes dos premiados teria lugar em reunião pública ante o Ministro do Império ou seu Representante, o Reitor, o Vice-Reitor, Professores e Inspetores de alunos. Após discurso recitado pelo professor de Retórica, os nomes dos alunos premiados seriam lidos e os prêmios, cristalizados na forma de livros, seriam distribuídos aos alunos. Na figura abaixo, podemos ver um dos livros que fora concedido ao aluno do 7º ano do curso de estudos, em forma de premiação, no ano de 1843.

Figura 19: Prêmio dado ao aluno Agostinho Marques Perdigão Malheiros, em 1843



Fonte: Biblioteca Histórica, Colégio Pedro II

Na figura anterior, como podemos visualizar na folha de rosto, o Reitor do Colégio, Joaquim Caetano da Silva, dedica o primeiro prêmio de 1843 ao aluno do 7º ano, Agostinho Marques Perdigão Malheiros, natural de Minas Gerais, que duas décadas depois de ter colado grau no Colégio Pedro II publicou ensaio histórico, jurídico e social intitulado *A Escravidão no Brasil* (1866), em três volumes. “A terceira parte da obra constitui até hoje – no dizer de Édison Carneiro – o livro básico para a percepção do cativo no Brasil e um dos marcos principais do pensamento liberal brasileiro [...]” (SEGISMUNDO, 1987, p. 111).

Em 1843, se formava a primeira turma de Bacharéis em Letras, sendo o grau conferido a oito alunos que haviam completado todo o curso de matérias. Foi concedido à Perdigão Malheiros como prêmio o livro de J. C. L. Simonde de Sismondi, um livro de história literária. Segundo a autora Regina Zilberman (2000, p. 23), a obra faz referência “a autores nascidos ou que viveram no Brasil mesmo embutidos na análise da literatura portuguesa como um todo”. A solenidade foi narrada no periódico *Minerva Brasiliense*³⁶ e contou com a presença de sua Majestade, o Imperador D. Pedro II, que por suas mãos concedeu os prêmios aos alunos. Pelo Colégio discursou o professor de Retórica, Santiago Nunes Ribeiro, chileno naturalizado brasileiro e pelos formandos fizera-se ouvir Carlos Arthur Busch Varella.

Além dos livros, recebiam, também, uma coroa entretecida de ramos de café e flores. Finda a distribuição dos prêmios, os alunos premiados seriam reunidos pelo Reitor em um banquete, junto ao Ministro do Império ou seu representante.

Encontramos, também no Regulamento n.º 8, os artigos destinados às punições aos alunos (artigo 91 até o artigo 99). Da mesma forma que os discentes passavam por uma espécie de “júri”, no qual seus trabalhos eram avaliados, escolhendo-se, dentre os apresentados, os melhores, também eram submetidos a um outro “tribunal”, no que se refere à aplicação dos castigos, sendo ele composto pelo Reitor, Vice-Reitor, Professores e Inspectores. A execução da “pena” dependia da gravidade da falta cometida pelos discentes. Os alunos que pertencessem à classe de externos não poderiam ser castigados pelos Inspectores. Esses deveriam comunicar a sua queixa ao Vice-Reitor, que então deveria tomar as providências cabíveis.

Então, podemos notar que além da existência de uma escala para classificar a falta cometida pelo aluno, havia também uma hierarquia que deveria ser respeitada na aplicação

³⁶ *Minerva Brasiliense*: Jornal de Ciências, Letras e Artes, n.º 5, v. 1, 1 de janeiro de 1844, p. 32.

desses castigos. Mas será que havia um “ritual” para aqueles alunos que seriam castigados?

Algumas histórias contadas por ex-alunos ajudam-nos a sanar essa questão. Raul Pederneiras, ex-aluno da década de 1880, revela uma situação em que um aluno foi castigado com a *cafua*, que correspondia a uma prisão:

A *cafua* situava-se no grande quarto escuro, de larga porta, no corpo do edifício ligado à Igreja. Vimos um companheiro entrar na *cafua*, por ter ridicularizado um inspetor, o ‘Lima gordo’. Ao fim do dia, o inspetor formou a turma em alas, à entrada da *cafua*, e dela fez sair o encafado, para que passasse entre os colegas (MARINHO; INECO, 1938, não paginado).

Na reminiscência de Raul Pederneiras podemos verificar que sim, havia uma espécie de “ritual”. Nesse rito, o aluno era levado para um local totalmente escuro, sem qualquer tipo de contato com o mundo exterior. Ali o aluno poderia ficar horas detido, imerso em meio à solidão e ao esquecimento, sem fazer qualquer tipo de atividade. Após o cumprimento de sua “sentença”, o aluno era então retirado do castigo por quem o puniu e, de acordo com a história contada acima, o inspetor fez questão de agrupar as turmas em alas, formando uma espécie de “corredor da humilhação” bem em frente à *cafua*, local onde estava o castigado.

O aluno penalizado, ao sair, deveria passar bem no meio dos seus colegas, o que provavelmente, o deixava envergonhado e constrangido diante dos outros estudantes. A *cafua*, assim, servia como um mecanismo disciplinar, pois, quando aplicado na frente de outras pessoas, levava seus expectadores a saber, de antemão, as consequências da falta cometida, caso pretendessem praticar aquele mesmo ato.

Outro autor que elucida a questão é Fernando Segismundo, ex-aluno do Colégio Pedro II já em outro período de tempo, tendo ingressado na instituição em 1927, com a República já instaurada. Em seu livro *Memória de Estudante*, ele nos traz o seguinte relato:

Consistia a penalidade ordinária na detenção do aluno por desobediência ao professor ou transgressão outra do regime disciplinar. Ficava o educando à disposição do Major Leal, como era conhecido o chefe de disciplina Carlos Galdino Leal. Em sala apropriada, ultimava os trabalhos inacabados de casa ou copiava matérias do dia. Punição severa arrastava o aluno para a *cafua*, desvão sob a escada do andar térreo. Ali, em espaço escuro e reduzido, o delinquente nada fazia, senão aguardar a passagem das horas. (SEGISMUNDO, 1987, p.42-43).

Como podemos observar, a *cafua* era um local escuro e pequeno, devendo o aluno ficar solitário naquele local e sem exercer qualquer tarefa. Deveria, apenas, aguardar a passagem das horas e, nesses momentos de profunda escuridão e solidão, como esse tempo custava a passar, o que poderia gerar no encarcerado muito medo e angústia. Esse ócio, ao

qual esses alunos eram submetidos, correspondia ao tempo perfeito para o aluno refletir sobre o seu “delito” e poder se arrepender dele, pois, a cafua era considerada um dos castigos mais severos aplicados aos alunos que descumprissem o regulamento, faltando com o respeito ao próximo, seja ele seu colega, professor ou qualquer outro membro do corpo administrativo do Colégio.

De acordo com Segismundo (1987), o Major Leal, como era conhecido o inspetor, tentava sempre o diálogo. Em um primeiro momento, ele utilizava a sua arma mais poderosa, sua voz em alto e bom tom, repreendendo a atitude do discente tida como incorreta. Depois, suavizava seu tom de voz, propondo uma conversa franca, utilizando o artifício da persuasão: “Por que é que você não se emenda? Você tem lar e comida, tem carinho e futuro promissor. Cabe-lhe somente comportar-se bem e estudar. Você prefere desligar-se do Colégio, perder-se em más companhias?” (p. 44). Segismundo destaca que o inspetor convencia o aluno a portarem-se bem, uma vez que, após esse diálogo, o discente já demonstrava sinais de arrependimento diante da conduta adotada.

Rituais estão muito presentes no Colégio Pedro II e continuam a fazer parte do cotidiano, porém, ressignificados. Como exemplo, temos a distribuição de títulos honoríficos³⁷, celebrados em duas datas históricas que marcaram a instituição: o dia 2 de dezembro, aniversário do Imperador e data de fundação da instituição e o dia 25 de março, quando se comemorava o início do primeiro ano letivo. “O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais onde o passado se perpetua no vivido pela repetição da tradição” (ANDRADE, 1999, p. 107). Além desses títulos, temos também a formatura como uma espécie de ritual e tradição mantidos até hoje na escola. Durante o período republicano, ela chegou a ser minimizada e até suprimida, substituindo o diploma de Bacharel pela simples entrega dos certificados de conclusão de curso. A colação de grau de Bacharel em Letras do Imperial Colégio de Pedro II, anteriormente, narrada pelo ex-aluno Alfredo d’Escragnolle Taunay, sobreviveu pela tradição.

Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado [...]. Consideramos que a invenção de tradições é essencialmente um processo de formalização e ritualização, caracterizado por

³⁷ O Regimento Interno do Conselho Superior, instituído pela Resolução n.º 08, de 17 de junho de 2013, em seu Capítulo V, detalhou a concessão dos referidos títulos: Aluno Pena de Ouro; Aluno Eminente; Professor Emérito; Técnico Administrativo Emérito; Bacharel Honoris Causa.

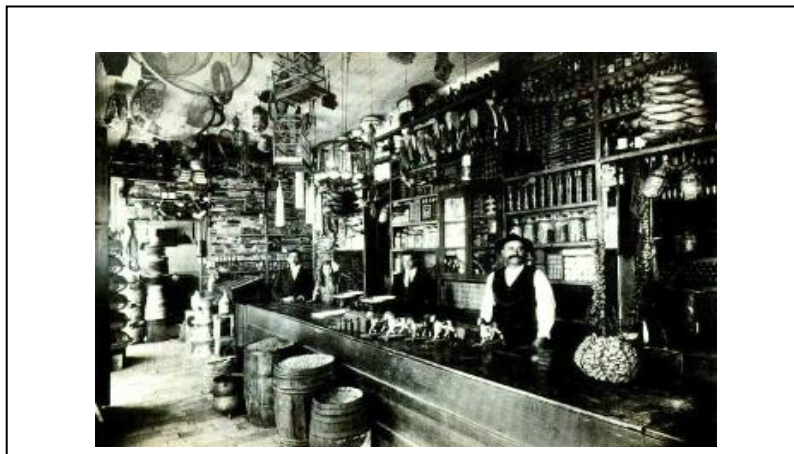
referir-se ao passado, mesmo que apenas pela imposição da repetição (HOBSBAWM, 1984, p. 10-13).

O cerimonial de Colação de Grau, marcado pela presença de Suas Majestades Imperiais, exigia providências de cunho socioeconômico, desempenhado pelos formandos e seus familiares, como também de cunho político, “uma vez que a outorga do grau de Bacharel vinculava o Colégio como parte do estado, através do juramento de fidelidade a Deus, ao Imperador e à Constituição, símbolos da representação da Nação” (ANDRADE, 1999, p. 110).

Portanto, o então Imperial Colégio de Pedro II traz de volta do passado o peso da sua tradição, formando gerações de bacharéis e mantendo rituais de pertencimento que ampliam e perpetuam a memória coletiva da instituição decorrente da constante reinvenção de sua tradição.

Como parte integrante da cidade do Rio de Janeiro, o Colégio estava dividido em Externato e Internato, a partir da Reforma realizada por Marquês de Olinda, em 1857. O Externato estava dividido em quatro faces: a face principal, que se defrontava com a Rua Larga de São Joaquim ou Rua Direita e as restantes, que se voltavam para a Rua Estreita de São Joaquim, Imperatriz e da Prainha. “Na Rua Larga de São Joaquim ou Rua Direita misturavam-se estabelecimentos de moda com pequenos armazéns de secos e molhados e lojas vulgares” (SCHWARCZ, 1998, p. 106). Com fim ilustrativo, encontramos uma imagem de um desses armazéns de secos e molhados, porém, localizado na cidade de São Paulo. A figura a seguir poderia se aproximar dos armazéns encontrados na antiga Rua Larga de São Joaquim durante o século XIX.

Figura 20: Armazém de secos e molhados – Pirassununga (SP)



Fonte: <http://pirassunungareceptivo.com.br/os-armazens-de-secos-e-molhados-de-pirassununga/>

De acordo com Oliveira (2014):

[...] os armazéns, ou casas de secos e molhados, eram sem dúvida espaço que concentrava em si significações diversas. Marcavam a paisagem nos mais diversos endereços. No Centro, nas beiras de caminhos, nos bairros mais distantes. Eram o local de origem e de final de histórias. Se alguém quisesse saber algo de uma região da cidade, de algum morador ou de algum acontecimento, bastava dirigir-se ao armazém do bairro e ali prostrar-se com os velhos frequentadores. Sua função, entretanto, ultrapassava a de local de venda, de espaço para comercializar diferentes itens relacionados a gêneros alimentícios ou mesmo de espaço de sociabilidade para diferentes classes sociais (OLIVEIRA, 2014, p. 186).

A Rua do Valongo foi denominada da Imperatriz, “[...] depois que nela saltou, de uma galeota, a princesa Teresa Cristina de Bourbon, para casar-se com o jovem D. Pedro II” (GERSON, 2000, p. 152). Mais tarde passou a se chamar Rua Camerino, nome mantido na atualidade. A Rua da Prainha, também estreita e sombria, abrigava algumas casas de pau-a-pique e um cais, hoje se denomina Rua Acre.

No decorrer do século XIX, assiste-se a modificações substanciais tanto na aparência como no conteúdo da cidade do Rio de Janeiro. O modelo era a Paris burguesa e neoclássica, com novas edificações e distintas lojas da Corte. Porém, a Corte podia ser considerada uma ilha, uma vez que o ambiente rural estava em todos os lados e a escravidão a cercava por toda a parte.

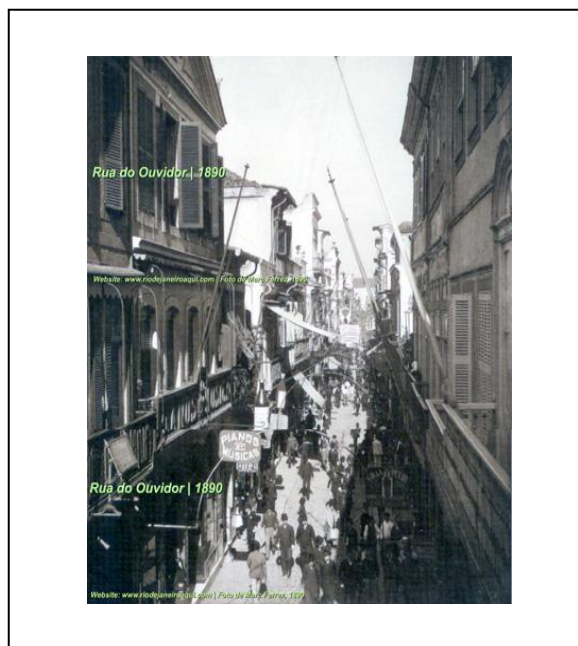
Saí da longa avenida da Rua Direita, não longe da Alfândega, onde os transeuntes se vêem loucos através de pilhas de fardos, barris, trouxas, carroças, negros barulhentos e suados. Não há aqui carros puxados por quadrúpedes para o transporte de mercadorias. As bestas de tiro e as bestas de carga são os escravos. As cargas que arrastam, bem os caminhos porque têm de levar seus fardos, são suficientes para matar burros e cavalos. Antigamente, poucos aparelhos com roda eram usados na Alfândega (EWBANK, 1976, p. 76).

O relato do estrangeiro Thomas Ewbank (1976) chama a atenção para a utilização dos negros como meios de transporte. Apesar de ser a capital do Império do Brasil, o Rio de Janeiro de meados do século XIX era ainda uma cidade acanhada, com ruelas estreitas e casas mal construídas, com um Centro superpovoado e insalubre.

Na ótica da corte, o Brasil era a Rua do Ouvidor. A acanhada rua em que se concentrava o comércio de luxo, as redações dos grandes jornais, as livrarias de grande porte reuniam diferentes grupos que formavam a sociabilidade da capital do Império:

[...] é certo que sentimos aqui pulsar a vida do Império – aqui nos encontramos no ponto central e mais importante dele e vê-se diariamente na Rua do Ouvidor os homens que governam o país e conduzem a opinião pública. O Rio de Janeiro é o Brasil, e a Rua do Ouvidor é o Rio de Janeiro (NEVES, 2014, p. 132).

Figura 21: Rua do Ouvidor, RJ – séc. XIX



Fonte: <http://www.riodejaneiroaqui.com/portugues/rua-do-ouvidor-historia.html>

Na Rua do Ouvidor predominavam lojas de artigos finos, lojas de roupas, cabeleireiros para senhoras, perfumarias, cafés, confeitarias, joalherias, casas de música e livrarias, ou seja, um extenso e farto comércio que atraía para a localidade parte da sociedade da época. Nessa rua poderiam ser encontradas duas livrarias de peso, durante quase toda a segunda metade do século XIX: a Garnier e a Laemmert.

Quem por elas passasse veria fileiras, do chão ao alto, de exemplares cuidadosamente encadernados, assinados por autores de renomado valor estilístico, e, dependendo do horário, entusiasmadas confrarias literárias que reuniam nomes presentes diariamente nas colunas dos jornais (EL FAR, 2004, p. 28).

O Rio de Janeiro deveria ser adequado à sua nova condição de capital da Corte. Para isso acontecer, de fato, não bastava apenas alterar o cenário da cidade:

Como nova corte real, o Rio de Janeiro deveria ser a expressão do poder da monarquia e do grau de civilização do Império. Transformá-la em Corte significava estabelecer aí uma sociedade de corte, com seus espaços e formas de sociabilidade próprios, copiados das cortes europeias, condenando hábitos e costumes oriundos do período colonial como inadequados à nova condição alcançada pela cidade, ao mesmo tempo em que se buscava difundir na nova capital do Império os elementos daquilo que era considerado um ideal europeu de civilização (BARRA, 2015, p. 792-793).

A elegância europeia convivia, portanto, com o odor das ruas, o comércio miúdo e muito marcado pelas cores e costumes africanos. Nos lugares de fácil acesso, palácios majestosos eram erguidos, assim como edifícios monumentais e amplas avenidas que levavam ao Paço Real, em São Cristóvão, e aos primeiros jardins públicos, como o Campo de Santana e a Quinta da Boa Vista (SCHWARCZ, 1998).

“Aos modos de agir, pensar e sentir da ‘Província’, a capital teria que contrapor padrões e normas que deveriam ser internalizados por todos aqueles desejosos de se tornarem ‘homens da Corte’” (MOTTA, 2001, p. 2). Neste sentido, o Imperial Colégio de Pedro II atraía jovens provenientes de todas as Províncias. Ao retornarem para suas regiões, poderiam se transformar em quadros políticos ou burocráticos³⁸, a quem Ilmar Mattos (2004) denominou *agentes da administração pública*.

De acordo com Souza (2015), na condição de políticos, representantes privilegiados da “boa sociedade”, incorporam um conjunto de disposições, um *habitus*, que passa a conduzi-los nos mais variados ambientes de ação, dos quais destacamos o ambiente escolar, onde o Imperial Colégio de Pedro II representava o capital simbólico daquela sociedade de Corte, por meio do diploma de Bacharel em Letras. Consequentemente, o caminho a ser percorrido seria a Europa ou as Academias Superiores, notadamente representadas pelos cursos de Direito e Medicina, o que reforça os interesses da classe dominante e os interesses do Estado pelo monopólio da produção desse capital simbólico.

Uma vez saídos do Imperial Colégio de Pedro II e de posse do título de Bacharel, os alunos egressos confirmavam suas posições entre a “boa sociedade imperial”, já que quase todos frequentaram as Academias Superiores. Como “a instituição prezava pela reprodução da ordem monárquica via bancos escolares, a inserção de matérias ligadas à formação do cidadão culto como retórica e oratória fora pensada dentro dessa lógica, confirmando lógicas hierárquicas e apontando sinais de prestígio daquela sociedade” (SOUZA, 2015, p. 65).

O referido estabelecimento de ensino, portanto, era concebido como uma instituição de prestígio no contexto de consolidação da ordem monárquica. Muitos dos professores que lecionavam no Colégio de Pedro II também eram lentes nas faculdades do Império. Tendo contado com grandes professores e intelectuais em seus quadros oficiais, o Colégio reforçava

³⁸ De acordo com o levantamento feito por Carlos Fernando Ferreira da Cunha Júnior, entre 1843 e 1869, 53,6% dos alunos formados no Colégio Pedro II ocuparam algum posto na política do governo imperial (como, por exemplo, o de presidente de província, ministro, senador, militar, conselheiro de Estado, juiz etc.), enquanto 40,3% vinculou-se a profissões liberais (médicos, advogados, engenheiros, escritores) e 6,1% atuou no mundo da economia. (Cf. CUNHA JÚNIOR, 2008, p. 62-64).

sua posição de destaque entre a “boa sociedade imperial”, sendo o seu corpo docente formado por indivíduos dotados de notório saber, tendo eles um papel preponderante no processo de formação dos futuros membros dos quadros políticos e administrativos do Império. De acordo com Dória (1997, p. 48), “no Brasil havia duas posições invejáveis: a de Senador do Império e a de professor do Colégio Pedro II”. Tal afirmação reforça a importância do corpo docente do Imperial estabelecimento. O autor também destacou o valor dos mesmos em artigo publicado na Revista da Semana, quase cem anos após a inauguração da instituição: “... deram-lhes professores reputados, desejando que os jovens fossem instruídos por instruídos [...]” e “[...] professores dos mais ilustres, alguns verdadeiras glórias nacionais”. (REVISTA DA SEMANA, 1933, p. 18).

O autor Joaquim Manuel de Macedo mencionou sobre os renomados professores que iriam integrar o corpo docente do Colégio, assim que o mesmo foi fundado:

A simples menção dos nomes do reitor e dos professores com os quais se ia inaugurar o Imperial Collegio de Pedro II devia bastar para os primeiros fundamentos do crédito do estabelecimento. Porque, em geral eram os nomeados ou recomendáveis por sua capacidade já provada nas matérias que tinham de ensinar, ou por sua reconhecida ilustração, e alguns eram até com razão considerados notabilidades. (MACEDO, 2005, p. 321).

Como primeiros professores do Imperial Colégio de Pedro II, podemos destacar: Manoel de Araújo Porto Alegre (Desenho), Justiniano José da Rocha (História e Geografia), Joaquim Caetano da Silva (Grego e Retórica), Emilio Joaquim da Silva Maia (História Natural e Ciências Físicas), Joaquim Manoel de Macedo (Coreografia e História do Brasil). Estes também foram sócios efetivos e membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, “recinto que se afirmaria como um centro de estudos bastante ativo, favorecendo a pesquisa literária, estimulando a vida intelectual e funcionando como um elo entre esta e os meios oficiais” (SCHAWARZ, 1998, p. 126).

A maioria dos docentes do Imperial Colégio de Pedro II passaram por instituições de ensino influentes na Europa “especialmente nas Universidades de Coimbra, Paris e Montpellier, o que reforça a importância dos laços com os países civilizados, além do prestígio junto à elite intelectual brasileira” (MENDONÇA, 2013, p. 994).

Como podemos observar, o Colégio contava com grande prestígio, reafirmado pelos seus docentes e alunos egressos, integrando seus letrados aos quadros da “boa sociedade imperial”. Era uma instituição que “dialogava com diferentes esferas de poder de forma a auxiliar na criação e reprodução dos ideais de ordem e civilização monárquicos, assim como

o modelo que deveria ser seguido pelas outras instituições congêneres durante o Império” (SOUZA, 2010, p. 163).

Andrade (2016) ressalta que os títulos de bacharéis, somados ao dom da oratória e da escrita indicavam possibilidades de ascensão em qualquer carreira, uma vez que a instituição de ensino possibilitava uma distinção social evidente. No Imperial Colégio de Pedro II, estudaram e brilharam adolescentes que, anos depois, ocupariam altas posições em várias carreiras ou retornariam à Casa, ocupando uma das cátedras do Colégio. Foi, portanto, “um celeiro de formação de grupos de elites culturais condutoras do país – homens do mundo, homens da ciência, das letras e das artes, homens públicos formados pelos paradigmas europeus de civilização e progresso” (ANDRADE, 2016, p. 105).

Um dia antes de a República ser instaurada, o Imperador viveu, no Externato, seu último dia de monarca, assistindo ao concurso para o preenchimento da cadeira de inglês. Embora a vaga fosse destinada ao Internato, as provas dos certames eram realizadas no Externato. Seis candidatos se inscreveram: Carlos Américo dos Santos, irmão do falecido professor catedrático de Inglês, Custodio Américo dos Santos; o oficial da Armada, Pedro Cavalcanti de Albuquerque; o Dr. Guilherme Affonso de Carvalho, médico; o Dr. José Joaquim de Siqueira, de estudos em Paris; Jasper Lafayette Harben, norte-americano radicado no Brasil e professor de inglês e Pedro Boucher de Boucherville. “Finda a prova de concurso do dia, pelas cinco horas da tarde, lá se foi o Imperador, descendo de graus com facilidade” (REVISTA DA SEMANA, 1940, p. 20).

Com a Proclamação da República, esse estabelecimento de ensino passou a ser designado Ginásio Nacional. “Como uma importante instituição educacional em relação direta com o poder constituído, atuou como um dos canais das políticas públicas educacionais e como um dos centros nacionais de referência educacional do Brasil”. (ALVES, 2006, p. 184).

A perspectiva republicana esteve presente em praticamente todos os movimentos políticos brasileiros anteriores a 1889. De acordo com Lemos (2014, p. 403), “sua transformação como movimento organizado, tem como marco dezembro de 1870, quando surgiu o Partido Republicano. Também formalmente, seu término é delimitado pela derrubada da monarquia em novembro de 1889”.

Entre os anos de 1850 e 1900 ocorreu a transformação estrutural da sociedade brasileira e, dessa forma, foi se construindo uma outra alternativa ao regime político em vigor: a alternativa republicana. (LEMOS, 2014). Ainda de acordo com o autor, durante o

período mencionado, diversos acontecimentos econômicos, sociais, ideológicos e políticos foram centrais para alterar as bases da sociedade brasileira. Dentre os inúmeros acontecimentos, cita o autor:

[...] extinção do tráfico internacional de escravos, Lei de Terras, intensas migrações internas, Guerra do Paraguai, movimento abolicionista, deslocamento do polo dinâmico da cafeicultura do Vale do Paraíba para o oeste paulista, imigração europeia, expansão do trabalho livre, renovação intelectual de vários setores sociais pela absorção de variantes do liberalismo e do cientificismo, conflitos entre o Estado, a igreja católica e os segmentos militares, abolição da escravidão, derrubada da monarquia e implantação da república. (LEMOS, 2014, p. 403).

A alternativa republicana só se tornou politicamente viável a partir de 1870, dadas as transformações econômicas e sociais pelas quais o país passou. “A crise política gerada em 1868 pela ‘derrubada’ do gabinete Zacarias levou o Partido Liberal à cisão. De uma de suas correntes, formou-se o Partido Republicano da cidade do Rio de Janeiro” (LEMOS, 2014, p. 413). Dessa forma, o marco tradicionalmente assinalado na historiografia da “troca de Gabinetes em 1868, é tomado como o primeiro sinal de abalo nos mecanismos que funcionavam na manutenção do poder desde o período de consolidação conservadora após a antecipação da maioria de Pedro II”. (ALVES, 2000, p. 31).

A campanha antiescravista tomava conta do cenário político e com ela despertavam-se as ambiguidades do republicanismo:

Os republicanos não conseguiram formular um projeto de fôlego para enfrentar a questão. Ao contrário, procuraram eximir-se dessa responsabilidade, defendendo a tese de que era um problema a ser resolvido pela monarquia e, individualmente, pelas províncias interessadas, de acordo com sua realidade e com o espírito federalista. Entretanto, apesar de federalistas, os republicanos defenderam uma posição em favor dos interesses dos proprietários de escravos, sustentando a bandeira de que a abolição deveria ser gradual, de maneira a não provocar um trauma na sociedade.

...
[...] o denominador comum entre republicanos, conservadores e liberais, como expressão política dos interesses das classes dominantes no Brasil escravista, era a percepção contrarrevolucionária dos riscos que a ordem social poderia enfrentar caso mudanças fossem feitas sem o devido controle. (LEMOS, 2014, p. 417).

O regime republicano recém-instaurado, no Brasil, na virada do século XIX para o XX, tinha como tarefa principal a reconfiguração da Nação, redesenhando o Estado Nacional. Durante esse processo, ficou patente a necessidade de se tornarem as instituições mais flexíveis e de se projetarem valores adequados à nova reorganização do Estado.

De acordo com Alves (2006, p.180) “os novos tempos exigiam a modernização das ultrapassadas estruturas imperiais. Tudo quanto lembrasse a antiga monarquia foi rapidamente modificado e novos símbolos foram criados”.

Foi nesse contexto que a denominação de Imperial Colégio de Pedro Segundo, pressupondo identificação com o antigo regime imperial, constituiu-se em incômodo para o novo regime implantado. “Para os republicanos era inconcebível, sobretudo, que o nome do imperador banido acompanhado da partícula possessiva “de” designasse uma instituição oficial” (ALVES, 2006, p. 181).

Com a República instaurada, foi instituído um Governo Provisório³⁹ presidido por Marechal Deodoro da Fonseca. De acordo com Alves (2006, p. 191) “o antigo Ministério do Império, a cuja jurisdição pertencia o Imperial Colégio de Pedro Segundo, foi transformado em Ministério do Interior”. O ministro que ocupou essa pasta fora o Dr. Aristides da Silveira Lobo, que nela permaneceu por pouco tempo, mas, o suficiente para alterar o nome do tradicional Imperial Colégio para Instituto Nacional de Instrução Secundária, por meio do Decreto de nº 09, de 21 de novembro de 1889 que também transformou os antigos Externato e Internato, este último criado desde 1857, em 1º e 2º Institutos, ambos sob a forma de Externato. Determinou, ainda, o referido Ministro, que continuassem a ser regidos pelas disposições até então vigentes, pelo Aviso n.º 5, de 30 de novembro de 1889, os estabelecimentos de ensino superior e secundário existentes.

Cesário Alvim, sucessor do então Ministro Aristides Lobo, assumiu a pasta do Interior em fevereiro de 1890, desvinculando desse Ministério os assuntos referentes à instrução pública daqueles referentes aos negócios políticos, sendo seu único ato a exclusão da Instrução Religiosa, a Theodiceia e a Moral Religiosa dos programas de ensino, conforme os determinava o novo regime, de separação do Estado da Igreja

Através do Decreto n.º 346, de 19 de abril de 1890, foi criada a Secretaria de Estado dos Negócios de Instrução Pública, Correios e Telégrafos, com status de Ministério. Ocupou essa Secretaria o então Ministro da Guerra, Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Pelo Decreto n.º 981, de 8 de novembro de 1890, foi aprovado o Regulamento da Instrução

³⁹ O Governo Provisório, que durou quinze meses, implementou inúmeras medidas. Antes do final de 1889, o aparelho político-administrativo estava montado: instituições imperiais como a Constituição de 1824, o Conselho de Estado, o Senado, a Câmara dos Deputados, as Assembleias Provinciais e as Câmaras municipais foram extintas; a família imperial foi banida; o país recebeu nova denominação, Estados Unidos do Brasil; a forma de governo adotada passou a ser República Federativa, constituída pelas antigas Províncias transformadas em estados; cada estado passou a ser governado por um delegado nomeado pelo Governo; um grande projeto de naturalização ofereceu a cidadania aos estrangeiros residentes no Brasil; as eleições para uma assembleia constituinte foram convocadas. (Cf. PERES, 2005).

Primária e Secundária do antigo Município Neutro, denominado, pelo novo regime, de Distrito Federal. Nele se destacaram a criação do *Pedagogium*⁴⁰, a criação de um fundo escolar para o fomento à educação e o estabelecimento da instrução moral e cívica como disciplina obrigatória. Além disso, nova mudança ocorreu com o nome do colégio, que de Imperial Colégio de Pedro II, passou a denominar-se Ginásio Nacional, até o ano de 1911, quando o estabelecimento de ensino adquiriu a designação que se mantém até os dias de hoje: Colégio Pedro II.

Com o referido Decreto, Benjamin Constant restabeleceu as antigas seções do Externato e Internato e, embora esses estabelecimentos fossem “completamente independentes um do outro pelo que respeita à administração, reger-se-iam pela mesma lei, com os mesmos programas de ensino e sujeitos à alta inspeção do Conselho Diretor e do Inspetor Geral” (GABAGLIA, 1914, p. 101).

A reforma dirigida por Benjamin Constant, pensada como modelo a ser difundido por todo o território nacional, propunha um ensino secundário estruturado em sete anos, composto por algumas disciplinas que se encerrariam ao término do ano letivo, outras que teriam continuidade no ano seguinte e mais um grupo delas que seriam propostas nas séries finais em forma de “revisão”. Dentro desse modelo, o aluno estava sujeito a três tipos de exames, a saber: a) de “suficiência”, constando de provas orais para as matérias que seriam continuadas no ano seguinte; b) os exames “finais” para as matérias concluídas, abrangendo as provas orais e escritas e, para algumas cadeiras, prova prática; c) os de “madureza”, constando de provas orais, escritas e práticas, no sentido de verificar o grau de preparo e maturidade intelectual dos alunos ao final do curso. A aprovação nos Exames de Madureza do Ginásio Nacional habilitava à matrícula nos cursos superiores existentes no país e este direito podia ser estendido a qualquer estabelecimento de ensino secundário organizado de acordo com o plano de estudos do Ginásio Nacional. Essa concessão visou atender ao princípio federativo, baseado no pressuposto de independência dos estados e nas especificidades locais. Receberia, também, o aprovado nos exames de madureza, o título de Bacharel em Ciências e Letras. (ALVES, 2006, p. 193).

Houve uma adequação do programa de ensino, de forma que a base humanista até então praticada foi substituída por outra de caráter mais científico, aos moldes do positivismo Comteano. Dessa forma, a sistematização, classificação e hierarquização dos diversos ramos do conhecimento proporcionou a inserção de diversas disciplinas no currículo escolar do

⁴⁰ Estabelecimento destinado a oferecer formação profissional a professores, em particular, e ao público, os meios de instrução profissional de que pudessem carecer, a exposição dos melhores métodos e do material de ensino mais aperfeiçoado. Nele eram realizados conferências e cursos, oficinas de trabalhos manuais, exposição de coleções-modelo para o ensino científico e laboratórios de ciências físicas e naturais. O *Pedagogium* dispunha ainda de um Museu e espaço para exposições escolares, além da publicação de uma revista, a “Revista Pedagógica”. Cf. ALVES, 2006, p. 166. Para saber mais, ver: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (Org.). *Pedagogium: símbolo da modernidade educacional republicana*. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2013.

Ginásio Nacional: português, latim, grego, francês, inglês, alemão, matemáticas, astronomia, física, química, história natural, biologia, sociologia e moral, geografia, história universal, história do Brasil, literatura nacional, desenho, evoluções militares e esgrima, música, sendo permitido ao aluno optar entre o inglês e o alemão. Tornava-se necessário atravessar o rol de disciplinas para que o indivíduo se enquadrasse em uma nova sociedade, pautada na formação de um novo cidadão, rumo à evolução e ao progresso. Essa concepção ecoou fortemente nos meios intelectuais brasileiros, aumentando as exigências com relação à escola que se pretendia construir:

Concebida nos marcos positivistas que propunham esse processo de formação como percurso de aprendizagem que deveria reproduzir todas as etapas da evolução humana, a escola que os republicanos pretendiam instaurar deveria proporcionar um ensino enciclopédico, longo e, portanto, financeiramente dispendioso (CARVALHO, 2002, p. 203).

A proposição de Benjamim Constant é considerada inexecutável e, dessa forma, ele é afastado do Ministério, morrendo logo em seguida, em 1891. Constant foi então substituído pelo Ministro João Barbalho Uchôa Cavalcanti, que expediu vários Decretos, culminando com o Decreto 1389 que “validava os exames preparatórios prestados nos estabelecimentos oficiais de ensino secundário aos estados que tivessem programas regulados pelos do Ginásio Nacional” (BRASIL, 1891).

Restabelecidos, os exames preparatórios foram sendo admitidos para a matrícula nos cursos de ensino superior.

A legitimação desses exames fez com que o velho sistema instituído nos tempos coloniais recobrasse seu prestígio. Desde 1808, os candidatos aos cursos superiores no Brasil estiveram condicionados à aprovação nos “exames preparatórios” prestados no próprio estabelecimento superior desejado (ALVES, 2006, p. 197).

O Imperial Colégio de Pedro II, rebatizado de Ginásio Nacional foi promovido a modelo para obtenção do privilégio de isenção de exame preparatório. “Era preciso ter uma estrutura similar e planos de estudos iguais ao ‘colégio padrão’ para ser ‘equiparado’ a ele” (ALVES, 2006, p. 197).

Em fevereiro de 1891, foi promulgada a Primeira Constituição Federativa dos Estados Unidos do Brasil. Essa Constituição baseava-se no modelo norte-americano, que estabelecia a laicidade do ensino, removendo o ensino religioso dos currículos das escolas públicas, em virtude da separação da Igreja Católica com o Estado.

De acordo com Sérgio Montalvão:

[...] o viés federalista lançou as bases para a descentralização das ações. Com isso, a responsabilidade pelo ensino primário corresponderia aos Estados, enquanto à União caberia criar e administrar instituições de ensino secundário e superior, como também prover a educação no Distrito Federal, em colaboração com o poder municipal (MONTALVÃO, 2011, p. 223).

O autor ressalta que, “na montagem de suas instituições educacionais, a República incorporou a tradição federalista do Império, cujo marco legal foi o Ato Adicional de 1834, promulgado no Período Regencial” (MONTALVÃO, 2011, p. 223).

Como observou Fernando de Azevedo:

O triunfo do princípio federativo, com a mudança do regime político, não só consagrou, mas ampliou o regime de descentralização estabelecido pelo Ato Adicional de 1834 e, jogando a educação fundamental (primária e secundária) do plano nacional para os planos locais, subtraiu à esfera do governo federal a organização das bases em que se devia assentar o sistema nacional de educação. Sob esse aspecto, a República foi mais longe e, cedendo às aspirações federalistas, quase reduzidas no antigo regime “à órbita propriamente política da vida regional”, e dilatadas, no período republicano, aos domínios da administração, fortemente centralizada pela política unitária do Império (AZEVEDO, 1976, p. 117 apud MONTALVÃO, 2011, p. 223-224).

Alonso (2009, p. 132) destaca que a primeira década republicana foi caracterizada por momentos de incerteza e de intenso debate político, pois, havia diversos projetos em disputa pela primazia de modelar o novo regime político, marcado, sobretudo, “por monarquistas resistentes e republicanos exaltados, estes últimos alcunhados de jacobinos”.

Havia no Brasil pelo menos três correntes que disputavam a definição da natureza do novo regime: o liberalismo à americana, o jacobinismo à francesa, e o positivismo. As três correntes combateram-se intensamente nos anos iniciais da República, até a vitória da primeira delas, por volta da virada do século (CARVALHO, 1999, p. 9).

Por esse cenário, marcado pelo grande desafio de equacionar as diferentes correntes que compunham o regime político em voga, “as questões relativas à educação perderam a sua centralidade, de forma a levar à constatação de que a efervescência dos debates do período final do Império teria arrefecido no primeiro momento republicano” (NAGLE, 1985, p. 261).

Como alicerces do regime republicano enfatizava-se a educação pública, livre, laica e científica. A importância da instrução pública foi marcada pelo pressuposto de que um Estado para todos equivaleria a uma escola para todos, formando a base para o progresso e para o exercício efetivo da cidadania. “Pautada na ‘pedagogia do cidadão’ e no dogma da liberdade do ensino, a escola republicana tinha a finalidade de desenvolver a moral e as virtudes cívicas, prioridades educacionais do novo regime” (ANDRADE, 2016, p. 106).

Os discursos republicanos tomavam, portanto, a escola como representação do “progresso”, reservando-lhe um papel de destaque na transformação que pretendiam realizar na sociedade brasileira. Entre o discurso e a prática, haveria uma grande diferença, uma vez que divulgar a escolarização como meio de formar o cidadão não significava, necessariamente, defender uma educação para todos.

No capítulo seguinte, traremos à tona as memórias dos tempos de escola, em que diferentes personagens colocam suas reminiscências com relação aos castigos por eles sofridos em momentos pretéritos. Dessa forma, procuramos realizar um certo “inventário” dos castigos escolares que eram então utilizados, tanto no ensino primário, quanto no ensino secundário, procurando averiguar se havia pontos de confluência entre os castigos aplicados no ensino primário e no ensino secundário. Apresentaremos, em seguida, o cotejamento realizado entre o primeiro Regulamento do Imperial Colégio de Pedro II, datado de 1838, com o Regulamento de outros Liceus, que também ofertavam ensino secundário procurando perceber se o Imperial Colégio de Pedro II serviu também de modelo no quesito disciplinar a outras instituições de ensino.

2. MEMÓRIAS DOS TEMPOS DE ESCOLA: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“Quem se propõe a escrever memórias, propõe-se a contar o que viu durante a sua vida. Propõe-se, portanto, a ser sempre o eixo da narrativa”

(MEDEIROS E ALBUQUERQUE, 1933, p. VIII).

No presente capítulo, nos dedicamos a refletir sobre a memória através de duas abordagens: uma elaborada por Escolano Benito (2017) e outra elaborada por Maurice Halbwachs (2006). Ambos aproximam a memória à experiência do tempo e do espaço. À medida que o sujeito interage com o lugar durante um tempo, o meio deixa marcas no indivíduo, contribuindo para a construção de sua identidade. Nas seções seguintes, traremos à tona, primeiramente, as memórias dos tempos de escola de diferentes personagens, com a intenção de fazer emergir suas reminiscências com relação ao tema deste trabalho de investigação: *os castigos escolares*. Posteriormente, iremos adentrar novamente no cenário desta trama, procurando trazer a discussão dos castigos no seio da Congregação do Imperial Colégio de Pedro II e, também, por meio de um comparativo de seus Regimentos com os de outros Liceus que ofertavam ensino secundário.

O tema da memória é suscetível de múltiplas abordagens. Escolano Benito (2017), por exemplo, o trata sob um prisma mais antropológico, em suas relações com a educação. O autor lida com a construção sociocultural dos elementos que a constituem: “a projeção das lembranças na construção da subjetividade pessoal, na configuração da cultura da escola, na definição do *habitus* que conforma o ofício de professor, na formatação das práticas pedagógicas e, na semântica adicionada aos materiais” (ESCOLANO BENITO, 2017, p. 184). Segundo o autor, o primeiro aspecto que os sujeitos tendem a recordar, em relação à sua passagem pela escola, são os cenários nos quais este processo se desenvolveu. Um segundo aspecto que aflora nas práticas de memória, quase sempre complementar à lembrança dos cenários arquitetônicos, é a que se refere à ordem do tempo.

O tempo, junto com o espaço, é um dos elementos estruturais e estruturantes da cultura da escola, que interfere igualmente na organização da memória dos sujeitos. Estrutural, pelo que tem de essencial na fixação da ordem, que confere governabilidade às instituições destinadas à formação da infância e da juventude, bem como à internalização, por parte das pessoas, dos ritmos da vida escolar.

Estruturante, porque condiciona em parte os outros elementos que integram toda organização educativa: o comportamento dos sujeitos, a ordem do currículo, o uso das mediações instrumentais do ensino, as normas de avaliação e controle, a disciplina (ESCOLANO BENITO, 2017, p. 193).

Halbwachs (2006) relaciona a memória ao pertencimento a um dado grupo social. Nesse sentido, a memória individual seria apenas resultado da combinação aleatória de memórias coletivas, pois:

[...] se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. Desta massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva [...]. (HALBWACHS, 2006, p. 69).

A memória não é meramente individual, mas um processo social, que depende das pertenças e redes sociais dos indivíduos. “Ela não é só pensamento, imaginação e construção social; ela é também uma determinada experiência de vida capaz de transformar outras experiências, a partir de resíduos deixados anteriormente” (SANTOS, 2003, p. 25).

Para o autor, a memória coletiva contém as memórias individuais, mas cada uma delas tem a sua especificidade. A memória individual, por exemplo, não está inteiramente isolada e fechada. Halbwachs (2006) afirma que a memória individual existe, mas ela se estrutura e se insere na memória coletiva. “A memória coletiva [...] é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém [...]. Existem muitas memórias coletivas” (HALBWACHS, 2006, p. 102-105).

O legado básico de Halbwachs (2006) para o estudo da memória consiste em sua afirmação de que pensamos ou rememoramos através de “quadros sociais da memória”. Esses quadros são constituídos a partir de uma comunidade afetiva e a memória, advinda desses quadros, produz identidade para o indivíduo e para o grupo social a qual pertence.

Na compreensão dos “quadros sociais da memória” é necessário ter em consideração duas coordenadas fundamentais: *o tempo e o espaço*. O tempo para Halbwachs (2006) seria resultado das construções coletivas. “Os indivíduos poderiam perceber o tempo à medida que o percebessem espacialmente, isto é, eles traduziriam experiências diretas em segmentos homogêneos do tempo e os alocariam em uma linha contínua para poderem localizá-los mais tarde” (SANTOS, 2003, p. 87).

Com relação ao espaço, Halbwachs (2006) destaca que ele é primordial para a memória coletiva, pois, muitas memórias estão atreladas a um lugar. Por essa razão, Halbwachs (2006) ressalta o quanto é importante estarmos unidos a um grupo em um determinado espaço, pois, essa ligação permite a criação de laços entre os membros de um grupo. O espaço é condição *sine qua non* da memória. Segundo Halbwachs (2006), “a memória coletiva se apoia nas imagens espaciais” (p. 162). Assim:

[...] não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem umas as outras, nada permanece em nosso espírito e não compreenderíamos que seja possível retomar o passado se ele não estivesse conservado no ambiente material que nos circunda. É ao espaço, ao nosso espaço – o espaço que ocupamos, por onde passamos muitas vezes, a que sempre temos acesso e que, de qualquer maneira, nossa imaginação ou nosso pensamento a cada instante é capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção, é nele que nosso pensamento tem de se fixar para que essa ou aquela categoria de lembranças reapareça. (HALBWACHS, 2006, p. 170).

Para Halbwachs, a maioria dos grupos encontram suas lembranças coletivas em um contexto espacial assim definido. Portanto:

[...] não é exato dizer que, para lembrar, é preciso que nos transportemos em pensamento fora do espaço, pois ao contrário é justamente a imagem do espaço que, em função de sua estabilidade, nos dá a ilusão de não mudar pelo tempo afora e encontrar o passado no presente – mas é exatamente assim que podemos definir a memória e somente o espaço é estável o bastante para durar sem envelhecer e sem perder nenhuma de suas partes (HALBWACHS, 2006, p. 189).

Assim, podemos dizer que tanto os autores Escolano Benito (2017), quanto Maurice Halbwachs (2006) produziram abordagens semelhantes no que diz respeito à memória. Tanto o espaço, quanto o tempo, constituem, para esses dois autores, elementos fundamentais na evocação das lembranças dos sujeitos. Dessa forma, quando rememoramos sobre nossa vida escolar, elas estão recheadas de lembranças que estão associadas a um determinado tempo que se foi e a um local onde constituímos laços sociais, como é o caso da escola. A seguir, veremos algumas experiências vivenciadas por diferentes personagens com relação à temática do presente trabalho: os castigos escolares.

2.1 As experiências escolares como acervo da memória social: os castigos em tempos passados

Em texto publicado por Pierre Nora (1993), o autor afirmou que “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução [...]”. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente [...] porque é afetiva e mágica” (p. 9).

Quando rememoramos, espaços, grupos, tempos pretéritos que marcaram, de alguma forma, nossas experiências vividas, vêm à tona. Quais são as lembranças, as palavras ou os sons que habitam nossas reminiscências nos tempos de escola? De acordo com Nunes (2003, p. 7):

[...] as escolas são ‘celeiros’ de memórias, espaços nos quais se tece parte da memória social. As reminiscências desse espaço são possíveis pela estrutura das suas rotinas e sua continuidade no tempo. A importância dessa instituição reside no fato de representar, durante a infância e a adolescência, para além da sua finalidade específica, um território de lenta aprendizagem do mundo exterior. Os códigos desse universo transparecem na definição de um espaço que lhe é próprio, no uso do tempo, nas regras disciplinares, nas vestimentas específicas e numa pluralidade de objetos. (NUNES, 2003, p. 7).

É na escola, também, que estabelecemos laços afetivos com um determinado grupo, em virtude de interesses comuns, reforçando, dessa forma, os sentimentos de pertencimento e, também, é lá o espaço em que nos diferenciamos de outros grupos. À medida que o sujeito interage com o lugar durante um tempo, o meio deixa marcas no indivíduo, contribuindo para a construção de sua identidade.

Longe de ver nessa memória coletiva uma imposição, uma forma específica de dominação ou violência simbólica, acentua as funções positivas desempenhadas pela memória comum, a saber, de reforçar a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, donde o termo que utiliza, de comunidade afetiva. (POLLACK, 1989, p. 3).

Assim, essa memória que é pluralizada – individual e coletiva - é constituída por determinados elementos, dos quais Pollack (1992), em seu texto intitulado *Memória e identidade social*, os destaca: “os acontecimentos vividos pessoalmente; os acontecimentos que ele definiu como ‘vividos por tabela’, ou seja, pelo grupo ou coletividade; as pessoas e os lugares” (p. 201). Mesmo que um indivíduo não tenha vivido uma determinada experiência no passado é possível que ele se identifique fortemente com aquela experiência vivida por um determinado grupo, ao que o autor denominou de “uma memória quase que herdada”. Há uma transmissão dessa memória por longos anos, marcada por uma profunda

identificação com aquele grupo, mesmo que o indivíduo não pertença, de fato, a ele.

Pollack (1992) adverte para esses elementos que se ligam diretamente a acontecimentos, pessoas e lugares. Eles podem estar “empiricamente fundados em fatos concretos ou podem estar fundados em transferências por herança” (p. 202), advindas de outras memórias.

Nas lembranças mais íntimas dos nossos tempos de escola, acontecimentos, pessoas e lugares estão marcadamente presentes: o primeiro beijo no colega de turma, a primeira punição sofrida, os professores, os colegas que compunham a turma, os inspetores, diretores, o trajeto realizado de nossa casa até a escola, os pontos de encontro em que nos reuníamos para almoçar, trocar ideias, jogar, enfim, uma gama de elementos podem ser rememorados, dos quais Pollack (1989, p. 11) também, ressaltou, os de ordem sensorial: “os barulhos, os cheiros, as cores”.

Portanto, conforme destacou Pollack (1992) “a memória é um fenômeno construído socialmente e individualmente” (p.204) e, quando se trata de uma memória herdada, o autor afirma que há uma forte ligação entre a memória e o sentimento de identidade. Esse sentimento vincula-se à unidade física ou à unidade do grupo, à uma continuidade dentro do tempo e ao sentimento de coerência, unificando os diferentes elementos que formam um indivíduo. Assim, o autor destaca que “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade” (p. 204), tanto individual, quanto coletiva, e a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, por meio de negociação direta com eles.

Ao trazermos para o presente as nossas lembranças dos tempos de escola, elas estão a todo momento transversalizadas, imbricadas, enredadas a um grupo social, reforçando os elos do grupo e o sentimento de pertencimento a ele, fazendo-nos sentir, muitas vezes, nostálgicos diante de um tempo que se foi. Além de acontecimentos, pessoas e lugares, que marcam nossas lembranças, nos deparamos com inúmeros vestígios reconhecíveis do universo escolar, tais como o papel pautado, o quadro-negro e o giz, a entrada da escola com seu *hall* de circulação, os muros que rodeavam a escola, a arquitetura escolar, as canetas coloridas, os cadernos, os uniformes. Estes últimos, como destacou Nunes (2003, p. 9) “funcionavam como exigências de construção de novos papéis sociais. O menino/a tornava-se, ao vesti-los, estudantes”. No Imperial Colégio de Pedro II, por exemplo, o enxoval exigido de seus alunos estava atrelado a um número elevado de peças, sendo estas bem refinadas em virtude dos vários tecidos (algodão, linho e brim) utilizados em diferentes ocasiões.

Figura 22: Primeiro uniforme do CPII



Fonte: Acervo do Nudom - CPII

Segundo Santos e Andrade (2016, p. 47), “a influência francesa no Colégio Pedro II do século XIX não se restringia ao ensino. O primeiro uniforme dos alunos também se guiava pela moda ditada pela França”. Na figura acima, de acordo com as autoras, “a jaqueta do uniforme copiava a chamada casaca Bieder Meier em uma referência ao termo ‘estilo de bom burguês’, correspondendo ao vestuário masculino dos homens abastados da França e da Europa em geral durante o século XIX” (SANTOS; ANDRADE, 2016, p. 47).

Conforme aponta Nunes (2003, p.8), “o vestuário escolar é dos inúmeros exemplos que faz acionar nossas reminiscências, carregando as marcas da nossa presença corporal, ajudando a forjar hábitos. Desgastaram-se no cotidiano, mas não em nossas lembranças”. Assim como o vestuário, outros objetos escolares também despertam, fascinam, sensibilizam nossas memórias: livros, diplomas, boletins, canetas, borrachas, lápis e diversos outros materiais. As memórias dos tempos de escola continuam servindo como depositárias de vivências ricas de significados, animados por amores, amizades, medos, alegrias, algazarras, silêncios, transgressões.

“A escola como lugar da memória social é também o efeito de uma sedimentação acumulada no tempo e que produziu monumentos resultantes da fixação de certas funções

nela desenvolvidas” (NUNES, 2003, p. 9). Assim, podem ser compreendidos, os livros de matrículas, os livros de ocorrência, os livros de ponto, os diários de classe, os livros de Atas das Congregações, os regimentos escolares, as plantas dos prédios escolares, os álbuns de fotografias, os livros de médias dos alunos, e muitos outros materiais produzidos no cotidiano escolar. A seguir, temos o livro de médias do Imperial Colégio de Pedro II como um exemplo do que o tempo foi capaz de acumular e salvaguardar na referida instituição, contribuindo para a memória institucional:

Figura 23: Livro de Médias dos alunos - 1875

AULAS	1º Trimestre				Média	2º Trimestre				Média	3º Trimestre				Média	Total				Média	OBSERVAÇÕES
	Português	Latim	Francês	Matemática		Português	Latim	Francês	Matemática		Português	Latim	Francês	Matemática		Português	Latim	Francês	Matemática		
Português	6	0	0		1	4	1	0		1	6	1	0		1	16	2	0		3	1
Latim	0	0	0		1	0	0	1		1	1	1	1		1	1	1	1		2	3
Francês	1	1	1		2	1	0	0		1	0	0	0		1	2	1	1		2	0
Matemática	3	0	0		1	3	3	0		1	3	3	1		1	6	6	1		1	6
Algebra	1	0	0		1	1	0	0		1	1	0	0		1	2	0	0		1	0
Geometria	0	0	0		0	1	1	1		1	1	1	1		1	3	2			2	
Arithmetica	1	1	1		1	3	0	0		1	2	1	1		1	4	1	1		2	3
Algebra	3	0	0		1	3	0	0		1	3	0	0		1	6	0	0		3	0
Geometria	0	0	0		1	4	4	0		1	5	4	0		1	9	4	0		2	0
Arithmetica	2	0	0		1															1	0
Algebra	0	0	0		1	2	0	0		1	3	5	0		1	10	0	0		1	0
Geometria	0	0	0		1	2	1	0		1	2	1	0		1	5	1	0		2	0

Fonte: Acervo do Nudom – CPII

As diversas recordações que são tecidas por nós no decorrer do tempo nos fazem reconstruir e ressignificar momentos. Estes, quando acionados, nos afetam, transbordando-nos de emoções. Assim, sigamos adiante a experimentá-las, por entre muros, salas de aula, corredores, castigos. Eis o convite para adentrarmos nas mais remotas memórias dos tempos de escola.

A partir da literatura, é possível reconstituir o ambiente escolar, uma vez que diferentes situações aplicadas na escola, como àquelas relativas às práticas disciplinares, podem ser exploradas com verossimilhança.

Esta seção busca apresentar algumas obras que serviram de fontes históricas para adentrarmos no universo escolar, tendo em vista os castigos nelas retratados e que eram aplicados aos personagens e, em outros momentos, aos autores dos textos.

Em *Memórias de um sargento de milícias*, obra de Manuel Antônio de Almeida, originalmente publicada em partes ou no formato folhetim de jornal, entre os anos de 1852 e 1853, o autor apresenta, em seu capítulo XII, a entrada, na escola, de Leonardo Pataca. O referido capítulo descreve Leonardo Pataca sendo levado até o mestre-escola por seu padrinho barbeiro, que o criara. Práticas e representações do cotidiano escolar são apresentadas, assim como os castigos impetrados àqueles que cometessem alguma falta:

Foi o barbeiro recebido na sala, que era mobiliada por quatro ou cinco longos bancos de pinho sujos já pelo uso, uma mesa pequena que pertencia ao mestre, e outra maior onde escreviam os discípulos, toda cheia de pequenos buracos para os tinteiros; nas paredes e no teto havia penduradas uma porção enorme de gaiolas de todos os tamanhos e feitios, dentro das quais pulavam e cantavam passarinhos de diversas qualidades: era a paixão predileta do pedagogo. Era este um homem todo em proporções infinitesimais, baixinho, magrinho, de carinha estreita e chupada, excessivamente calvo; usava de óculos, tinha pretensões de latinista, e dava bolos nos discípulos por dá cá aquela palha. Por isso, era um dos mais acreditados da cidade. O barbeiro entrou acompanhado pelo afilhado, que ficou um pouco escabriado à vista do aspecto da escola, que nunca tinha imaginado. [...] chegaram os dois exatamente na hora da tabuada cantada. Era uma espécie de ladainha de números que se usava então nos colégios, cantada todos os sábados em uma espécie de cantochão monótono e insuportável, mas de que os meninos gostavam muito. As vozes dos meninos, juntas ao canto dos passarinhos, faziam uma algazarra de doer os ouvidos; o mestre, acostumado àquilo, escutava impassível, com uma enorme palmatória na mão, e o menor erro que algum dos discípulos cometia não lhe escapava no meio de todo o barulho; fazia parar o canto, chamava o infeliz emendava cantando o erro cometido, e cascava-lhe, pelo menos, seis puxados bolos. (ALMEIDA, 2011, p. 71-73).

Machado de Assis, no texto *Contos de Escola*, publicado em 1884, também recria as reminiscências nada agradáveis de seu personagem Pilar, em relação aos seus tempos de estudos primários, em que recebeu “doze bolos em sua mão direita” (ASSIS, 1994, p. 5-6). Na obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, do mesmo autor, segue a mesma prática: “[...] Só era pesada a palmatória, e ainda assim... ó palmatória, terror dos meus dias pueris, tu foste a *compelle intrare* com que um velho mestre, ossudo e calvo me incutiu no cérebro o alfabeto, a prosódia, a sintaxe, e o mais que ele sabia, benta palmatória [...]” (ASSIS, 1994, p. 45).

Ana Lins dos Guimarães Peixoto Brêtas, mais tarde conhecida como Cora Coralina, também traz em seus escritos poéticos o apego a velhos hábitos como a utilização da palmatória como uma das formas de castigo, como é o caso do poema “A escola da Mestra

Silvina”, presente na obra *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*:

Minha escola primária...
Escola antiga de antiga mestra.
Repartida em dois períodos
para a mesma meninada,
das 8 às 11, da 1 às 4.
Nem recreio, nem exames.
Nem notas, nem férias.
Sem cânticos, sem merenda...
Digo mal – sempre havia
distribuídos alguns bolos de palmatória [...] (CORALINA, 2006, p. 61).

Como podemos observar nos trechos das obras escolhidas, “os bolos”, decorrentes do uso da palmatória, revelam um tipo de castigo recorrente no âmbito do *ensino primário*. Sabe-se que os castigos físicos, especialmente aplicados com o dito instrumento, eram comuns nas escolas do século XIX e atravessou boa parte do século XX, inclusive, como já revelaram outros autores da literatura brasileira, como o fez Cora Coralina em seus escritos poéticos. “A palmatória foi o símbolo de uma prática que se valia de vários mecanismos utilizados para advertir sobre faltas cometidas ou a inércia de comportamento estudantil, dentro daquilo que se considerava o padrão desejado para a época” (SANTOS; OLIVEIRA; MACHADO, 2013, p. 21146).

Figura 24: Palmatória



Fonte: <http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,a-vida-como-ela-era-palmatoria,11139,0.htm>

Acessório indispensável e corriqueiro do cenário educacional primário, ela marca a trajetória da instrução, dando suporte para mestres e escolas de primeiras letras que se valiam desta ferramenta para a organização disciplinar, bem como a garantia de manutenção de um poder respaldado na lógica de uma escola marcada pela essencialidade do exercício do poder pela força física. (SANTOS; OLIVEIRA; MACHADO, 2013, p. 21146).

Tal instrumento era facilmente encontrado em leilões e casas comerciais, conforme podemos observar no anúncio a seguir, encontrado no Jornal O Estado de São Paulo:

Figura 25: Anúncio de leilão

Importantissimo
LEILÃO
DE
Trastes e mais objectos abaixo mencionados :

HOJE, 16 do corrente mez, ás 4 horas em ponto da tarde, na rua do Seminario n. 24 e por auctorisação da pessoa que da casa deste numero se retira com sua exma. familia.

Vender se hão os seguintes objectos :
Mobilia de jacarandá, rico guarda-vestido de óleo, escrivaninhas diversas, bonita estante pequena envidraçada com 3 gavetas, vistoso guarda-roupa, apparadores de óleo, marquês francez com colchão, diversas camas, marquêsas, cadeiras novas austríacas, mesa de jantar com gavetas, ditas envernizadas, armarios para louça, dito de cozinha, cabides, creado mudo com tampo de marmore, lavatorio, guarda-roupa para os meninos, um rico lampião alto com globo, e pingentes para kerosene, dito de suspender, talha com torneira para agua, cabre-comida de arame, machina de costura, cratões com mangas, palmatoria, ferro de engommar, 31 volumes ainda novos das leis do Brazil e decisões do governo, uma collecção de annuaire e leis provinciales, para cujas ob as se chama a attenção dos ara. advogados, etc., etc., finalmente muitos outros artigos presentes ao acto do leilão.

Outro autor que também propõe lembranças de seu tempo de escola, já no primeiro quartel do século XX, foi Viriato Corrêa, jornalista e dramaturgo, que empreendeu, por meio de seu livro infanto-juvenil, *Cazuza* (1938), séria censura à escola do início do século XX, por ainda manter práticas do Império, empregando, sem limites, a palmatória. Por outro lado:

[...] a escola de *Cazuza* humilha o estudante, pretensamente, para que ele queira entrar em conjunção com elevados valores ético-morais, que se julgava necessários à sua formação – numa linha de conformação ao ideário estadonovista, baseado no tripé pátria/trabalho/educação. (SANGENIS, 2005, p. 8).

Assim, encontramos em sua obra a seguinte representação sobre os castigos:

Cada par copiava um mesmo trecho de prosa e vencida o aluno que apresentasse a letra mais bonita. O prêmio que se lhe dava era meter-lhe na mão a palmatória para que castigasse o vencido com uma dúzia de “bolos”. O professor chamou o meu nome e o nome do Doca. Aproximamo-nos da grande mesa. Eu tremia. Durante três minutos o velho examinou e comparou as duas escritas. Depois disse: “As duas letras são bem parecidas. Não se pode dizer que uma seja melhor do que a outra. Ambas são boas.”
E lançou o julgamento:
“Empate”.
Respirei livremente.
O professor entregou-me a palmatória.
“Para que isso?”, perguntei.
“Para que há de ser?”, disse-me. “Os dois não empataram? Você dá seis ‘bolos’ nele, e ele lhe dá seis ‘bolos’”.
Achei aquilo um disparate. Olhei o velho com surpresa.
“Que é que você está olhando?”, roncou ele asperamente.
A minha língua travou.
“Não posso compreender isso!, exclamei. Por que houve empate?
Porque o Doca tem letra boa e eu tenho letra boa. Então quem tem letra boa apanha?”
João Ricardo ergueu-se da cadeira com um berro.
“Não quero novidades! Sempre e sempre foi assim. Atrevido! Quem é aqui o professor?”
E entregou a palmatória ao Doca. (CORRÊA, 1974, p. 36).

Inserida em um projeto voltado para um novo paradigma educacional, a obra de Viriato Corrêa almejava ser mais do que um romance trivial:

Cazuza pretendia ser um livro de formação, ou uma espécie de ‘cartilha das virtudes’, na continuação de uma linha mestra da literatura brasileira, consagrada já no século XIX, através dos manuais de boa conduta em que acabaram se transformando muitos dos romances românticos para consumo da burguesia recém-leitora e recém-letrada. (SANGENIS, 2005, p. 9).

Conforme apontaram Aragão e Freitas (2012, p. 18) “fêrulas, chicotes e palmatórias faziam parte dos objetos utilizados pelo/a professor/a para educar os alunos, mantendo a

ordem e a disciplina”. Como vimos, esses objetos estavam muito presentes nas escolas primárias. E no ensino secundário? Como se deram os castigos nessa modalidade de ensino? Será que podemos encontrar semelhanças entre as duas modalidades no que diz respeito ao modo de punição dos alunos?

Para o ensino secundário, encontramos pistas de alguns castigos retratados na obra de Pedro Nava, denominada *Balão Cativo*. Ex-aluno do Internato do Colégio Pedro II, tendo frequentado a instituição no início do século XX, Nava revelou sobre a existência da *cafua*, aposento que servia de prisão aos alunos que cometiam algum tipo de delito e que também foi mencionada na obra de Raul Pompeia, em *O Ateneu*:

Essa cafua existia no velho Seminário de São Joaquim com o nome de prisão dos alunos [...] e vem descrita em *O Ateneu*, quando Raul Pompeia conta a detenção de que resultaria na moléstia e morte do Franco. O horrendo impasse, pelo desenho do autor, devia ficar nas umidades de um porão, onde o enterrado vivo, na companhia de ratos e baratas, escrevia páginas e páginas do castigo passado. No nosso Internato parece que ela existia debaixo da escada que subia para os dormitórios (no meu tempo já era simples depósito de material escolar) e a ela referiam-se com saudade, velhos inspetores como o Oliveirinha, o Candidinho e até o nosso bondoso Militão (NAVA, 1973, p. 329).

Entre as punições infligidas aos alunos do Colégio Pedro II, como podemos ver acima na obra de Pedro Nava, figurava a pena de reclusão em quarto preparado para tal fim. Conheciam-no os alunos pelo nome de *cafua*.

O quarto para reclusão dos alunos do Colégio, por faltas merecedoras de tal castigo, era inteiramente impróprio para semelhante uso, tanto pela insuficiência da capacidade de nele comportar alunos, como pela falta de luz e de circulação do ar pela prejudicial proximidade do lugar aos despejos do Colégio (DÓRIA, 1997, p. 60).

O rapazola Manoel Antonio Álvares de Azevedo⁴¹, aluno interno do Imperial Colégio de Pedro II, com 14 anos de idade ainda incompletos, foi um dos que experimentou esse tipo de castigo.

Álvares de Azevedo, sofreu bastante no Colégio, já por certa altivez, já pelo seu pendor para a caricatura. Provou a cafua. Os chefes da disciplina, reconhecendo

⁴¹ Álvares de Azevedo (1831-1852) foi um poeta, escritor e contista, da segunda geração romântica brasileira. Suas poesias retratam o seu mundo interior. É conhecido como "o poeta da dúvida". Faz parte dos poetas que deixaram em segundo plano, os temas nacionalistas e indianistas, usados na primeira geração romântica, e mergulharam fundo em seu mundo interior. Seus poemas falam constantemente do tédio da vida, das frustrações amorosas e do sentimento de morte. A figura da mulher aparece em seus versos, ora como um anjo, ora como um ser fatal, mas sempre inacessível. Disponível em: https://www.ebiografia.com/alvares_azevedo/. Acesso em: 25 fev. 2021.

que não lhe quebravam o gênio, nem o lápis, o deixaram por fim em paz. Aliás, a sua saúde débil não consentia, sem maldade, castigos rigorosos. (COLÉGIO PEDRO II, 1914, p. 256).

José Vieira Fazenda, também ex-aluno do Internato, entre os anos de 1860 e 1865, assim descreveu a *cafua*: “pequeno cubículo situado por baixo de uma escada e onde abundavam ratos e baratas” (FAZENDA *apud* CUNHA JÚNIOR, 2008, p. 89).

Alfredo D’Escragnolle Taunay, o Visconde de Taunay, também ex-aluno do Colégio Pedro II, traz memórias de sua vida colegial em consequência da indisciplina. Em meados de janeiro de 1855, ocorrera seu exame de admissão, sendo, então, habilitado e matriculado no 5º ano do curso, iniciado em 3 de fevereiro. Ainda não tinha doze anos completos. No ano posterior, cursando o 6º ano, seriam muitas as suas reminiscências, assinaladas por um sem-número de “diabruras”, como a que ocorreu em uma das aulas do professor de inglês, Mr. Cumberworth, recém-chegado de Londres:

Uma vez, já ao escurecer, cansado o infeliz inglês de tanta desmoralização, pôs de joelhos dois alunos, um pardo a quem gratificou com um bom soco e o apelido de *nigrô* - e um rapaz esguio, de nariz adunco, olhos gázeos e cabelos caídos sobre a cara, sempre em desalinho, mau estudante, tipo que ainda encontro às vezes pela Rua do Ouvidor. Ficara este de *jioelhos*, conforme recebera ordem, para lá da mesinha do Cumberworth e, aproveitando a escuridão, pusera-se de quatro pés e viera se arrastando até a porta da saída. Também nesse final de aula, quase todos foram postos de joelhos, ficando as paredes guarnecidas de rapazes de pé, pois raros eram aqueles que haviam trazido os seus compêndios (TAUNAY, 1960, p. 32-36).

Como podemos observar por meio das memórias dos tempos de escola de alguns ex-alunos do Colégio Pedro II, os castigos apontados revelaram que os discentes foram punidos pelo professor com castigos, tanto físicos, quanto morais. No trecho acima, cabe destacar que foi o pardo quem levou o soco. Aqui se tem um exemplo que ilustra a prática escolar adotada entre o professor e os seus alunos, por meio do uso da força física, em uma instituição de ensino consagrada como modelo, vitrine para a Nação.

Outra fonte literária que resgata experiências comuns a discentes e docentes no microcosmo escolar é a obra de Raul Pompeia, denominada *O Ateneu*, obra considerada clássica que desperta o leitor a lembranças de fatos muito vívidos da escola.

Publicada originalmente em 1888, a obra procura reconstruir as atrocidades cometidas nos bastidores de um grande colégio da época, frequentado pela “fina flor” da sociedade brasileira. Além disso, faz críticas ao sistema educativo da instituição, marcado por um ambiente repleto de punições, autoritarismo, por um regime de espionagem instituído

pelo diretor do Colégio, Aristarco, assim descrito: “[...] de cara chupada, óculos apocalípticos, fanhoso, onipotente e mau, com uma das mãos para trás escondendo a palmatória” (POMPEIA, 2017, p. 57).

A obra de Raul Pompeia apresenta de modo detalhado e circunstanciado vários aspectos do universo escolar, referentes aos mecanismos disciplinares lá presentes. Visando produzir tanto utilidade quanto submissão, esses mecanismos são considerados técnicas que estabelecem o controle do tempo, do espaço e das ações dos sujeitos, como destacou Foucault (2013).

A disciplina no meio educacional opera sobre o indivíduo de forma a orientar seu comportamento naquele espaço, impondo regras de conduta aos indivíduos, entretanto, não impede que o sujeito submetido às regras não se oponha às mesmas, criando resistências como no caso do personagem Franco. Assim, em *O Ateneu*, a vigilância e os castigos infligidos aos desviantes pelo diretor Aristarco imprime efeitos de poder. Este pode ser obtido pelo uso da força física do castigo corporal ou pela força simbólica da humilhação.

“As sanções disciplinares do e no Ateneu, sobretudo, as ocorridas por meio de severas punições podem ser concebidas como chamados à ordem” (SANTOS; MARCHI, 2013, p. 348). Estes “chamados à ordem” poderiam ocorrer por meio de sinais, palavras, práticas etc., como forma de invocar o sujeito a se adequar às normas estabelecidas. As admoestações e repreensões podem ser exemplos desses chamados. Com o intuito de corrigir o comportamento de Franco, tido como “incorrigível” (POMPEIA, 2017, p. 72), seu pai escreve uma carta ao Diretor do Colégio (Aristarco), solicitando “severidade” na educação de seu filho. “Este pedido de ordem familiar, crendo nas competências do espaço escolar, inscreve em Franco a necessidade de investimentos objetivados numa suposta correção de conduta” (SANTOS; MARCHI, 2013, p. 349). Assim, podemos perceber na obra alguns mecanismos disciplinares de forma a corrigir as irregularidades, como na passagem abaixo:

- Ali está um de joelhos [...]?
 - De joelhos... Não há o que perguntar; é o Franco. Uma alma penada. Hoje é o primeiro dia, ali está de joelhos o Franco. Assim atravessa as semanas, os meses, assim o conheço nesta casa, desde que entrei. De joelhos como um penitente expiando a culpa de uma raça. O diretor chama-lhe cão, diz que tem calos na cara. Se não tivesse calos no joelho, não haveria canto do Ateneu que ele não marcasse com o sangue de uma penitência (POMPEIA, 2017, p. 72).

O posicionamento de Franco marcado pela expressão “de joelhos” e “como um penitente” condiciona o personagem aos possíveis indícios que o associam a um ser em

decadência, um ser pecador, uma vez que era constantemente submetido a uma repetição incessante, atravessando “as semanas, os meses” na mesma posição. “A pior hipótese do sistema do pelourinho era quando o estudante ganhava o calo da habitualidade, um assassinato do pudor, como sucedia com o Franco” (POMPEIA, 2017, p. 73). Tal repetição tornava-se rotina, assinalando o sistema de ensino presente no Ateneu, reforçando, também, uma das funções desempenhadas no espaço escolar: exercitar a memória por meio da repetição.

As penas sofridas pelos personagens de *O Ateneu* deveriam ser públicas, e aplicadas sob as vistas de todos que ali estavam inseridos de forma a torná-las memoráveis e para que os outros discentes não cometessem novamente aquela mesma falta:

Adianta-te, Franco, mandou Aristarco. Com a insensibilidade pétrea que o encorajava para as humilhações, saiu Franco do lugar e de cabeça baixa, como um cão, foi parar no centro da sala. Ali esteve por alguns segundos, exposto, no meio do enorme quadrado de alunos. Os olhares caíam-lhe em cima, como os projéteis de um fuzilamento (POMPEIA, 2017, p. 84).

“O sentido ritualizado da pena, ocupando um espaço de destaque, permite com que ela seja percebida e nunca esquecida em seu modo operante e em suas implicações” (SANTOS; MARCHI, 2013, p. 349). Essa exposição à qual Franco foi submetido, no meio de outros alunos, servia como uma espécie de lição, submetendo o infrator à humilhação e ao vexame.

Os diversos chamados à ordem pelos quais Franco recebe ao longo da obra conquistam visibilidade no *Ateneu*, uma vez que “a publicização da pena revela não apenas um mecanismo de humilhação, mas um mecanismo de reconhecimento público da infração” (SANTOS; MARCHI, 2013, p. 350). Dessa forma, Franco pode ser caracterizado como o elemento central ao experienciar o sistema disciplinar do *Ateneu* pois, dada a sua teimosia e persistência em não atender à ordem instituída, é diversas vezes submetido “ao pelourinho”.

Não podemos deixar de mencionar que a origem da palavra “pelourinho” está associada ao nome de um instrumento de punição, no qual um enorme poste de madeira ou de pedra era colocado em um local público, servindo de castigo para os criminosos, negros escravizados que lutavam por liberdade, homossexuais. Eram, estes, expostos à vergonha e a humilhação, sendo açoitados e mutilados publicamente para conhecimento do povo.

Um outro tipo de castigo submetido a Franco envolveu a prática da escrita:

Aristarco marcou apenas dez páginas de castigo escrito à noite[...] A necessidade de escrever por castigo promovera nele a habilidade dos galés: adquirira um

desembaraço pasmoso na faina de encher de garranchos páginas e páginas. Esta interminável escrita fizera-lhe calos ao canto das unhas: meus dedos perderam o brio, dizia ele. (POMPEIA, 2017, p. 85).

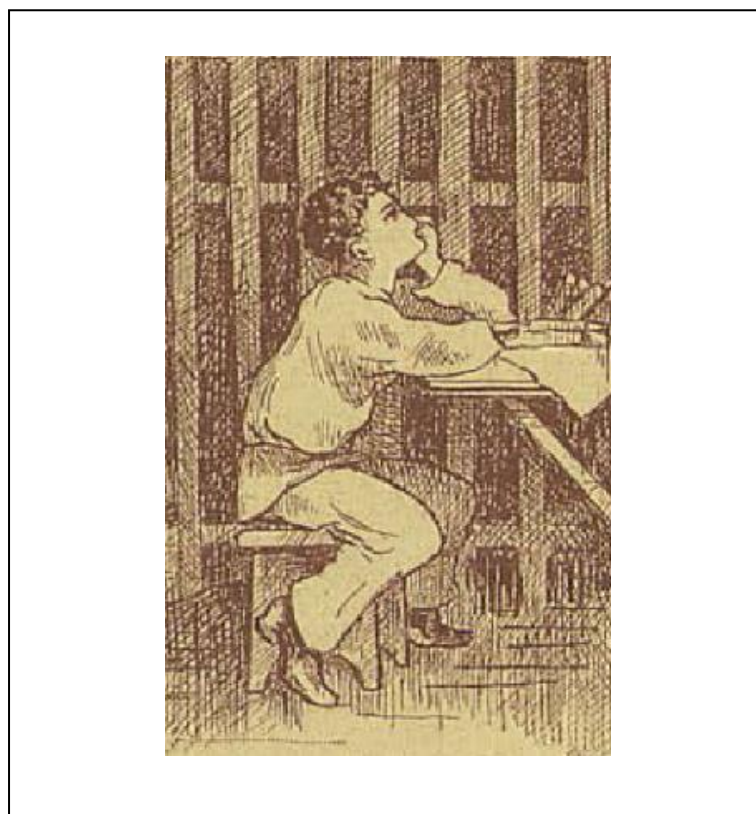
Considerando que, para Foucault (2013, p. 173), “castigar é exercitar”, Franco é então exposto a uma prática demasiada de exercícios, que o levavam à exaustão. Escrever constituía um dos mecanismos característicos da penalidade disciplinar. “O castigo escrito é, de todas as penitências, a mais honesta para um mestre, a mais vantajosa e a que mais agrada aos pais [...]” (FOUCAULT, 2013, p. 173). De acordo com Santos e Marchi:

[...] o exercício da escrita adequa-se às exigências da produção do universo escolar que consiste em ter como resultado formas visíveis e por isso, passíveis de classificação. Isto é, formas que podem ser avaliadas como, por exemplo, a caligrafia, o tempo utilizado para a realização de um exercício, etc. Uma vez julgados esses elementos, os mesmos podem legitimar a necessidade de outras medidas coercitivas de correção, no sentido de não mais punir para corrigir, mas de corrigir para aperfeiçoar (SANTOS; MARCHI, 2013, p. 351).

Como se não bastasse ficar de joelhos e escrever intensamente, Franco também foi submetido ao extremo dos castigos físicos escolares: a cafua. “Asilo das trevas e do soluço, sanção das culpas enormes” (POMPEIA, 2017, p. 100), a cafua foi assim descrita:

Fazia-se entrada pelo saguão cimentado dos lavatórios; sentia-se uma impressão de escuro absoluto; para os lados, à distância, brilhavam vivamente, como olhos brancos, alguns respiradouros gradeados daquela espécie de imensa adega. O chão era de terra batida, mal enxuta. Impressionava logo um cheiro úmido de cogumelos pisados. Com a meia claridade dos respiradouros, habituando-se a vista, distinguia-se no meio uma espécie de gaiola ou capoeira de travessões fortes de pinho. Dentro da gaiola um banco e uma tábua pregada, por mesa. Sobre a mesa um tinteiro de barro. Era a cafua. Engaiolava-se o condenado na amável companhia dos remorsos e da execração; ainda em cima, uma tarefa de páginas, para a qual o mais difícil era arranjar luz bastante. De espaço a espaço, galopava um rato no invisível; às vezes, iam subir as pernas do condenado os animaizinhos repugnantes dos lugares lóbregos. À soltura, surgia o preso pálido como redivivo, espantado do ar claro como de uma coisa incrível. Alguns achavam meio de voltar verdadeiramente abatidos. Franco saiu doente (POMPEIA, 2017, p. 251-252).

Figura 26: A cafua em O Ateneu



Fonte: POMPEIA, 2017, p. 252

A obra de Raul Pompeia trouxe vários cenários em que os castigos escolares foram colocados em prática. Ficar de joelhos, fazer uso extensivo de cópias por meio de trabalhos de escrita, cafua. Esses foram alguns dos exemplos apontados pelo autor e aqui utilizados para dar destaque às punições que se faziam presentes no universo escolar, permanecendo, nas memórias dos tempos de escola, múltiplas formas de disciplinamento. Alguns destes castigos, tratados na obra de Pompeia faziam parte das práticas disciplinares impostas aos alunos do Imperial Colégio de Pedro II, como veremos no próximo capítulo.

De acordo com Valdez (2006), a obra de Raul Pompeia foi escrita sob componente memorialístico do próprio autor.

Tendo sido aluno interno do Colégio Abílio, o autor se inspirou em Abílio Borges, o barão de Macaúbas para criar o personagem Aristarco Argolo Ramos, diretor do internato na referida obra. Segundo a autora,

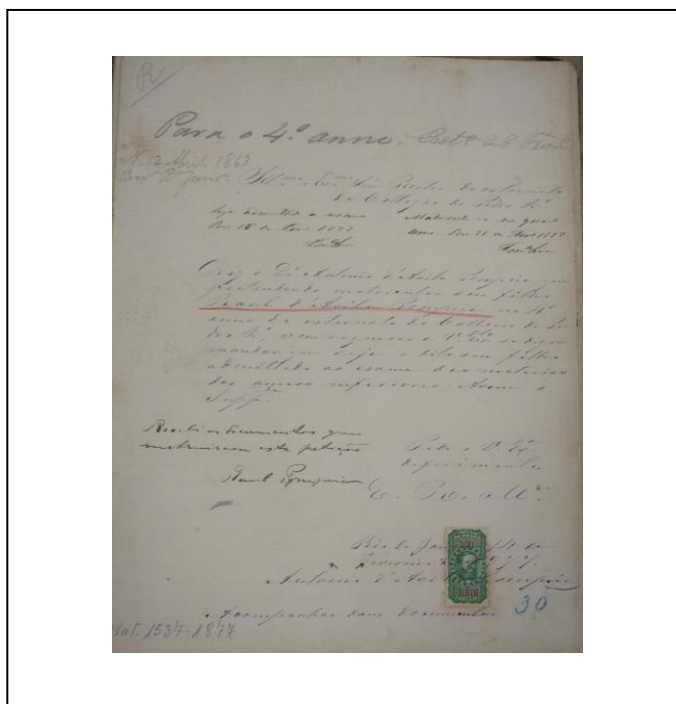
[...] contrariando a prática do ensino amoroso e moderno propagado pelo diretor e por outros, no ano de 1888, Raul Pompeia, ex-aluno do Colégio Abílio da Corte, publicou *O Ateneu*: crônica de saudades, romance autobiográfico inspirado em sua experiência como aluno interno neste estabelecimento. O destaque desta obra é para o papel do temido ‘Mestre Aristarco’, proprietário e diretor do Ateneu, um

personagem autoritário, egocêntrico e vaidoso, que fazia claramente alusão a Abílio. (VALDEZ, 2006, p. 182).

Em estudo de Regina Zilberman (2012) sobre a relação entre o escritor de *O Ateneu* e o *Barão de Macaúbas*, a autora afirma que, “por meio da ficção, a crítica de Pompeia não visava atingir apenas o educador baiano, mas o sistema escolar brasileiro de seu tempo” (ZILBERMAN, 2012, p. 38).

Além de ter estudado no Colégio Abílio, como aluno interno, Pompeia também foi aluno do Imperial Colégio de Pedro II, como aluno externo, matriculando-se no quarto ano da instituição em 28 de fevereiro de 1877, conforme podemos ver na figura abaixo:

Figura 27: Matrícula de Raul Pompeia no Imperial Colégio de Pedro II



Fonte: Acervo do Nudom – CPII

Tendo experimentado as duas formas de ser aluno – aluno interno e externo – Pompeia mencionou em sua obra *O Ateneu* sobre essa distinção:

O internato é útil; a existência agita-se como a peneira do garimpeiro: o que vale mais e o que vale menos, separam-se.

Cada mocidade representa uma direção. Hão de vir os disfarces, as hipocrisias, as sugestões da habilidade, do esclarecimento intelectual; no fundo a direção do caráter é invariável. A constância da bússola é uma; temos todos um norte necessário: cada um leva às costas o sobrescrito da sua fatalidade. O colégio não ilude: os caracteres exibem-se em mostrador de fraqueza absoluta. O que tem de ser, é já. E tanto mais exato, que o encontro e a confusão das classes e das fortunas

equipara tudo, suprimindo os enganos de aparato, que tanto complicam os aspectos da vida exterior, que no internato apagam-se no socialismo do regulamento.

E não se diga que é um viveiro de maus germens, seminário nefasto de maus princípios, que hão de arborescer depois. Não é o internato que faz a sociedade; o internato a reflete. A corrupção que ali viceja, vai de fora. Os caracteres que ali triunfam, trazem ao entrar o passaporte do sucesso, como os que se perdem, a marca da condenação.

O externato é um meio-termo falso em matéria de educação moral; nem a vida exterior impressiona, porque a família preserva, nem o colégio vive socialmente para instruir a observação, porque falta a convivência de mundo à parte, que só a reclusão do grande internato ocasiona. O internato com a soma dos defeitos possíveis é o ensino prático da virtude, a aprendizagem do ferreiro à forja, habilitação do lutador na luta. Os débeis sacrificam-se; não prevalecem. Os ginásios são para os privilegiados da saúde. O reumatismo deve ser um péssimo acrobata. Erro grave combater o internato (POMPEIA, 2017, p. 249-250).

Pompeia, assim, distingue Externato e Internato, mostrando que no microcosmo do Internato sofriam-se todas as convivências, respirava-se todos os ambientes, não havendo mais surpresas no “mundo de fora”. Para ser aluno interno, devia-se “ser forte”, de acordo com o conselho dado por Rabello à Sérgio:

Faça-se forte aqui, faça-se homem. Os fracos perdem-se [...]. Os gênios fazem aqui dois sexos, como se fosse uma escola mista. Os rapazes tímidos, ingênuos, sem sangue, são brandamente impelidos para o sexo da fraqueza; são dominados, festejados, pervertidos como meninas ao desemparo. Quando, em segredo dos pais, pensam que o Colégio é a melhor das vidas, com o acolhimento dos mais velhos, entre brejeiro e afetuoso, estão perdidos[...]. Faça-se homem, meu amigo! Comece por não admitir protetores. (POMPEIA, 2017, p. 72-73).

Pompeia, em crônica escrita em 1882, criticou o Imperial Colégio de Pedro II, acusando seus professores de se curvar à autoridade: “sei que aquilo não é uma corporação de fortes, mas um grupo de caracteres de barbatanas, tão fáceis de curvar-se, como apressados de retesar-se, aliados do peso que os vergava [...]” (POMPEIA, 1982a, p. 51). Sua crítica, dessa vez, foi dirigida particularmente ao professor titular do ensino de Grego, o Dr. Guilherme Henrique Theodoro Schieffler, que, segundo Pompeia, ignorava a matéria que lecionava, sujeitando-se a um mau compêndio. Assim relatou:

Cinge-se ao compêndio de Kuehner, que ele mesmo teve a habilidade de estragar por meio de uma tradução monstruosa, incompreensível como um hieróglifo; não dá aos discípulos a menor explicação, senão mui raramente e sobre ninharias; manda fazer umas traduções enormes da *Iliada*, para a qual exige os mesmos significados dos burros franceses deixando sem uma observação as belezas de que se acha estrelado o poema grego, assassinando a expressão e a harmonia dos versos com uma leitura que não conhece hemistíquios, nem pontuação, e consentindo que os pequenos sicários seus alunos, espostejem os cadáveres que ele prepara sem poder gritar-lhes (os alunos) como um poeta francês: Arrête, par pitié!... porque ele próprio é o primeiro assassino; mastigando uma algaravia que só um poliglota

do inferno poderia perceber, apesar de ter de residência no Brasil dez vezes mais do que o tempo necessário para se aprender a falar uma língua (POMPEIA, 1982a, p. 53).

Em mais uma crônica, escrita em 1889, Pompeia abordou mais uma vez o professor de Grego, quando escreveu sobre o obituário de outro docente que lecionava a mesma disciplina, o professor Braune, também do Imperial Colégio de Pedro II:

Outro morto: o Dr. João Henrique Braune, também lente do Colégio de Pedro II, em cuja cadeira de Grego lecionava ainda, com a zelosa assiduidade do seu vigor de moço e com a brilhante vantagem de seu talento. Quem conheceu a doutrina ríspida do falecido Schieffler, antecessor imediato do Dr. Braune na cadeira de Grego, e teve ocasião de apreciar a meiga doçura, o quase carinho do método de ensinar de seu substituto, sabe que amigo perdeu a mocidade com a perda deste mestre... o grande estabelecimento oficial de ensino secundário perdeu também extraordinariamente... O Dr. Braune era uma das mais justas esperanças dessa plêiade de moços, em que se contam os nomes de Capistrano de Abreu, Gama Berquó, Nerval de Gouveia, Sílvio Romero, Raja Gabaglia, ultimamente instalados nas cadeiras do Imperial Colégio para enxertar, no carrancismo daquela instituição, a coragem dos modos novos do pensamento e a liberdade dos métodos modernos, que o antigo pessoal docente, Schieffler, Dragos, Halbouts, sempre detestou e repeliu (POMPEIA, 1982, p. 281).

Todos os docentes apontados por Pompeia em sua crônica poderiam fazer parte do elenco proposto por Pompeia, em *O Ateneu*.

Compondo o lado terrível do professor Venâncio poderiam estar Schieffler, Drago e Halbout, enquanto os historiadores Capistrano de Abreu e Sílvio Romero poderiam fazer parceria com o personagem progressista de Cláudio, que trata, em uma de suas conferências, da literatura brasileira do passado e do presente. (ZILBERMAN, 2012, p. 44).

Um outro autor, que também utilizou suas lembranças de infância e juventude, trazendo à tona suas memórias dos tempos escolares vividos foi Vivaldo Coaracy (1959), em livro intitulado *Todos contam sua vida: memórias de infância e adolescência*. Coaracy foi aluno interno, gratuito, do então Ginásio Nacional, no período de 1895 a 1900. Antes desse período foi aluno interno do Seminário Episcopal de São José, matriculando-se com dez anos de idade. Sobre o Seminário, recordou dois professores: um de Aritmética e outro de Português, que utilizaram instrumentos que causavam sofrimento aos discentes, alguns já bem conhecidos no meio escolar como a palmatória.

Cornélio ensinava Aritmética e pode ser esta circunstância a razão pela qual dele me lembro tão bem: a matéria sempre me fascinou. Também pode ser que a recordação se tenha gravado em virtude da sua ferocidade. Na punição dos discípulos que incorriam em seu desagrado, seja por mau comportamento, seja por

má aplicação, Cornélio era cruel, revelando o que mais tarde eu vivia a saber ser uma tendência sádica na aplicação dos castigos físicos que inventava. Outro de quem lembro bem, o Padre Pimenta que veio a ser mais tarde Bispo de Mariana. Foi meu professor de Português e com ele aprendi os primeiros rudimentos de Gramática. Padre Pimenta dava as aulas tendo sempre ao alcance da mão um caniço de pescar. Na ponta da linha, em vez de anzol, uma bolinha de chumbo. Padre Pimenta tinha a mão terrivelmente certa para desfechar, sem sair da sua mesa, aquela bolinha de chumbo na cabeça de qualquer aluno que estivesse distraído ou cochichasse com o vizinho. Não é, porém, só por motivo da Gramática e da vara de pesca que me lembro dele [...]. Não são todas amenas ou risosas as recordações que guardo do Seminário de São José. Durante os dois em que fui aluno do Seminário, passei quase todos os domingos no Internato, junto com os meninos que, vindos do interior, não tinham parentes no Rio. O regime era severo. [...] A disciplina era rigorosa, mantida a preço de severas punições corporais. A privação de recreios, com a obrigação de escrever centenas de vezes a mesma frase, o permanecer horas de pé ou de joelhos ao fundo de um corredor ou sobre uma pedra no pátio eram penalidades leves, aplicadas a faltas insignificantes. Para as mais graves, entravam em exercício a palmatória, a régua, a vara e a correia. Em casos de insolência ou desrespeito, a punição imediata e súbita podia tomar a forma do cachaço ou do pontapé. Nãoensem os que me leem que há exagero no que digo. [...] Por ter alguma vez ouvido dizer, em casa de meus pais, que a palmatória era instrumento para castigo de escravos, recusava-me, obstinadamente, a submeter-me a esta punição. Quando, por alguma travessura ou por não ter feito os deveres da lição, era chamado por um Padre ou regente a abrir a mão, rebelava-me. Falta dupla. E, neste caso, os bolos eram substituídos por número duplo de golpes de régua, vigorosamente aplicados sobre os nós dos dedos da mão fechada. Doía mais, é verdade. Mas, eu ingenuamente orgulhava-me de poder dizer que não me submetia à desonra da palmatória (COARACY, 1959, p. 49).

No Ginásio Nacional, Coaracy revelou:

No Ginásio havia disciplina, havia rigor, havia necessariamente a sujeição a regras, a horários, a ordens, a restrições de todo gênero, mas não havia opressão. Durante os anos que lá passei, nunca me senti oprimido. Nem mesmo quando submetido às punições disciplinares em que muitas vezes incorri e que se limitavam à privação de recreios ou de saída aos sábados, sem os requintes humilhantes praticados pelos lazaristas do Rio Comprido. Fui educado em internatos, na puerícia e na adolescência. Primeiro no Seminário, depois no Ginásio e, mais tarde, em plena mocidade, dois anos após sair do Ginásio, ainda voltei ao regime de interno na Antiga Escola Militar, no Realengo e na Praia Vermelha. (COARACY, 1959, p. 50).

Vivaldo Coaracy revelou práticas disciplinares diferenciadas nos estabelecimentos de ensino que estudou, apesar de ambos se tratarem de Internatos. Uma hipótese para tal diferenciação pode estar atrelada ao tipo de ensino ofertado, de acordo com a faixa etária do aluno. Para aqueles com idade inferior aos onze anos, palmatórias, varas de marmelo, reguadas pareciam ser suficientes para discipliná-los. Acima dessa idade, outros castigos figuraram com requinte de crueldade, como ficar de joelhos, ficar de pé, cafua, cópias e privações de recreio e de saída. Apesar destes castigos terem sido colocados em prática, não quer dizer que, no ensino secundário o uso de instrumentos disciplinares, como a palmatória,

por exemplo, tenha sido abolido daquele universo escolar, pois, como vimos em *O Ateneu*, Aristarco a escondia atrás de suas mãos.

Os diferentes autores aqui citados procuraram tecer críticas à sociedade brasileira, tomando a literatura brasileira como um lugar privilegiado para assim o fazer. Além deles, antigos alunos do Imperial Colégio de Pedro II/Ginásio Nacional também relembrou cenas do cotidiano escolar no período em que lá estudaram. Por meio de diversas obras literárias, que tomam a escola como tema, é possível esbarrarmos em diferentes histórias que podem nos vincular com a realidade, por meio de personagens, lugares, imagens, com mistos de sensações e sentimentos. Na direção das palavras de Antonio Candido, “a literatura não corrompe nem edifica [...]; mas, trazendo livremente em si o que chamamos o bem e o que chamamos o mal, humaniza em sentido profundo, porque faz viver” (CANDIDO, 1972, p. 806).

A partir dos textos aqui reunidos, verificamos que os castigos voltados para o ensino primário se remetiam ao uso de instrumentos disciplinadores, como a palmatória, por exemplo, predominando os castigos físicos. Já no ensino secundário, os castigos apontados revelaram não só o uso da força física por parte do mestre, mas, também, castigos de cunho moral, em que os alunos eram aprisionados em locais insalubres, colocados de joelhos ou de pé, enfileirados nas paredes.

Os castigos aplicados aos discentes, tanto no ensino primário, quanto no ensino secundário, não só estavam atrelados ao uso da força física, seja aplicando “bolos” ou “arrastando os alunos pela sala na posição de quatro pés”, mas também estavam vinculados à moralidade, no sentido de humilhar ou constranger o aluno para que ele não mais incorresse ao erro. Então, nesse sentido, podemos dizer que há uma aproximação entre os castigos nas duas modalidades de ensino, embora a maneira de executá-los fosse distinta.

A severidade da disciplina no Imperial Colégio de Pedro II foi a tônica do discurso de Bernardo Pereira de Vasconcellos na ocasião de sua abertura, pois, em virtude da “mais perfeita educação deveria ser a mocidade talhada e reprimida” (DÓRIA, 1997, p. 26):

[...] quando errassem deveriam os alunos conhecer os castigos desvanecendo-se o Governo que as penas impostas arraigassem desde cedo na mocidade o horror ao crime, a aversão à indolência, o cuidado desses deveres, o necessário hábito de mandar sem despotismo e obedecer sem servilismo (DÓRIA, 1997, p. 25).

Assim, é de suma importância perceber como alunos, professores, inspetores traduziram as regras legais, as normas pedagógicas e os imperativos políticos que se

apresentavam no cotidiano do Imperial Colégio de Pedro II. Pode-se indagar: como a questão disciplinar foi enfrentada no ensino secundário, especialmente no Imperial Colégio de Pedro II? É o que pretendemos explorar na próxima seção, através da Congregação dessa instituição de ensino.

2.2 A Congregação do Imperial Colégio de Pedro II: o que é nela discutido a respeito do regime disciplinar da instituição?

“As atas do Conselho Colegial são dignas de leitura e demonstram o interesse do corpo docente por questões pedagógicas, esclarecidas com conhecimento de causa”.
(DÓRIA, 1997, p. 145).

Criada pelo Decreto n.º 8227, de 24 de agosto de 1881, a Congregação do Imperial Colégio de Pedro II surge quando Francisco Ignacio Homem de Mello, o Barão Homem de Mello, assume interinamente o cargo de Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império. Antes desse período, ela já estava em funcionamento, porém, como um outro órgão: o Conselho Colegial. Datando do primeiro ano de funcionamento do Imperial Colégio de Pedro Segundo, o Regulamento n.º 8 de 31 de janeiro de 1838, em seu artigo 2º, definiu o propósito desse Conselho:

Art. 2º O Reitor, na 1ª segunda-feira de cada mês congregará, em Conselho Colegial o Vice-Reitor, Capelão, e Professores, para com eles se ocupar de tudo o que interessar ao Colégio, tomando nota das observações que ocorrerem. (BRASIL, 1838, p. 63).

De acordo com Alves (2006, p. 228), “o Conselho Colegial foi transformado em outro órgão com funções mais claramente estabelecidas por solicitação do corpo docente do Colégio”. Segundo informação contida no próprio Decreto de criação da Congregação, “atendendo ao que representaram os Professores e Substitutos do Imperial Colégio de Pedro II, trata-se sobre a conveniência de se converter em Congregação o Conselho Colegial, referendado no art. 2º do Regulamento de 31 de janeiro de 1838 [...]” (BRASIL, 1882, p. 985).

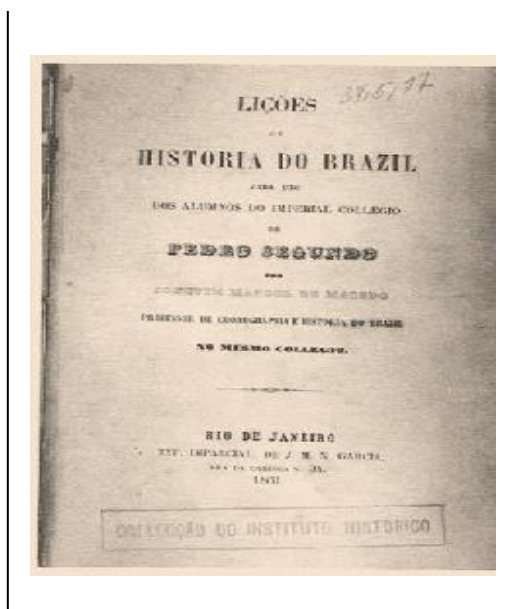
Ainda de acordo com o Decreto n.º 8.227, de 24 de agosto de 1881, a referida seção foi dotada de amplas funções desde a sua criação. Uma delas ocupou-se em “organizar

anualmente o programa do ensino e o horário das aulas e indicar as obras e compêndios[...]” (BRASIL, 1882, p. 985) que deveriam ser utilizados pelo Colégio Pedro II. Segundo Alves (2006):

[...] foi muito comum que a Congregação adotasse compêndios de autoria dos membros da casa. Essas obras passaram a trazer, em sua folha de rosto, a chancela dessa instituição de ensino sob a forma de declarações como: “para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro de Segundo”, “de autoria do professor do mesmo Colégio”, “lições proferidas no Imperial Colégio de Pedro II”. Tais indicações conferiam a esses compêndios uma marca privilegiada, uma espécie de status, que garantia aos autores a sua adoção em estabelecimentos oficiais e privados, em detrimento de outras obras sem essa rubrica (ALVES, 2006, p. 228-29).

Essa chancela pode ser visualizada na figura a seguir, através do Compêndio de Joaquim Manoel de Macedo intitulado *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de Pedro II*, publicada em 1861. Adotada no 7º ano, nas aulas de Corografia e História do Brasil, “essa obra tinha a intenção de consolidar uma espécie de pedagogia da nação” (MATTOS, 2000, p. 69), pois sua história pátria serviu de base para a escrita de compêndios posteriores.

Figura 28: Livro de História do Brasil, de Joaquim Manuel de Macedo



Fonte: IHGB-RJ.

O referido Decreto de 1881 também apontava que à Congregação caberia:

[...] propor ao governo as reformas e melhoramentos, assim como prestar informações, dar pareceres e organizar os trabalhos sobre instrução secundária que lhes fossem exigidos pelo Ministro do Império, assim como pelo Conselho Diretor

da Instrução Primária e Secundária por intermédio do mesmo Inspetor (BRASIL, 1882, p. 985).

Com essa determinação, “a Congregação, então, se incumbiu de assuntos exclusivos ao ensino do colégio, como seus programas e suas reformas, mas também abarcou uma jurisdição mais abrangente, influenciando na instrução primária e secundária do país”. (ALVES, 2006, p. 229). A autora destaca que:

[...] seu raio de ação ficou sujeito à alternância entre autonomia e controle, uma vez que ao corpo docente e aos seus reitores competiu formular programas para as cadeiras ali ministradas e emitir pareceres sobre o ensino primário e secundário, enquanto ao Ministério coube aprovar ou não esses trabalhos (ALVES, 2006, p. 229).

Com a chegada da República, as prerrogativas deste órgão não sofreram mudanças significativas. “Apenas algumas adaptações foram implementadas adequando-a ao novo regime”. (ALVES, 2006, p. 230). A primeira alteração coube à presidência desse organismo. Com o novo regime, a Congregação passou a ser dirigida pelo diretor do Ginásio Nacional. A segunda modificação deu-se com relação aos programas de ensino, horários das aulas e compêndios que, “sendo organizados pela Congregação e submetidos ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, não mais precisaram de aprovação de qualquer outra instância, além daquela inerente à própria Congregação” (ALVES, 2006, p. 230).

A fim de elucidar a questão sobre o regime disciplinar do Imperial Colégio de Pedro II, em sessão de 2 de agosto de 1881, quando a Congregação ainda se passava por Conselho Colegial, vários professores e o Reitor, José Joaquim do Carmo, se reuniram para debater três pontos, sendo o último deles destinado às práticas disciplinares da instituição:

[...] às cinco e meia da tarde, reunidos sob a presidência do Reitor José Joaquim do Carmo e, dos Senhores professores: Vice-Reitor, José Manoel Garcia, Monsenhor Félix Maria de Freitas Albuquerque, Bacharel Pedro José de Abreu, Dr. Guilherme Henrique Theodoro Schieffler, Dr. José da Silva Lisboa, Dr. Lucindo Pereira Passos, Dr. Domingos Ramos Mello Junior, Manoel Olympio Rodrigues da Costa, Dr. João José Moreira, Dr. Rosendo Muniz Barreto, Dr. Carlos Ferreira França, João Rodrigues de Macedo, Arthur de Oliveira, os mestres: Mathias José Teixeira, Paulo Vidal e Poluceno Pereira da Silva Manoel. Em sessão datada de 27 de julho do ano corrente, três pontos foram dados à Congregação para o debate. O primeiro deles seria “qual o melhor sistema para a formação dos professores do ensino secundário? Segundo ponto: nos Externatos de instituição oficial a ação do Estado deve limitar-se à instituição, isto é, ao fornecimento de certa ordem de conhecimentos, ou estender-se até à direção moral à educação propriamente dita? **Terceiro ponto: qual é o melhor regime disciplinar?** (ATAS DO CONSELHO COLEGIAL, 1881, p. 62).

As sessões, como podemos verificar acima, iniciavam-se com a verificação da presença da maioria de seus membros, procedendo-se à leitura da Ata correspondente ao encontro anterior. O terceiro ponto da dita sessão é o que nos interessa na presente pesquisa.

As respostas foram dadas seguindo a sequência de professores elencados acima na citação. Monsenhor Félix, professor de ensino religioso do Colégio, foi o primeiro. Sobre o ponto referente ao melhor regime disciplinar respondeu que “no regulamento vigente está exarado o melhor regime” (ATAS DO CONSELHO COLEGIAL, 1881, p. 63).

Pedro José de Abreu respondeu que “não se pode determinar de um modo absoluto qual o melhor regime, que varia conforme o caráter do professor e as circunstâncias do país, sendo que só pelos resultados se pode avaliar do mérito de um regime disciplinar qualquer” (ATAS DO CONSELHO COLEGIAL, 1881, p. 63).

O Sr. Schieffler concorda, em geral, com Monsenhor Félix. Para o Sr. Lisboa, “tudo é relativo e dependente da índole, do caráter e outras circunstâncias”; Lucindo “concorda inteiramente com o Monsenhor Félix”; Ramos Mello “concorda com Abreu”; o Sr. Olympio diz “que o melhor regime é o que se funda na ideia do dever, ideia que o professor deve com a palavra e com o exemplo, e com as recompensas e os castigos, distribuídos com critério, imprimir no espírito dos alunos. A organização de um corpo de inspetores habilitados, que executassem as ordens dos professores relativamente a castigos, seria um dos meios para que estes se tornassem profícuos” (ATAS DO CONSELHO COLEGIAL, 1881, p. 70-71).

O Sr. Moreira nada acrescenta ao que disseram seus colegas. Rosendo Muniz foi o professor que mais se pronunciou, com relação aos dois pontos anteriores. Sobre a questão disciplinar diz: “pela importância que já mostrei ligar ao sistema de penas e recompensas, sem impugnar o que vigora neste Colégio, só resta dizer que não há regime disciplinar capaz de manter a ordem, despertar a emulação e corrigir delinquentes por falta de ensinamento moral ou por vícios e firmeza de inteligência próprios da índole, quando o professor, personificação da lei que prefere impedir a falta a castigá-la improficuamente, deixa de ser o vivo transunto da mansuetude, da paciência, da equidade. Tais são as ideias que ousou apresentar” (ATAS DO CONSELHO COLEGIAL, 1881, p. 69-70).

O Sr. França diz que a verdadeira moral consiste na aplicação das regras da disciplina, que o estabelecimento disciplinado é, por isso mesmo, moralizado, e que a cada professor em sua aula incumbe manter a disciplina, que há de manter-se com a força moral que lhe dá a administração (ATAS DO CONSELHO COLEGIAL, 1881, p. 71).

O Sr. Rodrigues de Macedo concorda com o Sr. Rosendo e diz “que a felicidade do homem está no cumprimento do dever” (ATAS DO CONSELHO COLEGIAL, 1881, p. 71).

Os Srs. Arthur de Oliveira, Mathias e Poluceno cedem a palavra; O Sr. Vidal apenas diz que “a instrução sem a educação é um instrumento de ruína”; o Sr. Garcia diz que o regime disciplinar adotado pelo Regulamento Orgânico do Colégio nada deixa a desejar, uma vez que seja posto em prática com o devido critério (ATAS DO CONSELHO COLEGIAL, 1881, p. 71).

Como podemos perceber nas respostas dos diferentes professores da instituição, as opiniões a respeito do regime disciplinar eram variadas, mas, no geral, ressaltavam a obediência às regras prescritas no Regulamento do Colégio, assim como valorizavam o caráter do professorado, o cumprimento dos deveres servindo de exemplo aos alunos e, por fim, destacavam a educação moral como os ingredientes necessários ao bom êxito do sistema disciplinar.

Dessa forma, podemos fazer alusão ao educador José Veríssimo, que dirigiu o estabelecimento de ensino, posteriormente, em 1892, quando o Imperial Colégio de Pedro II passou a ser designado Ginásio Nacional, tendo feito parte também da Congregação desse estabelecimento de ensino, como o presidente da mesma.

A questão disciplinar proposta por José Veríssimo estava pautada na educação do caráter nacional. “Sendo o caráter o conjunto das qualidades morais, a educação do caráter não é senão o desenvolvimento do que na pedagogia prática chamamos cultura moral, ou se quiserem, não é senão a generalização desta forma da educação escolar” (VERÍSSIMO, 2013, p. 99).

Para Veríssimo, a educação era a única forma de mudança efetiva da nação e de seu povo. Para que se realizasse era preciso tomar como parâmetro o próprio brasileiro, refletindo sobre o seu caráter. Ao analisar o caráter do povo brasileiro ele funda as bases de uma reforma profunda da educação nacional, distinguindo *caráter nacional* e *sentimento nacional*.

Por sentimento nacional entendo eu não só essa maneira especial de sentir, isto é, de receber e reproduzir as impressões recebidas em uma perene comunhão com a pátria e transformadas no cérebro em ideias ou sensações que têm a pátria por origem e fim, causa e efeito. Destarte concebido o sentimento nacional, é ele independente do caráter nacional, antes subordinado a causas extrínsecas de ordem física que a causas morais de ordem psíquica e é também independente do simples patriotismo político (VERÍSSIMO, 1985, p. 43).

O projeto de educação nacional desejado por Veríssimo reforçava a necessidade de uma reforma moral no indivíduo. Assim, no terceiro capítulo, de sua célebre obra denominada *A Educação Nacional*, intitulado “A educação do caráter”, Veríssimo exhibe sua proposta de reorientar a educação em uma perspectiva capaz de promover a melhoria do caráter do povo brasileiro. Para esse projeto de educação contribuem tanto a escola, quanto o lar.

A educação do caráter deve começar desde o berço, ao menos desde os três anos, na família. Nenhum meio mais próprio e mais conveniente do que esse para encetar a educação do caráter da criança, e lançar na sua alma os germens que hão de desenvolver –se mais tarde no adolescente e no homem. A educação do caráter, entretanto, é principalmente fora da escola que se faz. Concorrem para ela não só a educação moral ali recebida em forma de preceitos, regras, exemplos, conselhos [...]; a educação doméstica, porventura o mais poderoso agente da cultura moral e, finalmente, o meio, isto é, o complexo de forças físicas e morais que sobre nós atuam: a sociedade, a leitura, as festas, a religião, a arte, a literatura, a ciência, o trabalho. (VERÍSSIMO, 2013, p. 100).

Como podemos observar, Veríssimo enfatizou a importância da família, ressaltando a ação doméstica ainda nos primeiros anos da criança e revelou, dessa maneira, o seu projeto de sociedade educadora, pautada no aspecto moral. Ao colocar que (2013, p. 104), “a melhor instrutora da liberdade é a disciplina, imposta como um dever moral cujo exato cumprimento eleva e não rebaixa quem a ele se sujeita”, Veríssimo confere à disciplina doméstica e à escolar importante tarefa regeneradora na formação do caráter brasileiro. Um novo modelo de cidadão era preciso formar e a disciplina ocupava um lugar privilegiado na formação do caráter, constituindo-se, efetivamente, na base da vida social.

Assim, para atingir as metas traçadas para o projeto educativo do Imperial Colégio de Pedro II, eram notáveis negociações, divergências e aproximações entre os membros da Congregação. Além da discussão sobre o regime disciplinar que deveria ser imposto à mocidade do Colégio, cabia à Congregação outros afazeres, tais como: organizar anualmente os programas de ensino, os horários das disciplinas, os compêndios que seriam utilizados, os pontos dos exames finais e de suficiência, julgar os alunos que deveriam ser expulsos com efeitos devolutivos para o Governo, eleger a mesa examinadora dos concursos, bem como os pontos que deveriam ser abordados nos mesmos, enviar a lista dos candidatos classificados nos concursos para o Governo, eleger os professores que deveriam elaborar a memória histórica após o término do ano letivo (DÓRIA, 1997).

Portanto, as Atas da Congregação do Imperial Colégio de Pedro II/Ginásio Nacional guardaram diversas histórias. Dentre elas, foi possível desvelar uma pequena parte ligada à

discussão do regime disciplinar que deveria ser empregado no referido estabelecimento de ensino. Tal regime teve um papel fundamental na orientação do modo de agir dos indivíduos para os comportamentos tidos como corretos e, enquanto norma socialmente compartilhada para a formação de um futuro cidadão, estimulou-os a inculcar comportamentos ideais para atingir a civilização e o progresso.

Na próxima seção, comparamos os Regulamentos prescritos no Colégio com os Regulamentos de outros Liceus, a fim de verificar confluências ou afastamentos entre os meios disciplinares praticados nas diferentes instituições de ensino secundário. Tal exercício se faz necessário com o intuito de investigar se os castigos adotados no Imperial Colégio de Pedro II serviam de modelo e exemplo para as demais instituições congêneres em todo o Império, no que tangia à rigidez da disciplina. A hipótese é que as Províncias praticamente reproduziam os regulamentos da Corte e, dessa forma, pode ser que encontremos semelhanças entre as instituições, no quesito disciplinar.

2.3 Um exercício de comparação: o Imperial Colégio de Pedro II e os Liceus Provinciais

“As prescrições contidas nas leis, nos regulamentos e nas reformas da instrução pública e particular [...] incidem sobre o cotidiano das aulas, sobre os comportamentos e condutas dos mestres e dos alunos e, portanto, tiveram um papel importante na consolidação de uma cultura escolar”. (CURY, 2010, p. 43).

Os aspectos disciplinares que envolviam os sujeitos da instituição, publicados nos Regulamentos do Imperial Colégio de Pedro II e nos Regulamentos dos diferentes Liceus Provinciais merecem destaque. Assim, torna-se necessário identificar os elementos normatizadores que estavam sendo utilizados pelo Imperial Colégio de Pedro II e pelas diferentes instituições de ensino secundário para regular, controlar, instruir e civilizar a sociedade. Para tanto, as fontes representadas por documentos oficiais, a saber, leis e regulamentos do Imperial Colégio de Pedro II e, também, dos Liceus Provinciais, e em fontes secundárias constituídas por estudos realizados sobre o tema em questão lançam importante luz no caminho trilhado nessa pesquisa. Conforme ressalta Vidal (2005, p. 58), “... a função da Lei é assegurar a estabilidade das ações individuais, submetendo-as à observação e ao

controle”. Nesse sentido, “regimentos, leis e demais documentos normativos disseminavam e preservavam estratégias de formação dos indivíduos e da sociedade” (VIDAL, 2005, p. 58).

Alguns questionamentos podem ser realizados quando textos reguladores são tidos como fontes de pesquisa, quais sejam: qual a função e o objetivo de um regulamento? O que deixam transparecer os seus discursos? Acerca destas perguntas, Luciano Mendes de Faria Filho (1998) apresenta-nos algumas direções apontadas a seguir:

[...] produzir a legislação como *corpus* documental significa enfocá-la em suas várias dimensões. Isso permitiria um triplo movimento: inicialmente, uma crítica às concepções mecanicistas da legislação, que, grosso modo, a entendem como campo de expressão e imposição, única e exclusivamente, dos interesses das classes dominantes; em seguida, creio que permitiria surpreender a legislação naquilo que, me parece, ela tem de mais fascinante: a sua dinamicidade; e, finalmente, abriria mais uma possibilidade de interrelacionar, no campo educativo, várias dimensões do fazer pedagógico, às quais, atravessadas pela legislação, vão desde a política educacional até as práticas da sala de aula (FARIA FILHO, 1998, p. 98-99).

Estes questionamentos são importantes, na medida em que entendemos que, por meio deles, possivelmente, alcançamos aquilo que Faria Filho (1998) nos chama a atenção acima: analisar a legislação em seus múltiplos aspectos.

A legislação educacional, ou seja, Leis, Decretos, Instruções Normativas, Relatórios diversos, como de Ministros, Inspetores, Diretores, entre outras, tem sido muito utilizada pelos pesquisadores de História da Educação brasileira, tornando-se, muitas vezes, suas fontes principais de pesquisas. Segundo Cury (2006, p. 4111), “muitas vezes só contamos com este tipo de documentação para nossas pesquisas e é preciso que ela seja trabalhada como uma das fontes para análise/interpretação e, sempre que possível confrontada com outras fontes e sujeitos da história”.

Nesta seção, faremos uso dos regulamentos com o intuito de comparar os meios disciplinares instituídos no Imperial Colégio de Pedro II e outros liceus provinciais que ofertavam ensino secundário.

De acordo com Ferronato (2012, p. 87), “o liceu chegou no Brasil sob influências francesas e portuguesas. Na primeira década do século XIX, a instrução secundária, especialmente a promovida nos liceus, teve como base, principalmente, o ensino das matérias de latim, grego e retórica”. Ainda segundo o autor, foi “a partir de 1834 que todas as províncias criaram instituições secundárias no modelo liceal com o objetivo de oferecer

uma formação predominantemente humanística. Entretanto, apenas a Província de Pernambuco já havia criado o seu Lyceu Provincial em 1825” (FERRONATO, 2012, p. 88).

Após a promulgação do Ato Adicional de 1834, vários liceus começaram a ser criados no país, conforme podemos visualizar no quadro a seguir:

Quadro 5: : Liceus criados no período de 1825 a 1879

Ano de criação	Local
1825	Liceu Provincial de Pernambuco
1834	Ateneu no Rio Grande do Norte
1836	Lyceu Provincial da Bahia
1836	Lyceu Provincial da Parahyba do Norte
1837	Imperial Colégio de Pedro II
1838	Lyceu Maranhense
1839	Liceu Provincial de Angra dos Reis
1841	Lyceu Paraense
1844	Lyceu Provincial do Ceará
1845	Lyceu Provincial do Piauí
1846	Lyceu Provincial do Espírito Santo
1846	Lyceu Provincial de Goyas
1846	Lyceu de D. Afonso Rio Grande do Sul
1846	Lyceu Provincial de Curitiba
1847	Liceu Provincial de Niterói
1847	Lyceu Provincial de Campos dos Goytacazes
1847	Lyceu de Taubaté
1847	Atheneu de Sergipe
1849	Lyceu Provincial de Alagoas
1854	Lyceu Minas Gerais
1857	Liceu Provincial de Santa Catarina
1869	Lyceu Provincial Amazonense
1879	Lyceu Cuiabano

Fonte: Gondra e Scheneider (2011) *apud* Ferronato, 2012, p. 89.

A escolha dos liceus que serão aqui analisados deve-se ao fato de termos conseguido localizar seus regulamentos a partir de pesquisas realizadas na *web*. Por essa razão, as análises dos respectivos regulamentos não incidirão sobre todos os liceus acima listados. Em alguns casos, por exemplo, só encontramos regulamentos bem posteriores ao ano de fundação dos liceus em análise. Para o Imperial Colégio de Pedro II utilizaremos o regulamento n.º 08, de 31 de janeiro de 1838 e, no caso do Lyceu Provincial da Paraíba do Norte, o estatuto do Lyceu, publicado em 26 de fevereiro de 1846. Ou seja, trata-se de documentos oficiais apresentados pelo corpo administrativo para regular e normatizar não somente a estrutura física e material das aulas destinadas ao ensino secundário, mas também para regular e normatizar as ações e posturas dos sujeitos da instrução, tais como: professores, alunos, inspetores, diretores/reitores.

Passaremos a apreender do aparato legal do Lyceu Provincial da Parahyba do Norte e do Imperial Colégio de Pedro II os aspectos correspondentes às punições aplicadas aos discentes de ambas as instituições. O intuito é cotejar as informações presentes em ambos os regulamentos, identificando possíveis confluências e/ou afastamentos entre eles. Assim, indagamos: até que ponto e em que moldes os meios disciplinares propostos no Imperial Colégio de Pedro II estavam seguindo realmente de modelo para outras instituições de ensino secundário?

2.3.1 O Lyceu Provincial da Parahyba do Norte⁴²

O ensino secundário em terras brasileiras ocorria desde o final do século XVIII, com as aulas régias ou avulsas, ilustradas por algumas aulas de latim, retórica, filosofia, geometria e francês. Haidar (2008) nos confirma que o ensino secundário, no início do século XIX, encontrava-se todo fragmentado e era destinado ao preparo de candidatos para ingresso às escolas superiores do Império.

O Ato Adicional de 1834 significou, para o ensino secundário, um momento de redefinição desse nível de ensino. Surgiram os Lyceus⁴³ e Ateneus. Ambos foram criados

⁴² As informações contidas nesta subseção foram apresentadas no IX Congresso Brasileiro de História da Educação, sob o título: “Colégio Pedro II e Lyceu Paraibano: os meios disciplinares presentes no cotidiano do ensino secundário oitocentista”, realizado no ano de 2017.

⁴³ A designação Lyceu foi estabelecida no Brasil no ano de 1812, por um projeto de instrução encomendado ao General Francisco de Borja Stocker, sendo o primeiro da história da educação brasileira. No projeto, os graus de instrução a serem adaptados, estavam de acordo com as tendências em voga na Europa. Por isso, na sua formulação, há uma influência do “*Rapport*”, apresentado por Condorcet à Assembleia Legislativa francesa em 1792. O plano abrangia: 1º - os Pedagogium, escola primária; 2º - os Institutos, organização

em diversas Províncias do Império brasileiro como medida para consolidar o ensino secundário regular. Foram criados, então, Liceus em Pernambuco, em 1826, no Rio Grande do Norte, em 1834, na Paraíba e na Bahia, em 1836. Importante ressaltar que o início da organização e institucionalização daqueles Liceus e Ateneus se deu antes da criação do Imperial Colégio de Pedro II, institucionalizado no ano de 1837. De acordo com Ferronato (2012), passados dois anos da publicação do Ato Adicional, em 1836, foi oficializado, na província da Parahyba do Norte, pelo então Presidente Manuel Maria Carneiro da Cunha, a criação de um Lyceu. Essa nova instituição passou a ser a principal responsável pela formação secundária oferecida aos jovens daquela província:

A instituição, que veio a ser a terceira deste tipo criada no país recebeu a designação de Lyceu Provincial da Parahyba do Norte e seu funcionamento oficial se deu a partir do ano de 1837, desenvolvendo as suas atividades de forma ininterrupta até o ano de 1884, quando o mesmo foi fechado pelo Regulamento nº 30, de 30 de julho, em virtude da Lei nº 761, de 7 de dezembro de 1883, isto é, por apenas um ano, para dar lugar a uma das primeiras tentativas para a criação de uma Escola Normal Oficial (FERRONATO, 2012, p. 7).

O Lyceu Provincial Paraibano foi criado em 1836 pela Lei n.º 11, de 24 de março de 1836, pelo então Presidente da Província, Manuel Carneiro da Cunha (PINHEIRO; CURY, 2004). Com um total de dez artigos, é possível apreender o universo escolar da instituição citada.

A criação do Lyceu teve como matriz curricular inicial as seguintes disciplinas: latim, francês, retórica, filosofia e matemática. Funcionou, inicialmente, no primeiro andar do edifício da Assembleia Legislativa Provincial. Posteriormente, passou a funcionar em um salão do Palácio do Governo e, em 1839, foi definitivamente transferida para o prédio do antigo Seminário dos Jesuítas, onde permaneceu por cem anos - até 1939. Atualmente, encontra-se no edifício da Avenida Getúlio Vargas, sua sede atual (CURY, 2006).

Os lentes, reunidos em congregação, iriam nomear um Diretor e Vice-Diretor. O Estatuto do Lyceu somente seria aprovado pela Assembleia Legislativa Provincial, após organização do mesmo pela Congregação. A biblioteca ganha destaque, sendo o Diretor responsável pela composição do acervo, não deixando de escutar as sugestões de leituras apontadas pelos lentes. Curioso destacar a dupla jornada exercida pelo porteiro: além de

correspondente às escolas profissionais médias, para formar agricultores, operários e outros; 3º- os Liceus, para o ensino médio clássico; 4º- as Academias, para as chamadas Ciências. O terceiro grau formaria os professores dos institutos e seria ministrado ali o ensino de humanidades de acordo com o pensamento liberal europeu. Cf. HAIDAR, 2008 apud GASPARELLO, 2002, p. 6.

servir de bedel, exercia também a função de bibliotecário, sendo nomeado pelo Presidente da Província, após a indicação do Diretor do Lyceu, recebendo o ordenado de 300 mil réis.

Em 23 de março de 1839, uma nova Lei foi publicada, aperfeiçoando alguns aspectos da anterior. Posteriormente, o governo recebeu autorização para reformar estes estatutos, modificados no ano de 1846. Ou seja, embora o Lyceu tivesse sido criado em 1836, seu primeiro estatuto só foi publicado dez anos depois, em 1846.

As normas e diretrizes constituem o sistema organizativo das instituições. Uma vez elaboradas, são colocadas em funcionamento para estruturar e estabelecer suas rotinas internas. A leitura e análise dos artigos que compõe o Estatuto de 1846, do Lyceu Provincial, permite conhecer e avaliar o funcionamento da instituição. O documento é composto por noventa e nove artigos, indício que reforça o quão importante era a instituição e a dimensão social que a mesma foi recebendo ao longo dos anos.

Luciano Mendes de Faria Filho (1998) ressalta que os regulamentos podem e devem ser entendidos não apenas como um ordenamento jurídico, mas também como linguagem e prática social. Julia (2001) ainda nos aponta para a possibilidade de podermos tentar reconstruir, mesmo que indiretamente, as práticas escolares por meio das prescrições contidas nas leis, uma vez que os textos normativos nos levam ao universo de uma cultura escolar. De acordo com Vidal (2009, p. 39), “a cultura escolar não deixa de ser uma importante ferramenta teórica para explorar o passado e o presente da escola na sua relação com a sociedade e a cultura, no jogo tenso das lutas de poder que perpassam o escolar e expressam nele as contradições”.

O Estatuto do Lyceu traz toda a organização interna da instituição, a saber: a composição de seu pessoal, a regulamentação das jubilações, a distribuição das matrículas, do ano letivo, das habilitações e dos exames, da economia e política das aulas, dos prêmios, das férias, da Congregação, das competências do Diretor, Professores, Secretário, Bedel e, por fim, trata de disposições gerais.

No Capítulo 6º, que trata “*Da Economia e Política das Aulas*”, encontramos os artigos dedicados à questão disciplinar:

Art. 56 – O professor da primeira cadeira poderá castigar os seus discípulos com palmatória.

Art. 57 – As faltas cometidas pelo estudante no recinto do Liceu, ou nas proximidades onde eles se costumam reunir, devem ser punidos condicionalmente pelo Diretor, que por meio de repreensão na aula, ou particular, quer infligindo outras punições corporais, como estas de pé durante todo, ou parte do tempo da aula, ou quaisquer outros que sua decisão julgar apropriadas, tendo atenção a

idade, comportamento anterior dos alunos, e a gravidade da falta. Nos casos mais extraordinários o Diretor se dirigirá ao Presidente da Província, a cujo conhecimento levará uma exposição do fato, e de suas circunstâncias, a fim dele providenciar como entender conveniente. Art. 58 – O estudante incorrigível será excluído do Liceu por ordem do Presidente da Província.

Art. 59 – No recinto do Liceu é proibida estar quem quer que seja de chapéu na cabeça, e andar com bengala, chibata ou chapéu de sol.

Art. 60 – Os professores darão ao fim de cada mês aos seus discípulos certificado de seu comportamento e aplicação.

Art. 61 – Estes certificados depois de apresentados pelos discípulos a seus pais, ou as pessoas debaixo de cuja tutela estejam, o que constará da assinatura deles nos mesmos certificados, serão devolvidos aos professores que os remeterão ao Diretor para a sua informação, sendo depois despachados e arquivados. (PINHEIRO; CURY, 2004, p. 103)

Diante de tais artigos, algumas análises podem ser elaboradas. A primeira cadeira, apontada no artigo 56, é a de Latim, num total de cinco cadeiras lá arroladas (Latim, Francês, Retórica, Filosofia e Aritmética). Dessa forma, é possível perceber o grau de destaque que é dado ao professor de Latim, tendo ele poder irrestrito para castigar seus discípulos com um instrumento bem conhecido da modalidade dos castigos– a palmatória. “A palmatória, férula, santa-luzia, menina dos cinco olhos, muitos nomes para um objeto que assim como o livro, a carteira, o quadro, a pena, marcou sua presença na escola e no imaginário da sociedade sobre a escola” (LEMOS, 2012, p. 628). De acordo com Veiga (2003, p. 502), “a palmatória deveria ser usada apenas pelo mestre e servir para bater ‘somente’ na palma da mão esquerda com dois ou três golpes no máximo”.

As faltas cometidas pelos alunos não ficavam restritas ao interior do Lyceu. Os locais onde os mesmos frequentavam, próximos ao recinto, também estavam sendo vigiados, sendo responsabilidade do Diretor puni-los por mau comportamento. Repreensões dentro e fora da aula, assim como ficar de pé durante todo ou parte do tempo da aula também faziam parte dos castigos aplicados pelos Diretores. Todas as punições impostas deveriam respeitar a idade, o comportamento anterior dos alunos e a gravidade da falta. Os casos mais extraordinários seriam levados ao Presidente da Província e ele é quem iria julgar caso a caso, sendo o aluno incorrigível expulso do estabelecimento. Interessante destacar o termo “incorrigível”, atribuído ao discente que “não se consegue corrigir”. Nota-se uma hierarquia administrativa, marcada por Professor, Diretor e Presidente da Província. Cada um assumia um papel na efetivação de gestos calculados, de comportamentos tolhidos, de jovens polidos. Cury (2010, p. 54) destaca:

Sob a ótica dos homens da lei e dos homens letrados, havia uma sociedade que se configurava culturalmente sustentada em pilares hierárquicos de poder, cujas

representações sociais se pautavam por regras de conduta, principalmente da disciplina e da punição, que eram aplicadas como forma de corrigir os corpos e as mentes dos indivíduos configurando uma cultura escolar de cunho coercitivo e punitivo (CURY, 2010, p. 54).

Além dos castigos físicos e morais, também é notável regras de bom comportamento no interior do Lyceu. Era expressamente proibido andar com chapéu na cabeça, andar com bengala, chibata ou chapéu de sol, uma vez que a “boa sociedade”⁴⁴ deveria ser “educada” e “civilizada”, demonstrando comportamentos e condutas adequados à fina flor da sociedade. Assim, surgem os diversos manuais de etiqueta, que, conforme destacou Norbert Elias (2001), “tratava-se de um instrumento indispensável à autoafirmação social, especialmente, quando – como é o caso na sociedade de corte - todos os participantes estavam envolvidos numa batalha ou competição por status e prestígio” (ELIAS, 2001, p. 83).

Os manuais preparavam as pessoas para a vida em sociedade por meio de uma série de regras. Dentre elas, destacavam-se as maneiras e os comportamentos tidos como aceitáveis e corretos, ensinando a “boa sociedade” a comer, beber, assoar, se comportar em sociedade, de uma forma geral, seja em casa, na igreja, na rua, não se descuidando das vestimentas. O comportamento na rua e o cuidado com a vestimenta estão muito bem representados no Estatuto do Lyceu Paraibano. Os discentes são punidos por condutas tidas como “irregulares” na rua, enquanto professores, Diretores ou qualquer outra pessoa do quadro escolar não poderia usar chapéus, bengalas, chibatas ou chapéus de sol, o que demonstra uma preocupação não só com a aparência física, mas, também, com a cordialidade.

No que tange ao Imperial Colégio de Pedro II, este foi criado através do Decreto de 2 de dezembro de 1837, que converteu o Seminário de São Joaquim em Colégio de Instrução Secundária. Tal Decreto oficializou a criação do Colégio e permitiu as primeiras contratações dos profissionais que nela trabalhariam. Com o Decreto de fundação, surge também o Regulamento do Colégio de Pedro II, aprovado em 31 de janeiro de 1838. A filosofia educacional e a proposta de ensino, contida no Regulamento n.º 8, registra de forma detalhada a estrutura organizacional e acadêmica da escola, envolvendo todos os segmentos da instituição com as concepções morais que o fundamentavam.

⁴⁴ “Boa sociedade” é uma expressão do século XIX usada para definir os homens e as mulheres livres e brancos que tanto se reconheciam como se faziam reconhecer como membros do “mundo civilizado”. O que caracteriza a “boa sociedade” é o fato de ela excluir os escravos e os homens livres pobres, constituindo-se na sociedade política, no mundo do governo, que possuía o dever de ordenar a sociedade. (Cf. SILVA, 2006, p. 2).

O regulamento acima mencionado estabeleceu a rotina da instituição, as atribuições dos funcionários, a distribuição das disciplinas pelas séries, bem como o número de aulas semanais de cada uma. Em um dos capítulos (XVI), esse regulamento trata dos castigos a serem aplicados ao seu corpo discente, com nove artigos que abordam um conjunto de prescrições explicitamente punitivas e corretivas. Vejamos, abaixo, os artigos que tratam dos meios disciplinares:

Dos castigos:

Art. 91 – Sempre proporcionados à gravidade das faltas, os castigos serão os seguintes:

1º – Privação de uma parte, ou da totalidade do recreio com trabalho extraordinário.

2º – Privação de passeio com trabalho extraordinário.

3º – Proibição de sair.

4º – Prisão: a prisão será um lugar suficientemente claro, e fácil de ser inspecionado, onde o aluno ocupar-se-á constantemente de algum trabalho extraordinário.

5º – Privação de férias, em todo, ou em parte.

6º – Vestir a roupa às avessas. O aluno assim vestido ocupará lugar à parte nas aulas, e salas de estudos; e não assistirá aos passeios, nem aos recreios.

7º – Moderada correção corporal.

8º – Exclusão do Colégio.

Art. 92 – As penas serão sempre aplicadas de modo que nunca seja o aluno privado de assistir às lições dos professores, exceto quando for excluído de uma aula, por haver nella perturbado a ordem.

Art. 93 - O trabalho extraordinário, anexo a alguns castigos, consistirá em copiar pedaços de prosa, ou verso, indicados por quem houver imposto o castigo.

Art. 94 – Só o Reitor poderá impor os seis últimos castigos; os outros podem ser impostos pelo Vice-Reitor, Professores e Inspectores.

Art. 95 – Os alunos privados de recreio ou de passeio, reunir-se-ão em uma sala debaixo da vigilância de hum inspetor.

Art. 96 – Quando algum aluno for excluído do Collegio, será separado dos outros, até que possa ser entregue a seus pais.

Art. 97 – os alunos externos podem ser condenados pelo Reitor, Vice-Reitor e Professores aos castigos supra indicados, que lhes forem aplicáveis.

Art. 98 – O inspetor de alunos que tiver queixa contra algum externo, as exporá ao Vice-Reitor, que ordenará o castigo conveniente.

Art. 99 – Todas as vezes que um inspetor ou professor ordenar um castigo que deva ter execução fora de sua presença, prevenirá imediatamente ao Vice-Reitor que tomará as medidas necessárias para que se realize (BRASIL, 1838, p. 75-76)

Diante do exposto, indagamos: quais eram as faltas passíveis de punição? O que era considerado falta leve/grave? Em que momento a prisão deveria ser utilizada? Qual era a moderada correção corporal adotada?

Inferimos que as faltas consideradas leves são aquelas relacionadas aos dois primeiros parágrafos, uma vez que o Vice-Reitor, assim como os professores e inspetores poderiam aplicar a punição. Mesmo assim, a presença constante do inspetor era requerida, uma vez que os alunos deveriam ficar sob sua vigilância em uma sala específica. As demais

faltas somente poderiam ser aplicadas pelo Reitor (art. 94), ou seja, inferimos que estas fossem consideradas as mais graves, pois, envolviam castigos corporais, vexatórios, proibições de sair, prisão, privação e até expulsão. Notamos aqui, mais uma vez, o grau hierárquico que está diluído na aplicação das faltas. As mais graves, de maior peso, seriam aplicadas pelo Reitor, enquanto as mais leves, ficavam submetidas às ordens do Vice-Reitor, Professor e Inspetor. A expulsão, nesse caso, ficava a cabo do próprio Reitor, diferentemente do Lyceu Paraibano, em que o Presidente da Província era acionado e a ele era quem cabia a expulsão. Também chama a atenção o artigo 97 e 98. Os alunos externos somente poderiam ser condenados pelo Reitor, Vice-Reitor e Professor. O Inspetor, nesse caso, deveria levar ao conhecimento do Vice-Reitor o ocorrido, sendo este último o responsável pela ordenação do castigo conveniente. Ganha destaque, também, o uso da palavra “condenado” (art. 97) como se os alunos tivessem dentro de uma espécie de “tribunal” para serem julgados. Sendo culpados por uma falta, deveriam ser “condenados” a cumprir uma determinada penalidade.

As cópias já estavam presentes no regulamento n.º 8. O primeiro, segundo e quarto parágrafos estavam associados a trabalhos extraordinários, ou seja, relacionavam-se aos trabalhos de escrita. Souza (2000, p. 90) informa que “a escola pública imperial tomou de empréstimo da educação jesuíta, junto com a noção de classe de aula, com o papel dos exercícios e das antologias, da emulação, da disciplina, do silêncio, do domínio do corpo, da colocação em fileiras – a repetição do exercício e da memória”.

É importante observar que em ambas as instituições, de acordo com os regulamentos aqui cotejados, tanto os castigos físicos, quanto os castigos morais existiram mutuamente. “O ato de castigar mantinha uma relação direta com o ato de corrigir. O castigo, provavelmente, era efetivado para punir um comportamento falho e, também, para inibir que, no futuro, o erro cometido não fosse repetido” (MIRANDA, 2012, p. 76).

A partir do exposto, foi realizado, no quadro abaixo, uma síntese com as categorias consideradas importantes no “exercício disciplinado do olhar” (VIDAL, 2001), atentando-nos para os sujeitos que as aplicavam e as penas corretivas, mencionadas nos aparatos legais do Lyceu Provincial Paraibano e no Imperial Colégio de Pedro II.

Quadro 6: Síntese dos sujeitos responsáveis pelo ordenamento dos castigos e das penas (1846/1838)

Lyceu Paraibano (1846)	Imperial Colégio de Pedro II (1838)
Professor de Latim	Privação de uma parte do recreio ou de sua totalidade, com trabalho escrito
Palmatória	Privação de passeio com trabalho escrito
Faltas cometidas/gravidade das faltas	Proibição de sair
Recinto do Liceu e proximidades	Prisão
Diretor	Privação de férias em todo ou parte
Repreensão em aula	Vestir roupa às avessas
Repreensão particular	Moderada correção corporal
Ficar de pé em todo ou parte do tempo de aula	Exclusão do colégio
Presidente da Província – expulsão	Reitor
Incorrigível – expulsão	Vice-Reitor
Proibido uso de chapéus, bengala, chibata	Professor
Certificado de comportamento e aplicação - professores	Inspetor

Fonte: Elaboração da autora.

Como podemos observar, embora encontremos pontos de confluência entre as duas instituições, levando em consideração os castigos aplicados, verificamos que os regulamentos são bem distintos.

Como pontos de confluência podemos destacar: as faltas cometidas que estavam relacionadas com a gravidade das mesmas, seguindo uma escala hierárquica; os castigos vexatórios ou morais, que apareciam de forma distinta nas instituições (ficar de pé em todo ou parte do tempo de aula/vestir roupa às avessas); castigo físico (palmatória/moderada correção corporal); o ato final (expulsão/exclusão do colégio), depois que todos os meios para “corrigir” os alunos indisciplinados tivessem sido tentados. No Lyceu, a palavra expulsão foi usada, ou seja, uma “saída forçada”, enquanto no Imperial Colégio de Pedro II foi usada uma palavra mais branda: exclusão. Embora com conotações distintas, ambas se referem à saída de vez do aluno da instituição. Além disso, percebemos, também, a hierarquia existente na execução das penas, uma vez que as mais graves deveriam ser aplicadas por quem teria um poder maior dentro da instituição: Reitor/Vice-Reitor/Professor/Inspetor - Imperial Colégio de Pedro II e Presidente da Província/Professor de Latim/Diretor - Lyceu Paraibano.

Com relação às diferenças, notamos o seguinte: repreensões no Lyceu Paraibano e privações no Imperial Colégio de Pedro II. Também é possível notar, com relação às

penalidades, diferentes níveis na sua execução. As repreensões estariam dentro de uma escala “mais branda”, em que a intensidade da censura seria mais intensa. Já as privações seriam “mais severas” e estariam relacionadas à falta de algo que é necessário à vida. Neste caso, o recreio, o passeio, as férias, que no ambiente escolar são tidos como o período em que os discentes desfrutam de lazer, de prazer. E, numa escala acima, estaria a prisão, seguida da exclusão. As proibições eram bem distintas: enquanto o Imperial Colégio de Pedro II destinava a proibição no ato de sair, no Lyceu Paraibano a proibição estava relacionada a maneiras de se comportar dentro do recinto, não podendo utilizar chapéu, chibata, bengala e chapéu de sol.

Para finalizar o cotejamento entre esses dois estabelecimentos de ensino secundário, o professor de Latim poderia usar a palmatória para punir seus alunos, diferentemente dos professores do Imperial Colégio de Pedro II, que, só poderiam aplicar os dois primeiros castigos, no campo das privações. No Lyceu, os professores também eram responsáveis por aplicar um certificado de comportamento aos alunos, algo que não consta nos artigos que tratam sobre os castigos no Imperial Colégio de Pedro II.

2.3.2 *Liceu Maranhense*⁴⁵

A Província do Maranhão, na presidência do Dr. Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo, cria, em 1838, o Liceu Provincial do Maranhão, pela Lei Provincial n.º 77, de 24 de junho de 1838, como uma primeira tentativa de organizar o ensino secundário. Ao ser criado, o Liceu Maranhense tinha como modelo o Imperial Colégio de Pedro II.

A leitura e análise dos artigos que compõem o Estatuto de 1838, do Liceu Provincial, permite conhecer o funcionamento da instituição. O documento é composto por sessenta e sete artigos, diferentemente do estatuto do Imperial Colégio de Pedro II, com duzentos e trinta e nove artigos no total.

Voltando-nos para os meios disciplinares, encontramos no capítulo IV – “*Da Polícia das aulas*”, os artigos que tratam dos castigos dos alunos. Vejamos, a seguir:

Art. 16. Durante o exercício da aula os alunos prestarão a mais rigorosa atenção às explicações do Lente, e quando assim o não façam serão por ele advertidos e chamados à ordem.

⁴⁵ A análise desenvolvida nesta subseção foi apresentada no X Encontro Maranhense de História da Educação, sob o título: “Castigos no ensino secundário: fragmentos das práticas disciplinares presentes no Colégio Pedro II e no Liceu Maranhense”, no ano de 2017.

Art. 17. Se não obstante a advertência, o aluno continuar a conduzir-se da mesma maneira, o Lente o mandará retirar, e no caso de desobediência suspenderá por aquele dia o exercício da aula, e dará parte do acontecido ao Diretor.

Art. 18. Se qualquer aluno sair da aula antes de findar a lição, sem prévia licença do Lente, será apontado como se não houvesse comparecido.

Art. 19. Dentro do recinto do Liceu os alunos se portarão com toda a decência e circunspeção, tratando com o maior respeito, e civilidade aos lentes do mesmo Liceu; e fica o porteiro obrigado a participar ao Diretor qualquer infração deste artigo.

Art. 20. O Diretor logo que receber qualquer das participações mencionadas nos artigos 17 e 19 mandará vir a sua presença o aluno e o repreenderá severamente; se porém, depois de ser repreendido o aluno se não corrigir, o Diretor mandará riscá-lo da matrícula da aula que se achar frequentando, e ficará inibido de matricular-se em qualquer das aulas do Liceu por espaço de um ano.

Art. 21. A mesma pena será imposta ao aluno que, achando-se incurso em algum dos artigos 17 e 19, e sendo chamado a presença do Diretor, não obedecer ao chamado.

Art. 22. Havendo o Diretor determinado que se elimine na matrícula qualquer aluno, se este continuar a apresentar-se nas aulas, o Lente respectivo o mandará retirar, e caso não obedeça, suspenderá por aquele dia o exercício da aula, e participará o acontecido ao Diretor, o qual imediatamente dará contas disto ao Presidente da Província.

Art. 23. O porteiro não consentirá que dentro do recinto do Liceu os alunos andem com o chapéu na cabeça, e nem lhes permitirá que se conservem ao salão, depois de findas as suas lições, sem reconhecida necessidade. No caso de obstinação da parte dos alunos o porteiro dará parte ao Diretor, que procederá na forma do disposto no art. 20. (CASTRO, 2009, p. 305).

Como podemos observar, dois sujeitos ganham destaque no exercício da inspeção: o porteiro e o Presidente da Província. Como consta no artigo 19, o porteiro deveria informar ao Diretor se os alunos estavam procedendo com civilidade e respeito aos Lentes, ou seja, é notável regras de bom comportamento no interior do Liceu, assim como foi visto no Liceu Paraibano.

Além do porteiro, que inspecionava a vestimenta e a permanência dos alunos no salão, havia também o Presidente da Província. Esse é mencionado como a autoridade máxima, uma vez que seria informado imediatamente pelo Diretor, caso algum aluno que tivesse sido riscado da matrícula continuasse a frequentar as aulas (art. 22).

Advertência, chamados à ordem, retirada da aula, suspensão do exercício da aula, repreensão severa, inibição de matrícula pelo espaço de um ano. Estes são os castigos implementados aos discentes do Liceu Maranhense. A seguir, uma síntese dos castigos aplicados tanto no Liceu, quanto no Imperial Colégio de Pedro II:

Quadro 7: Síntese dos castigos aplicados aos discentes em ambas as instituições de ensino secundário (1838)

Liceu Maranhense (1838)	Imperial Colégio de Pedro II (1838)
Advertidos	Privação de uma parte, ou da totalidade do recreio com trabalho extraordinário
Chamados à ordem	Privação de passeio com trabalho extraordinário
O Lente mandará o aluno se retirar da aula	Proibição de sair
No caso de desobediência suspenderá por aquele dia o exercício da aula	Prisão
Se qualquer aluno sair da aula antes de findar a lição, sem prévia licença do Lente, será apontado como se não houvesse comparecido	Privação de férias, em todo, ou em parte
Repreensão severa	Vestir a roupa às avessas
Riscá-lo da matrícula da aula que se achar frequentando	Moderada correção corporal
Inibido de matricular-se em qualquer das aulas do Liceu por espaço de um ano	Exclusão do Colégio

Fonte: Elaboração da autora.

Diante do exposto, podemos perceber que apesar das duas instituições terem seus estatutos criados no mesmo ano – 1838, os castigos aplicados aos discentes são distintos. Embora possamos visualizar nas duas instituições de ensino secundário uma certa gradação com relação às penalidades, partindo da pena mais branda ou falta leve para uma pena mais severa ou uma falta mais grave, as diferenças são muitas. O mesmo também ocorre com relação a quem aplica os castigos. No Liceu Maranhense, não encontramos a figura do Inspetor, como ocorre no Imperial Colégio de Pedro II e nem do Vice-Reitor. No Liceu temos o porteiro, que basicamente realiza as mesmas tarefas do Inspetor, dada as devidas proporções. Também não encontramos no Imperial Colégio de Pedro II a figura do Presidente da Província. Mesmo no caso de exclusão do Colégio, a ordem era emanada pelo Reitor. No ano de 1877, encontramos um novo estatuto, conforme segue:

CAPÍTULO III

Da frequência e polícia das aulas

Art. 11. O aluno que der vinte faltas sem motivo ou quarenta, embora justificadas, ficará inibido de frequentar a aula em que as houver dado.

Art. 12. O porteiro deverá lançar diariamente em uma caderneta as faltas que tiver cometido o aluno e a apresentará ao inspetor da instrução pública no fim de cada mês, para ser publicada na folha oficial.

Art. 13. Durante o exercício da aula, os alunos prestarão a mais rigorosa atenção às explicações do lente, e quando assim o não façam, serão por ele advertidos e chamados à ordem.

Art. 14. Se o aluno proceder mal dentro da aula, ou se, depois de chamado à ordem e repreendido pelo lente, não se contiver, será expulso dela, participando o lente o ocorrido ao inspetor da instrução pública, que lhe mandará marcar até cinco faltas injustificadas.

Art. 15. Se a ordem não puder ser estabelecida, ou o aluno recusar subir, o lente suspenderá por esse dia o exercício da aula e o participará ao inspetor da instrução pública, que convocará imediatamente o conselho para o fim declarado no art. 82 § 8ª Do regulamento de 6 de julho de 1874.

Art. 16. É expressamente vedado aos alunos:

§ 1ª. Reunir-se em grupos na porta e nos arredores do Liceu, entrar nele com bengala, chicote, ou de algum outro modo armado, sob qualquer pretexto;

§ 2ª. Conservar-se coberto ou deixar-se estar sentado quando passar o inspetor ou qualquer lente;

§ 3ª. Fumar dentro do estabelecimento;

§ 4ª. Fazer caricaturas e pasquins, proferir palavras obscenas ou escrevê-las pelas paredes, portas, bancos etc.;

§ 5ª. Andar em grupos pelos corredores e fazer asnadas e barulhos dentro e nos arredores do Liceu.

Art. 17. A infração das disposições do artigo antecedente sujeitará o aluno às penas de repreensão, de cinco faltas injustificáveis e de expulsão.

Art. 18. As penas de repreensão e de faltas injustificáveis serão pelo inspetor da instrução pública conforme a gravidade do ato, e a de expulsão pelo conselho de instrução pública.

Art. 19. Os alunos, que combinarem entre si para faltar aula serão apontados com três faltas injustificáveis.

Art. 20. Os alunos que arrancarem editais dentro do edifício do Liceu, que injuriarem ou tentarem agressões contra o inspetor, lentes e mais empregados serão punidos pelo conselho de instrução pública conforme a gravidade do ato (CASTRO, 2009, p. 314).

Como podemos observar, há mudanças substanciais entre os estatutos de 1838 e 1877 no Liceu Maranhense. No estatuto de 1838, é visível a figura do Diretor como autoridade máxima, sendo ele o responsável pela ordem do estabelecimento. No estatuto de 1877, o Diretor não é citado, cabendo ao inspetor da Instrução Pública e ao Conselho de Instrução as decisões referentes às punições dos discentes. Também nesse estatuto, é possível perceber as vedações ou proibições a que estes alunos estavam sujeitos dentro e fora do Liceu. As repreensões e suspensões continuam a fazer parte das punições, como ocorria igualmente no Imperial Colégio de Pedro II. Porém, nota-se que os meios disciplinares implementados no Liceu Maranhense e no Imperial Colégio de Pedro II são distintos, cada um com sua particularidade.

2.3.3 Liceu Paraense

O Presidente da Província paraense, Bernardo de Souza Franco, parlamentar, financeiro e estadista, através da Lei n.º 97, de 28 de junho de 1841, criou o Liceu Paraense e regulou a Instrução Primária e Secundária nessa Província. O ensino secundário, sediado

na capital, era constituído por dois cursos: um de Humanidades, com duração de cinco anos e outro de Comércio, com duração de dois anos⁴⁶. Esse Liceu é considerado o segundo estabelecimento de ensino oficial do Brasil e a primeira instituição da região Norte e Nordeste a ter reconhecimento. Nessa primeira Lei nada é mencionado a respeito dos meios disciplinares.

Através da Lei Provincial n.º 203, de 27 de outubro de 1851, foi expedido o Regulamento para o Liceu Paraense. No Capítulo 8º, intitulado “*Economia e Polícia das Aulas*”, encontramos:

Art. 58: Serão marcados os alunos, no 1º dia dos trabalhos, perante o respectivo professor, os seus assentos na aula, segundo a ordem das matrículas.

Art. 59: As faltas dos alunos serão notadas pelo Porteiro em uma caderneta, 10 minutos depois da hora.

Art. 60: Os professores terão cadernetas em que farão suas notas sobre as lições e procedimentos dos alunos.

Art. 61: O aluno que sair da aula sem licença do professor será notado como tendo faltado.

Art. 62: Os professores farão manter a disciplina nas aulas. Poderão repreender os alunos que não procederem bem, o participarão ao Diretor os fatos mais graves que forem praticados.

Art. 63: Só serão usados os compêndios e livros que forem aprovados pelo Presidente da Província, sob proposta do Diretor, e ouvidos os respectivos Professores.

Art. 64: Aos alunos que praticarem atos contra a disciplina do Liceu, ou contra a decência e bons costumes, e que faltarem ao respeito aos seus superiores serão impostas as seguintes penas, segundo a gravidade do caso.

1ª Repreensão dada pelo Diretor

2ª Perda do ano

3ª Interdição de frequentar o Liceu até 3 anos

4ª Expulsão do Liceu

Art. 65: As três últimas penas serão impostas pela Congregação com recurso para o presidente da Província, que somente as poderá modificar.

Art. 66: Logo que alguma destas penas for imposta, o Diretor dará parte aos pais ou tutores dos alunos, com declaração dos motivos da condenação. (MELO; ALMEIDA; ROSÁRIO. 2012, p. 90)⁴⁷.

Podemos observar o rigor da disciplina no Liceu Paraense. Os alunos que deixassem de cumprir com suas obrigações nas aulas ou que desrespeitassem os seus superiores sofriam punição com perda do ano, repreensão particular, repreensão perante a Congregação e expulsão. Em caso de expulsão, só poderiam ser admitidos novamente depois de três anos, se a Congregação julgasse conveniente.

⁴⁶ Para saber mais: FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro de Souza Avelino de. *Raízes históricas do ensino secundário público na Província do Grão-Pará: o Liceu Paraense*. 1997. 168 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas -São Paulo, 1997.

⁴⁷ MELO, Clarice Nascimento de; ALMEIDA, Karla Nazareth Corrêa de; ROSÁRIO, Maria José Aviz do. *Documentos da Educação do Pará Imperial (1839-1889)*. Belém: SBHE, 2012, p. 90.

Posteriormente, o Liceu Paraense passou a denominar-se Colégio Paraense, através do Regulamento de 11 de setembro de 1861. O Colégio Paraense era regido pelo Regulamento de 12 de maio de 1869. No Capítulo VIII, intitulado “*Dos meios Disciplinares*”, encontramos:

Art. 85: Os meios disciplinares são:

1º Repreensão na aula

2º Privação da aula até dois dias

3º Estudos nas horas de recreio

4º Castigos que excitem o vexame

5º Reclusão em célula até 24 horas

6º Comunicação aos pais para os castigos que julgarem necessários.

7º Expulsão do estabelecimento

Art. 86: Os dois primeiros meios disciplinares serão impostos pelo respectivo professor, quando o aluno se conduzir mal na aula, faltando com o respeito ao seu mestre, ou brigando com seus companheiros.

Os outros meios disciplinares serão impostos pelo Reitor, em vista de participação escrita do professor desrespeitado, e conforme a gravidade do caso.

A pena de expulsão do estabelecimento será aplicada nos casos de grave insubordinação, ou de atos assaz indecorosos e desonestos.

Em geral para a expulsão do aluno procederá autorização do Diretor, a quem o Reitor imediatamente dará conta dos motivos que a tornam necessário, podendo ser falta desde logo, se a gravidade do caso o exigir imperiosamente, sem prejuízo da participação imediata ao Diretor.

A privação da aula sujeita o aluno a não assistir às lições e a ser apontado como se tivesse faltado voluntariamente (MELO; ALMEIDA; ROSÁRIO. 2012, p. 164).

Conforme exposto, os regulamentos dos Liceus até o momento analisados (Paraíba, Maranhão e Pará), no que diz respeito aos meios disciplinares, diferem entre si. Alguns mais elaborados do que outros, registram detalhadamente a natureza do ensino escolar, com a efetiva participação de docentes, diretores, reitores, inspetores e porteiros, personagens centrais de um projeto educacional que se ancorava na formação do “bom cidadão”. Atentando para possíveis faltas e pelo comportamento dos futuros cidadãos, uma rede começava minuciosamente a ser tecida para controlar o espaço escolar. Essa combinação assegurava um poder disciplinador obediente, coercitivo e vigilante. Curioso observar que o Regulamento mais próximo ao do Imperial Colégio de Pedro II, com grande semelhança, refere-se ao do Colégio Paraense, datado de 1869.

2.3.4 Liceu Mineiro

O Liceu Mineiro é criado na Província, num importante momento de reforma da instrução pública de Minas Gerais, através dos regulamentos de números 27 e 28, autorizados pela Lei n.º 516, de 1851. Os regulamentos, porém, são de 1854, tendo sido

inaugurado em 5 de fevereiro do mesmo ano, com a responsabilidade de ser regulador e estruturador do ensino secundário em Minas Gerais.

A função do liceu foi a de proporcionar uma educação que elevasse as luzes da inteligência à juventude, acompanhada da virtude, e da razão, no objetivo de construir uma sociedade deficiente de tais qualidades. O primeiro vice-presidente da Província José L. S. Vianna propôs, em 1854, a criação de um internato com o objetivo de transmitir uma educação física e moral, científica e religiosa aos jovens que frequentassem o liceu, sendo um dever imperioso da Administração, cujas vistas são instruir e moralizar no interesse da sociedade, da família e do indivíduo (NEVES, 2006, p. 100).

De acordo com o Regulamento de 4 de janeiro de 1854⁴⁸, as penas aplicadas aos discentes são as seguintes:

Título 7º - Das penas

Art. 32 – As penas disciplinares serão:

§ 1º Repreensão

§ 2º Castigos, que excitam o vexame.

§ 3º Comunicação aos pais, etc., ou pessoas que façam suas vezes.

§ 4º Expulsão da aula.

Art. 33 – As penas dos §§ 1º, 2º e 3º, do art. 32 poderão ser aplicadas pelo Diretor, ou pelo respectivo Professor; a do § 4º porém só poderá ser determinada pelo Diretor Geral.

Somente serão expulsos os incorrigíveis, ou os que prejudicarem os outros com seu exemplo, ou influência, depois de esgotados os outros recursos.

Como podemos observar, as penalidades descritas no regulamento do Liceu Mineiro são muito semelhantes àsquelas presentes nos regulamentos do Imperial Colégio de Pedro II, o que confirma, em parte, a hipótese de que o Colégio Pedro II serviu de modelo para os demais Liceus Provinciais, não só nos programas de ensino ofertados, como também nos meios disciplinares adotados. A partir dos estatutos liceais que foram possíveis levantar, verificamos que os mais próximos do Imperial Colégio de Pedro II foram os Liceus de Minas Gerais e Pará.

Centramos nossa análise, nessas subseções, nos meios disciplinares adotados nos Liceus e no Imperial Colégio de Pedro II, procurando investigar se havia alguma semelhança entre eles. No quesito curricular, os Liceus Provinciais assemelhavam-se aos programas de ensino do Imperial Colégio de Pedro II. E no quesito disciplinar? Será que o Imperial Colégio de Pedro II serviu mesmo de modelo para as demais Províncias?

⁴⁸ Este regulamento está disponível para consulta no site:
http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/leis_mineiras_docs/photo.php?lid=33599.

Através do levantamento realizado, foi possível perceber nuances entre os Regulamentos dos Liceus. O Liceu de Minas Gerais e o Liceu Paraense foram os que mais se aproximaram do que era proposto no Regulamento do Imperial Colégio de Pedro II, embora não deixassem claro se eram regulamentos destinados ao Internato ou Externato. Com relação ao currículo, sabemos, por meio de diversas pesquisas, que havia uma forte tentativa de se “promover uma equiparação curricular” nas várias Províncias com o currículo ensinado no Imperial Colégio de Pedro II, como afirmou Lorenz (2003).

“O aparecimento de Liceus Provinciais a partir de 1835, e a criação do Imperial Colégio de Pedro II na Corte, em 1837, representam, no campo do ensino público, os primeiros esforços no sentido de imprimir alguma organicidade ao ensino secundário” (HAIDAR, 2008, p. 14). Porém, os diversos Liceus espalhados nas Províncias mostravam fragilidades, falta de organização e de estrutura e falta frequente de professores. Embora houvesse a tentativa de buscar uma ordenação, continuavam, em grande medida, reunindo Cadeiras de diferentes disciplinas em um mesmo recinto. As políticas educacionais no Império, correspondentes ao ensino secundário, estavam destinadas para a Corte, como foi o caso do Imperial Colégio de Pedro II, criado para ser o “modelo” a ser seguido. De acordo com Haidar (2008, p. 19), “o monopólio do ensino superior mantido pela Corte, na prática, acabava propiciando apreciável e decisiva influência sobre o ensino secundário mantido pelas Províncias”. O ensino secundário, voltado, fundamentalmente, para os jovens que pretendiam se candidatar as escolas superiores do Império, apresentava um currículo totalmente direcionado ao ingresso no ensino superior.

Ao instituir o Colégio oficial da Corte como modelo para os estudos secundários, o Governo o fez mantendo, de forma unilateral, o privilégio e prerrogativas daquele sobre os demais Liceus Provinciais. Enquanto o grau de Bacharel em Letras concedido pelo Imperial Colégio de Pedro II permitia o acesso direto aos cursos superiores, o mesmo não acontecia em relação às Províncias. Para Haidar (2008), isso trouxe consequências funestas para a instrução secundária, basicamente em duas direções. Por um lado, causou o esvaziamento dos Liceus locais, que começavam a organizar-se, com o não reconhecimento dos graus que esses conferiam como suficientes para o ingresso no ensino superior. Assim, os filhos das famílias mais ricas preferiam realizar seus estudos preparatórios no próprio Imperial Colégio de Pedro II, em internatos particulares da Capital, ou nas próprias faculdades. Por outro lado, como destacou a autora, essa situação atingiu, a longo prazo, o próprio cerne da educação desse nível de ensino, o seu caráter formativo, que preparava os jovens não apenas para o

ingresso nos estudos superiores, mas para a vida em geral. Desse modo, muitos Liceus e Ateneus foram fechados.

Procuramos desenvolver nesta seção um exercício de comparação entre os meios disciplinares instituídos tanto no Imperial Colégio de Pedro II, criado para ser o “colégio-padrão” do ensino secundário oficial, no Município da Corte, quanto nos Liceus Provinciais, a fim de verificar se havia semelhanças entre eles na questão disciplinar.

A partir dos dados apresentados e do que foi possível levantar, verificamos que o Imperial Colégio de Pedro II não assume totalmente esse papel modelar, de forma a garantir as normas de “boa conduta” para uma rede complexa que se traduz o ensino secundário no século XIX. Observamos que houve uma tentativa de “equiparação disciplinar”, mas nem todas as Províncias seguiram à risca o “modelo” do Imperial Colégio de Pedro II.

Disciplina e controle faziam parte de um sistema de ensino configurado para atender aos anseios da formação daqueles que desejavam fazer seus estudos superiores e, assim, passavam a fazer parte das rotinas imperceptíveis e às quais deveriam se habituar todos os atores sociais: diretores, professores, inspetores, alunos e, inclusive, porteiros. Adentrar no cotidiano escolar do Imperial Colégio de Pedro II por meio dos livros de ocorrência disciplinar permitirá dar visibilidade a diferentes personagens presentes no processo de escolarização. Essa imersão na cultura escolar irá certamente alargar os conhecimentos acerca do que a escola produz de mais íntimo, a partir de documentos “não oficiais”, que trazem à tona vivências, procedimentos e práticas que muito podem contribuir para uma maior compreensão da dinâmica do processo de escolarização no Brasil, no século XIX. É o que tentaremos perceber no próximo capítulo, a partir do mergulho nos livros de ocorrência disciplinar produzidos pela própria instituição, recheados de representações de um ambiente escolar cheio de ações, práticas, tensões e reações.

3. COTIDIANO ESCOLAR NAS PRÁTICAS DE ESCRITA: OS LIVROS DE OCORRÊNCIA EM PAUTA (1858-1898)

“Todo livro é um livro da vida. Livros de poesia controlam a azia. Livros de história fortalecem a memória. Livros de viagem aperfeiçoam a paisagem. Livros de religião aumentam a devoção. Livros de química servem pra misturar. Livros de teste, pra confundir. Livros de lógica, pra entender. Livros didáticos, pra explicar. [...] e os livros de ocorrência?”

(BONASSI, 2003, p. 15).

O que dizer de um objeto quase invisível, que se entrecruza com a história da educação? Passamos pelos livros de ocorrência despreocupadamente, sem enxergar que falam do cotidiano escolar através das faltas cometidas pelos alunos, dos professores que lecionavam determinada disciplina, das punições aplicadas. Juntam-se a isso os usos do espaço, como rituais de entrada, a sequência e o momento em que se deviam realizar as diferentes atividades e tarefas escolares. De fato, os objetos e produtos do escrever ocupam um lugar de destaque no conjunto das práticas escolares e administrativas da escola.

Os vestígios dessa economia escriturária, proliferam, no âmbito escolar, sob a forma de resultados das relações pedagógicas (o exercício e o diário de classe, por exemplo); de resíduos das ações gestoras (os históricos escolares e os processos, dentre outros); de efeitos de construção de saberes sobre o aluno, o professor e o pedagógico (fichas antropométricas, relatórios e exames), ou, ainda, de derivações de uma prática escritural escolar (o jornalzinho de alunos e os boletins de professores (VIDAL, 2009, p. 31).

Os objetos da escrita, tomados em sua materialidade, possibilitam o conhecimento de uma cultura escolar própria, uma vez que os conteúdos ensinados podem ser descortinados por meio desses objetos, permitindo, também, que outros fazeres adotados no interior da escola sejam descobertos. Como fontes sujeitas a uma série de pautas ou normas de distintas procedências relativas tanto a seu uso formal (uso gráfico do espaço) como ao tipo de textos a incluir, esses objetos assumem diferentes propostas pedagógicas, de acordo com suas características, tipos e usos, remetendo a diferentes posições de poder.

Os livros de ocorrência do Imperial Colégio de Pedro II/Ginásio Nacional tratados neste trabalho constituem-se de anotações administrativas, geradas de modo artesanal no próprio ofício dos inspetores de alunos. Estes, de acordo com o artigo 23, §2º do Regulamento n.º 8, de 31 de janeiro de 1838, tinham, dentre outras tarefas, a seguinte atribuição: “formar um relatório diário do que houver acontecido em sua classe, no qual dê sumariamente conta do comportamento e aplicação dos alunos” (BRASIL, 1838, p. 66). Portanto, os livros de ocorrência podem ser considerados um produto da cultura escolar daquela instituição de ensino e, nos revelam indícios singulares da organização da escola, gerados a partir das ações dos educadores anônimos que compuseram tal documento.

Alaridos, brigas, furtos: eis algumas das condutas que aparecem como problemáticas nas narrativas dos livros de ocorrências. Em um nível muito básico de descrição, os livros de ocorrência servem para agir sobre os comportamentos percebidos como indisciplinados, visando corrigi-los. As anotações são breves e objetivas e contêm os nomes dos alunos castigados, os atos indisciplinados que cometeram e a punição aplicada. A utilização desse tipo de instrumento de controle não é recente no cotidiano escolar, muitas vezes, conhecidos como “livros negros”⁴⁹. Neste capítulo, procuramos apresentar o levantamento realizado através do material empírico, mediante gráficos, tabelas e figuras, retratando a metodologia empreendida, evidenciando as regras operatórias que tramam as relações disciplinares no Imperial Colégio de Pedro II/Ginásio Nacional. As ocorrências funcionam, assim, “como provas, testemunhos, confissões, normas, estabelecendo ordenamentos para os sentidos e usos do tempo, do espaço, das atividades, dentre outros vários aspectos definidores da cultura escolar com decisivos efeitos sobre a constituição dos sujeitos aí implicados” (RATTO, 2007, p. 22).

3.1 Iniciando o percurso nos livros de ocorrência

Repletos de letras trêmulas, muitas vezes, ilegíveis, borrões de tintas que se espriam em virtude da corrosão da tinta ferrogálica⁵⁰ sobre o papel, os velhos livros de ocorrências

⁴⁹ A expressão “livro negro” era muito utilizada à época, uma vez que nele eram registrados os atos considerados como “transgressões” ou atos indisciplinados praticados pelos alunos na instituição. Conforme destacou Moro (2002), “eram livros de capa dura, quase em sua totalidade na cor preta, numerados e que serviam para o registro das infrações cometidas pelos alunos”. (MORO, 2002, p. 2).

⁵⁰ A tinta ferrogálica é composta de sulfato de ferro, ácido galotânico e um aglutinante, em geral a goma arábica dissolvida em água. O ácido galotânico é um tanino extraído da noz de galha, formada no carvalho. Da junção do tanino com o sulfato ferroso surge o tanato ferroso que, ao ser aplicado no papel, apresenta coloração débil, que, com a absorção do oxigênio, o tanato de ferro muda a cor para castanho escuro. Para saber mais, acesse: <http://lillian.alvarestech.com/Conservacao/Aula9.pdf>.

têm permanecido esquecidos em prateleiras de bibliotecas, arquivos escolares e armários. No âmbito da historiografia da educação, algumas razões para isso podem ser apontadas: a valorização de documentos tidos como oficiais em detrimento daqueles que tratam da cotidianidade da instituição; a ênfase das pesquisas sobre a legislação e os legisladores; a preferência pela trajetória de intelectuais, ou, até mesmo, a quase inexistência dessa fonte de pesquisa, muitas vezes, destruída ou não conservada.

Desvelar a vida cotidiana, a intra-histórica da sala de aula e da instituição escolar é possível pelos livros de ocorrência. Através deles, também é possível acompanhar, por exemplo, as continuidades e as rupturas presentes nos processos de escolarização. Alguns códigos de apresentação podem ser encontrados, tais como cabeçalhos, adornos, mensagens, etc.. Dá-se ênfase à limpeza, à ausência de manchas, folhas arrancadas ou anotações não controladas, uma vez que o efeito estético tem também um sentido ético, regularizador e disciplinar.

Procuramos captar, pela escrita dos livros, os vestígios de uma cultura escolar que “se efetiva por práticas escriturais e não-escriturais (oral ou corpórea), em que se acionam os vários dispositivos constituintes dos fazeres da escola, no que concerne às lições e aos usos da materialidade posta em circulação no espaço e no tempo escolares” (VIDAL, 2009, p. 32).

Quanto à conservação dos livros de ocorrência, é muito difícil encontrarmos um conjunto serial completo de uma mesma instituição educativa durante um longo período ou de um mesmo nível, curso ou grau de ensino também por um tempo prolongado. Na presente pesquisa, localizamos no Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II um conjunto seriado e raro desse material. Algumas lacunas na periodização foram encontradas, porém, os livros de ocorrência que constituem o *corpus documental* da presente pesquisa são representativos de uma dimensão da disciplina escolar oitocentista: os castigos aplicados aos alunos no ensino secundário brasileiro.

Diante das necessárias delimitações de qualquer pesquisa, tomamos como ponto de partida que toda interpretação histórica depende de um “sistema de referência” (CERTEAU, 2011, p. 67). No caso da pesquisa proposta, este é forjado a partir de privilégios operativos que se definem por meio de perspectivas teórico-metodológicas relacionadas a três interesses de estudo, quais sejam: os aspectos organizativos e institucionais, com destaque para as

práticas e os rituais da ação educativa; os sujeitos envolvidos nesses aspectos – professores, inspetores, diretores e pessoal da administração e a distribuição e os usos do espaço e do tempo. É, em função desses modos interpretativos, reposicionados no esforço de compor o sistema de referência da pesquisa, “que se instauram os métodos, que se delineia uma tipografia de interesse, que os documentos e as questões que lhes serão propostas se organizam” (CERTEAU, 2011, p. 68).

Esta seção volta-se para a sistematização das fontes de pesquisa, com o intuito de construir certos parâmetros ou classificações iniciais para a caracterização dos oito livros de ocorrência (1858-1898) do Imperial Colégio de Pedro II/Ginásio Nacional. Os oito livros aqui investigados são do Externato. Somente um livro do Internato foi localizado na Biblioteca Nacional⁵¹ e corresponde ao ano de 1872. O primeiro livro da série documental (1858-1859) marca, justamente, um ano após a divisão em espaços físicos distintos do Colégio Pedro II (Externato e Internato), que ocorreu com a Reforma da Instrução Pública do Ministro Marquês de Olinda, através do Decreto n.º 2006, de 24 de outubro de 1857. No Internato, os alunos que frequentavam as aulas moravam no recinto, ao contrário dos alunos do Externato.

Refletir sobre as fontes é, ao mesmo tempo, “cogitar sobre os limites não só das práticas institucionais, no que diz respeito à localização, conservação e divulgação de acervos, mas também das práticas discursivas, no âmbito da história” (NUNES, 1993, p. 27). Como reforça Certeau (2011, p. 68), “a história começa com gestos de separação, reunião e transformação em documentos de certos objetos que ganham nova distribuição num certo espaço”. Procuramos separar os dados que foram levantados por meio dos livros de ocorrências em categorias, e, a partir dessa separação, reunimos o conjunto de informações apuradas nas subseções que serão apresentadas mais adiante.

Como informa Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero (2000, p. 101), “o trabalho com as fontes documentais deve constituir para o pesquisador um diálogo permeado de questões, dúvidas e cujo resultado pretendido nem sempre resulta de análises bem arrematadas”. Parecem aqui pertinentes as considerações de Pedro Paulo Funari (2006). O autor expõe sua explicação para a gênese do debate sobre as fontes, derivando-o do cientificismo do século XIX, quando se manifestou a preocupação da História em buscar a verdade dos fatos:

⁵¹ Livro em que se acham lançados os castigos que sofreram os alunos do Internato do Imperial Collegio de Pedro Segundo no corrente ano de 1872. Seção de Manuscritos, Biblioteca Nacional, código 19,4,10.

Fonte é uma metáfora, pois o sentido primeiro da palavra designa uma bica d'água, significado esse que é o mesmo nas línguas que originaram esse conceito, no francês, source, e no alemão, Quell. Todos se inspiraram no uso figurado do termo fons (fonte) em latim, da expressão 'fonte de alguma coisa', no sentido de origem, mas com um significado novo. Assim como das fontes d'água, das documentais jorrariam informações a serem usadas pelo historiador (FUNARI, 2006, p. 85).

O trabalho do pesquisador inicia-se quando, a partir das fontes documentais, ele é capaz de operar novos recortes, criando um espaço específico de investigação, que inclui o trabalho com os conceitos de um campo, o tratamento e a interpretação documental. No trabalho com as fontes, vale ressaltar que não há uma verdade pronta e acabada. Daí a importância de se ter presente que o historiador:

[...] não é um arqueólogo da documentação, mediador neutro entre a verdade da fonte e a verdade da história, mas aquele que é capaz de formular uma problemática e de construir uma interpretação em que reconhece o encontro entre duas historicidades: a sua própria e a da documentação que utiliza (FÁVERO, 2000, p. 102).

O autor Carlo Ginzburg (1989), em sua obra *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*, nos faz refletir sobre o “fazer história”, a partir de três personagens: Morelli, Sherlock Holmes e Freud, apontando-nos para o paradigma indiciário. Ou seja, nesse paradigma, o autor destaca que devemos estar atentos às pistas, aos indícios, aos vestígios de uma possível fonte documental, pois, elas ajudam na operacionalização da pesquisa, permitindo chegar próximo à realidade vivida.

Se o documento é o ponto de partida para se conhecer um fato histórico é, também, através dele que podemos revisitar o passado e reinterpretá-lo sob nova ótica. A esse respeito, é interessante lembrar os ensinamentos de Lucien Febvre, um dos principais representantes do movimento dos *Annales*, quando diz que “a História faz-se com documentos escritos, sem dúvida, quando eles existem; mas ela pode fazer-se sem documentos escritos, se não os houver” (FEBVRE, 1985, p. 78).

Apoiando-nos sobre essas percepções, diremos que os fatos e os documentos não falam por si. Falam apenas quando o pesquisador os aborda e os interpreta, procurando compreender o pensamento que está por trás deles. É o pesquisador, assinala Carr (1976, p.14), “quem decide quais os fatos e os documentos que vêm à cena e em que ordem ou contexto”.

Nesse sentido, diante de um vasto volume de nomes, séries, situações e providências, os registros das ocorrências foram organizados, preliminarmente, sendo transcritos de modo

literal em um banco de dados - Excel - a partir dos seguintes itens: número do livro⁵², data, página, nome do aluno citado, local da infração, causa do castigo, tipo de castigo, executante, tempo do castigo, série, nome do inspetor, causa do castigo 2⁵³ e tipo de castigo 2. Cabe ressaltar que essa transcrição foi realizada para os oito livros da presente investigação, sendo o mais fiel possível às fontes, utilizando no banco de dados a mesma palavra empregada pelo autor dos registros nos livros de ocorrências. A título de exemplo, segue abaixo a tabela com a organização do mapeamento das ocorrências:

Tabela 2: Ilustração da organização do mapeamento das ocorrências (1858-1898)

Livro	Data	Página	Nome do aluno	Causa do Castigo	Local da infração	Tipo de castigo	Tempo do castigo (h)	Executante	Série	Inspetor	Causa do Castigo 2	Tipo de castigo 2
1	01/07/1858	2	José Viriato de Freitas	Conversar na aula, fazendo alarido com os colegas logo que o lente saiu da dita aula	Sala de aula	Privado do recreio do dia			7 ano		Alarido	Privação de recreio
1	09/03/1858	3	Gustavo Adolfo de Souckow	Ter se comportado mal com o Sr. Gonçalves	Não mencionado	Foi admoestado pelo Ex. Sr. Reitor			7 ano		Mau Comportamento	Admoestação
1	11/06/1858	3	Gustavo Adolfo de Souckow	Sair da Sala do Silêncio na 6ª aula do 3º anno, de Geographia, sem licença	Sala do silêncio	Ficou retido no Colégio das 5 às 6:30 da tarde	1,5		7 ano		Sair sem licença	Retenção
1	01/07/1858	3	Gustavo Adolfo de Souckow	Fazer alarido com seus companheiros na aula, logo que o lente saiu dela	Sala de aula	Privado do recreio do dia; Retido no Colégio das 6 as 7 da tarde por conversar no silêncio	1		7 ano		Alarido	Privação de recreio e retenção

Fonte: Elaboração da autora

Através da tabela acima, organizamos o nosso banco de dados e extraímos, posteriormente, os dados pertinentes à pesquisa. Procuramos descrever os livros de ocorrência o mais minuciosamente possível, sempre respeitando o conteúdo registrado. Buscamos:

[...] trabalhar o documento em si mesmo e interrogá-lo em sua imanência. O documento já não é, pois, para a história, a matéria inerte através da qual esta trata de reconstruir o que os homens fizeram ou disseram, o que aconteceu e do qual só resta o vestígio: trata de definir no próprio tecido documental unidades, conjuntos, séries, relações. (FOUCAULT, 2012, p. 20).

⁵² Essa expressão foi utilizada para organizar os oito livros, respeitando o período de cada um, encadeando-os numa sequência cronológica. Assim, denominamos livro 1, o livro que abrange o período de 1858-1859, livro 2 para o que abrange o período de 1866-1870 e, assim, sucessivamente, até o último livro, denominado livro 8, que abrange o período de 1891-1898.

⁵³ A causa do castigo 2 e o tipo de castigo 2 foram os nomes adotados para sintetizar em pequenas palavras toda a informação que havia sido transcrita de forma literal do livro de ocorrência para o banco de dados em Excel. A causa e o tipo do castigo “puros” correspondem à transcrição exata do livro de ocorrência.

Assim, estabelecemos conjuntos, séries e relações durante a descrição dos livros, obedecendo uma sequência a partir da organização dos dados levantados, tais como: a materialidade dos livros, com informações sobre o tamanho, número de páginas, anos de abrangência, enfim, as características intrínsecas dos oito livros; em seguida, procuramos organizar as informações sobre os aplicadores dos castigos, ou seja, saber quem eram os inspetores que cuidavam dos alunos para manter a disciplina e a ordem no interior do Externato; quem era o Reitor que estava à frente do estabelecimento no ano de abrangência dos respectivos livros de ocorrência; em qual aula ocorriam mais casos de indisciplina e quem eram os professores, assim como os principais ordenantes dos castigos; quais eram as causas que levavam os alunos a serem castigados; os tipos de castigos adotados, cruzando as informações encontradas nos livros de ocorrência com os tipos de castigos prescritos na legislação; a caracterização de quem estava sofrendo a punição, ou seja, os alunos, procurando saber a série dos alunos em que havia mais casos de indisciplina, procurando identificar, na diacronia do período investigado, continuidades e rupturas entre os oito livros pesquisados. Assim, as divisões do presente capítulo serão encadeadas a partir de toda essa categorização elaborada diante da diversidade de dados coletados. Portanto, as subseções do presente trabalho têm um viés quantitativo, buscando levantar os “campeões de ocorrência” a partir dos diversos levantamentos realizados.

Para o mapeamento dos registros contidos nos oito livros, optei por agregá-los na totalidade do livro, ou seja, as tabelas e gráficos elaborados abrangem o livro como um todo, seguindo a ordem cronológica de cada um deles. Esse critério foi adotado para facilitar a descrição geral dos oito livros aqui investigados, uma vez que o volume de dados gerados ultrapassa os três mil.

3.2 Características gerais dos livros de ocorrências: um olhar para o suporte material

Nesta seção, iremos explorar as características gerais dos livros de ocorrência, com o intuito de perceber as semelhanças/diferenças com relação à materialidade de cada suporte, procurando mapear as marcas deixadas pelo autor dos escritos. Para Maria Cristina Menezes.

[...] o trabalho com a materialidade da escola tem permitido rastrear práticas, processos e relações constituintes dessa modalidade social, a escola, tal como a vimos seguindo: como prática cultural, que se constitui na intersecção de outras práticas culturais de nossa sociedade. A preservação do patrimônio histórico escolar tem exigido que os pesquisadores adentrem porões e antigos galpões à procura de vestígios dessas culturas constitutivas da instituição escolar, de sua

materialidade. Nessa busca, há o encontro com os documentos dos arquivos, ditos “mortos”, com os livros de antigas bibliotecas, além do material museológico, suportes físicos constitutivos das práticas escolares. (MENEZES, 2005, p. 13).

Trabalhar dentro de um lugar que tem como objetivo organizar, conservar, preservar, catalogar e tornar disponível o patrimônio educacional de uma instituição que se transformou, ao longo do Império, numa instituição modelar do ensino secundário, como é o caso do Colégio Pedro II e, respectivamente, do seu Núcleo de Documentação e Memória, se torna uma tarefa ainda mais interessante visto que se debruçar diante de um rico e vasto material já faz parte do meu fazer cotidiano. A escola, para além de lugar de trabalho, constitui-se também em “lugar de memória”, como afirmou Pierre Nora (1993).

De acordo com Maria Cristina Menezes (2005, p. 14), “o esforço em se preservar a memória das instituições, prática que se tem difundido amplamente entre os historiadores da educação, faz com que se vá além dos registros escritos, ao se considerar também os suportes que guardam esses registros, que trazem vestígios até então descartados”.

Os livros de ocorrência, fonte principal da presente pesquisa, podem ser consultados no Núcleo de Documentação e Memória, localizado no *Campus* Centro, do Colégio Pedro II. Repleto de um patrimônio documental singular, estas fontes de informação podem ser consideradas legados da história da educação brasileira, ecoando memórias que combatem o esquecimento. Por essa razão, como parte da memória e do patrimônio de um país, esses acervos, pertencentes às inúmeras instituições escolares, devem ser valorizados e preservados para que não sejam esquecidos e amontoados como depósitos de “velharias”, garantindo à sociedade o direito e o dever de memória.

Os arquivos escolares são espaços importantes na guarda de informações e se constituem em grandes potenciais informativos relacionadas ao funcionamento da instituição. Sua função é compreendida a partir das análises das “fontes”, ou seja, com a análise do material contido no arquivo é possível compreender os fenômenos educativos e os processos de socialização que ocorrem dentro da escola e na sociedade através do tempo (SOBREIRA, 2020, p. 73).

Procuramos “dar voz e, concomitantemente, dar a conhecer experiências que estes legados transmitem, atribuindo-lhes sentidos históricos” (ALMEIDA, 2021, p. 6). A partir dos livros de ocorrências, fontes de pesquisa presentes no arquivo escolar do Colégio Pedro II, percorremos esses escritos e, através deles, foi possível conhecer práticas educativas de outros tempos, outros professores, outros inspetores e alunos. Por meio desses livros, foi possível capturar um conjunto de ritmos, regras e pautas escolares que passaram a constituir um código disciplinar. Os castigos e os prêmios escolares fazem parte desse código, posto

em funcionamento pelos inspetores, professores e por outras autoridades lá presentes. Por meio dos castigos registrados nos livros de ocorrência, foi possível tecer múltiplos fios a partir de uma materialidade de suma importância para a História da Educação.

Com as informações extraídas dos oito livros de ocorrência, elaboramos uma tabela com o intuito de sintetizar as características encontradas neste suporte da escrita escolar. “Este objeto torna-se um instrumento que aproxima o pesquisador dos tempos, ritmos, hábitos da atividade escolar e possibilita compreender até que ponto o real se distancia do oficial ou o segue quanto à distribuição e uso anual, mensal, semanal e diário do tempo escolar” (VIÑAO FRAGO, 2008 apud CORDOVA, 2016, p. 3-4). Vejamos, a seguir, o quadro com a síntese dos livros investigados na presente pesquisa:

Quadro 8: Quadro 9: Síntese dos oito livros de ocorrências – aspectos extrínsecos

Livro 1 (1858-1859)	As ocorrências são individuais para cada aluno. Há um histórico desse aluno, ordenado por série. Cabeçalho com número e nome do aluno. Canto superior com a assinatura do Reitor e número da página. Para o ano de 1858, os alunos possuem página individualizada. Para o ano de 1859, as páginas são compartilhadas por 2 alunos. Livro destinado aos alunos meio pensionistas do Externato. Rubrica do Reitor em todas as páginas.
Livro 2 (1866-1870)	As ocorrências são da ordem do dia, seguindo uma ordem cronológica. O livro não está paginado. Há informações sobre a série do aluno, o seu nome, o dia da infração, o castigo recebido e o motivo do castigo. Contém a assinatura do Reitor até o ano de 1868. As ocorrências são individuais e coletivas. Livro destinado aos alunos meio pensionistas do Externato.
Livro 3 (1867-1872)	As ocorrências são da ordem do dia, seguindo uma ordem cronológica. Há informações sobre a série do aluno, o seu nome, o dia da infração, o castigo recebido e o motivo do castigo. Livro destinado aos alunos externos e meio pensionistas do Externato. Reitor Manoel Pacheco da Silva
Livro do Internato (1872)	Nome de todos os alunos matriculados no ano de 1872, em ordem alfabética. Cada aluno ocupa uma página do livro. Há conceitos de comportamento distribuídos durante o 1º e o 2º semestre. Não contém a assinatura do Reitor.

Livro 4 (1884-1885)	As ocorrências são da ordem do dia, seguindo uma ordem cronológica. As anotações são mais enxutas. Contém as assinaturas dos inspetores. Contém o visto do Vice-Reitor ao final das ocorrências. Possui destaques com nota de pesar. Aulas suspensas por esse motivo. Possui abertura e fechamento do ano letivo. Não especifica a categoria de alunos na folha de rosto. Possui assinatura do Reitor na folha de rosto. Reitor José Joaquim do Carmo. Registro de todas as ocorrências que se passaram no ano.
Livro 5 (1884-1885)	Segue o mesmo padrão do Livro 4, com as mesmas características. Mesmo Reitor na Direção.
Livro 6 (1886-1887)	Segue o mesmo padrão do Livro 4 e 5, com as mesmas características. Mesmo Reitor na Direção.
Livro 7 (1887-1889)	Segue o mesmo padrão do Livro 4, 5 e 6, com as mesmas características. Em 1888, o visto do Vice-Reitor não é mais notado no fim das ocorrências. Em março de 1888, ocorre a mudança do Reitor – Monsenhor Luiz Raimundo da Silva Brito – sacerdote.
Livro 8 (1891-1898)	Livro mais desgastado pelo tempo. Folhas muito quebradiças. 1892 – Assume a Direção José Veríssimo. Visto do Vice-Diretor em 1895. Marcação do luto com suspensão das aulas. Possível acesso dos discentes aos livros – várias marcações.

Fonte: Elaboração da autora

Como podemos observar no quadro acima, existem semelhanças e diferenças entre um livro e outro. No livro 1, encontramos ocorrências individuais para cada aluno, semelhante ao que foi encontrado no livro do Internato. A partir do livro 2, as ocorrências passam a ser da ordem do dia, seguindo o calendário escolar. Do livro 4 até o livro 7, é possível percebermos uma seriação entre os livros e seus estilos de escrita também são bem semelhantes. No último livro, que corresponde ao período em que a República já havia sido instaurada, encontramos diversas marcas de escrita, possivelmente dos alunos que conseguiram ter acesso a esse livro, uma vez que notamos diversas anotações livres em algumas páginas específicas.

De acordo com Certeau (1994), os indivíduos criam as suas próprias artimanhas, modificando coisas e maneiras do fazer cotidiano, burlando, assim, as normas e as regras prescritas naquele ambiente escolar.

Os livros de ocorrência, portanto, como produto da cultura escolar, possibilitam contribuições significativas para a escrita da História da Educação, uma vez que eles correspondem uma materialidade que vai além da sua função como um objeto destinado ao suporte das escritas escolares. Através deles, é possível compreendermos as relações entre os alunos, professores, inspetores e demais sujeitos ali envolvidos, bem como reunir informações entre o real e o oficial prescrito por meio do cruzamento das fontes históricas.

Dessa forma, procuramos realizar, nas próximas seções, todo o levantamento acerca dos personagens envolvidos nas tramas dos livros de ocorrência, bem como as causas e os tipos de castigos aplicados aos discentes, ao longo dos 40 anos investigados na presente pesquisa (1858-1898), de modo a perceber semelhanças e diferenças entre um livro e outro, entre o que foi prescrito e o que ocorreu na prática e, por fim, a rede de vigilância formada no interior da escola.

3.3 Os personagens presentes nas tramas dos livros de ocorrência

Na presente seção, iremos abordar os personagens que foram possíveis rastrear pelo fio presente nas ocorrências dos oito livros investigados. Mediante um olhar atento em meio das mais de três mil ocorrências, foi possível perceber a presença de determinados sujeitos em quase todos os livros aqui trabalhados, sendo eles peças chaves como os aplicadores e ordenantes dos castigos dos alunos. A escola, como uma instituição disciplinar, moldada em paralelo às prisões, como lugar controlado e destinado ao controle de corpos e mentes, para usarmos uma expressão utilizada por Michel Foucault (2013), abre um fecundo leque de vinculações com o que o referido autor aponta como sendo as sociedades disciplinares, ou com o que chama de relações de poder de tipo disciplinar, baseadas na necessidade de extensiva vigilância, normalização, exame ou controle. Cabe ressaltar que Foucault não está problematizando todo e qualquer tipo de disciplina, mas aquela que se estabelece no cotidiano das várias instituições. Assim, procuramos desvelar esses personagens, com o intuito de melhor conhecê-los, contribuindo para abrir outras perspectivas ao conhecimento histórico sobre o Imperial Colégio de Pedro II/Ginásio Nacional.

3.3.1 Os Reitores

Quando nos referimos aos Reitores, estamos buscando informações sobre aqueles que são os dirigentes máximos das instituições, ou seja, aqueles que regem, governam, administram ou dirigem determinado estabelecimento, que pode ser de ensino ou de ordem religiosa. No presente trabalho, os dados biográficos dos Reitores rastreados nos oito livros de ocorrência são poucos e, também, não é nossa intenção realizar uma investigação profunda sobre a vida de cada um deles. Interessa-nos saber se as anotações praticadas nos respectivos livros de ocorrência sofriam alguma interferência deles, no sentido de serem mais ou menos austeros e participativos com relação à questão disciplinar dos alunos. A ideia de reunir informações acerca dos Reitores encontrados se dá em função de melhor conhecê-los, evidenciando a atuação e a formação bastante eclética dos diferentes dirigentes aqui revelados.

Os Reitores do Imperial Colégio de Pedro II/Ginásio Nacional, além de estarem mais próximos do cotidiano escolar, convivendo, no dia a dia, com professores, alunos e demais funcionários, tinham a árdua tarefa de fiscalizar, controlar e disciplinar o “bom” funcionamento do estabelecimento. Os Regulamentos eram minuciosos e relativamente amplos ao determinarem as tarefas dos Reitores. A começar pelo Regulamento n.º 8, de 31 de janeiro de 1838, quando o Colégio ainda não era dividido em Internato e Externato. Competia ao Reitor:

- § 1º Nomear interinamente, e suspender os Inspetores de Alunos.
- § 2º Propor ao Ministro do Império os Professores de Saúde de partido.
- § 3º Contratar os Serventes necessários.
- § 4º Inspeccionar tudo o que respeita a Religião, costumes, ordem e estudos.
- § 5º Presidir o regime econômico do Colégio.
- § 6º Intimar, e fazer executar as ordens, determinações, e decisões relativas ao Colégio.
- § 7º Fazer, pelo menos, uma visita diária a enfermaria.
- § 8º Visitar por vezes o Refeitório no tempo da comida para observar os alimentos dos Alunos.
- § 9º Assistir de tempos a tempos, e inesperadamente as lições dos Professores.
- § 10º Correr as salas de estudos, especialmente no tempo da Oração comum.
- § 11º Visitar diariamente os Dormitórios e as diversas partes da Casa.
- § 12º Comunicar ao Vice-Reitor as transgressões graves, que possam ser atribuídas a negligência dos Empregados.
- § 13º Examinar todas as manhãs os relatórios dos diversos Inspetores de Alunos, que lhe serão entregues na véspera a noite pelo Vice-Reitor. Se pelo exame dos relatórios julgar conveniente, fará que venham a sua presença os Alunos para castigá-los severamente, repreendê-los ou exortá-los.
- § 14º Assistir com o Vice-Reitor todos os Domingos de manhã, em cada Sala de estudos, a leitura solene do mapa semanal do comportamento e trabalho dos alunos.
- § 15º Receber, e por si mesmo dirigir queixas, e reclamações ao Governo por

faltas, e transgressões cometidas pelos Empregados, que não puder demitir.

§ 16º Despedir o Aluno quando tenha cometido falta grave contra os costumes, Religião, disciplina, participando-o imediatamente ao Governo.

Os alunos assim despedidos poderão recorrer ao Ministro do Império.

§ 17º Presidir ao Conselho colegial, ao qual ouvirá na organização do Regimento interno, necessário para execução destes Estatutos.

§ 18º Em geral dirigir e administrar o Colégio, cujos empregados todos lhe serão subordinados, no que respeita a suas funções.

Art. 2º O Reitor na 1ª segunda-feira de cada mês congregará em Conselho Colegial o Vice-Reitor, Capelão, e Professores, para com eles se ocupar de tudo o que interessar ao Colégio, tomando nota das observações, que ocorrerem.

Art. 3º Mandará de três em três meses aos Pais dos Alunos, ou a quem suas vezes fizer, informações resumidas dos mapas semanais, e dos relatórios, que houver recebido, sobre o procedimento, progressos, e estado de saúde de seus filhos.

Art. 4ª Remeterá no fim do 5º e 10º mês do ano escolar ao Ministro do Império um relatório sobre a disciplina, estudos, e geralmente sobre o estado moral do Colégio, ajuntando-lhe notas circunstanciadas sobre cada um dos Alunos, tanto internos, como externos.

Indicarão essas notas seus nomes, naturalidades, idades, estado de seus Pais, empregos, a que se destinam, lugares, que tem obtido nas Aulas, e observações particulares sobre os seus progressos. (BRASIL, 1838, p. 61-63).

Como podemos ver, a lista de tarefas era imensa logo que o Colégio havia sido fundado. O Regulamento seguinte, de 1857, reduz bastante as competências do Reitor, como podemos ver abaixo:

Art. 70 § 1º A direção, e fiscalização imediata das aulas, e do procedimento que dentro delas tiverem os professores, e alunos, e bem assim toda a polícia indispensável a regularidade do ensino.

§ 2º A direção, e economia do estabelecimento a seu cargo, regulando-se para isso, enquanto outra coisa senão determinar, pelas disposições até hoje adotadas e que se acham estabelecidas no Decreto n.º 923 de 4 de março de 1852⁵⁴.

Art. 71. Incumbe-lhes igualmente dar instruções aos professores sobre a polícia interna das aulas, e aos empregados sobre a polícia, vigilância, e economia do estabelecimento, admoestando os professores que se deslizarem dos seus deveres, repreendendo os empregados negligentes, e mal procedidos, e suspendendo-os até quinze dias.

Art. 72. O Reitor poderá propor ao Inspetor Geral a nomeação de professores suplementares, quando julgar necessários, atento o grande número de alunos em uma aula, ficando tudo dependente da aprovação do Governo.

Art. 73. O Reitor do Externato será substituído por um Vice-Reitor, o qual será nomeado por Decreto dentre os professores do mesmo colégio, e no caso de falta repentina pelo tesoureiro, ou pelo secretário; e qualquer destes dará parte imediatamente ao Inspetor Geral para prover interinamente até que o Governo providencie (BRASIL, 1857, p. 20).

Os Reitores cumpriam um papel essencial de ligação da estrutura mais alta do poder - Ministro do Império e Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte - com a esfera menor, ou seja, com o corpo docente, discente e auxiliares das atividades

⁵⁴ Instruções para o regime econômico e administrativo do Colégio de Pedro II e fiscalização da sua receita e despesa.

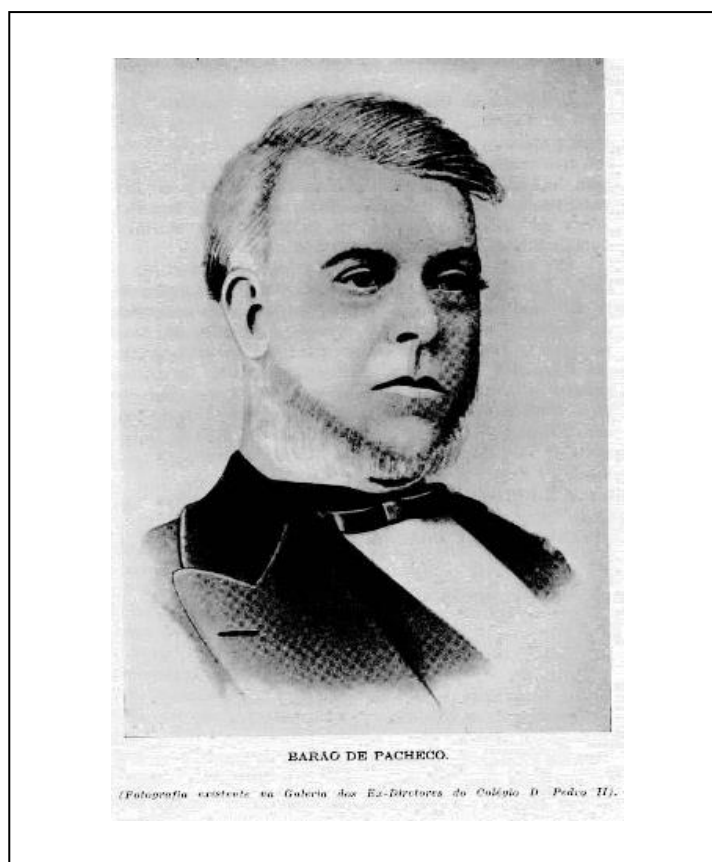
internas do Colégio - Vice-Reitores, secretários, tesoureiros, bedéis etc..

Cabia aos Reitores o envolvimento diário com as atividades burocráticas e disciplinares do Colégio: manter a ordem, promover o incentivo ao estudo, zelar pela disciplina e pelo bom comportamento, assistir vez por outra as aulas, participar das festividades, premiações e concursos, entre diversas outras atividades. Forma-se, portanto, uma vasta rede de controle, que abarcava desde a figura presente do Reitor/Diretor e seus auxiliares, até as figuras não tão presentes dos pais. Dessa forma, o controle sobre os alunos era completo, procurando-se valorizar as condutas consideradas positivas “evitando sempre todo o castigo deprimente da dignidade humana, e estabelecendo meios de provocar e desenvolver a emulação e os mais sentimentos nobres dos alunos” (BRASIL, 1890, p. 17).

Iniciando o percurso pelo livro 1 (1858-1859), verificamos que o Reitor que estava à frente da direção do estabelecimento de ensino (Externato) e, conseqüentemente, do referido livro era Manoel Pacheco da Silva. Este exerceu o cargo por dezoito anos.

Manoel Pacheco da Silva nasceu no Rio de Janeiro, em 6 de agosto de 1812, falecendo a 8 de abril de 1889, nessa mesma cidade. Médico formado pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1839 e, também, homem de letras, exerceu vários cargos públicos, dos quais destacamos: membro do Conselho Diretor da Instrução primária e secundária do Município da Corte e Inspetor Geral Interino, em 1835; um dos fundadores da Biblioteca Fluminense, criada em 11 de abril de 1847, na qual desempenhou o cargo de bibliotecário; membro da Junta Central de Higiene Pública e Reitor do Imperial Colégio de Pedro II; Diretor do Instituto Comercial do Rio de Janeiro, tendo sido nomeado em 1857 (ANAIIS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 1951, p. 9-10).

Figura 29: Reitor Manoel Pacheco da Silva



Fonte: Anais do Museu Histórico Nacional, v. XII, p.9, 1951.

Fernando Segismundo, ex-aluno e professor do Colégio Pedro II, escreveu algumas obras em que trazem à tona lembranças de professores, alunos, diretores e funcionários da instituição, desde a sua fundação. Na obra denominada *Grandezas do Colégio Pedro II*, Segismundo nos deixa algumas pistas a respeito do antigo Reitor, Manoel Pacheco da Silva:

Aludimos a um movimento de indisciplina dos alunos quando do reitorado do Dr. Pacheco. Na ocasião, era sub-reitor Frei José da Purificação Franco, de celebrada severidade. Ambos recorriam aos recursos legais para conter os exaltados. Aplicavam repreensões; ordenavam tarefas de trabalho nas horas do recreio; prendiam os recalcitrantes na célula ou cafua, obrigando-os a atividades escolares; e expulsavam os incompatíveis com a ordem preconizada (SEGISMUNDO, 1996, p. 146).

Além de conter a indisciplina e a rebeldia dos alunos, com os castigos já prescritos no Regulamento do Colégio, o Reitor Pacheco da Silva era reconhecido no interior da instituição como “tenaz, laborioso e vigilante”. Desde o período em que era Reitor, Pacheco da Silva já tinha que conter a circulação de publicações manuscritas e impressas organizadas pelos alunos do estabelecimento. Por serem censuradas, os alunos que fossem pegos eram,

então, punidos, como o que aconteceu com Alfredo D' Escragnolle Taunay e Silva Paranhos, em 1856. “Não fossem os escritos animar a radical desorganização disciplinar, quando cursavam, respectivamente, o primeiro e o segundo ano ginasiais, os doidivanos eram postos de joelhos a um canto da sala” (SEGISMUNDO, 1996, p. 14).

Em 1855, no Imperial Colégio de Pedro II substituiu o Reitor José de Souza Correa (1851-1855), sendo nomeado por Decreto de 28 de julho do referido ano. Assumiu o cargo até 24 de agosto de 1872, quando deixou a direção do Externato do Imperial Colégio de Pedro II para ser preceptor dos príncipes D. Pedro Augusto e D. Augusto Leopoldo, netos de D. Pedro II, filhos da princesa D. Leopoldina, que havia falecido em Viena, e do Duque de Saxe. Posteriormente, em 26 de agosto de 1872, entrou em exercício como Reitor do Externato do Imperial Colégio de Pedro II, o Reverendo Cônego José Joaquim da Fonseca Lima.

Durante o período em que há uma lacuna em nossa documentação (1872-1880), era Reitor do Externato, o Cônego da Capela Imperial, José Joaquim da Fonseca Lima - Coronel Chefe do Corpo Eclesiástico do Exército. Foi membro do Conselho Diretor da Instrução Primária e Secundária do município da Corte, tendo sido nomeado por Decreto em 27 de fevereiro de 1868. “Natural da Bahia, pertencia ao cabido da Catedral, desde 1864, protonotário *ad instar*, governador interino do Bispado do Rio de Janeiro. Gozava fama de bom pregador, chamado a missão em atos oficiais solenes. Tomou posse em 26 de agosto de 1872” (DÓRIA, 1997, p. 117).

Segundo Dória (1997, p. 120), antes do início do ano letivo de 1874, o Reitor Fonseca Lima, através de um Ofício datado de 5 de janeiro, solicitava a nomeação de mais dois inspetores de alunos, uma vez que no Externato, havia apenas cinco inspetores para lidar o dia inteiro, sem interrupção, com um total de 258 escolares. Para o Reitor, o resultado seria: “falta de paciência para resistir à tendência tão natural da mocidade de ir ao encontro às leis disciplinares, e daí a prepotência e um rigor de inspeção ditado pela cólera e pela vingança do que pelo amor do bem no regime escolar”.

Em contrapartida, foi no ano de 1874 que a turma de Bacharéis em Letras, ou seja, a turma formada por alunos que concluíram os sete anos de curso no Imperial Colégio de Pedro II seria agraciada, como forma de distinção, com um anel simbólico, cravejado de brilhantes. “Aplaudia Fonseca Lima a inovação da entrega da joia no ato da colação de grau, pois, entendia o Reitor do Externato ser aquela entrega, naquele ato, incentivo para maior concorrência ao grau de Bacharel em Letras” (DÓRIA, 1997, p. 120). O Reitor também

encorajava o seu corpo docente a fazer uso de igual joia ou outra insígnia durante a distribuição de prêmios e nas diversas solenidades em que tivessem de aparecer em corporação, ressaltando o valor e a nobreza de seus funcionários, via condecorações e distintivos.

Tais condecorações e distintivos já lhe devia de ser familiar, uma vez que pertenceu ao Corpo Eclesiástico do Exército. Inferimos que a joia na qual era entregue aos alunos formandos, além de servir de incentivo aos demais (corpo discente e docente do Imperial Colégio de Pedro II), assemelhava-se, no campo militar, às medalhas e ordens de cavalaria, prêmios que eram dados aos militares por seus atos de heroísmo em batalha ou pelos bons serviços prestados.

No ano de 1875, ainda como Reitor do Externato, o Cônego Fonseca Lima expediu a seguinte ordem:

O Senhor secretário matricule como aluno externo deste Externato no primeiro ano, depois de feitos os competentes exames de habilitação e independente de qualquer outro documento a S. Alteza o senhor D. Pedro de Alcântara - Externato do Imperial Colégio de Pedro II, 1 de fevereiro de 1875 - O Cônego José Joaquim da Fonseca Lima – Reitor. Obedeceu o Secretário, ao tempo, José Manoel Garcia, e, nas matrículas de 1875, figurou uma distinção especial do augusto patrono do Colégio: o príncipe D. Pedro Augusto, filho dos duques de Saxe, órfão de mãe, a princesa D. Leopoldina, e o pai, de residência na Europa. (REVISTA DA SEMANA, edição 37, p. 35, 1955).

O príncipe D. Pedro Augusto, durante o seu curso de bacharelado, sempre teve bom procedimento. Conforme destacou Dória (1997), “uma dama, dizia dele o seu inspetor Pereira dos Santos” (DÓRIA, 1997, p. 162). O autor destacou que sua Alteza D. Pedro Augusto era muito estimado pelos inspetores, entretanto, “um dia, ao correr no pátio do Externato, em ocasião indevida, excedeu-se o príncipe aluno, privado do recreio pelo inspetor Santos” (DÓRIA, 1997, p. 162). Naquela mesma ocasião, chegava à escola, em visita de praxe, o Imperador, que “detendo-se na sala do Vice-Reitor, questiona: ‘Onde está Pedrinho?’. De castigo, foi-lhe respondido. ‘Muito bem, muito bem, redarguiu o Imperador, nada de exceções, é aluno como outro qualquer’” (DÓRIA, 1997, p. 163).

Em 25 de outubro 1878, ainda durante a gestão do Reitor Fonseca Lima, segundo as informações contidas na obra de Dória:

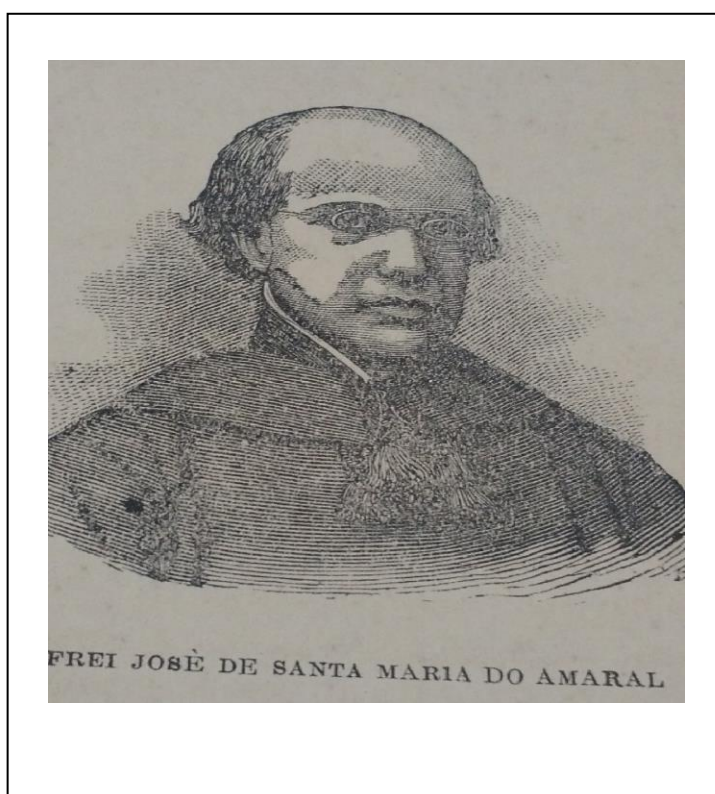
[...] o professor Goldschmidt pedia providências ao Reitor Fonseca Lima contra a falta de aplicação de dois alunos do 5º ano, cujos nomes declinava, ‘alunos estes que nunca estudam a lição, confiados nos seus colegas dos quais procuram obter cola’. Desejava o professor que fossem punidos, rogando a S.^a Ex.^a o Reitor que o

ajudasse não só para o progresso dos alunos, mas ainda para a moralidade do Colégio (DÓRIA, 1997, p. 129).

Infelizmente, não temos como saber se, de fato, a solicitação do então professor de alemão foi atendida, uma vez que não encontramos o livro de ocorrência durante o período em que Fonseca Lima foi Reitor da instituição de ensino.

No Internato, durante o ano de 1872, estava à frente da direção do estabelecimento o Frei José de Santa Maria Amaral. Este, monge beneditino, foi professor de Filosofia da instituição no período de 1851 até 1866, ocupando, posteriormente, o cargo de Reitor. Deixou a Reitoria no ano de 1874, sendo substituído interinamente pelo Monsenhor Felix Maria de Freitas e Albuquerque.

Figura 30: Reitor do Internato – Frei José de Santa Maria Amaral (1872)



Fonte: Revista Pedagógica, 1891, p. 14.

No período que abrange o livro 4 (1884-1885), já estava à frente do Externato outro Reitor. Tratava-se de José Joaquim do Carmo. Em 26 de julho de 1880, no jornal Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro, foi publicada a seguinte manchete:

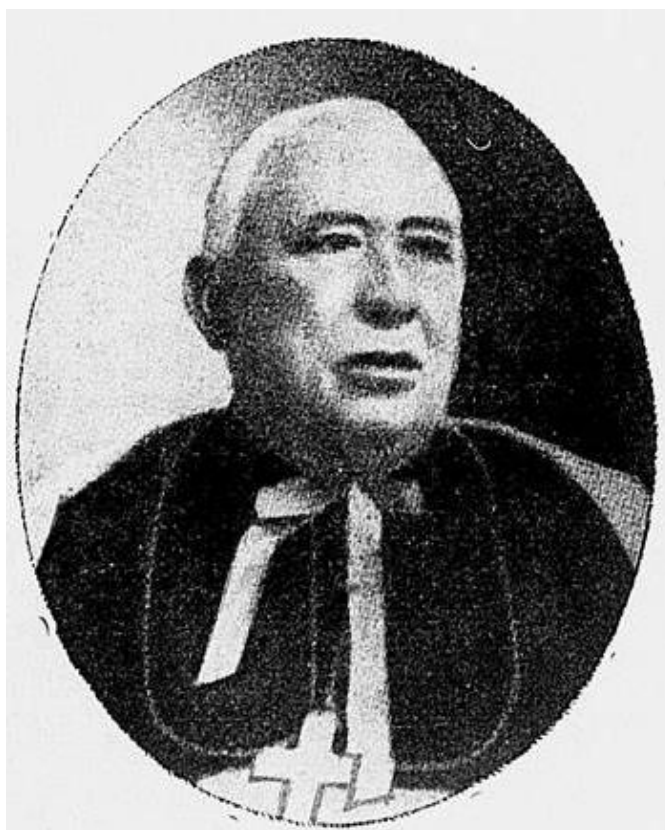
[...] por despacho imperial do dia anterior foram exonerados dos cargos de Reitores do Internato e Externato do Imperial Colégio de Pedro II o Dr. Cezar Augusto Marques e o Monsenhor José Joaquim da Fonseca Lima, sendo este último a seu pedido. Foram nomeados: Reitor do Internato do referido Colégio o Dr. Antonio Henriques Leal e Reitor do Externato do mesmo Colégio o bacharel José Joaquim do Carmo. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1880, edição 206, p. 1).

José Joaquim do Carmo já ocupava a função de Reitor do Imperial Colégio de Pedro II desde 1880, conforme notícia publicada acima. Seu nome também foi encontrado como docente de história do Lyceu de Instrução Popular de Nictheroy, em notícia publicada no mesmo periódico, no dia 7 de abril de 1880. Foi, também, membro da Associação Propagadora dos Cursos Noturnos, conforme edição n.º 17, em 17 de janeiro de 1881 e, Diretor do Curso Noturno gratuito de instrução secundária para o sexo feminino, de acordo com a edição n.º 150, de 30 de maio de 1887. Foi exonerado do cargo de Reitor do Externato do Imperial Colégio de Pedro II, por Decreto de 7 de março de 1888 conforme notícia publicada no mesmo mês. “Durante a República, foi professor da Escola Normal. No Império, era político liberal e foi Presidente de Província três vezes: do Paraná em 1864, do Espírito Santo em 1865 e do Pará em 1878” (REVISTA DA SEMANA, 1933, p. 16).

José Joaquim do Carmo foi substituído pelo Monsenhor Luiz Raymundo da Silva Brito, vigário geral da Diocese.

Nascido em 1840, na vila maranhense de São Bento, monsenhor Brito na província natal paroquiara freguesias, exerceu a Reitoria do Seminário, nele regendo cadeiras. Transferindo-se para a capital do Império, fora vigário em Niterói, vigário geral do bispado do Rio de Janeiro, professor de Religião da Escola Normal. Orador sagrado dos mais solicitados e ouvidos, Monsenhor Brito, de futuro, encerraria como Bispo de Olinda a lista dos Bispos de vida no Imperial Colégio de Pedro II, aí tendo por antecessores, Arrábida, Saraiva, Pinto do Rego e Benevides. (DÓRIA, 1997, p. 158).

Figura 31: Monsenhor Luiz Raymundo da Silva Brito



Fonte: Revista da Semana, 24 de agosto de 1940, p. 20

O Monsenhor Luiz Raymundo da Silva Brito exerceu o cargo de Reitor do Externato até o ano de 1891, quando foi então substituído pelo Paraense, José Veríssimo Dias de Mattos.

Figura 32: José Veríssimo Dias de Mattos



Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II

José Veríssimo não possuía vínculos religiosos e tinha vasta experiência no campo da educação, tendo sido nomeado para o referido cargo em janeiro de 1892. Este foi o ano em que as denominações de Reitor e Vice-Reitor foram substituídas pelas de Diretor e Vice-Diretor. Permaneceu à frente do então Gymnasio Nacional por sete anos, quando solicitou exoneração, em 24 de agosto de 1898. Posteriormente, assumiu a gestão do Externato o Dr. Francisco Carlos da Silva Cabrita, de agosto de 1898 até 1903.

Veríssimo fez parte de uma geração de pensadores que vivenciava no Brasil o processo de transição do Império para a República. Nesse contexto, como um porta-voz do norte do Brasil, preocupou-se com a instrução e a educação do povo, tornando-se referência da crítica.

Para Veríssimo, a civilização almejada durante o período republicano se efetivaria na medida em que todos os brasileiros fossem incluídos em ‘um projeto nacional de educação’ capaz de nos fazer iguais de norte a sul do país. Na verdade, Veríssimo acreditava, a princípio, que o Brasil republicano alargaria as oportunidades ao estender educação a todos (ARAÚJO, 2010, p. 306).

As resistências ao Regime Republicano ainda se faziam presentes no ano de publicação de seu livro *A Educação Nacional*, em 1890, mas, para José Veríssimo que integrava a intelectualidade da época, o retorno da monarquia parecia improvável.

Fortemente pautado por um novo tempo, revelava-se capaz de analisar e interpretar as deficiências do ensino brasileiro, propondo soluções para tais dificuldades. “Através do uso de uma linguagem austera, diante de ideias e temas que agitavam a recém-instaurada República, Veríssimo procurou chamar a atenção da opinião pública para o valor do cidadão e de sua consciência política” (ALVES, 2006, p. 16).

A palavra-chave, então, para entender o livro de José Veríssimo é *cidadão*. É com a formação do cidadão nacional que ele estava preocupado, e é nela que concentraria a atenção ao longo de suas páginas. As contribuições que recolheu do que ele denomina ‘pedagogistas’, assim como as bases filosóficas e científicas que buscava para fundamentar suas propostas, estavam todas comprometidas com esse mesmo objetivo. Essa compreensão é fundamental para se entender o seu esforço em mergulhar nas características da sociedade e do que ele chama de caráter do brasileiro (ALVES, 2011, p. 37).

Portanto, cinco Reitores se fizeram presentes durante o conjunto serial pesquisado, abrangendo os diferentes anos contidos nos livros de ocorrência. No entanto, não foi possível localizar o livro de ocorrência resultante da gestão de um dos Reitores do Externato – José Joaquim da Fonseca Lima – quando ele esteve à frente da instituição de ensino.

Dos quatro Reitores que se fizeram presentes no interior dos livros de ocorrência, apenas dois se destacaram: Monsenhor Luiz Raymundo da Silva Brito e José Veríssimo Dias de Mattos. Percebemos folhas com anotações de ambos os gestores da instituição, tanto no livro de ocorrência 7, quanto no livro de ocorrência 8.

No livro 7, uma situação envolveu um dos inspetores do Externato. O então Reitor, Monsenhor Brito, chama a atenção pelo fato de o inspetor Lima ter faltado ao seu serviço, sem pedir permissão ao mesmo, como no exemplo a seguir: “Estranho o Sr. Inspetor Lima ter deixado seu serviço sem prévia permissão. Espero que não se reproduza. Em 20 de outubro de 1888, Monsenhor Brito, Reitor” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 7, 1888, p. 71). Portanto, o inspetor Lima cometeu uma infração, pois, não poderia ter se ausentado do Colégio sem a permissão do Reitor. Ao que podemos perceber, a mudança na Reitoria do Imperial Colégio de Pedro II fortaleceu a autoridade do Reitor, que parecia estar mais apagada nos livros anteriores. Levantando algumas hipóteses a esse respeito, essa firmeza e austeridade podem estar aqui relacionadas ao fato de ser o Reitor do período abrangido pelo livro 7 um membro da Igreja Católica.

No jornal intitulado “A Gazeta da Pharmacia: órgão independente, informativo e defensivo dos interesses da Pharmacia”, encontramos a seguinte informação:

[...] O Instituto Farmaceutico do Rio de Janeiro foi inaugurado a 29 de julho de 1858. [...] O dia 21 de janeiro de 1884 foi uma grande data para aqueles que devotadamente trabalhavam em prol da emancipação do estudo de farmácia. É que nesse dia celebrou-se a primeira sessão do Instituto Farmacêutico na Igreja de São Joaquim, cedida pelo Governo Imperial, para nela ser instalada a nova Escola de Farmácia. (A GAZETA DA PHARMACIA, 1942, p. 2).

O então Reitor do Imperial Colégio de Pedro II, Monsenhor Luiz Raymundo da Silva Brito, não estava satisfeito com o funcionamento do Instituto Farmacêutico nas dependências da Igreja de São Joaquim. Sacerdote, orador sagrado e afetado por um profundo sentimento religioso, o Monsenhor Brito solicitou ao Governo Imperial a desocupação do prédio contíguo ao estabelecimento onde, então, funcionava o Instituto Farmacêutico. Solicitava a reabertura da Igreja de São Joaquim anexa ao Colégio.

Dizia ser profanação dolorosa a continuar um templo antigo, objeto de veneração de maiores, transformado em laboratório farmacêutico, como se a cidade não possuísse lugar mais próprio para ser despojada do que a Casa de Deus e não igreja interdita, que nunca o fora, e sim aberta à profanação. A restituição da parte ocupada pelo Instituto Farmacêutico trazia a vantagem de alargar e regularizar as propriedades dos serviços internos do Colégio, reabrindo um templo à piedade cristã (DÓRIA, 1997, p. 158).

O templo foi restabelecido e nele reorganizada a irmandade de São Joaquim, realizando o desejo de um antigo Reitor, o Monsenhor José Joaquim da Fonseca Lima e, do então atual Reitor, o Monsenhor Brito. No ano de 1888, foram restabelecidas as solenidades religiosas e os Bacharéis em Letras puderam ouvir a missa do Espírito Santo na velha igreja.

Monsenhor Luiz Raymundo da Silva Brito e José Veríssimo Dias de Mattos, os dois Reitores de destaque nos livros de ocorrência aqui trabalhados, chamavam a atenção dos inspetores sendo que, no livro 7, não se tratava de uma chamada no sentido de repreendê-los por seus atos, mas sim, no sentido de lhes passar instruções quanto as tarefas a serem executadas. No livro 8, ao contrário, tratava-se de repreender um dos inspetores de alunos. Vejamos, a seguir, as informações contidas em ambos os livros (7 e 8), a começar pelo livro 7 (1887-1889):

Figura 33: Transcrição da folha 34, Livro 7 (1887-1889)

Aos Senhores inspetores,

Em bem da disciplina e fiscalização dos alunos, os senhores inspetores observarão o seguinte:

Em cada dia, um só inspetor será encarregado de fiscalizar os corredores e pátios, ainda durante as horas de aula, não consentindo alunos parados pelos corredores, ou forma de qualquer ato inconveniente. O Senhor Inspetor, a quem for marcado este serviço, virá neste dia antes da hora de abertura do Colégio, 15 minutos, para tomar a responsabilidade de ter conseguido (ilegível).

Para este serviço serão os Senhores Inspetores distribuídos por detalhe na seguinte ordem, começando a fazê-lo no dia 27 do corrente: 1º - Alves; 2º - Baptista; 3º - Lima; 4º - Mondaini; 5º - Silva.

Para (ilegível) os escândalos provenientes de alguns alunos, que infelizmente esquecidos dos princípios de boa educação, tiram e perdem os objetos de seus companheiros, determino que o compartimento destinado para a guarda de chapéus, esteja sempre fechado.

Na primeira hora de entrada, um criado designado pelo Vice-Reitor e, em sua falta, pelo inspetor do dia, abrirá a porta e assistirá enquanto os alunos depositam os chapéus, fechando-a depois, depositando a chave na mesa dos Senhores Inspetores.

Por ocasião da retirada dos alunos, os Senhores Inspetores, cuja turma tiver de retirar-se, abrirá a porta e inspecionará pessoalmente para evitar qualquer troca ou prejuízo, restituindo após a chave ao lugar de seu depósito.

Recomendo aos Senhores Inspetores, que no (ilegível) empenho, em que (ilegível) é grato aplicar, os tenho visto se (ilegível) por cumprir (ilegível) seus deveres, procurando ainda observar fielmente esta ordem.

Externato de P. 2º - 26 de junho de 1888.

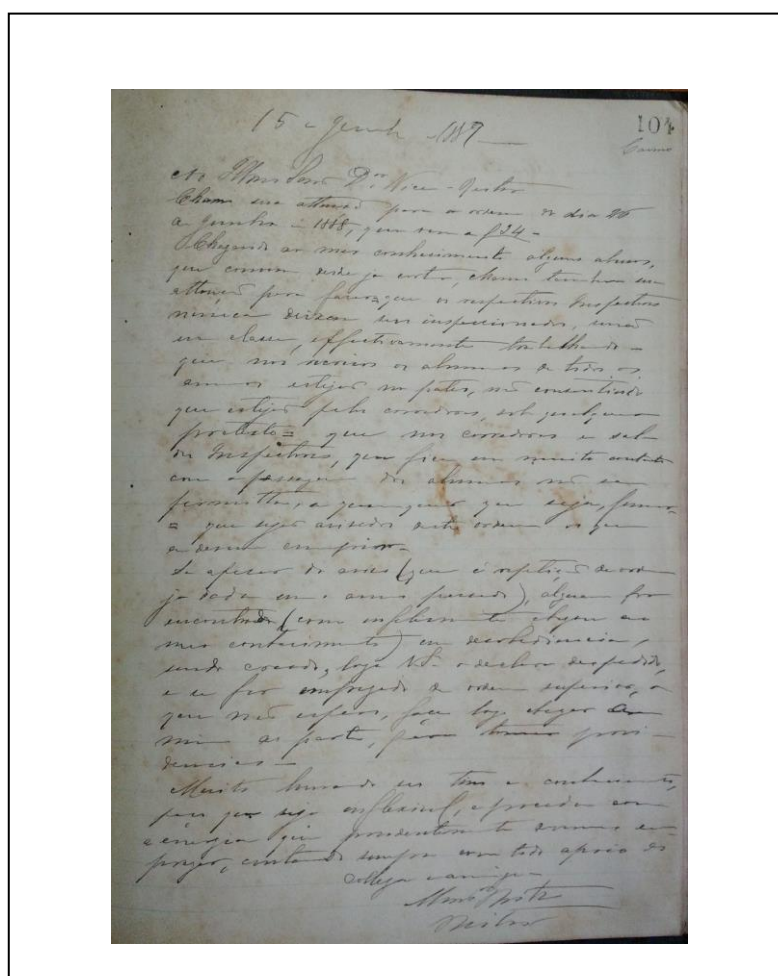
Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 7 de ocorrência (1887-1889).

Como podemos ver acima, o então Reitor Brito, redige, em forma de carta, orientações aos inspetores para manter a vigilância nos corredores e pátios do Colégio, determinando que estes chegassem 15 minutos antes do horário de abertura dos portões da escola. Deveriam eles evitar aglomerações de alunos nestes dois locais, durante a entrada dos alunos para as aulas. Cada dia da semana seria a fiscalização desses dois locais designada a um determinado inspetor, seguindo a ordem emitida pelo Reitor. Além de fiscalizar os corredores e pátios, estes deveriam zelar pela segurança dos compartimentos destinados a guarda dos chapéus dos alunos, caso o criado designado pelo Vice-Reitor não comparecesse

ao estabelecimento. Os compartimentos deveriam ser trancados com chave, evitando, assim, o desaparecimento dos acessórios utilizados pelos alunos. Há trechos que estão ilegíveis e, portanto, todo o teor das orientações não pôde ser compreendido. A grosso modo, identificamos uma ordem emanada pelo Reitor, devendo esta ser seguida e cumprida pelos inspetores.

Mais uma página foi escrita pelo Reitor Brito, em 15 de junho de 1889, chamando a atenção do Vice-Reitor para a ordem que já havia sido dada em 26 de junho de 1888, conforme vimos acima. Infelizmente, a leitura da mesma não pôde ser totalmente compreendida porque há vários trechos ilegíveis. Porém, é importante destacar que o Reitor Brito imprime a sua marca no livro, uma vez que ele interage, por meio do livro de ocorrência em questão, não só com os inspetores, mas, também, com o seu Vice-Reitor, mantendo constantemente a vigilância sob os seus subordinados.

Figura 34: - Folha 104, Livro 7 (1887-1889)



Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 7 de ocorrência (1887-1889)

Além das duas anotações realizadas pelo Monsenhor Brito, já destacadas anteriormente, veremos abaixo as informações extraídas do livro 8, durante a gestão de José Veríssimo. Notamos que o livro 8 possui registros de diversos inspetores emitindo várias opiniões a respeito do comportamento dos alunos da instituição. Assim, temos o seguinte registro:

Designado pelo Sr. Dr. Vice-Reitor para substituir meus colegas em suas faltas, tive ocasião de observar o quanto são em geral indisciplinados os alunos deste estabelecimento. Todavia, seria de lastimar se em compensação não os houvesse dignos e credores de estima. Em testemunho desta asserção basta a leitura das partes diárias, feitas durante o ano letivo.
Externato do Gymnasio Nacional, 30 de novembro de 1892. O inspetor de alunos, Marcellino Sampaio Castello Branco (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1892, p. 98 verso).

Diante do fato ocorrido, o então Diretor José Veríssimo Dias de Mattos responde ao inspetor substituto, lançando mão de sua maior marca: a crítica. “Sendo um homem preocupado com a Educação, utilizou-se sempre da crítica como instrumento de orientação de seus pensamentos e suas ações” (ALVES, 2006, p. 20). Infelizmente, parte do trecho inicial está cortado. Mas, ainda sim, é possível fazer a seguinte leitura:

[...] não é lícito qualificar de indisciplinados os alunos de um estabelecimento onde, havendo perfeita ordem, como atestam os professores lentes, não tive uma só vez de intervir para restabelecer a disciplina por qualquer falta perturbada, bem de lançar mão de qualquer das punições elencadas no regulamento. Outrossim, o mesmo Sr. Inspetor excedeu o seu direito, pois apenas devia narrar ocorrências ou articular faltas eximindo-se de fazer apreciações gerais. José Veríssimo Dias de Mattos (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1892, p. 99).

Como podemos notar, as relações que se estabeleciam no cotidiano escolar não estavam isentas de conflitos e tensões. Não só os alunos eram castigados com repreensões, admoestações, entre outros tipos de castigos quando transgrediam as regras lá vigentes. Como vimos acima, o inspetor de alunos, um dos responsáveis por manter a ordem no interior do estabelecimento, foi duramente criticado por sua conduta. Conforme expôs Veríssimo, o inspetor “excedeu o seu direito”, ultrapassando os limites que lhe cabia na função de inspetor de alunos.

Nos demais livros de ocorrências (1 a 6), não notamos vestígios da presença do Reitor de forma tão incisiva no Imperial Colégio de Pedro II/Ginásio Nacional. Sua presença só foi notada, em alguns dos livros, como “mandantes dos castigos” a serem aplicados aos alunos.

3.3.2 Os inspetores de alunos

Nesta subseção, iremos rastrear os inspetores que fizeram parte da vigilância contínua do comportamento dos alunos, mediante o alcance dos oito livros de ocorrência.

Competia, aos inspetores de alunos, de acordo com o Regulamento n.º 8, de 31 de janeiro de 1838, as seguintes funções:

Art. 23º Ao Inspetor de Alunos compete:

§ 1º Repartir a sua Classe em tantas subdivisões, quantas julgar necessárias: entregando a direção de cada uma delas ao Aluno, que lhe merecer confiança. Este será responsável pelo comportamento da subdivisão a seu cargo.

§ 2º Formar um relatório diário do que houver acontecido em sua Classe, no qual dê sumariamente conta do comportamento, e aplicação dos Alunos.

§ 3º Organizar nos sábados um mapa sobre o procedimento, e trabalho de cada um dos Alunos.

§ 4º Entregar no sábado a noite esse mapa, e todos os dias a noite seus relatórios ao Vice-Reitor.

§ 5º Tomar conhecimento do trabalho prescrito aos Alunos pelos Professores, e cuidar em que sejam feitos com exatidão.

§ 6º Tomar aos Alunos as lições, que devem decorar e examinar os trabalhos escritos, que houverem feito; lançando, quanto ser possa, em folha separada, que entregarão aos respectivos Professores, o seu juízo sobre eles.

§ 7º Acompanhar os Alunos todas as vezes, que saírem a passeio.

§ 8º Vigia-los a entrada, e saída das aulas, das salas de estudo.

§ 9º Examinar por vezes os livros dos Alunos e ver se todos tem sido autorizados pelo Reitor.

Art. 24º Não podem os Inspetores de Alunos deitar-se antes que se tenham assegurado de que todos os Alunos estão acomodados, e dormindo; e não sairão do Colégio sem licença do Reitor.

Art. 25º Devem eles ter sempre em vista que de sua vigilância, e firmeza, assim como de sua moderação depende essencialmente a boa educação dos Alunos (BRASIL, 1838, p. 66-67).

A lista de atribuições dos inspetores também é bem extensa, assim como a lista que vimos anteriormente relacionadas às tarefas do Reitor. Fica claro que os livros de ocorrência que constituem o nosso *corpus de pesquisa* são os relatórios diários que os inspetores deveriam apresentar a seus superiores. Os inspetores eram subalternos e auxiliares imediatos do Vice-Reitor, sendo eles nomeados por Portaria do Ministro, mediante proposta do Reitor.

Procurando saber quem eram os inspetores que cuidavam da vigilância dos alunos no período abrangido pelos oito livros, encontramos algumas pistas, tais como, assinaturas, menções sobre eles em algum registro, como este a seguir, localizado no livro 1 (1858-1859): “Desrespeitar ao Inspetor Aguiar e dirigir-lhe insultos” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 1, 1858, p. 6). Como podemos notar, o inspetor foi mencionado pelo seu sobrenome – Aguiar – que, provavelmente, estava à frente da disciplina no ano de 1858.

Com o intuito de confirmar a função exercida por Aguiar, foram desvendadas algumas pistas sobre o pessoal administrativo do Colégio Pedro II durante o ano de 1858 e, dessa forma, foi possível rastrear três inspetores no Livro de nomeação do Colégio, como consta a seguir:

Tabela 3: Livro de nomeação de funcionários do Colégio Pedro II (1858-1909)

Nome do funcionário	Função	Data da nomeação
Gabriel de Medeiros Gomes	Professor de Gramática Nacional e Latim	24/10/1857
João Antonio Gonsalves da Silva	Professor de História Antiga e Média	26/02/1858
Antonio Jose de Sousa	Professor de Latim	26/02/1858
Emílio Joaquim da Silva Maia	Professor de Zoologia, Botânica, Mineralogia e Geologia	26/02/1858
Guilherme Thompson Viegas Tourinho Rangel	Inspetor dos alunos do Externato	26/01/1858
Carlos Augusto da Costa Aguiar	Inspetor dos alunos do Externato	26/01/1858
Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro	Professor de Retórica Poética	26/02/1858
Luiz José de Carvalho	Inspetor dos alunos do Externato	19/04/1858
Padre Felix Maria de Freitas Albuquerque	Capelão	16/04/1858
Luiz Vicente de Simoni	Professor de Italiano	22/04/1858
Continua...	Continua ...	Continua ...

Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II.
Livro de nomeação de funcionários (1858-1909)

Conforme podemos observar na tabela acima, três inspetores de alunos são nomeados em 1858: Guilherme Thompson Viegas Tourinho Rangel, Carlos Augusto da Costa Aguiar e Luiz José de Carvalho. Confirmamos, portanto, um dos inspetores citados no livro 1 – Carlos Augusto da Costa Aguiar.

Retomando a legislação para maiores detalhes a respeito dos inspetores, regressamos ao ano de 1838, uma vez que o Decreto n.º 1556, de 1855 e o Decreto n.º 2006, de 1857, próximos do período do livro 1 não revelavam especificidades sobre os mesmos. Assim, de acordo com o artigo 20 e 21, do Regulamento n.º 8, temos:

Art. 20 – Os alunos serão repartidos em classes de 30 a 35 cada uma, e, quanto ser possa, dos que forem da mesma idade, e da mesma aula. A direção, e vigia de cada classe será confiada a um inspetor de alunos.

Art. 21 – O número de inspetores de alunos será sempre superior ao das classes, de maneira que possam ser substituídos sem prejuízo da educação, no caso de impedimento, ou falta. (BRASIL, 1838, p. 60).

Pelos artigos mencionados, nota-se estar previsto que cada inspetor vigiaria uma determinada classe e que a quantidade de inspetores deveria ser sempre maior que o número de classes. No Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, referente ao ano de 1859, encontramos os seguintes nomes de inspetores: Guilherme Thompson Viegas Tourinho Rangel, Luiz José de Carvalho e Carlos Augusto da Costa Aguiar. Dos três mencionados, apenas o último foi localizado no livro 1 de ocorrência. Não localizamos no referido Almanak inspetores de alunos para o ano de 1858.

No livro 2, quatro inspetores de alunos são mencionados, uma vez cada um, sendo dois inspetores mencionados pelo sobrenome – Aguiar e Brito – e dois por seus nomes e sobrenomes – Pedro Baptista e Alexandre Mondaine.

Em 1866, apenas três inspetores de alunos estão registrados no Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o Externato: Luiz José de Carvalho; Carlos Augusto da Costa Aguiar e João Bernardo de Brito (ALMANAK, 1866, p. 78). Os dois últimos, pelos seus respectivos sobrenomes, parecem ser os inspetores que são citados no livro de ocorrência 2.

Para o ano de 1867, 1868 e 1869 os mesmos inspetores acima são citados no Almanak, com o acréscimo de mais um: Guilherme Thompson Viegas Tourinho Rangel. Não há citações deste último inspetor no livro de ocorrência. Este nome, inclusive, já havia sido citado no referido Almanak em 1859.

Em 1870, também com um total de quatro inspetores de alunos no Externato, permanecem os mesmos já citados, sendo o Guilherme Thompson Viegas Tourinho Rangel substituído por Alexandre Mondaine. Este último confere com o inspetor citado no livro de ocorrência 2. Ou seja, dos quatro inspetores mencionados no livro de ocorrência 2, três conferem com os inspetores registrados no Almanak, com exceção de Pedro Baptista. Este aparece no Almanak como membro efetivo do corpo administrativo escolar somente em 1871, tendo ocupado possivelmente uma das vagas deixadas pelos inspetores anteriores Luiz José de Carvalho ou João Bernardo de Brito. Como o livro de ocorrências 2 contém as ocorrências dos alunos até o dia 12 de outubro de 1870, é possível que Pedro Baptista já estivesse em exercício, antes de sua nomeação como inspetor efetivo, pois seu nome já aparecia citado no livro de ocorrência para o ano de 1870.

Em meio a tantos inspetores, sendo que estes deveriam estar em número superior ao de classes de alunos, vamos aqui destacar a quantidade de inspetores presentes em cada ano dos livros 2 (1866-1870) e 3 (1867-1872), que abrangem, praticamente, o mesmo período.

No ano de 1866, havia três inspetores no Externato. De 1867 até 1869, eram quatro inspetores - Luiz José de Carvalho; Carlos Augusto da Costa Aguiar, João Bernardo de Brito e Guilherme Thompson Viegas Tourinho Rangel. Em 1870, permanece o mesmo número de inspetores, tendo ocorrido uma substituição, pois saiu Guilherme Thompson Viegas Tourinho Rangel e entrou Alexandre Mondaine. Nesse mesmo ano, no livro 3, encontramos o nome do inspetor Baptista. Este, como dito anteriormente, só aparece no Almanak como membro efetivo do corpo administrativo escolar em 1871. Porém, sua atuação já era notável em 1870, de acordo com o livro de ocorrências.

Para o ano de 1871, temos os seguintes inspetores: Carlos Augusto da Costa Aguiar; Alexandre Mondaini; Pedro Pinto Baptista e José Joaquim da Costa Campos. Em 1872, permaneceram os mesmos inspetores. O Decreto nº 5.120, de 24 de outubro, aumentou o número de inspetores de quatro para cinco, tanto no Externato quanto no Internato. No Internato, eram inspetores: Cesar Augusto da Camara; Frederico José Vaz Pinto; José Candido de Oliveira Cabral; José Pinto da Silva Leal e Joaquim José Alves.

Vejamos, a seguir, os inspetores mencionados no livro 3:

Tabela 4: Inspetores e suas séries - Livro 3 (1867-1872)

Ano	Inspetor	Qtd de vezes mencionado	Série (ano) responsável
1870	Baptista	5	2º, 4º, 5º, 6º
1871	Baptista	1	Não mencionado
	Campos	1	1º, 2º
1872	Aguiar	4	1º, 2º
	Alexandre Mondaini	8	1º, 2º, 3º, 4º
	Baptista	4	2º, 3º, 7º
	Campos	2	2º
	Leal	14	1º, 2º, 3º, 4º, 5º

Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 3 de ocorrência (1867-1872).

Na tabela acima, podemos notar que, no ano de 1870, apenas um inspetor é mencionado no livro, retratado por seu sobrenome – Baptista. Como vimos anteriormente, ele era Pedro Pinto Baptista, que se tornaria membro efetivo da instituição apenas em 1871, mas, já atuava como inspetor, responsabilizando-se pelo 2º, 4º, 5º e 6º anos, de acordo com as informações coletadas no livro 3.

Em 1871, Baptista aparece novamente nos registros, assim como o inspetor Campos. Ambos os nomes conferem com os inspetores listados no Almanak. Campos, no entanto,

responsabilizava-se pelo 1º e 2º anos. No ano seguinte, é possível notar que dois nomes permaneciam como inspetores, embora constasse outros diferentes nomes no Almanak. Dos cinco nomes visualizados no livro 3, em 1872, apenas um confere com a listagem do Almanak: José Pinto da Silva Leal. Os demais faziam parte da listagem do Almanak no ano anterior (1871). Uma hipótese pode ser aqui levantada. Embora o ano letivo tenha mudado, a troca de inspetores poderia levar algum tempo para se realizar, em razão da elaboração de suas respectivas nomeações e suspensões advindas de decisões do Reitor do estabelecimento.

Ainda de acordo com a tabela, é possível notar que o inspetor Leal foi o mais mencionado no ano de 1872, estando à frente do 1º ao 5º anos, ou seja, ele era o inspetor mais “sobrecarregado” do referido ano.

No livro do Internato, referente ao ano de 1872, encontramos menções dos seguintes inspetores: Vaz Pinto, Cesar da Camara e Maciel. Ou seja, dos cinco inspetores registrados no Almanak, apenas dois conferem com o único livro de ocorrência do Internato. Não localizamos o nome Maciel.

Embora o livro 3 abranja o período de 1867 a 1872, na tabela acima só destacamos os inspetores que foram mencionados no referido livro de ocorrência. Este critério está sendo utilizado para todos os livros aqui tratados.

Para o período de 1867 a 1869, não encontramos, no livro de ocorrência, nenhuma pista a respeito dos inspetores em atividade para confrontar com outra fonte de informação, como fizemos utilizando o Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro.

O livro 4 (1884-1885) trouxe diversas assinaturas dos respectivos inspetores, o que nos levou a inferir que cada um deles era responsável por uma determinada classe de alunos ou turma de alunos, usando o termo corrente. Esta informação se confirma quando cruzamos as respectivas séries com as respectivas assinaturas dos inspetores, conforme tabela a seguir:

Tabela 5: Inspetores e suas séries - Livro 4 (1884-1885)

Ano	Inspetores/Bedel	Qtd. de vezes mencionado	Série responsável
1884	A. M. Pereira dos Santos	65	1º, 2º, 3º, 4º anos, 1º ano 2ª seção, 2º ano 1ª seção
	Aguiar	1	5º, 6º, 7º anos
	Alexandre Mondaini	61	1º ano, 1º ano 2ª seção, 2º ano
	Baptista	17	1º ano 1ª seção, 1º ano 2ª seção, 2º ano, 2º ano 1ª seção
	D. S. Lima	5	4º, 5º anos
	J. I. Pereira de Lima	39	1º ano 1ª seção, 1º ano 2ª seção, 2º ano 1ª seção
	Leal, Bedel	1	7º ano
1885	A. M. Pereira dos Santos	163	1º ano 3ª seção, 3º ano
	Aguiar	21	6º e 7º ano
	Alexandre Mondaini	21	2º ano
	Alexandre Mondaini e Diogenes de Medeiros	50	2º e 3º ano
	Baptista	7	5º ano
	D. S. Lima	20	3º, 4º e 5º ano
	Diogenes de Medeiros	23	1º ano 1ª seção, 1º ano 2ª seção, 2º ano, 2º ano 2ª seção
	Fraga	32	2º ano 1ª seção, 3º ano
	J. I. Pereira de Lima	118	1º ano, 1º ano 1ª seção, 1º ano 2ª seção
	Leal, Bedel	6	1º ano 3ª seção
	Manoel José da Silveira	15	1º ano 3ª seção, 4º ano

Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 4 de ocorrência (1884-1885).

Como podemos visualizar na tabela acima, seis nomes de inspetores são mencionados e um nome é apontado como Leal, Bedel no ano de 1884. Fomos checar as informações acima no Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (1884, p. 1264). Nele encontramos os seguintes nomes: José Pinto da Silva Leal, como o Bedel e os inspetores de alunos: Carlos Augusto da Costa Aguiar; Alexandre Mondaini, Pedro Pinto Baptista, Joaquim José de Oliveira Alves, Antonio Manoel Pereira dos Santos e Domingos da Silva Lima. Este último era capitão. Quase todos os nomes relacionados conferem com a listagem do Almanak, exceto um: Joaquim José de Oliveira Alves. Este só foi encontrado em páginas específicas, como aquelas, em que estampavam numa moldura,

uma notícia sobre falecimento. Lá constava sua assinatura, mas, no dia a dia não foi mencionado no livro 4. Encontramos, outro nome, assinado como J. I. Pereira de Lima. No Almanak, localizamos o nome de João Inocêncio Pereira Lima como preparador e conservador do Gabinete de Ciências Naturais, exercendo a função de 1880 até 1882. O nome encontrado no livro 4 parece ser o do preparador, que nos anos de 1884 e 1885 exercia uma outra função – a de inspetor de alunos.

Também, percebemos no próprio Almanak que, com o passar dos anos, o número de inspetores no Externato aumentava. No livro 3, vimos que havia cinco inspetores em 1872. Esse número permanece até 1874. No ano seguinte, encontramos sete nomes de inspetores de alunos no referido Almanak Administrativo. Esse número se mantém até o ano de 1878. Em 1879, o número de inspetores volta a cair para cinco e mantém o quantitativo até 1881. Posteriormente, esse número passa a ser de seis inspetores e assim permanece até o fim do Império.

Na tabela acima podemos ver que o inspetor Antonio Manoel Pereira dos Santos é o mais “sobrecarregado”, com mais turmas a zelar para garantir a disciplina e a ordem dentro do estabelecimento. Também notamos que quatro inspetores distintos se responsabilizaram pelo 1º ano 2ª seção, o que nos leva a inferir que havia quatro turmas de 1º ano, correspondentes a 2ª seção. Tanto o 1º ano, quanto o 2º ano, foram divididos em seções (1ª e 2ª), de acordo com as informações coletadas no livro 4.

Estas informações são novas, uma vez que não foram encontradas nos livros anteriores. Para as turmas do 2º ano, três inspetores distintos aparecem nos registros, o que nos leva a inferir que havia três turmas de 2º ano, correspondentes à 1ª seção.

Fomos conferir a informação sobre as seções a que se referem o livro 4. Encontramos, o Decreto n.º 6.130, de 1º de março de 1876, que, juntamente com o livro de registro de toda correspondência do Reitor do Externato do Imperial Colégio de Pedro II com a Inspetoria da Instrução Pública, localizado no NUDOM (1858 a 1883) parecem esclarecer a questão referente às seções. Determinava o regulamento que cada aula poderia ser dividida em seções toda a vez que o número de seus alunos excedesse de 60 e, se subisse de 90, era forçosa a divisão, encarregando-se a regência da aula suplementar a um dos professores substitutos, criados pelo mesmo Regulamento, e que serviam de inspetores de alunos quando não estavam no exercício do magistério. Com essa informação, nossa inferência anterior se confirma, havendo mais de uma turma em consequência do grande número de alunos. Segundo Dória (1997, p. 154), “[...] as turmas suplementares eram quase sempre destinadas

a subdividir o ensino no 1º ano”.

Para o ano de 1885, fomos conferir no Almanak Administrativo quem eram os inspetores. São eles: Carlos Augusto da Costa Aguiar, Alexandre Mondaini, Pedro Pinto Baptista, Joaquim José de Oliveira Alves, Antonio Manoel Pereira dos Santos e Domingos da Silva Lima. O bedel continuava sendo José Pinto da Silva Leal, ou seja, eram os mesmos inspetores registrados no ano anterior, num total de seis. Ao olharmos para a nossa tabela, verificamos que mais quatro nomes aparecem: Diogenes de Medeiros, Fraga, J. I. Pereira de Lima e Manoel José da Silveira, esse último era tenente. No ano de 1887, Manoel José da Silveira passou a fazer parte do grupo de inspetores do Externato, tendo saído Carlos Augusto da Costa Aguiar. Como podemos ver, Manoel José da Silveira só passou a ser inspetor efetivo em 1887, porém, como vimos, ele já atuava desde 1885, sendo responsável pelo 1º ano 3ª seção e pelo 4º ano. O inspetor J. I. Pereira de Lima, conforme dito anteriormente, parece ser o preparador e conservador do Gabinete de Ciências Naturais, conforme localizado no Almanak, em 1880. De acordo com o livro 4, podemos observar que ele mudou de função, sem fazer parte, de forma efetiva, do grupo de inspetores. Outros dois nomes, porém, não foram localizados: Diogenes de Medeiros e Fraga. Estes, poderiam ser professores substitutos, que, enquanto não estavam em exercício, poderiam servir de inspetores de alunos.

No Almanak Administrativo, seis nomes de inspetores foram listados, porém, na tabela acima, contabilizamos um total de onze pessoas à frente das diferentes séries do Colégio Pedro II para manter a disciplina e a ordem no estabelecimento. Antonio Manoel Pereira dos Santos e João Inocêncio Pereira de Lima são os dois mais mencionados no livro 4, embora Diogenes de Medeiros possuísse mais séries, em número, para inspecionar. Também, foi possível observar que havia duas turmas de 1º ano 1ª seção, duas turmas de 1º ano 2ª seção e três turmas de 1º ano 3ª seção, ou seja, o 1º ano era a série com um maior número de alunos, tendo sofrido três subdivisões (1ª, 2ª e 3ª seção).

Quando os registros não indicavam a seção ou quando não havia mais nenhuma outra informação, a série foi colocada “pura”, do mesmo modo em que foi encontrada no livro 4 como, por exemplo, 1º ano, 2º ano e, assim, sucessivamente. Para o 2º ano, temos uma turma que correspondia à 1ª seção e uma para a 2ª seção, sendo o 2º ano também subdividido em duas seções.

Para o livro 5, também foi possível notar diferentes assinaturas de inspetores. Ou seja, característica semelhante ao que tínhamos observado no livro 4, levando-nos a inferir

sobre a responsabilidade exercida por cada um deles, cabendo-lhes sob sua vigilância, turmas específicas de alunos, conforme tabela a seguir:

Tabela 6: Inspetores e suas séries – Livro 5 (1885-1886)

Ano	Inspetores/Bedel	Qtd. de vezes mencionado	Série responsável
1885	A. M. Pereira dos Santos	113	1º, 2º, 4º anos, 1º ano 1ª seção, 1º ano 2ª seção, 1º ano 3ª seção
	Aguiar	17	2º, 4º anos
	Alexandre Mondaini	10	1º, 2º, 3º anos
	Baptista	5	2º, 5º anos
	D. S. Lima	6	3º ano
	Diogenes de Medeiros	4	2º ano, 2º ano 2ª seção
	Fraga		1º ano 1ª seção, 1º ano 2ª seção
	J. I. Pereira de Lima	19	1º ano, 1º ano 1ª seção, 1º ano 2ª seção
	Leal, Bedel	5	2º ano
	Manoel José da Silveira	6	4º ano
1886	A. M. Pereira dos Santos	121	1º, 2º, 3º, 5º anos, 2º ano 1ª seção, 2º ano 2ª seção
	Alexandre Mondaini	43	1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º anos, 2º ano 2ª seção
	Baptista	15	3º, 4º, 5º, 6º anos
	D. S. Lima	28	2º, 3º anos
	Leal, Bedel	2	4º, 5º anos
	Manoel José da Silveira	33	1º, 2º anos

Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 5 de ocorrência (1885-1886).

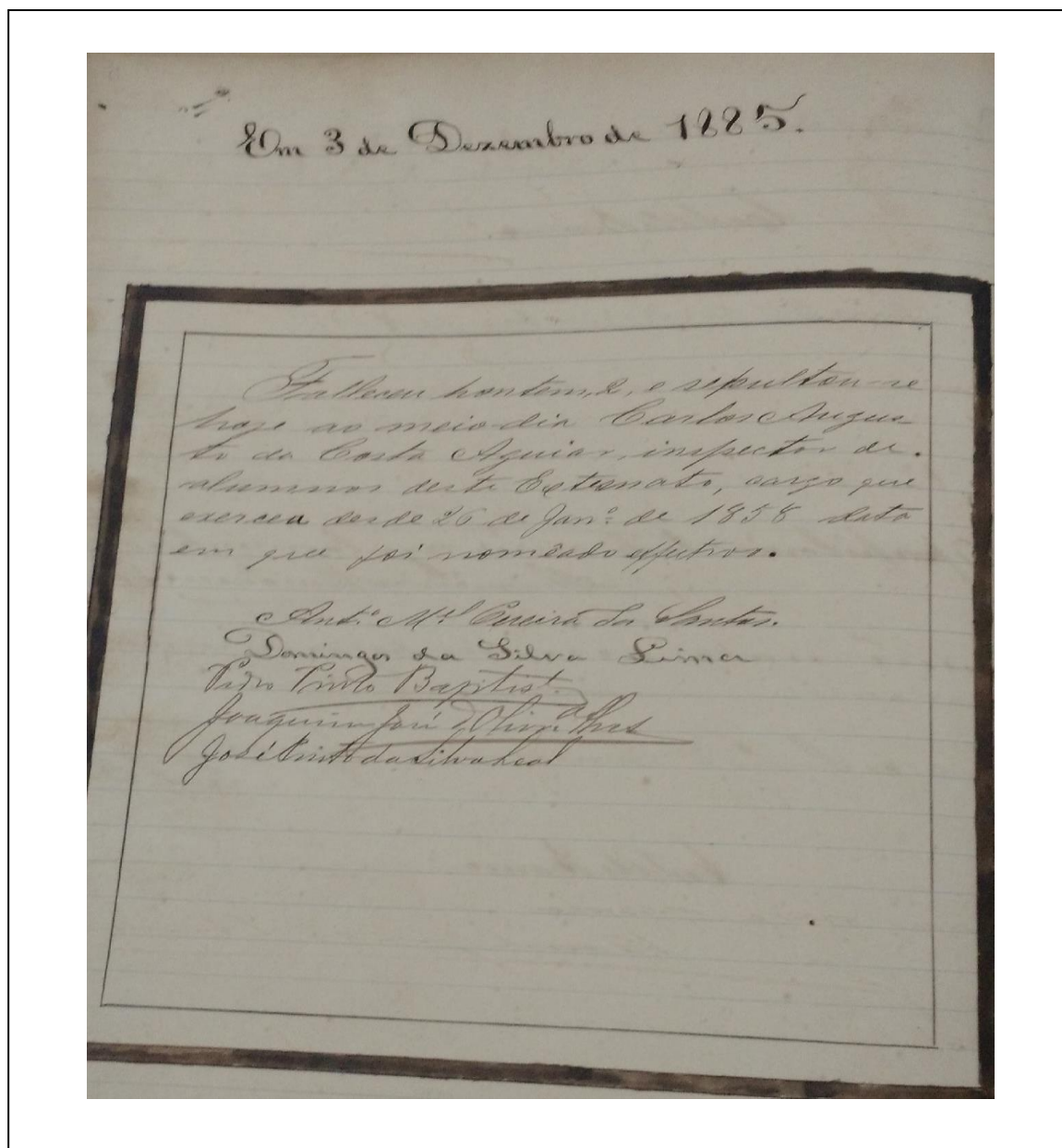
Na tabela acima podemos ver que o inspetor Antonio Manoel Pereira dos Santos é o mais “sobrecarregado” nos dois anos compreendidos pelo livro 5, assim como ocorreu no livro 4. Observamos, também, que Antonio Manoel Pereira dos Santos era responsável por seis séries, tanto no ano de 1885, quanto no ano de 1886, porém, houve uma nova configuração nas divisões por turmas de alunos de um ano para outro, não sendo ele mais responsável exatamente pelas mesmas séries que comandava no ano de 1885. Também, notamos que três inspetores distintos se responsabilizaram pelo 1º ano 1ª seção, o que nos leva a inferir que havia três turmas de 1º ano, correspondentes à 1ª seção. O mesmo ocorreu para o 1º ano 2ª seção, também com três inspetores, sendo um para cada turma. Tanto o 1º ano, quanto o 2º ano, foram divididos em seções, de acordo com as informações coletadas

no livro 5. Estas informações não são novas, uma vez que já as encontramos no livro 4. Como o livro 5 é uma continuação do livro 4, há muitas semelhanças entre esses dois livros. Observamos, também, que o 7º ano não aparece na tabela acima. Podemos inferir que não havia turmas de 7º ano, ou, que os alunos do 7º ano não cometeram infrações durante os anos que o livro 5 abrange, não sendo registrados no livro de ocorrência.

Como vimos anteriormente, a partir do ano de 1882, o número de inspetores no Externato passou a ser de seis e assim permaneceu até o fim do Império. Em 1885, visualizamos na tabela acima um número maior do que seis, sendo que no Almanak, constavam como inspetores: Carlos Augusto da Costa Aguiar, Alexandre Mondaini, Pedro Pinto Baptista, Joaquim José de Oliveira Alves, Antonio Manoel Pereira dos Santos e Domingos da Silva Leal. Como bedel, estava à frente José Pinto da Silva Leal. Quase todos os nomes acima listados estão de acordo com o Almanak, com exceção de Joaquim José de Oliveira Alves. Não encontramos sua assinatura ao final das ocorrências registradas a cada dia. Pode ser que o mesmo tenha sido desviado de sua função ou demitido sem tê-la exercido. Também, não localizamos no Almanak quem seria Fraga e Diogenes de Medeiros. Podemos levantar algumas hipóteses para esses dois nome, ou eles seriam os chefes de turma, designados por um dos inspetores para exercer tal função ou estavam exercendo a função de inspetores de forma passageira, em virtude das turmas suplementares existentes (as seções do 1º e 2º anos). Novamente, notamos a presença de Manoel José da Silveira, exercendo a função de inspetor desde 1885, mas surge no Almanak, de forma efetiva, somente em 1887.

Para o ano de 1886, notamos a presença de seis inspetores nos livros de ocorrência, o mesmo quantitativo presente no Almanak. Curioso destacar que o inspetor, até então, não localizado – Joaquim José de Oliveira Alves – assina seu nome nas folhas em que há sinal de pesar, porém, não o encontramos no dia a dia dos registros, como os demais listados na tabela acima. Sua assinatura está presente em uma das páginas que representa o luto, podendo ser vista no livro 4 e na figura abaixo:

Figura 35: Livro 5 (1885-1886), p. 45



Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 5 de ocorrência (1885-1886).

No livro 6, verificamos que os inspetores de alunos permaneciam os mesmos, se comparados com o livro anterior, conforme tabela a seguir:

Tabela 7: Inspetores e suas séries - Livro 6 (1886-1887)

Ano	Inspetores/Bedel	Qtd de vezes mencionado	Série responsável
1886	A. M. Pereira dos Santos	21	1º, 2º anos
	Alexandre Mondaini	25	1º, 2º, 3º, 5º anos, 2º ano 2ª seção
	Baptista	7	4º, 5º, 6º anos
	D. S. Lima	12	3º ano
	José Pinto da Silva Leal	1	1º ano
	Manoel José da Silveira	17	1º ano
1887	A. M. Pereira dos Santos	178	2º, 3º anos, 2º ano 1ª seção, 2º ano 2ª seção
	Alexandre Mondaini	90	1º ao 7º ano, 2º ano 1ª seção, 2º ano 2ª seção
	Baptista	17	3º, 5º anos
	D. S. Lima	38	3º, 4º anos
	José Pinto da Silva Leal, Bedel	2	3º, 7º anos
	Manoel José da Silveira	57	1º, 2º, 5º anos, 1º ano 1ª seção

Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 6 de ocorrência (1886-1887).

De acordo com a tabela acima, o inspetor Carlos Augusto da Costa Aguiar não é mais mencionado durante o referido ano no livro de ocorrência 5. Encontramos seu nome ainda presente no Almanak para o ano de 1886, embora ele tenha falecido em 02 de dezembro de 1885, conforme a figura acima destacada.

Podemos observar que os inspetores são os mesmos nos dois anos compreendidos pelo livro 6, assim como a quantidade deles – seis inspetores. Segundo o Almanak Administrativo (1886, p. 1588), José Pinto da Silva Leal permanece como o bedel, enquanto Alexandre Mondaini, Antonio Manoel Pereira dos Santos, Domingos da Silva Lima e Pedro Pinto Baptista continuam a ocupar o cargo de inspetores do Externato. Apesar de ainda constar no Almanak o nome de Carlos Augusto da Costa Aguiar, o mesmo já havia falecido no final do ano anterior, como vimos na figura acima, presente no livro de ocorrência 5. Outro inspetor continua sendo mencionado no Almanak, conforme já apontamos anteriormente. Esse refere-se à Joaquim José de Oliveira Alves. Sua presença no livro de ocorrência somente ocorre em páginas específicas, conforme já apontamos. Não o encontramos na tarefa diária de registrar as ocorrências nos livros aqui investigados.

Para o ano de 1886, percebemos que o inspetor Alexandre Mondaini era o inspetor “mais sobrecarregado”, com mais turmas para zelar. Como já havíamos apontado no livro 5,

não encontramos registros do 7º ano.

Com relação ao ano de 1887, Antonio Manoel Pereira dos Santos tem menos turmas, porém, é o autor de mais ocorrências, tendo sido mencionado cento e setenta e oito vezes. Alexandre Mondaini, mesmo sendo responsável por mais turmas, conforme podemos visualizar acima, tem menos registros de situações que envolvem questões disciplinares. Observamos duas turmas de 2º ano 1ª seção e duas turmas de 2º ano 2ª seção. Estas estavam sob a responsabilidade dos inspetores já mencionados. Manoel José da Silveira já atuava desde 1885, apesar do seu nome não constar no Almanak.

O relato do ex-aluno Cantanhede Almeida, bacharel em 1893, revela que:

[...] eram familiares as figuras dos seis inspetores da época de Alexandre Mondaini, Manoel Silveira, Domingos Lima, o segundo capitão, o terceiro tenente da Guarda Nacional, de Joaquim Alves, depois escrivão do Externato, de Pedro Baptista, depois bedel, finalmente do Pereira Santos, madrugando para vir ao Colégio, por morar na Pavuna. Todos terríveis inspetores, que ameaçavam sempre. No fundo, excelentes criaturas, disse Cantanhede (DÓRIA, 1997, p. 162).

Como podemos perceber no relato do ex-aluno, os inspetores citados são exatamente os mesmos encontrados nos livros de ocorrência do período em questão. Algumas pistas, inclusive, nos foram dadas com relação a alguns deles. A primeira sobre o inspetor Joaquim Alves. Sua presença no livro de ocorrência só foi notada em alguns momentos e, talvez, a explicação para esse fato decorra de sua outra função, conforme relatou Cantanhede, pois, Joaquim Alves também fazia parte da Guarda Nacional e, posteriormente, trocou de atividade no Externato, passando de inspetor de alunos à escrivão. Além dele, Domingos Lima e Manoel Silveira também fizeram parte da Guarda Nacional⁵⁵. É curioso perceber a influência militar no interior do Imperial Colégio de Pedro II. Inspetores de alunos, assim como alguns professores de ginástica, exerciam funções na Guarda Nacional. A ginástica,

⁵⁵ A criação da Guarda Nacional ocorreu no período da Regência e foi uma medida encontrada pelos estadistas liberais do Império, que ascenderam após a abdicação de D. Pedro I, para poder contar com uma força de coesão que lhes fosse confiável, pois havia o temor de que o exército apoiasse o retorno do antigo monarca e derrubasse, por força das armas, o governo que assume logo após o ocorrido de sete de Abril de 1831. Desse modo, os políticos conseguiram aprovar a lei que regulamentava a criação da Guarda Nacional ainda no mesmo ano. Ao mesmo tempo, o Estado começou uma política sistêmica de desmantelamento do exército regular, completando essa reestruturação do seu aparelho repressivo com a extinção das antigas milícias e ordenanças de origem colonial. A função principal que a Guarda Nacional deveria desempenhar eram atividades de caráter policial, fazendo rondas nas ruas da cidade para manter a ordem, estar presente nas festas e outras solenidades que eram realizadas. Funcionava como um poder repressor para se fazer valer a ordem instituída. Cf. COSTA JÚNIOR, José Airton Ferreira. A Guarda Nacional e o Estado Imperial (1831-1850). Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/20922/1/2011_eve_jafcostaj%C3%BAnior.pdf. Acesso em: 02 abr. 2020. p. 5.

inclusive, ao longo do século XIX, “... foi considerada como um meio de controle social, de formação moral e disciplinar, de regeneração/aperfeiçoamento da raça, de construção/inculcação de um sentimento de identidade nacional, de desenvolvimento e aprimoramento do físico e da saúde” (CUNHA JÚNIOR, 2008, p. 127). A prática regular da ginástica tinha como objetivos desenvolver as qualidades físicas – força, destreza e resistência – e os valores morais – coragem, caráter e hierarquia. Eram essas qualidades, principalmente as morais, que o Imperial Colégio de Pedro II/Ginásio Nacional pretendia inculcar em seus alunos, uma vez que estes poderiam ocupar cargos políticos ou burocráticos, a quem Ilmar Rohloff de Mattos (2004) chamou de agentes da administração pública. Além da influência militar relacionada aos sujeitos escolares, outra evidência de tal influência aparece no cenário escolar da época, como é o caso dos uniformes usados pelos alunos do Colégio, semelhantes aos fardamentos militares. “O papel desempenhado pelo uniforme, como distinção entre os alunos, tem uma longa tradição. Herdeiro das medidas decretadas por Napoleão Bonaparte, o uniforme estudantil nada mais era do que uma adaptação dos uniformes militares” (ARRIADA, 2007, p. 191). Os uniformes, no Colégio Pedro II até hoje, compõem, de maneira visual, as graduações dos alunos em séries, separando-os simbolicamente, por meio dos emblemas.

Figura 36: Atuais emblemas do Colégio Pedro II



Fonte: Site do Colégio Pedro II (cp2.g12.br)

Vejamos, a seguir, as reminiscências escritas por Fernando Segismundo sobre o Barão do Rio Branco em sua obra intitulada *Grandezas do Colégio Pedro II*:

Em 1856, ao entrar José Maria da Silva Paranhos Júnior para o Colégio Pedro II como aluno semi-interno, recebia o educandário novo regulamento dispondo sobre os planos de estudos [...]. Paranhos, vindouro Barão do Rio Branco, ingressou na escola no rol dos meio-pensionistas ou semi-internos, aos 11 anos de idade. [...]. Tal como os companheiros de turma e demais estudantes, Paranhos vestia jaquetinha verde de botões amarelos com o símbolo PII e boné azul guarnecido de estreito galão de ouro. (SEGISMUNDO, 1996, p. 135-138).

Como podemos observar, o uniforme dos alunos realmente era bem semelhante a uma farda militar. Pistas importantes vieram à tona a partir dos livros de ocorrência e das obras memorialísticas. Durante o século XIX, principalmente, no nosso período de investigação (1858-1898), encontramos uma concepção de escola destinada a civilizar e disciplinar seus alunos, seja através da incorporação de aspectos da cultura militar, como, também, por meio de práticas e normas a serem acionadas durante a ação educadora desenvolvida no interior do Colégio, compondo os seus dispositivos pedagógicos. Como práticas encontradas na presente pesquisa, através dos livros de ocorrência, destacamos não só as práticas disciplinares, por meio dos quais investigamos os castigos implementados aos discentes, mas também outras práticas, como, por exemplo, a ida para a sala de aula, em que os alunos se colocavam em forma, marchando em silêncio até a respectiva sala de aula.

As aulas iniciavam-se pontualmente às 9 horas e terminavam entre 15 e 16 horas. Se o bronze repicasse em badaladas seguidas, anunciava a visita do Imperador, muito frequente. Cada turma entrava em forma e evoluía, disciplinada e ordeira, às vozes militares do respectivo inspetor (MARINHO; INECO, 1938, não paginado).

Na citação anterior, é clara a interrelação entre cultura escolar e cultura militar. A turma em forma, evoluindo de maneira disciplinada e ordeira para a sala de aula constitui um exemplo da assimilação dos traços da cultura militar pela escola. Além disso, como vimos anteriormente, alguns inspetores também tinham um vínculo com as Forças Armadas, bem como alguns professores que ministraram a ginástica no Colégio.

Os meninos, fora do recreio, formavam sempre em fila e marchavam para as aulas ordenados dois a dois. Findo o dia, a turma formava em filas na galeria e o inspetor dava a voz: ‘- Quatro para chapéus’. Saíam quatro da forma, iam ao grande salão de estudo, onde as paredes se enchiam de cabides numerados, apanhavam os chapéus ou os bonets e voltavam a forma. Assim, grupos de quatro seguidamente iam buscar os seus gorros ou capellos e se enfileiravam na turma. Finda a apanha

dos ‘cuicos’, o inspetor ordenava: - Dobra! E marchavam em ordem, dois a dois, até o portão de ferro da portaria, onde debandavam para a Rua Larga, dando asas a expansão da idade alegre (MARINHO; INECO, 1938, não paginado).

Quanto às normas, muitas estavam direcionadas ao cumprimento de deveres e obrigações, respeitando os horários vigentes e a hierarquia estabelecida entre os responsáveis pela manutenção da ordem e da disciplina no interior do espaço escolar. Normas que não estavam vinculadas apenas aos alunos, mas a todo corpo administrativo da instituição. Um vasto conjunto de práticas pôde ser observado por meio dos livros de ocorrências, fazendo emergir uma associação entre cultura escolar e cultura militar. Acerca dessa interpenetração, “... a disciplina, que fundamenta a obediência mais absoluta, é o núcleo sobre o qual são erigidas as diversas facetas de uma cultura militar, tais como honra, coragem, força, lealdade, comando, raciocínio estratégico, etc.” (ALVES, 2010, p. 128).

No livro 7, também, foi possível notar diferentes assinaturas de inspetores, de forma semelhante ao que já vimos anteriormente, nos livros 4, 5 e 6. Cada um desses inspetores era responsável por turmas específicas de alunos, conforme tabela a seguir:

Tabela 8: Inspetores e suas séries - Livro 7 (1887-1889)

Ano	Inspetores/Bedel	Qtd de vezes mencionado	Série responsável
1887	A. M. Pereira dos Santos	10	2º ano, 2º ano 2ª seção
	Alexandre Mondaini	6	2º, 3º, 4º anos
	D. S. Lima	6	4º ano
	Pimentel	1	2º ano
	Manoel José da Silveira	1	1º ano
1888	Alexandre Mondaini	53	2º ano, 2º ano 1ª seção, 2º ano 2ª seção, 3º ano
	Baptista	7	5º ano
	D. S. Lima	16	1º, 3º anos
	José Pinto da Silva Leal, Bedel	2	4º ano
	Lucindo, de inspetor e Leal, Bedel	1	4º ano
	José Joaquim de Oliveira Alves	3	6º ano
	Manoel José da Silveira	36	1º, 2º, 5º anos, 1º ano 1ª seção
1889	Alexandre Mondaini	4	3º ano
	Baptista	4	1º, 2º ano
	D. S. Lima	4	2º, 3º anos
	Manoel José da Silveira	8	1º ano
	Vieira	7	7º ano

Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 7 de ocorrência (1887-1889).

Ao cotejarmos as informações da tabela acima, com o Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro, verificamos que, para o ano de 1887, havia seis inspetores listados no Almanak. Eram eles: Alexandre Mondaini, Pedro Pinto Baptista, Joaquim José de Oliveira Alves, Antonio Manoel Pereira dos Santos, Domingos da Silva Lima, Manoel José da Silveira. Estes dois últimos exerciam cargos militares, sendo Domingos Lima, capitão e Manoel Silveira, tenente. Apenas quatro nomes dos inspetores listados no Almanak foram citados no ano de 1887, conforme podemos ver na tabela anterior. Observamos o sobrenome de um dos professores de Português, Aureliano Pereira Corrêa Pimentel, também Reitor do Internato durante o referido ano. Inferimos que o mesmo estivesse ocupando o lugar de um dos inspetores em virtude da falta de um deles no respectivo dia. Ainda notamos a presença das seções no livro 7, ou seja, pelo grande número de alunos em séries específicas (1º e 2º anos), as turmas precisavam ser divididas. O inspetor A. M. Pereira dos Santos foi o mais mencionado no livro 7, durante o ano de 1887, embora Alexandre Mondaini tivesse mais turmas sob a sua responsabilidade, como podemos ver na tabela acima. Não foram encontradas ocorrências que envolviam o 5º, o 6º e o 7º anos.

Para o ano de 1888, permanecem os mesmos nomes de inspetores já citados no Almanak Laemmert do ano anterior. O bedel também é o mesmo, José Pinto da Silva Leal.

Uma pista sobre o bedel acima mencionado nos foi revelada através das memórias do ex-aluno Cantanhede: “sobre as mesas dos professores o inspetor respectivo estendia a lista caligrafada pelo bedel, José Pinto da Silva Leal, baixo, barbado, superintendendo, à cérebro amável no cumprimento do dever, as presenças e faltas de professores e alunos” (DÓRIA, 1997, p. 163). Portanto, o bedel ficava responsável pela elaboração da lista dos alunos, ou seja, a chamada, que era realizada pelos professores e entregue pelo inspetor respectivo. Além disso, ficava o bedel responsável por registrar as presenças e as faltas dos professores, inspetores e alunos, como no exemplo a seguir: “Em 20 de outubro de 1888 faltaram os Senhores professores: Dr. Goés, Pacheco Junior, Berquó e Silveira, Inspetor de alunos. Assinado: Leal, Bedel” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 7, 1888, p. 71).

Em compensação, o inspetor que estávamos tentando localizar em livros anteriores, que aparecia esporadicamente em algumas páginas, como aquelas em que todos os inspetores assinavam em virtude do falecimento de alguém, é mencionado três vezes no ano de 1888 - José Joaquim de Oliveira Alves, tomando conta do 6º ano. Como no ano anterior, em que um dos professores era responsável pelos alunos, no ano de 1888 é a vez do professor Lucindo, de Latim, provavelmente, substituindo um dos inspetores que poderia ter faltado

naquele dia. Alexandre Mondaini aparece como o inspetor mais mencionado, sendo ele responsável pelas turmas de 2º e 3º ano. Manoel José da Silveira também aparece com a mesma quantidade de turmas (quatro), tendo sido mencionado trinta e seis vezes.

Em 1889, permanecem os mesmos inspetores que foram observados no Almanak, com a exceção de Vieira, responsável pelo 7º ano. Não localizamos seu nome no referido Almanak. Não foram encontradas ocorrências que envolviam o 4º, o 5º e o 6º anos.

No livro 8, continuamos a perceber as diferentes assinaturas dos inspetores de alunos. Essas assinaturas já foram vistas desde o livro 4 e, confirmam a nossa inferência, de que cada um deles estava responsável por uma determinada turma de alunos, embora tenhamos percebido que alguns inspetores podiam zelar pela mesma série de algum outro inspetor de alunos. Esta informação se confirma quando cruzamos as respectivas séries com as respectivas assinaturas dos inspetores, conforme tabela a seguir:

Tabela 9: Inspetores e suas séries - Livro 8 (1891-1898)

Ano	Inspetores/Bedel	Qtd de vezes mencionado	Série responsável
1891	Antonio Manoel Pereira dos Santos	11	2º, 3º, 5º, 6º anos
	Alexandre Mondaini	5	1º, 2º anos
	Pedro Pinto Baptista	1	5º, 6º ano
	Domingos da Silva Lima	24	3º ano
	Pedro Felipe Perrayon	4	4º ano
	José Pinto da Silva Leal, Bedel	1	2º ano
	Manoel José da Silveira	1	3, 5º ano
1892	Antonio Manoel Pereira dos Santos	34	5º, 7º anos
	Alexandre Mondaini	9	1º, 2º anos
	Pedro Pinto Baptista	1	6º ano
	Domingos da Silva Lima	119	3º ano
	José Pinto da Silva Leal, Bedel (servindo de inspetor)	1	3º ano
	Marcelino Sampaio Castello	1	5º ano

	Branco		
	Pedro Felipe Perrayon	38	4º ano
1893	Alexandre Mondaini	3	1º, 5º anos
	Pedro Pinto Baptista	4	6º ano
	Pedro Felipe Perrayon	21	4º, 5º anos
	Antonio Simões da Silva	9	1º, 2º, 6º anos
1894	Alexandre Mondaini	12	1º, 2º anos
	Pedro Pinto Baptista	1	3º ano
	José Pinto da Silva Leal, Bedel (servindo de inspetor)	1	1º ano
	Pedro Felipe Perrayon	3	5º ano
	Antonio Simões da Silva	16	1º, 2º anos
1895	Antonio Manoel Pereira dos Santos	7	1º ano 2ª turma, 2º, 7º anos
	Alexandre Mondaini	7	1º ano, 1º ano 1ª turma
	Pedro Pinto Baptista	7	2º ano
	Carlos Galdino Leal	1	1º ano 2ª turma
	Pedro Felipe Perrayon	53	1º ano, 1º ano 1ª turma
	Antonio Simões da Silva	11	3º ano
1896	Alexandre Mondaini	11	1º ano, 1º ano 1ª turma, 1º ano 2ª turma
	Carlos Galdino Leal	9	2º ano
	Pedro Felipe Perrayon	14	1º ano, 1º ano 1ª turma, 1º ano 2ª turma
	Antonio Simões da Silva	5	3º, 4º anos
1897	Alexandre Mondaini	15	1º ano 2ª turma, 2º, 3º, 5º anos
	Pedro Pinto Baptista	40	3º ano
	Carlos Galdino Leal	24	2º ano
	Pedro Felipe Perrayon	111	1º, 2º, 4º anos, 1º ano 1ª turma, 2º ano 2ª turma
	Antonio Simões da Silva	15	2º, 3º, 5º anos, 1º ano 1ª turma, 2º ano 2ª turma
1898	Antonio Manoel Pereira dos Santos	4	1º ano 1ª turma, 2º ano 2ª turma, 6º ano
	Alexandre Mondaini	11	1º ano, 1º ano 1ª turma, 1º ano 2ª turma, 2º ano
	Pedro Pinto Baptista	9	3º ano
	Carlos Galdino Leal	13	2º ano
	Pedro Felipe Perrayon	17	1º ano, 1º ano 2ª turma

Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 8 de ocorrência (1891-1898).

A tabela acima nos permite visualizar os inspetores que estavam à frente da disciplina no período compreendido pelo livro 8 e, conseqüentemente, a turma pela qual estavam

responsáveis durante o mesmo período. Continuam existindo duas turmas de 1º ano e duas turmas de 2º ano, porém, no livro só havia casos de ocorrências relativas ao 2º ano 2ª turma.

O levantamento acima foi realizado a partir dos nomes que foram encontrados no mesmo livro. Pela quantidade de séries levantadas para cada inspetor, é possível visualizar quem estava “mais sobrecarregado”, com relação ao número de turmas para zelar. Ora era o inspetor Antonio Manoel Pereira dos Santos, ora era Alexandre Mondaini, Simões e Perrayon. Este último inspetor foi rememorado por Fontoura Guedes, de cujo lições recebeu no Externato de 1895 a 1901: “... bondoso como a bondade, chamando o estudante desobediente de quinta roda de carro. Quando a aula estava quieta o inspetor ficava a ler clássicos franceses” (DÓRIA, 1997, p. 164).

A quantidade de vezes em que os inspetores foram mencionados caracterizam as séries que tiveram mais ocorrências no período examinado. Ao descreverem uma ocorrência, eles datavam, indicavam os nomes dos alunos, a série que pertenciam, e por fim, assinavam abaixo do que haviam registrado. Alguns desses inspetores, como, por exemplo, Alexandre Mondaini, Antonio Manoel Pereira dos Santos, Domingos da Silva Lima, Manoel José da Silveira, Pedro Pinto Baptista e, o bedel, José Pinto da Silva Leal já estavam durante longos anos zelando pelas diferentes turmas, do 1º ao 7º ano do Externato. Essa trajetória à frente da disciplina na instituição em questão é visível durante a progressão dos anos envolvidos por cada livro de ocorrência.

Novamente, ao realizarmos o cruzamento com outras fontes de informação, encontramos descritos no Almanak, os seguintes inspetores para o ano de 1891: Alexandre Mondaini, Antonio Manoel Pereira dos Santos, Domingos da Silva Lima, João Francisco Góes, José Antonio de Menezes Doria, Manoel José da Silveira, Marcellino de Sampaio Castello Branco, Pedro Felipe Perrayon e Pedro Pinto Baptista. Da vasta lista de nove inspetores, alguns não foram encontrados no livro de ocorrência. São eles: João Francisco Góes, José Antonio de Menezes Doria e Marcellino de Sampaio Castello Branco. Este último apareceu apenas no ano seguinte, em 1892, no livro de ocorrência, conforme tabela acima.

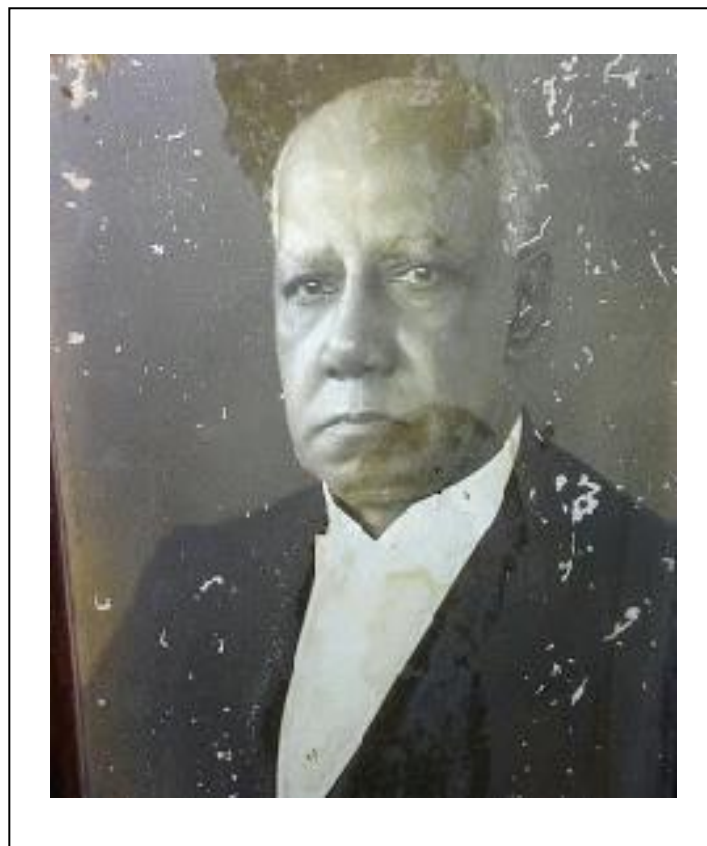
Em 1896, estavam na lista do Almanak: Alexandre Mondaini, Antonio Manoel Pereira dos Santos, Antonio Simões da Silva, Carlos Galdino Leal, João Francisco Góes, Pedro Felipe Perrayon e Pedro Pinto Baptista.

Nos anos seguintes, permaneceram os mesmos sete inspetores da lista anterior. Diante dessas informações, constatamos, em nosso livro de ocorrência 8, que um dos inspetores presente na listagem do Almanak desde o ano de 1892 não foi localizado, sendo

ele João Francisco Goés, citado vários anos no Almanak, conforme relatou Dória: “[...] foi antigo aluno da Casa e amanuense da Secretaria” (DÓRIA, 1997, p. 203). No entanto, o inspetor Antonio Simões, que já realizava o trabalho de inspetor desde o ano de 1893, só foi ter seu nome na listagem do Almanak Lammert três anos depois. O que poderia ocasionar esse longo período de espera para seu nome ser incorporado à lista oficial do Almanak? Uma hipótese poderia estar relacionada com os trâmites que envolviam a troca de informações entre a redação do Almanak e os responsáveis do Ginásio Nacional. Também percebemos que no período de oito anos abrangido pelo livro 8 permanecia como bedel do Externato, José Pinto da Silva Leal.

A imagem de um dos inspetores do Externato pôde ser localizada. Carlos Galdino Leal começou na instituição como inspetor de alunos em 1895. Em 1921, durante a direção de Carlos de Laet no Externato, Carlos Galdino Leal passou a ocupar o cargo de Chefe de Disciplina, “substituindo seu irmão, Pedro Galdino Leal, falecido em 08 de junho do referido ano. Portanto, permaneceu na instituição como inspetor de 1895 até 1921 e de 1921 até sua morte, em 23 de dezembro de 1935” (DÓRIA, 1997, p. 259).

Figura 37: Carlos Galdino Leal - Inspetor de alunos



Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II

Fernando Segismundo, ex-aluno e professor emérito de história do Colégio Pedro II, escreveu diversas obras sobre a instituição. Na obra intitulada *Memória de Estudante*, Segismundo relata suas lembranças do tempo em que estudou no Externato, tendo ingressado no ano de 1927. Descreve-nos o autor:

Envergando o uniforme cáqui e desajeitado nas grossas perneiras pretas de couro, subi os poucos degraus da suntuosa porta principal, sofrendo minuciosa inspeção do major da Guarda Nacional Carlos Galdino Leal, chefe da disciplina, vestido de fraque escuro e calça cinza listrada. [...] O Major Leal, como era conhecido, porejava majestade, desde a voz grave à postura impecável. Vestia-se com apuro: camisa branca engomada no peitilho, punhos duros com abotoaduras, colete claro, fraque escuro, calças de casimira cinza e botinas pretas. De ventre arredondado, o perfil mostrava-o gordo e solene. Entre os bolsinhos do colete, uma corrente de ouro maciço a sustentar o relógio. Na mão direita um anel com ostensiva pedra vermelha: grau ou enfeite. Com todo esse aparato o Major intimidava. Sob a máscara rígida, exacerbada pela voz poderosa, adivinhávamos-lhe mansidão e benevolência (SEGISMUNDO, 1987, p. 10 e p. 42-43).

Com relação ao desempenho de suas tarefas na instituição, Segismundo revela-nos:

Pela manhã e à saída dos alunos, postava-se à porta principal a vistoriar as formaturas. Tinha excelentes olhos e ouvidos: enxergava um botão fora do lugar, um bolso revirado, o dólma sujo de tinta, e escutava as conversas mais baixas, coibindo-as. Imponente, percorria os corredores para acudir aos casos melindrosos, não revelando pressa nem hesitação. Acatavam-no os subordinados, que também fiscaliza, da atitude ao cigarro que não deviam consumir em presença dos estudantes. De longe conhecíamos os inspetores que serviam sob sua orientação: trajados com simplicidade, mas limpos, cabelos curtos, unhas aparadas, sapatos engraxados e maneiras polidas. (SEGISMUNDO, 1987, p. 43).

Ainda a respeito da atuação dos inspetores de alunos, notamos que o livro 8 é o que possui mais registros em que eles emitem opiniões diversas a respeito do comportamento dos alunos da instituição. Já citamos anteriormente, o caso em que o inspetor Marcellino de Sampaio Castello Branco fez uma crítica aos alunos do Externato e, em seguida, o Reitor José Veríssimo o rebateu duramente. Outros casos podem ser aqui destacados, como os seguintes: No dia 30 de novembro de 1892, outro inspetor, Domingos da Silva Lima, reclamava sobre os alunos do 3º ano, “[...] notando-se que os alunos desse ano procederam-se pessimamente e [ilegível] de continuar nesse estabelecimento sob pena de prejudicar a disciplina”. (LIVRO DE OCORRÊNCIA, 1892, p. 98). Como o Reitor já havia chamado a atenção do inspetor anterior, na página seguinte, no dia 02 de dezembro de 1892, Domingos da Silva Lima escreveu “[...] fica cancelada a parte dada por mim no dia 30 de novembro do corrente”. Certamente, esse inspetor não queria ser alvo da crítica do Reitor José Veríssimo e não queria se indispor com o mesmo. Assim, tratou logo de “dar um jeitinho” no que havia registrado para não sofrer nenhuma sanção disciplinar. Em 20 de dezembro do mesmo ano, falecia o dito inspetor, Capitão Domingos da Silva Lima. Só neste ano, havia falecido dois inspetores de alunos no Externato.

Ainda no final do ano de 1892, um Regulamento foi aprovado para o funcionamento do Ginásio Nacional, através do Decreto n. 1194, de 28 de dezembro desse mesmo ano. De acordo com o art. 2º desse Regulamento, as antigas denominações de Reitor e Vice-Reitor foram extintas e substituídas pelos títulos de Diretor e Vice-Diretor. Essas alterações são claramente vistas no decorrer do livro investigado, assim como a mudança do termo “seção” por “turma” para marcar a divisão dos alunos, principalmente, nas séries iniciais, em que havia um maior número de discentes matriculados. O Ginásio Nacional ficou sob a imediata jurisdição do Diretor e Vice-Diretor, funcionários de confiança do Governo e por ele escolhidos.

Além dos dois inspetores já citados, outros mais, como foi o caso de Alexandre Mondaini e Antonio Simões da Silva alertavam o Diretor sobre o comportamento “incorrigível” de um aluno, e, pedia-lhe providências, como nos dois casos a seguir:

Em 17 de setembro de 1894

2º ano

Os alunos portaram-se muitíssimo mal em geral, capitaneados pelo aluno incorrigível Julio Magno da Silva, que foi apresentado ao Excelentíssimo Senhor Diretor, não só como incorrigível já pela 2ª vez, como já influenciando os companheiros, e até procurando desmoralizar os alunos do 1º ano com o seu respectivo inspetor. Ass.: Alexandre Mondaini (LIVRO DE OCORRÊNCIA, 1894, p. 123).

Em 20 de novembro de 1894

2º ano

Os alunos Julio Magno da Silva, Rego Lopes, Osvaldo Murat, Bulhões Barcellos e Euclides Aguiar, deste ano, portaram-se mal durante a penúltima hora de aula (de latim, vaga) à espera da última hora, música, em grande algazarra na sala das aulas e sem atenderem ao inspetor que pedia silencio constantemente. Todos os dias que o incorrigível e indecente aluno Julio Magno se apresenta neste ano é motivo para faltar a ordem e moralidade no mesmo. É o que tenho a informar a administração deste estabelecimento, e supponho que a mesma daria um passo muito acertado punindo este aluno como merece. – O inspetor deste ano, Antonio Simões da Silva. (LIVRO DE OCORRÊNCIA, 1894, p. 126 anverso e verso).

Através das leituras das ocorrências presentes no livro 8, dois alunos se destacaram na “indisciplina”: Julio Magno da Silva e Luiz Bulhões Pereira Barcellos. Ambos tidos como “companheiros de comportamento”, apontados pelos inspetores Antonio Simões da Silva e Alexandre Mondaini, eram “alunos de péssimo comportamento e conhecidos em toda a administração do estabelecimento de ensino” (LIVRO DE OCORRÊNCIA, 1894, p. 125). Em 26 de março de 1895, uma nova queixa foi registrada pelo inspetor Simões, pedindo providências com relação a um desses alunos:

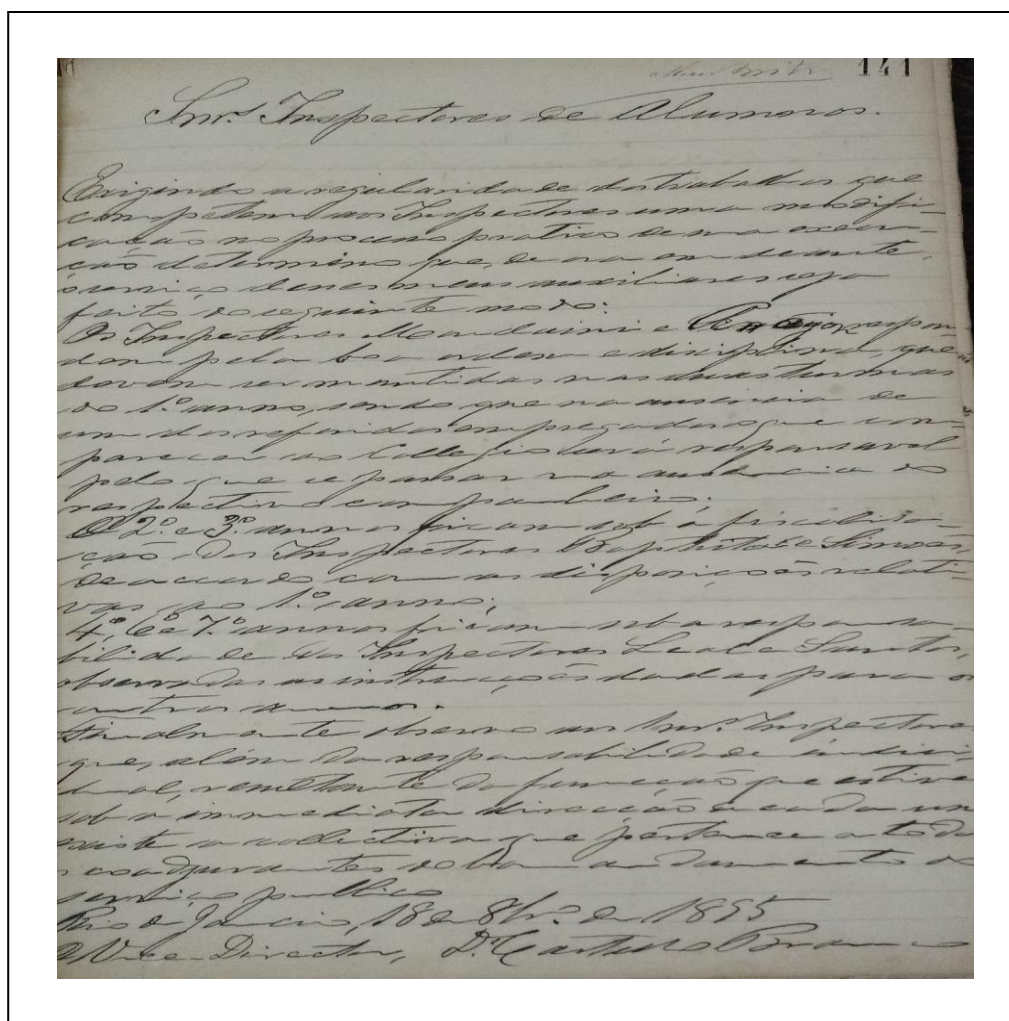
O aluno Luiz Bulhões Pereira Barcellos, do 3º anno, é perturbador da ordem, incorrigível e incapaz de pertencer a um estabelecimento desta ordem, pela linguagem inconveniente que sempre faz uso, não só para com os colegas como para com os professores de artes do que tenho sido testemunha, não atende a nossa advertência que se lhe faça, sempre respondendo com muito atrevimento. Ele tem feito com que alunos bem procedidos tenham se tornado desobedientes as minhas observações. Convém que o Sr. Vice-Diretor, a bem da disciplina, dê as providencias necessárias em relação a e este alumno. Antes de fazer esta parte foi apresentado por mim ao Sr. Vice-Diretor o alumno a que acima me refiro, por ter sido posto fora da aula de música pelo respectivo professor (LIVRO DE OCORRÊNCIA, 1895, p. 128 verso).

O ano de 1895 contém inúmeras solicitações dos inspetores de alunos, de diferentes séries, em atenção aos discentes Barcellos e Julio Magno, com o intuito de “cessar de uma

vez os efeitos da falta de respeito ao princípio da autoridade, aqui representada como auxiliares da administração deste estabelecimento” (LIVRO DE OCORRÊNCIA, 1895, p. 132 verso). Apesar dos incessantes pedidos realizados por diferentes inspetores do Ginásio Nacional, pelas constantes repreensões e apresentações dos mesmos alunos à sala do Diretor, não encontramos no presente livro de ocorrência providências mais austeras do Diretor ou do Vice-Diretor. Casos de expulsão foram sim encontrados e redigidos em outra fonte de informação, como no caso dos livros de Ofícios e do livro de comunicação interna. Porém, não localizamos a expulsão dos alunos acima mencionados.

Ainda em 1895, o Vice-Diretor traz em uma folha, as diretrizes que norteiam os trabalhos a serem realizados pelos inspetores de alunos, sendo dois deles responsáveis por uma mesma série, pois, na ausência de um companheiro, haveria outro para fiscalizar aquela referida série. Com essa informação, confirmamos o que havíamos levantado na tabela referente aos inspetores e suas séries. Como alguns trechos da folha estão ilegíveis, apenas a usaremos como ilustração.

Figura 38: Folha 141 – As séries designadas aos inspetores de alunos



Fonte: Núcleo e Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 8 de ocorrência (1891-1898). p. 141.

Como vimos nessa subseção, uma teia disciplinar pôde ser visualizada a partir dos inspetores retratados em cada livro de ocorrência. Eles faziam parte dos esquemas de vigilância, ajudando as demais autoridades – Reitores e Vice-Reitores – na manutenção da boa ordem e do bom funcionamento do estabelecimento. A seguir, veremos quais foram os professores encontrados nos livros, percebendo em qual aula havia mais casos de “indisciplina” dos alunos.

3.3.3 Os professores e suas respectivas aulas

Nesta subseção, iremos trazer alguns professores, aqueles que aparecem na trama das ocorrências, filtrando-os diante dos mais de três mil registros presentes nos livros. Assim, seremos capazes de seguir o fio da trama que nos levará até a aula em que havia mais casos

de “indisciplina” por parte dos alunos.

Acompanhando o Regulamento n.8, de 1838, cabia aos professores:

Art. 13º Compete aos Professores:

§ 1º Não só ensinar a seus Alunos as Letras, e as Ciências, na parte que lhes competir, como também, quando se oferecer ocasião, lembrar-lhes seus deveres para com Deus, para com seus Pais, Pátria e Governo.

§ 2º Empregar igual desvelo na instrução de todos os Alunos sem distinção alguma.

§ 3º Entregar todos os sábados ao Vice-Reitor um mapa sobre o procedimento, e trabalho dos Alunos.

Art. 14º Os Professores entrarão nas Aulas vestidos decentemente, as horas prescritas, imediatamente antes da entrada dos Alunos.

Art. 15º É-lhes proibido, bem como a quaisquer outros Empregados da instrução no Colégio:

§ 1º Aceitar dos Alunos retribuições, ou presentes de qualquer natureza que sejam.

§ 2º Fazer-se substituir sem causa suficiente, e licença do Reitor.

Art. 16º Haverá tantos Professores, quantos o Governo julgar necessários. (BRASIL, 1838).

A figura do professor fica caracterizada como aquele que não apenas instrui os seus alunos nas letras e ciências, como também lembra aos seus alunos os deveres para com Deus, seus pais, Governo e Pátria. Posteriormente, ampliam-se as obrigações dos professores, assim como o seu controle. No relatório do Ministro do Império de 1838, há um apontamento sobre a formação de uma Comissão para examinar o comportamento dos lentes, suas atividades e o estado das aulas, liderada pelo deputado da Junta do Comércio Joaquim Gonçalves Ledo e do Dr. Francisco de Paula Candido, e nomeada em conformidade com o regulamento n.º 08, de 31 de janeiro de 1838, capítulo XXII, que determina:

Art. 136. O ministro do império deve, ao menos uma vez por ano, mandar dois comissários, que vão assistir as aulas dos diversos professores do Colégio, e lhe deem conta confidencial de tudo o que houverem observado, quanto ao comportamento, e atividade dos professores, e ao estado do ensino das aulas.

Art. 137. Para que dessa inspeção resultem vantagens, preciso é que seja secreta, e inesperada, e que os Comissários sejam, quanto possível for, alheios ao colégio. (BRASIL, 1838, p. 82).

De acordo com Mendonça et al. (2013, p. 7):

Essa determinação prevê um controle periódico das atividades docentes, apesar da contratação dos professores ter sido inspirada no critério de reunião das figuras mais dignas e preparadas do Império para a ocupação das cadeiras, por indivíduos externos ao corpo profissional o que deve, certamente, ter gerado desconforto entre os professores, além de fragilizar ainda mais o corpo profissional. Vale ressaltar que a comissão constatou regularidade e bom aproveitamento das aulas sem haver qualquer referência explícita ao desempenho dos professores (MENDONÇA et al., 2013, p.7).

Segundo Mendonça et al. (2013), outra visita de inspeção ao Colégio foi relatada apenas no Relatório do Ministro do Império, em 1846, quando a Comissão ficou responsável pela reestruturação dos planos de ensino do colégio e de seus estatutos: “[...] Ainda sobre a organização do corpo docente, fica claro nos relatórios dos Ministros do Império o estabelecimento de uma hierarquia profissional formada por categorias como repetidores, professores substitutos e professores suplementares” (MENDONÇA et al., 2013, p.8).

Os professores substitutos são citados no Regulamento n. 8, de 1838 e a eles competia:

Art. 17º Compete aos Substitutos:

§ 1º Substituir ao Professor no uso de falta, ou impedimento.

§ 2º Ensinar nas Aulas, que forem subdivididas, por causa do grande número de Alunos.

Art. 18º Haverá três substitutos; e estes, enquanto não exercerem o Magistério, servirão de Inspectores de Alunos.

Art. 19º Em caso de necessidade, poderá ser a substituição das Aulas confiada aos Inspectores de Alunos, que tiverem as necessárias habilitações. (BRASIL, 1838, p. 65).

Como podemos observar, os professores substitutos poderiam exercer a função de inspetores de alunos, quando não estivessem dando aula. Mendonça et al. (2013) aponta em seu estudo que os professores substitutos foram tratados pela primeira vez no relatório do Ministro do Império no ano de 1841, sendo que apenas no relatório de 1853 é que a informação sobre a criação da classe de repetidores, paralelamente aos adjuntos das escolas primárias, foi abordada. Aos adjuntos cabiam auxiliar os alunos internos, enquanto aos repetidores, cabiam estimular o amor pelo magistério. Apenas no ano de 1857 é que é informado os lugares dos repetidores, de acordo com o art. 42 do regulamento de 17 de fevereiro de 1855. Deveriam eles prestar concurso para o cargo, cabendo-lhes uma gama de disciplinas, a saber: grego/alemão, latim, ciências naturais, matemáticas, francês/inglês e filosofia/retórica. Suas funções iriam muito além da mera substituição dos professores efetivos. Iriam ajudar não só os alunos internos, mas também os alunos meio-pensionistas em seus estudos (MENDONÇA et al., 2013).

A figura do ‘repetidor’ teve origem nos pensionatos de alunos próximos das universidades europeias, no final da Idade Média. Como muitas dessas casas acolhiam também os professores, que em troca repassavam as lições ou preparavam os alunos para seguir os cursos das universidades, logo passaram a funcionar como pensionatos que eram também lugares de ensino bem completos. Como se pode constatar, a função do professor-repetidor está ainda ligada à própria gênese dos colégios humanistas: Pela atividade desses professores e repetidores, os pensionatos colegiais acabaram por retirar o conteúdo das 7 artes

liberais do âmbito das faculdades universitárias, organizando-se, ao longo do século XV, como uma instituição específica e reconhecida – o colégio das 7 artes liberais –, onde os jovens realizavam todos esses estudos preparatórios para as universidades. (HILSDORF, 2006, p. 62).

Já os professores suplementares, passariam a figurar nos relatórios dos Ministros a partir de 1857, apresentados como uma alternativa perante o elevado número de alunos matriculados. Tal fato levou a necessidade de se subdividir as classes entre os lentes e esses professores. (MENDONÇA et al., 2013).

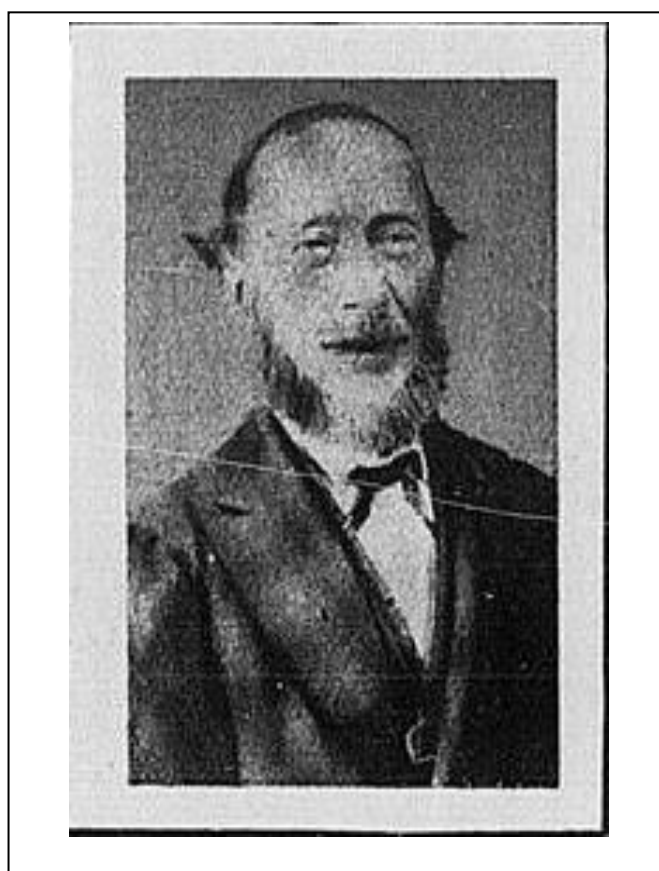
Os docentes, de acordo com o Regulamento n. 8, de 1838, eram nomeados pelo Governo, dando preferência aos Empregados do Colégio, que se achassem habilitados (Art. 12). Não há maiores esclarecimentos a respeito de qual seria tal habilitação. Segundo Mendonça et al. (2013, p. 9), “no Colégio Pedro II, o concurso só se tornaria obrigatório por efeito do Decreto n.º 1331-A, de 17 de fevereiro de 1854, que regulamentou a instrução primária e secundária do Município da Corte e estabeleceu os exames de capacidade para o magistério”. No entanto, Dória (1997), faz alusão a um primeiro processo seletivo para professores do Colégio, já no ano de 1847. Este concurso, por sua vez, configurava-se apenas como um concurso de títulos. Nele, deveria ser levado em conta “o domínio das línguas e literaturas, grega, latina, francesa, inglesa e italiana, além de qualidades individuais do candidato, tais como ‘grande cabeça filosófica’ e eloquência” (MENDONÇA et al., 2013, p. 10).

Apenas com um novo Regulamento para o Imperial Colégio de Pedro II, aprovado por meio do Decreto n.º 1556, de 17/02/1855, em seu artigo 21, é que foi estabelecido, “para o provimento das cadeiras que se achassem vagas, concurso para professor, embora ainda se deixassem brechas para a indicação pelo Governo de um professor interino até o efetivo provimento das vagas por concurso” (MENDONÇA et al., 2013, p. 10).

Diante do exposto, ficou claro que se levou tempo até que os professores entrassem na instituição mediante concurso público. Além disso, pelos diversos Regulamentos, é possível observar uma plêiade de artigos e incisos disciplinando minuciosamente suas condutas e tarefas. Estas não estavam vinculadas apenas às suas práticas em salas de aula. Outras tantas eram por eles desempenhadas, como: a participação em bancas de seleção de novos alunos e, em caso de aprovação, deveriam indicar em qual ano o aluno deveria ser matriculado; realizavam traduções dos compêndios estrangeiros que seriam usados em sala de aula; eram autores de livros didáticos utilizados na instituição; poderiam opinar acerca dos rumos da instituição, entre outras tantas atividades das quais participavam ativamente.

Os professores, portanto, eram, também, personagens centrais dentro da referida instituição de ensino. Dedicaram-se à diferentes atividades, sendo que havia ainda aqueles docentes que acumulavam o magistério no Colégio e em outras instituições de ensino. “Pode-se citar, por exemplo, o caso do Barão de Tautphoeus, que atuava no Imperial Colégio de Pedro II, no Colégio Atheneu Fluminense e no Colégio d’Instrução Elementar, ministrando disciplinas tão diversas como alemão, grego, história e geografia” (MENDONÇA et al., 2013, p. 998).

Figura 39: Barão de Tautphoeus



Fonte: Revista da Semana, 1937, p. 33.

Segundo aponta Fernando Segismundo (1996), em 1856 ingressara o aluno José Maria da Silva Paranhos no Externato. Durante os seis anos em que fora aluno (1856-1861), exerceram o magistério numerosos professores no educandário, como o Barão de Tautphoeus.

Ao Barão Herman von Tautphoeus incumbiam as aulas de grego. Estimado pelo Imperador, que o recebia em São Cristóvão, e, indicado com justiça como das maiores culturas da época, Tautphoeus legou a Alfredo D’Escragnolle Taunay, um dos maiores amigos de Paranhos, a imagem de um ser ‘em tudo bonachão e demasiado condescendente’. (SEGISMUNDO, 1996, p. 140).

De acordo com a Revista da Semana (1939, p. 15), Tautphoeus lecionou alemão, grego e história, no Imperial Colégio de Pedro II. “Bavaro de Lindau, nasceu em 22 de setembro de 1812 e faleceu no Rio de Janeiro em 27 de fevereiro de 1890”. Entre os diversos discípulos de Tautphoeus, todos eram unânimes em reconhecer “a bondade em pessoa lecionando e examinando”. Tinha insaciável paixão pela leitura, eterno estudioso. “Seus colegas o viram sempre lendo durante o recreio deles”.

Nos livros de ocorrência, alguns professores se tornaram recorrentes, sendo suas matérias alvos de constantes registros de casos atrelados à indisciplina dos alunos.

A partir de todos os livros de ocorrências foi possível realizar o levantamento das aulas em que havia maior número de faltas registradas envolvendo a indisciplina dos discentes, embora os nomes dos professores fossem poucas vezes mencionados, assim como a matéria lecionada por eles, realizamos o levantamento de acordo com as aparições destes sujeitos no livro. Em alguns momentos, registrava-se apenas a disciplina ministrada e, em outros, apenas o nome do professor. Pela disciplina apontada era possível saber quem a lecionava e vice-versa, uma vez que recorremos ao Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para cruzar as informações. Segue a tabela, com o resultado do livro 1:

Tabela 10: Professores e disciplinas mencionadas no Livro 1 (1858-1859)

Disciplina	Professores mencionados	Qtd de vezes
História Antiga e Média	Sr. João Antonio Gonçalves da Silva	6
Geografia	Pedro José de Abreu	23
Latim do 5º ao 7º ano	Sr. Antonio José de Sousa	3
Grego	Guilherme Henrique Theodoro Schiffler	4
Italiano	Luiz Vicente De-Simoni	6
Latim do 2º ao 4º ano	Jorge Furtado de Mendonça	30
Inglês	Alberto Cumberworth	24
Francês	José Francisco Halbout	29
Religião	Padre Felix Maria de Freitas e Albuquerque	2
Trigonometria	José Ventura Boscoli	13
Latim e Gramática Nacional	Gabriel de Medeiros Gomes	14
Corografia e História do Brasil	Joaquim Manuel de Macedo	3

Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 1 de ocorrência (1858-1859).

Conforme podemos observar na tabela acima, a maioria das faltas dos alunos que foram registradas ocorriam durante as aulas de Latim, disciplina lecionada pelos professores Jorge Furtado de Mendonça, Antonio José de Sousa e Gabriel de Medeiros Gomes, seguida da aula de Francês, pelo professor José Francisco Halbout e Inglês, com o professor Alberto Cumberworth. “Londrino, Mr. Cumberworth encarregava-se do idioma inglês” (SEGISMUNDO, 1996, p. 140).

A respeito do professor de Latim, Antonio José de Sousa, o ex-aluno do Colégio, José Joaquim de Campos da Costa de Medeiros e Albuquerque escreveu, em seu livro intitulado *Minha vida: da infância a mocidade: memórias (1867-1893)*, longas lembranças dos tempos escolares vividos no Colégio. Em uma dessas lembranças, mencionou sobre o dito professor de latim:

Entre os meus professores desse tempo, o mais curioso era o de latim, o Dr. Sousa. Passava por ser grande latinista, conhecendo a fundo a matéria que ensinava. Mas duas coisas o tornavam pitoresco: o seu amor à obscenidade e a sua pretensão de fazer rosas negras. Na aula, a cada instante, dizia coisas imoralíssimas. E os alunos tinham o direito de fazer outro tanto. Nos anos superiores, isso chegava a extremos inacreditáveis. Sousa era preto [...]. (MEDEIROS E ALBUQUERQUE, 1933, p. 18-19).

Curioso notar que as três disciplinas com maior número de ocorrências são vinculadas ao ensino de línguas. Temos o Latim, como a língua clássica ou “morta” e as línguas “vivas”, marcadas pelo Francês e Inglês no levantamento realizado. Tais línguas eram consideradas centrais na preparação da mocidade, compondo os conhecimentos desejáveis para a formação da sociedade ilustrada. Além do ensino de línguas, Geografia também ganhou destaque nas ocorrências, com um total de 23 aparições.

De acordo com Joaquim Manoel de Macedo (2005, p. 263),

Os primeiros professores nomeados foram: de história natural e ciências físicas, o sr. dr. Emílio Joaquim da Silva Maia; de história e geografia, o sr. dr. Justiniano José da Rocha; de grego e de retórica, o Sr. Dr. Joaquim Caetano da Silva; de inglês, Diogo Maze; de francês, Francisco Maria Piquet; de filosofia, o Sr. Dr. Domingos José Gonçalves de Magalhães; de latim, o Sr. Jorge Furtado de Mendonça; de desenho, o Sr. Manoel de Araújo Porto Alegre, de música, o Sr. Januário da Silva Arvelos.

Jorge Furtado de Mendonça foi um dos primeiros professores do estabelecimento. Como afirmou Macedo (2005, p. 263) “... o distinto professor de Latim é o último representante dessa bela família literária que teve a glória de inaugurar o Imperial Colégio de Pedro II”.

A Revista da Semana também publicou uma notícia relacionada ao professor de Latim:

Jorge Furtado de Mendonça pouco lecionou, uma vez que a cadeira de Latim fora dividida em 1849. Três cadeiras da língua latina passou a ter o Colégio, voltando Furtado de Mendonça a lecionar uma delas. Ilustraram a cadeira de Latim, entre outros, Gonçalves Dias, Castro Lopes, Antônio José de Souza, Lucindo dos Passos, Fortunato Duarte, Vicente de Souza, para só mencionar alguns (REVISTA DA SEMANA, 1935, p. 17).

Vieira Fazenda, ex-aluno do Internato do Imperial Colégio de Pedro II, apresentou a lista dos professores exigentes: “... os professores de Francês, Latim, Geografia, História Natural, Matemática, Inglês, Física e Química, a saber, Halbout, Jorge Furtado de Mendonça, Abreu, Benevides, Bôscoli, Mota e Silva Lisboa” (DÓRIA, 1997, p. 105). Embora Vieira Fazenda fosse aluno do Internato, muitos professores de lá também lecionavam no Externato, como foi o caso do professor de Latim, Jorge Furtado de Mendonça.

Os estudos dedicados ao Latim mereceram grande atenção por parte do Colégio. Essa matéria se fez presente em todos os sete anos do curso abarcando a maior carga horária.

Marca de pertencimento à elite, o ensino do Latim voltava-se, principalmente, para o domínio de expressões que poderiam ser utilizadas como prova de erudição. Essa formação confere, àqueles que dela participam, uma marca indelével de pertencer à elite, sendo um signo de reconhecimento, se não pelo desempenho ou gosto pelas línguas antigas, pelo menos por uma certa familiaridade com frases ou citações latinas (CHERVEL, 1999, p. 4).

Seguindo os mesmos critérios e classificações utilizados para o livro anterior, seguimos com a realização do levantamento. Para o livro 2, obtivemos o seguinte resultado:

Tabela 11: Professores e disciplinas mencionadas no Livro 2 (1866-1870)

Disciplina	Professores mencionados	Qtd de vezes
Música Vocal	José Joaquim Goyano	13
Dança	Julio Toussaint	1
Latim	Lucindo Pereira dos Passos	5
História	Barão de Tautphoeus	2
História Antiga	Moreira de Azevedo	6
Geografia	Pedro José de Abreu	1
Ginástica (interino)	Alferes Pedro Guilherme Meyer	3
Religião, História Sagrada e de latim e português do 1º ano	Monsenh. Félix Maria de Freitas Albuquerque	6

Francês	José Francisco Halbout	10
Ciências Matemáticas	José Ventura Boscoli	1
Inglês	Felippe da Motta Azevedo Corrêa	1
Português	José Manoel Garcia	12
Explicador de matemáticas e preparador de Ciências Naturais	João Baptista de Noronha Feital	2
Explicador de francês e português	Magalhães Couto	1
Latim	Gabriel de Medeiros Gomes	3

Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 2 de ocorrência (1866-1870).

De acordo com a tabela acima, três disciplinas escolares ganharam destaque no livro 2. São elas: Música vocal, ministrada pelo professor José Joaquim Goyano, com 13 menções; Português, ministrada pelo professor José Manoel Garcia e, ocupando o terceiro lugar no “ranking” das faltas registradas em determinadas aulas, temos o Francês, com 10 aparições, ministrado pelo professor José Francisco Halbout.

Enquanto no livro 1, tínhamos as disciplinas voltadas para as línguas no topo do “ranking” (Latim, Francês, Inglês), no livro 2 já podemos visualizar um outro formato (Música, Português, Francês). Com o ensino de línguas ainda ocupando posições privilegiadas entre os “campeões de ocorrência”, o Latim dá lugar à Música na dinâmica das aulas em que ocorriam os maiores índices de infrações captados nos livros de ocorrência.

Segundo Gilberto Vieira Garcia (2018), o professor de Música.

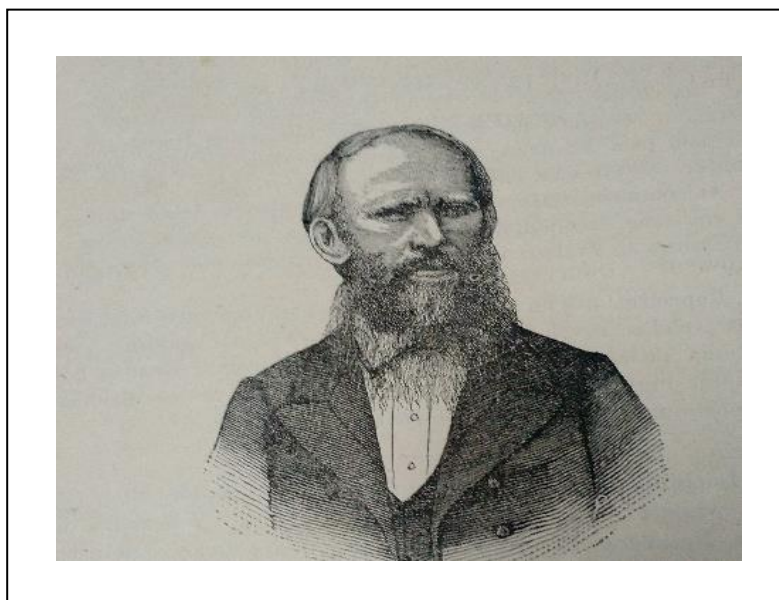
José Joaquim Goyano, natural de Minas Gerais, foi o terceiro mestre de música do Colégio Pedro II, atuando entre os anos de 1858 e 1866, sendo a sua nomeação reconhecida como ‘digna de todo louvor’, segundo uma nota publicada no Correio Mercantil, em 04 de fevereiro de 1858. Em comparação aos dois mestres que o antecederam, a sua carreira é, sem dúvida, a mais complexa e intensa em termos de lugares de atuação, de meios de veiculação musical por ele utilizados e em termos de rede de sociabilidade e de articulação política e cultural mobilizada. Violinista, regente, copista, compositor e arranjador, atuou tanto no campo da música sacra quanto em outros campos da música, publicando partituras na imprensa, fazendo música para teatro, promovendo bailes, regendo orquestras e coros e, ainda, lecionando. [...] No campo do ensino, Goyano ofereceu ao longo dos anos, de maneira esparsa, aulas particulares de piano, de música vocal ou, simplesmente, de “música” – compreendendo os princípios elementares e os solfejos. Bem antes de ser nomeado para o Pedro II, foi mestre do Colégio Marinho, ao qual se dedicou com bastante afinco. (GARCIA, 2018, p.138).

Em notícia publicada no dia 4 de maio de 1853, o jornal intitulado *Marmota da Corte* (1853, p. 4), assim o descreve: “O Sr. Goyano, além dos conhecimentos profissionais [como músico], tem natural propensão para o magistério: paciente, e pertinaz [...]. Sabe enraizar nos jovens corações o amor da divina arte de Rossini, Bellini e Donizetti”.

Uma vez que era apontado como um professor paciente e pertinaz, por qual razão os discentes não se comportavam em sua aula? Podemos inferir que seu método de ensino não detivesse a atenção dos alunos, ou, que sua aula fosse monótona, contribuindo, assim, para uma maior dispersão dos discentes e, conseqüentemente, abria-se uma brecha para se cometer infrações disciplinares.

José Manoel Garcia foi nomeado em 1857, “repetidor interino de filosofia e retórica do Colégio Pedro II. No ano seguinte, foi nomeado secretário do Externato do Pedro II e, na década de 1870, foi também nomeado (sem concurso) para a cadeira de português, do segundo ao quinto ano” (BLAKE, 1883, v. 5, p. 24-25).

Figura 40: Professor José Manoel Garcia



Fonte: Revista Pedagógica, t.8, n. 46, 15 dez. 1895

Para o livro 3, encontramos as seguintes informações:

Tabela 12: Professores e disciplinas mencionadas no Livro 3 (1867-1872)

Disciplina	Professores mencionados	Quantidade de vezes
Religião, história sagrada	Monsenhor Felix de Albuquerque	8
Francês	José Francisco Halbout	24
Física	José da Silva Lisboa	1
História Antiga	Moreira de Azevedo	6
Português	Gabriel de Medeiros Gomes	26
Inglês	Felippe da Motta Azevedo Corrêa	3
Aritmética	José Ventura Boscoli	1
Latim	Lucindo Pereira dos Passos	43
Português, Aritmética e geografia do 1º ano	José Manoel Garcia (interino)	21
Música	Mathias José Teixeira	6
Explicador de francês e português	Magalhães Couto	2
Desenho	Candido Matheus de Faria Pardal	2
Alemão	Berthold Godschmidt	1
Explicador de inglês e português	Manoel Pacheco da Silva Junior	1
Demais mencionados		Quantidade de vezes
Explicador	Seixas	1
Chefe de turma		3
Criado da latrina	Soares	4

Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 3 de ocorrência (1867-1872).

Como podemos visualizar na tabela acima, o maior número de faltas registradas pelos discentes ocorreu nas aulas de Latim, disciplina lecionada pelo professor Lucindo Pereira dos Passos, seguida da aula de Português, ministrada pelo professor Gabriel de Medeiros Gomes e Francês, pelo professor José Francisco Halbout.

Sobre o professor de Latim, Lucindo dos Passos, encontramos a seguinte descrição:

[...] corpulento mestiço de temperamento sui-generis, sempre de calças brancas, lunetas de ouro, um grande sabedor de latim que se enraivecia e impacientava vendo que não conseguia incutir nos alunos o gosto pelas guerras da Gallia ou pela política romana dos seus autores prediletos (MARINHO; INECO, 1938, não paginado).

Como vimos, Lucindo era considerado um professor impaciente e enraivecido. Pode ser que por esse motivo suas aulas tenham contribuído para um maior número de registros de infrações por parte dos alunos.

Novamente, as disciplinas com maior número de ocorrências voltam-se para o ensino de línguas (Latim, Português, Francês). O eixo de ligação entre os três livros já descritos até

o momento, com relação ao maior número de ocorrências em uma determinada aula, está sendo representado pela disciplina de Francês.

Curioso destacar que, no Livro 3, foram também mencionados os Chefes de turma e o criado da latrina, os quais faziam queixa sobre alguma situação às autoridades superiores, podendo elas serem o Reitor ou o inspetor responsável.

No livro 4, também realizamos o levantamento com relação à quantidade de ocorrências registradas em cada aula lecionada. Assim, temos:

Tabela 13: Professores e disciplinas mencionadas no Livro 4 (1884-1885)

Disciplina	Professores mencionados	Qtd de vezes
Música	Mathias José Teixeira	4
Coadjuvante de Musica	Luiz Ferreira Lagos	8
Ginástica	Paulo Vidal	7
Religião	Frei Saturnino de Santa Clara Antunes de Abreu	3
Francês	José Francisco Halbout	39
Professor substituto de Português 2º ao 5º ano	Henrique Carlos da Rocha Lima	2
Latim	Lucindo Pereira dos Passos	8
Desenho	Poluceno Pereira da Silva Manoel	3
Coadjuvante de Desenho	Manoel Arthur Ferreira	1
Português 1º ano	Manoel Olympio Rodrigues da Costa	22
Português	Silva Ramos	44
Professor substituto de alemão	Carlos Jansen	19
Professor substituto de Português 2º ano	Alfredo Gomes	48
Alemão	Berthold Goldschmidt	1
Professor substituto de italiano	João Onofre de Souza Breves	2
Instrução Religiosa	Frei Saturnino de S. Clara Antunes de Abreu	1
Desenho	Poluceno	7
	Soares de Mello	9
Instrução Religiosa	Abbade Frei Saturnino	2
Coadjuvante do Professor de Desenho	Manoel Arthur Ferreira	2
Professor Substituto de Geographia	João Maria da Gama Berquó	3
Ginástica	Higgins	2
Literatura	Pinheiro	2
Professor substituto de latim	Vicente de Souza	2
Demais mencionados		Quantidade de vezes
Criado das latrinas		1
Chefe de turma		1

Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 4 de ocorrência (1884-1885).

A tabela acima nos mostra que a disciplina de Português, ministrada por Alfredo Augusto Gomes, interino e regente da cadeira suplementar do 2º ano, é a campeã. O segundo lugar também é ocupado pela mesma disciplina, ministrada por Silva Ramos. Este Foi professor emérito de Português, Poeta, Filólogo, primoroso estilista e membro da Academia Brasileira de Letras.

Em terceiro lugar, está a disciplina de Francês, ministrada por José Francisco Halbout, com trinta e nove situações que o envolviam. Assim, temos um novo formato (Português, Português e Francês). As duas últimas disciplinas já ocupavam a segunda e a terceira posições desde o livro 2. Com exceção do livro 2, em que o ensino de Música ocupava o primeiro lugar, as línguas (Latina, Francesa, Inglesa e Portuguesa) vem demonstrando um maior predomínio na “indisciplina dos alunos” durante as aulas ministradas por seus respectivos professores.

Figura 41: Professor Silva Ramos



Fonte: Revista da Semana, 1937, p. 33

Para o livro 5 também encontramos diversos registros de infrações registradas pelos inspetores em aulas específicas. Mesmo que o nome do professor não fosse divulgado, através do Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro conseguíamos rastreá-lo. Dessa forma foi possível verificar em qual disciplina ocorria o maior número de faltas que foram registradas no presente livro, como podemos ver a seguir:

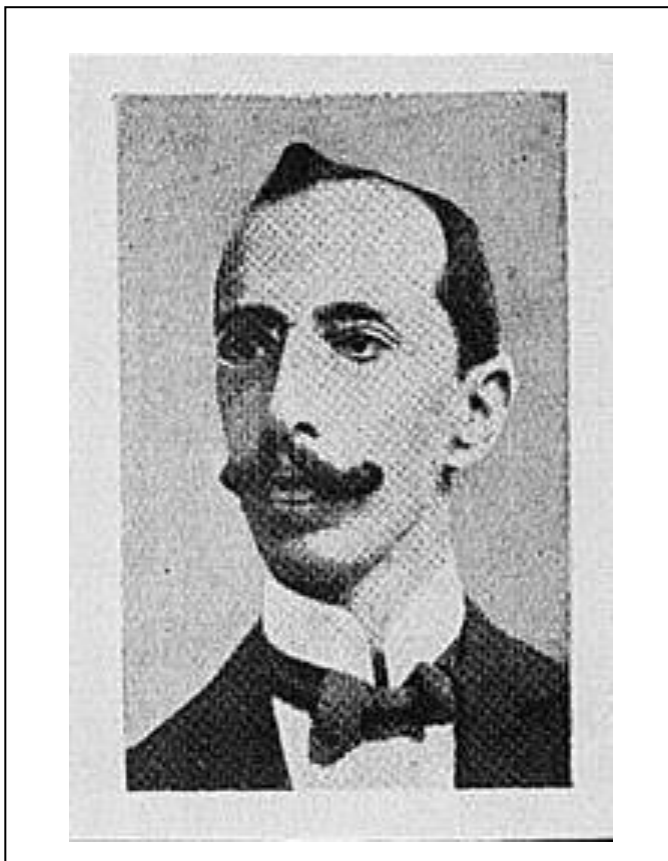
Tabela 14: Professores e disciplinas mencionadas no Livro 5 (1885-1886)

Disciplina	Professores mencionados	Qtd de vezes
História Sagrada	Eduardo Christão	2
Instrução Religiosa	Abbate Frei Saturnino	4
Religião	João Pires de Amorim	6
Professor substituto de Português 2º ano	Alfredo Gomes	30
	Soares de Mello	5
Matemáticas elementares	Luiz Pedro Drago	2
Francês	José Francisco Halbout	43
Música	Faria	2
Português	Aureliano Correia Pimentel	8
Professor substituto de italiano	Monsenhor João Onofre de Souza Breves	5
Professor substituto de alemão	Carlos Jansen	5
Português 1º ano	Olympio da Costa	25
Latim	Lucindo Pereira dos Passos	22
Ginástica	Arthur Higgins	1
Desenho	Poluceno Pereira da Silva Manoel	2
Professor substituto de Geografia	João Maria da Gama Berquó	2
Professor substituto de Latim	Vicente de Souza	2
Professor substituto de Francês	Manoel de Magalhães Couto	2
Aritmética	Raja Gabaglia	22
Filosofia Racional e Moral	Rozendo Moniz Barretto	2
Corografia e História do Brasil	João Capistrano de Abreu	1

Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 5 de ocorrência (1885-1886).

A tabela acima nos mostra que a disciplina de Francês, ministrada por José Francisco Halbout, é a campeã. O segundo lugar é ocupado pela disciplina de Português, ministrada pelo professor substituto Alfredo Gomes.

Figura 42: Professor Alfredo Gomes



Fonte: Revista da Semana, 1937, p. 33

Em terceiro lugar, temos novamente a disciplina de português, ministrada por Manoel Olympio Rodrigues da Costa. Este último foi também professor do Ginásio Baiano e da Escola Normal da Corte. “No Colégio Pedro II, lecionou Português, Aritmética e Geografia para o primeiro ano. Publicou dois compêndios: Gramática Portuguesa e Noções de Aritmética (o último, “sob as vistas” de Abílio Cesar Borges), ambos adotados pelo Governo Imperial”. (BLAKE, 1883, v. 6, p. 176-77).

Assim, temos um novo formato (Francês, Português, Português). Com exceção do livro 2, em que o ensino de Música ocupava o primeiro lugar, as línguas (Latina, Francesa, Inglesa e Portuguesa) vem demonstrando um maior predomínio na “indisciplina dos alunos” durante as aulas ministradas por seus respectivos professores.

No livro 5, encontramos o inverso do que ocorreu no livro 4 (Português/Português/Francês). Por qual motivo as aulas ministradas por professores de línguas, de forma geral, estavam ocupando um lugar de destaque no que diz respeito ao comportamento dos alunos? Será que a vigilância nessas aulas era menos rígida e, com isso, os alunos aproveitavam as “brechas” encontradas para exercerem o que tinham vontade e era proibido? Ou, será o contrário, de tão rígidos os professores, qualquer movimento exercido pelos alunos que pudesse interromper suas aulas já era motivo suficiente para um registro no livro de ocorrência, favorecendo a aplicação de castigos aos alunos? Mesmo não tendo as respostas certas para estas questões, podemos inferir que as duas opções poderiam ocorrer. Uma pista aparece com o depoimento do professor de inglês do Colégio, João Rodrigues de Macedo: “por mais numerosa que fosse a classe, quem não sabia manter disciplina, não merecia o nome de professor. O aluno tateia o pulso do professor e de achá-lo forte ou fraco torna-se bom ou mau” (DÓRIA, 1997, p. 134). Continua ele: “... a manutenção da ordem em uma classe está tão somente no critério do professor e nenhum há que o não tendo, possa, jamais por meio de inspetores, conseguir a ordem e o respeito que lhe são devidos” (DÓRIA, 1997, p. 134).

Podemos perceber pelo discurso de João R. Macedo que os alunos “testavam” o pulso dos professores e, se os achassem fracos de pulso e maus docentes, a probabilidade dos discentes cometerem infrações era grande. Também observamos que caso o professor não conseguisse manter a ordem e a disciplina desejadas, os inspetores os ajudariam e, para isso, muitos castigos poderiam ser implementados.

Até o momento, percebemos que a disciplina de francês representa o fio que perpassa todos os livros até aqui investigados (1858-1886). O professor da referida disciplina, José Francisco Halbout:

[...] era filho de pais franceses, nascido no Rio de Janeiro e, foi criado em ambiente pedagógico, pois sua mãe, Mme. Luiza Halbout, mantinha uma escola para meninas no centro da cidade. Adolescente, dedicou-se à profissão de relojoeiro, mas aos vinte e dois anos começou a lecionar. Ingressou no Imperial Colégio de Pedro Segundo em 1858 para dar aulas de francês (ALVES, 2013, p. 84).

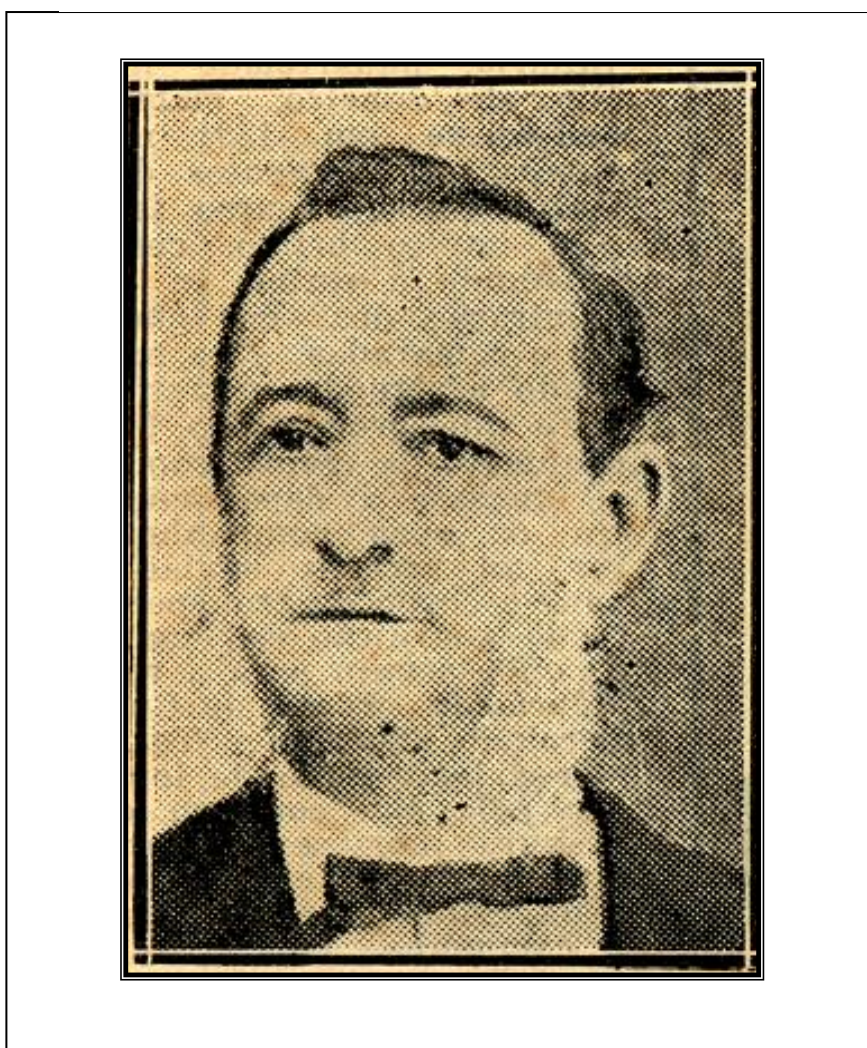
Halbout era temido por sua austeridade, severidade e ferocidade, pelos detalhes com que ensinava e exigia, sobretudo a partir da publicação de sua *Gramática teórica e prática da língua francesa* (1873). “Era ele um distribuidor feroz de notas más, reprovador-mór, sem atenção a quaisquer méritos” (DÓRIA, 1997, p. 134). O ex-aluno e bacharel de 1893, o Dr.

Luiz Cantanhede Carvalho e Almeida, recordou sobre este professor:

Inolvidável era Halbout, de sobrecasaca negra, mento e lábios raspados entre ‘suíças bastas’; usando rapé sem um só salpico, ao invés dos tabaqueadores descuidados procurando esconder desmazelos nasais em grandes lenços policrômicos de Alcabaça. Jamais esquecido das notas más ou das reprovações. Este tipo íntegro de juiz, igual nas exigências da repetição das páginas de sua gramática. E que pontualidade a de José Francisco Halbout! Velho mestre cuja falta à aula nunca foi prevista, porque nunca acontecera e aconteceria, dele a falta escapava ao cálculo das probabilidades; a presença de Halbout era certeza. Faltou dois dias no Colégio para morrer no terceiro dia (DÓRIA, 1997, p. 163).

Como podemos notar, Halbout era um professor bem rígido e sua severidade refletia, portanto, na posição ocupada por sua disciplina (Francês) no topo do ranking pela quantidade de ocorrências registradas durante sua aula.

Figura 43: Professor José Francisco Halbout



Fonte: IHGB-RJ

Para o livro 6, obtivemos o seguinte resultado:

Tabela 15: Professores e disciplinas mencionadas no Livro 6 (1886-1887)

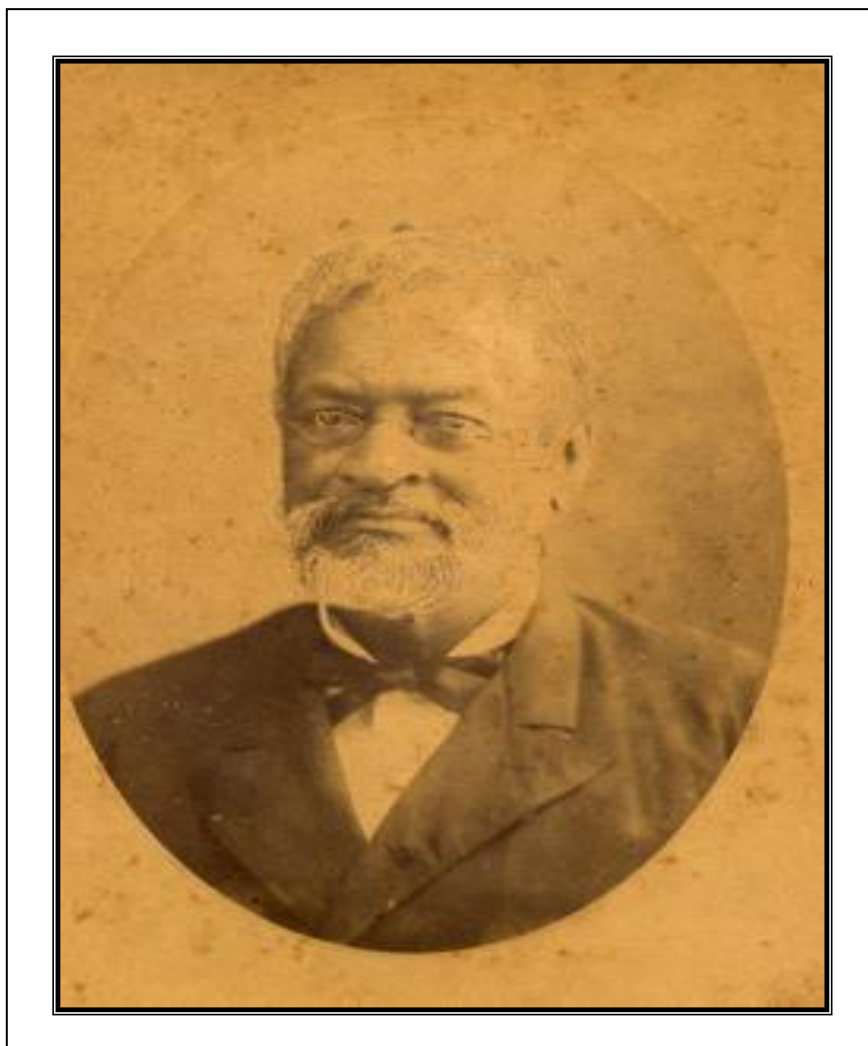
Disciplina	Professores mencionados	Qtd de vezes
Português e Literatura Geral	Aureliano Pimentel	31
Aritmética	Raja Gabaglia	6
Português	Monsenhor Breves	7
Francês	José Francisco Halbout	67
Latim	Lucindo Pereira dos Passos	35
Português 1º ano	Olympio da Costa	4
Filosofia Racional e Moral	Rozendo Moniz Barretto	1
Matemáticas elementares	Luiz Pedro Drago	8
História Sagrada	Monsenhor Amorim	7
História Sagrada	Abbate Frei Saturnino	3
Desenho	Poluceno	5
Professor Substituto de Francês	Magalhães Couto	10
Professor Substituto de Latim	Vicente de Souza	3
Italiano	Breves	1
História	Mattoso Maia	1
Música	Mathias Teixeira	3
Alemão	Berthold Goldschmidt	3
Grego	Guilherme Henrique Theodoro Schieffler	3
Retórica	Carlos Ferreira França	11
Geografia	Pedro José de Abreu	3
Inglês	Alfredo Alexander	3

Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 6 de ocorrência (1886-1887).

De acordo com a tabela acima, novamente a disciplina de Francês, ministrada por José Francisco Halbout, é a campeã. O segundo lugar é ocupado pela disciplina de Latim, ministrada por Lucindo Pereira dos Passos. Segundo o depoimento do ex-aluno Castanheda Almeida, bacharel no ano de 1893, o professor Lucindo Pereira dos Passos era:

[...] quão impaciente e enraivecido se não conseguia incutir nos alunos gosto pela latinidade, para ele só aprendível pelo método de Clintock. Corpulento, não era qualquer cadeira que lhe servia e devia estar bem limpa para não lhe macular as habituais calças brancas. Sabia latim e queria que o soubessem, olhos a fuzilarem atrás dos óculos de ouro se o aluno dava silabadas, ou gaguejava quando César mostrava como vencera Vercingetorix ou Horácio em ode indicava quão fugidia é a vida humana, quão preciso aproveitá-la ao ritmo da ampulheta que a todos mede existência (DÓRIA, 1997, p. 163).

Figura 44: Professor Lucindo Pereira dos Passos



Fonte: IHGB -RJ

Em terceiro lugar, está a disciplina de Português, ministrada por Aureliano Pereira Corrêa Pimentel, com trinta e um casos que envolviam sua aula nas faltas cometidas pelos alunos, assim, temos um novo formato (Francês, Latim, Português). Novamente observamos a disciplina francesa como o elo de todos os livros até o momento investigados. As duas últimas disciplinas já ocupavam outras posições desde o livro 1. Como já foi constatado, as disciplinas que envolvem as línguas (Latina, Francesa, Inglesa e Portuguesa), notadamente relacionadas aos estudos clássico-humanísticos, vem demonstrando quantidades maiores de faltas cometidas pelos alunos durante as aulas ministradas por seus respectivos professores.

A concepção humanística da educação, patrimônio cultural iluminista, privilegiava: o conhecimento erudito do Latim e das línguas estrangeiras, notadamente o Francês, garantia de participação social no mundo civilizado; os saberes clássicos da Literatura, da Retórica e da Poética, formas de domínio do

homem culto; e, o conhecimento ilustrado da História Universal, identificação da genealogia da nação brasileira branca, civilizada e cristã (ANDRADE, 2016, p. 105).

Para o livro 7, obtivemos o seguinte resultado:

Tabela 16: Professores e disciplinas mencionadas no Livro 7 (1887-1889)

Disciplina	Professores mencionados	Qtd de vezes
Português	Aureliano Pimentel	16
Aritmética	Eugenio de Barros Raja Gabaglia	6
História Sagrada	Frei Saturnino de S. Clara Antunes de Abreu	1
Professor substituto de Religião e História Sagrada	Monsenhor João Pires de Amorim	8
História Sagrada	Monsenhor Abbade Frei Saturnino	1
Francês	José Francisco Halbout	5
Latim	Lucindo Pereira dos Passos	10
Português	Manoel Olympio Rodrigues da Costa	7
Filosofia	Rosendo Muniz Barreto	1
Matemática	Luiz Pedro Drago	4
Música	Mathias José Teixeira	6
Coadjuvante do Professor de Música	Balduino Rodrigues de Carvalho	1
Ginástica	Arthur Higgins	2
Francês	Manoel de Magalhães Couto	1
Professor Substituto de Geografia	João Maria da Gama Berquó	2
Professor Substituto de Retórica	Carlos Ferreira França	1
Coadjuvante do Professor de Desenho	Manoel Arthur Ferreira	8
Grego	João Henrique Braune	1

Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 7 de ocorrência (1887-1889).

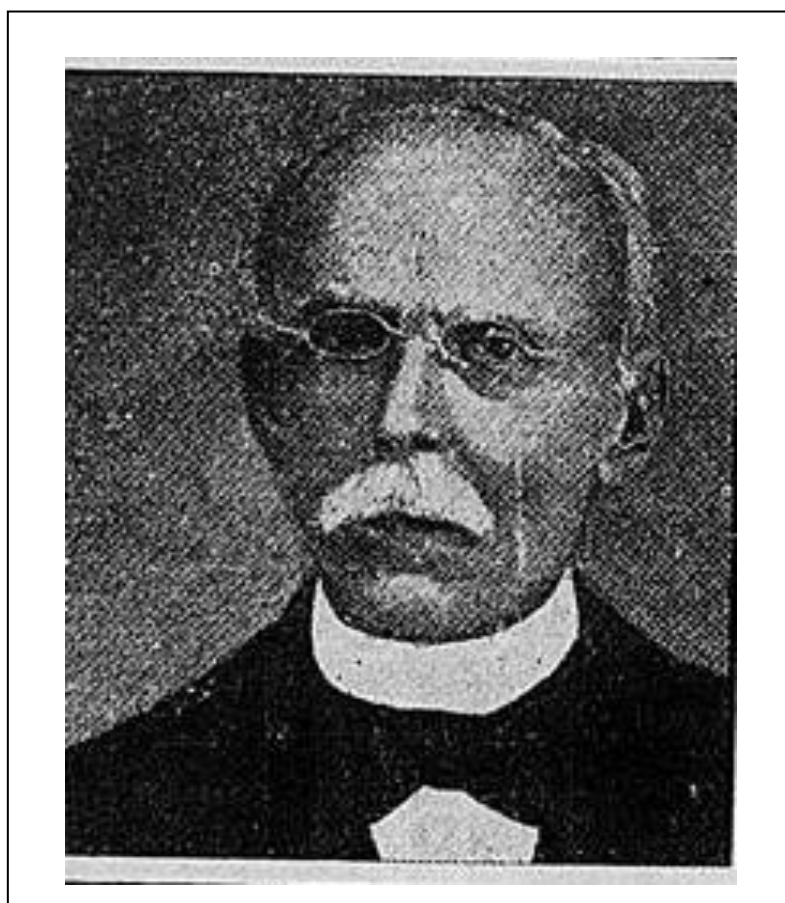
Na tabela acima é possível verificar que a disciplina de Português, ministrada por Aureliano Pereira Corrêa Pimentel é a campeã. No livro anterior, essa disciplina ocupou o terceiro lugar, com o mesmo professor.

Nascido no mineiro São João d'El Rey a 26 de novembro de 1830, distinguiu-se Aureliano Pimentel na cidade natal como escritor e jornalista, cultor da prosa e do

verso, por obra volumosa cuja parte inédita dava para publicação de alguns volumes. Sabedor emérito da língua vernácula e de Latim, vivia Aureliano na sombra provinciana, à luz apenas dos estudos de gabinete. D. Pedro II visitou, porém, Minas e teve ensejo de conversar com o modesto douto, induzindo-o logo à cadeira do Colégio. Transferiu-se Aureliano para o Rio de Janeiro, obtendo por concurso, e notável, a cadeira de Português cuja posse lhe vaticinara o soberano. Não foi alheia a benevolência deste na elevação de Aureliano Pimentel à reitoria do Internato. (DÓRIA, 1997, p. 155).

Aureliano Pimentel, além de professor de Português no Externato, era o Reitor do Internato. Nele permaneceu no cargo até janeiro de 1888, no mês seguinte, assumira a reitoria do Internato o Conselheiro João Capistrano Bandeira de Mello Filho e como Vice-Reitor, Paranhos de Macedo. O ano de 1888, portanto, foi significativo para a Reitoria, tanto do Externato, quanto do Internato, uma vez que ambos os Reitores foram alterados.

Figura 45: Aureliano Pereira Corrêa Pimentel



Fonte: Revista da Semana, 1937, p. 33.

O segundo lugar é ocupado pela disciplina de Latim, ministrada por Lucindo Pereira dos Passos. No terceiro lugar, com o mesmo número de vezes mencionado nos registros,

estão as disciplinas de Religião e Desenho. Temos, no livro 7, uma nova configuração: Português/Latim/Religião e Desenho. Até então, eram as disciplinas voltadas para o estudo das línguas as que mais exigiam disciplina de seus alunos, sendo, inclusive, a disciplina de Francês, o elo entre os seis livros já tratados.

Com relação aos professores de Religião, Cantanhede revela:

Dois sacerdotes ensinavam Religião, regular um, secular o outro. Do mosteiro de São Bento descia frei Saturnino Santa Clara Antunes de Abreu, pregador imperial, teólogo da Nunciatura Apostólica, ao tempo no convento do Carmo no Largo da Lapa, e vinha explicar História Sagrada aos meninos do Externato, com a gravidade dum abade titular de São João Gualberto. ‘Alma de erudito’ – declara Cantanhede – em cujo olhar se percebia uma faísca de convicção do próprio valor, que a humildade da sotaina não conseguira apagar de todo, contrapondo-se à figura simples do velho sacerdote, Monsenhor Amorim, seu substituto. (DÓRIA, 1997, p. 163).

Para finalizar os oito livros de ocorrências, realizamos o levantamento com os dados dos professores e suas respectivas disciplinas ministradas. Assim, encontramos para o livro 8:

Tabela 17: Professores e disciplinas mencionadas no Livro 8 (1891-1898)

Disciplina	Professores mencionados	Qtd de vezes
Português	Fausto Carlos Barreto	10
Geometria geral, cálculo e geometria descritiva	Eugenio de Barros Raja Gabaglia	16
Professor Suplementar de Aritmética	Francisco Baptista do Nascimento	12
Geografia (interino)	Evaristo Nunes Pires	1
Francês	José Dias Delgado de Carvalho Junior	13
Desenho	Poluceno Pereira da Silva Manoel	58
Latim	Vicente de Souza	23
Música	Mathias José Teixeira	36
Geografia	Francisco José Xavier	33
História Universal	João Ribeiro	1
Ginástica	Arthur Hyggins	17

Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 8 de ocorrência (1891-1898)

A tabela acima nos mostra que a disciplina de Desenho, ministrada por Poluceno Pereira da Silva Manoel, é a campeã do livro 8, no que diz respeito à quantidade de faltas registradas durante determinada aula. O segundo lugar foi ocupado pela disciplina de Música, ministrada por Mathias José Teixeira. “Vozes em coro, sons de piano, na sala de música de Mathias Teixeira. Silêncio na de Desenho de Poluceno Manoel, lápis e mais lápis, a reproduzir modelos” (REVISTA DA SEMANA, 1934, p. 18).

Poluceno Pereira da Silva Manoel estudou na Academia Imperial de Belas-Artes, especializando-se no retrato e na pintura de história. Disputou, com mais quatro candidatos, o sexto concurso de premiação da Academia, em 1850, tendo sido, porém, superado por Agostinho José da Mota. Nas Exposições Gerais de Belas Artes, obteve a medalha de prata, em 1859, e a de ouro no ano seguinte, voltando a expor alguns retratos em 1870. Quando da criação do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, tornou-se seu professor de Desenho, a rogos de Bithencourt da Silva. Lecionou a mesma disciplina no Colégio Pedro II. Retratista, desenvolveu intensa atividade na antiga capital do Império, entre 1862 e 1890. (CATÁLOGO DAS ARTES, 2018).

O professor Mathias José Teixeira (1829-1909), baiano, foi o quarto mestre de Música do Colégio Pedro II e o que permaneceu por mais tempo na instituição durante o século XIX, atuando entre 1866 e 1899. Em 07 de fevereiro de 1866, substituiu José Joaquim Goyano, sendo nomeado em 28 de agosto de 1867. Desde 1866, atuou simultaneamente como professor do Internato e do Externato até 1875, quando passou a lecionar somente neste último.

No Rio de Janeiro, Mathias Teixeira fez contatos com importantes personagens do meio artístico da capital. Em 1860, tornou-se membro da comissão artística da Sociedade Propagadora das Belas-Artes – comissão que contou, por exemplo, com João Caetano e Martins Penna – passando a fazer parte do conselho diretor dessa associação, em 1868, tendo entre seus pares Victor Meirelles e Henrique Alves de Mesquita. Em razão dos serviços prestados a essa associação e ao seu Liceu de Artes e Ofícios, onde atuou como professor ao menos até 1872, Mathias Teixeira foi condecorado ainda em 1868 como Cavaleiro da Ordem Rosa – tornando-se, então, o primeiro mestre de música do Colégio Pedro II com um título de nobreza. Além disso, ministrou aulas também em outros estabelecimentos, como no Colégio Santa Rita de Cássia, voltado apenas para meninas, entre 1868 e, seguramente, até 1871; na Escola Industrial, em 1879, a propósito de uma requisição por aulas de música feita pelos próprios alunos; no Asilo de Órfãos da Imperial Sociedade de Amantes da Instrução, em 1880, sociedade que se tornou sócio benemérito em 1882. (GARCIA, 2018, p. 153-54).

Em terceiro lugar, está a disciplina de Geografia, ministrada por Francisco José Xavier, com trinta e três situações que o envolviam. Assim, temos um novo formato

(Desenho, Música e Geografia). Até então, a disciplina de Música só havia aparecido uma vez, ocupando o primeiro lugar no livro 2. Desenho, que ocupou a terceira colocação, juntamente com a disciplina de Religião, no livro anterior, passa a primeira colocação. Geografia, então, aparece pela primeira vez. Portanto, nesse livro, percebemos uma ruptura com relação às disciplinas voltadas para o estudo das línguas, que, até o livro anterior, ocuparam, pelo menos, as duas primeiras posições.

Novas configurações podem ser percebidas no livro 8 e estas estão visíveis no conjunto de variáveis até o momento trabalhadas. Foi possível perceber mudanças na Reitoria, mudanças no grupo de inspetores responsáveis por manter a disciplina e mudanças nas aulas na quais ocorriam um maior número de registros de ocorrência. Uma hipótese para que nessas aulas ocorressem maiores casos de indisciplina dos alunos pode estar associada ao fato de estas disciplinas terem uma ligação com as Artes, vinculando-as a momentos de prazer, passatempo, diversão e deleite, tendo estas duas disciplinas a função de aliviar o cansaço e os possíveis desgostos dos alunos, revigorando seus ânimos.

Outros elementos, certamente, serão percebidos, pois, somente no período abrangido pelo livro 8 o Colégio passou por pelo menos três Reformas. A ruptura republicana com a tradição do Imperial Colégio desencadeou mudanças de nomes, extinção do bacharelado, abolição de títulos e diplomas, política de equiparações dos ginásios estaduais e colégios particulares. Em meio à modernização, imposta pelo progresso na República, o Colégio esgotou o modelo de educação clássica e humanística e viveu uma crise de identidade de sua natureza elitista.

3.3.4 Os discentes

Nesta seção, procuraremos apresentar os alunos que tiveram destaque nos livros de ocorrências (1858-1898), assim como expor o levantamento da quantidade de matrículas realizadas, bem como as séries que tiveram os maiores índices de faltas registradas, captando o movimento dos discentes por entre as tramas de nossa fonte de pesquisa.

Assim que o Colégio foi fundado, em 1837, foi elaborado o Regulamento n.º 8, primeiro estatuto desse estabelecimento de ensino, que trazia toda a organização curricular e administrativa da escola. Com relação aos jovens candidatos a alunos do Colégio, os seguintes requisitos deveriam ser preenchidos:

Artigo 46:

1º Idade, pelo menos, de 8 anos e de 12 anos quando muito. Os que excederem essa idade, não serão admitidos, sem licença especial do Governo;

2º Saber ler, escrever e contar as quatro primeiras operações de Aritmética;

3º Atestado de bom procedimento dos professores ou diretores das escolas, que houverem frequentado;

4º Despacho de admissão dado pelo Reitor (BRASIL, 1838, p. 69).

De acordo com a idade, Cunha Júnior (2008) destacou que vários foram os pedidos para a entrada no Colégio, cuja idade era superior ao limite estabelecido no Regulamento, variando dos 9 aos 18 anos. As inúmeras Reformas realizadas no Colégio durante o período que engloba os oito livros de ocorrência aqui investigados modificaram o limite mínimo de idade exigida para a entrada na instituição, chegando, em 1880, a ser de 11 anos de idade.

Os níveis de ensino de então eram o elementar ou primário, o secundário e o superior. Anterior à criação do Colégio Pedro II, o ensino secundário restringia-se aos seminários religiosos, aos colégios particulares e às aulas avulsas, cujos conhecimentos, nesta última modalidade, eram ministrados sem ordenação ou seriação definida. O Colégio, portanto, foi a primeira instituição pública oficial que ordenou e distribuiu as cadeiras e seus conteúdos em um curso de estudos ministrado em sete anos.

Em 1857, através do Decreto n.º 2006, de 24 de outubro, o Colégio foi dividido em duas seções: Internato e Externato. Assim, existiam quatro classes de alunos no estabelecimento de ensino. Os alunos do Internato, considerados de 1ª e de 2ª classe e os do Externato, considerados meio pensionistas e externos. Segue abaixo as descrições de cada classe:

§ 1º Os pensionistas de 1ª classe terão, além das lições dos professores, repetidores para as horas de estudo, médico, e botica nas enfermidades, dentista, cabeleireiro, alimentação sadia, e abundante, banhos de asseio todo o ano, e outros especiais no verão, roupa lavada, e engomada regularmente, cama, sendo mudada a roupa pelo menos todos os sábados, livros, mapas, papel, penas, & c.

§ 2º Os pensionistas da 2ª classe terão as mesmas vantagens enumeradas no § antecedente, exceto a roupa, que deverá ser fornecida, lavada, e engomada à custa de suas famílias.

§ 3º Os meio pensionistas terão direito a alimentação a hora do jantar, e ao ensino nas aulas do Externato.

§ 4º Os externos só terão direito a esta última vantagem (BRASIL, 1857, p. 384).

As despesas anuais de cada classe de alunos, também estão descritas no mesmo Decreto, em seu artigo 18. Com matrícula anual, quer seja pensionista, quer meio pensionista, quer externo, exceto os gratuitos, os alunos gastariam 12\$000. Com despesas trimestrais, os discentes iriam gastar os valores discriminados na tabela a seguir:

Tabela 18: Valores das pensões trimestrais dos alunos - 1857

Classe	Pensão trimestral
Pensionista de 1ª classe	105\$000
Pensionista de 2ª classe	80\$000
Meio pensionista	40\$000
Externo	24\$000

Fonte: BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1857, p. 384, v. 1, pt. II.

Na tabela acima, os pensionistas de 1ª e 2ª classe tinham gastos maiores do que os demais, uma vez que residiam no Internato e tinham mais vantagens, conforme descrito anteriormente. Segundo Cunha Júnior (2008, p. 58) “o custo de um aluno interno do primeiro ano do CPII chegava a 1:032\$000”. O custo anual de um aluno externo, como afirmou o autor, não era tão alto quanto o de um aluno interno.

Ainda com relação à categoria de alunos, havia, no Colégio, os meio pensionistas contribuintes e os meio pensionistas gratuitos, assim como os externos contribuintes e os externos gratuitos. Com relação aos alunos gratuitos, esses eram, em geral, alunos pobres, órfãos ou com alguma limitação financeira. Por essa razão, o “peso” da disciplina para com esses alunos deveria ser bem maior. Em se tratando de alunos gratuitos, esses, estavam assim caracterizados, de acordo com o Decreto n.º 2006, de 24 de outubro de 1857:

[...] além dos órfãos, seriam preferidos: primeiro os filhos dos professores públicos que tiverem servido bem por dez anos; segundo os alunos pobres, que nas escolas primárias se tiverem distinguido por seu talento, aplicação, e moralidade. Além dos já mencionados, os filhos dos oficiais do exército, e da armada até a patente de capitães, ou primeiros tenentes, e os dos empregados públicos em geral, que tenham mais de dez anos de serviço, quando forem pobres, e sobrecarregados de família (BRASIL, 1857, p. 8).

Assim, ser aluno gratuito, implicava, obrigatoriamente, em ser um bom aluno, ou seja, não ter reprovações em nenhuma série do ano letivo, assim como não ser indisciplinado, sob a pena de exclusão do estabelecimento de ensino, conforme o artigo 24 do referido Decreto⁵⁶.

⁵⁶ O aluno gratuito (pensionista ou meio-pensionista) que for reprovado em qualquer ano, perderá o seu lugar no estabelecimento, exceto se o respectivo Reitor informar que por doente não pôde ter a necessária aplicação. Cf. Brasil, 1857, p. 8.

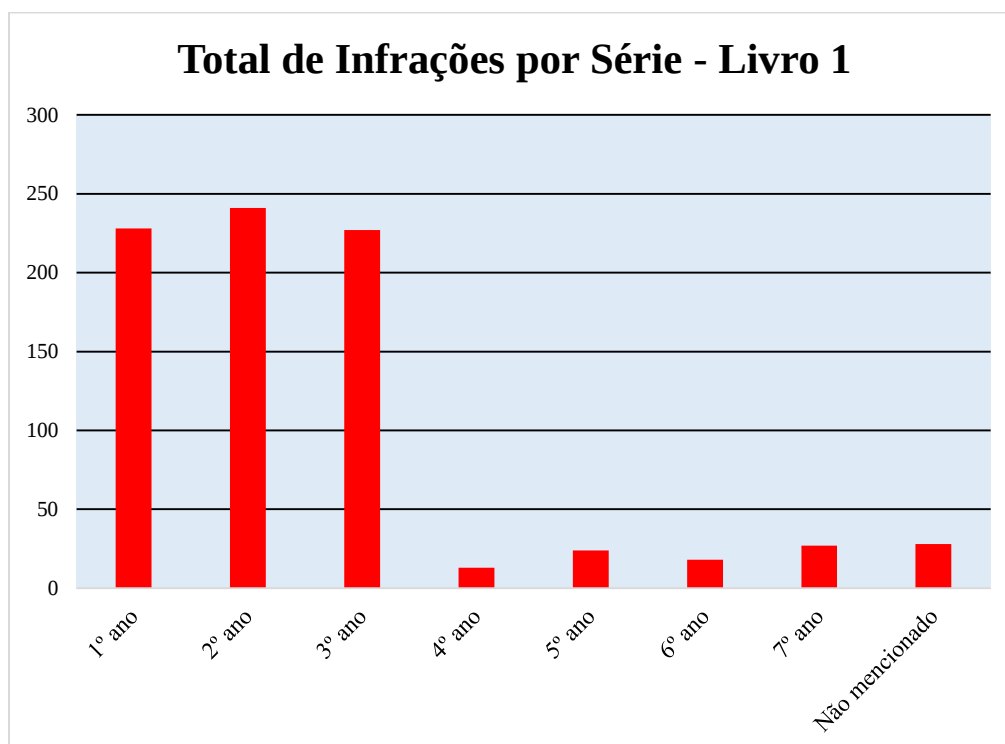
Em 1858, com um total de noventa e oito alunos citados no livro 1, temos os seguintes alunos como os “campeões de ocorrência”: Francisco Regis de Oliveira, Marcos Augusto Pimentel e Henrique Leopoldo Soares Camara.

Tomando por base um número total de cento e oitenta e duas matrículas no Externato e um total de noventa e oito alunos mencionados no livro, podemos dizer que um pouco mais da metade dos alunos matriculados faziam parte da lista dos “indisciplinados” do Externato.

Em 1859, cem alunos foram registrados no livro de ocorrência, de um total de cento e setenta e três alunos matriculados no período. Se compararmos a quantidade de alunos citados no livro com o total de matrículas, mais da metade dos alunos tiveram seus nomes registrados por algum tipo de falta. O aluno “campeão de ocorrências” no período em questão foi Leopoldo Pereira Tavares seguido de Agostinho Pinto de Miranda Teixeira e Paulino Martins Pacheco.

Com relação à série que mais se destacou em quantidade de ocorrências no livro 1, temos:

Gráfico 1: Especificação das séries nas ocorrências – Livro 1 (1858-1859)



Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 1 de ocorrência (1858-1859).

No gráfico anterior, o 2º ano teve a maior quantidade de infrações registradas, seguido do 1º ano e do 3º ano, respectivamente. O 4º ano registrou a menor quantidade, seguida do 6º ano. Uma possível hipótese para que o 2º ano fosse o mais “indisciplinado” pode ter relação com a familiarização das práticas institucionais, pois, já haviam passado a fase do primeiro contato com a escola. Porém, o 1º ano não fica atrás no “ranking”, podendo ser estes alunos mais “turbulentos” por estarem na fase de um primeiro contato, em maior número, tomando conhecimento do funcionamento da escola, “testando” as autoridades escolares, enfim, reconhecendo os trâmites da instituição, ainda pouco familiares.

No livro 2, para o ano de 1866, o “campeão de ocorrências” é Quintino Antonio da Costa. Com oito aparições, temos João Maria Mafra e Rodolpho Benvenuto Garnier. Em terceiro lugar, Frederico Carlos da Costa Brito, com seis faltas registradas. Foram registrados apenas dezenove alunos para o ano de 1866, de um total de cento e oitenta e nove alunos matriculados. Houve uma queda na quantidade de faltas registradas, se compararmos com o livro 1, apesar de o número total de matrículas no referido ano ser maior do que o número registrado para o ano de 1859.

Para o ano de 1867, nota-se um certo equilíbrio com relação à quantidade de faltas registradas para cada discente. Três nomes de alunos já tinham sido mencionados no ano anterior na lista dos “indisciplinados”. São eles: Carlos Ferreira França, Rodolpho Benvenuto Garnier e Roque Gil do Amaral Gurgel.

O primeiro lugar no “ranking dos indisciplinados”, com um total de três registros, foi ocupado pelo aluno Roque Gil do Amaral Gurgel, que no ano anterior estava na segunda posição. Aumentou em duas vezes o seu número de ocorrências. Carlos Ferreira França permaneceu com o mesmo número de faltas e Rodolpho B. Garnier reduziu bastante o seu número de ocorrências no ano em questão.

Curioso destacar que o aluno Carlos Ferreira França, de acordo com o relatório do Ministério do Império, do ano de 1870, ganhou o 1º prêmio, do 4º ano. Ainda de acordo com o Relatório, o mesmo era natural de São Paulo e não mais pertencia ao Externato no ano de 1870. Havia ele sido transferido para o Internato onde fora premiado.

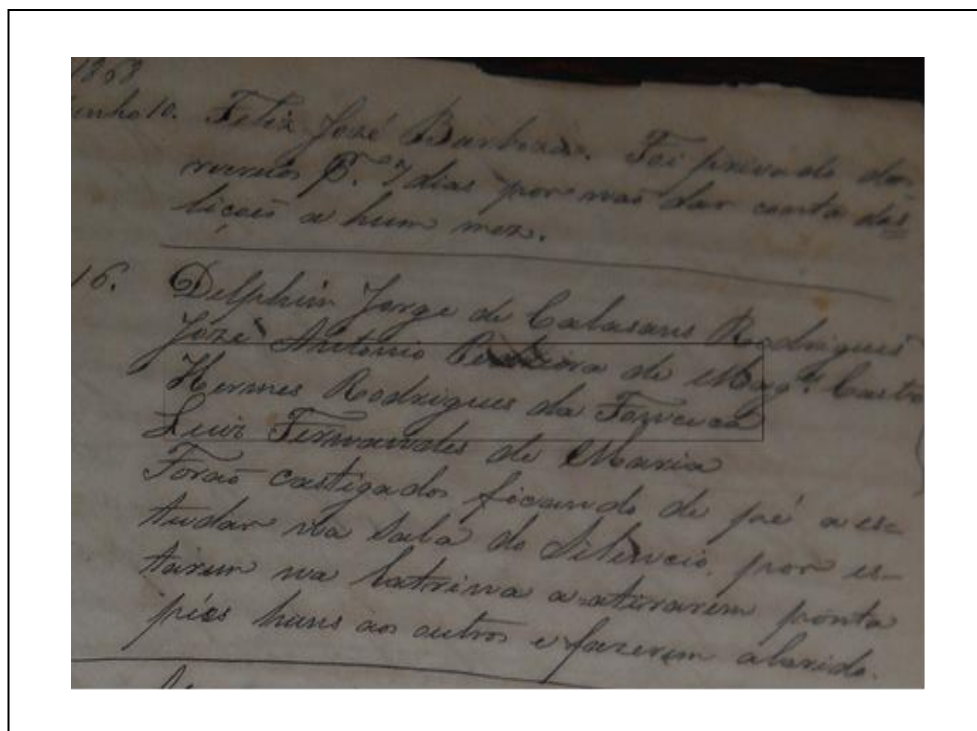
No ano de 1868, há um crescimento no número total de alunos que possuem infrações registradas. De um total de treze alunos no ano anterior, esse número sobe para cinquenta e nove em 1868. Também é possível observar que se elevou a quantidade de faltas registradas para o ano em questão. O que pode ter ocorrido nesse ano especificamente com relação à disciplina ou ao registro da indisciplina? Uma possível hipótese para o ocorrido pode estar

relacionada ao aumento das matrículas, sem que houvesse o mesmo aumento na quantidade de inspetores. Também era um ano em que se processava a mudança ocorrida em razão da Lei n.º 1157, de 26 de junho de 1862, modificando o sistema de pesos e medidas vigente pelo Sistema Métrico Francês. Além disso, receberia a instituição grande quantidade de alunos para realizar os exames de preparatórios. Como afirmou Dória (1997), “... desde 1868, o professor de Matemática, João Bernardo de Azevedo Coimbra, pedira ao Reitor Pacheco, cessão de sala para ensinar o novo sistema. Opusera-se o Reitor à concessão, a bem da disciplina, a seu ver já prejudicada pela presença de preparatorianos em exames no Colégio” (DÓRIA, 1997, p. 114).

Além de a lista dos “indisciplinados” conter nomes já mencionados nos anos anteriores, tais como: Rodolpho Benvenuto Garnier e Roque Gil do Amaral Gurgel, novos nomes são revelados, com índices bem mais elevados do que os já relacionados nos anos anteriores. Com um total de onze ocorrências, três alunos se destacaram: Hermes Rodrigues da Fonseca, Roque Gil do Amaral Gurgel e Vicente João Barreto.

Interessante destacar que um dos alunos com maior índice de ocorrências, tornar-se-ia Presidente da República eleito para o quadriênio de 1910 a 1914 – o Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca. Assim como Hermes da Fonseca, outros bacharéis da Casa chegaram à Presidência da República: Francisco de Paula Rodrigues Alves, Nilo Procópio Peçanha e Washington Luís Pereira de Sousa.

Figura 46: : Registro da falta cometida por Hermes Rodrigues da Fonseca



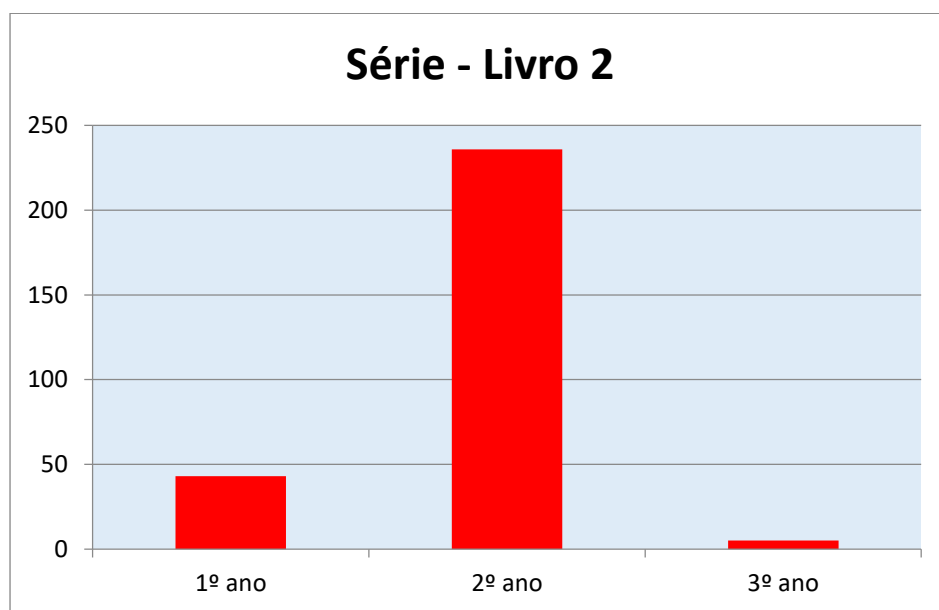
Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 2 de ocorrência (1866-1870).

Ao compararmos o ano anterior com o ano de 1869, temos uma queda brusca com relação ao número de alunos tidos como “indisciplinados”. O aluno Vicente João Barreto, que, em 1868, aparecia com onze infrações registradas, reduziu para apenas um registro em 1869. Porém, o aluno Luiz José Abreu de Carvalho, que só tinha uma ocorrência em 1868, foi o que mais possuiu faltas registradas, com um total de quinze. Ocupando a segunda posição, temos o aluno José Luiz Machado, com sete ocorrências e, Umbelino Ferreira Dias, com seis.

Desde o ano de 1866, o número de ocorrências registrado para os alunos considerados “mais indisciplinados” foi aumentando, chegando à sua máxima em 1870, com trinta e três registros para o primeiro colocado da lista. Também, verificamos que alguns nomes se repetiram, como o de Umbelino Ferreira Dias.

As séries “mais indisciplinadas” dos alunos também puderam ser verificadas no livro 2, de acordo com o gráfico a seguir:

Gráfico 2: Especificação das séries nas ocorrências – Livro 2 (1866-1870)



Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 2 de ocorrência (1866-1870).

Como podemos ver acima, a série que mais se destacou em quantidade de faltas registradas foi o 2º ano para todo o livro 2. Nota-se que para o referido livro, encontramos ocorrências somente para os alunos do 1º ao 3º ano. As demais séries, sofriam com a redução de alunos, seja por conta dos exames preparatórios, seja por conta das reprovações dos alunos.

No livro 3, que abrange o ano de 1867 a 1872, é possível notar uma quantidade menor de alunos listados. Além disso, apenas quatro alunos são registrados por seu nome completo. Os demais são mencionados no livro 3 por seus sobrenomes. O aluno João Francisco da Silva Maia é o aluno com mais faltas registradas durante o ano de 1867. Outros dois alunos se destacaram, com duas faltas anotadas para cada um. São eles: Guilherme Antonio Freire d'Andrade e Segadas Vianna.

O aluno com o maior índice de faltas para o ano de 1868 foi o Tinoco, com quatro no total. Em segundo lugar, o aluno Pedro Paulo, com duas. Os outros vinte e três alunos tiveram apenas uma falta anotada cada um. Observamos que toda a listagem de nomes, com exceção de um, era de alunos reincidentes, pois, já tinham seus nomes mencionados na lista do mesmo ano (1868), no livro 2.

Ao contrário dos dois anos anteriores, englobados pelo livro 3, o ano de 1869 tem grande maioria dos alunos registrados por seu nome completo. Apenas três por seu sobrenome. Inferimos que essa modalidade de escrita estivesse atrelada ao estilo pessoal de

cada autor responsável pelos registros, e que, também, possa estar relacionada ao tempo dedicado pelos inspetores da instituição a essa tarefa escolar. Na relação de alunos, João Guilherme de Almeida é o discente com o maior número de ocorrências, seguido, sucessivamente, de mais quatro alunos, com duas anotações cada um: B. J. Pereira do Valle, Costa Lima, Eduardo Antonio de Pádua e Quintino José Pereira Guimarães.

Para o ano de 1870, foram matriculados duzentos e vinte e quatro alunos. O aluno que mais se destacou, de acordo com o número de faltas registradas, foi Cunha Bastos, com oito menções no livro 3. O nome do aluno não foi registrado sob a sua forma completa. Em segundo lugar, aparecem Alfredo Eduardo Correia Navarro, Eduardo Ferreira Dias e João Carlos de Carvalho Aleixo Franco, com sete ocorrências. Em terceiro lugar, temos dois alunos com seis ocorrências: Domingos Pallos e José da Costa Barros de Lyra e Oliveira.

Em 1871, foram matriculados duzentos e vinte e um alunos no Externato (BRASIL, 1871, p.17). O aluno com mais faltas registradas foi Chagas de Oliveira, com seis no total e, em segundo lugar, em igualdade de faltas, foram Alfredo Galhano e Umbelino.

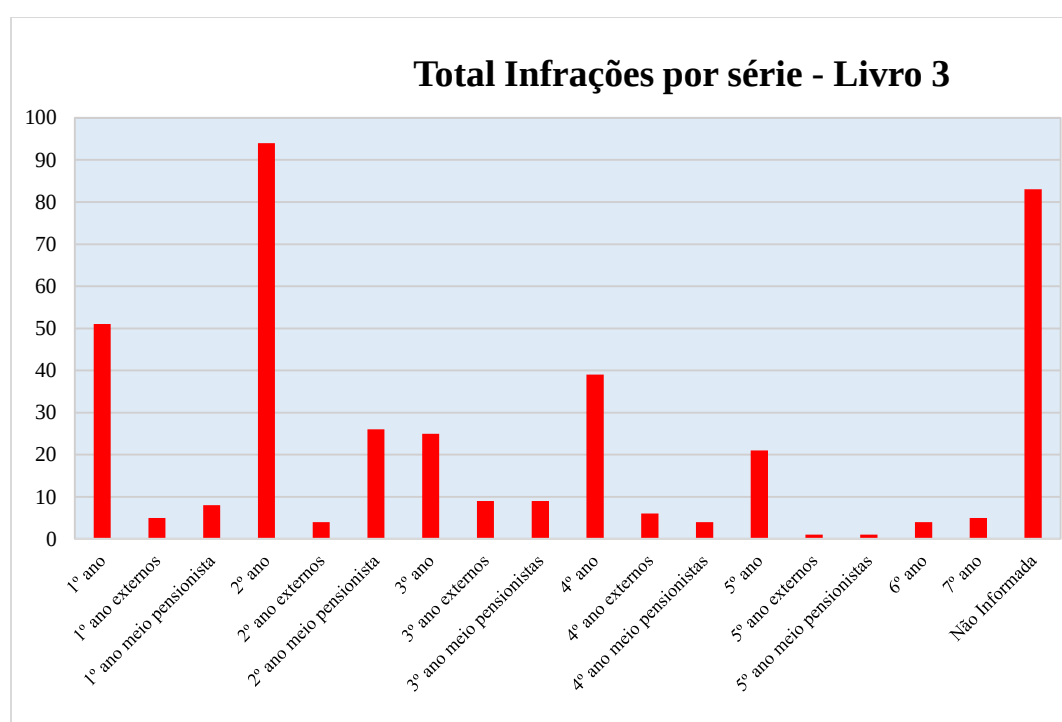
O ano de 1872 é o que representa, em números, o período com a maior quantidade de infrações registradas para os discentes. Foram matriculados duzentos e quarenta alunos no Externato. Como “campeão de ocorrência”, temos o discente registrado como Chagas. Em segundo lugar, temos o aluno Nicolau Paranhos Pederneiras, com cinquenta e duas ocorrências e, na terceira colocação, o aluno Luiz Bandeira de Gouveia, com cinquenta registros. O que poderia ter ocorrido no ano de 1872 para que tivesse ocorrido um aumento substancial no quantitativo de faltas registradas para os discentes?

Em seção anterior, referente aos inspetores do Colégio Pedro II, vimos, que no ano de 1872, houve um aumento de quatro para cinco inspetores. Esse aumento no número de funcionários para manter a ordem e a disciplina do Colégio pode ter relação com a questão disciplinar, pois, foi justamente o ano em que foram registrados uma maior quantidade de faltas. Em busca de outros indícios pelo Relatório da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, apresentado em 24 de março de 1873, verificamos que houve, também, no ano de 1872, a troca de Reitores. Saiu Manoel Pacheco da Silva e assumiu o seu lugar o Cônego José Joaquim da Fonseca Lima. Essa substituição também pode ter colaborado para o aumento das faltas dos discentes. No Relatório, o então Reitor observou que as aulas dos dois primeiros anos continham um número superior a sessenta alunos, ficando eles muitos dias sem serem chamados à lição, resultando em prejuízo para muitos que, segundo ele, se aproveitavam dessa situação para deixar de ter a aplicação diária

que lhes cumpria. Não tendo a aplicação diária, poderiam ficar mais tempo “ociosos”, o que poderia refletir no aumento de infrações. Indicava o Reitor do Externato a “necessidade de subdividir as aulas, pois, só assim e com boa disciplina se evitaria que apenas chegassem ao bacharelado cinco ou seis alunos, quando, para começar o curso, se matriculavam sessenta pelo menos” (BRASIL, 1872-2A, A-B3-7).

A incidência das séries dos alunos também pôde ser observada. Vejamos, a seguir, o levantamento realizado para o livro 3 (1867-1872):

Gráfico 3: : Especificação das séries nas ocorrências – Livro 3 (1867-1872)



Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 3 de ocorrência (1867-1872).

De acordo com o gráfico elaborado para as séries mencionadas no livro 3, é possível notar a presença tanto de alunos externos, quanto de alunos meio pensionistas. Quando o responsável pelas anotações não especificava a categoria de alunos (se externo ou meio pensionista), foi deixado a série “pura”, ou seja, 1º ano, por exemplo. Esse mecanismo foi também adotado para as demais séries mencionadas. Conforme podemos observar, o 2º ano corresponde à série que teve o maior índice de faltas registradas, seguido do 1º ano e do 4º ano, respectivamente.

Para o ano de 1872, foi encontrado um único livro do Internato. Como dissemos anteriormente, tal livro relaciona todos os alunos matriculados no referido ano, em ordem

alfabética, sendo que cada aluno ocupa uma página do livro, recebendo conceitos de comportamento para o primeiro semestre e para o último. Haviam sido matriculados no Internato cento e trinta alunos, dos quais cem contribuintes e trinta gratuitos, de acordo com a informação contida no Relatório apresentado à Assembleia Geral pelo Ministro e Secretário do Estado dos Negócios do Império (1873). Os conceitos de comportamento que os alunos do Internato recebiam variavam de bom procedimento até sofrivelmente e, se assemelhavam, em alguns casos, às avaliações feitas aos alunos do Externato quando eram avaliados como incorrigíveis. Curioso destacar que um dos alunos que compõe a listagem do Internato é Henrique dos Santos Dumont, Bacharel em 1877 e pai do aviador Santos Dumont. Seu comportamento foi tido como regular.

O livro 4, abrange os anos de 1884 e 1885. Para o ano de 1884, as matrículas aparecem divididas em alunos do curso e alunos avulsos, diferentemente do que encontramos nos livros anteriores, em que os alunos estavam divididos como meio pensionistas e externos.

Os alunos do curso regular eram admitidos para aprenderem todas as matérias estabelecidas mediante aprovação nos exames de admissão. De acordo com o Decreto n.º 8051, de 24 de março de 1881, o pretendente deveria ter pelo menos 10 anos de idade. Nestes exames, o candidato deveria mostrar-se habilitado em leitura, escrita, noções de gramática portuguesa, prática das quatro operações e do sistema métrico decimal e, também, em catecismo pequeno da diocese, sendo católico o pretendente. Para a matrícula em qualquer ano superior do curso, os alunos deveriam ter aprovação em exames finais e de suficiência de todas as matérias componentes dos anos inferiores, observada a mesma ordem estabelecida no plano de estudos. Os alunos avulsos seriam aqueles matriculados nas aulas de sua livre escolha, ficando, todavia, sujeitos às lições, sabatinas e exercícios prescritos pelos professores.

São estudantes que, sem seguir o curso regular de estudos do Colégio, matriculam-se em uma ou mais aulas, e adquirem o direito de fazer o exame final como qualquer outro estudante do curso. Estes alunos prejudicavam muito o nível geral do ensino e a facilidade de dispensarem-se do estudo de diversas matérias, que não são exigidas para a matrícula nos cursos superiores, faz com que vá aumentando consideravelmente a matrícula dos avulsos em detrimento da matrícula dos estudantes ordinários, que diminui. Desta forma, o Colégio perde o caráter de liceu modelo para acompanhar a desorganização dos estudos secundários (BRASIL, 1884, p. 46-53).

Com as várias Reformas realizadas no campo da Educação, novos Decretos surgiam e apontavam múltiplas mudanças no Imperial Colégio de Pedro II/Ginásio Nacional. Foram, ao todo, quinze Reformas, sendo nove apenas no período imperial. O Decreto n.º 4.468, de 1870, que instituiu o sistema de exames finais por disciplina, destacava que as aprovações em tais exames seriam reconhecidas para fins de matrícula nos cursos superiores. Tal reforma, mantendo o regime de matrículas avulsas e instituindo o sistema de exames finais por disciplina ameaçava fragmentar os estudos no Colégio (HAIDAR, 2008).

Em 1876, a reforma extinguiu a classe de repetidores, do Internato e explicadores, do Externato, criando em cada estabelecimento uma classe de substitutos. Extinguia-se, também, as matrículas avulsas no Colégio Pedro II. Para aligeirar os estudos requeridos para matrícula nas Faculdades, o novo regulamento situou os estudos do curso nas primeiras cinco séries. Assim, os jovens alunos do Colégio Pedro II, após cinco anos de estudo, estariam aptos a se matricular em qualquer Academia do Império, independentemente de novas provas. Tal medida, combinadas com o sistema de exames finais por disciplina, reduziam o Colégio a curso de preparatórios (HAIDAR, 2008). Os exames finais eram escritos e orais, enquanto os exames de suficiência somente orais.

Com a Reforma realizada por Leôncio de Carvalho, em 1878, os estudos literários foram ampliados e o preparo científico dos alunos ganhou importância. Também foi consagrada, no campo dos estudos secundários, a liberdade de frequência. Além disso, foram restaurados o sistema de matrículas avulsas. Assim, multiplicaram-se as matrículas avulsas que, alimentadas pelos exames parcelados de preparatórios, abalaram a organização dos estudos secundários. “Rendia-se o Colégio de Pedro II à desorganização geral” (HAIDAR, 2008, p. 139).

Em 1881, mais uma Reforma, baixada com o Decreto n.º 8.051, de 24 de março, pode contribuir para explicar a quantidade de matrículas que teve o Colégio no ano de 1884. Conservaram-se as matrículas avulsas e os exames finais por disciplina. O primeiro ano elementar, suprimido com a Reforma de Leôncio de Carvalho, foi restaurado com o novo Decreto.

As matrículas para o ano de 1884 cresceram bastante, com um total de duzentos e trinta e sete alunos do curso regular e cento e setenta e seis avulsos. Esse aumento, como relatou o Ministro e Secretário dos Negócios do Império, Pedro Leão Velloso, foi fruto da alteração realizada na organização dos estudos, baixado com o Decreto de 24 de março de 1881:

[...] o progressivo aumento do número de alunos que vão procurar a instrução no Imperial Colégio, comprova a eficiência da alteração feita na organização dos estudos pelo Decreto de 24 de março de 1881 que teve por fim prover de remédio às causas que concorriam para o declínio deste estabelecimento. Ponderava o Reitor do Externato que, crescendo o trabalho dos inspetores na razão direta do número de alunos, seria de justiça que ao pessoal do mesmo Externato se estendesse o aumento de vencimentos ultimamente concedido a iguais empregados do Internato (BRASIL, 1882, p. 55).

Com relação aos alunos que mais contribuíram para a indisciplina no ano de 1884 temos Alfredo Gomes de Jesus, com trinta e seis ocorrências, seguido do discente Custodio do Rego. Na terceira posição, encontramos o aluno Graciano Corrêa.

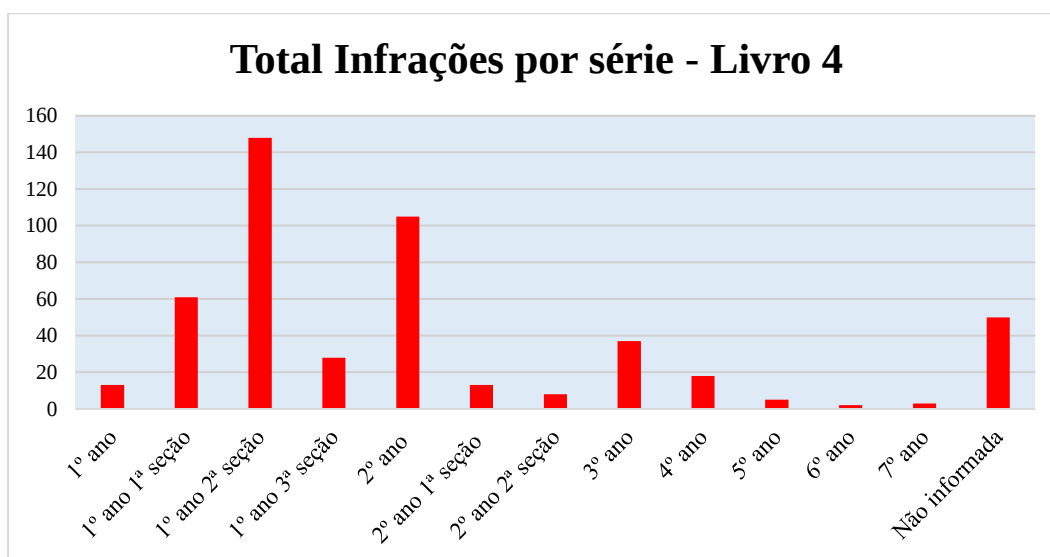
Para o ano de 1885, foram matriculados quatrocentos e quarenta e cinco alunos no Externato, sendo duzentos e oitenta e sete do curso e cento e cinquenta e oito avulsos, de acordo com o Relatório do Ministro do Império (1885, p. 51).

O fato que gostaríamos de chamar a atenção, para o referido ano, trata-se do aumento não só de matrículas, como também, do número de vezes em que um mesmo aluno é mencionado no livro. Esse número mais que dobrou, em relação aos alunos listados no ano de 1884. O destaque do ano de 1885 é o aluno Rangel dos Santos, sendo mencionado trinta e cinco vezes e, ocupando o segundo e o terceiro lugares estão os alunos Luiz Maria Jacobina, com vinte e quatro e João Maria Jacobina, com vinte e um. Esses dois alunos parecem ter uma relação de parentesco bem próxima, pois, possuem o mesmo sobrenome. O que pode ter contribuído para o aumento dos casos de infrações no período que abrange o livro 4 (1884-1885)?

O ano de 1885 foi marcado por diversas situações no interior do Colégio, que, podem ter contribuído para o aumento da indisciplina. Uma dessas situações pode estar relacionada com a morte de um dos inspetores de alunos do Externato, sobrecarregando, portanto, os demais no desempenho de suas funções. Outro caso ocorreu em 07 de novembro de 1885, quando o então Ministro Ambrósio Leitão da Cunha, o Barão de Mamoré, extinguiu a classe de alunos meio-pensionistas através do Decreto n.º 9.516. Em consequência deste ato, muitos funcionários foram dispensados. Essas situações podem ter contribuído para o aumento no número de infrações praticadas pelos discentes.

Com relação às séries “mais indisciplinadas”, temos o seguinte levantamento:

Gráfico 4: Especificação das séries nas ocorrências – Livro 4 (1884-1885)



Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 4 de ocorrência (1884-1885).

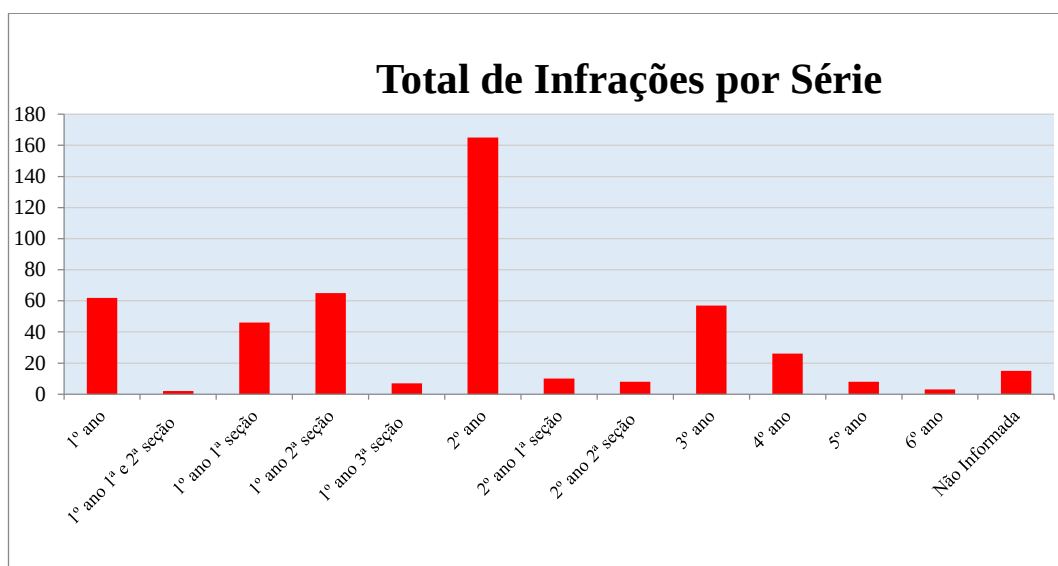
O gráfico acima mostra que diante das três turmas de 1º ano existentes, a que se revelou “mais indisciplinada” foi a turma do 1º ano 2ª seção, com um total de cento e quarenta e oito infrações registradas. Em segundo lugar, a turma de 2º ano, com cento e cinco faltas e por fim, novamente o 1º ano, sendo a turma da 1ª seção. Como podemos perceber, conforme os alunos vão se aproximando do fim do curso, as faltas vão se tornando menores. Além da diminuição das faltas, o próprio número de alunos nas séries finais também vai decaindo.

O livro 5 engloba um dos anos já analisados no livro anterior, que é o ano de 1885. Portanto, trataremos das matrículas do ano de 1886 e das informações extraídas do referido ano.

Para o ano de 1886, foram matriculados trezentos e trinta e sete alunos no Externato, sendo duzentos e dez do curso e cento e vinte e sete avulsos, de acordo com o Relatório do Ministro do Império (1885, p. 34). O grande destaque do referido livro, em 1886, é o aluno Aarão da Costa Braga, com vinte e sete ocorrências, seguido do aluno Mattoso Maia, com dezenove. Na terceira posição, encontramos os alunos Candido Moreira e Lopes da Costa, ambos com dezoito ocorrências. Nota-se que alguns nomes eram registrados apenas por sobrenomes, dificultando a obtenção de maiores informações sobre os discentes tidos como “indisciplinados”.

Segue o levantamento com as incidências das séries dos alunos, relativas ao livro 5 (1885-1886):

Gráfico 5: Especificação das séries nas ocorrências – Livro 5 (1885-1886)



Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 5 de ocorrência (1885-1886).

Ao observarmos o gráfico acima, notamos uma maior quantidade de infrações registradas para os alunos do 2º ano. Tanto o 1º ano, quanto o 2º ano foram divididos em seções, havendo, portanto, três turmas de 1º ano e duas de 2º ano. Para os casos em que o autor dos registros das ocorrências só mencionava 1º ano ou 2º ano, sem fazer menção à seção, a informação foi mantida conforme estava descrita no livro. Por essa razão, observamos no gráfico acima a “série pura” para o 1º ano e o 2º ano. Em segundo lugar, temos o 1º ano, com a turma da 2ª seção, com sessenta e seis infrações cometidas. De acordo com o Relatório do Ministro do Império (1886, p. 35), “devido à grande afluência nas aulas dos dois primeiros anos do curso do Colégio, tem sido necessário dividi-las, como determina o art. 106 do Regulamento de 31 de janeiro de 1838”. Essa divisão está visível nas séries iniciais do curso, conforme observamos no gráfico.

No decorrer dos livros até o momento investigados, percebemos que as séries consideradas “mais indisciplinadas” estão contidas entre o 1º ano e o 3º ano, enquanto que as últimas séries são as que menos cometem infrações, conforme vem sendo observado até aqui. Inclusive, no presente livro, os alunos do 7º ano, não são citados. Cruzando essa informação com o Relatório do Ministro do Império (1886, p. 35), verificamos que para o ano de 1886 não houve matrícula no 7º ano do curso de estudos, não tendo nenhum aluno recebido, portanto, o grau de Bacharel em Letras.

O livro 6 engloba um dos anos já tratados no livro anterior, que é o ano de 1886. Portanto, trataremos apenas das matrículas referentes ao ano de 1887. Foram matriculados

trezentos e noventa e seis alunos no Externato, sendo duzentos e cinquenta e dois gratuitos e cento e quarenta e quatro avulsos, de acordo com o Relatório do Ministro do Império (1887, p. 31). O grande destaque do ano é o aluno Fernando de Alencar Araripe, com vinte e nove ocorrências, seguido do aluno Roque José Barbosa, com vinte e oito. Na terceira posição, encontramos o aluno Hugo Araripe, com vinte e três ocorrências.

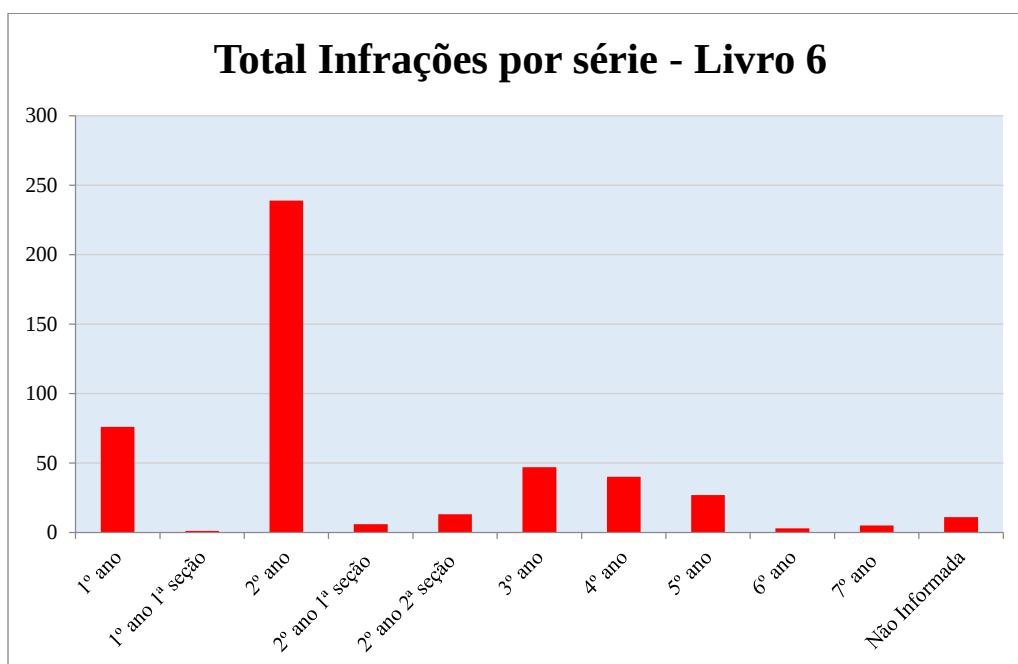
A quantidade de matrículas aumentou, assim como a quantidade de faltas registradas para cada aluno mencionado no livro de ocorrência. No Relatório do Ministro do Império referente ao ano de 1886 há uma informação relevante com relação aos professores do estabelecimento:

Com o fim de reduzir o pessoal de professores do Imperial Colégio apenas a uma turma de catedráticos para acumular o ensino no Internato e no Externato, determinou o poder Legislativo que não sejam providos os lugares vagos e que vagarem, de substitutos, e também de catedráticos de qualquer dos dois estabelecimentos, desde que no outro esteja provida cadeira idêntica. Daqui resultará a desorganização do ensino todas as vezes que para o ensino de cada matéria só haja um professor: no caso do impedimento deste a instrução dos alunos ficará interrompida (BRASIL, 1886, p. 36).

Com a informação prestada no Relatório, pode ser que um dos motivos pelo qual houve o aumento no número de faltas registradas para o ano de 1887, tenha relação com o impedimento de alguns professores darem suas aulas, permanecendo os alunos com horas vagas, como podemos ver nos exemplos a seguir: “Todo o 2º ano 2ª seção, com exceção de Gastão Ruch e Pedro Paes Leme ficaram detidos por uma hora por mau procedimento na hora vaga” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 6, 1887, p. 78 verso); “O aluno Martins Guimarães Netto ficou uma hora de castigo por sair do estabelecimento na hora vaga sem licença” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 6, 1887, p. 88). O ócio era um dos motivos que levavam os alunos a cometerem faltas no estabelecimento.

Quanto a incidência das séries consideradas as “campeãs de ocorrência”, temos:

Gráfico 6: Especificação das séries nas ocorrências – Livro 6 (1886-1887)



Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 6 de ocorrência (1886-1887).

De acordo com o gráfico acima, notamos uma maior quantidade de infrações cometidas pelos alunos do 2º ano. Tanto o 1º ano, quanto o 2º ano foram divididos em seções devido a quantidade elevada de alunos nas séries iniciais. Como o livro 6 é continuação do livro 5, percebemos que no livro anterior havia três turmas de 1º ano e duas de 2º ano. No caso do livro 6, este se inicia em setembro de 1886, finalizando o referido ano em 30 de novembro. Por essa razão só encontramos um caso vinculado aos alunos do 1º ano 1ª seção. Em segundo lugar, temos o 1º ano, com setenta e seis infrações cometidas. Mais uma semelhança encontrada entre o livro anterior e o atual, com as turmas do 2º ano e do 1º ocupando as primeiras posições no “ranking das infrações”.

O livro 7 abrange um dos anos já analisados no livro anterior, que é o ano de 1887. Portanto, faremos os levantamentos dos anos de 1888 e 1889, respectivamente.

Em 1888, foram matriculados trezentos e dezessete alunos no Externato, sendo cento e trinta e sete alunos gratuitos (BRASIL, 1888, p. 33). No referido ano, só um aluno possui mais de dez menções. É o discente Hugo Araripe, que no livro anterior, ocupava a terceira posição. Então, trata-se de um aluno reincidente. A segunda posição fica com o aluno Virgílio Affonso Rodrigues, seguido de Raul Américo dos Reis.

Para o ano de 1889, não conseguimos levantar o total de matrículas de alunos no Externato. O Relatório do Ministro do Império, que registrava essas informações, finda em 1888 e somente retorna com o quantitativo de matrículas em 1891.

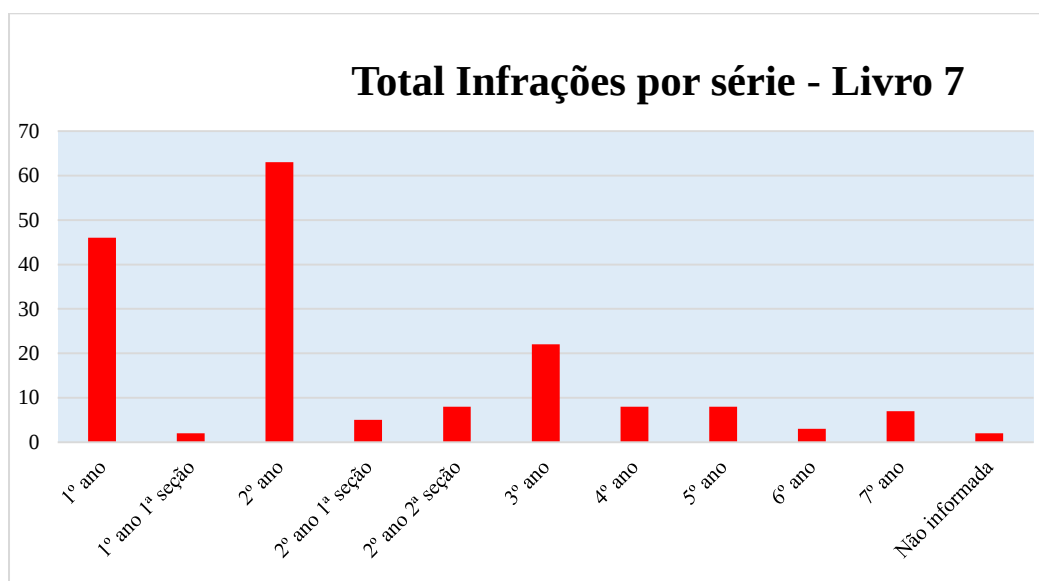
Entre esse período, passava o Colégio por intensas mudanças, pois, com o regime republicano recém instaurado, tudo quanto lembrasse a antiga monarquia foi rapidamente modificado, o que gerou, inclusive, a mudança do nome do estabelecimento para Ginásio Nacional.

Em 1892, um Decreto datado de 2 de fevereiro extinguiu o Internato, substituindo-o por 2º Externato, sujeito as disposições do 1º e funcionando no edifício do extinto Internato sem modificação de pessoal docente ou administrativo. As duas seções, Externato e Internato, passaram a existir apenas na forma de Externato. Posteriormente, pelo § 5º do artigo 2º da Lei n.º 191 B de 30 de setembro de 1893, o 2º Externato foi convertido em Internato. Por esse motivo, um novo Decreto é lançado à 15 de janeiro de 1894 em que o Ginásio Nacional aprovaria um novo regulamento fazendo reviver o Internato, restabelecendo novamente as divisões no estabelecimento de ensino - Internato e Externato do Ginásio Nacional.

É possível perceber que quase todos os alunos listados no ano de 1889 assim o foram por seus sobrenomes. Poucos são os nomes que estão registrados de forma mais completa. A lista, no entanto, está bem mais reduzida que a do ano anterior, seja com relação à quantidade de nomes, seja com relação a quantidade de vezes em que o aluno foi mencionado no livro, cometendo algum tipo de infração. Podemos inferir que essa redução possa ter relação com o contexto político e social pelo qual o país estava atravessando no momento. O aluno que teve mais destaque nesse livro foi Raul de Moura Vallim, seguido por Demetrio de Oliveira.

Quanto a incidência das séries dos alunos, para o livro 7 (1887-1889), temos:

Gráfico 7: Especificação das séries nas ocorrências – Livro 7 (1887-1889)



Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 7 de ocorrência (1887-1889).

No gráfico anterior podemos notar que as turmas de 1º e 2º ano permaneciam divididas em seções devido ao número elevado de alunos presentes nessas duas séries. Como podemos ver, as turmas do 2º ano e do 1º ano continuam a ocupar as primeiras posições no “ranking de infrações”, tal como ocorreu com o livro anterior.

O livro 8, último referente ao nosso *corpus de pesquisa*, é o único do conjunto documental que abrange o regime republicano (1891-1898). Os primeiros meses do governo republicano foram caracterizados por sucessivas mudanças que certamente influenciaram as políticas implantadas em cada uma das pastas vinculadas aos diferentes Ministérios.

Com o Decreto de 8 de novembro de 1890, novo nome foi dado à instituição: Ginásio Nacional. Para nele ser admitido, deveria o aluno atender às seguintes exigências: apresentar atestado de vacina; portar diploma de exame final primário ou certificado do grau primário e possuir no mínimo 12 (doze) anos de idade para ingressar no 1º ano. Quanto aos exames, deveriam estes ser de suficiência ou de promoção, constando de provas orais; exames finais, constituídos de provas escritas, orais e práticas, e, os exames de madureza, que deveriam ser prestados no fim do curso para verificação da cultura individual, prestando estes últimos exames somente os alunos do Ginásio aprovados em todos os exames finais. Tanto no Internato quanto no Externato haveria salas de honra, um Panteão, com o objetivo de retratar os distintos alunos pelo talento, amor ao trabalho, procedimento exemplar e demais virtudes. Estes distintos alunos deveriam passar pelo crivo da Congregação. A 22 de novembro de

1890, regulamento especial fora expedido, completando a Reforma Benjamin Constant, assinalada como a primeira reforma de ensino no Colégio durante a República. No mesmo período, perdia o estabelecimento de ensino, por falecimento, um dos seus mais antigos professores: José Francisco Halbout. (DÓRIA, 1997).

Sucedendo Benjamin Constant na Pasta da Instrução Pública, a 22 de janeiro de 1891, ocupou o cargo o Dr. João Barbalho Uchoa Cavalcanti, que mandou entrar em vigor, provisoriamente, os Regulamentos anteriores ao expedido pelo seu antecessor, Benjamin Constant. Posteriormente, “mais um Decreto, publicado em 7 de fevereiro, golpeava a Reforma Benjamin, permitindo, sem concurso, primeira nomeação para cadeiras vagas ou recém-criadas” (DÓRIA, 1997, p. 175).

Ainda no ano de 1891, foram matriculados duzentos e vinte alunos no Externato do Ginásio Nacional, sendo noventa e cinco contribuintes e cento e vinte cinco gratuitos. O número de infrações registradas por aluno é elevado, chegando a vinte ocorrências para o aluno Carlos Augusto Faller. Na segunda posição temos dezoito registros para três nomes distintos: Alvaro do Rego Martins Costa, Benjamin Bastos e João da Cruz Azevedo. Na terceira posição, temos o aluno Eurico de Moura Vallim, com dezesseis registros.

Em 23 de novembro de 1891, o então presidente Deodoro renuncia, assumindo o governo seu Vice-presidente, Marechal Floriano Peixoto. O Ministério da Instrução Pública é confiado ao Dr. José Hygino Duarte Pereira. “Em um cenário político-social de grandes agitações, marcadas pelos antagonismos entre os políticos civis e militares, pelas contendas entre a Armada e o Exército e pela turbulência popular” (ANDRADE, 1999, p. 65), a política educacional também foi alvo de mudanças.

Por meio do Decreto de 2 de fevereiro de 1892, o Internato foi extinto e substituído por 2º Externato. Não apenas a nível institucional as mudanças ocorreram: foi extinto o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, ficando os assuntos e interesses do ensino subordinados a novo Ministério denominado da Justiça e Negócios Interiores, sob a responsabilidade do Dr. Fernando Lobo Leite Pereira. Durante seu mandato, foi elaborado e aplicado um Código de Ensino, precedido de autorização legislativa (DÓRIA, 1997). Neste Código, era permitido que “os estabelecimentos de ensino formassem patrimônio recebendo doações, legados e subscrições, livre ao governo a concessão do título de Faculdades ou Escolas, equiparando-as às federais, as Faculdades ou Escolas de fundação particular mediante condições” (DÓRIA, 1997, p. 176).

Em 1892, temos um total de cento e vinte e uma matrículas, sendo sessenta e oito contribuintes e cinquenta e três gratuitos. Ocupando a primeira posição no “ranking dos indisciplinados” temos o aluno José dos Santos Bastos. Na segunda posição, temos o aluno Eugenio de Freitas Amaral e, na terceira posição temos o aluno Alvaro do Rego Martins Costa, seguido de Luiz de Moraes Jardim e Benjamin Bastos. Como podemos ver, dois nomes se destacam como alunos reincidentes: Alvaro do Rego Martins Costa e Benjamin Bastos.

O ano de 1893 foi marcado por mais agitações, culminando com a Revolta da Armada, na baía do Rio de Janeiro, que posteriormente conjugar-se-ia com a Revolta Federalista, estendendo-se ao sul do país (DÓRIA, 1997). Talvez por conta de tantos alvoroços na vida nacional, o ano de 1893 é marcado, no Ginásio Nacional, por um número bem pequeno de matrículas de alunos. Ao todo, foram sessenta e quatro, sendo trinta e seis contribuintes e vinte e oito gratuitos. No relatório da Justiça e Negócios Interiores, o Diretor averigua as causas de tão diminuta frequência:

A principal é, a meu ver, a dificuldade e extensão do curso deste Gymnasio, curso que, no fim de contas, não dá a quem o fez mais garantias que as conferidas pelos certificados dos preparatórios feitos sem sistema nem método, em metade do tempo que é aqui despendido.

Em todos os países em que o Estado regula o ensino secundário e as condições de admissão nos cursos superiores, e mantém um ou mais estabelecimentos que sirvam de tipo aquele ensino, em todos esses países, como sabeis, foram tomadas medidas que sujeitam os candidatos aos estudos superiores as mesmas exigências, quer façam os preparatórios em estabelecimentos oficiais, quer não. Entre nós sucede justamente o contrário; e entre o bacharelado de sete anos, no qual se compreendem matérias não exigidas para a matrícula daqueles cursos (como grego, literatura nacional e outras) e os preparatórios alcançados, não raro em excursões por certas capitais, onde nenhum escrúpulo parece presidir aos exames, os candidatos não tem, sequer, o embaraço da escolha.

Ora, em um país como o nosso, em que as carreiras científicas são mais procuradas como um meio de vida, que por amor à alta cultura do espírito, e em que há, portanto, pressa em obter os diplomas que as coroão, não há que estranharmos si pais e rapazes preferem os estudos irregulares dos preparatórios ao tirocínio metódico, sistemático, regular e demorado do Gymnasio Nacional.

Atualmente os que se matriculam neste Gymnasio acham-se em muito pior situação que os que fazem seus estudos secundários fora dele; e este fato, incontestável, só por si explica o decréscimo da matrícula, que, estou certo, virá a ser nenhuma, se o Governo não providenciar de modo a remover a causa mencionada e outras que, por secundárias, não deixam de ter importância (BRASIL, 1893, p. 223).

Como podemos ver, o decréscimo nas matrículas já era um reflexo dos exames de preparatórios, que desestimulavam estudos consistentes no nível de ensino secundário. Como os resultados práticos das medidas compreendidas pelo Decreto n. 981, de 08 de

novembro de 1890, não corresponderam às generosas intenções do reformador Benjamin Constant, os estudos secundários continuaram, por muito tempo na República, a padecer dos mesmos males que o afligiram durante todo o Império: ser apenas uma via de acesso para a matrícula nos cursos superiores.

Durante todo o período imperial, o diploma do Colégio Pedro II, instituição idealizada para servir de modelo às demais, e os exames de preparatórios foram as únicas possibilidades de ingresso aos cursos superiores, uma tentativa do governo de normatizar e centralizar este ramo de ensino em todo o país, gerando a busca por equiparação, por parte dos estabelecimentos provinciais e particulares (CUNHA JÚNIOR, 2008, p. 23).

Uma das medidas instituídas pelo citado Decreto foi a institucionalização dos exames de madureza. Visando atender a uma nova concepção da escola secundária como um curso integral de estudos, o exame de madureza constituía-se numa peça-chave, pois, ao fim do curso, destinava-se a aferir a cultura intelectual assimilada pelos alunos, necessária à vida prática dos educandos. O ensino secundário deveria proporcionar à mocidade não só o acesso aos cursos superiores, mas também assegurar uma sólida formação científica, compatível com o bom desempenho dos deveres de cidadania na vida em sociedade. As bases dessa nova educação, entretanto, sofreram fortes resistências e foram sistematicamente inviabilizadas.

No ano de 1893, encontramos os seguintes alunos com mais ocorrências: Mauricio Pereira, Benjamin Bastos e Vital Vaz do Espírito Santo. Novamente o aluno Benjamin Bastos é citado, ou seja, nos três anos correspondentes ao livro 8, até o momento investigados, este apareceu nos três, ocupando as primeiras colocações em termos de indisciplina.

Em 1894, o ministro interino da Justiça, Cassiano do Nascimento, aprovava regulamento para o revivido Internato, por meio do Decreto de 15 de janeiro. Em novembro, tomava posse da Presidência da República o Dr. Prudente de Moraes, nomeando Ministro da Justiça o Dr. Antonio Gonçalves Ferreira. Foi este mais um ano marcado por grandes agitações políticas, culminando na tentativa de assassinato do presidente no antigo Arsenal de Guerra (DÓRIA, 1997). Para o referido ano, foram matriculados no Externato setenta e quatro alunos no total. Ainda era pequeno o número de alunos matriculados no estabelecimento de ensino. Novamente, o Relatório da Justiça e Negócios Interiores reforçava sobre essa questão: “incontestavelmente, merece reparos o insignificante número de alunos matriculados em um instituto desta ordem, que por todos os motivos deverá ser

consideravelmente frequentado” (BRASIL, 1894, p. 199).

Para o ano de 1894 temos o aluno Julio Magno da Silva como o primeiro colocado do “ranking”. Em segundo, o aluno Mauricio Pereira e, em terceiro, Luiz Bulhões Pereira Barcellos. Um dos alunos já ocupava a primeira posição no ano anterior, sendo, portanto, reincidente – Mauricio Pereira. Julio Magno da Silva era considerado no estabelecimento de ensino como um aluno “incorrigível, já influenciando os companheiros e até procurando desmoralizar os alunos do 1º ano com seu respectivo inspetor” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1894, p. 123). Julio Magno e Luiz Bulhões eram considerados “companheiros de comportamento”.

Em 1895, o Decreto de 22 de abril, concedia, ao Instituto Kopke, equiparação ao Ginásio Nacional. Tal Decreto “foi a fonte de onde emanou a desmoralização e o declínio da instrução secundária” (DÓRIA, 1997, p. 178). Foram matriculados no ano cento e trinta e um alunos no Externato. O aluno que mais teve destaque foi Octavio do Rego Lopes. Na segunda posição, o aluno Jaime Smith de Vasconcellos e, na terceira posição, o aluno Odenato de Moura. Neste ano, formaram-se apenas seis Bacharéis no Externato.

Em 1896, “por leis orçamentárias, foram transferidos para os diretores de estabelecimentos de instrução atribuições das Congregações, não referente exclusivamente ao ensino, disciplina escolar, programas, exames, prêmios ou concursos” (DÓRIA, 1997, p.179). Foram matriculados cento e sessenta e seis alunos, dos quais setenta e sete eram contribuintes e oitenta e nove gratuitos. O aluno com mais registros de faltas no referido ano foi Mario da Sylva. Na segunda posição, o aluno Francisco Freire e, na terceira posição, o aluno Oscar Lima Freire do Pillar. Sobre o aluno Mario da Sylva, o inspetor registrou: “Em 07 de agosto de 1896 foi apresentado ao Sr. Vice-Diretor o aluno Mario da Sylva por seu péssimo comportamento, obrigando-me a mantê-lo fora da aula e o separar de seus companheiros por ser imoral e desordeiro. Assinado: Perrayon” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1896, p. 145 verso).

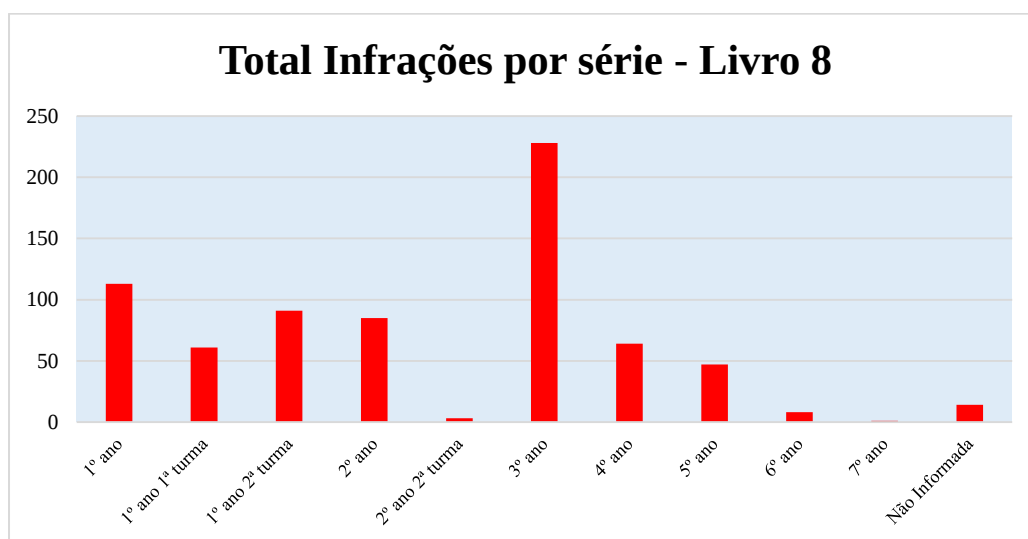
Para o ano de 1897, foram cento e noventa e oito matrículas, sendo noventa e um contribuintes e cento e sete gratuitos. O aluno com maior número de ocorrências foi Candido Elesbão da Sylva Costa Fernandes. Na segunda posição, temos o aluno Adalberto Landim e, na terceira posição, o aluno Antonio Leite de Castro. O ano de 1897, no Gymnasio Nacional, transcorreria como no ano de 1886, no antigo Imperial Colégio de Pedro II. Em nenhuma das seções da Casa se graduaria Bacharéis em Letras.

O ano letivo de 1898 foi aberto com novo Decreto, o de 30 de março, sendo o Ministro da Justiça, o Dr. Amaro Bezerra Cavalcanti. O novo regulamento passou a vigorar não apenas no Ginásio Nacional, mas em todo o ensino secundário a cargo dos Estados. Manteve-se a divisão em Externato e Internato, sendo ambos regidos pela mesma Lei, independentes quanto à administração, unidos os seus professores em congregação única, cuja presidência revezava-se anualmente entre os Diretores dos dois estabelecimentos (DÓRIA, 1997). Vários temas foram tratados nesse Decreto: exames de madureza, de admissão, concursos para lentes e pessoal administrativo, colação de grau. Diante de tantas incertezas, o Externato e o Internato não graduaram Bacharéis em Letras nos anos de 1897 e 1898, “sucesso único nos cinquenta e dois anos de existência do Pedro Segundo no Império, sucesso duas vezes ocorrido nos seus nove anos de vida na República” (DÓRIA, 1997, p. 180).

Foram matriculados em 1898 duzentos e nove alunos no Externato, sendo oitenta e seis contribuintes e cento e vinte e três gratuitos. Aqueles que tiveram mais faltas registradas foram: J. F. Kammetzer, João Carlos Kastrupp e Luiz Pereira dos Santos. Desde 1891 até o referido ano, percebemos nomes que se repetiram, sendo, portanto, alunos reincidentes nos delitos. Mas, com relação aos alunos que ocupam as três primeiras posições, estes não se repetiram desde o ano de 1895.

A incidência das séries dos alunos também foi elaborada para o livro 8 (1891-1898). Assim, temos:

Gráfico 8: Especificação das séries nas ocorrências – Livro 8 (1891-1898)



Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 8 de ocorrência (1891-1898).

Como podemos notar no gráfico acima, tanto o 1º ano quanto o 2º ano possuem subdivisões, como já vinha ocorrendo anteriormente. Nota-se uma diferença. No livro 8, percebemos a mudança do nome seção para turma. Então, havia duas turmas de 1º ano e duas turmas de 2º ano, embora no livro de ocorrência só tenha sido registrado infrações referentes ao 2º ano 2ª turma. Se somarmos todas as turmas de 1º ano, sem levar em consideração sua divisão, teríamos o 1º ano como o primeiro colocado. Mas, olhando para cada ano individualmente, deixando as turmas de 1º e 2º anos divididas conforme o gráfico, podemos notar que o 3º ano é o que mais teve destaque no livro 8, seguido do 1º e 2º anos, respectivamente, no “ranking de infrações”.

A última década do século XIX se configurou como um período histórico significativamente marcado pela conjuntura de materialização do ideário republicano no Brasil, por conta tanto da necessidade de superação do modelo Imperial quanto da importância de se consolidar novas concepções e práticas voltadas para o novo regime. Nesse período, acompanha-se disputas em curso, pela hegemonia, entre os diferentes projetos no que tange à educação.

A fórmula da cultura escolar republicana subordinava-se assim às necessidades da sociedade como um todo, representadas pelo interesse do Estado. Uma interpretação dessas necessidades apontava, em primeiro lugar, para o objetivo de formar cidadãos politicamente iguais no espaço público, de onde advinha a necessidade da escolarização atingir igualmente a todos. A outra leitura dessas demandas sociais apontava para o livre mercado de trabalho, pois da eficácia da escola republicana dependeria a ratificação da crença norteadora da sociedade moderna, que se acreditava ser o marco histórico que assinalava a passagem do status social transmitido para o status social adquirido. Nesse caso, a escola selecionaria os mais produtivos e capazes; logo, as diferenças sociais não seriam um subproduto indesejável da escola; ao contrário, a escola seria o lugar por excelência da produção de diferenças sociais legítimas. Essas duas vertentes – conduzir à diferença social e à igualdade política – assentavam sua legitimidade na ideia de a escola evocar uma cultura universal, identificada com um projeto de civilização (SOUZA, 2000, p. 29).

Através dos oito livros de ocorrências foi possível perceber a rede de relações presentes no interior do Colégio que visavam garantir não só a inspeção dos discentes, mas o esforço realizado por professores, inspetores, Reitores e Vice-Reitores, em manter a ordem no estabelecimento a partir do controle do comportamento dos alunos. Como um produto dessa rotina, percebemos nas tramas dos livros de ocorrência, que os alunos se aproveitavam desse produto da cultura material escolar para reapropriar e alterar a dinâmica do que lhes era imposto por meios das normas escolares. Como foi possível observar, um leque de informações se abriu ao desfolharmos e questionarmos os livros de ocorrência disciplinar. Nesse sentido, um conjunto de elementos existentes nas ocorrências puderam ser desvelados,

manifestando-se de diversas formas: brigas, alaridos, danos ao patrimônio escolar, etc. Tudo isso foi possível rastrear através desses livros de ocorrência marcando a importância desse tipo de material para se compreender sobre as práticas de punição presentes em uma instituição modelar de ensino secundário.

3.4 As causas dos castigos encontradas

Nesta seção, iremos trazer à tona as causas que levavam os alunos a serem castigados. Foi realizado um amplo levantamento, entrecruzando as várias tabelas e gráficos, visando esclarecimentos sobre o conteúdo geral dos dados empíricos coletados, sobre o caminho percorrido para alcançá-los, assim como sobre as escolhas ou delimitações a serem posteriormente especificadas.

O conjunto de tabelas elaboradas com o mapeamento dos dados foram surgindo na medida em que o material empírico era lido e relido, tomando por base os registros contidos nos livros, extraindo todos os dados e especificações que traziam.

Assim, optou-se pelo uso de descritores que resumiam aquela ocorrência como um todo.

Ressalto que, por diversas vezes, as planilhas foram refeitas, contadas e recontadas, a partir de inúmeras alterações quanto ao critério a ser adotado. Definir padrões, decodificações, classificações não foi uma tarefa fácil diante de um volume tão robusto de dados. Cada vez que entrava em contato com as diferentes planilhas elaboradas no Excel confesso que me sentia diante de um labirinto sem fim de ocorrências. O que fazer diante desse material?

Apoiei-me na leitura de Sidney Chalhoud (2011, p. 12-31), em que descreve o método de Zadig. Zadig, o sábio da Babilônia, que protagoniza o livro de Voltaire estava decepcionado com seu casamento e procurou se consolar com o estudo da natureza. Assim, o que lhe interessava “era o estudo das propriedades dos animais e das plantas. Acabou adquirindo tal sagacidade, que conseguia apontar mil diferenças onde os outros homens viam só uniformidade”. O fascínio do Zadig de Voltaire resiste ao tempo, assim como a sabedoria de Guilherme de Baskerville, de Umberto Eco, em sua clássica obra *O nome da rosa*.

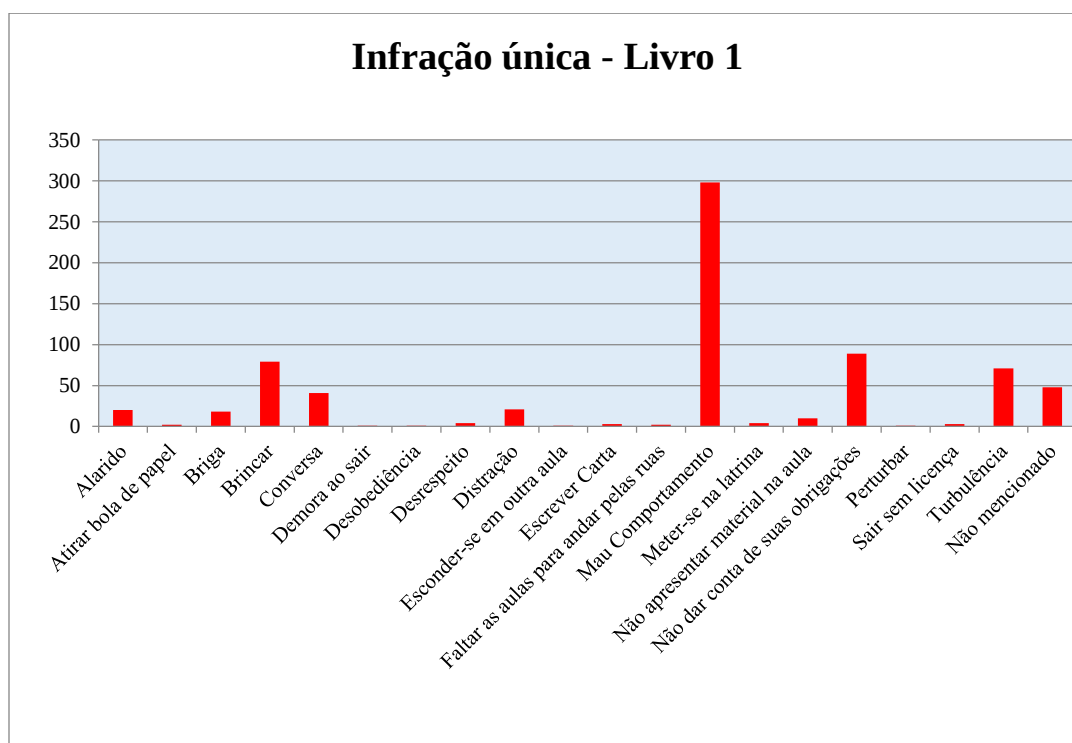
Ambos se valeram de observações cuidadosas das pegadas deixadas no solo, dos galhos de árvore partidos, dos pelos grudados em espinhos etc. Saber ler não apenas no grande livro da natureza, mas também no modo como os monges liam os livros da escritura, e pensavam através deles. (CHALHOUD, 2011, p. 14).

Portanto, como afirmam os historiadores, “detalhes aparentemente marginais e irrelevantes são formas essenciais de acesso a uma determinada realidade” (CHALHOUD, 2011, p. 17). São tais detalhes que podem dar a chave para redes de significados a partir dos rastros ou dos vestígios disponíveis dependendo da acuidade do observador.

Assim, no sentido de executar uma “descrição densa” do material coletado durante a pesquisa, procurei ter acesso a aspectos significativos das práticas disciplinares adotadas no Colégio Pedro II no oitocentos, num esforço minucioso de decodificação dos documentos.

Apresento, a seguir, o resultado desse esforço para o livro 1:

Gráfico 9: Causas dos castigos dos discentes com apenas uma ocorrência – Livro 1 (1858-1859)



Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 1 de ocorrência (1858-1859).

Diante da existência de muitas ocorrências em que se registrava apenas um único tipo de situação, foi criado o termo “infração única”. Para as demais situações em que se registravam dois tipos de ações em uma mesma ocorrência, foi criado o termo “infração dupla” e, para três ações conjuntas foi utilizado o termo “infração tripla”. Para as infrações únicas, utilizaremos gráficos com as informações coletadas dos livros; para as infrações duplas e triplas (quando havia), elaboramos apenas tabelas.

As causas dos castigos foram organizadas na planilha a partir do elemento mais representativo da ação desempenhada pelos discentes. Assim, utilizamos a palavra-chave

daquela ação para compor os gráficos. Das ocorrências contidas no livro 1, temos como exemplo: “Fazer alarido com seus companheiros na aula, logo que o lente saiu dela” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 1, 1858, p. 3). Optou-se por “alarido” por ser esta a ação principal desempenhada pelo discente. No período retratado, “alarido” significava “vozearia, gritaria confusa de muitos por qualquer motivo” (ALMEIDA; LACERDA, 1859, p. 119). Ao todo, esse termo apareceu vinte vezes no livro 1.

Para o termo Briga, estamos compreendendo os casos em que havia algum tipo de contato físico entre os alunos. Como exemplo, temos: “dar pancadas no seu condiscípulo Pimentel no recreio” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 1, 1858, p. 27). Foi contabilizado dezoito vezes.

Brincar foi utilizado na seguinte situação: “ficou a estudar de pé 1 hora por brincar na aula de grego” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 1, 1858, p. 14). Setenta e nove situações ocorreram envolvendo esse termo, ocupando o terceiro lugar no “ranking” das principais causas dos castigos dos discentes.

O termo Desrespeito foi utilizado para situações em que houvesse desacato, insulto ou descortesia com alguma pessoa, fosse este Inspetor, Professor, Reitor ou algum colega de turma. Reproduzo, a seguir, a ocorrência para a situação descrita: “Desrespeitar ao Inspetor Aguiar e dirigir-lhe insultos” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 1, 1858, p. 6).

Encontramos no livro 1, situações do tipo “Esconder-se em outra aula”. Embora tenha tido apenas uma ocorrência, ela já nos revela as “artimanhas” dos discentes para driblar a inspeção das autoridades escolares. O mesmo ocorre com o descritor “Meter-se na latrina”, quatro vezes computado. Como exemplo, temos: “se meter na latrina com outros seus colegas” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 1, 1858, p. 75).

Para o termo “Escrever carta”, encontramos a seguinte situação: “Estar escrevendo cartas para a família no Silêncio” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 1, 1858, p. 14). Embora tenha tido apenas três ocorrências, esse descritor nos faz refletir sobre as práticas de correspondência, colocando em ação a cultura escrita e a escola.

Através da materialidade da escritura epistolar é possível perceber como os artefatos culturais implicados nas práticas de correspondência são postos em ação, se articulando em um universo mais amplo de práticas culturais, tais como fazeres estudantis, relações familiares, etc. O ato de escrever cartas pessoais/íntimas consiste em confrontar-se com códigos estabelecidos e, a partir deles, construir/inventar um lugar para si, através das palavras. Trocar cartas, corresponder-se, são formas de se expor, compartilhar experiências cotidianas e/ou profissionais e, muito especialmente pôr ordem em suas ideias, clarificar e recordar pensamentos, sensações e sentimentos (VIÑAO FRAGO, 1999, p. 8).

Diversos estudos vêm se intensificando a partir destas escrituras cotidianas tidas como práticas epistolares das pessoas comuns e que são chamadas de “escrituras ordinárias ou escritos sem qualidade”⁵⁷ abrindo cada vez mais um rico campo para as pesquisas sobre práticas e funções culturais da escrita na sociedade letrada que se desenvolve a partir do século XIX. Infelizmente, apenas encontramos no livro de ocorrência a situação que provocou o aluno a ser castigado. Este foi privado do recreio do dia. Curioso destacar que havia três artigos do Regulamento n. 8 (art. 71 ao 73) que diziam “os alunos só podem escrever à seus pais, ou quem suas vezes fizer. As cartas, que lhes forem remetidas, virão assinadas, por fora, pelas pessoas, que as escreverem. Tanto umas, como outras, serão essas cartas levadas ao Reitor, que as inutilizará, ou fará chegar a seu destino, como julgar convenientes” (BRASIL, 1838, p. 72). Ou seja, não era proibido aos alunos escreverem cartas para seus pais, porém, o Reitor certamente tinha acesso ao conteúdo das mesmas, cabendo-lhe julgar e decidir pelo envio ao destinatário ou pela sua inutilização. Havia, portanto, uma censura da autoridade máxima da instituição, visto que os escritos poderiam revelar segredos do cotidiano escolar que, aos seus olhos, não deveriam ser revelados.

O “mau comportamento” revelou-se o descritor com maior número de causas dos castigos no livro 1. Pergunta-se: tendo em vista o caráter desse tipo de livro, todas as situações não registrariam casos que poderíamos considerar, genericamente, como de “mau comportamento”? Certamente. Mas, as funções que os livros parecem desempenhar trazem a existência de certa especialização das infrações, de detalhamento a ser assegurado. Assim, esse tipo de descritor foi criado na medida em que a situação descrita nos livros o trazia. Como este teve grande destaque como a principal causa dos castigos dos alunos no livro 1, cabe-nos a seguinte questão: o que era ser bom comportado naquele período?

Norbert Elias (2011) pode nos ajudar a encontrar uma resposta para a pergunta elaborada. Ter boas maneiras relacionava-se, diretamente, à padrões de comportamento e estes, por sua vez, exigiam boas condutas, como, por exemplo, respeito ao próximo e às regras que lhes seriam aplicadas.

⁵⁷ As “escrituras ordinárias ou sem qualidades” são aquelas realizadas pelas pessoas comuns e que se opõem aos escritos prestigiados, elaborados com vontade explícita de “fazer uma obra” para ser impressa. Para saber mais ver: Fabre, Daniel.(Org). *Écritures ordinaires*. Paris: Centre Georges Pompidou., 1993. p.11-30. Ver, igualmente, Hèbrard, Jean. Por uma bibliografia material das escrituras ordinárias. A escritura pessoal e seus suportes. In: MIGNOT, A.C.V. et al. *Refúgios do Eu*. Educação, História, Escrita Autobiográfica. Florianópolis: Mulheres, 2000. p. 29-61.

Todas as sociedades, ao longo da história, criaram normas e princípios com a finalidade de orientar as relações entre grupos e pessoas. Apesar de nem sempre procederem do Estado, alguns desses princípios impunham regras que se não fossem seguidas, implicariam em penalidades, que iam da desaprovação à exclusão daqueles que não as respeitassem. (PILLA, 2003, p.1).

Assim, ser bom comportado no século XIX implicava saber agir e conviver em sociedade, sendo esse agir e conviver sinônimos de boas maneiras, polidez, refinamento dos costumes. Diversos manuais voltados para a divulgação de regras de como agir com o próximo, em casa e na rua, de como se comportar em ambientes públicos, como se vestir, como comer, etc. são propagados. Estas regras tinham um endereço certo: a aristocracia. Os príncipes eram educados para agirem corretamente na Corte. Esse modo de agir poderia interessar outras pessoas relacionadas à Corte, as quais eram aspirantes a príncipes ou cortesãos. Fazendo uma analogia com o Colégio Pedro II, lugar idealizado para a formação secundária da elite imperial brasileira, seus alunos deveriam ser educados para agirem corretamente e com cortesia, civilidade e polidez, não só nos intramuros da instituição, mas também fora dela. De acordo com Boto (2002),

[...] são padrões da *corte* (cortesia), que preparam as regras de convívio das multidões das *idades* (urbanidade), que retomam a cordialidade da antiga *polis* (polidez), e que constituem feixes encadeados de conduta para com o outro específicos da vida *civil* (civilidade). (BOTO, 2002, p. 22, grifo do autor).

Assim, os Regulamentos internos do Colégio se revelavam como códigos de condutas que deveriam ser seguidos por Professores, Inspetores, Reitores, Alunos, ou seja, toda a comunidade escolar, enquanto os livros de ocorrência serviam para registrar o que não estava de acordo com o código instituído para os alunos, apontando-lhes a punição cabida para cada tipo de situação desviante.

Para o termo “não dar conta de suas obrigações”, que ocupa o segundo lugar no “ranking” das causas dos castigos do livro 1, encontramos a seguinte situação: “Não saber fazer as letras do mesmo verbo na aula do dito Grego e não dar conta da lição” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 1, 1858, p. 28); “Trabalho de escrita por uma semana por queixa do Sr. Professor Mendonça, ao Sr. Reitor, de não dar conta de suas lições de Latim” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 1, 1858, p. 36). Nesse sentido, os registros nos fazem pensar em dois pontos: em problemas com o rendimento escolar, no que concerne a dificuldade de aprendizado, ou, em situações que o aluno deixava de cumprir alguma lição que lhe era transmitida por desleixo ou desinteresse na matéria.

O descritor “Não mencionado” foi criado por existirem muitas situações em que as causas e os tipos de castigos não eram explicitados nos livros de ocorrência. Por essa razão, foi utilizado para dar destaque à inexistência de qualquer um dos dois casos.

“Sair sem licença” ressalta a importância da civilidade, ou seja, da “civilização dos modos”. Enunciada como “modo de dever ser”, a civilidade tinha como objetivo disciplinar o indivíduo em seus gestos, posturas e atitudes. Essas situações são assim registradas: “Sair da sala do silêncio sem licença e ir para a aula de Geografia do 3º ano” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 1, 1858, p. 8).

Os casos apontados como turbulência, que ocupam o quarto lugar das principais causas dos castigos encontrados no livro 1, estão atrelados a situações em que o aluno se encontra muito agitado ou desassossegado. Assim, como exemplo, temos: “Durante a semana portou-se com turbulência nos silêncios” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 1, 1858, p. 8). Para as ocorrências denominadas “infrações duplas”, elaboramos a tabela a seguir:

Tabela 19: Infração dupla – Livro 1 (1858-1859)

Causa do Castigo 2	Qtd
Alarido e conversa	2
Atraso e desrespeito	2
Briga e desobediência	1
Brincar e desrespeito	1
Brincar e turbulência	1
Conversa e briga	1
Conversa e brincar	1
Conversa e mau comportamento	7
Conversa e não dar conta de suas obrigações	4
Conversa e dormir	1
Conversa e turbulência	7
Desobediência e mau comportamento	2
Distração e brincar	3
Distração e conversa	6
Distração e turbulência	7
Esconder-se no intervalo e desrespeito	1
Mau Comportamento e atirar pedras	1
Mau Comportamento e brincar	1
Mau Comportamento e desrespeito	7
Mau Comportamento e distração	4
Não dar conta de suas obrigações e desrespeito	1
Não dar conta de suas obrigações e distração	1
Não dar conta de suas obrigações e mau comportamento	9

Travesso e não dar conta de suas obrigações	2
Turbulência e desobediência	1
Turbulência e mau comportamento	7
Turbulência e não dar conta de suas obrigações	3
Total	84

Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 1 de ocorrência (1858-1859).

Conforme podemos visualizar acima, não há mudanças com relação às causas destacadas como “infração única”. O que muda é o tipo de registro que abrange duas ações do aluno de uma única vez. Com as “infrações duplas” ficou difícil estabelecer critérios para definir qual das duas situações era a mais relevante. Por essa razão, foram reunidas da forma como apareciam nos registros. Como exemplo, temos: “mau comportado e faltar o respeito ao seu inspetor” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 1, 1859, p.119). Essa situação, inclusive, é uma das que mais se repetem dentro da modalidade “infração dupla”, com um total de sete ocorrências. As diferentes causas registradas em uma mesma ocorrência foram, assim, transcritas e dessa forma tivemos uma noção da diversidade de situações que levavam os discentes do Imperial Colégio de Pedro II ao castigo. Alaridos, brincadeiras, conversas, distrações, turbulências, entre tantas outras, simbolizam práticas que eram consideradas inadequadas para aquele universo escolar durante o período abrangido pelo livro 1 (1858-1859). Em determinadas sociedades alguns costumes estão em desacordo com o padrão que se deseja e, por meio da aplicação dos castigos, hábitos tidos como “indesejados” deveriam ser suprimidos para vigorar aqueles mais polidos e corteses, típicos de uma elite instruída, que deveria ter bons costumes, finura de maneiras, tão necessários ao alcance do progresso.

Além das situações enquadradas como “infração dupla”, também encontramos no livro 1 “infrações triplas” numa mesma ocorrência, conforme tabela a seguir:

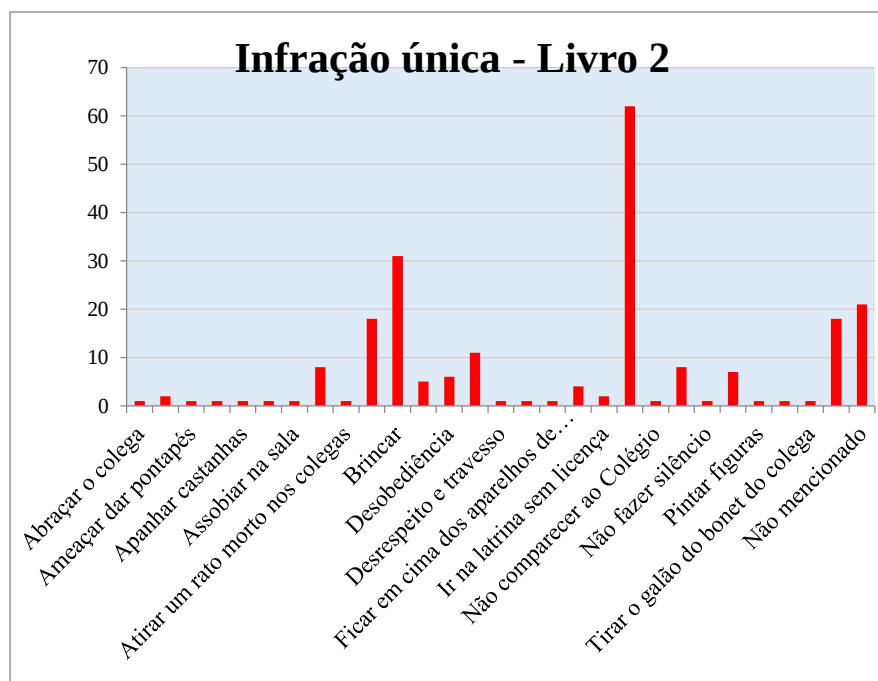
Tabela 20: Infração tripla – Livro 1 (1858-1859)

Causa do Castigo 2	Qtd
Conversa, brincar e desobediência	1
Distração, conversa e turbulência	1
Mau Comportamento, distração e conversa	1
Mau Comportamento, distração e desobediência	1
Turbulência, conversa e mau comportamento	1
Total	5

Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 1 de ocorrência (1858-1859).

Como podemos observar, para as infrações do tipo “tripla” só há uma ocorrência para cada uma das cinco causas registradas no livro 1. Como exemplo, temos: “Se comportar mal na aula de História, com o Sr. Bel. Gonçalves. Distraía-se nos silêncios e foi repreendido pelo Inspetor por isso e por conversar no Refeitório” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 1, 1858 p. 9). Essas ocorrências também foram separadas para que pudéssemos visualizar as diversas peculiaridades presentes no livro em questão.

Para o livro 2, obtivemos as seguintes causas para os castigos:

Gráfico 10: - Causas dos castigos dos discentes com apenas uma ocorrência.

Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 2 de ocorrência (1866-1870).

Novamente, temos o “mau comportamento” como a principal causa dos castigos aplicados, com sessenta e duas menções. Ocupando a segunda posição, temos as brincadeiras realizadas pelos alunos “nas horas de estudo na sala do silêncio” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 2, 31.07.1866). O termo “não mencionado” foi utilizado para os casos em que não havia a causa do castigo registrada, ocupando a terceira posição. Na quarta, com dezoito aparições, temos um equilíbrio entre dois descritores coletados: briga e turbulência. A briga, conforme explicado anteriormente, foi utilizada para os casos em que havia contato corpo a corpo entre os alunos, ou seja, casos em que havia agressão física entre eles. Como exemplo, temos: “O aluno Alfredo Augusto de Lima Barros deu socos no seu condiscípulo Ovidio Cabral de Menezes na hora do recreio. Ficou a estudar de pé no silêncio por uma hora” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 2, 27.07.1866). A turbulência estava associada a agitação dos alunos em ocasião de estarem a estudar na sala do silêncio ou durante alguma aula. Exemplos: “O aluno Roque Gil do Amaral Gurgel estava turbulento na sala de silêncio enquanto todos estudavam. Foi privado do recreio do dia” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 2, 03.04.1868); “O aluno Frederico Epiphano da Silva esteve turbulento na aula de música. Ficou retido no Colégio das 5 às 6h da tarde” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 2, 24.04.1866).

Como podemos perceber, tanto o livro 1 quanto o livro 2 tiveram como principal causa do castigo o “mau comportamento”. Porém, no livro 2, é possível perceber mais nuances para as causas mencionadas, o que demonstra o quanto era dinâmico esse universo disciplinar. Dentro das nuances, destacamos: “abraçar o colega, andar com canivete, apanhar castanhas, apelidar o colega, assobiar na sala, atirar pedras, atirar um rato morto nos colegas, escrever no atlas do colega, ficar em cima dos aparelhos de ginástica, ficar parado próximo ao Colégio, ir na latrina sem licença, nota má, pintar figuras, tirar o galão do bonet do colega”.

Sobre o ato de pintar figuras, o mesmo aluno – Adolpho de Mattos Costa – ficou de pé a estudar por 1h por estar a desenhar, ao invés de estudar. Exemplo: “O aluno Adolpho de Mattos Costa ficou de pé por 1h por não estudar e estar pintando figuras no silêncio e estar passando aos seus colegas com ditos jocosos” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 2, 15.02.1870).

A escola, como uma instituição na qual se fazem presentes formas de relações sociais baseadas em um trabalho de objetivação e codificação, utiliza a vigilância nos seus mais diferentes aspectos e assim, é o lugar da aprendizagem e do exercício do poder. Corrigir e prevenir as “más atitudes” lá presentes são ações indissociavelmente ligadas a um modo

particular de organização e de exercício do poder. Dessa forma, os sistemas simbólicos lá criados estão vinculados à disciplina e à normalização das práticas escolares.

Norbert Elias (2011) pode nos ajudar aqui a refletir sobre a teoria dos processos de civilização e a teoria do controle das emoções. Para o autor, a estrutura do comportamento humano considerado civilizado está ligada com o desenvolvimento da estrutura das sociedades modernas, os Estados Nacionais. A civilização é o resultado de um processo de mudanças no nível de controle das emoções, visto que esse controle está intimamente relacionado com o grau de entrelaçamento e interdependência entre as pessoas que fazem parte da sociedade. Os conceitos de indivíduo e sociedade, para Elias, não são instâncias separadas e/ou antagônicas, mesmo porque não existe sociedade sem indivíduos e nem indivíduos que não formem sociedade. Portanto, a teoria dos processos de civilização tem como base a defesa de que toda e qualquer transformação ocorrida na estrutura da personalidade do indivíduo produz transformações na estrutura social em que o indivíduo está inserido.

É, portanto, possível refletirmos sobre a convergência da teoria de Elias na compreensão do desenvolvimento do processo educacional pretendido para a sociedade brasileira no século XIX. De acordo com Gondra (2004):

[...] educar e civilizar representam uma dupla ação a convergir para um único fim: eliminar os fatores adversos e produzir para os indivíduos um futuro novo, regenerado, sem vícios, grandioso, para os indivíduos, para a sociedade e para o Estado. O século XIX, no Brasil, foi o século da invenção da forma escolar moderna, um modelo de intervenção na ordem social que separou crianças, jovens e adultos de seus núcleos sociais e dias do ano, seguindo uma rotina programada para cada dia, implicando a submissão dessa população à autoridade de um ou mais Professores. (GONDRA, 2004, p. 22-23).

A eles – Professores, Inspetores, Reitores - cabia a vigilância constante, fazendo valer o controle disciplinar por meio de normas, restrições e castigos determinados, a partir de uma sequência prevista. A escola, portanto, seria um ambiente privilegiado para a apreensão dos códigos de uma sociedade civilizada.

Seguindo com o levantamento, seguem as informações coletadas para os casos de “infração dupla”:

Tabela 21: Infração dupla – Livro 2 (1866-1870)

Causa do Castigo 2	Qtd
Alarido e briga	2
Atraso e desobediência	1
Briga e brincar	1
Brincar e ficar debaixo da mesa	1
Brincar e não dar conta de suas obrigações	5
Brincar e perturbar	3
Cantar e bater os pés	1
Comer tangerinas e atirar as sementes	1
Conversar e brincar	1
Desobediência e fumar no corredor	1
Ficar parado próximo ao Colégio e desrespeito	1
Invasão de recreio e travesso	1
Jogar capoeira e briga	1
Mau Comportamento e atirar pedras	1
Mau Comportamento e desobediência	9
Mau comportamento e desrespeito	5
Mau comportamento e não dar conta de suas obrigações	6
Não apresentar material e brincar	1
Não dar conta de suas obrigações e conversa	1
Não dar conta de suas obrigações e pintar figuras	1
Pontapés na latrina e alarido	1
Turbulência e atirar pedras	2
Turbulência e desobediência	5
Turbulência e desrespeito	4
Turbulência e invasão de recreio	1
Turbulência e Mau comportamento	1
Turbulência e não dar conta de suas obrigações	3
Total	61

Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 2 de ocorrência (1866-1870).

Na tabela acima, novas infrações podem ser vistas, tais como: “brincar e ficar debaixo da mesa, cantar e bater os pés, comer tangerinas e atirar as sementes, desobediência e fumar no corredor, fazer bola de pão e atirar, jogar capoeira e brigar, levar charuto e fumar, levar cigarro e café nas bolsas, não dar conta de suas obrigações e pontapés na latrina”. Vejamos alguns exemplos das referidas ocorrências: “O aluno Calasans Rodrigues foi privado do recreio do dia por brincar no silêncio e meter-se por baixo das mesas da sala do dito silêncio” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 2, 01.05.1868); “Os alunos Oliveira de Carvalho, Sebastião J. da Lapa Nascimento, Luiz Abreu de Carvalho, Luiz Cabral de Menezes, Manoel Duarte de Azevedo foram privados dos recreios do dia ficando de pé por 1h na ocasião de seguirem para a aula, iam cantando e batendo com os pés” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 2,

10.10.1868); “O aluno José Luiz Machado foi privado do recreio do dia por comer tangerinas no silêncio e atirar com as sementes na cara de seu condiscípulo João Carneiro de Almeida” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 2, 30.05.1870); “O aluno Roque Gil do Amaral Gurgel de parte do Mestre de Ginástica de que este aluno lhe desobedecera e que mandando-o para o corredor, tirou um charuto e acendeu para fumar. Ficou retido no Colégio das 5 as 6h da tarde e privado do recreio do dia seguinte” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 2, 31.04.1868); “O aluno João Carneiro de Almeida fez bola de pão no refeitório e atirou no seu colega Schifler e respondeu com altivez ao seu Inspetor, recusando-se a fazer o castigo. Foi privado do recreio da tarde” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 2, 18.02.1870);

“O aluno Brocardo Januário Pereira do Valle jogava capoeira no pátio dando ponta pés em seus colegas. Foi privado do recreio (LIVRO DE OCORRÊNCIA 2, 08.04.1867).

Curioso destacar que alguns desses registros podem ser vistos como ações conjugadas, diferentemente de outras ações acima listadas. Como exemplo de ações conjugadas podemos citar: cantar e bater os pés, comer tangerinas e atirar as sementes, fazer bola de pão e atirar, levar charuto e fumar.

Através da tabela acima é possível observar que a causa com o maior número de ocorrências está associada ao mau comportamento e desobediência. Exemplo: “O aluno Quintino Antonio da Costa teve mau comportamento na aula de música e desobedeceu ao mestre. Foi privado do recreio por 2 dias” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 2, 04.07.1866). Em segundo lugar, temos o mau comportamento e o vínculo com o fato dos discentes não darem conta de suas obrigações. Exemplo: “O aluno Antonio Jozé de Moraes Brito teve mau comportamento no silêncio e não foi a aula de dança” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 2, 28.09.1867). Na terceira posição, temos o mau comportamento e o desrespeito juntamente com a turbulência e a desobediência. Exemplos: “O aluno Roque Gil do Amaral Gurgel portou-se mal na aula e proferiu palavras obscenas a outros seus colegas. Esteve recluso por dois dias em um quarto” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 2, 08.05.1868); “O aluno Vicente João Barreto foi turbulento e desobedeceu ao inspetor Brito que o repreendera por ir ao corredor dos externos provocar aos alunos que ali estavam de castigo. Foi privado do recreio por dois dias” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 2, 13.07.1868).

Nas infrações “duplas”, percebe-se que tanto o mau comportamento quanto a turbulência estão atreladas, na maioria dos casos, ao desrespeito e a desobediência.

Para o livro 2, também encontramos infração “tripla” numa mesma ocorrência, conforme tabela a seguir:

Tabela 22: Infração tripla – Livro 2 (1866-1870)

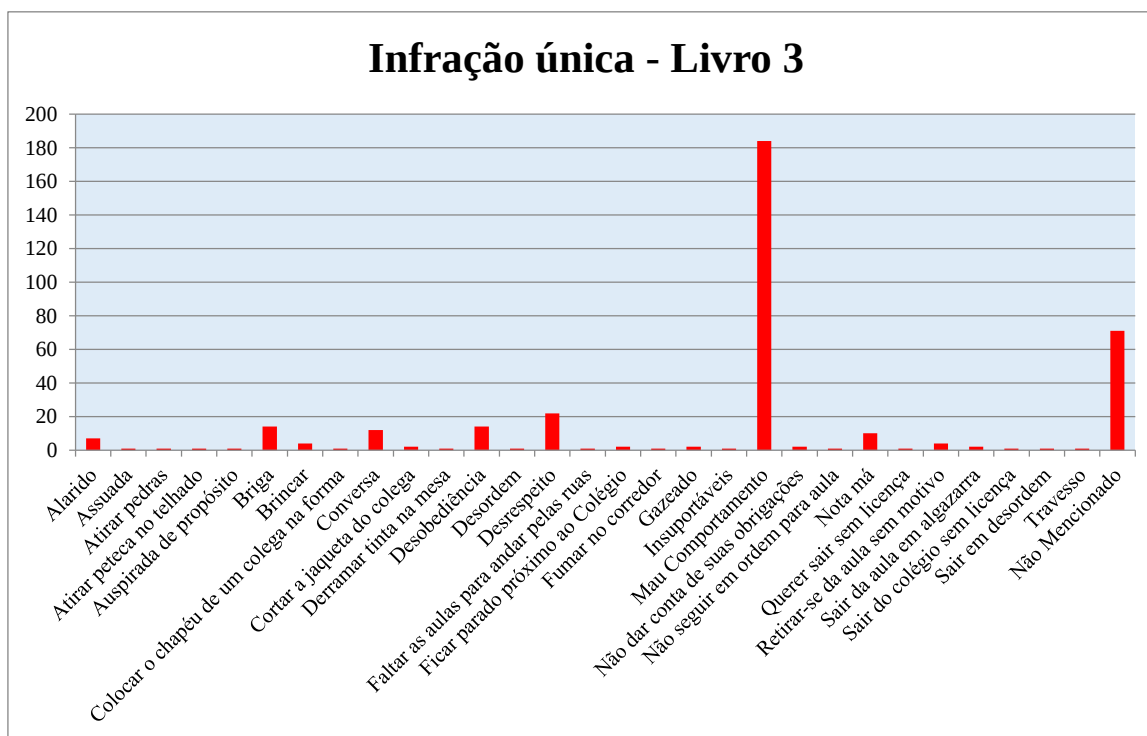
Infração Mista x3 - Livro 2	
Causa do Castigo 2	Qtd
Meter-se na latrina, desobediência e brincar	2
Total	2

Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 2 de ocorrência (1866-1870).

Como podemos notar, a infração do tipo “tripla” aparece com um único caso, tendo sido registrada duas vezes no livro 2. Como exemplo, encontramos: “O aluno Octaviano Coelho da Silva ficou meia hora de pé na sala do silêncio por demorar tempo demais no quarto das latrinas e estar brincando com outros colegas sem necessidade de ali estar e não fazer caso da advertência do criado para retirar-se” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 2, 14.02.1868).

Para o livro 3, tivemos o seguinte resultado:

Gráfico 11: Causas dos castigos dos discentes com apenas uma ocorrência – Livro 3 (1867-1872)



Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 3 de ocorrência (1867-1872).

De acordo com o gráfico acima, o mau comportamento representa a principal causa dos castigos aplicados aos discentes, com cento e oitenta e quatro menções. Nem sempre as ocorrências trazem todos os dados. No mesmo livro, também encontramos situações em que a causa do castigo também não era mencionada. Por isso, foi utilizado o descritor “não mencionado”. Como podemos notar, há um número elevado de casos em que a causa do castigo não é revelada, totalizando setenta e uma ocorrências, ocupando, portanto, a segunda colocação em termos quantitativos. Em terceiro lugar, com vinte e duas menções, temos o descritor “desrespeito”, que está associado a maus tratos aos colegas de turma ou ao criado da latrina, desrespeito aos inspetores, portar-se indecentemente na igreja durante a missa, dirigir ou escrever palavras obscenas. Como exemplos, citamos: “O aluno Alfredo José de Souza Passos maltratou o seu colega Antonio Silveira de Novaes. Foi castigado” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 3, 30.05.1867); “O aluno Guilherme Antonio Freire d’Andrade escreveu palavras obscenas nas paredes das latrinas. Foi castigado” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 3, 04.06.1867); “O aluno Cunha Bastos portou-se indecentemente na Igreja durante a missa. Ficou detido até as 3h da tarde” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 3, 11.08.1870); “O aluno Francisco de Oliveira Coutinho faltou ao respeito ao Sr. Inspetor Carvalho em ocasião de formar-se. Ficou detido por 2h” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 3, 20.10.1869).

Na quarta posição, com quatorze aparições, temos um equilíbrio entre dois descritores coletados: briga e desobediência. A briga foi utilizada para os casos em que havia contato corpo a corpo entre os alunos, ou seja, casos em que houve agressão física entre eles. Exemplo: “O aluno Firmino Lucio dos Reis deu um soco em seu colega. Ficou preso por 2h” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 3, 24.03.1868). A desobediência reflete os casos em que os discentes não obedeciam determinada regra ou ordem expedida, que era atribuída, nesses casos, por um Inspetor ou Professor, por exemplo: “Os alunos do 4º ano ficaram detidos por 1h por desobediência ao Inspetor Baptista quando mandava-os para a formatura” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 3, 14.07.1871). Outras causas, embora sejam quantitativamente inferiores às quatro causas já citadas, tem relação com o rendimento escolar dos respectivos discentes, quando, por exemplo, recebem uma nota má durante determinada aula – exemplo: “Os alunos Carlos Ferreira França, Antonio Verissimo de Mattos, José Joaquim da Costa Campos, Francisco Ferreira Pinto ficaram 1h retidos por terem tido nota má na aula de inglês” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 3, 13.05.1869) ou, quando não dão conta de suas obrigações – exemplo: “Os alunos Antonio Pedro Mosi de Drumond, Laurentino José

Guimarães e Ricardo Daniel de Freitas ficaram retidos por 2h por falta de lições na aula de história antiga” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 3, 24.07.1869).

Outros dois casos apontados no gráfico que merecem destaque referem-se ao descritor “insuportáveis” e “gazeado”. Para o primeiro caso temos o seguinte exemplo: “Os alunos Adalberto Martins Benedicto Martins, Lyra e Oliveira, Sampaio Corrêa, Cunha Bastos e Neves da Silva foram retirados da sala de aula por serem insuportáveis” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 3, 22.07.1870). Para o descritor “gazeado”, temos o exemplo a seguir: “O aluno Luiz Carlos de Lima e Sá foi detido até as 3h da tarde por ter gazeado e ido para a ilha de Santa Barbara tomar banhos” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 3, 25.10.1871). Nos dois exemplos acima temos uma situação que envolve o mau comportamento dentro da sala de aula e uma outra situação em que o aluno falta a aula para ir se divertir na ilha de Santa Bárbara, relacionando-se com a evasão escolar.

Até o momento, os três livros descritos tiveram como principal causa do castigo o “mau comportamento”. Assim como o livro 2 trouxe diversas nuances com relação às causas mencionadas, o livro 3 também traz diversos elementos característicos do cotidiano escolar. Dentro das novas nuances, destaco: “atirar peteca no telhado, aspirada de propósito, colocar o chapéu de um colega na forma, cortar a jaqueta do colega, derramar tinta na mesa, faltar às aulas para andar pelas ruas, fumar no corredor, não seguir em ordem para a aula, querer sair sem licença, retirar-se da aula sem motivo, sair da aula em algazarra, sair do colégio sem licença e sair em desordem”. Como podemos perceber, ações e qualificativos se misturam nas causas registradas para o livro 3.

Seguindo com o levantamento, seguem as informações coletadas para os casos de “infração dupla”:

Tabela 23: Infração dupla – Livro 3 (1867-1872)

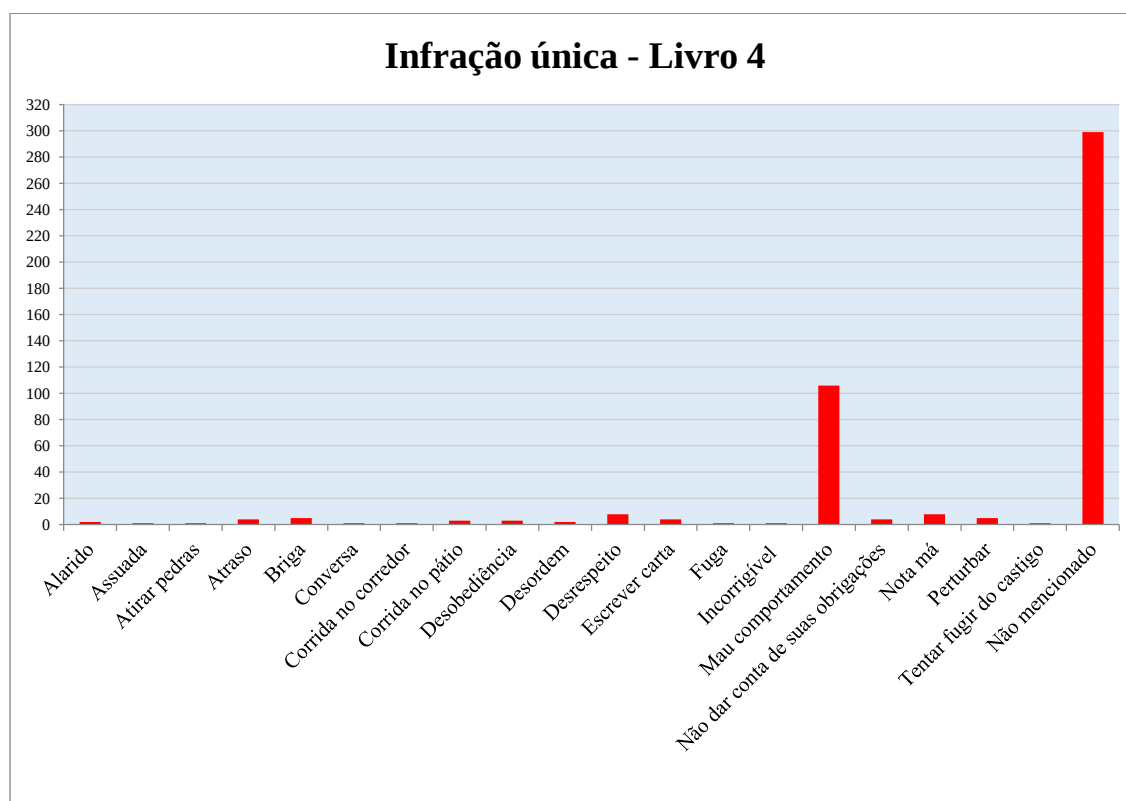
Infração Mista x2 - Livro 3	
Causa do Castigo 2	Qtd
Atirar batatas e fuga	1
Mau Comportamento e agrupados em frente ao Colégio	1
Mau Comportamento e alarido	1
Mau Comportamento e conversa	1
Mau Comportamento e desobediência	1
Mau Comportamento e desrespeito	4
Não dar conta de suas obrigações e mau comportamento	1
Subir para aula batendo pés e conversa	1
Total	11

Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 3 de ocorrência (1867-1872).

Como é possível observar, “o mau comportamento e desrespeito” é o que mais se destaca como infração dupla no livro 3 e, também, nos outros dois livros já tratados. Porém, neste livro especificamente, cai bastante o número de infrações duplas registradas, sendo a grande maioria delas associadas ao mau comportamento. Duas situações chamam a nossa atenção: “atirar batatas e fugir”, bem como “subir para a aula batendo com os pés e conversa”. Nos livros, estão assim descritos: “Os alunos José Gonçalves de Souza Barros, Joaquim de Oliveira Barboza e José de Andrade Pinto ficaram detidos até as 3h da tarde. Aquele por estar na aula de música atirando batatas e estes por terem fugido do castigo” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 3, 22.07.1870); “Os alunos Paranhos, Chagas, Ferdinando, Pallos, Franco, Bandeira ficaram de castigo durante a primeira hora de silêncio por subirem as escadas batendo com os pés e conversando em voz alta” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 3, 27.05.1872). Para o referido livro, não encontramos situações nos quais identificamos anteriormente como “infrações triplas”.

Para o livro 4, foram levantadas as seguintes causas:

Gráfico 12: Causas dos castigos dos discentes com apenas uma ocorrência – Livro 4 (1884-1885)



Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 4 de ocorrência (1884-1885).

Ao observar o gráfico acima, constatamos que as causas dos castigos envolvendo a categoria “não mencionado” é o grande destaque do livro 4, com duzentas e noventa e nove vezes presente no livro. Esse descritor aparece da seguinte forma nas ocorrências: “Os alunos Alfredo Magno, Cyro Camara Cardozo, Carlos Eugenio Alves, Franklim Ventura, José de Faria Pereira e Antonio Augusto da Silveira foram detidos por 2h a pedido do professor Ramos” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 4, 1884, p. 3).

Diferentemente dos demais livros em que a causa predominante recai no mau comportamento dos alunos, no livro 4 o mau comportamento ocupa a segunda posição. Dessa forma, podemos indagar: o que está implícito nas causas dos castigos do livro 4, que não é dito, mas é significativo? Por qual razão as causas, em sua grande maioria, não estão sendo mencionadas? No exemplo acima, apenas o tipo de castigo é revelado, ou seja, a detenção dos alunos por 2h a pedido do professor Ramos. Mas, o que pode ter levado o professor Ramos a solicitar a detenção dos alunos? É grande a chance desses alunos estarem fazendo bagunça durante a aula ou não ter dado conta das lições transmitidas. O fato de muitas causas não terem sido mencionadas pode ter sido realizada de forma intencional pelo

autor dos registros, produzindo um efeito de sentido, ou, pode ser que não seja intencional, e sim, tenha relação com o modo ou o estilo de escrita de cada um dos autores. Enfim, não temos as respostas para as questões levantadas. Porém, é um ponto que merece ser destacado, já que o número de registros sem mencionar a causa do castigo é elevado.

Na terceira posição das principais causas dos castigos aplicados, temos o desrespeito e as notas más, com oito aparições. O desrespeito estava associado a alguma insubordinação ou falta de respeito e atenção com o Inspetor, chefe de turma, criados. Exemplo: “Lima e Cirne faltaram o respeito ao Inspetor Silveira e ficaram detidos por meia hora” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 4, 1885, p. 49).

Para as notas más, temos o seguinte exemplo: “Os alunos Lima e Silva, Motta Teixeira, L. e Pinto Braga tiveram notas más e castigo escrito a pedido do professor Olympio” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 4, 1884, p. 2). O que observamos é que os castigos variavam de acordo com a gravidade das faltas. Uma nota má, por exemplo, poderia ocasionar trabalho de escrita ou prisão, como ocorreu na seguinte situação: “O aluno Thomas Nabuco de Gouveia teve nota má em comportamento na aula de Latim e ficou na prisão do Externato por um quarto de hora” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 4, 1884, p. 6 verso).

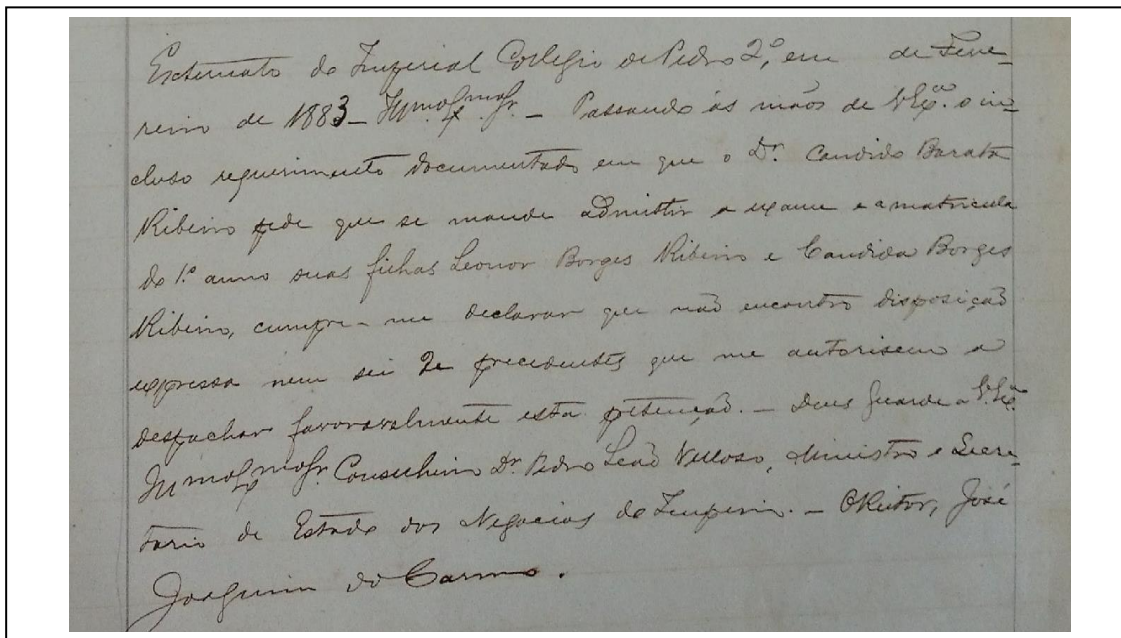
As causas arroladas no gráfico acima não diferem muito das causas já apontadas nos outros livros. Os registros é que envolvem situações diferenciadas, como, por exemplo: “Os alunos do 1º ano fizeram assuada na ocasião em que deu o sinal da chegada do Imperador” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 4, 1884, p. 35 verso); “O aluno Ismael Campello escreveu uma carta a uma das alunas e foi para a prisão” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 4, 1885, p. 62). Além deste caso, outros envolvendo a troca de correspondência entre os alunos foi encontrado: “Tancredo Luiz Afonso ficou quatro dias de castigo na cafua até as 9h por entreter correspondência com alunos do 1º ano” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 4, 1884, p. 8 verso).

Apesar de notarmos um certo equilíbrio com relação a quantidade de faltas cometidas pelos alunos, com exceção dos casos não mencionados e do mau comportamento, as situações que os envolvem são singulares.

No exemplo da escrita de uma carta a uma das alunas, um novo elemento surge, como a presença feminina dentro da escola. A situação descrita ocorreu em 22 de maio de 1885. “No ano de 1883, o Dr. Cândido Barata Ribeiro, lente de medicina, requerera matrícula no 1º ano para suas filhas Cândida e Leonor Borges Ribeiro” (DÓRIA, 1997, p. 153). A Pasta do Império era ocupada pelo Senador Pedro Leão Velloso, que por aviso de 22 de fevereiro

de 1883⁵⁸ autorizou o Reitor Carmo a admitir no Externato alunos do sexo feminino, por não existir disposição legal proibitiva.

Figura 47: Pedido de matrícula das alunas Cândida e Leonor Borges Ribeiro (1883)



Fonte: Núcleo de Documentação e Memória. Livro de comunicação interna (1858 -1883). p. 228.

Como podemos observar, o pedido de matrícula foi realizado em fevereiro de 1883 e a carta direcionada a uma das alunas do Externato, identificada no livro de ocorrência 4 ocorreu em fevereiro de 1885. Caber-nos-ia indagar se a carta direcionada a uma das alunas do Externato, estava, de fato relacionada à admissão de alunos do sexo feminino no Colégio, de acordo com o Aviso n.778, de 22 de fevereiro de 1883 ou, se essa aluna pertencia ao curso noturno ministrado gratuitamente ao sexo feminino, que estava instalado nas dependências do Externato do Colégio Pedro II. Tal curso, instalado em 1884, foi obra de um esforço particular. José Manoel Garcia, Vice-Reitor do Externato, submeteu à aprovação do Ministro do Império o regimento interno, os programas e o corpo docente do estabelecimento que pretendia criar, tendo o Ministro do Império, Francisco Antunes Maciel, concedido a autorização para o funcionamento do curso. “Este funcionou regularmente até o fim do Império, com subvenções do governo e com a realização de trabalho gratuito advindos de professores e diretores e dotações recebidas de particulares” (HAIDAR, 2008, p. 194). Não temos como saber, de fato, se a aluna a qual recebeu a carta era do curso noturno ou do

⁵⁸ BRASIL. Ministério do Império. Aviso n. 778, de 22 de fevereiro de 1883. Admissão de alunos do sexo feminino.

próprio Externato.

De acordo com Escragnolle Dória (1997), o ano letivo de 1885 iniciou-se com novo Ministro do Império, o Senador Meira de Vasconcellos. Este recebeu ofício do Reitor do Externato, comunicando-lhe a existência no estabelecimento de 15 alunas matriculadas e 5 ouvintes. Pedia ele a nomeação de inspetora, ponderando a conveniência de serem as alunas do Externato encaminhadas para a Escola Normal ou para o Liceu de Artes e Ofícios. A 20 de agosto saía Meira de Vasconcellos da Pasta do Império e assumia o Senador Ambrósio Leitão da Cunha, o Barão de Mamoré. Finalizava o ano letivo de 1885, com a providência de não mais serem admitidas alunas no Externato, apresentando como justificativa a questão orçamentária: “tendo resolvido que, por não estar contemplada na Lei do orçamento, cesse imediatamente a despesa autorizada em 16 de julho findo com uma inspetora de alunas do Externato do Imperial Colégio de Pedro II.” (BRASIL, 1886, p. 40).

A permanência das meninas no Colégio, nesse período, foi breve. Através da Decisão nº 58, de 26 de setembro de 1885, o Ministro Ambrósio Leitão da Cunha, o Barão de Mamoré, acatando a sugestão do Reitor do Colégio, solicitou que as meninas matriculadas fossem transferidas para qualquer uma das instituições sugeridas pelo dirigente do Imperial Colégio, proibindo o acesso de qualquer outra aluna à instituição. Assim, durante todo o Império, o Colégio permaneceu como uma instituição voltada para o público masculino, salvo este pequeno período de curta exceção, voltando a autorizar a matrícula de meninas somente em 1926. (ALVES, 2009, p. 4).

Também encontramos infrações duplas, ou seja, situações em que encontramos duas ações em um único registro:

Tabela 24: Infração dupla – Livro 4 (1884-1885)

Infração Mista x2 - Livro 4	
Causa do Castigo 2	Qtd
Conversa e mau comportamento	1
Desrespeito e desobediência	1
Ficar parado próximo ao Colégio e faltar as aulas	1
Fuga e desobediência	1
Incorrigível e fuga	1
Mau comportamento e desrespeito	1
Mau comportamento e incorrigível	2
Total	8

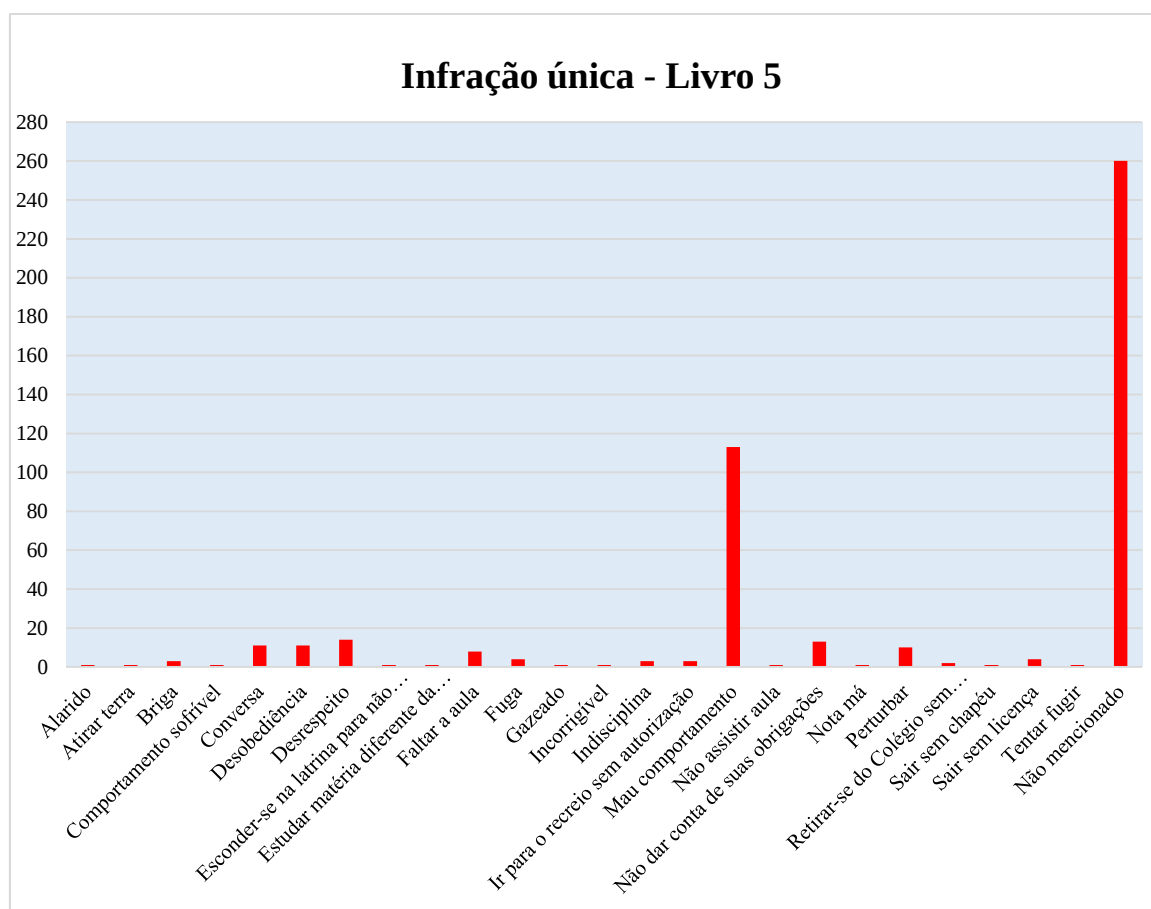
Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 4 de ocorrência (1884-1885).

A tabela anterior mostra um equilíbrio nas “infrações duplas”. Também é possível observar que a causa com o maior número de ocorrências está associada ao mau comportamento e ao fato de os alunos serem dados como incorrigíveis pelos inspetores. Temos o seguinte exemplo: “O aluno Pinto Ferraz foi recolhido à cafua até as 3h por mau comportamento e incorrigível” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 4, 1885, p. 62).

Chama-nos a atenção para os casos em que os alunos fogem dos respectivos castigos que lhes são impostos ou da aula e da forma como nos exemplos a seguir: “O aluno Leopoldo de Amorim Gomes fugiu do castigo no dia 20 de abril de 1885. Cumpriu castigo de meia hora” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 4, 1885, p. 48); “O aluno Hortencio Pinto Ferraz foi recolhido à prisão até às 4h por fugir da forma e da aula de Geografia, incorrigível” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 4, 1885, p. 77). Não houve ocorrências de “infrações triplas”.

Para as causas encontradas no livro 5, temos o seguinte resultado:

Gráfico 13: Causas dos castigos dos discentes com apenas uma ocorrência – Livro 5 (1885-1886)



Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 5 de ocorrência (1885-1886).

Ao observar o gráfico acima, constatamos que as causas dos castigos envolvendo a categoria “não mencionado” continua a ser destaque no livro 5, com duzentas e sessenta vezes presente. Para o termo “não mencionado”, temos o exemplo a seguir: “O aluno Hortencio Pinto Ferraz foi recolhido a prisão por ordem do Vice-Reitor” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 5, 1885, p. 1). Assim como esse caso, muitos outros foram encontrados sem que a causa fosse mencionada.

O silêncio pode ser significativo e produzir efeitos de sentidos. O fato de muitas causas não terem sido mencionadas pode ter sido realizada intencionalmente pelo autor dos registros, produzindo um efeito de sentido – uma censura, por exemplo – ou, pode ser que o aluno tenha reincidido em alguma falta e, que a causa já tivesse sido apontada num primeiro momento, não sendo revelada numa segunda vez em virtude do comportamento vicioso. Esse “não dito” também pode estar atrelado aos afazeres diários dos inspetores, que, por estarem mais atarefados com a vigilância dos alunos, tinham menos tempo para escreverem seus relatórios diários, tornando-os cada vez mais enxutos. Também poderia estar relacionado ao estilo de escrita de cada autor. São muitas as possibilidades para o “não dito”.

Percebemos que o livro 4 e o livro 5, até por serem livros contínuos um do outro, são semelhantes em diversos aspectos. Estando a categoria “não mencionado” na primeira posição, também encontramos a categoria “mau comportamento” na segunda posição, exatamente como ocorreu com o livro 4. As causas dos castigos encontradas no livro 5, porém, estão um pouco mais diversificadas. Mesmo assim, percebemos várias causas que convergem com as já levantadas em livros anteriores.

Chama-nos a atenção o comportamento sofrível, assim como o fato de o aluno ser incorrigível. Para o primeiro caso, temos o seguinte exemplo: “Os alunos do 1º ano 2ª seção tiveram comportamento sofrível” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 5, 1885, p. 10). Para o segundo caso, temos: “O aluno Amaral Vasconcellos foi recolhido a prisão por 1h por ser incorrigível em aula” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 5, 1886, p. 97).

O tipo de avaliação realizado para os alunos do 1º ano 2ª seção é semelhante ao que foi encontrado no único livro do Internato, para o ano de 1872. Os alunos do Internato eram avaliados com conceitos de comportamento, sendo que estes conceitos variavam desde um comportamento sofrível até um comportamento irrepreensível, exemplar. Notamos, no livro 5, o surgimento do comportamento sofrível. Este dado só havia sido observado no livro do Internato. Portanto, é um dado inédito dentro do conjunto de livros de ocorrência exclusivos do Externato. Já havíamos observado no livro 4, o comportamento incorrigível, que aparece

novamente no livro em questão. Outras formas de avaliações dos alunos já haviam surgido, como, por exemplo, as notas más, presentes desde o livro 2. De acordo com o relato memorialístico do ex-aluno Raul Pederneiras, bacharel da turma de 1892, que vivenciou os sete anos do curso, iniciando o seu percurso na instituição em 1886, temos:

De três em três meses organizavam-se as médias das notas de aula; além desse computo, celebravam-se os ‘concursos’ em todas as cadeiras, para o grande prêmio do ‘banco de honra’, lugar destacado na aula e destinado aos mais estudiosos. As médias trimestrais não influíam nos exames finais, oral e escrito; o aluno poderia ter médias boas, mas, no exame final, devido a um ‘ataque de estupidez’ (conforme a gíria da época) apanharia reprovação. As notas não eram dadas por números, limitavam-se a série simples e mais crucial, na ordem decrescente: ‘ótima, boa, sofrível e má’. Tais reprovações seguidas na mesma turma vedavam a continuação dos estudos a princípio; mais tarde alterou-se a medida; o estudante poderia continuar repetente e, se ‘marcasse passo’ na mesma turma, mais de dois anos, teria o título de tigre ou cascabelo entre os condiscípulos (MARINHO; INECO, 1938, não paginado, grifo do autor).

Como podemos notar no relato de Raul Pederneiras, as notas de aula eram representadas por conceitos e estes obedeciam a uma escala, em ordem decrescente, do ótimo ao mau. Percebemos que havia três tipos de notas no Imperial Colégio de Pedro II: as notas de aula, organizadas em médias trimestrais; as notas obtidas durante o exame final, que se subdividiam em notas orais e escritas e, por fim, as notas de comportamento ou procedimento em aula. As notas de aula, assim como as notas de comportamento, não eram dadas por números e sim, por uma escala (ótima/boa/sofrível/má). Tal fato fica visível nos livros de ocorrência, através dos exemplos vinculados as notas más obtidas em aula, conforme o exemplo a seguir: “Os alunos Barbosa, Luiz Jacobina, Alfredo Magno, Leoncio Durão, Oscar Gnadio, Mariano de Azevedo, Borges Pinheiro, Agenor Luiz Henriques e Pires Ramos tiveram nota má em lição e ficaram 2h de castigo a pedido do professor Alfredo Gomes” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 5, 1885, p. 7). Também vimos que as notas de comportamento obedeciam a uma escala, como foi o caso do comportamento sofrível obtido pelos alunos do 1º ano 2ª seção, já exemplificado anteriormente.

Voltando a questão das seções, encontradas nos livros 4 e 5, encontramos mais um exemplo que comprova a divisão das turmas em seções. Raul Pederneiras, através de seu relato memorialístico, destacou: “a minha turma do primeiro ano fora dividida em três seções; coube-me a segunda, sob a regência do saudoso Alfredo Gomes nas cadeiras de português, geografia e aritmética e, Arthur Higgins, na ginástica e Mathias José Teixeira, na música” (MARINHO; INECO, 1938, não paginado).

Uma outra causa de castigo que também merece atenção está relacionada com a saída do aluno sem o chapéu. Aqui podemos dialogar com o uso de manuais de boas maneiras durante o século XIX, como, por exemplo, o código do Bom Tom, escrito por J. I. Roquette (1997).

Tais códigos influenciaram os bons modos, representando uma porta de entrada para um determinado e idealizado mundo social, pois, o incremento da vida urbana oferecia novas alternativas de convívio social. Com objetivos claros de refinar os hábitos das pessoas, as normas apontadas por Roquette se configuraram em lições que precisavam ser aprendidas e utilizadas por uma diminuta elite. Esse modelo partia da Corte e servia de exemplo para outros grupos sociais. Sendo assim, muitos se sujeitavam a uma polida e detalhada disciplina social, disseminada através desse manual, contribuindo, assim, para a definição do que era ser um nobre. (SOUSA, 2012, p. 4).

No exemplo que encontramos no livro 5, em que “o aluno Amaral Vasconcellos saiu do estabelecimento sem o chapéu, no intervalo da 2ª para a 3ª aula, não se importando com a advertência que lhe fez o porteiro” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 5, 1886, p. 90) fica claro que sua conduta – sair sem o chapéu – não era condizente com a figura de um membro da “boa sociedade imperial”, pois, demonstrava desrespeito com as regras impostas pela instituição, uma vez que o chapéu era considerado parte do uniforme. Além disso, de acordo com o Regulamento n.8, de 1838, art. 64 “tanto fora do Colégio, como no interior dele, os alunos não poderiam despir o vestuário de uniforme” (BRASIL, 1838, p. 72). De acordo com o relato do ex-aluno, Raul Pederneiras, o aluno descreve claramente a composição do uniforme: “a República alcançou-me no 4º ano [...] e poucos usavam a fardeta (uniforme diário de brim), somente obrigatória no Internato; boné com as iniciais da casa, palitozinho de vintém que ia somente até a cintura, com botões dourados sobre pano verde-escuro” (MARINHO; INECO, 1938, não paginado).

Portanto, com o objetivo de civilizar essa pequena elite, os alunos do Imperial Colégio de Pedro II deveriam ser capazes de evitar o erro, o deslize, alcançando, assim, o processo de disciplinamento necessário aos estratos mais nobres da sociedade. Por essa razão, quando se portavam mal ou “sem modos”, eram castigados pelo corpo docente ou administrativo da Casa, pois, a eles cabiam transmitir o *habitus* civilizado à “boa sociedade” que se consolidava.

Outras duas causas que merecem destaque foi a ida para o recreio sem autorização e a retirada do Colégio sem autorização. Essas duas causas possuem em comum a locução “sem autorização”, o que reforça, no espaço escolar, a constante vigilância pelo qual eram

submetidos os discentes do Imperial Colégio de Pedro II. Mesmo diante do controle e do exercício disciplinado do olhar, os alunos também sabiam como contornar os procedimentos de fiscalização, criando espaços de subterfúgios, zonas de enfrentamento, burlando e criando estratégias em torno do poder exercido pelas autoridades escolares, como no caso de Reitores, professores e inspetores.

Também encontramos no livro 5 “infrações duplas”:

Tabela 25: Infração dupla - Livro 5 (1885-1886)

Infração Mista x2 - Livro 5	
Causa do Castigo 2	Qtd
Desrespeito e desobediência	1
Fabricar e vender bilhetes de loteria	2
Ficar no botequim de frente ao Colégio e desrespeito	1
Total	4

Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 5 de ocorrência (1885-1886).

A tabela acima mostra um equilíbrio nas “infrações duplas”, como havíamos notado no livro 4. Porém, diferentemente do livro anterior, em que a causa com o maior número de ocorrências estava associada ao mau comportamento e ao fato dos alunos serem dados como incorrigíveis pelos inspetores, encontramos uma nova informação no livro 5, como a fabricação e a venda de bilhetes de loteria no interior do Imperial Colégio de Pedro II. Temos o seguinte exemplo: “Os alunos Arinos V. e Carvalho Cordeiro foram detidos por 2h por fabricar e vender bilhetes de loteria aos colegas” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 5, 1885, p. 25). De acordo com o regulamento n. 8, de 31 de janeiro de 1838, no artigo 102, § 3º, nenhum aluno poderia, sob qualquer pretexto, “jogar jogos de cartas e de azar, nem mesmo jogos lícitos a dinheiro” (BRASIL, 1838, p. 76).

Também nos chama a atenção para o caso em que um dos alunos fica no botequim de frente, como no exemplo a seguir: “O aluno João de Souza Rosas foi encontrado no botequim de frente e faltou o respeito ao inspetor na ocasião de o admoestar na entrada das aulas. Foi castigado com trabalho escrito até 3h” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 5, 1885, p. 33). Como podemos observar, a antiga Rua Larga de São Joaquim, conhecida atualmente como Av. Marechal Floriano, abrigava, em frente ao Colégio, um botequim. “Os alunos de chegada mais cedo costumavam ficar pelas imediações do Colégio, pelas Rua da Imperatriz, pela Rua Estreita de São Joaquim, ao flanco da Igreja da mesma invocação” (DÓRIA, 1997, p. 162).

Nos tempos da Corte Joanina, a atual Av. Marechal Floriano, era dividida em duas: rua estreita de São Joaquim (mais antiga) e a rua larga de São Joaquim (a mais nova). A rua estreita compreendia o trecho entre a antiga rua da Vala, hoje Uruguaiana, e a rua do Valongo e era conhecida na época por seus prostíbulos e malandros. Anteriormente chamada de rua do Curtume, ganhou o novo nome em função da construção da Igreja de São Joaquim, que também motivou a abertura da nova rua, três vezes mais larga que a primeira, que ia da igreja em direção ao campo de Santana. A igreja, que deu nome a ambas as ruas, abrigou o Seminário de São Joaquim, que no século XIX, se tornou o Imperial Colégio de Pedro II, e foi demolida para o alargamento da rua estreita e para a junção das duas ruas antigas em uma só - que mantém o mesmo traçado até hoje (ARQUIVO NACIONAL, 2018)⁵⁹.

Figura 48: Obras de unificação da antiga Rua Estreita de S. Joaquim, com a antiga Rua Larga de São Joaquim (atual Av. Marechal Floriano)



Fonte: Rio que passou⁶⁰.

Podemos ver na figura acima, do lado direito da imagem, inúmeras casas térreas, e outras com chalés nos andares superiores, moda no Rio de Janeiro do século XIX, que foi criticada por Luiz Edmundo por considerar essas construções empilhamentos de mal gosto executadas por algum mestre de obras do Porto. Acreditamos ser a imagem acima o ponto

⁵⁹ Disponível em:

<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=849&sid=103>.

Acesso em: 20 mar. 2020.

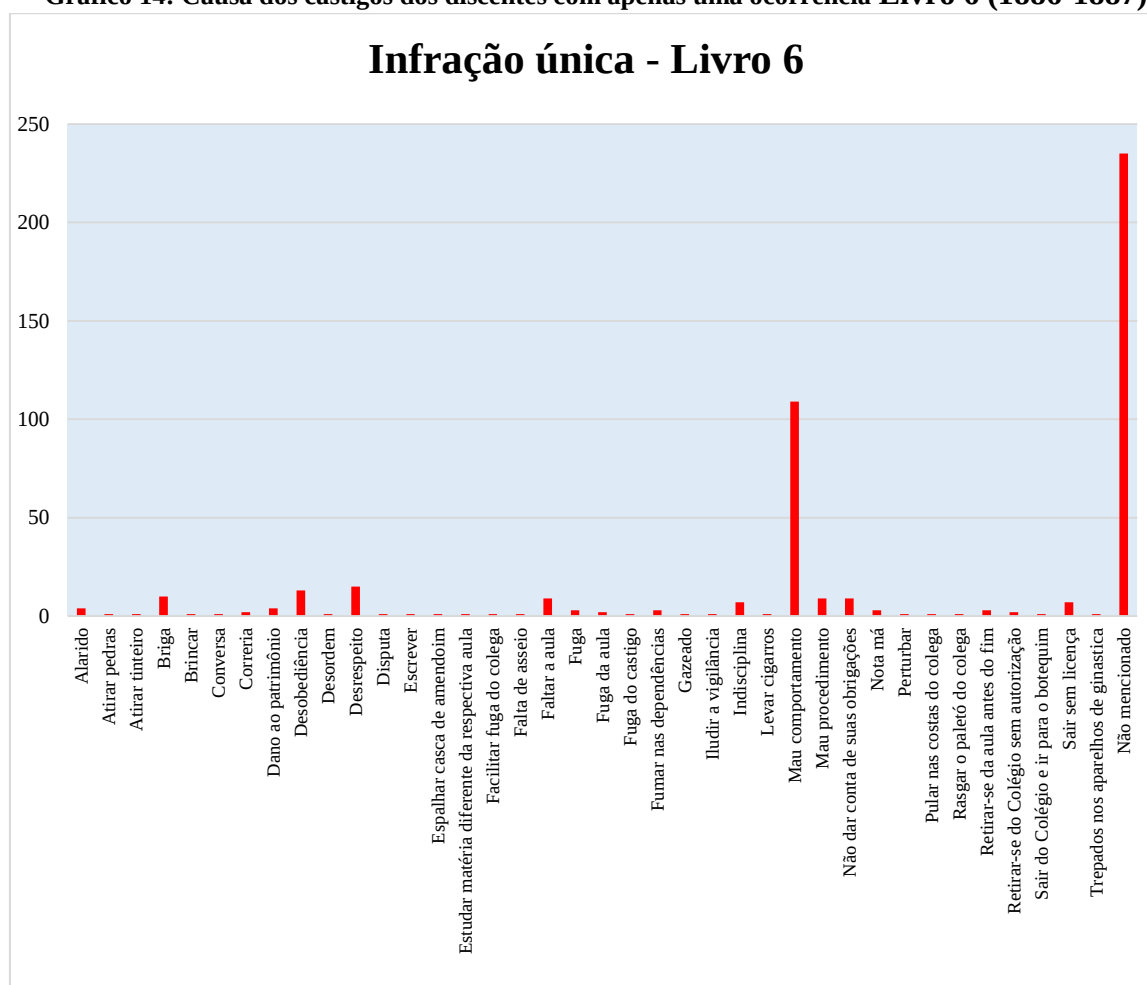
⁶⁰ Disponível em: <http://www.rioquepassou.com.br/2010/07/21/antiga-rua-estreita-de-s-joaquim/>

de encontro das duas velhas ruas: Estreita e Larga de São Joaquim. Nelas, atualmente, três vias se encontram: a Rua Camerino, a Av. Passos e Av. Marechal Floriano, no Centro da cidade. Inclusive, inferimos que, do lado esquerdo da imagem, o casarão de dois andares, ao fundo, seja o atual Colégio Pedro II.

Não encontramos casos de “infrações triplas” no presente livro.

Dando seguimento ao levantamento realizado para as causas dos castigos encontradas nos livros, elencamos abaixo o gráfico com as causas do livro 6:

Gráfico 14: Causa dos castigos dos discentes com apenas uma ocorrência Livro 6 (1886-1887)



Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 6 de ocorrência (1886-1887).

Como podemos observar no gráfico acima, constatamos que as causas dos castigos envolvendo a categoria “não mencionado” permanece como destaque no livro 6, com duzentos e trinta e cinco casos. Como exemplo, temos: “Os alunos Franklin de Tolledo e Victor Manoel Vieira da Silva tiveram castigo escrito a pedido do professor Halbout e ordem

do Vice- Reitor” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 6, 1886, p. 2 verso). Apesar do tipo de castigo ser mencionado (castigo escrito), sua causa não foi revelada. Por isso utilizamos a categoria “não mencionado”.

Percebemos que desde o livro 4 até o livro 6 em questão, por serem livros contínuos um do outro, semelhanças entre eles já podem ser observadas. Estando a categoria “não mencionado” na primeira posição das causas acima elencadas, também encontramos a categoria “mau comportamento” na segunda posição, exatamente como ocorreu com os livros 4 e 5. Além das semelhanças encontradas entre os três livros seriados, não só intrinsecamente, mas também com relação as causas dos castigos levantados, é perceptível notar a presença de novos elementos na lista de causas. Dentre eles, destacamos o dano causado pelos discentes ao patrimônio escolar, como nos exemplos a seguir: “O aluno Azevedo Junior foi encontrado cortando as carteiras e por isso foi privado de sair por 1h” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 6, 1887, p. 30); “O aluno Jardim foi detido até as 3h da tarde por ter danificado um dos mictórios” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 6, 1887, p. 65); “Os alunos do 2º ano 2ª seção foram retidos por espalharem papeis picados pelo chão da sala de aula e por cortarem algumas carteiras com canivetes” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 6, 1887, p. 81 verso).

Além do dano causado ao patrimônio escolar, chama-nos a atenção o ato dos discentes fumarem nas dependências do colégio, já identificado em livros anteriores, levando cigarros e fósforos, como no exemplo a seguir: “Os alunos Verna Magalhães, Carlos de Barros Henriques e Raul de Barros Henriques tiveram castigo escrito por 2h por levarem cigarros e fósforos para o Colégio” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 6, 1887, p. 32). A ação de fumar cigarros era vista, dentro da escala de penalidades, como uma falta grave. Dependendo de cada caso, o aluno poderia ser castigado com trabalhos de escrita (caso o ato de fumar ainda não tivesse sido consolidado), como no exemplo anterior, ou, poderiam ser levados a cafua, como no exemplo a seguir: “O aluno Cohn foi recolhido por 1h à cafua por ter entrado no estabelecimento fumando e com ostentação” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 6, 1886, p. 13).

Ressaltamos que a idade dos alunos a serem admitidos no Imperial Colégio de Pedro II, como consta no Regulamento n.8, de 31 de janeiro de 1838 deveria ser “pelo menos, de 8 anos, e de 12 quando muito. Os que excederem essa idade, não seriam admitidos, sem licença especial do Governo” (BRASIL, 1838, p. 69). Esse limite máximo de 12 anos foi suprimido posteriormente, através do Decreto n.º 33, de 26 de março de 1839. Como o

Colégio passou por inúmeras Reformas, a idade dos alunos para a entrada na instituição também foi sendo modificada. Para o ano de 1880, a idade mínima exigida era de 11 anos e, no ano seguinte, com o Decreto n.º 8.051, de 24 de março, a idade mínima era de 10 anos.

A falta de asseio também foi encontrada no livro 6 como um novo elemento. De acordo com o livro, temos o seguinte exemplo: “Os alunos Januário dos Santos Silveira e Bittencourt Rabello foram retidos por 1h depois das aulas por falta de asseio na aula de francês” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 6, 1886, p. 8).

Fazer uso dos aparelhos ginásticos, sem que as aulas de ginástica estivessem ocorrendo também levava os discentes ao castigo, como no exemplo a seguir: “Os alunos Hugo Araripe e Antonio Lago tiveram 1h de castigo escrito por estarem trepados nos aparelhos de ginástica no pátio” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 6, 1887, p. 30).

Assim como o livro 5, o livro 6 também apresenta causas mais diversificadas, se comparadas com o livro 4. “Brigas, desobediência, desrespeito, mau comportamento, não dar conta de suas obrigações” são as causas que representam elos de ligações entre os seis livros até o momento investigados (1858-1887), enunciando vestígios das condutas dos discentes perante as normas implementadas no Imperial Colégio de Pedro II. Como podemos ver, as relações que se estabeleceram entre os sujeitos vigilantes e vigiados, chamados a obedecer às ordens erigidas, não foram nada pacíficas. Tentativas de fuga do castigo e sua facilitação, retirar-se da aula antes do fim ou retirar-se do Colégio sem autorização, assim como iludir a vigilância, constituem, nas palavras de Certeau (2014), táticas, ou seja, ações calculadas dentro do campo de visão do inimigo, captando as possibilidades oferecidas por um momento de descuido. “Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia” (CERTEAU, 2014, p. 95).

Ressaltamos que no livro 6, o mau comportamento também era sinônimo de mau procedimento. Apesar de demonstrar o mesmo sentido, deixamos os descritores separados para manter fidedignamente ao que foi encontrado no livro. Assim, temos os seguintes exemplos: “Os alunos Manoel João de Segadas Vianna e Raul de Abreu foram privados de sair por mau comportamento” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 6, 1886, p.1 verso); “O aluno Segadas Vianna foi detido até 3h por mau procedimento na aula de Latim” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 6, 1886, p. 8 verso).

Também encontramos no livro 6 “infrações duplas”:

Tabela 26: Infração dupla – Livro 6 (1886-1887)

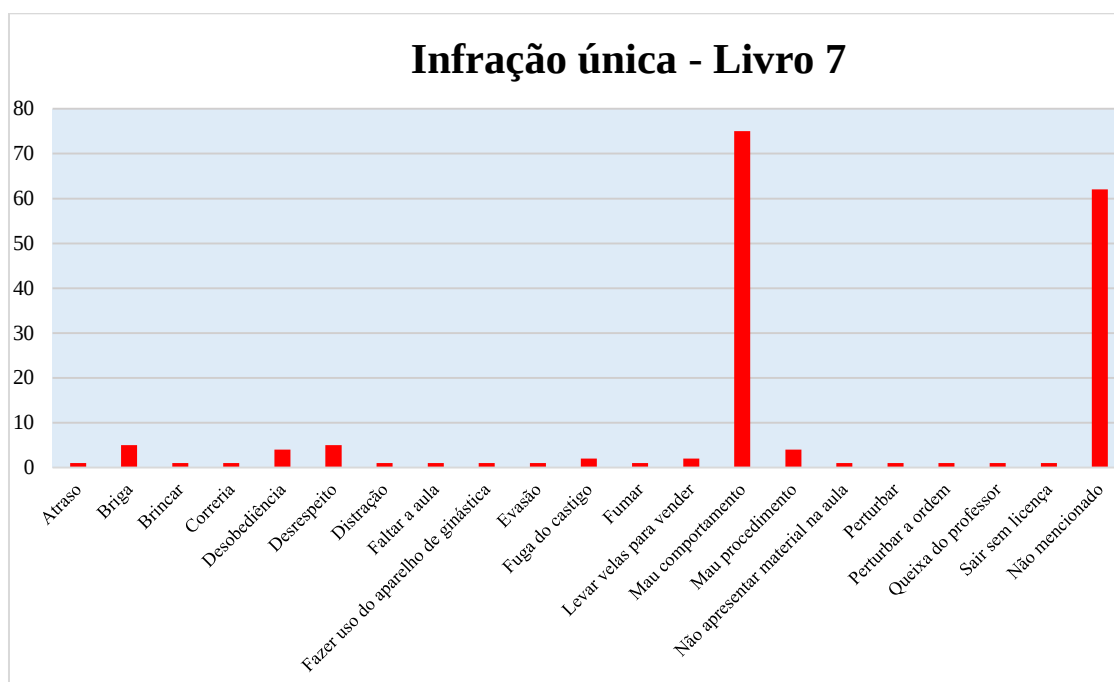
Infração Mista x2 - Livro 6	
Causa do Castigo 2	Qtd
Alarido e brincar	1
Assuada e desrespeito	1
Briga e tentativa de fuga	1
Desobediência e fuga da aula	1
Faltar a aula e sair sem licença	1
Fuga da aula e do castigo	1
Fuga do castigo e sair durante a aula	1
Fuga e desobediência	1
Não dar conta de suas obrigações e desrespeito	1
Perturbar a aula e bater a porta ao sair	1
Perturbar o silêncio e continuar o mau comportamento	1
Retirar-se da aula sem licença e mau comportamento	1
Total	12

Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 6 de ocorrência (1886-1887).

A tabela acima mostra um equilíbrio nas “infrações duplas”, como já havíamos notado nos livros anteriores. Porém, diferentemente do livro 5, em que constavam apenas três causas, sendo destaque a fabricação e a venda de bilhetes de loteria, no livro 6 mais “infrações duplas” ocorrem, sendo a fuga e a desobediência frequentes em quase todos os casos acima listados. Não houve casos de “infrações triplas”.

Para o livro 7, encontramos as seguintes causas:

Gráfico 15: Causa dos castigos dos discentes com apenas uma ocorrência – Livro 7 (1887-1889)



Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 7 de ocorrência (1887-1889).

Como podemos observar no gráfico acima, constatamos que a causa do castigo mais recorrente no livro 7 envolve a categoria “mau comportamento”. Em contrapartida, permanece como destaque, com sessenta e dois casos, a categoria “não mencionado”. Já levantamos algumas hipóteses para que as causas não tenham sido mencionadas. Poderiam estar relacionadas com a reincidência de alguma falta cometida anteriormente pelo aluno, e, por esse motivo, o autor dos registros tenha optado por não mencioná-la novamente. Pode ter relação, também, com o aumento do serviço dos inspetores, com mais turmas para zelar, tendo menos tempo para realizar os registros e, talvez, por isso, os mesmos sejam bem sucintos, muitas vezes deixando de registrar a causa. Também pode ser intencional, quando o autor dos registros optou pela não revelação de algumas das causas. Enfim, o “não mencionado” pode ser constantemente observado nos livros até o momento investigados.

As causas encontradas entre os livros investigados são semelhantes, muitas vezes refletindo ações desempenhadas pelos alunos, que, no entanto, eram proibidas. Em alguns momentos, encontramos na listagem outras categorias que não se relacionam com ações, como, por exemplo, as notas más, que foram recebidas pelos alunos durante as aulas por algum professor. O descritor “incorrigível” e o “comportamento sofrível”, encontradas em livros anteriores ao 7, são causas que se enquadram em um qualificativo atribuído pelo professor ou inspetor aos alunos.

Novamente localizamos no livro 7 o uso de dois termos semelhantes: mau comportamento e mau procedimento. Não aglutinamos essas duas categorias em uma para manter exatamente o que foi encontrado no presente livro.

Apesar da maioria das causas já serem recorrentes em outros livros, destacamos aqui três delas: a primeira é levar velas para vender. Dois casos foram levantados. Segue os exemplos: “O aluno do 1º ano Jonas Franca Castro foi castigado por ter trazido velas para vender aos outros alunos. Cumpriu castigo em pé na aula por meia hora por ordem do Vice-Reitor” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 7, 1888, p.16); “O aluno Maranzia do 1º ano foi castigado por ter trazido velas para vender aos outros alunos. Cumpriu castigo em pé na aula por 40 minutos por ordem do Vice-Reitor” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 7, 1888, p.16). Como podemos notar, apesar da causa ser a mesma – levar velas-, o tempo de castigo aplicado aos alunos foi diferenciado. Pode ser que o tempo também estivesse relacionado com casos de reincidência de faltas.

Ainda a respeito da venda de velas, destacamos o artigo 102, § 2º, do Regulamento n. 8, de 31 de janeiro de 1838, em que nenhum aluno poderia sob qualquer pretexto “fazer trocas, ou negócios com seus colegas” (BRASIL, 1838, p. 76). Esse caso é bem semelhante ao que encontramos no livro 5. Ao invés de vender velas, como encontramos no presente livro, os alunos estavam a vender e fabricar bilhetes de loteria.

Um relato interessante que envolve a questão do uso das velas, porém, no Internato, foi encontrado em Souza (2000). Além das velas, que serviam para a leitura dos livros, a autora informou que existia entre os alunos internos do Colégio, a exemplo de Joaquim Nabuco, “um intenso comércio de livros, que eram devorados à noite, às escondidas, ou no meio das horas de estudo: *Ivanhoé*, *O Judeu Errante*, os romances de Walter Scott, Alexandre Dumas, um livro que participa das memórias de muitos daquele tempo: *O menino da mata e seu cão Piloto*.” (SOUZA, 2000, p.147). Outro ex-aluno, Medeiros de Albuquerque, oito anos mais velho que Nabuco, conta sobre um desses serões de leitura: “À noite, fazia-se subscrição e comprava-se uma vela. Uma bastava. Fixava-se num ponto do dormitório e cinco ou seis rapazes ficavam no chão, em estrela, em torno da vela, lendo, lendo, lendo...” (ALBUQUERQUE, 1933, p.18). Com esse exemplo, podemos dialogar com Certeau (2014, p.91), em que diz “trata-se de combates ou de jogos entre o forte e o fraco, e das ações que o fraco pode empreender”. Diante das relações de forças estabelecidas entre as autoridades escolares (Reitores, Vice-Reitores, professores, inspetores) e os alunos, é possível perceber as táticas dos alunos, comandadas pelos acasos do tempo e pela ausência

de poder.

Figura 49: Livros de leitura dos alunos do Colégio Pedro II



Fonte: <http://www.livrariacultura.com.br>

O Regulamento n.º 8, de 31 de janeiro de 1838, trazia, em alguns de seus artigos, a questão da vigilância com relação a leitura, como os seguintes:

Art. 74 - Além dos livros das aulas, que serão ministrados pelo Colégio, poderão os alunos ter outros livros próprios para sua instrução. Nenhuma leitura, porém, lhes é lícita, senão depois de visto, autorizado e rubricado o livro pelo Reitor.

Art. 75 - Todos os livros de cada aluno terão um rótulo com seu nome, número e com a rubrica do Colégio.

Art. 76 - Quando os inspetores de alunos examinando, em cumprimento do Artigo 23 § 9º, os livros, acharem algum, que não esteja especialmente autorizado, castigarão o aluno, segundo a gravidade das circunstâncias, e remeterão o livro ao Reitor.

Art. 77 - Os livros assim apreendidos, e os que não puderem ser autorizados, serão entregues aos pais dos alunos (BRASIL, 1838, p. 73).

Apesar de todo um poder disciplinar instituído, os alunos conseguiam burlar a vigilância e fazer com que suas operações atravessassem as fronteiras do olhar vigilante.

A segunda causa que cabe ser destacada no livro 7 está associada a fuga dos alunos. A mesma teve início com a seguinte situação, registrada pelo inspetor Vieira:

Em 19 de junho de 1889, no 7º ano houve o seguinte: O aluno Goulart tendo desobedecido as últimas determinações do Excelentíssimo Senhor Reitor foi chamado ao cumprimento dos seus deveres por mim, tentando o mesmo aluno resistir a ordem que eu lhe transmitia para que ele a cumprisse. Quando, porém, já

se havia acomodado o aluno, os seus colegas do 7º ano à acepção do Dr. Nogueira, deram-me uma vaia e desacatarem-me. O Sr. Vice-Reitor que se achava perto do lugar em que se dera estas ocorrências tomou as providências necessárias e determinou que os alunos que se tinham portado mal ficassem privados de saída. Depois da aula de Filosofia, dizendo-lhes que estavam privados, eles rebelaram-se e saíram todos tumultuosamente para o salão em busca dos chapéus desobedecendo formalmente. Informado o Sr. Vice Reitor do ocorrido saiu ele imediatamente para contê-los, o que felizmente conseguiu. Entretanto, conseguiram evadir-se, aproveitando o tumulto e, apesar do auxílio prestado pelos inspetores Alves, que estava de ronda e Mondaini, os alunos Lima e Silva e Delamare. Inspetor Vieira (LIVRO DE OCORRÊNCIA 7, 1889. p. 106).

Como podemos ver no caso acima, o tumulto começou pelo fato de um aluno não ter cumprido uma determinação do Reitor, tendo o inspetor o chamado para cumprir com os seus deveres. Houve resistência por parte do aluno, mas, apesar de resistir num primeiro momento, foi cumprir o castigo determinado. Outros alunos do 7º ano, colegas do infrator, chegaram e desacatarem o inspetor, com vaias. Com isso, o Vice-Reitor determinou que aqueles que haviam se comportado mal, fossem privados de sair do Colégio. O inspetor, no entanto, foi avisá-los que estavam privados de sair, após o término da aula de Filosofia e assim, eles se rebelaram e saíram tumultuosamente, desobedecendo o dito inspetor. Portanto, dialogando com Certeau (2014), percebemos claramente que os alunos não se submetiam resignadamente ao poder instituído. Pelo contrário, percebemos as astúcias nas práticas do cotidiano, as maneiras de fazer dos alunos compondo as redes de uma antidisciplina, num emaranhado de artimanhas.

Para Certeau, no entanto, mecanismos de resistência sempre foram exercidos ao longo do tempo, diferindo apenas quanto às formas específicas assumidas de acordo com cada contexto sócio histórico, pois, a distribuição desigual de forças é uma constante na história e as práticas de subversão sempre foram o recurso dos mais fracos. Na cultura ordinária, na própria rede das determinações institucionais, insinua-se desde sempre um estilo peculiar de trocas, de invenções técnicas e de resistência moral: a ordem é enganada por uma arte (BITTENCOURT, 2012, p. 188).

No exemplo acima, a ordem dada pelo Vice-Reitor e executada pelo inspetor não foi cumprida. Rebelaram-se, agindo de forma tumultuada com o intuito de fugir para não cumprir o dito castigo.

A terceira causa que se destaca das demais é a queixa dada pelo professor Pimentel. Segue o exemplo: “No 5º ano, em virtude de queixa dada por escrito pelo Sr. Professor Pimentel contra o aluno Antonio Luiz de Oliveira Azevedo, foi apresentado ao Excelentíssimo Sr. Reitor que o admoestou severamente” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 7, 1888, p. 59). Como podemos ver, o professor Pimentel redigiu por escrito a sua queixa e a

entregou para o Reitor para que o mesmo tomasse as medidas cabíveis.

Para o livro 7, também encontramos infrações duplas, como na tabela a seguir:

Tabela 27: Infração dupla – Livro 7 (1887-1889)

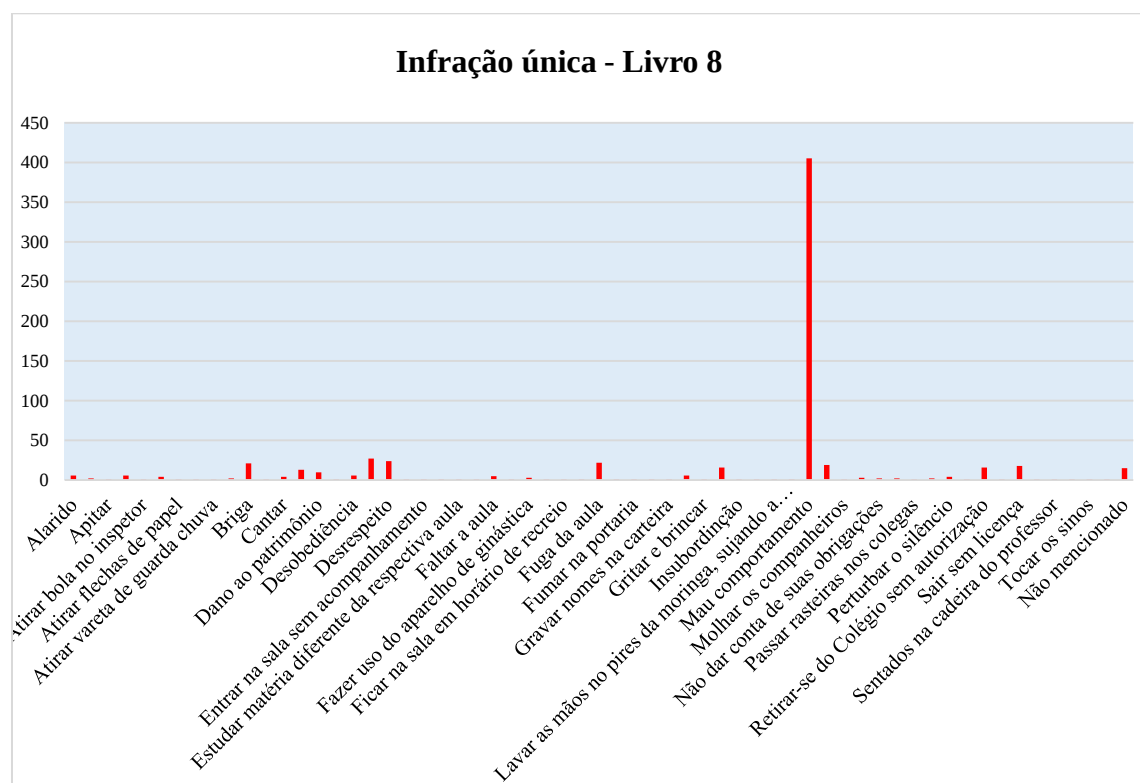
Infração Mista x2 - Livro 7	
Causa do Castigo 2	Qtd
Falta de disciplina e mau procedimento	1
Retirar-se do Colégio sem licença e faltar as aulas	1
Total	2

Duas ocorrências foram encontradas para esse tipo de infração, como podemos ver acima. Assim, temos os seguintes exemplos: “O aluno Frederico Perdigão do 2º ano ficou retido por meia hora por falta de disciplina e mau procedimento nos intervalos de aulas, por ordem do Monsenhor Reitor” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 7, 1888, p. 23 verso); No 6º ano retirou-se do Colégio sem licença, deixando de assistir as aulas de grego e história o aluno Joaquim de Moraes Jardim” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 7, 1888, p. 69).

Não houve casos de “infrações triplas”.

Para encerrar as causas encontradas nos oito livros de ocorrência, vamos ao resultado do levantamento realizado para o livro 8:

Gráfico 16: Causas dos castigos dos discentes com apenas uma ocorrência – Livro 8 (1891-1898)



Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 8 de ocorrência (1891-1898)

O gráfico acima mostra as principais causas de castigos registradas no livro 8. São muitas e bem variadas “as maneiras de fazer” dos alunos no cotidiano escolar. Em um espaço totalmente controlado e vigiado, é possível perceber a todo tempo os alunos criando formas de burlar o poder estabelecido, fazendo valer suas vontades, desejos e sentimentos.

Constatamos que a causa do castigo mais recorrente no livro 8 envolve a categoria “mau comportamento”, com quatrocentos e cinco registros. Essa também é sinônimo de “mau procedimento”. Não as juntamos porque assim as encontramos nos registros do livro 8. Muitas outras categorias arroladas acima poderiam ser inseridas dentro desta categoria genérica, porém, procuramos listá-las de acordo com o que estava registrado, sendo fiel as fontes. Como diz o autor Ginsburg (1989, p. 144), “devemos focar nos pormenores mais negligenciáveis”, ou seja, ter um olhar voltado para perceber nos detalhes e pormenores o que acontecia naquele cotidiano escolar. Pela primeira vez, a categoria “não mencionado” teve poucos registros contabilizados. Nos livros anteriores ela vinha com grande destaque, ocupando, inclusive, as primeiras colocações. Os autores dos registros procuraram ser mais cuidadosos em seus relatórios, procurando deixar registrado o motivo que levou os alunos ao castigo.

Algumas causas levantadas no livro 8 são inéditas. Outras, já apareceram em livros anteriores, mas, o que é importante destacar no presente livro é que as causas estão bem mais diversificadas, notando-se, inclusive, pelo tamanho da tabela e pelo número total de registros recolhidos.

Várias causas acima arroladas nos chamam a atenção. Algumas delas foram aqui transcritas, conforme estavam registradas no livro 8. Começando com a ação de apitar, temos: “O aluno Francisco Freire do 1º ano 2ª turma apitou nos corredores enquanto a turma se formava para esperar o professor. Por esse motivo foi apresentado ao Vice-Diretor” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1895, p. 139). É interessante perceber através das ações do cotidiano, as várias práticas e rituais presentes na instituição. Nesse exemplo, os alunos deveriam formar-se no corredor antes do professor adentrar a sala de aula.

Outra causa que podemos citar é o ato de assobiar. Nos registros encontrados, temos: “O aluno Gilberto Martinho de Moraes do 1º ano 1ª turma entrou assobiando na aula de música. Foi privado do recreio” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1897, p. 154); “O aluno Rodrigues Correa do 1º ano 1ª turma estava assobiando em sala. Foi posto de castigo” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1897, p. 156).

Assobiar durante as aulas não era tido como uma conduta exemplar e nem tampouco condizia com um comportamento polido, de civilidade, do mesmo modo que outras ações por eles praticadas, tais como apitar, atirar bolas no professor, gritar, tocar os sinos, entre outras.

Dentro do conceito de civilidade, duas ideias principais se mesclam, a de barbárie, de um lado, e que se opõe, a de refinamento, etiqueta e os bons modos, do outro. As boas maneiras que se configuravam nas representações de civilidade, se constituíram em um minucioso cerimonial que envolvia toda a vida em sociedade, desde as roupas e formas de tratamento até o uso da linguagem, da distribuição nos espaços, dos gestos e expressões (TOMÉ; QUADROS; MACHADO, s/d, p. 4).

Nessa perspectiva, devia-se ensinar aos jovens um código válido para todos, em que suas condutas e posturas deveriam ser reguladas, sobretudo, em locais de grande convivência social.

Mesmo regulando e vigiando as condutas e posturas dos alunos, os mesmos conseguiam burlar as normas vigentes, pois, não eram sujeitos passivos à disciplina imposta. Assim, cometiam faltas ou infrações. Assobiar durante as aulas, por exemplo, não correspondia uma boa maneira e não fazia parte do código de civilidade. Por essa razão, tal ato era considerado um desvio de conduta. Com o intuito de levar o sujeito a arrepender-se

da falta cometida, os inspetores e demais autoridades escolares faziam uso dos castigos para que tal comportamento indesejado fosse suprimido ou evitado pelos demais.

Muitas causas envolvendo a ação de atirar objetos foram encontradas no presente livro. Se somarmos todos os registros, teríamos um total de oito ocorrências. Temos os seguintes exemplos: “Os alunos do 1º ano 1ª turma Francisco Freire, Vicente Salvaterra, Gregório Esdras e Gastão Fernandes atiraram um pedaço de vareta de guarda-chuva na cabeça do professor de música, no exercício da aula. O Diretor obrigou o aluno Francisco Freire a pedir perdão ao professor em plena forma” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1896, p. 150); “O aluno do 1º ano Eslebão da Silva jogava flechas de papel aos companheiros, perturbando a ordem. Foi privado do recreio por ordem do Vice-Diretor” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1897, p. 157); “O aluno do 1º ano Vilar de Souza atirava bolas de papeis nos companheiros antes do professor de Aritmética entrar” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1897, p. 158); “Os alunos do 1º ano 1ª turma André Gaudiley e Gregorio Lopes de Azevedo atiraram pedras dentro da aula de música, em ocasião de trabalho. Foram privados de recreio por oito dias, repreendidos pelo Vice-Diretor” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1898, p. 181).

Atirar bolas de papel, pedras ou varetas de guarda-chuva não eram consideradas boas maneiras. Pretendia-se conter a manifestação de gestos e posturas considerados impróprios para a vida em sociedade, visando estabelecer formas de governo sobre os alunos, parâmetros para que eles se autogovernassem, na direção do que Foucault (2013) aponta em termos das formas de objetivação e subjetivação implicadas no âmbito do exercício das relações de poder.

Outras ações, como cantar, se fizeram presentes. Para esse caso, temos o seguinte exemplo: “O aluno do 1º ano Orlando Vieira cantou uma modinha durante a aula de Geografia. Foi expulso da aula” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1897, p. 166).

Interessante destacar que o aluno estava a cantar “uma modinha”. Sobre esse estilo musical, resumidamente, temos que:

A origem da modinha está relacionada a um fenômeno europeu - e não apenas português - da segunda metade do século XVIII. Com a progressiva ascensão da burguesia e, conseqüentemente, com a mudança de hábitos da nobreza, surgiu uma prática musical doméstica ou de salão destinada a um entretenimento mais leve e menos erudito que aquele proporcionado pela ópera e pela música religiosa. Assim, a música doméstica urbana, praticada por amigos e familiares em festas ou momentos de lazer, privilegiou formas de pequeno número de intérpretes, de fácil execução técnica e de restrito apelo intelectual. (CASTAGNA, 2004, p. 1).

Gerhard Doderer (1984, p.21) define a modinha brasileira “como uma conjunção dos elementos do canto erudito europeu e do folclore africano e brasileiro, advindo do intercâmbio entre continentes e colônia, sendo ela diferenciada da moda portuguesa”. Para o autor, a modinha passou por fases, divididas em três períodos históricos: até o fim do século XVIII; fim do século XVIII até meados do século XIX e, a partir de 1860-70. Como o presente livro abarca o período de 1891 a 1898, a modinha citada corresponde a da terceira fase. Nesta, o autor a delimita como fase exclusivamente brasileira, passando a ser cantada fora dos salões, como forma popularizada de canção. Dessa forma, os livros de ocorrência também nos dão pistas de outros elementos que iam muito além do universo escolar. Um estilo musical próprio do contexto social vivido no final do século XIX.

A categoria descrita como dano ao patrimônio engloba diversas situações causadas pelo prejuízo ou deterioração de algum item do patrimônio escolar. Assim, temos os seguintes exemplos: “Os alunos Dalling, João da Cruz, Fabio Alexandrino Carvalho tiveram mau comportamento os quais estiveram cortando as carteiras” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1891, p. 4); “Oscar Ribeiro de Faria Palmeira derramou e quebrou os tinteiros na aula de Geografia no dia 4 de outubro de 1892, só se apresentando hoje no estabelecimento. Foi apresentado ao Vice-Reitor” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1892, p. 82); “O aluno Salvaterra da Luz atirou carteiras ao chão e entornou tinteiros. Foi repreendido” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1895, p. 143); “O aluno Roberto Guedes de Carvalho extraviou os tinteiros da aula. Foi à presença do Diretor, sendo repreendido” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1896, p.149); “O aluno Jorge José de Lima deu contra o armário sem querer quebrando um vidro, fato que presenciei entrando na sala na ocasião da saída dos alunos” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1896, p. 149); “O aluno do 1º ano 2ª turma Magalhães Castro deteriorou a carteira que estava sentado com um canivete. Apresentou-se ao Vice-Reitor” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1897, p. 169); “O aluno Odenato de Moura perseguiu o aluno do 1º ano G. Duquet Barreira e arremessou a tampa da moringa no colega, que ficou quebrada. Ficou retido depois da aula” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1897, p. 169); “Os alunos C. Heliodoro Maroig e Francisco B. Figueiredo agrediram-se, entornando a mesa ao chão, quebrando a moringa e o copo. Foram apresentados ao Diretor interino que deu ordem de pagar o que ficou inutilizável” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1897, p. 175); “O aluno do 2º ano Trovão quebrou o globo com uma bola que estava brincando. Foi privado do recreio” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1897, p. 166).

Diante desses vários exemplos, podemos não só reconstruir o cenário da sala de aula naquele período, como também perceber os diversos utensílios que eram utilizados no cotidiano escolar. Como afirma Agustín Escolano Benito (2012):

Los objetos, las imágenes, las escrituras y las voces se han constituido en fuentes del nuevo archivo que la arqueología de la educación ha configurado para indagar, desde la perspectiva de la historia material, el campo de la cultura de la escuela. [...] El patrimonio material es el registro empírico y efectual de las prácticas culturales de una época, de cada época, de todas las épocas (ESCOLANO BENITO, 2012, p. 11-14).

Através dos exemplos acima citados, constatamos que no interior da sala de aula havia: um armário de vidro; um globo terrestre; uma moringa com um copo sobre a mesa do professor, e, sobre as carteiras dos alunos, havia tinteiros. Os danos ao patrimônio aqui representados relacionam-se ao prejuízo causado pelos alunos ao material escolar. As carteiras, como vimos, viraram alvo de constantes depredações, sofrendo cortes por meio de canivetes; o vidro do armário foi quebrado por ter o aluno, sem querer, batido contra o mesmo; a moringa se quebrou diversas vezes pelo mesmo motivo: brigas entre os colegas de turma. Nos casos relatados, a tampa foi arremessada e a mesa do professor foi ao chão, quebrando tudo o que havia sobre ela.

Os tinteiros também eram alvos de constantes danos, sendo extraviados, quebrados ou entornados sobre a carteira, ou, sobre o aluno, como no seguinte caso: “O aluno José Gaspar da Rocha Carneiro derramou o tinteiro na cabeça de um aluno do 1º ano. Foi privado do recreio” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1897, p. 161).

Sobre as carteiras, especificamente, encontramos dois registros no livro 8, em que os inspetores do Ginásio Nacional relatam sobre as condições das mesmas:

Em 26 de agosto de 1896

Sr. Dr. Vice-Diretor: Comunico-vos que ao entrar hoje na sala em que me acho com o 3º ano, encontrei uma carteira com indecências abertas a canivete, não sendo elas feitas por nenhum aluno sob minha inspeção, pois que não os abandono senão à chegada do professor. O inspetor – Antonio Simões da Silva.

Outro inspetor, deixou o seguinte registro:

Em 28 de setembro de 1896

Ao Sr. Dr. Vice-Diretor: Participo que no sábado, quando saí com a turma do 2º ano deixei as carteiras em estado de conservação e hoje quando entrei com a referida turma encontrei as mesmas carteiras completamente inutilizadas tendo pintado diversas figuras e nomes indecentes. O inspetor de alunos – Carlos Galdino Leal.

O problema com as carteiras já era de longa data. Não eram só os alunos do Externato que as depredavam com canivetes. Em 1892, ano em que José Veríssimo Dias de Mattos foi nomeado para exercer o cargo de Diretor do Ginásio Nacional, a Faculdade Livre de Ciências Jurídicas, um estabelecimento particular, ocupou algumas salas do prédio público onde funcionava o Ginásio Nacional por meio de uma autorização ministerial, com o consentimento de Veríssimo. De uma situação provisória, acabou ela se estendendo por tempo indeterminado. Dessa forma, o Diretor do Ginásio solicitou, por meio de diversos ofícios ao Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores, o esvaziamento das salas, alegando dois motivos principais. O primeiro referia-se à necessidade de se ampliar o número de matrículas no Ginásio, carecendo, para isso, de todas as suas salas. O segundo motivo estava relacionado com:

[...] à indisciplina dos alunos da Faculdade, que no entender de Veríssimo, acabava por perturbar a boa ordem do educandário. Esses estudantes de ensino superior quebravam copos, moringas, tinteiros, globos geográficos, arandelas de gás e escreviam e pintavam, nas paredes, obscenidades de toda ordem (ALVES, 2006, p. 242).

Essa informação se confirma com os registros dos inspetores acima transcritos, uma vez que relatavam deixar as carteiras em bom estado de conservação e, quando retornavam as suas funções, elas estavam completamente inutilizadas, repletas de figuras e nomes indecentes.

Esse impasse permaneceu por, pelo menos, sete anos, ou seja, durante toda a gestão de Veríssimo como Diretor do Ginásio Nacional. Diversos foram os Ofícios expedidos ao Presidente da República, solicitando o fim da autorização ministerial para o funcionamento da Faculdade no edifício público: “16 de maio e 6 de outubro de 1896, 3 de fevereiro de 1897 e, por fim, a 11 de junho de 1898” (VERÍSSIMO, 1966, p. 69).

Sem atender às solicitações do diretor do Ginásio Nacional, o Presidente da República Prudente de Moraes dirigiu-se a essa instituição de ensino, a fim de examinar a possibilidade de expandir a Faculdade onde seu filho estudava. Nessa ocasião, José Verissimo procurou mostrar ao Chefe de Estado os inconvenientes dessa ampliação, os conflitos entre duas autoridades, a da Faculdade e a do Ginásio, coexistindo em um mesmo prédio, e os prejuízos de ordem moral advindos do convívio entre rapazes com mais de dezessete anos e meninos de dez a quatorze anos de idade (ALVES, 2006, p. 242).

Mesmo fazendo uso de toda sua argumentação, procurando mostrar os inconvenientes da coexistência de dois estabelecimentos de ensino em um mesmo espaço, Veríssimo não foi atendido, tendo recebido ordem do Diretor da Faculdade Livre de Ciências

Jurídicas, em nome do Presidente da República, para ceder mais salas para o ensino superior ali instalado. Essa insatisfação de Veríssimo com o então Presidente – Prudente de Moraes - foi um dos motivos que o levou a pedir a exoneração do cargo, sendo esta concedida por Decreto em 28 de agosto. “No seu lugar, por Decreto de 15 de setembro de 1898, foi nomeado o engenheiro Francisco Carlos da Silva Cabrita” (BRASIL, Relatório da Justiça e Negócios Interiores, 1898, p. 199).

Além dos casos acima relatados que foram encontrados no livro de ocorrência sobre danos ao patrimônio, um outro, narrado por Raul Pederneiras em seu tempo de estudante, mostra como eles eram cometidos fora da sala de aula:

A febre desportiva ainda não conhecia o futebol. Jogava-se no recreio pouca coisa: a corrida a pé sobre ondas de pão, o *saute mouton* e a barra, muito movimentada. Surgiu depois a mania do jogo do *frontão* ou *pelota basca*, que então empolgava a cidade. Com uma bola maciça, de borracha, fazíamos um simulacro desse desporto contra as grossas arcadas do pátio. De uma feita, a bola, errando o rumo, fez em pedaços um dos vidros do caixilho da janela. O Vice-Reitor apreendeu a bola e proibiu o jogo. No dia seguinte, no lugar do vidro partido apareceu outro novo, mas fosco, a contrastar a transparência dos outros caixilhos. Eu e o Lorena tínhamos tratado, na véspera, depois das aulas, com um vidraceiro da Rua da Imperatriz, a colocação desse vidro, pela modica soma de quinhentos réis. Explicamos ao Vice-Reitor que, indenizado o prejuízo, a nossa obra não poderia ser provada, se não se destacasse como ali estava. O bom Castello Branco sorriu e o vidro ficou (MARINHO; INECO, 1938, não paginado).

Verificamos que as causas dos castigos mais recorrentes, algumas delas já detectadas em livros anteriores, tiveram um grande aumento na quantidade de seus registros. Como exemplo, podemos citar as brigas, o desrespeito, a fuga, o caso dos alunos incorrigíveis, o mau comportamento, retirar-se do Colégio sem autorização e sair sem licença. Com o fim do Regime Monárquico e o início do Regime Republicano, é perceptível, através do livro 8, uma mudança no comportamento dos alunos. Estes, estavam mais “incorrigíveis”, segundo os registros dos inspetores. Também podemos inferir que essa mudança no comportamento possa ter alguma relação com os novos inspetores da Casa, pois, só no ano de 1892, dois antigos inspetores faleceram: Manoel José da Silveira e Domingos da Silva Lima. Com menos inspetores, aumentava-se a indisciplina no estabelecimento e, conseqüentemente, os castigos impostos.

Da mesma forma, a chegada de novos inspetores para “repor” as perdas também contribuiria para novas astúcias e artimanhas, pois, os alunos poderiam não os respeitar e não os obedecer, por serem novos na Casa.

Olhando para a “inventividade do mais fraco”, procurando perceber as micro resistências que fundam micro liberdades e deslocam fronteiras de dominação, temos algumas causas de castigos, com seus respectivos exemplos, que refletem essa perspectiva e fundamentam a invenção do cotidiano ao “deslocar a atenção do consumo supostamente passivo dos produtos recebidos, para a criação anônima, nascida da prática, do desvio no uso desses produtos” (CERTEAU, 2014, p. 31). Podemos citar as seguintes causas que aqui se enquadram: ex.: estudar matéria diferente da respectiva aula – ex.: “O aluno Barboza fez exercícios de Francês na aula de Aritmética, sem prestar atenção na aula” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1891, p.10); ler jornal – ex.: “O aluno Aguiar estava entretido com leitura de jornal na sala. Foi privado do recreio durante a semana” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1893, p. 108); fuga do Colégio – ex.: “O aluno Silvio Rego no 3º recreio das 12 horas fugiu pela porta da rua da Prainha, suspendendo o ferrolho do trinco, deixando-a aberta” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1896, p.148); ficar na portaria em horário de aula – ex.: “Os alunos Adalberto Landin, João Coelho de Mello Junior, Mariano Heleodoro da S. e Souza permaneceram na portaria do estabelecimento em hora de entrada para as aulas” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1897, p.152); fuga da aula – ex.: “Os alunos Antonio Loureiro e Quaresma de Moura fugiram da aula de desenho sem autorização do Vice-Diretor, nem do inspetor” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1897, p. 168).

São essas operações astuciosas, essas artes de fazer que vão alterando os códigos e estabelecendo uma (re)apropriação do espaço ao jeito de cada um.

O sino do Externato fazia parte de uma tradição no Colégio. Assim que o Imperador adentrava na instituição, ele “era badalado mais de seis vezes seguidas, no correr do dia” (MARINHO; INECO, 1938, não paginado). Assim, em meio a tradição revivida nas lembranças de Abreu Fialho, em um certo dia do ano de 1888.

O Imperador, (e este é já lugar comum) visitava amiúde o Colégio, não por formalidade ou cortesia, como turista, mas como visita interessada, de dever e de amizade e de estudo, de quem quer se inteirar por si próprio das coisas, vê-las e examiná-las com o coração. Aquela sineta que despertava com reticência sonora o silêncio da hora de aula, que soava alacre, acelerava igualmente o ritmo cardíaco dos colegiais. Aí vinha o Imperador! A que aula vai chegar? E se aqui vier, a esta de Latim, quem apresentará como decurião o nosso Mestre? Isso perguntávamos nós, os da classe de Lucindo (DÓRIA, 1997, p. 159).

No livro de ocorrência, temos este exemplo fazendo uso do sino: “Os alunos Mario da Sylva, Sylva J., Mario, Francisco Bulhões Dutra portaram-se mal, tocando os sinos quando os alunos iam em forma para a aula de aritmética” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8,

1897, p. 151). O velho sino tocava de diversas formas. Marcava as horas de estudo e recreio.

Este era de quinze minutos entre cada aula de uma hora. Quinze minutos antes do início das aulas, às 9 horas, o grande sino da portaria dava seis badaladas para que os estudantes entrassem a tempo; um toque de sino marcava o início dos trabalhos. Quem chegasse depois, ficaria na Rua. O faltoso ou ‘gazeteiro’ perdia seu tempo, porque, no dia seguinte, os pais recebiam um cartão avisando a falta (MARINHO; INECO, 1938, não paginado).

Uma outra causa de castigo nos chama a atenção: tomar aguardente antes de entrar no Colégio. A Rua Larga é assim descrita:

A fervilhante região da antiga freguesia de Santa Rita no centro do Rio de Janeiro, composta entre outras, pela Rua Larga de São Joaquim, Rua Beneditinos e Rua da Prainha, concentravam o comércio de “carne humana” e víveres até o ano de 1840, principalmente no entorno do Valongo. A atual Av. Marechal Floriano foi aberta em 1763, com 20 metros de extensão, fazendo-lhe ser batizada de Rua Larga. A extensão privilegiada veio da missão que carregava desde o nascimento. Seria aquele o caminho entre o mercado de escravos do Valongo (a atual Rua Camerino) e o Campo de Santana, onde os negros eram contratados para pequenos trabalhos. A via logo tornou-se ponto de escoamento de sal, frutas e outros produtos que aportavam no Rio. Mesmo fundamental para a economia carioca, a rua não era bem frequentada em seus primeiros tempos. Prostitutas, ciganos e estivadores constituíam o grosso de seu público e afastavam a elite. A elite começou a descobrir a via quase um século depois, a partir de 1831. A Lei Eusébio de Queirós, aprovada em 4 de setembro de 1850, proibiu o tráfico interatlântico de escravos e acabou com o mercado do Valongo. Muitos empreendedores e comerciantes começaram a construir casas na região. Um marco dessa nova fase é a construção do Itamaraty. A presença do governo na vizinhança valorizou ainda mais a via. Em uma ponta havia as tropas imperiais, agrupadas no terreno que, hoje, serve ao Palácio Duque de Caxias e na outra extremidade da rua, próxima à atual esquina da Camerino com a Marechal Floriano, o antigo seminário de órfãos de São Joaquim, tendo passado por uma reforma que deu lugar ao atual Colégio Pedro II, o primeiro de educação secundária do país (JORNAL EXTRA, 2011, p. 1)⁶¹. Começava a Rua Larga na antiga Igreja de São Joaquim, principiando na Rua da Uruguaiana e finalizando na Praça da Aclamação, sendo cruzada pelas Ruas dos Andradas, Conceição e Camerino, tendo à direita a Rua do Costa e à esquerda as Ruas de Tobias Barreto e Nuncio. Nela achavam-se a Igreja de São Joaquim, o Gymnasio Nacional, a fábrica de Tecidos do Rink, a casa de oração do rito evangélico e a grande estação da Companhia de Carris Urbanos (ALMANAK GAZETA DE NOTÍCIAS, 1898, p. 106).

A atual Av. Marechal Floriano, antiga Rua Larga, conforme as citações acima, já foi cenário para a realização de muitas atividades: comércio de escravos, ponto de ciganos e prostitutas, festas de elite, estação da Companhia de Carris Urbanos, centros comerciais. Sua extensa Rua contava com um farto comércio, como este abaixo, denominado “A’Mantiqueira”, encontrado no Almanak Gazeta de Notícias, em 1895:

⁶¹Jornal Extra, 27/05/2011. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/tour-leva-cariocas-redescobrirem-avenida-marechal-floriano-1903216.html>. Acesso em: 10 mar. 2020.

Figura 50: Anúncio – estabelecimento comercial A' Mantiqueira – antiga Rua Larga



Fonte: Almanak Gazeta de Notícias, 1895, edição 16 (3), p. 344.

Assim como a loja de leite de Minas acima destacada, não faltava naquela região centros comerciais e vendedores ambulantes que, aos gritos, anunciavam suas mercadorias numa competição voraz.

Circulavam pelos logradouros personagens pitorescos desse comércio: o funileiro batendo num prato de cobre com um badalo de chumbo; o comprador de metais; o homem das garrafas vazias; o vassoureiro equilibrando enorme pirâmide de vassouras e espanadores; o amolador; os doceiros de caixa tocando gaita para chamar as crianças; o baleiro que, principalmente nos bondes, com uma bandeja de zinco forrada com papel colorido oferecia suas guloseimas (ALVES, 2006, p. 118).

Além das guloseimas trazidas pelo baleiro nos bondes, havia também, à esquina da Rua da Imperatriz (atual Av. Passos):

[...] a velha negra Feliciano, com um tabuleiro de carambolas, tangerinas, cocos, cocadas, pés de moleque, pamonhas e rapaduras, atendendo, nervosa, a freguesia infantil desse tempo em que corria o vintém com todas as garantias do valor. O vintém... – bom tempo esses! Com cinco moedas desse cobre negro o menino tinha boa merenda” (MARINHO; INECO, 1938, não paginado).

Tinham os alunos diversas opções no centro da cidade carioca para se distrair antes do início das aulas ou na saída. Ainda sobre os arredores da Rua Larga, com seu rico e variado comércio, podemos citar um exemplo do que foi encontrado no livro 8:

Informado por diversos alunos deste Colégio de que o Sr. Durval da Silva Pessôa, antes de entrar hoje para o estabelecimento, passara em uma venda, onde tomara aguardente, pelo que se sentia incomodado, tratei logo de saber o que havia a respeito. Verificando, infelizmente, ser exata a notícia, levei o Sr. Durval da Silva Pessôa a presença do Dr. Vice-Reitor, que ouviu do delinquente a confissão de sua grave falta, pelo que o mesmo foi severamente repreendido.

Em 5 de outubro de 1891. Alexandre Mondaini (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1891, p. 8).

Nesse exemplo, outros alunos aparecem como testemunhas, uma vez que levaram até o inspetor a informação de que o aluno Durval da Silva Pessôa havia tomado aguardente. Assim, é de suma importância para a caracterização dos livros de ocorrência destacá-los como uma das peças de uma espécie de grande inquérito. Também por meio desses livros é possível perceber uma lógica disciplinar, em que várias temáticas, aqui refletidas em “causas de castigos”, é fortemente visível, juntamente com um emaranhado de relações. No registro acima, além da delação realizada pelos colegas, há também a confissão do fato, colocando esses livros dentro de uma espécie de instância jurídica.

No livro 8 também encontramos infrações duplas, conforme podemos observar na tabela a seguir:

Tabela 28: : Infração dupla – Livro 8 (1891-1898)

Infração Mista x2 - Livro 8	
Causa do Castigo 2	Qtd
Alarido e jogar cascas de laranja	1
Assobiar e miar	1
Briga e dano ao patrimônio	1
Conversa e desordem	4
Desrespeito e mau comportamento	1
Esconder a jarra do professor e fazer distúrbio na ordem	1
Esconder-se e fugir do Colégio	1
Ficar próximo do Colégio e faltar a aula	1
Fuga da aula e sair em desordem	1
Fuga do Colégio e faltar a aula	1
Não apresentar material na aula e fuga do Colégio	1
Perseguição e dano ao patrimônio	1
Sair sem licença e faltar a aula	2
Total	17

Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 8 de ocorrência (1891-1898)

De acordo com a tabela acima, duas causas se destacaram: conversa e desordem, com o maior número de registros e, sair sem licença e faltar a aula. Este livro é o que traz mais infrações duplas, com novos elementos, se compararmos com os livros anteriores. Destacamos a seguir alguns exemplos encontrados para algumas das infrações acima listadas: “Os alunos Cícero Lopes e Meneses Junior atiraram cascas de laranja repetidas vezes durante a aula, promovendo alaridos. Cícero é considerado um aluno incorrigível. Foram apresentados ao Vice-Diretor” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1895, p. 133); “O aluno Vasconcellos foi surpreendido pelo Vice-Diretor nos corredores miando e assobiando” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1895, p. 135).

Para a infração conversa e desordem, notamos que as mesmas ocorriam no intervalo das aulas, nas horas vagas, na forma e na sala de aula.

Fugir, faltar a aula e sair sem licença ou em desordem eram práticas comuns aos alunos do Externato. Estas funcionavam como mecanismos de resistência à disciplina que lhes eram impostas, pois, como afirma Foucault (1999, p. 405), “onde há poder, há resistência, em forma efetiva ou potencial: nas relações de poder, existe necessariamente possibilidade de resistência”.

A seguir, veremos os tipos de castigos aplicados aos alunos, cruzando-os com os castigos encontrados nos Regulamentos do Colégio. Interessa-nos identificar se, na prática, as penalidades sofridas pelos discentes eram as mesmas dos Regulamentos, contrastando o “oficial” com o “não oficial”.

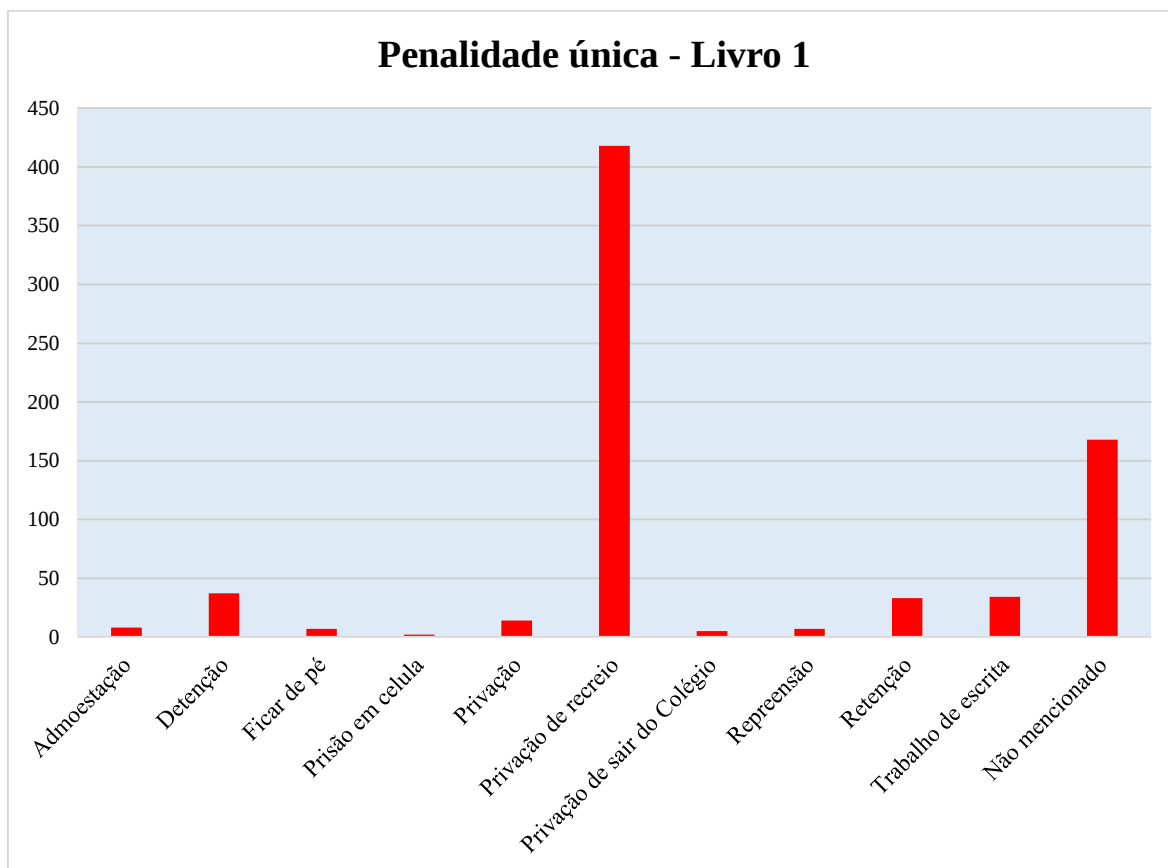
3.5 Os tipos de castigos encontrados e as prescrições vigentes nos Regulamentos

Nesta seção, traremos os castigos que foram encontrados nos oito livros de ocorrências investigados. Procuramos cruzar os dados que foram possíveis levantar através dos registros das ocorrências, com as informações contidas sobre os meios disciplinares adotados em cada Regulamento vigente durante o período abrangido pelos respectivos livros. Também foi possível cotejar as informações encontradas no livro do Externato com o único livro do Internato, referente ao ano de 1872, procurando perceber se havia semelhanças ou não entre eles.

Seguindo o mesmo critério adotado para as causas dos castigos, foi denominado “penalidade única” para os casos em que apareciam apenas um único tipo de castigo registrado. Estas foram transcritas para os gráficos. Para as “penalidades duplas” e “triplas”

utilizaremos as tabelas. Vejamos, a seguir, o resultado para o livro 1:

Gráfico 17: Tipos de castigos - “Penalidade única” – Livro 1 (1858-1859)



Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 1 de ocorrência (1858-1859).

A partir das informações expostas no gráfico acima, nota-se que o castigo recorrente é a privação de recreio, com quatrocentos e dezoito registros, ou seja, mais da metade do total de ocorrências registradas para o livro 1. Também encontramos casos em que o castigo estava descrito apenas como privação. Nesses casos, não havia como saber se essa privação era de sair do Colégio, ou, se era de recreio. Por essa razão, esse descritor foi deixado sozinho, tal como estava descrito no livro 1.

Há muitas situações em que o tipo de castigo não é mencionado, com um total de cento e sessenta e oito casos. Ou seja, observamos que o livro 1, se compararmos causas e tipos de castigos, tem muito mais tipos de castigos não mencionados do que causas, que tiveram apenas quarenta e oito casos não mencionados. Podemos fazer a seguinte pergunta: Por qual razão muitos tipos de castigos não foram mencionados se suas causas estavam lá descritas na sua grande maioria? Uma hipótese para essa questão pode estar relacionada com

a reiteração do comportamento vicioso por parte do aluno. Assim, o autor dos registros não informava novamente no livro sobre um possível castigo que já tivesse sido aplicado anteriormente. Apenas informava que fora castigado. Um exemplo que confirma a nossa hipótese foi encontrado para o aluno Henrique de Sá Leite. Este aluno teve 13 registros, de abril de 1858 até outubro do mesmo ano. No primeiro registro, esteve preso de 6 às 8h (nesse caso, o preso tinha a conotação de não deixá-lo sair do Colégio) e privado dos recreios por ter mau comportamento na sala do silêncio e nas aulas. A segunda vez foi castigado por ser turbulento na sala do silêncio e em outros atos, sendo privado novamente de alguns recreios.

Posteriormente, não deu conta de suas obrigações na aula, sendo castigado com trabalho de escrita e por fim, o mau comportamento permaneceu até o último registro, quando o autor não informa mais o castigo, só a causa - “continua a ser mal comportado” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 1, 1858, p. 38). Ou seja, o mau comportamento foi o principal motivo que o levou ao castigo. Este estava vinculado ora a privação de recreio, ora a retenção no Colégio., ou os dois juntos, como teve em seu primeiro registro.

Além da privação de recreio, a detenção, com trinta e sete ocorrências e, a retenção, com trinta e três estão muito próximas, quantitativamente. Inclusive, foi difícil fazer a distinção de ambas. Exemplo: “Ficou retido no Colégio das 5 às 6:30 da tarde”; “Preso no colégio das 5 as 6h”. Nesses dois casos, o autor dos registros utilizou palavras distintas (retenção e prisão), porém, o sentido atribuído era de deixar o aluno detido no Colégio após o horário da saída.

Ao consultarmos o *Diccionario da Lingua Portuguesa para uso dos portugueses e brasileiros*, de autoria de D. José Maria D’Almeida e Araújo Corrêa de Lacerda, de 1859, verificamos que o significado de detenção e retenção são praticamente os mesmos. Para detenção, encontramos: “ação de deter, demorar, reter; prisão, apreensão de uma pessoa; retenção, ocupação, posseção ilegítima de uma coisa”. Já para o termo retenção, temos: “ato de reter, deter, demorar”. Prisão aparece como “cárcere, cadeia, ato de prender alguém”. Então, como podemos notar, a definição para detenção e retenção estão muito próximas, incluindo o próprio uso da palavra prisão, que também aparece na definição do significado de detenção. Por essa razão, foi difícil realizar a separação dessas três categorias (detenção, retenção e prisão). Tudo dependia do contexto em que elas estavam inseridas e da interpretação realizada.

Dois casos foram computados como prisão, no sentido mesmo de cárcere, uma vez que o descritor estava bem especificado – “em célula”. A prisão normalmente está atrelada

a casos de agressão, como no exemplo a seguir: “dar uma bofetada no seu condiscípulo Monteiro. Foi preso em célula por dois dias” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 1, 1859, p. 134).

Trabalho de escrita também teve um número de ocorrências expressivo dentro do conjunto de descritores levantados. Relaciona-se ao trabalho de escrita os casos em que os alunos deveriam realizar cópias por deixarem de cumprir com suas obrigações, como no exemplo a seguir: “Não saber fazer as letras do mesmo verbo na aula do dito Grego e não dar conta da lição” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 1, 1858, p. 24). Como castigo: “Copiar 12 verbos gregos durante 1 hora”.

Ao consultarmos o Regulamento do período em questão, recorremos ao Decreto n. 2.006, de 24 de outubro de 1857, que em seu artigo 25, trata dos meios disciplinares para os alunos:

- 1º Repreensão fora da aula.
- 2º Repreensão dentro da aula.
- 3º Tarefa de trabalho nas horas de recreação.
- 4º Alguns castigos que excitam o vexame.
- 5º Prisão com tarefa de trabalho em célula.
- 6º Comunicação aos pais para castigos maiores.
- 7º Expulsão do estabelecimento (BRASIL, 1857, p. 8).

No ano de 1857, ocorreu a divisão física dos estabelecimentos de ensino – Internato e Externato do Colégio Pedro II. O regulamento acima não especifica se os meios disciplinares adotados seriam para os alunos do Internato ou do Externato. Porém, cotejando com o Relatório do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, para o ano de 1858, ou seja, o mesmo ano do livro de ocorrência aqui examinado, encontramos a seguinte citação: “Em ambos os estabelecimentos do colégio, Internato e Externato, continua a mesma disciplina, o mesmo curso de estudos, o mesmo sistema de ensino e, o mesmo pessoal de professores” (BRASIL, 1858, p. 18)⁶². Se a disciplina era a mesma, inferimos que os meios disciplinares acima listados também eram os mesmos para o Internato e o Externato.

Ao compararmos o livro de ocorrência em questão com a legislação mais próxima, verificamos a existência dos cinco primeiros meios disciplinares aplicados aos alunos. Além das repreensões dentro e fora da aula, havia também as admoestações, que embora não estivessem listadas na forma oficial, funcionavam como uma espécie de advertência, aviso, conselho. Infere-se que ela venha antes da repreensão, uma vez que o ato de repreender, de

⁶² Anexo A-E-13, p. 18.

censurar o proceder de alguém tem uma conotação mais severa.

A tarefa de trabalho nas horas de recreação aparece no livro 1 sob a forma de trabalho de escrita, ou seja, a cópia de alguns trechos da gramática, de alguns verbos ou de algum trecho que devesse ser reproduzido dos manuais escolares adotados durante a aula. Alguns castigos que excitam o vexame, como o apontado no § 4º do artigo 25, está bem marcado no livro 1 pela prática do “ficar de pé”. Como exemplo, temos: “Ficou de pé das 4 às 5 horas da tarde por fazer bulha na aula” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 1, 1858, p. 5). A prisão também foi encontrada no livro. Como exemplo, temos: “desobedecer ao seu inspetor e prosseguir no mau comportamento. Foi preso em célula por uma hora” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 1, 1858, p. 109). Normalmente associada à agressão e ao desrespeito, nesse exemplo encontramos a reiteração do comportamento vicioso, levando o discente a um dos maiores castigos dentro da escala que já pode ser observada com relação às faltas cometidas – admoestação, repreensão, retenção, detenção, prisão, expulsão.

Não encontramos no livro de ocorrência 1 registros dos §5º e 6º do artigo 25, ou seja, comunicação aos pais para castigos maiores e expulsão do estabelecimento, respectivamente. Mas, não quer dizer que esses dois últimos castigos mencionados no Regulamento não acontecessem. Apenas nessa fonte em que estamos examinando-os, não foram registrados.

Curioso destacar que o tipo de castigo mais recorrente no livro 1 – a privação de recreio – não constava como meio disciplinar oficial da instituição, o que reforça o argumento de que a prática se distancia do que estava previsto na Lei.

Além das penalidades do “tipo única”, também foram registradas as “penalidades duplas”, seguindo o mesmo critério já mencionado para as causas dos castigos. Assim, elaboramos a seguinte tabela:

Tabela 29: Tipos de castigos – “Penalidade dupla” – Livro 1 (1858-1859)

Penalidade Mista x2 - Livro 1	
Tipo de castigo 2	Qtd
Detenção e privação de recreio	6
Detenção e retenção	1
Detenção e trabalho de escrita	1
Ficar de pé e detenção	2
Privação de recreio e de sair do Colégio	2
Privação de recreio e ficar de pé	2
Privação de recreio e retenção	13
Privação de recreio e trabalho de escrita	32
Privação de sair do Colégio e detenção	1
Privação de sair do Colégio e ficar de pé	1
Privação de sair do Colégio e trabalho de escrita	7
Repreensão e privação de recreio	1
Trabalho de escrita e admoestação	2
Total	71

Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 1 de ocorrência (1858-1859).

A relação com o material empírico foi um exercício permanente de leitura, na tentativa de alcançar uma imersão no tema da cultura escolar e, mais especificamente, nos castigos escolares adotados no Imperial Colégio de Pedro II, mapeando-os para além de sua aparente simplicidade. Por essa razão, as ocorrências foram mapeadas com o intuito de esmiuçarmos os detalhes, as especificidades de cada livro.

Para os tipos de castigo denominados “penalidade dupla”, a privação de recreio associada a trabalhos de escrita foi a mais recorrente, com vinte e nove ocorrências. Exceto a prisão, que não está associada a nenhum outro tipo de castigo, todos os demais já apareceram como “penalidade única”.

Além das “penalidades únicas e duplas”, também havia “triplas”, como foi possível observar nas causas dos castigos. Segue a tabela a partir das informações extraídas do livro 1:

Tabela 30: Tipos de castigos – “Penalidade tripla” – Livro 1 (1858-1859)

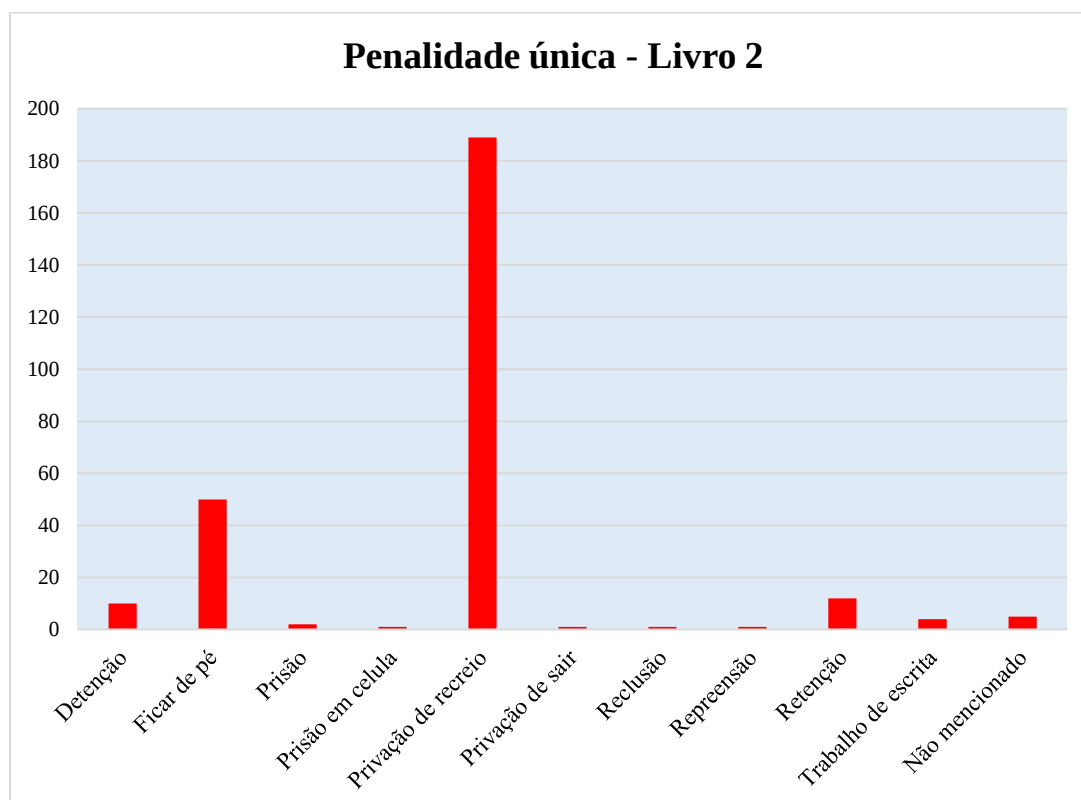
Penalidade Mista x3 - Livro 1	
Tipo de castigo 2	Qtd
Detenção, privação de recreio e trabalho de escrita	1
Privação de recreio, trabalho de escrita e retenção	1
Total	2

Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 1 de ocorrência (1858-1859).

Com apenas um registro para as duas ocorrências citadas, observamos que a privação de recreio estava constantemente acompanhada de trabalhos de escrita aproximando-se do que estava registrado na Lei, em seu § 3º: “Tarefa de trabalho nas horas de recreação”.

Encontramos o seguinte resultado para o livro 2:

Gráfico 18: Tipos de castigos - “Penalidade única” – Livro 2 (1866-1870)



Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 2 de ocorrência (1866-1870).

De acordo com o gráfico acima, a “privação de recreio” constitui o tipo de castigo mais recorrente, tendo sido aplicado cento e oitenta e nove vezes. Em segundo lugar, temos o castigo “ficar de pé”, cinquenta vezes mencionado. Embora o termo detenção e retenção sejam muito próximos em seu significado, foram mantidos separados, tal como apareciam descritos no livro 2. Porém, é perceptível nesse livro que, de acordo com as situações descritas, os dois termos adotados pelo autor dos registros queriam dizer a mesma coisa, ou seja, deixar o aluno detido no Colégio após o horário das aulas, como nos dois exemplos a seguir: “Luiz José Abreu de Carvalho ficou detido meia hora depois das aulas por portar-se mal na aula de francês” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 2, 23.07.1859); “João V. Barreto ficou retido no Colégio as 5h da tarde por ter se portado mal e desobedecido o inspetor Brito quando cumpria com o seu dever” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 2, 10.02.1869). Ao somarmos as quantidades coletadas para os dois termos (detenção e retenção), teremos vinte e duas aparições, ocupando assim o terceiro lugar no ranking “tipos de castigos recorrentes”.

Os descritores prisão, prisão em célula e reclusão poderiam ser agrupados, porém, foram deixados do mesmo jeito em que apareciam no livro. Para o termo prisão, encontramos como exemplo: “Roque Gil do Amaral Gurgel foi detido à prisão tendo para alimentar-se pão e água. Detido desde a uma hora até as cinco menos um quarto da tarde por proferir palavras obscenas diante de seus colegas” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 2, 21.07.1868). Para o termo prisão em célula, temos: “Costa Brito foi retido em célula das 3 as 6h da tarde por mal comportamento e desobediência ao inspetor” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 2, 09.04.1867). Para o termo reclusão, temos: “Roque Gil do Amaral Gurgel esteve recluso por dois dias em um quarto por portar-se mal na aula e proferir palavras obscenas aos outros colegas”. (LIVRO DE OCORRÊNCIA 2, 08.05.1868).

Como podemos verificar, a prisão estava associada ao desrespeito para com o inspetor ou colegas de turma, assim como à desobediência. Nota-se que esse tipo de castigo estava relacionado com os casos considerados “mais graves” de acordo com as situações descritas no livro, sendo possível perceber uma escala adotada para os diferentes níveis de penalidades encontradas.

Para os tipos de castigos considerados “penalidades duplas”, encontramos:

Tabela 31: Tipos de castigos - “Penalidade dupla” – Livro 2 (1866-1870)

Penalidades Mista x2 - Livro 2	
Tipo de castigo 2	Qtd
Detenção e privação de recreio	3
Privação de recreio e ficar de pé	2
Privação de recreio e retenção	3
Total	8

Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 2 de ocorrência (1866-1870).

O quadro acima demonstra um equilíbrio com relação aos castigos considerados duplos. Nos três tipos de castigos retratados, a privação de recreio sempre aparece associada a uma outra forma de punir. Nesse caso, encontramos a detenção, o ficar de pé e a retenção. Não houve casos de “penalidades triplas” para o livro 2.

Ao cotejarmos as informações extraídas dos tipos de castigos aplicados, descritos no livro 2, com as Leis que se referem ao Colégio Pedro II para o período abrangido, encontramos duas: o Decreto n.º 4.095, de 1º de fevereiro de 1868, que eleva a trinta o número de pensionistas gratuitos do Internato do Imperial Colégio de Pedro II e o Decreto n.º 4.468, de 01 de fevereiro de 1870, que altera os regulamentos relativos ao Imperial Colégio de Pedro II - Externato e Internato. Este último mantém o curso de estudos em sete anos e o mesmo sistema de ensino em ambos os estabelecimentos. Nenhuma menção sobre os meios disciplinares foi encontrada nos dois Decretos acima informados. Assim, continuamos nos embasando no Decreto n.º 2.006, de 24 de outubro de 1857, ou seja, o mesmo utilizado para o livro 1, uma vez que este Decreto trata sobre os meios disciplinares adotados.

Diante dos meios disciplinares elencados no dito Decreto e diante dos dados coletados no livro 2 é possível verificarmos que a repreensão, embora tenha ocorrido uma única vez, faz parte dos castigos adotados na instituição, conforme os dois primeiros parágrafos do Artigo 25 do referido Decreto. Como castigos que excitam o vexame, embora não mencionados no Decreto quais seriam, inferimos que o tipo de castigo “ficar de pé” se enquadra no item 4º do referido Regulamento. Os casos de prisão encontrados no livro 2 de ocorrência não trouxeram situações associadas a tarefas de trabalho. Os alunos ficavam

isolados. Estas situações também podem ser consideradas vexatórias, porém, o Decreto faz questão de separar em parágrafos distintos esses dois tipos de castigos. Para os trabalhos de escrita ou tarefa de trabalho, como consta na Legislação vigente, encontramos casos em que estas tarefas deveriam ocorrer antes da saída dos alunos, como no exemplo a seguir: “O aluno Luiz José Abreu de Carvalho, cumpriu o castigo marcado pelo Sr. Halbout. Antes de sair, tem de escrever seis vezes a lição 29 e toda gramática”. (LIVRO DE OCORRÊNCIA 2, 12.05.1869).

No exemplo anterior, o aluno Luiz José Abreu de Carvalho teve que copiar seis vezes a lição 29 e toda a gramática francesa. Percebemos que o mesmo aluno teve constantemente castigos que envolviam trabalhos de escrita: “Antes de sair, o aluno tem de escrever 4 vezes as lições 41 e 42 da gramática” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 2, 02.06.1869); “Antes de sair, o aluno tem de escrever 8 vezes as lições 49 e 50 da gramática” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 2, 30.06.1869).

Inicialmente, os manuais ou livros sobre qualquer matéria utilizados para a consulta dos alunos eram obras importadas. Ao lado delas, para a condução mais organizada das lições, muitos professores preparavam apostilas com os conteúdos previstos nos programas para a sua disciplina. A partir dos anos 60 do século XIX, esses professores passaram a elaborar compêndios pautados na experiência adquirida nas aulas que ministravam no colégio. Assim, foi comum que muitos deles se tornassem autores de obras, algumas vezes, adotadas na própria instituição (ALVES, 2013, p. 81-82).

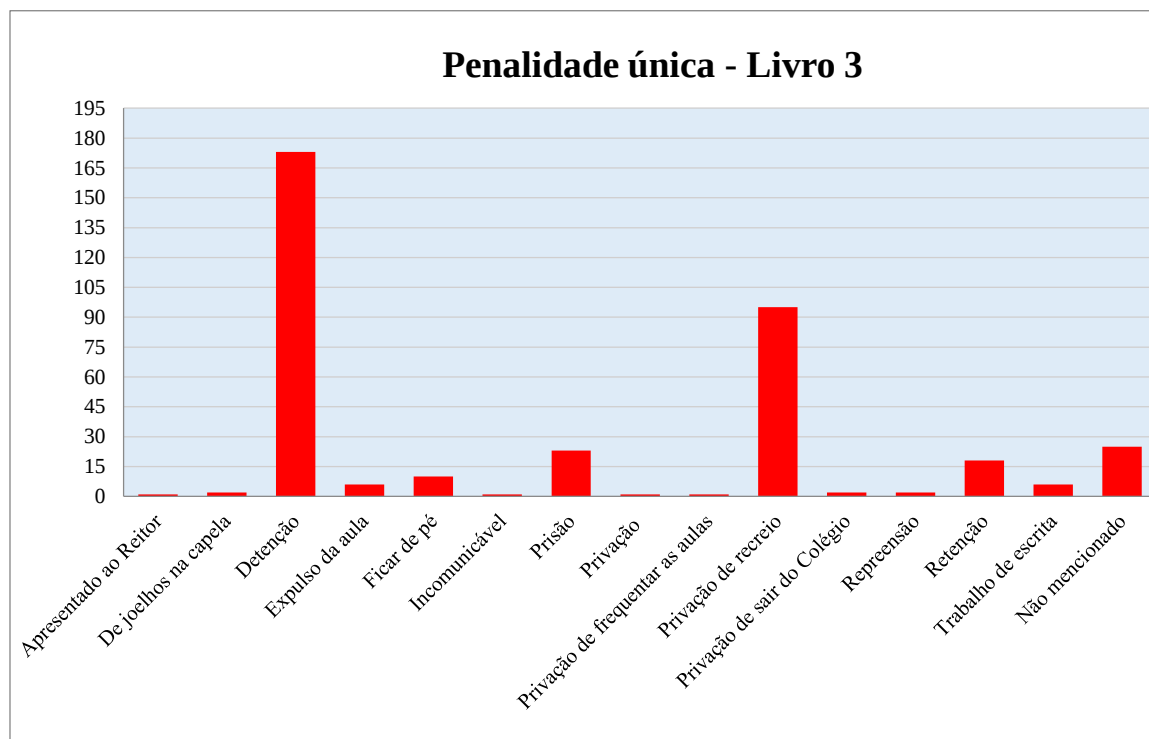
Esse foi o caso do professor de francês, José Francisco Halbout, que produziu vários compêndios, dentre os quais sua *Grammatica Teórica e Prática da Lingua Franceza*. Segundo Arriada (2007, p. 289) “sua primeira edição data de 1873, feita pela Livraria Luso-Brasileira, saindo uma 2ª edição em 1876. A gramática de Emílio Sevens, publicada em dois tomos foi adotada no Colégio Pedro II desde 1856, quando foi substituída no programa de 1877 pela gramática de Halbout”.

No ano de 1869, em que o aluno Luiz José Abreu de Carvalho teve que copiar trechos da gramática, de acordo com o autor Arriada (2007), estava a copiar trechos da gramática de Sevens.

Não encontramos registros no livro de ocorrência dos itens 6º - comunicação aos pais para castigos maiores – e 7º - expulsão do estabelecimento. Estes dois últimos itens do artigo 25, referente ao Decreto n.º 2.006, poderiam ser registrados em outro tipo de documentação, como nos Ofícios, por exemplo, ou, não serem registrados. Apenas destacamos que não os encontramos nos livros de ocorrência.

Para o livro 3, encontramos os seguintes tipos de castigos:

Gráfico 19: Tipos de castigos – “Penalidade única” - Livro 3 (1867-1872)



Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 3 de ocorrência (1867-1872).

A partir do gráfico acima, é possível notar que o castigo mais recorrente do livro 3 é a detenção, com cento e setenta e três vezes mencionado. Poucos são os casos em que o tipo de castigo adotado não é registrado. Observamos, neste livro, que há muito mais causas não mencionadas do que propriamente os tipos de castigos adotados. Também é neste livro que observamos uma inversão na primeira posição do castigo mais recorrentemente aplicado. Enquanto nos dois livros anteriores prevaleceram as privações de recreio como o principal castigo adotado, no livro 3, as privações de recreio ocuparam o segundo lugar, deixando as detenções com a primeira colocação.

Cabe aqui destacar que foi extremamente difícil compreender em que situação predominava a detenção, a retenção e a prisão, pois, quando cruzávamos as informações entre causa e tipo de castigo, verificávamos que não havia uma uniformidade para cada situação descrita no livro. Por exemplo: “os alunos Miguel Archanjo de Oliveira, Mariano d’Azevedo Aimbire e José de A. Fontes Bustamante Sá ficaram detidos até as 2h por mau comportamento na aula” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 3, 03.04.1872); “Os alunos Oliveira, Ferreira Dias, Bandeira de Gouveia foram privados do recreio por portarem-se mal na aula

de português” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 3, 05.04.1872). Como podemos ver nos exemplos descritos, a privação de recreio e a detenção foram utilizadas como castigos pelo mesmo motivo, ou seja, o mau comportamento na aula. O mesmo ocorre com a prisão. No livro 3, encontra-se da seguinte forma: “O aluno Fernandes Vianna foi preso por 2h por se portar mal na aula” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 3, 10.08.1867). Neste último caso, o responsável pelo registro utilizou a palavra prisão, porém, o sentido atribuído parece ser o de deixar o aluno detido no Colégio após o horário regular de saída. Mesmo diante desta dificuldade, manteve-se a fidedignidade das fontes, utilizando no banco de dados a mesma palavra empregada pelo autor das ocorrências, como já afirmado anteriormente.

Uma hipótese pode ser levantada para essa ausência de uniformidade. Ela poderia estar relacionada à reincidência de alguma falta. Dessa maneira, o castigo poderia sofrer algum tipo de modificação, seguindo uma determinada escala de penalidades.

No gráfico acima, também é possível visualizarmos o surgimento de novos elementos sendo adotados como tipos de castigos. Aqui, destacamos: apresentar-se ao Reitor, autoridade máxima dentro da instituição; ficar de joelhos na capela em presença de seus colegas, como consta no livro 3, por mau comportamento durante a missa – ex.: “Os alunos João Carlos de Mendonça Furtado, Fernando Marquez de Castro e Queiroz ficaram 30 min. de joelhos na capela em presença de seus colegas por portarem-se mal na missa” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 3, 10.08.1872); expulsão da aula; ficar incomunicável – ex.: “O aluno Eugenio de Mendonça ficou incomunicável na capela por 2 dias, jantou em mesa separada ficando o primeiro dia até às 9:30 da noite por faltar o respeito ao inspetor Mondaini. Só foi absolvido depois que pediu desculpas dando uma satisfação ao mesmo inspetor (LIVRO DE OCORRÊNCIA 3, 06.09.1872)” e, por fim, privação de frequentar as aulas – ex.: “Os alunos Nicolai, Tinoco, França, Viriato e Motta Aarão ficaram privados de frequentar as aulas por algum tempo por mau comportamento na aula de religião do Monsenhor Felix de Albuquerque” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 3, 18.09.1868). Os demais tipos de castigos já foram constatados nos outros dois livros .

Também encontramos “penalidades duplas” no livro 3, conforme tabela a seguir:

Tabela 32: Tipos de castigos – “Penalidade dupla” – Livro 3 (1867 -1872)

Penalidade Mista x2 - Livro 3	
Tipo de castigo 2	Qtd
Detenção e trabalho de escrita	3
Privação de recreio e detenção	3
Privação de recreio e trabalho de escrita	4
Privação de sair do Colégio e privação de recreio	1
Total	11

Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 3 de ocorrência (1867-1872).

Na tabela acima, observamos um equilíbrio com relação aos castigos considerados duplos. Nos quatro tipos de castigos retratados, a privação de recreio, associada a uma outra forma de punir é a que mais se destaca, bem como a detenção e o trabalho de escrita. Com relação ao trabalho de escrita encontramos ligações que unem escola e cultura escrita baseado na objetivação – codificação – acumulação dos saberes, isto é, um espaço onde se estabelecem formas específicas de relações sociais, que se ligam ao exercício do poder. Ao punir os que se desviam, reforça-se a aproximação dos discentes com relação às regras disciplinares ou àquilo que funciona como padrão desejável de comportamento na escola a fim de manter sua ordem diária.

Procuramos cruzar as informações contidas no livro de ocorrências 3 com as Leis que se referem ao Imperial Colégio de Pedro II, no período abrangido pelo referido livro (1867-1872). Para esse período, foram encontrados três Decretos: o Decreto n.º 4.095, de 1º de fevereiro de 1868; o Decreto n.º 4.468, de 01 de fevereiro de 1870 e o Decreto n.º 5.120, de 24 de outubro de 1872. Ou seja, nenhum deles abordou sobre os meios disciplinares que deveriam ser aplicados aos discentes. Dessa forma, continuamos nos embasando no Decreto n.º 2.006, de 24 de outubro de 1857, ou seja, o mesmo utilizado para o livro 1 e para o livro 2, uma vez que este Decreto menciona os meios disciplinares adotados tanto para o Externato quanto para o Internato.

De acordo com a Legislação acima, observamos que as repreensões, fora da aula e dentro da aula, só apareceram no livro 3 duas vezes, no ano de 1872, de acordo com os exemplos a seguir: “Os alunos Vieira Pinto, Garcia, A. de Castro, Nazareth 1º, Gomes, Castro, Souza Gomes e Castilho foram repreendidos por estarem fazendo barulho na sala dos exames, em horas de silêncio” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 3, 03.05.1872); “O aluno

Chagas foi repreendido por ordem do Reitor e queixa do professor Magalhães Couto” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 3, 20.05.1872). No primeiro exemplo, temos a repreensão ocorrendo fora da aula, na sala dos exames, e, no segundo exemplo, inferimos que a mesma tenha ocorrido dentro da aula, devido à queixa dada pelo professor Magalhães Couto. Ao consultarmos o Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o ano referido, verificamos que o professor Dr. Manoel de Magalhães Couto atuava como Explicador de Francês e Português.

O terceiro parágrafo do Artigo 25 mencionava como meio disciplinar a tarefa de trabalho nas horas de recreação. No livro 3, encontramos o referido castigo da seguinte forma: “Os alunos Chagas, Paranhos, Bandeira e Victor portaram-se mal na aula de Latim e tiveram castigo escrito durante os recreios por ordem do Reitor e queixa do professor” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 3, 20.05.1872).

O quarto item do referido Decreto diz respeito a “alguns castigos que excitam o vexame”. De acordo com o levantamento realizado, tais castigos estavam associados ao ficar de pé, ficar de joelhos na capela, incomunicável e a prisão, sendo esta última destacada dos demais itens – (item 5º do Decreto 2.006, de 24 de outubro de 1857).

Os castigos que excitavam o vexame faziam parte de uma forma de punição que deveria estar associada à humilhação pública diante de seus pares. Isso fica claro no conjunto de ocorrências registradas.

A prisão não apareceu no livro 3, associada à tarefa de trabalho em célula. Exemplo: “O aluno Torres Moreira foi preso por ter dado uma bofetada no aluno Guimarães” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 3, 01.09.1871); “O aluno Ezequiel foi preso por falta de respeito ao professor Pardal” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 3, 24.08.1871). Nos exemplos citados, a prisão associava-se ao desrespeito e à agressão física. Mas, também há casos em que a prisão nos confunde com casos de detenção ou retenção no Colégio, como no exemplo a seguir: “O aluno Aquino de Castro ficou preso até as 7h da noite por ter posto o chapéu de um colega na forma por ordem do Sr. Reitor e parte do inspetor Mondaini” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 3, 25.04.1872). Não localizamos no livro 3 o meio disciplinar “comunicação aos pais para castigos maiores e expulsão do estabelecimento”.

Como foi possível visualizar, os tipos de castigos adotados no Imperial Colégio de Pedro II iam muito além daqueles que estavam previstos na Lei.

Se comparamos o livro 3 do Externato com o Livro do Internato, de 1872, verificamos que, no Internato, os alunos estavam sendo avaliados com conceitos de

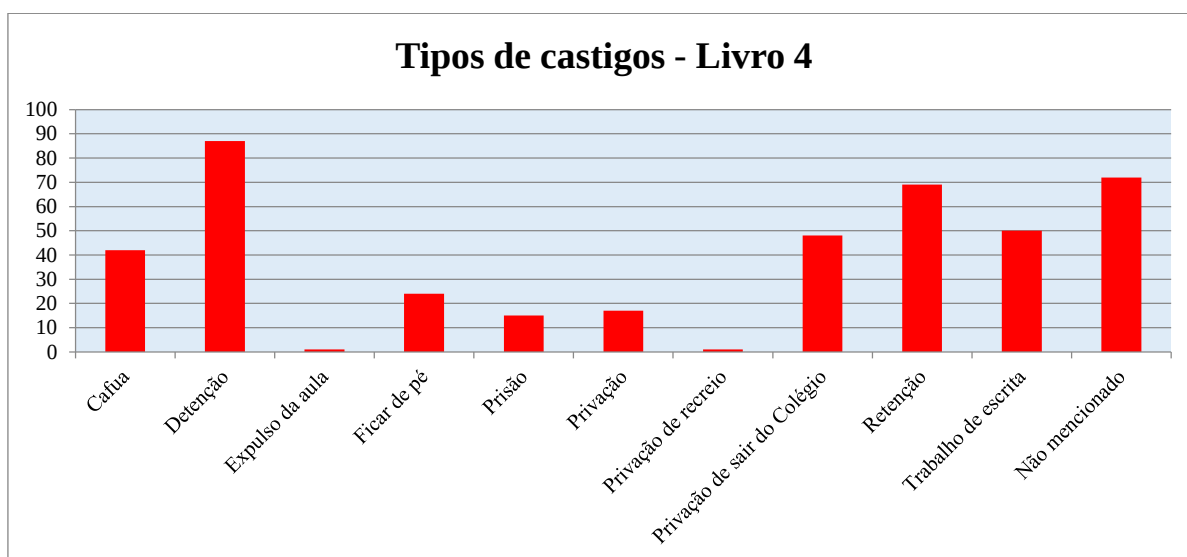
comportamento, que variavam de “sofrivelmente” até “irrepreensível”. No Externato, os alunos estavam sendo castigados com “privações de recreios”, “detenções”, “trabalhos de escrita”, entre outros castigos, como vimos acima. No livro do Internato, os castigos reduziram-se em “privações na primeira saída”, “privações no próximo passeio” e “30 minutos de 4º castigo na forma e na sala de estudos”. Dessa forma, as privações estão presentes em ambos os estabelecimentos como tipos de castigos aplicados aos discentes. No Externato, porém, é possível visualizar outros castigos, conforme já apontamos anteriormente. O 4º castigo, mencionado no livro do Internato, refere-se, de acordo com a Legislação consultada, “a alguns castigos que excitam o vexame”. Como é possível notar no livro de ocorrência do Internato, os discentes ficariam expostos por meia hora na forma e na sala de estudos, numa clara tentativa de que a punição deveria passar pela humilhação pública, exatamente como foi possível observar no livro do Externato com castigos do tipo “ficar de pé, de joelhos ou incomunicável”, conforme já demonstramos anteriormente.

Notamos, em ambos os livros, a presença de uma escala de penalidades. Esta relacionava-se à gravidade das faltas, no caso do livro do Externato e, a conceitos de comportamentos, no caso do livro do Internato. Reitores, professores, inspetores, e alguns discentes denominados chefes de turma aparecem constantemente como sujeitos centrais na efetivação de um projeto educativo integrado no compromisso de atingir “a mais perfeita educação da mocidade”.

Como peças documentais, os livros de ocorrência descortinam os possíveis de uma “escrita disciplinar”. Remetem não só a indícios das práticas administrativas e pedagógicas, como também abrem um leque de possibilidades de análise do cotidiano escolar. “O que pode ou deve ser dito conflui, não necessariamente sem tensão, para o que se deseja dizer ou calar. E, por isso mesmo, esses documentos abrem-se a uma história cultural da escola oitocentista” (VIDAL, 2008, p. 65).

Para o livro 4, foram encontrados os seguintes tipos de castigos:

Gráfico 20: Tipos de castigos – “Penalidade única” - Livro 4 (1884-1885)



Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 4 de ocorrência (1884-1885).

De acordo com o gráfico acima, a “detenção” constitui o tipo de castigo mais recorrente, tendo sido aplicada oitenta e sete vezes. Em segundo lugar, temos o descritor “não mencionado”, em que o autor dos registros não menciona qual seria o tipo de castigo adotado. Apenas informa que o aluno foi castigado, sem maiores detalhes. Isso pode ocasionar um efeito de sentido, como a censura, por exemplo, da mesma forma que identificamos nas causas. A “retenção” aparece em terceiro lugar, com sessenta e nove ocorrências. Posteriormente, temos outros castigos em destaque, como os “trabalhos de escrita”, as “privações de sair do Colégio”, a “cafua” e o “ficar de pé”. Muitos dos castigos levantados no livro 4 já apareceram nos livros anteriores. Inclusive, a detenção aparece como o principal castigo adotado, tanto no livro 3 quanto no atual livro. A detenção e a retenção são muito próximas, como já explicamos anteriormente. Exemplos: “Os alunos João Pereira da Silva, João F. Ribeiro, Osmar Torres e Augusto Guilherme Benvindo Gomes Vianna foram detidos por 1h por mau comportamento” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 4, 1885, p. 41 verso); “Os alunos Mario d’Assunção, Luiz Pederneiras, Ribeiro do Amaral, Pires Ferreira, Miguel Durat, Vieira da Cunha, Costa e Cunha, Bormann Borges, Francisco d’Oliveira e Severino Fontes foram retidos por 1h por mau procedimento” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 4, 1885, p.40 verso). É perceptível que as detenções e as retenções têm a intenção de aprisionar esses alunos, não os deixando sair, seja para casa, para o recreio ou para realizar qualquer outra atividade no interior do Colégio.

Um novo elemento é registrado no livro 4, como é o caso da *cafua*. Segundo as reminiscências do ex-aluno Raul Pederneiras, a *cafua*

[...] situava-se no grande quarto escuro, de larga porta, no corpo do edifício ligado à Igreja. Vimos um companheiro entrar na *cafua*, por ter ridicularizado um inspetor, o ‘Lima gordo’. Ao fim do dia, o inspetor formou a turma em alas, à entrada da *cafua*, e dela fez sair o encafuaado, para que passasse entre os colegas” (MARINHO; INECO, 1838, não paginado).

Na lembrança do ex-aluno, podemos perceber que o castigo, notadamente, a *cafua*, servia como um mecanismo disciplinar, pois, quando aplicado na frente de outras pessoas, levava seus expectadores a saber, de antemão, as consequências, caso pretendessem cometer aquele mesmo ato.

Já no século XX, quando Fernando Segismundo foi aluno da instituição, o mesmo assim a descreveu: “punição severa arrastava o aluno para a *cafua*, desvão sob a escada do andar térreo. Ali, em espaço escuro e reduzido, o aluno nada fazia, senão aguardar a passagem das horas” (SEGISMUNDO, 1987, p. 43).

Os casos em que a *cafua* é tomada como um castigo sugerem situações consideradas “faltas graves”, atribuídas a situações de agressões, desobediência, desrespeito e a casos não permitidos, como, por exemplo, a escrita e a troca de cartas entre alunos. Seguem os exemplos: “O aluno Alfredo Moreira foi recolhido a *cafua* por 1h por ter lutado com um de seus companheiros em frente ao Colégio” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 4, 1884, p. 2); “O aluno Peres foi para a *cafua* por falta de respeito e obediência ao inspetor” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 4, 1884, p. 5).

Comparando o livro 4 com o livro anterior, é visível, em quantidade, o aumento dos castigos tidos como ficar de pé, privações de sair do colégio e trabalhos de escrita. Notamos também que a privação de recreio, que no livro anterior ocupava a segunda posição, teve apenas uma ocorrência. O descritor “privação” foi encontrado muitas vezes sozinho nos registros e por esse motivo, o mesmo foi deixado exatamente como aparecia no livro, pois, não ficava claro se a privação era referente à privação de sair do Colégio ou se era referente à privação de recreio.

Para os tipos de castigos considerados “penalidades duplas”, encontramos:

Tabela 33: Tipos de castigos – “Penalidade dupla” – Livro 4 (1884-1885)

Penalidade Mista x2 - Livro 4	
Tipo de castigo 2	Qtd
De joelhos e trabalho de escrita	1
Detenção e trabalho de escrita	20
Expulso da aula e trabalho de escrita	1
Privação de sair do Colégio e trabalho de escrita	6
Retenção e ficar de pé	1
Retenção e trabalho de escrita	17
Total	46

Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 4 de ocorrência (1884-1885).

De acordo com a tabela acima, podemos observar que a detenção e o trabalho de escrita, assim como a retenção e o trabalho de escrita foram as duas penalidades consideradas “duplas” com maior destaque. Chama-nos a atenção os trabalhos de escrita, recorrentes em quase todas as “penalidades duplas”, a exceção da retenção e o ficar de pé. O ato de deixar o aluno ajoelhado e o ato de deixá-lo em pé revelavam que essas penalidades tinham uma intenção de cunho vexatório, de humilhação perante os outros alunos.

Ao cotejarmos as informações extraídas dos tipos de castigos aplicados no livro 4, com as Leis que se referem ao Colégio Pedro II para o período abrangido no respectivo livro, não encontramos nenhuma Legislação que alterasse os meios disciplinares dos alunos. Assim, continuaremos nos embasando no Decreto n. 2006, de 24 de outubro de 1857. Este foi utilizado para todos os livros até o momento abordados. Embora os Regulamentos tenham sido alterados diversas vezes, em anos distintos, nenhum deles tratou sobre ou mesmo modificou os meios disciplinares adotados desde outubro de 1857.

Elencaremos, mais uma vez, os meios disciplinares adotados no ano de 1857, servindo a ambos os estabelecimentos – Internato e Externato:

- 1º Repreensão fora da aula.
- 2º Repreensão dentro da aula.
- 3º Tarefa de trabalho nas horas de recreação.
- 4º Alguns castigos que excitam o vexame.
- 5º Prisão com tarefa de trabalho em célula.
- 6º Comunicação aos pais para castigos maiores.
- 7º Expulsão do estabelecimento (BRASIL, 1857, p. 8).

Ao compararmos os castigos mencionados no Decreto, com os castigos levantados no livro de ocorrência 4, verificamos que poucos se mantiveram de acordo com o que estava prescrito. As repreensões e admoestações, presentes nos livros 1 e 2 deixaram de ser registradas e outros meios disciplinares foram sendo incorporados nas práticas disciplinares da instituição com o passar dos anos.

As detenções e as privações de recreio ganharam destaque no livro 3, enquanto as detenções e retenções passaram a ser os castigos mais recorrentes do livro 4. Omissões também se fizeram muito presentes, tanto na causa que levou o discente a ser castigado, quanto no tipo de castigo adotado. As tarefas de trabalho foram encontradas no livro 4, porém, não houve especificação se estas ocorriam nas horas de recreação, como está prescrito no terceiro item do Decreto. No livro 4, aparecem da seguinte forma: “Os alunos Candido Nobrega e Roberto Soares de Mello ficaram retidos com castigo escrito” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 4, 1885, p. 50); “Os alunos Antonio Ferreira da Fonseca, Mario Jacobina, Affonso Simão, Antenor Barcellos, Franklin de Freitas, José Candido de Araújo, Carlos Rangel dos Santos, Achilles Mariano de Azevedo ficaram retidos por 2h escrevendo três vezes a lição” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 4, 1885, p. 50). Nos dois exemplos, as causas não são mencionadas, mas, os castigos escritos estão associados as retenções. Pelos exemplos, estas retenções não parecem estar relacionadas as horas de recreação.

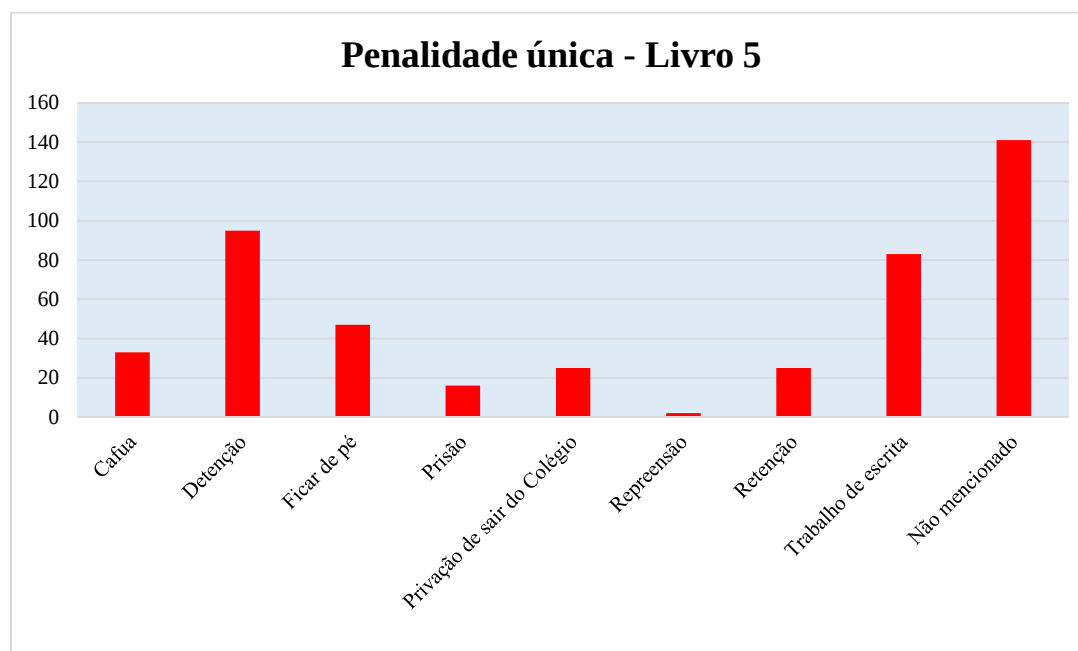
O quarto item do Artigo 25 refere-se a alguns castigos que excitam o vexame. Para este tipo, encontramos no livro de ocorrência 4 o “ficar de pé”.

A prisão foi encontrada no livro 4, porém, não com tarefa de trabalho em célula, como consta no Decreto. Assim, temos o seguinte exemplo: “O aluno Thomas Nabuco de Gouveia teve nota má em comportamento na aula de Latim e permaneceu na prisão deste Externato por ¼ de hora” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 4, 1884, p. 6 verso).

Não foram encontrados, no livro de ocorrência 4, comunicação aos pais para castigos maiores e nem casos de expulsão, conforme os itens 6º e 7º do Decreto de 1857. Também não foram encontradas “penalidades triplas”.

Para o livro 5, temos o seguinte levantamento:

Gráfico 21: : Tipos de castigos – “Penalidade única” - Livro 5 (1885-1886)



Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 5 de ocorrência (1885-1886).

No gráfico acima, notamos que o descritor “não mencionado” teve o maior destaque. Esse descritor foi usado porque o registrante não mencionou qual o tipo de castigo aplicado aos discentes, informando apenas que o aluno foi castigado. Em segundo lugar, a “detenção” constitui o tipo de castigo mais recorrente, tendo sido aplicada noventa e cinco vezes. Apesar do livro 5 ser continuação do livro 4, notamos uma inversão nos tipos de castigos mais recorrentes. No livro anterior, a “detenção” estava em primeiro lugar, enquanto o descritor “não mencionado” aparecia em segundo. Neste livro temos o contrário. Em terceiro lugar, temos o “trabalho de escrita”, enquanto no livro anterior, a “retenção” ocupava essa posição, com sessenta e nove ocorrências. Houve um aumento na quantidade de “trabalhos de escrita” aplicados aos alunos no período de 1885 a 1886.

No atual livro 5, a “retenção” passa a ocupar a última posição, juntamente com o descritor “privação de sair do colégio”. Novamente a “cafua” e o “ficar de pé” aparecem como tipos de castigos, porém, a “cafua”, comparada com o livro anterior, foi menos aplicada, enquanto o castigo “ficar de pé”, praticamente dobrou em número de aplicações.

Os castigos aqui levantados já surgiram no livro 4 e, também, nos livros anteriores. Inclusive, notamos que a detenção aparece como o principal tipo de castigo adotado, tanto no livro 3, quanto no livro 4, embora tenha aqui ocupado a segunda posição.

Um tipo de castigo volta a surgir, como é o caso da repreensão. Este foi encontrado nos livros 1 ao 3, e, no livro 4, não o tínhamos localizado. Aqui ele volta a aparecer, embora em menor quantidade. Também notamos que o tipo de castigo “privação de recreio”, que apareceu nos livros 1 ao 4, desaparece no livro 5, ficando apenas a “privação de sair do colégio”.

Para os tipos de castigos considerados “penalidades duplas”, encontramos:

Tabela 34: Tipos de castigos – “Penalidade dupla” – Livro 5 (1885-1886)

Penalidade Mista x2 - Livro 5	
Tipo de castigo 2	Qtd
Detenção e ficar de pé	1
Detenção e trabalho de escrita	4
Privação de sair do Colégio e trabalho de escrita	1
Trabalho de escrita e cafua	2
Total	8

Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 5 de ocorrência (1885-1886).

De acordo com a tabela acima, podemos observar que das quatro penalidades duplas encontradas, o trabalho de escrita está presente em três delas, reforçando um modelo escolar que não apenas instruía e formava seus alunos, mas, que estabelecia comportamentos e valores que se articulavam em torno de formas sociais tramadas por meio de práticas de escrita, através da repetição dos exercícios e da memória, das cópias de trechos de antologias. “A pedagogia do exercício formou-se através do papel atribuído aos manuais, aos trechos dos grandes textos a serem imitados, aos programas e práticas que limitavam a diversidade de experiências e personalidades” (SOUZA, 2000, p. 90). Conforme demonstra a tabela acima, a detenção juntamente com o trabalho de escrita foi a penalidade considerada “dupla” com maior destaque, assim como ocorreu com o livro anterior, que apresentou uma maior quantidade de vezes para esse tipo de castigo.

Ao cotejarmos as informações extraídas dos tipos de castigos aplicados no livro 5, com o Regulamento do Imperial Colégio de Pedro II para o período compreendido pelo mesmo livro (1885 – 1886), seguimos nos embasando no Decreto n. 2006, de 24 de outubro de 1857. Este foi utilizado para todos os livros até o momento investigados.

Ao compararmos os castigos elencados no Decreto de 1857, com os castigos levantados no livro de ocorrência 5, verificamos que poucos se mantiveram de acordo com o que estava prescrito na Lei, conforme já havíamos observado no livro anterior. As repreensões e admoestações puderam ser observadas nos livros 1, 2 e 3 enquanto no livro 4, elas não foram encontradas e, no livro 5, ela volta a surgir. Percebemos, pelos livros de ocorrência, que outros meios de castigar os alunos foram sendo incorporados nas práticas disciplinares da instituição com o passar dos anos. Como exemplos, podemos citar as detenções e as privações de recreio que ganharam destaque no livro 3, enquanto as detenções e as retenções passaram a ser os castigos mais recorrentes do livro 4, embora elas nem estivessem listadas no referido Decreto.

Omissões também se fizeram muito presentes, tanto na causa que levou o discente a ser castigado, quanto no tipo de castigo adotado, como vimos nos livros 4 e no atual livro 5. Inclusive, para este último livro, o destaque foi para o descritor “não mencionado”, seguido das detenções e dos trabalhos de escrita. Mesmo ocorrendo de forma sutil, já é possível observarmos pequenas rupturas e permanências nos tipos e nas causas dos castigos encontrados nos cinco livros até aqui examinados.

As tarefas de trabalho que foram encontradas no livro anterior, não especificavam se estas ocorriam nas horas de recreação. Exemplo: “O aluno Augusto da Costa foi castigado com 2h de trabalho escrito” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 5, 1886, p. 78). “A aquisição da escrita no século XIX significou a aquisição de um documento de identidade que atestava a passagem para a modernidade” (ARRIADA, 2012, p.87). Para além de seu lugar como componente do ensino e objeto a ser ensinado, a escola também pode se utilizar da escrita como forma de castigar os seus alunos, ou seja, como um dispositivo disciplinar, conforme observamos no Imperial Colégio de Pedro II.

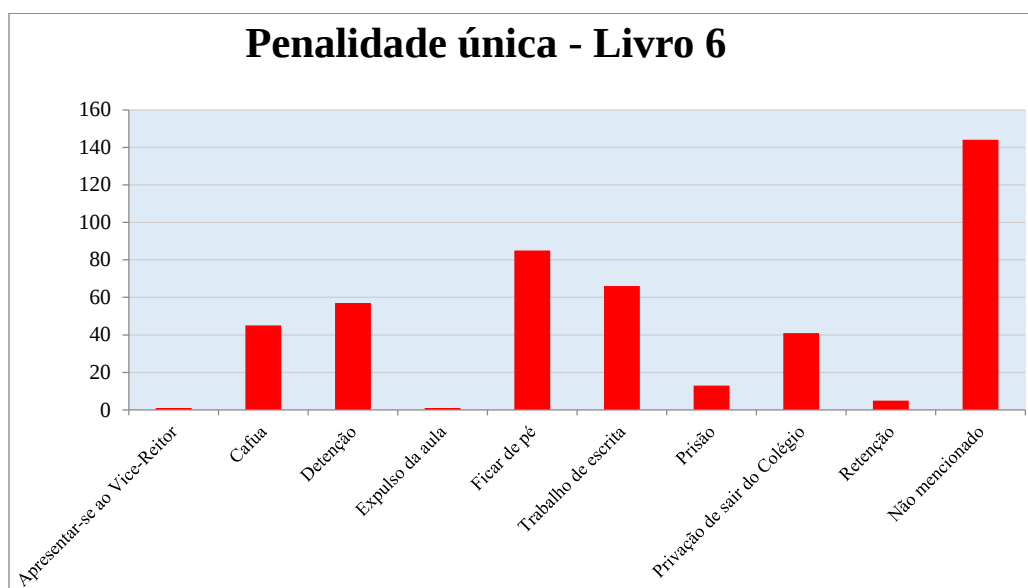
O quarto item do Artigo 25 do Decreto n. 2006, de 24 de outubro de 1857, diz respeito aos castigos que excitam o vexame. Para este tipo de castigo, também encontramos no livro de ocorrência 5 o “ficar de pé”.

A prisão também foi encontrada no livro 5, porém, não com tarefa de trabalho em célula, como consta no Decreto. Também notamos a presença da cafua no referido livro. Dessa forma, a cafua também poderia ser considerada um castigo vexatório.

Não foram encontrados, no livro de ocorrência 5, comunicação aos pais para castigos maiores e nem casos de expulsão, assim como “penalidades triplas”.

Quanto aos tipos de castigos encontrados no livro 6, temos os seguintes:

Gráfico 22: Tipos de castigos - “Penalidade única” - Livro 6 (1886-1887)



Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 6 de ocorrência (1886-1887).

De acordo com o gráfico acima, notamos que o descritor “não mencionado” teve o maior destaque. Em segundo lugar, temos o “ficar de pé” como o tipo de castigo mais recorrente, diferentemente do que encontramos no livro 5, em que a “detenção” ocupava essa posição. Apesar do livro 6 ser continuação do livro 5, notamos, mais uma vez, diferenças nos tipos de castigos mais recorrentes. Em terceiro lugar, temos o “trabalho de escrita”, com sessenta e seis ocorrências. Houve uma diminuição na quantidade de “trabalhos de escrita” aplicados aos alunos no período de 1886 a 1887, se compararmos com o livro anterior.

Notamos a permanência de alguns tipos de castigos, como a maioria transcrita acima, porém, percebemos rupturas entre um livro e outro, principalmente para os livros que apresentam uma sequência serial (livro 4 ao 6). Novos castigos surgem, como, por exemplo, apresentar-se ao Vice-Reitor (livro 6) e outros saem de cena, como foi o caso da repreensão (livro 5) e da privação de recreio (livro 4). Como podemos notar, permanências e rupturas são constantemente detectadas em nossas fontes, seja com relação às causas dos castigos, aos tipos de castigos, aos inspetores que estavam à frente da disciplina dos alunos, enfim, ao conjunto de variáveis com as quais trabalhamos na presente pesquisa.

Para os tipos de castigos considerados “penalidades duplas”, encontramos:

Tabela 35: Tipos de castigos – “Penalidade dupla” – Livro 6 (1886-1887)

Penalidade Mista x2 - Livro 6	
Tipo de castigo 2	Qtd
Detenção e trabalho de escrita	17
Privação de sair do Colégio e detenção	1
Privação de sair do Colégio e ficar de pé	2
Privação de sair do Colégio e trabalho de escrita	3
Trabalho de escrita e ficar de pé	1
Total	24

Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 6 de ocorrência (1886-1887).

Como podemos observar na tabela acima, a detenção juntamente com o trabalho de escrita foi a penalidade considerada “dupla” com maior destaque, assim como ocorreu com o livro anterior, que apresentou uma maior quantidade de vezes para esse tipo de castigo. Além disso, notamos que das cinco penalidades duplas encontradas, a privação de sair do Colégio está presente em três delas, assim como o trabalho de escrita.

Ao cotejarmos as informações extraídas dos tipos de castigos aplicados no livro 6, com o Regulamento do Imperial Collegio de Pedro II para o período compreendido pelo mesmo livro (1886 – 1887), seguimos nos embasando no mesmo Decreto de 1857.

Dos sete castigos arrolados no Decreto, os dois últimos não foram encontrados nos livros de ocorrência até o momento investigados. As repreensões, dentro e fora da aula não foram localizadas no livro 6. As tarefas de trabalho continuam sendo notadas nos livros de ocorrência, porém, neles não são mencionados em que momento essa tarefa ocorre - se nas horas do recreio, nas horas de aula ou se durante a prisão ou cafua. Em alguns momentos, subentendemos que os trabalhos de escrita ocorriam durante a aula, por terem os alunos recebido notas más nas lições, como no exemplo a seguir: “Os alunos do 2º ano Freitas, Mendonça Lopes, Pedro Sanpiquet e Pedro Fernandes tiveram notas más nas lições e foram castigados com trabalho de escrita a pedido do professor Halbout” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 6, 1887, p. 26). Porém, os trabalhos de escrita não estavam atrelados exclusivamente as notas más recebidas durante as lições. Ausentar-se do estabelecimento sem licença, mau comportamento, gazar durante a aula, subir nos aparelhos de ginástica são algumas causas que também levavam os alunos ao castigo escrito.

Os “castigos que excitam o vexame”, não informa quais seriam esses castigos, porém, de acordo com os livros de ocorrência investigados, esses castigos parecem estar vinculados

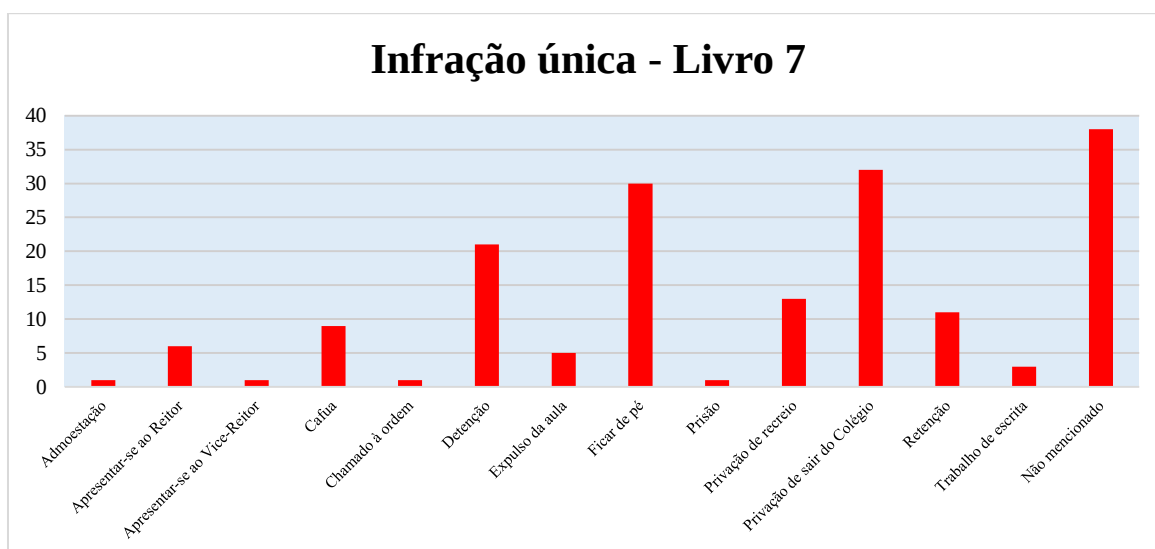
ao “ficar de pé” e a cafua.

A prisão também foi encontrada no livro 6. Muitas vezes o motivo que levou o aluno ao castigo citado não foi revelado, porém, foi possível observar diferentes causas que levavam o aluno à prisão, principalmente, situações em que ocorriam brigas, desrespeito ao colega ou à autoridade competente e, desobediência. Também observamos casos em que o não cumprimento de um castigo anteriormente aplicado, levava-os à prisão, como no exemplo a seguir: “O aluno Silva Gralha foi recolhido a prisão no Externato por 1h por não ter cumprido o castigo no dia 07/05/1887” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 6, 1887, p. 34).

A tarefa de trabalho em célula, que está associada a esse castigo no Regulamento do Colégio não foi encontrada no livro 6. Como vimos na tabela referente as “penalidades duplas”, os trabalhos de escrita estavam associados à detenção, ficar de pé e privações de sair do Colégio. Não encontramos “penalidades triplas”.

Quanto aos tipos de castigos encontrados no livro 7, temos os seguintes:

Gráfico 23: Tipos de castigos - “Penalidade única” - Livro 7 (1887-1889)



Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 7 de ocorrência (1887-1889)

No gráfico acima, ainda encontramos mais casos em que o tipo de castigo não é mencionado nos registros. Porém, dois castigos se destacam dos demais. É o caso da privação de sair do Colégio, em que foram encontrados trinta e dois registros e o ficar de pé, com trinta. Também é possível notar o reaparecimento de alguns castigos, visto nos primeiros livros investigados, como é o caso da admoestação e privação de recreio. Apresentar-se ao Vice-Reitor e expulsar o aluno da aula já haviam sido registrados no livro

anterior. A detenção e a retenção, como já expliquei anteriormente, são sinônimos, mas, foram mantidas separadas seguindo o que foi encontrado no livro. Se somarmos a quantidade de ambas, teríamos o mesmo resultado encontrado para a privação de sair do Colégio. O trabalho de escrita, que nos livros 5 e 6 tinham muitos registros, cai para apenas três. Como podemos perceber, a escola vai modificando, com o passar dos anos, a sua concepção sobre os castigos. Isso é visível nos livros aqui investigados, uma vez que os castigos mais recorrentes vão se modificando de um livro para outro.

Para os tipos de castigos considerados “penalidades duplas”, encontramos:

Tabela 36: Tipos de castigos – “Penalidade dupla” – Livro 7 (1887-1889)

Penalidade Mista x2 - Livro 7	
Tipo de castigo 2	Qtd
Expulso da aula e detenção	1
Privação de recreio e ficar de pé	1
Total	2

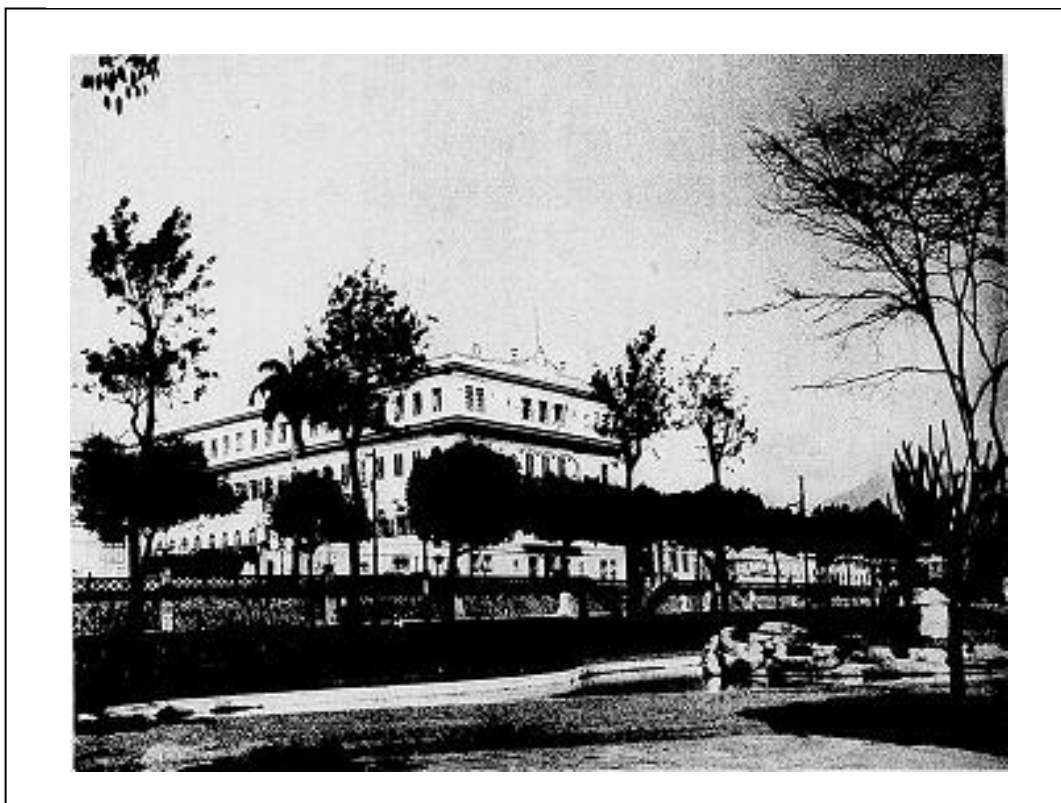
Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 7 de ocorrência (1887-1889).

Apenas duas penalidades foram encontradas. Temos o seguinte exemplo para a primeira: “O aluno Paulo de Abreu do 2º ano perturbou a aula de português do professor Pimentel e quebrou o copo da mesa do professor. Foi expulso da aula e ficou detido até 3h por ordem do Reitor” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 7, 1888, p. 65). Para o segundo caso, encontramos: “O aluno Carlos Leal do 2º ano ficou privado do recreio e 1h de pé durante a hora vaga por mau procedimento com o inspetor Mondaini, por ordem do Reitor” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 7, 1888, p. 44). Não encontramos casos com “penalidades triplas”.

Ao cotejarmos as informações extraídas dos tipos de castigos aplicados no livro 7, com o Regulamento do Imperial Colégio de Pedro II para o período compreendido pelo mesmo livro, mais uma mudança pôde ser percebida. O lançamento de um novo Regulamento: o Decreto n. 9.894, de 9 de março de 1888. Este Decreto extinguiu as matrículas avulsas, os exames vagos e a frequência livre no Colégio de Pedro II. A medida representava, entretanto, apenas um primeiro passo para a regeneração do ensino no Imperial Colégio. Para acabar de vez com o parcelamento dos estudos seria preciso suprimir o sistema de exames finais por disciplina, instaurado em 1870 com a Reforma Paulino de Souza,

vigente desde então. Será esse Decreto que irá embasar os meios disciplinares do livro 7 de ocorrência. Foi, também, em 1888 que o Internato fora transferido para o bairro de São Cristóvão, no Rio de Janeiro.

Figura 51: Internato do Imperial Colégio de Pedro II



Fonte: Revista da Semana, 1937, p. 33

Com relação ao Decreto 9.894, de 9 de março de 1888, um artigo chama-nos a atenção. É o artigo 11, que diz: “Os Reitores velarão por que não se admita o abuso de apostilas, de cópias, de cadernos de passar a limpo, e em geral de meios que favoreçam o trabalho maquinal e tendam a substituir o esforço de memória ao de reflexão” (BRASIL, 1888, p.2). Esse artigo do Decreto já nos faz refletir sobre a queda que teve o tipo de castigo “trabalhos de escrita” aplicados aos alunos. Se compararmos os livros anteriores com o livro 7, neste último livro só foram encontrados três casos. Essa redução parece ter relação com o artigo em questão, em que o Reitor passou a limitar o abuso das cópias. Os castigos que envolviam os trabalhos de escrita estavam atrelados a cópias de lições, trechos de gramáticas, de verbos, etc. No exemplo a seguir, temos: “Os alunos do 7º ano foram castigados com cópias da lição de grego” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 7, 1889, p.94). Esse tipo de castigo foi encontrado em ambos os estabelecimentos – Internato (através do Regulamento) e

Externato (livros de ocorrência).

A leitura do Decreto acima mencionado, nos dá indícios, em alguns de seus artigos, que o mesmo esteja voltado para os alunos internos. Destacamos, a seguir, alguns itens que corroboram com essa informação:

Art. 7º Aos alunos internos gratuitos serão fornecidos por conta do Estado enxoval e livros de estudo.

Art. 8º O enxoval que devem ter os alunos internos será marcado em uma tabela, organizada pelo respectivo Reitor, e em que não só se especificarão as dimensões e mais circunstâncias dos diferentes objetos, nenhum dos quais será aceito si não estiver nas condições requeridas, como também se estabelecerá a forma por que será prestado o dito enxoval.

Art. 9º O enxoval será renovado a proporção do uso à custa dos pais ou encarregados dos alunos, salvo si estes forem gratuitos.

Art. 12. Não será permitido aos alunos ocuparem-se no colégio na redação de periódicos e em quaisquer trabalhos da mesma natureza que possam distrai-los dos seus estudos regulares.

Art. 13. Ficam revogadas as disposições dos arts. 72 e 73 do Regulamento n. 8 de 31 de janeiro de 1838, devendo o Reitor do Internato providenciar como entender conveniente a respeito da correspondência dos alunos por meio de cartas.

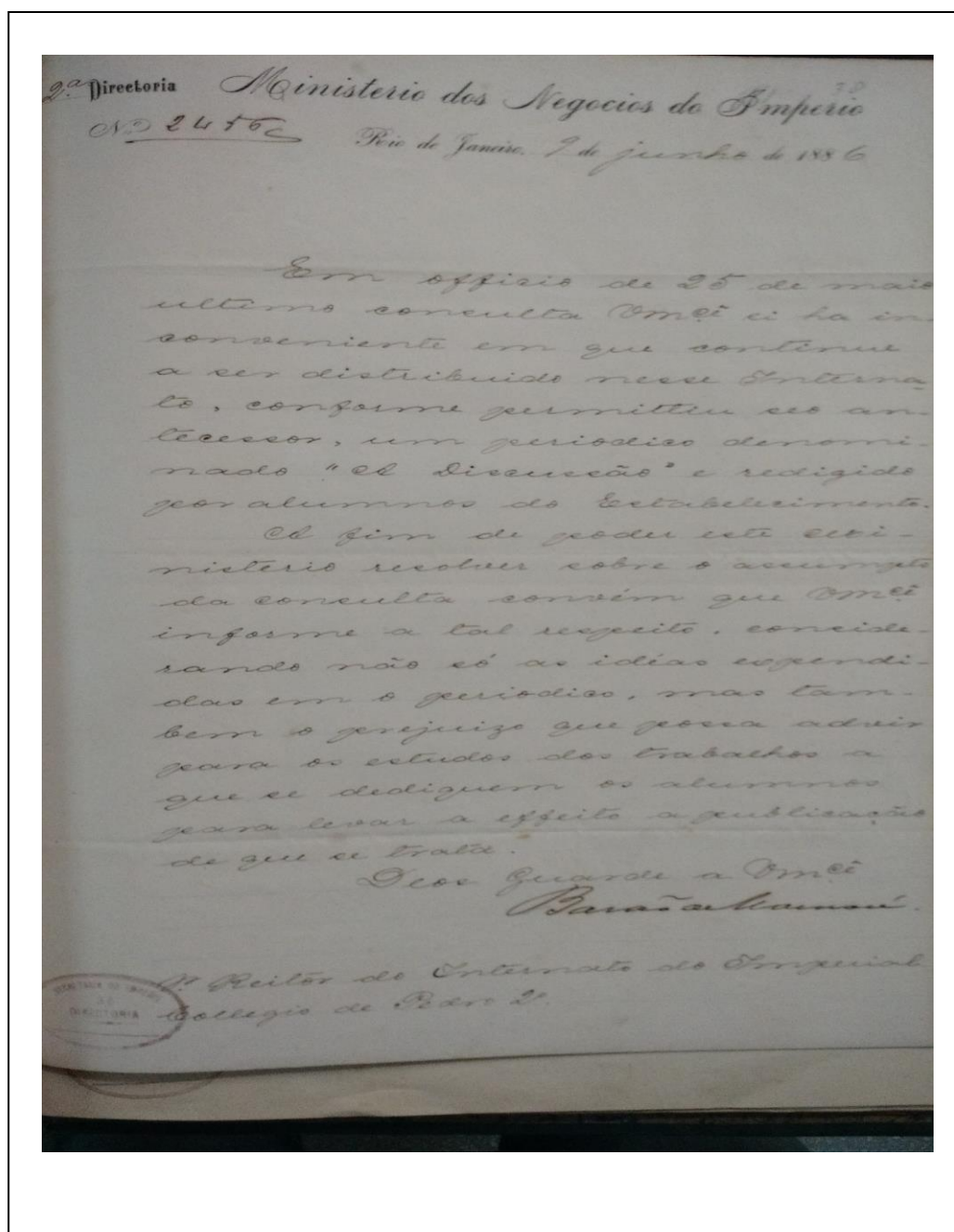
Art. 14. Os alunos não sairão senão acompanhados por seus pais ou encarregados ou por pessoas que os mesmos expressamente indicarem, salvo autorização especial deles e consentimento expresso dos Reitores.

Art. 15. Os alunos internos que, a pedido dos pais ou encarregados, não tiverem de sair, serão conduzidos a passeio.

Art. 16. Em regra geral, os alunos internos não podem sair senão aos domingos. Os mesmos alunos trajarão uniforme sempre que saírem (BRASIL, 1888, p. 2).

Como destacado acima, os artigos estão vinculados aos alunos internos. Inclusive, o artigo 12, que não permite aos alunos redigir periódicos ou qualquer outro tipo de trabalho da mesma natureza, relaciona-se com um fato ocorrido em 1886, durante a administração do então Reitor do Internato Aureliano Pimentel, sobre a publicação de jornal colegial intitulado *A Discussão*. Segue o Aviso datado de 9 de junho de 1886, conforme a figura a seguir:

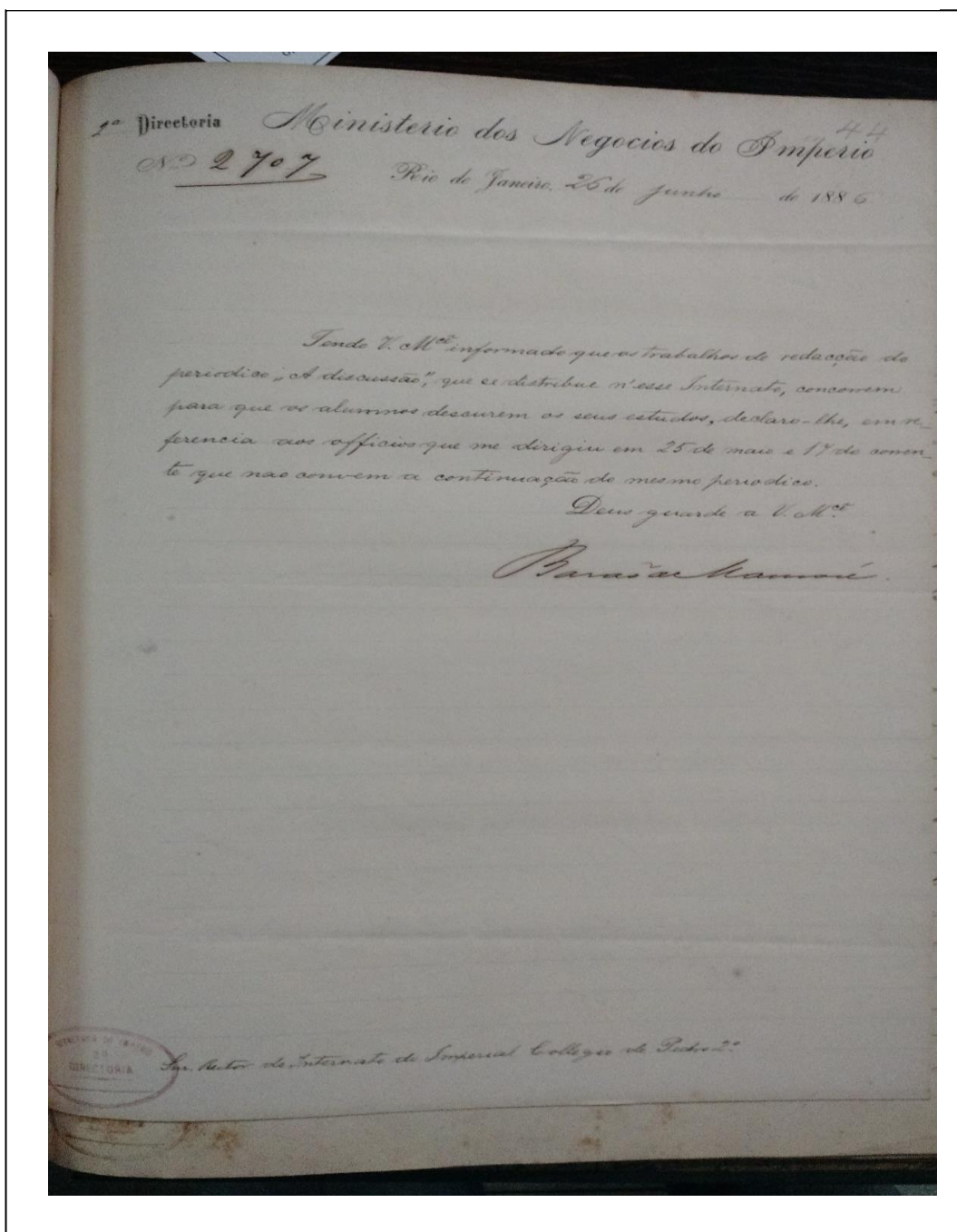
Figura 52: Ofício enviado pelo Ministro Marmoré ao Reitor do Internato



Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Ofício enviado - 1886

Alguns dias depois, em novo Ofício, datado de 26 de junho de 1886, o então Ministro Mamoré, solicita a interrupção da publicação periódica, alegando que esse tipo de trabalho poderia distrair os alunos de seus estudos:

Figura 53: Ofício enviado pelo Ministro Marmoré ao Reitor do Internato



Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Ofício recebido - 1886

Como podemos notar, após dois anos do fato ocorrido, o Regulamento torna explícito a proibição de qualquer tipo de publicação interna por parte dos alunos.

Voltando para a questão dos castigos, o mesmo Regulamento de 1888 traz os meios disciplinares impostos aos alunos internos, quais sejam:

Art. 17. Os únicos meios disciplinares, sempre proporcionados à gravidade das faltas, serão os seguintes para os alunos internos:

1º Privação de parte ou da totalidade do recreio, ou do passeio, com trabalho extraordinário, determinado de modo que aproveite ao desenvolvimento intelectual e moral do aluno, e que em nenhum caso deverá consistir na tarefa de copiar mais de uma vez lições ou quaisquer trechos destas;

2º Proibição de sair;

3º Repreensão fora ou dentro da aula;

4º Privação de parte ou da totalidade das férias;

5º Repreensão perante os alunos reunidos;

6º Exclusão do Colégio.

§ 1º Os três primeiros meios disciplinares poderão ser impostos não só pelo Reitor, como pelos professores e pelo Vice-Reitor; os últimos somente pelo Reitor, á requisição dos professores ou a bem da disciplina do estabelecimento.

§ 2º Para a exclusão do aluno precederá sempre autorização do Inspetor Geral da Instrução primária e secundária, a quem o Reitor imediatamente dará conta dos motivos que a tornam necessária; revogada a parte 4ª do art. 2º do Decreto n. 8227 de 24 de Agosto de 1881 – “Os Professores e Substitutos do Imperial Colégio de Pedro II se congregarão a convite do Inspetor Geral de Instrução primária e secundária do município da Corte, e sob sua presidência deveriam julgar, com recurso devolutivo para o Governo, que deverá ser interposto dentro de cinco dias, os delitos dos alunos que tenham de ser punidos com a pena de expulsão (BRASIL, 1888, p. 3).

O artigo 17 acima deixa claro que os meios disciplinares elencados são direcionados aos alunos internos. Como nossas fontes de pesquisa são voltadas para os alunos externos e, como o referido Regulamento não traz vestígios de que os meios disciplinares adotados sejam válidos para ambos os estabelecimentos de ensino, vamos comparar os tipos de castigos encontrados no Externato, através do livro de ocorrência, com os castigos elencados no Regulamento acima, voltado para os alunos do Internato, procurando verificar se havia pontos de confluência entre eles.

O primeiro castigo apontado no gráfico referente ao livro 7 é a admoestação. Para esse tipo de castigo, temos o seguinte exemplo: “O aluno do 5º ano Antonio Luiz de Oliveira Azevedo foi admoestado severamente pelo Reitor após queixa por escrito do professor Pimentel” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 7, 1888, p.59). Comparando com os castigos elencados para os alunos internos, não há admoestações e sim, repreensões, que poderiam ser dadas dentro ou fora da aula e perante os alunos reunidos. Mas, podemos considerá-las sinônimos, pois, ambos os castigos (admoestação e repreensão) tem a intenção de advertir alguém sobre determinada prática, atitude ou comportamento. Então, podemos dizer que, com relação ao primeiro castigo levantado em nosso livro de ocorrência, há semelhanças entre o Externato e o Internato.

Apresentar-se ao Reitor e ao Vice-Reitor, conforme verificamos no livro de ocorrência em questão, não consta na lista de meios disciplinares listados para os alunos

internos. O mesmo ocorre com a cafua e a prisão. Ambas foram encontradas nos registros do livro de ocorrência 7, porém, a prisão não é mais adotada no Regulamento de 1888 para os alunos internos. O que pode ter levado o Colégio a banir esse tipo de castigo de seus meios disciplinares? Embora não tenhamos a resposta, podemos inferir que a crise do Império, associada a “Reformas para acelerar o advento do *télos* do progresso-civilização” (MELLO, 2007, p.10) pode ter contribuído para a exclusão desse tipo de castigo.

No Decreto n. 2006, de 24 de outubro de 1857, que valia para ambos os estabelecimentos, a prisão estava presente não só no Regulamento, mas também no livro de ocorrência, como já vimos. No presente livro, temos o seguinte exemplo: “Em 17 de junho de 1889 ficaram presos por ordem do Sr. Reitor os alunos Caetano Fonseca e Adams até as 3h por terem infringido a disciplina” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 7, 1889, p.104 verso). Com relação ao exemplo descrito, há dúvidas quanto ao sentido atribuído a palavra prisão. Pode ser que a palavra “presos” esteja vinculada ao ato de mantê-los não em uma cela, mas, presos no sentido de confinados no interior do Colégio, não os deixando sair até as 3h da tarde. Como os registros não fornecem muitos detalhes, em alguns momentos geram dúvidas quanto ao descritor. Com relação a cafua, temos o seguinte exemplo: “Os alunos Amaral Vanconcellos e Fernando Araripe do 2º ano foram recolhidos à cafua. O primeiro por ter fugido do castigo e o segundo por mau procedimento no salão de estudos” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 7, 1887, p. 6). Também podemos considerar sinônimos a cafua e a prisão, pois, constituíam lugares isolados, mantendo os alunos afastados dos demais. Estes castigos não constavam no Regulamento de 1888 para os alunos internos, como vimos acima. Mas, a prisão estava presente no Regulamento do ano de 1857 que vem embasando o cotejamento dos livros anteriores.

Outros cinco castigos que encontramos no livro 7, tais como: chamado à ordem, detenção, expulsão da aula, ficar de pé e retenção, não estão listados no Regulamento de 1888. Estes marcam as diferenças encontradas entre as duas fontes aqui cotejadas para o Internato (o Regulamento) e o Externato (o livro de ocorrência 7).

Quanto aos castigos listados em 1857, presentes no Decreto n. 2.006, que valia para ambos os estabelecimentos de ensino, não encontramos a detenção e a retenção. Os outros dois, como o ficar de pé e a expulsão da aula poderiam ser enquadrados nos castigos que incitassem o vexame.

Um outro castigo que conflui em ambos os estabelecimentos, Internato e Externato é a privação de recreio, que, já tinha aparecido nos primeiros livros de ocorrência (Livro 1 ao

4) e somente em 1888 é possível notá-lo como prática disciplinar oficial no Imperial Colégio de Pedro II.

Por fim, a privação de sair do Colégio que foi o destaque dos tipos de castigo encontrados no livro de ocorrência 7, não aparece da mesma maneira no Regulamento de 1888 para os alunos internos. Embora ambos tratem sobre a saída dos alunos, para os internos o efeito de sentido atribuído à palavra “proibição de sair” denota uma ênfase maior, de impedimento em sair em um dia específico, de interdição total. Assim, não podiam ter acesso aos extramuros do Colégio. Ao contrário dos alunos externos, que, embora ficassem privados de sair do Colégio, essa privação de saída não era tão rígida e tinha um tempo de duração, conforme podemos ver no exemplo a seguir: “Os alunos do 3º ano Araripe, Barros Accioli e Reis ficaram privados de sair do Colégio por 1h” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 7, 1888, p. 19).

Uma outra observação importante com relação aos trabalhos de escrita, que, conforme apontamos anteriormente, tiveram uma queda significativa nos registros do livro 7, consiste no fato de que há uma designação explícita no Regulamento de 1888 (Art.17 §1º), limitando a realização dessa tarefa: “em nenhum caso deverá consistir na tarefa de copiar mais de uma vez lições ou quaisquer trechos destas” (BRASIL, 1888, p.3). A cópia, portanto, das lições ou trechos destas não poderia ser realizada mais de uma vez. Isso tem relação com os castigos que encontramos em livros anteriores, como no livro 1, conforme o exemplo a seguir: “O aluno Félix José da Silva do 2º ano, por não dar conta de suas obrigações foi castigado com a cópia da lição de Latim com a sua tradução quatro vezes”⁶³. Ou seja, trinta anos após os trabalhos de escrita, nos livros de ocorrência, estarem sendo executados com cópias das lições por várias e repetidas vezes, executadas por horas ou dias no interior do estabelecimento, foi limitada a uma única vez, no ano de 1888.

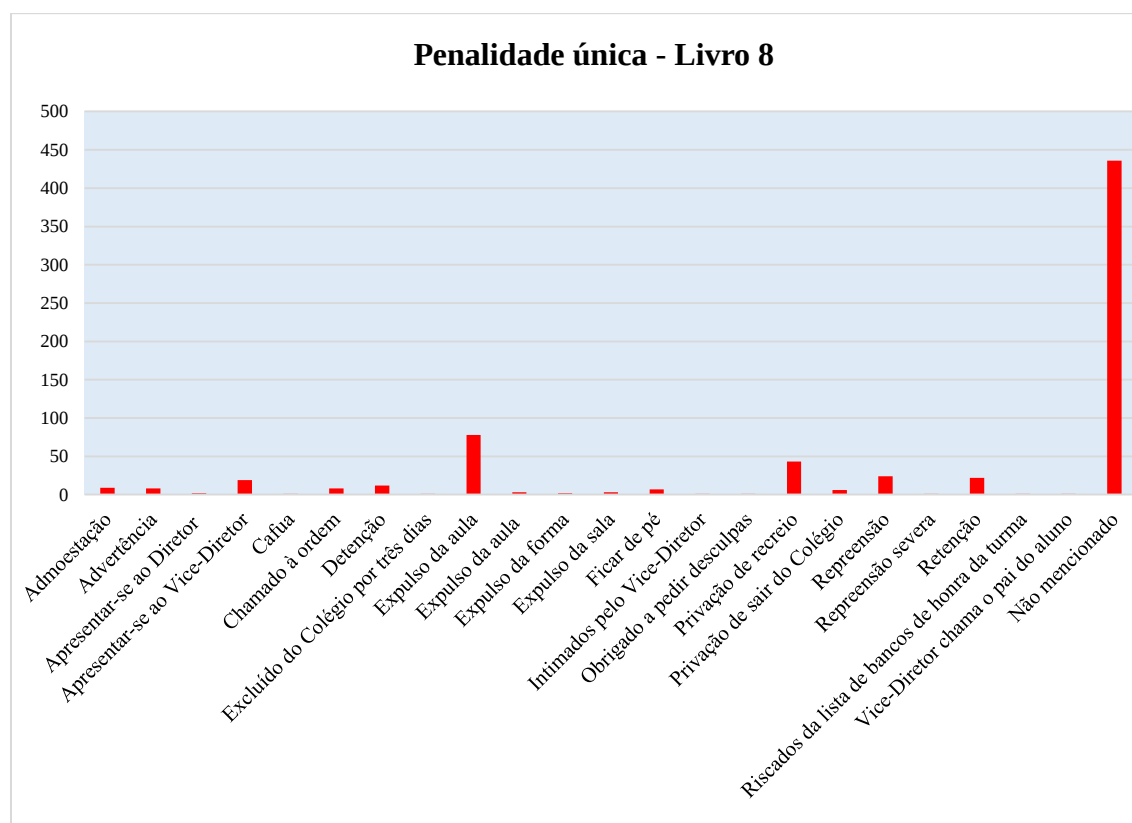
Comparando os dois Regulamentos que tratam dos meios disciplinares no Imperial Colégio de Pedro II, sendo o de 1888 explicitamente voltado para os alunos internos, encontramos semelhanças entre eles. No Regulamento de 1888 foram aglutinados em um único item, a repreensão dentro e fora da aula (item 3º). No Regulamento de 1857, a repreensão era desmembrada em dois itens (1º - Repreensão fora da aula; 2º - Repreensão dentro da aula). O 3º item que tratava da tarefa de trabalho nas horas de recreação, no Regulamento de 1857, virou o 1º item do Regulamento de 1888. No 4º item do Regulamento

⁶³ Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 1 de ocorrência (1858-1859). p. 60.

de 1857, que trata sobre alguns castigos que excitam o vexame, torna-se o item 5º do Regulamento de 1888, marcado pela repreensão perante os alunos reunidos. A prisão e a comunicação aos pais para castigos maiores anteriormente encontradas, desaparece do Regulamento de 1888. A expulsão torna-se exclusão, fechando os itens dos meios disciplinares instituídos. Semelhanças e rupturas são percebidas constantemente nos livros de ocorrência em pauta, e, também, nos Regulamentos que aqui estão sendo cotejados.

Os tipos de castigos encontrados no livro 8 também são bastante diversificados. Reunimos as informações coletadas no gráfico a seguir:

Gráfico 24: Tipos de castigos – “Penalidade única” - Livro 8 (1891-1898)



Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 8 de ocorrência (1891-1898).

No livro 8, embora quase todas as causas tenham sido mencionadas, o mesmo não aconteceu com os tipos de castigos. Este livro é, sem dúvida, o que contém mais registros em que o tipo de castigo não foi mencionado, com um total de quatrocentos e trinta e seis casos. Será que foi intencional não os mencionar ou será que a indisciplina era tanta que não havia tempo hábil para anotá-los? Percebemos que os autores dos registros do livro 8 davam mais ênfase às causas do que aos castigos aplicados aos alunos.

Embora não tenhamos a resposta para a pergunta acima elaborada, é certo perceber, pelos tipos de castigos que foram levantados, uma mudança de conduta das autoridades escolares a respeito da punição desses alunos.

Embora alguns castigos permaneçam, como, por exemplo, a cafua, o ficar de pé, a detenção, a retenção, novos elementos surgem, como, por exemplo, riscar os nomes dos alunos da lista de bancos de honra e chamar o pai do aluno. Para esses dois casos, temos os seguintes exemplos: “Os alunos Nicolau Francisco de Oliveira, Odenato de Moura e Arnaldo Carlos Rodrigues de Vasconcellos foram riscados da lista de bancos de honra da turma por terem desacatado o inspetor” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1895, p. 134-35); “O aluno Albino Teixeira de Mesquita teve mau procedimento. O Vice-Reitor mandou chamar o pai do aluno e com ele se entendeu a respeito do mau procedimento do filho” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1892, p. 64).

Estes castigos, até então, não havia surgido em nenhum outro livro, o que nos faz perceber o quanto era dinâmico esse universo disciplinar. O castigo que mais teve destaque, excetuando-se a categoria “não mencionado”, foi o tipo “expulso da aula”, que difere das outras duas categorias tidas como “expulsão”, pois uma tem relação com a expulsão da forma, e, a outra, com a expulsão da sala, que ora se refere a sala de aula, ora se refere a sala de estudos. Como exemplos, temos: “Os alunos Odenato de Moura, Antonio de Faria e Arnaldo de Vasconcelos foram expulsos da aula de música pelo professor e estiveram de castigo no corredor, por ordem do Vice-Reitor” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1893, p.120); “Os alunos Gregorio Lopes de Azevedo, M. de Aragão, Gastão da Costa Fernandes, Antonio Alves Meira Junior foram expulsos da sala de estudos por mau procedimento” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1896, p.147); “O aluno Octavio Santos foi mandado retirar-se da forma por portar-se mal nela” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1898, p. 178).

Outro castigo que mais se destacou foi a privação de recreio, seguido da repreensão. Notamos que o Vice-Diretor recebeu em seu Gabinete alguns alunos tidos como “indisciplinados”, na tentativa de dialogar com eles e tentar conscientizá-los dos comportamentos considerados necessários para que a aprendizagem pudesse ocorrer e a disciplina reinar. Exemplo: “Os alunos Firmo de Moura, Guedes de Carvalho e Eduardo Pereira de Mello procederam-se mal na aula de desenho. Ficaram de pé na aula e foram apresentados ao Vice-Reitor” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1891, p. 22). Como este livro é o último do conjunto investigado nessa pesquisa, é possível notar claramente essa variação, em que as autoridades procuram mais advertir, admoestar, repreender, chamar a atenção

desses alunos, conversar com o pai sobre as condutas escolares. Além disso, notamos que os trabalhos de escrita não mais aparecem como penalidade única e, que os tipos de castigos categorizados como ficar de pé, privação de sair e cafua estão em menor número se comparados com o livro anterior.

Para os tipos de castigos considerados “duplos”, temos os seguintes dados:

Tabela 37: Tipos de castigos – “Penalidade dupla” – Livro 8 (1891-1898)

Penalidade Mista x2 - Livro 8	
Tipo de castigo 2	Qtd
Advertência e ficar de pé	1
Apresentar-se ao Diretor e trabalho de escrita	1
Apresentar-se ao Vice-Diretor e admoestação	1
Apresentar-se ao Vice-Diretor e Diretor	1
Apresentar-se ao Vice-Diretor e privação de recreio	2
Apresentar-se ao Vice-Diretor e repreensão	2
Apresentar-se ao Vice-Diretor e repreensão severa	1
Apresentar-se ao Vice-Diretor e trabalho de escrita	1
Censura e repreensão severa	1
Detenção e trabalho de escrita	1
Expulso da aula e apresentar-se ao Inspetor	1
Expulso da aula e apresentar-se ao Vice-Diretor	4
Expulso da aula e ficar de pé	2
Ficar de pé e apresentar-se ao Vice-Diretor	1
Privação de recreio e de sair	1
Privação de recreio e ficar de pé	2
Privação de recreio e trabalho de escrita	1
Repreensão e privação de recreio	1
Repreensão e trabalho de escrita	1
Total	26

Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro 8 de ocorrência (1891-1898).

Como podemos observar na tabela acima, as apresentações dos alunos ao Diretor ou ao Vice-Diretor vinham acompanhadas de admoestações, repreensões, privações de recreio, ficar de pé e trabalhos de escrita, dependendo da gravidade da falta cometida. Interessante destacar que o trabalho de escrita surge apenas como “penalidade dupla” e não mais como “penalidade única”. As expulsões da aula poderiam vir acompanhadas de ficar de pé ou de apresentar-se a alguma autoridade, como o Vice-Diretor ou o inspetor, por exemplo. A

privação de recreio poderia estar associada a privação de sair, ficar de pé, trabalho de escrita e repreensão. Enfim, as combinações são múltiplas e dependiam de uma escala de penalidades.

Ao cotejarmos as informações extraídas dos tipos de castigos aplicados no livro 8, com o Regulamento do então Instituto Nacional de Instrução Secundária /Ginásio Nacional para o período compreendido pelo mesmo livro (1891 – 1898), verificamos a existência de quatro Regulamentos distintos.

O primeiro deles é o Decreto n.º 1.075, de 22 de novembro de 1890. Como o livro 8 tem início em 11 de setembro de 1891, esse Decreto vai vigorar até 1892, quando um novo surge. É o Decreto n. 1.194, de 28 de dezembro de 1892. Em seguida, há o Decreto n.º 1.652, de 15 de janeiro de 1894 e por fim, o Decreto n.º 2.857, de 30 de março de 1898. Esses quatro Decretos tratam sobre os meios disciplinares adotados no Colégio durante o Regime Republicano.

De acordo com o artigo 2º, do Decreto n.º 1075, de 22 de novembro de 1890, temos:

Art. 2º O Gymnasio Nacional é dividido em dois estabelecimentos, que se denominam Internato e Externato: o primeiro colocado fora do centro da cidade, em edifício com as necessárias acomodações, o segundo no edifício em que ora se acha o externato do Instituto Nacional de Instrução Secundária. São independentes um do outro pelo que respeita à administração, mas regem-se pela mesma lei, tem os mesmos programas e estão igualmente sujeitos à inspeção das altas autoridades do ensino. (BRASIL, 1890, p. 1).

Mesmo havendo a divisão em dois estabelecimentos de ensino – Internato e Externato- o Decreto deixa claro que ambos são regidos pela mesma Lei, com os mesmos programas de ensino e igualmente sujeitos à inspeção das autoridades de ensino. Portanto, estamos levando em consideração que os meios disciplinares destinados para um, valia também para o outro estabelecimento, uma vez que estavam regidos pela mesma Lei.

Assim, destacamos a seguir os meios disciplinares encontrados no referido Decreto:

Art. 80. Os únicos meios disciplinares, sempre proporcionados à gravidade das faltas, serão os seguintes:

- 1º, privação de parte ou da totalidade do recreio;
- 2º, privação do recreio, com trabalho, sendo o aluno obrigado a escrever sobre assunto conducente ao seu desenvolvimento intelectual e moral;
- 3º, repreensão fora ou dentro da aula;
- 4º, repreensão perante os alunos reunidos;
- 5º, enviar o aluno aos pais, afim de corrigi-lo;
- 6º, exclusão do Gymnasio.

§ 1º Os três primeiros meios disciplinares poderão não só ser impostos pelo reitor,

como pelos lentes, pelos professores e pelo vice-reitor; os últimos somente pelo reitor, a requisição dos lentes e professores ou a bem da disciplina do estabelecimento.

§ 2º No caso de exclusão do aluno, dará o reitor imediatamente conta ao inspetor geral dos motivos que o levaram a aplicar aquela pena.

§ 3º De acordo com os princípios da moderna educação, aplicará o reitor as penas que julgar convenientes, evitando sempre todo o castigo deprimente da dignidade humana, e estabelecendo meios de provocar e desenvolver a emulação e os mais sentimentos nobres dos alunos, cuja direção lhe é confiada.

§ 4º Na administração das penas 1ª e 2ª haverá sempre parcimônia, ditada pela necessidade do repouso intelectual do aluno e pelas exigências da educação física, que deve merecer a particular atenção das autoridades do estabelecimento (BRASIL, 1890, p. 17).

Como quatro Decretos diferentes foram elaborados para o período abrangido pelo livro 8, tivemos que separar os tipos de castigos encontrados em cada ano especificamente para, posteriormente, cruzarmos com as informações de cada Regulamento acima vigente.

Para o ano de 1891 e 1892, encontramos os seguintes castigos registrados no livro 8: admoestação, apresentar-se ao Vice-Diretor, Apresentar-se ao Vice-Diretor e privação de recreio, apresentar-se ao Vice-Diretor e repreensão severa, cafua, chamados à ordem, ficar de pé, ficar de pé e apresentar-se ao Vice-Diretor, privação de recreio, repreensão, repreensão severa e chamar o pai do aluno. Ao todo, foram doze tipos de castigo regidos pelo Decreto n. 1.075, de 22 de novembro de 1890. Cruzando os tipos de castigos citados com o Decreto, apenas dois castigos convergem: a privação de recreio e a repreensão. O Decreto menciona que os três primeiros meios disciplinares poderiam não só ser impostos pelo Reitor, como pelos lentes, pelos professores e pelo Vice-Reitor⁶⁴. Mas, os inspetores também foram peça chave na manutenção da ordem e da disciplina no Externato, muitas vezes sendo por eles repreendidos.

Ainda durante a gestão do Reitor Monsenhor Luiz Raymundo da Silva Britto, em setembro de 1891, encontramos uma solicitação do Reitor ao Inspetor Geral de Ensino, pedindo a exclusão do aluno do estabelecimento, conforme consta o § 2º do Decreto acima citado. Vejamos, a seguir, o conteúdo do pedido, na forma abaixo transcrita:

⁶⁴ Foi o Decreto n. 1.194, de 28 de dezembro de 1892 que modificou a nomenclatura de Reitor para Diretor e de Vice-Reitor para Vice-Diretor.

Figura 54: Transcrição pedido de exclusão aluno

Reitoria, em 5 de setembro de 1891

Ao Senhor Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária da Capital dos Estados Unidos do Brasil.

Tendo o aluno gratuito do terceiro ano deste Externato Themístocles Soares de Albuquerque Leão Filho se tornado por seu mau procedimento impossível de continuar a conservar-se como aluno, e sendo ultimamente encontrado em ato de imoralidade na própria sala, em ocasião de aula, pelo professor de Latim, Dr. Vicente de Souza, que por escrito trouxe o fato ao meu conhecimento, resolvi excluí-lo do Gymnasio, o que levo ao vosso conhecimento de conformidade com o disposto no § 2º do Artigo 80 do Regulamento de 22 de novembro de 1890. Assinado,

O Reitor, Monsenhor Luiz Raymundo da Silva Britto.

Fonte: Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Livro de Comunicação interna (1891-1897)

Conforme revelou o Reitor em sua solicitação, o aluno do terceiro ano que era gratuito foi expulso do Ginásio Nacional por imoralidade, como destacou. Como os motivos que levavam a exclusão não eram mencionados no Decreto, encontramos pelo menos uma das razões para tal medida. Ao que podemos subentender, várias foram as tentativas realizadas para corrigir o dito aluno, porém, não houve solução para o caso, sendo ele então expulso do educandário. O professor de Latim, Vicente de Souza, foi fundamental para que o procedimento da exclusão fosse realizado, uma vez que foi ele o denunciante.

Luiz Raymundo da Silva Britto, Reitor do Externato, seria substituído em janeiro de 1892 por José Veríssimo Dias de Mattos. Este foi o ano em que as denominações de Reitor e Vice-Reitor foram substituídas pelas de Diretor e Vice-Diretor. No Internato, estava à frente João Capistrano Bandeira de Mello, que foi substituído por Paranhos de Macedo em 1890, permanecendo no cargo até o ano de 1891, quando o Internato passou por nova direção, sendo substituído por Alfredo Piragibe.

Também nos chama a atenção os parágrafos supracitados no Decreto acima (§ 3º e 4º). No terceiro, informa que “de acordo com os princípios da moderna educação, o reitor aplicará as penas que julgar convenientes, *evitando sempre todo o castigo deprimente da dignidade humana e estabelecendo meios de provocar e desenvolver a emulação e os mais sentimentos nobres dos alunos*” (BRASIL, 1890, p. 17). Podemos inferir que o castigo

deprimente da dignidade humana referendado no Decreto fazia alusão aos castigos corporais (físicos). Quanto aos castigos morais, de caráter vexatório, estes estavam explicitamente presentes no ano de 1857, de acordo com o item 4º - “alguns castigos que excitam o vexame”. Embora não mencionassem quais seriam, encontramos vários exemplos presentes nos livros de ocorrência. No Decreto de 1890, esse vexame não deixa de existir, mas há uma outra conotação, conforme disposto no item 4º “repreensão perante os alunos reunidos”. Parece que o vexame estava vinculado a um único tipo de castigo, de forma a constranger o aluno infrator na frente de outros alunos reunidos. A emulação é claramente apontada como uma estratégia das autoridades para que o comportamento exemplar e as boas maneiras prevalecessem em prol do bom desempenho dos futuros cidadãos, inculcando-lhes os mais nobres sentimentos.

No Relatório da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, referente ao ano de 1891, há um item totalmente dedicado a disciplina. Este registro está voltado para o Internato do Ginásio Nacional. Nele é visível a intenção de estimular nos alunos os mais nobres sentimentos, de modo a formar o caráter dos mesmos:

Salvo uma ou outra irregularidade própria da juventude, incidente algum notável há ocorrido contra a ordem e a disciplina. E sobre este assunto tenho a dizer que nada conheço mais difícil e delicado em matéria pedagógica. Longe estamos do regime colonial das escolas, e lamento que em nossa terra ainda muitos entendam que o terror é o princípio de disciplina.

Como a nota dominante do concerto, a voz do preceptor se deve, de quando em quando, fazer ouvir na classe ou no colégio, com gravidade repassada de brandura. Falar alto é meio de se fazer ouvir, mas não de se fazer escutar. Falar à inteligência e à razão do menino, *despertar-lhe os sentimentos de dignidade, inspirar-lhe a linha do caráter afetuoso e constante; dar-lhe exemplo de ações corretas, de maneiras polidas, ser benévolo e firme, bom e justo, temperar oportunamente a energia com a doçura, tais são os mais excelentes meios disciplinares.*

Nada de arrebatamentos por parte do preceptor contra o discípulo. Na voz irascível daquele vê este uma como explosão de vingança; e a disciplina tem por fito, não tratar, mas corrigir.

Evite-se toda a punição deprimente da dignidade humana; e quando, esgotados todos os *meios morais* de que trato, e outros elementos salutaros que o verdadeiro pedagogo sabe descobrir e aplicar, não se puder corrigir o menino, então seja este considerado não como um ente perdido, mas como uma vítima de enfermidade moral. Seja o pobre incorrigível *entregue aos cuidados da medicina mental*; pois a força não compete substituir a razão.

O espírito como o corpo tem suas deformidades; e não sei o que é mais deprimente, se o menino sofrer a violência, se o instituidor praticá-la.

Inspirado nas ideias que acabo de expor, é que sempre tenho ordem e disciplina nesta casa desde o tempo em que servi de inspetor de alunos até hoje. (BRASIL, 1891, p. 115).

A privação de parte ou da totalidade do recreio, acrescidas de trabalho de escrita, deveriam ser administradas com cautela, ditadas pelas exigências da educação física e pela

necessidade do repouso do aluno. Como vimos em livros anteriores, o trabalho de escrita era excessivamente exaustivo, copiando-se por horas ou dias o mesmo verbo ou a mesma lição. Esse regulamento traz novos elementos, refletindo as diversas mudanças pela qual estava passando a sociedade à época retratada: transição da Monarquia para a República, fim da escravidão, início do trabalho assalariado e da industrialização no país. Neste contexto, a instrução pública tinha como objetivo formar novos cidadãos para uma outra realidade social. Não é à toa que os próprios meios disciplinares vão se modificando, numa clara intenção de tornar os alunos mais conscientes de seus atos. A prisão, que apareceu muitas vezes no Regulamento, sai de cena, embora tenhamos encontrado a cafua em 1892 como um tipo de castigo ainda em vigor. Exemplo: “O aluno Luiz de Paula foi preso na cafua no intervalo por dar uma bofetada na cara de Albino Teixeira de Mesquita no recreio como confessou na presença do Vice-Reitor” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1892, p. 65). Curioso destacar o castigo representado pelo 5º item do Regulamento – enviar os alunos aos pais para corrigi-los. Assim, a escola transfere aos pais a responsabilidade de corrigir seus filhos, se resguardando de possíveis acusações no âmbito do conjunto das relações disciplinares.

Em 1892, um Decreto datado de 2 de fevereiro extinguiu o Internato, substituindo-o por 2º Externato, sujeito as disposições do 1º e funcionando no edifício do extinto Internato sem modificação de pessoal docente ou administrativo. As duas seções, Externato e Internato, passaram a existir apenas na forma de Externato. Assim, em 28 de dezembro de 1892, um novo Decreto é baixado de forma a aprovar o novo regulamento para o Ginásio Nacional. Desse modo, o citado Decreto é totalmente voltado para o Externato. Em 30 de setembro de 1893, pelo § 5º do art. 2º da Lei n.º 191 B, o 2º Externato voltou a ser convertido em Internato. Assim, o Decreto n. 1.194, de 28 de dezembro de 1892 irá reger os tipos de castigos encontrados no livro de ocorrência para todo o ano de 1893, uma vez que em janeiro de 1894 um novo Decreto é lançado, como veremos adiante.

De acordo com o Decreto n.º 1.194, de 28 de dezembro de 1892, os meios disciplinares são:

Art. 85. Os únicos meios disciplinares, sempre proporcionados à gravidade das faltas, serão os seguintes:

- 1º Privação de parte ou da totalidade do recreio;
- 2º Privação do recreio, com trabalho, sendo o aluno obrigado a escrever sobre assunto conducente ao seu desenvolvimento intelectual e moral;
- 3º Repreensão fora ou dentro da aula;
- 4º Repreensão perante os alunos reunidos;
- 5º Enviar o aluno aos pais, afim de corrigi-lo;
- 6º Exclusão do Gymnasio.

§ 1º Os três primeiros meios disciplinares poderão não só ser impostos pelo diretor como pelos lentes, pelos professores e pelo vice-diretor; os últimos somente pelo diretor, à requisição dos lentes e professores ou a bem da disciplina do estabelecimento.

§ 2º No caso de exclusão do aluno, dará o diretor imediatamente conta ao ministro, dos motivos que o levaram a aplicar aquela pena.

§ 3º De acordo com os princípios da moderna educação, aplicará o diretor as penas que julgar convenientes, evitando sempre todo o castigo deprimente da dignidade humana, e estabelecendo meios de provocar e desenvolver a emulação e os mais sentimentos nobres dos alunos, cuja direção lhe é confiada.

§ 4º Na administração das penas 1ª e 2ª haverá sempre parcimônia, ditada pela necessidade do repouso intelectual do aluno e pelas exigências da educação física, que deve merecer a particular atenção das autoridades do estabelecimento. (BRASIL, 1892, p. 17).

Como podemos ver acima, os meios disciplinares trazidos no Decreto de 1892 são exatamente os mesmos do Decreto anterior (1890), não sofrendo nenhuma modificação. Para os tipos de castigos encontrados no livro de ocorrência 8, referente ao ano de 1893, temos: chamado à ordem, expulsão da aula, expulsão da sala, ficar de pé, privação de recreio, privação de recreio e ficar de pé, repreensão.

Cotejando as informações do Decreto de 1892 com os tipos de castigos encontrados no livro 8, apenas dois castigos são comuns: a repreensão e a privação de recreio. Mas, como vimos nos livros de ocorrência, outros castigos foram encontrados, sem que estivessem prescritos no Regulamento.

O ano de 1894 será regido por outro Decreto. É o de n.º 1.652, de 15 de janeiro. Por ele, o Regulamento aprovado é todo destinado ao Internato do Ginásio Nacional, uma vez que havia sido restabelecido em setembro de 1893.

Os meios disciplinares do citado Decreto são:

Art. 34 – Os meios disciplinares, sempre proporcionados à gravidade das faltas, serão os seguintes:

1º, notas más nas listas de aulas;

2º, exclusão momentânea da aula ou do campo de exercício;

3º, privação de recreio;

4º, privação de saída;

5º, repreensão em particular ou perante os alunos reunidos do ano ou de todo o Internato;

6º, prisão em sala para isso destinada;

7º, exclusão do Internato por três a seis dias;

8º, baixa definitiva das graduações;

9º expulsão atenuada;

10º expulsão ostensiva.

§ 1º - Os dois primeiros meios serão aplicados pelos lentes, professores e instrutores; o terceiro, pelo Diretor, Vice-Diretor, lentes, professores e instrutores; os quatro seguintes, somente pelo Diretor e Vice-Diretor; o oitavo e nono por um Conselho disciplinar constituído pelo Diretor, Vice-Diretor, lentes e professores do ano e instrutores; o décimo pelo Ministro do Interior, sob proposta da

Congregação.

§ 2º - A exclusão temporária consiste em enviar-se o aluno a seu pai para este corrigi-lo. A expulsão atenuada significa que, reconhecida a necessidade da retirada do aluno, ser-lhe-há permitido, ou à pessoa que legitimamente o representar, requerer a sua exclusão do Internato (BRASIL, 1894, p. 17).

Este Regulamento, como podemos ver acima, possui muitos itens em seu artigo 34, sendo destinados exclusivamente aos alunos internos. Se compararmos os castigos acima arrolados com o Decreto anterior, de 1892, que era exclusivamente voltado para o Externato, veremos pequenas mudanças: no Regulamento anterior não havia notas más nas listas de aulas, exclusão momentânea da aula e nem privação de saída. A privação de recreio era em parte ou total, podendo ser acrescida de trabalho escrito. A repreensão era dentro ou fora da aula, também podendo ser realizada perante os alunos reunidos. Esses tipos de castigos já foram identificados, inclusive, em livros de ocorrência de anos anteriores. Quanto ao tipo de castigo “enviar os alunos aos pais, a fim de corrigi-los” verificamos que é totalmente inédito no Decreto de 1892, não aparecendo em nenhum Regulamento anterior. Em 1857, constava “comunicação aos pais para castigos maiores”. Dá para perceber uma outra conotação, se compararmos essas duas redações. Naquela, a escola se exime de tomar atitudes mais severas, passando aos pais essa responsabilidade, enquanto na redação do castigo apresentado no Regulamento de 1857, a escola apenas comunica aos pais sobre as medidas tomadas – castigos maiores. Por fim, haveria a exclusão do aluno do Ginásio. Esta exclusão não foi encontrada em nenhum dos livros de ocorrência. Esse tipo de castigo só foi localizado em outro tipo de documento, como no caso do livro de comunicação interna do Colégio.

Comparando os dois Regulamentos - de 1892 e 1894 (Externato e Internato) - percebemos que alguns castigos até se mantiveram, mas, sob uma nova redação, como, por exemplo, a privação de recreio, a repreensão e a exclusão. Esta última que era definitiva, modificou-se para de três a seis dias, consistindo em enviar o aluno para seus pais a fim de corrigi-los. Havia um item do Decreto de 1892 exclusivamente para esse tipo de castigo (item 5º). A exclusão do aluno do estabelecimento alterou-se para expulsão ostensiva. Então, como podemos ver, a mudança existe, mas é bem sutil entre os Regulamentos do Externato e Internato. Mesmo assim, percebemos que muitos castigos destinados exclusivamente aos alunos do Internato, acima elencados, estão presentes nos livros de ocorrência do Externato, anteriores, inclusive, ao ano de 1894. Como exemplo podemos citar: a exclusão momentânea da aula, a privação de saída, a repreensão e a prisão em sala para isso destinada, representada nos livros de ocorrência como *cafua*.

Como nossas fontes são exclusivamente do Externato, utilizaremos o Decreto de 1892 para fins de comparação entre os castigos encontrados no livro durante o ano de 1894 até o ano de 1898, quando um novo Regulamento será lançado: o Decreto n. 2.857, de 30 de março. Também utilizamos o Decreto de 1892 para cotejar com os tipos de castigos encontrados no ano de 1893, como já visto anteriormente.

De 1894 a 1897, encontramos registros dos seguintes tipos de castigos no livro de ocorrência: Admoestação, Advertência, Advertência e ficar de pé, Apresentar-se ao Diretor, Apresentar-se ao Diretor e trabalho de escrita, Apresentar-se ao Vice-Diretor, Apresentar-se ao Vice-Diretor e admoestação, Apresentar-se ao Vice-Diretor e Diretor, Apresentar-se ao Vice-Diretor e repreensão, Apresentar-se ao Vice-Diretor e trabalho de escrita, Censura e repreensão severa, Chamado à ordem, Detenção, Detenção e trabalho de escrita, Expulso da aula, Expulso da aula e apresentar-se ao inspetor, Expulso da aula e apresentar-se ao Vice-Diretor, Expulso da aula e ficar de pé, Expulso da forma, Expulso da sala, Ficar de pé, Intimados pelo Vice-Diretor, Obrigado a pedir desculpas, Privação de recreio, Privação de recreio e apresentar-se ao Vice-Diretor, Privação de recreio e ficar de pé, Privação de recreio e trabalho de escrita, Privação de sair do Colégio, Repreensão, Retenção, Riscados da lista de bancos de honra da turma.

Dentre os muitos castigos encontrados no livro 8 no período acima destacado, notamos vários castigos do tipo duplo (exemplo: Advertência e ficar de pé, Apresentar-se ao Diretor e trabalho de escrita, etc.). Dos castigos duplos mencionados no Regulamento de 1892, há apenas a privação de recreio aliada ao trabalho de escrita. Este, inclusive, é um dos castigos comuns, presente tanto no livro de ocorrência, quanto no Regulamento. Outros castigos encontrados em ambas as fontes são a privação de recreio e a repreensão. Os demais não são citados no Regulamento de 1892, mas, alguns deles já apareceram em livros de ocorrência anteriores. Um deles, inclusive, já fez parte dos meios disciplinares adotados em Regulamento anterior, como é o caso da admoestação. Chama a atenção o castigo em que os alunos são riscados da lista de bancos de honra da turma, conforme o exemplo a seguir:

Em 6 de junho de 1895

De ordem do Sr. Diretor foi lida a portaria abaixo transcrita em presença do Sr. Vice-Diretor, do inspetor Mondaini e dos alunos do 2º ano: - Externato do Gymnasio Nacional – Rio de Janeiro, 4 de junho de 1895 – O Diretor do Externato do Gymnasio Nacional resolve, de acordo com a resolução da Congregação do mesmo Gymnasio em sua sessão de 31 de maio findo, mandar riscar da lista de bancos de honra do segundo ano os alunos Nicolau Francisco de Oliveira, Odenato de Moura, Arnaldo Carlos Rodrigues de Vasconcellos, à vista do seu irregular procedimento no trimestre findo, principalmente pela parte que tornaram no

desacato ao digno inspetor Alexandre Mondaini. E determina mais que este ato seja lido perante, digo, ao mesmo segundo ano pelo respectivo inspetor, em presença do Sr. Vice-Diretor (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1895, p. 134 verso e p. 135).

Externato do Gymnasio Nacional, 4 de junho de 1895

José Veríssimo Dias de Mattos

Visto Dr. Castello Branco

Como podemos ver, a exclusão dos nomes dos alunos do banco de honra foi decidida durante uma sessão da Congregação, tendo em vista o comportamento irregular no trimestre dos três alunos acima mencionados (Nicolau Francisco de Oliveira, Odenato de Moura, Arnaldo Carlos Rodrigues de Vasconcellos). Está esse castigo em consonância com o que diz o item 5º do Regulamento, sendo esses alunos repreendidos perante todo o segundo ano do Externato do Ginásio Nacional.

Se compararmos os registros encontrados no livro de ocorrência, no período de 1894 a 1897 com o Regulamento de 1894, totalmente voltado para os alunos internos, teremos em comum o tipo de castigo “exclusão momentânea da aula”, identificado no livro de ocorrência como “expulso da aula”. Este, inclusive, é o tipo de castigo mais recorrente de todo o livro 8, abrangendo todos os anos. Além deste castigo em comum, há também a privação de recreio, a privação de saída do Colégio e a repreensão. Então, podemos perceber que castigos que estavam prescritos no Regulamento para os alunos do Internato faziam parte também dos castigos aplicados aos alunos do Externato.

De acordo com o Relatório da Justiça e Negócios Interiores, no ano de 1897, “a disciplina no Internato manteve-se com o preciso zelo. Uma única falta verdadeiramente grave foi cometida, tendo o aluno infrator sido punido com a pena de expulsão” (BRASIL, 1897, p. 360).

Para o ano de 1898, um novo Regulamento foi elaborado. É o Decreto n. 2.857, de 30 de março. Como os registros do livro de ocorrência iniciam-se em 31 de maio de 1898, utilizaremos o Decreto mencionado para fins comparativos.

De acordo com o citado Regulamento, a mesma Lei regia ambos os estabelecimentos, Internato e Externato, conforme mencionado a seguir:

Art. 2º - O Gymnasio Nacional continuará dividido em dois estabelecimentos sob a denominação de Internato e Externato, independentes um do outro pelo que respeita à administração. Os dois institutos, todavia, *reger-se-ão pela mesma lei*, e os seus lentes formarão uma só congregação, que será presidida em anos alternados por cada um dos diretores, na forma do art. 121.

Com relação aos meios disciplinares, estes estão assim dispostos no Decreto:

Art. 38 – Os meios disciplinares, sempre proporcionados à gravidade das faltas, serão os seguintes:

1º, notas más nas listas das aulas;

2º, exclusão momentânea da aula ou do campo de exercício;

3º, privação de recreio;

4º, privação de saída no Internato;

5º, repreensão em particular ou perante os alunos reunidos do ano ou de todo o estabelecimento;

6º, exclusão do Gymnasio Nacional por três a seis dias;

7º, suspensão dos estudos por um a dois anos, nos casos de insubordinação, parede ou prática de atos imorais;

8º, eliminação;

Art. 39 - As duas primeiras penas serão impostas pelos lentes e professores; a 3ª pelos Diretores e Vice-Diretores; as 4ª, 5ª e 6ª pelo Diretor somente; as 7ª e 8ª pelo Diretor, mediante inquérito e processo sumário, com recurso no prazo de oito dias para o Ministro do Interior.

Art. 40 – A exclusão por três a seis dias consistirá em enviar-se o aluno a seu pai ou tutor para corrigi-lo.

Os meios disciplinares prescritos no Decreto n.º 2.857, de 30 de março de 1898 é bem similar ao Decreto destinado exclusivamente aos alunos internos, publicado em 1894. No item 4º do Decreto acima, a privação de saída ganhou um complemento: “no Internato”. Ou seja, com a nova redação, este tipo de castigo articulava-se a saída do Internato e não mais a saída em ambos os estabelecimentos. No item 5º, houve também uma modificação no castigo relacionado à repreensão. Na nova redação, trocou-se o final da frase “de todo o estabelecimento”, ao invés de se manter “de todo o Internato”. O artigo 6º, que era voltado, em 1894, para a “prisão em sala para isso destinada”, foi extinto no Decreto de 1898. O artigo que correspondia em 1894 ao 7º item, passou para o 6º, tendo se modificado “exclusão do Internato” para “exclusão do Gymnasio Nacional”. O 7º item do Decreto acima é o novo elemento, o diferencial do Decreto anterior, suspendendo os estudos por um a dois anos nos casos de insubordinação e prática de atos imorais. Como vimos anteriormente, a imoralidade levou a expulsão de um aluno gratuito do Externato, no ano de 1891. Passados sete anos, a prática de atos imorais não era mais um motivo para expulsão do estabelecimento. Apenas suspendiam-se os estudos por um tempo determinado. Os itens 8º, 9º e 10º do Decreto anterior também deixam de existir no Decreto acima, sendo a expulsão ostensiva modificada para eliminação.

Não há uma explicação a respeito dos motivos que levariam um aluno a eliminação do estabelecimento no referido Decreto.

Os seguintes castigos foram registrados no livro de ocorrência para o ano de 1898: Advertência, Apresentar-se ao Vice-Diretor, Detenção, Excluído do Colégio por três dias, Expulso da aula, Expulso da forma, Privação de recreio, Privação de sair do Colégio, Repreensão, Repreensão e privação de recreio, Repreensão e trabalho de escrita.

Ao cotejarmos esses castigos com os arrolados no Regulamento, encontramos convergências entre eles. Destacamos a seguir a exclusão do Colégio por três dias, assim registrado no livro:

Em 31 de maio de 1898

Comunico ao Sr. Dr. Vice-Diretor que hoje, quando dava entrada aos alunos fui desrespeitado pelo estudante do 2º ano João Carlos Kastrup, que vinha entre outros gritando pelo meu nome, apupando-me até o interior deste Externato. A bem pois, da disciplina, deste estabelecimento rogo-vos as providências que julgardes necessário a fim de evitar a reprodução desses fatos.

O inspetor de alunos,

Alexandre Mondaini. (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1898, p. 176 verso).

Após o ocorrido, as providências foram tomadas no dia seguinte, conforme o seguinte registro:

Em 1 de junho de 1898

2º ano: Por ato de 1 de junho da Diretoria foi o aluno João Carlos Kastrup na forma dos artigos 38 e 39 excluído do estabelecimento por três dias, a contar de 2 do mesmo mês.

O inspetor, Carlos Galdino Leal. (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1898, p. 177).

Além da exclusão do estabelecimento por três dias, temos em comum, em ambas as fontes, a exclusão momentânea da aula – exemplo: “Os alunos Aureliano Machado Portella de Figueiredo e Henrique Rodrigues Teixeira tiveram mau procedimento na aula de francês. Foram expulsos da aula de francês pelo professor” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1898, p. 179); a privação de recreio – exemplo: “J. F. Hammetzer e José Pereira dos Santos tiveram mau procedimento na hora vaga de francês. Foram privados do recreio” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1898, p. 177) e a repreensão – exemplo: “Na 1ª turma do 1º ano o professor de francês deu queixa por escrito do aluno Arlindo Rodrigues Corrêa, pelo que foi o mesmo aluno repreendido e castigado pelo Dr. Vice-Diretor” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1898, p. 178).

A privação de sair do Colégio, embora estivesse atrelada ao Internato, no Decreto de 1898, também foi localizada no livro 8: “Os alunos Augusto Mario Ramos da Costa e Octavio Nascimento Silva brigaram na saída do estabelecimento. Foram privados de sair até

3h, por ordem do Diretor” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1898, p. 179). Outros castigos, que não estavam prescritos na Legislação, também faziam parte dos meios disciplinares impostos aos alunos, muitos deles resquícios de Regulamentos anteriores, como, por exemplo, o trabalho de escrita, que em 1898, aparece no livro de ocorrência associado a repreensão. O trabalho de escrita não estava mais presente no Regulamento de 1894 e nem no Regulamento de 1898, como castigo dito “oficial”.

A partir de todo o esforço de cotejar as informações presentes nos livros de ocorrência com os Regulamentos vigentes no Imperial Colégio de Pedro II/Ginásio Nacional, bem como mapear as ocorrências através da elaboração de gráficos e tabelas, ficou perceptível a existência de uma lógica disciplinar no interior desses livros de ocorrência. O estudo desenvolvido por Ratto (2007) nos ajuda a pensar que tal lógica se articula em três dimensões: da vigilância, retratada aqui pelos Reitores, Vice-Reitores, professores, inspetores e alunos; da normatização, através dos Regulamentos e, do exame, representado pelos conceitos de comportamento presentes nos livros. As dinâmicas existentes nos livros de ocorrência funcionam como peças de engrenagens de uma espécie de inquérito permanente, produzindo em seu interior diversas relações de poderes disciplinares interligadas no âmbito escolar (RATTO, 2007).

Nos muitos exemplos de ocorrências anteriormente apresentados, as admoestações, repreensões, detenções e tantos outros tipos de castigos aplicados aos discentes visam aproximá-los das normas e regras ou como padrão desejável de comportamento na escola, ajudando a manter seu ordenamento diário. Tais castigos funcionam como uma das formas utilizadas pela escola para corrigir a indisciplina e o comportamento indesejável, o que nos faz refletir sobre as considerações abordadas por Foucault (2013) com relação ao funcionamento dos poderes de tipo disciplinar.

Vimos que a escola, um lugar pulsante, repleto de significados, de formação da consciência crítica, também pode ser um local onde “crimes e pecados” podem ser cometidos (RATTO, 2007). Nesse sentido, algumas narrativas presentes nos livros de ocorrência possibilitaram aproximações com o universo jurídico e religioso, semelhante ao que foi encontrado pela autora Ana Lúcia Silva Ratto em sua pesquisa. Tomando o seu estudo como referência, as ocorrências aqui levantadas se entrelaçam ao universo jurídico, sendo, em linhas gerais, muito semelhantes a um boletim de ocorrência de uma delegacia de polícia.

Seus registros são geralmente estruturados em torno de três partes centrais, não necessariamente naquela ordem. Apresentam os dados de identificação dos alunos

envolvidos, ou seja, dos acusados; narram a situação ocorrida, essa espécie de crime cometido, muitas vezes registrando os indícios ou provas que o atestariam (marcas físicas das agressões, testemunhos, confissões, acareações, dentre outros); e explicitam as consequências, uma espécie de veredicto final com a decorrente ‘pena’, seja na forma de tudo o que já foi feito para resolver o problema, como parte das justificativas para as providências tomadas, ou como prova dos esforços da escola para o encaminhamento de soluções, seja na forma de uma ameaça do que futuramente será feito, em caso de reincidência, seja ainda na forma da providência presente, isto é, da medida que a escola efetivamente toma, diante da situação narrada. (RATTO, 2007, p. 91).

Dessa forma, os livros de ocorrência funcionam como um inquérito, na medida em que disponibilizam diversos elementos que revelam quem praticou o “crime”, por qual motivo ocorreu, em qual dia e, a partir das “provas” coletadas, cabe o julgamento final, culpando ou inocentando o indivíduo. Quando a sentença final é decretada, culpabilizando o responsável, a punição é então aplicada, sendo compatível com o delito cometido (RATTO, 2007). Como vimos, nem sempre os livros de ocorrência traziam todas essas informações, como foi possível verificar pela quantidade de causas e tipos de castigos aplicados não mencionados. Essa espécie de produção de um cenário criminoso, a partir do recolhimento das provas no cotidiano escolar podem ser denominadas de “micropoderes”, na forma de mini tribunais, conforme apontou Foucault (1996). Várias instâncias de controle fazem parte de uma rede interdependente de poder disciplinar, das quais Reitores, Vice-Reitores, professores e alunos atuam numa relação de mútua complementação.

Nestas instituições (escolas, fábricas, hospícios, dentre outras) não apenas se dão ordens, se tomam decisões, não somente se garantem funções como a produção, a aprendizagem, etc., mas também se tem o direito de punir e recompensar, se tem o poder de fazer comparecer diante de instâncias de julgamento. Este micro-poder que funciona no interior destas instituições é ao mesmo tempo um poder judiciário. [...]. O sistema escolar é também inteiramente baseado em uma espécie de poder judiciário. A todo momento se pune e se recompensa, se avalia, se classifica, se diz quem é o melhor, quem é o pior. (FOUCAULT, 1996, p. 120).

Dentro dessa dimensão jurídica, a presença das testemunhas também ressalta a importância desempenhada por elas na definição do ocorrido.

O universo religioso, por sua vez, apoia-se em narrativas em que movimentos relacionados a pedidos de desculpas, buscando o fim do castigo, é posto em prática. E, nesse sentido, não importa se há consenso entre aquele que foi castigado e o responsável por aplicar o castigo. A culpa se instaura e, em seguida, o arrependimento. “Assim, de um ponto de vista geral, nesse tipo de lógica religiosa, é preciso confessar, é preciso que cada um reconheça seus erros, por meio de sua própria voz, seu corpo, sua consciência, sua alma”. (RATTO,

2007, p. 103).

Seja no universo jurídico, ou, no universo religioso, a confissão é o elemento de ligação entre esses dois universos. Foucault (1999) a trata como parte das estratégias de produção da verdade, seja no campo jurídico, religioso ou nos demais campos de atuação humana.

A confissão passou a ser, no Ocidente, uma das técnicas mais altamente valorizada para produzir a verdade. Desde então nos tornamos uma sociedade singularmente confessanda. A confissão difundiu amplamente seus efeitos: na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas, na esfera mais cotidiana e nos ritos mais solenes; confessam-se os crimes, os pecados, os pensamentos e os desejos, confessam-se passado e sonhos, confessa-se a infância, confessam-se as próprias doenças e misérias; emprega-se a maior exatidão para dizer o mais difícil de ser dito; confessa-se em público, em particular, aos pais, aos educadores, ao médico, àqueles a quem se ama [...]. Confessa-se – ou se é forçado a confessar [...]. A obrigação da confissão nos é, agora, imposta a partir de tantos pontos diferentes, já está tão profundamente incorporada a nós que não a percebemos mais como efeito de um poder que nos coage; parece-nos, ao contrário, que a verdade, na região mais secreta de nós próprios, não demanda nada mais que revelar-se. (FOUCAULT, 1999, p. 59-60).

Os livros de ocorrência funcionam, portanto, não só como instrumentos de controle, exercido por uma rede de olhares que vigiam e colocam os alunos em constante observação, avaliação e julgamento, como também funcionam como uma prova concreta acerca dos casos infratores e das providências tomadas, objetivando identificar e corrigir os desviantes e garantir que os comportamentos esperados sejam alcançados.

No próximo e último capítulo do presente estudo, veremos como os espaços do Imperial Colégio de Pedro II/Ginásio Nacional são tratados nas tramas dos livros de ocorrências, e, também, como o tempo destinado ao cumprimento dos castigos pelos alunos são abordados.

4. ESPAÇO E TEMPO ESCOLARES REPRESENTADOS NAS TRAMAS DA ESCRITA DOS LIVROS DE OCORRÊNCIA

“O conhecimento das experiências de apropriação e representação dos espaços e tempos escolares tem a ver com a compreensão dos mecanismos de socialização da infância e com a ordem social dos adultos, e interessa, portanto, a todas as ciências humanas e sociais”. (ESCOLANO, 2000, p. 228).

O presente capítulo tem como objetivo tratar sobre a dimensão simbólica dos espaços existentes no interior do Colégio Pedro II, representados nas tramas dos livros de ocorrências, e refletir, também, sobre o tempo escolar como divisor de tarefas. O autor Viñao Frago (1998) destacou que todo espaço é um lugar percebido. Dessa forma, percebemos determinados lugares na lógica disciplinar presente no interior dos livros de ocorrências e iremos adentrá-los, no intuito de proceder investigações acerca dos usos dos espaços e do tempo no interior da escola. Conforme apontou Cunha Júnior (2010, p. 189), “os espaços podem ser interpretados como transmissores de códigos culturais que moldavam percepções e que estavam voltados para a formação e a transformação dos indivíduos”. Os referidos lugares tratados no presente capítulo representam algumas das estratégias disciplinares aplicadas aos discentes, presentes na dinâmica da vida escolar, visando reforçar ou repreender o comportamento (in)desejado, seja através das práticas de premiações, seja através das práticas de punições aplicadas em espaços designados para tal fim, fazendo uso de um tempo pré-determinado para o cumprimento de regras, deveres, castigos.

A arquitetura e o espaço escolar constituem temas de pesquisa de suma importância para a pesquisa da história das práticas educativas. “No contexto nacional, as pesquisas acerca da história da arquitetura escolar estão basicamente voltadas para o início do período republicano – primeiras décadas do século XX” (LEITE, 2016, p. 21).

À luz da função educativa do edifício-escola, Faria Filho (2000) desenvolveu um estudo detalhado sobre a cultura das construções escolares em Belo Horizonte, no período inicial da República, demonstrando que o grupo escolar correspondia a uma nova forma de organização escolar, capaz de formar o cidadão nos moldes de uma escola graduada. De acordo com Leite (2016):

[...] essa nova modalidade de escola surgiu no Brasil na década de 1890, em São Paulo e representou uma das mais relevantes transformações na educação [...]. Assim, as escolas públicas da capital mineira, paulista e de quase todas as capitais eram prédios evidentes em que a ação do governo era facilmente percebida. A linguagem arquitetônica era utilizada para materializar as aspirações culturais e políticas do regime vigente (LEITE, 2016, p. 22-23).

Outro pesquisador da História da Educação que também discorreu sobre os grupos escolares foi o autor Marcus Levy Albino Bencostta (2005). Sua pesquisa centrou-se na presença da escola primária pública no cenário educacional curitibano, voltando suas lentes investigativas para os grupos escolares no período que eles existiram na capital paranaense. A inauguração do edifício do primeiro grupo escolar paranaense ocorreu no ano de 1903, segundo o autor, por meio do Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva. Por esse motivo, o período investigado pelo autor em sua pesquisa iniciou-se no referido ano, finalizando em 1971, por ter sido esse o ano da publicação da Lei n.º 5.692/71 que determinou a mudança em todo o Brasil da modalidade de grupos escolares para escolas de primeiro grau (BENCOSTTA, 2005). De acordo com o autor, além de o grupo escolar representar uma nova modalidade no universo escolar republicano, inspirando progresso, essa categoria de ensino trazia benefícios aos cofres públicos, pois, reunia em um único edifício, várias escolas isoladas, além de conferir melhor controle e fiscalização de professores e alunos.

Com a criação dos grupos escolares, uma nova concepção arquitetônica emergiu. Foi o que Souza (1998) apontou em seu estudo, destacando o surgimento, pela primeira vez, da escola como lugar, ou seja, o edifício escolar sendo concebido a partir de medidas educacionais que valorizavam o seu planejamento, sendo ele projetado para ganhar centralidade na cidade, a partir de uma arquitetura que se baseava na monumentalidade e exuberância estética.

De acordo com Viñao Frago e Agustin Escolano (1998), o espaço escolar corresponde a um programa curricular silencioso, permeado de subjetividades, de experiências, de simbologias. Como um sistema de signos, o espaço escolar se configura como um transmissor de códigos e condutas que compõem o processo de formação educacional dos alunos. Com o Colégio Pedro II não é diferente. Seu edifício-escola é imbuído de significados, de simbologias, de relações construídas em seu interior e fora dele, possibilitando uma nova leitura desse ambiente escolar.

Quando lembramos dos nossos tempos de escola, acontecimentos, pessoas, lugares e objetos estão marcadamente presentes. Halbwachs (1990) destacou que:

[...] nos entrecruzamentos dos tempos sociais onde se situa a lembrança, respondem os entrecruzamentos do espaço, quer se trate do espaço endurecido e cristalizado, quer se trate das extensões reais nas quais os grupos fixam, provisória ou definitivamente, os acontecimentos que correspondem as suas relações mútuas com outros grupos. (HALBWACHS, 1990, p. 15-16).

Antes de adentrarmos em alguns lugares apontados nos livros de ocorrências e que foram escolhidos para representar o presente capítulo, iremos capturar fragmentos que descrevem determinados espaços presentes no Colégio Pedro II, seja a partir de obras memorialísticas, seja através das pistas deixadas nos Relatórios dos Ministros no tocante ao ensino secundário, particularmente, sobre os espaços destinados às instalações físicas do Colégio. Como o período abordado na presente pesquisa inicia-se em 1858 e finaliza no ano de 1898, buscamos fazer uma retrospectiva com essas fontes de pesquisa, procurando indícios sobre esses lugares. “[...] Eleger o espaço escolar como objeto de estudo configura-se como uma possibilidade de diálogo entre a Arquitetura e a Educação, ambas responsáveis pela organização e ocupação do espaço físico da escola, bem como com a sua utilização, além de tudo, como espaços educativos” (DÓREA, 2013, p. 1).

O intuito desse levantamento é verificar como esses espaços estavam sendo abordados nessas fontes de pesquisa para identificar como eles eram, quais deles ganhavam destaque e se havia alguma menção desses lugares destinados exclusivamente à aplicação dos castigos escolares.

De acordo com os autores Viñao Frago e Agustin Escolano (1998), o espaço escolar não corresponde a estruturas neutras, sem relação com o ensino. Ao contrário, afirmam os autores, “os espaços operam como uma espécie de discurso que institui, em sua materialidade, um sistema de valores, um conjunto de aprendizagens sensoriais e motoras e uma semiologia que recobre símbolos estéticos, culturais e ideológicos” (VIÑAO FRAGO; ESCOLANO, 1998, p. 26).

Iniciaremos nosso percurso com as lembranças de Raul Pederneiras, aluno do Externato do Ginásio Nacional, da turma de 1892, que descreve o edifício-escola onde estudou, dividido em dois pavimentos, como podemos ver a seguir:

Recorda-o Raul Pederneiras descrevendo o Externato no amplo edifício do antigo seminário, de arquitetura monástica, com enormes arcarias circundando o vasto pátio central, transformando em campo de recreio e da ginástica, salas amplas, arejadas, cheias de luz, destinavam-se às aulas, em dois pavimentos. (DÓRIA, 1997, p. 164).

O autor Moreira de Azevedo (1877), em sua obra intitulada *O Rio de Janeiro*, nos dá detalhes do edifício do Externato do Imperial Colégio de Pedro II, que fora concebido, inicialmente, como um colégio de padres. Após amplas reformas, sendo a mais grandiosa delas realizada pelo hábil artista e arquiteto Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, no ano de 1875, o edifício ficou renovado, ganhando novas janelas, portas, assoalhos e um rico salão adornado por lindos ornamentos que simbolizavam as artes, as letras, as ciências físicas e matemáticas. Além do Externato, Moreira de Azevedo também descreve o interior do Internato, inicialmente localizado na chácara n.º 1 da Rua de São Francisco Xavier.

Outro autor que descreve com detalhes o prédio do Externato e do Internato do Imperial Colégio de Pedro II é Joaquim Manoel de Macedo, em sua obra intitulada *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, na qual o cronista rememora lugares e personagens do Colégio no período compreendido mais ou menos entre 1840 e 1870. Destaca o autor:

Entrando-se pela porta de ferro, encontra-se a mão direita a vigilante sineta que marca as horas de descanso e de trabalho e, logo em seguida entra-se para o corredor da esquerda da igreja, que serve para ponto de espera, onde se ajuntam os alunos externos. Passa-se deste largo corredor para a antiga sacristia, que é hoje a sala das aulas das ciências naturais. (MACEDO, 2005, p. 338).

Durante o tempo que o Colégio foi fundado até a data da inauguração das aulas, em março de 1838, os cômodos, que foram do antigo Seminário de São Joaquim, passaram por amplas reformas, visando melhorias para os futuros alunos que lá estudariam. Bernardo Pereira de Vasconcelos, Ministro do Império, foi o responsável por administrar as obras no edifício do antigo Seminário de São Joaquim. “Transformou os cubículos estreitos e escuros em salas claras, espaçosas e arejadas. Aparecia constantemente no Colégio para apressar as obras e dar providências necessárias” (AZEVEDO, 1877, p. 73).

Durante todo o ano de 1838, várias obras foram realizadas, a fim de que o estabelecimento estivesse em condições de pleno funcionamento. O Vice-Reitor em exercício no referido ano, Padre Leandro Rebello Peixoto de Castro, pedia ajuda junto ao Ministro do Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos, para o aumento do edifício do Colégio.

Levava ao conhecimento do Ministro a avaliação de três prédios paralelos ao Colégio da parte do Morro da Conceição, n.º 58, 60 e 62, de numeração correspondente a várias partes, contíguos os prédios pela Rua do Aljube (mais tarde da Prainha) oferecendo em globo quase 13 braças de frente e 28 de fundo e quintal maior que o quadrado interno do Colégio (DÓRIA, 1997, p. 40).

O período de férias daquele ano letivo fora de grande valia para que o então Vice-Reitor em exercício, Padre Leandro Rebelo, fizesse as melhorias no Colégio. Foi colocada uma rouparia, na sala inferior detrás da Igreja e ela foi pintada a óleo. Após muito zelo e dedicação ao Colégio, entregava o Vice-Reitor a Reitoria ao Dr. Joaquim Caetano da Silva, Doutor em Medicina pela Faculdade de Montpellier.

O ano letivo de 1839 começava sob nova direção e, o então Vice-Reitor, se retirava para a entrada de seu novo sucessor. “Como se ao Colégio houvesse deixado signo de cruz[...] ao padre Rebello sucederia em breve um frade. Era beneditino Frei Rodrigo de São José” (DÓRIA, 1997, p. 44). Em meados do ano de 1839, muitas discussões pairavam as sessões parlamentares do Senado, a respeito do orçamento para o ano seguinte destinados ao Colégio, cuja pasta estava subordinada ao Ministério do Império. No ano seguinte, em 1840, “concluiu-se o dormitório grande, tanto no pavimento térreo, como no superior” (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1840, p. 12), porém, ainda seria preciso a introdução de água no edifício. Seguimos as pistas encontradas nos Relatórios dos Ministros do Império sobre o Imperial Colégio de Pedro II, buscando coletar informações a respeito dos espaços que compunham o interior de seu edifício.

No relatório de 1843 (p. 7), encontramos a informação de que “[a obra] de que mais precisa presentemente o estabelecimento, nenhuma deve preferir a reedificação da sua Igreja”. Sabemos que as origens do Colégio Pedro II remontam ao antigo Seminário de São Joaquim e nele havia uma Igreja. Conforme descreveu Joaquim Manuel de Macedo (2005, p. 340), “no fundo da Rua Larga de São Joaquim se levanta a igreja consagrada ao santo desse nome e, tem pelo seu lado direito a Rua Estreita de São Joaquim, ligando-se pelo esquerdo ao antigo Seminário, depois Imperial Colégio e hoje Externato do Imperial Colégio de Pedro II”. A Igreja de São Joaquim foi demolida por ordem do prefeito Pereira Passos, na presidência de Rodrigues Alves. A reedificação da Igreja do antigo Seminário, que consta no Relatório do Ministro do Império, era considerada uma obra importante a ser realizada, uma vez que o pedido foi reforçado no ano seguinte, como consta a seguir:

[...] O Collegio foi enriquecido pela Munificencia Imperial com hum numerosa, e importante collecção de mineraes; além disto diversos objetos, postoque de pequeno valor se comprarão para uso das aulas de Sciencias Naturaes, e Chimica. Brevemente será o Collegio provido d’agoa, estabelecendo-se ali hum chafariz para suprimto dele internamente: este chafariz servirá também externamente para suprimto da povoação visinha, enquanto em benefício desta se não edifica o chafariz da Praça Municipal. A obra, que presentemente mais urge, he a reedificação da Igreja (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1844, p. 9-10).

Como podemos observar, a reedificação da Igreja e o fornecimento de água eram pontos cruciais, e esses pedidos já vinham surgindo constantemente nos Relatórios dos Ministros do Império. O Colégio recebeu uma coleção de minerais e outros objetos que iriam servir tanto para as aulas de Ciências Naturais, quanto para as aulas de Química. O fornecimento de água na escola foi resolvido somente no ano de 1845, uma vez que fora construído um chafariz em seu interior. Porém, a verba para a reedificação da Igreja ainda não havia sido arrecadada, como consta no Relatório referente ao ano de 1846.

Desde a sua fundação, o Colégio funcionava tanto como Externato, quanto como Internato. No ano de 1847, o Relatório do Ministro traz uma informação importante: o número de alunos internos estava quase completo “sendo hoje mais que nunca necessario augmentar a capacidade do edificio para que possa accomodar maior quantidade de pensionistas” (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1847, p. 13).

Em 1852, as informações contidas no Relatório revelaram que, apesar das muitas benfeitorias realizadas no interior do edifício-escola, em seus múltiplos cômodos e melhorias no asseio, ainda havia obras por fazer “sendo com especialidade urgente proceder-se aos reparos de que carece sua bella Igreja, antes que de todo fique arruinada, como succederá, se a tempo se lhe não acudir” (p. 12).

O ano de 1854 nos fornece pistas de que as obras da Igreja do Colégio estavam em andamento. “É de crer que dentro em pouco, completamente reparada, possão nella ter lugar a celebração do Santo Sacrifício da Missa, e outros actos do Culto Divino” (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1854, p. 76). Mais de dez anos se passaram para que as obras na Igreja finalmente fossem iniciadas. Com a sua reforma, os alunos teriam em sua rotina escolar a participação nas Santas Missas e em outros atos religiosos. Além da referida obra em andamento, outras mais foram orçadas para acomodar a classe de repetidores que iriam morar no edifício, bem como para ampliar as salas de aula e melhor dividi-las. Além disso, a biblioteca foi aumentada com novas coleções de livros, vindos de Portugal, solicitadas pelo Reitor e, também, com a compra de novos livros no próprio Município da Corte.

O Relatório de 1855 destaca a necessidade de separar o Externato do Internato, conforme podemos ver a seguir:

He, no meu entender, prejudicial ao ensino e à educação dos alunos internos desse Collegio o seu dúplici character de internato e externato simultâneos. O regimen que se applica a meninos que vivem em hum Estabelecimento, longe da direção immediata e dos hábitos da família, he contrariado na pratica pela convivência que

elles teem, em muitas horas do dia, com os discípulos externos. Alem disto, hum só Estabelecimento publico de instrucção secundaria faz desaparecer o principal elemento do progresso, a emulação, que dá impulso às maiores fadigas e a incessantes esforços [...]. Este edificio não póde continuar a servir para o internato. Já insufficiente no estado em que se acha, porque não há ali nem onde acomodar conveniente os repetidores, nem onde ter salas com o espaço necessário para todas as aulas; visto como os dormitórios occupam as principaes divisões do edificio; pouco salubre já por sua posição no Centro da cidade para conter o avultado numero de alunos internos que possue, e que tende a aumentar extraordinariamente, já pela humidade que domina grande parte do edificio, e finalmente inconveniente pela falta muito sensível de logares de recreio, e nos quaes os meninos façam os exercícios gymnasticos tão essenciaes em sua idade, e tão recomendados para sua educação physica por todas as autoridades competentes, - vai agora ficar ainda mais reduzido com o seguimento dos trilhos de ferro da Companhia da Estrada de D. Pedro II pela Rua Estreita de S. Joaquim. Nestas circunstancias a mudança do Collegio he indispensável. (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1855, p. 59-60).

A partir da citação acima, é possível perceber que um só estabelecimento para o funcionamento do Externato e do Internato não estava mais em condições de acomodar o grande volume de alunos, bem como a classe de repetidores. Além disso, as salas de aula já estavam ficando estreitas e apertadas para dar conta de todo o programa de ensino ministrado, uma vez que os dormitórios ocupavam as principais divisões do edificio. Junta-se a isso o fato de o mesmo estar localizado no Centro da cidade, considerado um local pouco salubre, cujo prédio já dava sinais de umidade e inadequação, pela falta de espaço para que os alunos pudessem usufruir do recreio e para que realizassem seus exercícios ginásticos, tão recomendados para a saúde física e mental do alunado. A Rua Estreita de São Joaquim ficaria ainda mais reduzida em virtude da construção dos trilhos da Estrada de ferro da Companhia de D. Pedro II. Alguns alunos do Externato chegavam cedo ao estabelecimento, em virtude de suas moradias estarem localizadas em áreas distantes dos arredores do Colégio. Eram, assim, “trazidos ao Centro da cidade pelas linhas ferro-carris, estes pelas composições da Estrada de Ferro D. Pedro II, ou Central do Brasil. Desembarcavam na Estação Central ou popularmente do Campo, estação terminal de via férrea [...]” (DÓRIA, 1997, p. 162). Ao desembarcarem, estes alunos espalhavam-se nas imediações do Colégio, concentrando-se na Rua da Imperatriz, atual Rua Camerino, no Centro da cidade do Rio de Janeiro e na Rua Estreita de São Joaquim, ao flanco da Igreja de mesmo nome, permanecendo alguns na porta do templo fechada (DÓRIA, 1997).

Tendo em vista o que foi exposto em Relatórios anteriores, era evidente que a busca por um novo espaço para abrigar os alunos internos estava perto de se concretizar. Assim, no ano de 1857, ocorre a divisão das instalações físicas do Externato e do Internato, ficando o Externato no edificio onde o Colégio já existia, e o Internato passa a ser localizado em um

prédio na Rua de São Francisco Xavier do Engenho Velho, tendo sido realizada modificações para acomodar o corpo administrativo, docente e discente da instituição. Em virtude dessa divisão, as aulas avulsas que existiam na Corte foram extintas e, nesse mesmo ano, foi criada uma cadeira de doutrina cristã e de história sagrada, a cargo do capelão, uma vez que a reestruturação da Igreja, no Externato, tinha sido concluída após muitos pedidos junto ao Ministério do Império. O Relatório concernente ao ano de 1860 destaca que:

[...] o edifício onde se acha o Internato, apesar do aumento que teve ultimamente, ainda não oferece acomodações suficientes para o grande número de alunos que se apresentam à matrícula, o qual, tem-se elevado todos os anos. [...]. Torna-se, portanto, indispensável alargar-se ainda as dimensões daquele edifício (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1860, p. 31).

Como podemos notar, apesar da separação dos edifícios e, respectivamente, dos alunos internos dos externos, o espaço escolar ainda era considerado insuficiente, em virtude do grande volume de matrículas que surgiam anualmente.

No ano seguinte, seguem as transformações nos edifícios, tanto no Externato, quanto no Internato, mediante as obras realizadas com o orçamento disponível. A admissão de novos alunos no Internato só seria possível mediante o aumento das instalações do edifício, a fim de dar-lhe a proporção necessária para o acolhimento do grande número de alunos que concorriam para ali ingressar.

Em 1869, há informações interessantes presentes no Relatório do Ministro do Império, no que tange ao espaço físico destinado ao abrigo dos alunos internos. Vejamos o que consta em seus apontamentos:

[...] Nos estabelecimentos de educação deve ter-se em vista não só o progresso intelectual da mocidade, mas também dar ao espirito tempera verdadeiramente varonil e ao corpo o vigor e saúde, que tanto contribuem para que o individuo possa ser útil a si e a sociedade. Os moços que, na época em que o organismo precisa de desenvolver-se apropriando-se os elementos que oferece a natureza, vivem entre as quatro paredes de um edifício apertado pelos montões de casas das cidades, têm um desenvolvimento artificial e contrafeito, do qual resente-se depois em todos os períodos da vida tanto o corpo como o espírito. Ar, espaço e vastos horizontes, eis do que principalmente precisa a idade de 10 a 18 anos, em que comumente se frequentão as aulas secundarias [...]. Prestar-se-há grande serviço aos alunos, a todos os que por eles se interessão, e em geral a sociedade, si for removido o Internato da única instituição de ensino secundário, que o Estado mantém, para alguma cidade serra-acima, onde, além do favor do clima, o regimen colegial não seja perturbado pelo bulício de uma grande capital. (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1869, p. 36).

A citação anterior desperta sobre alguns pontos abordados na historiografia⁶⁵ que envolve a questão da saúde, não só física, mas também mental – corpo e mente sã – reforçando a importância da prática da atividade física em ambientes abertos, com ar puro e vastos horizontes. Desaprovava o Ministro em manter o Internato na capital da cidade, uma vez que este lugar não tinha em seu arredor a natureza e sim, um monte de casas, que tornavam o ar pesado e com um clima totalmente desfavorável face ao calor intenso da capital, em um edifício que não fornecia as acomodações necessárias para abrigar um número vultoso de alunos. Ressaltava que o Internato deveria estar localizado em um lugar distante da cidade, de forma que os alunos pudessem ser livres para se movimentar, ter contato com o ar puro e a natureza, alimentando o corpo e a alma com o vigor da brisa e com os exercícios ginásticos, sem a perturbação e o rebuliço presentes nas grandes cidades, que, atrapalhavam o regime disciplinar dos respectivos alunos.

Como podemos perceber, dois critérios estavam muito bem definidos ao se fazer a busca pela localização ideal do Internato. São eles: a higiene e a moral. Com relação aos aspectos higiênicos, o local deveria ser livre de umidade e de pouca circulação de ar. No que tange aos aspectos morais, as escolas deveriam ficar distantes de tabernas, hospitais e dos grandes centros urbanos para evitar o contato com a prostituição, as doenças e os vícios, já que estes locais eram considerados prejudiciais na missão social e educadora dos espaços escolares (FRAGO; ESCOLANO, 1998).

Em 1871, o Relatório do Ministro do Império destaca que tanto o edifício do Externato quanto a casa que abrigava o Internato não apresentavam as devidas proporções, estando ambos mal situados. “É urgente dar-lhes edifícios apropriados, onde se possa reunir maior número de alunos, especialmente no Internato, em que há todos os anos impossibilidade de receber a muitos que, solicitam lugar, por falta de acomodações” (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1871, p. 15). Da mesma forma que o Ministro ressaltava que as acomodações nos dois estabelecimentos eram insuficientes, também chamava ele a atenção para a organização de gabinetes e laboratórios com os instrumentos e aparelhos apropriados para o ensino das Ciências Naturais, bem como o melhoramento e o enriquecimento da biblioteca com os livros que seriam indispensáveis para os ensinamentos no Colégio.

⁶⁵ De acordo com Gondra (2005, p. 5), o projeto médico-higiênico objetivava afastar os escolares do mundo urbano, livrando-os dos vícios, das doenças e das influências negativas que a cidade poderia exercer, moralmente, nos indivíduos em formação. Para saber mais, ver a tese do autor: GONDRA, José G. *Artes de civilizar – medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

O ano de 1872 traz mais informações a respeito das obras que o Ministro mandou executar no edifício do Externato, sendo umas voltadas para a conservação e outras para ampliação, “prolongando-o, segundo o seu primitivo plano, na face que olha para a Rua da Imperatriz”. Quanto ao prédio do Internato, o Ministro apontava, ainda, a sua insuficiência, e ressaltava que o mesmo deveria ser abandonado, construindo-se um novo prédio, com mais condições, e em outra localidade. Destacava, também, que as mobílias estragadas e incompletas do Colégio deveriam ser reformadas.

No ano seguinte, as obras de conservação no Externato foram concluídas e àquela voltada para a ampliação, voltada para a Rua da Imperatriz, estava bem adiantada. No Internato, algumas obras foram realizadas e os móveis do Colégio, que estavam em mau estado, foram substituídos por “modelos mais aperfeiçoados”, sendo as carteiras para os alunos importadas dos Estados Unidos (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1872, p. 7). Assim como foram importadas as carteiras dos discentes do Colégio, veio de Paris um aparelho completo destinado a projeções para o ensino da geografia, cosmografia e história. (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1874). Como podemos notar, as melhorias estavam voltadas não só para a ampliação dos espaços destinados ao ensino, mas, também, aos objetos que iriam compor o educandário, investindo-se em livros, carteiras, aparelhos e instrumentos para prover as aulas.

Em 1875, estando o edifício do Externato em péssimo estado de conservação, o Ministro do Império, Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira Andrade, mandou que “se concluísse o edifício e se reformasse a parte já feita, dando-lhe outro aspecto e elegância; desta tarefa ficou encarregado o arquiteto Francisco Joaquim Bethencourt da Silva⁶⁶ que concebendo um plano geral de reedificação executou-o com muita ciência e gosto” (AZEVEDO, 1877, p. 79). Esse mesmo artista foi o responsável pela reforma no Salão do Grau do Externato, conhecido como Salão Nobre do Colégio, “dando o maior realce à distribuição de prêmios e à colação de grau aos Bacharéis” (DÓRIA, 1997, p. 122). Uma vez que o edifício do Externato estava localizado na Rua Larga de São Joaquim e estendia-se até às Ruas da Imperatriz e da Prainha, Bethencourt da Silva fez melhorias na face principal para a Rua Larga de São Joaquim apresentando, no primeiro pavimento, “revestido de cantaria, cinco janelas de peitoril que vieram substituir os óculos e portão que aí havia, e no segundo pavimento outras tantas janelas de sacadas com balaústres de mármore; um ático

⁶⁶ Arquiteto, com um grandioso talento artístico e carreira notável no ramo das Artes, discípulo de Granjean de Montigny, filho de portugueses, nascido em alto mar, a 8 de maio de 1831.

coroa está assim como as outras faces reconstruídas” (AZEVEDO, 1877, p. 79-80).

O arquiteto, durante a reforma, abriu três portas no primeiro pavimento, vendo-se, na porta central um escudo de bronze com a legenda Pedro II, e os emblemas de café e do fumo, e, no segundo pavimento, abriu três janelas com sacadas isoladas de balaústres de mármore, estando a janela central entre duas colunas. Na parte já feita, Bethencourt da Silva “substituiu os óculos de cantaria por mezaninos quadrangulares, levando luz e ar às salas e substituiu as antigas janelinhas por janelas de 3m, 19 de altura sobre 1m e 43 de largura”, conforme apontou Moreira de Azevedo (1877, p. 80). As outras duas faces, voltadas para a Rua da Imperatriz e da Prainha, também foram reformadas. Na face voltada para a Rua da Imperatriz, “o primeiro pavimento recebeu nove mezaninos guarnecidos de cantaria e nove janelas no segundo; na face voltada para a Rua da Prainha constam dez mezaninos e uma porta no primeiro pavimento e onze janelas no segundo” (AZEVEDO, 1877, p. 80).

Assim, é possível perceber como a arquitetura escolar estava imbuída de significados e o quão forte era o simbolismo presente com a realização dessas obras, uma vez que a monumentalidade e a imponência do edifício ostentavam representações sociais e políticas que asseguravam o valor da educação, como verdadeiros “templos de civilização”, conforme apontou Souza (1998) em seu estudo.

Após anos de melhorias, o relatório de 1881 fornece-nos mais informações sobre as obras realizadas nos prédios do Externato e Internato, além de compras de livros para as duas bibliotecas do estabelecimento de ensino, “673 volumes sobre geografia, história, arqueologia, filosofia e literatura geral”. Houve a oferta de uma valiosa coleção de obras didáticas pelo Comendador Frederico Gustavo de Oliveira Roxo, enquanto o gabinete de Física e Química do Internato também foram enriquecidos com novas compras de alguns aparelhos, visando melhorias nas aulas práticas dessas disciplinas. Também para as aulas de Geografia e Cosmografia do Internato foram adquiridos mediante compra “um globo terrestre e outro celeste; quadros em relevo das cinco partes do mundo, sendo um, em separado, da América do Sul; de um sistema planetário; e outros objetos necessários ao respectivo estudo” (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1881, p. 66).

Nos anos seguintes, foram realizadas obras de reparos nos dois estabelecimentos de ensino e, em 1884, foi autorizado ao Reitor do Internato a despender a quantia de 657\$000 (seiscentos e cinquenta e sete mil réis) para a compra de livros, mapas e outros objetos necessários ao estudo da Geografia, Botânica e Geometria. Também foi autorizado ao Reitor do Externato uma determinada quantia para renovar a mobília das aulas (RELATÓRIO DO

MINISTRO DO IMPÉRIO, 1884, p. 41). Nesse mesmo ano, a viúva do antigo funcionário do Colégio, o Dr. José Manoel Garcia, propôs ao Governo a venda de sua biblioteca particular, sendo, então, nomeada uma Comissão composta pelo Reitor do Externato, do Inspetor Geral da Instrução e do Bibliotecário da Biblioteca Nacional para avaliarem os livros que compunham a referida biblioteca. Essa Comissão organizou um catálogo “mostrando que esta se compunha de 3.232 obras, em 4.518 volumes, avaliados na importância de 8:129\$780, e que destas obras convinhão 2.576 à biblioteca do Imperial Colégio de Pedro II e 656 à Biblioteca Nacional” (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1884, p. 42). Após a avaliação das coleções, prosseguiu-se com a aquisição de todas as obras, dando-lhes o destino designado pela Comissão. Uma parte delas foi enviada para a biblioteca do Internato.

Ainda no ano de 1884, foi instituído o curso noturno gratuito para o sexo feminino, cuja iniciativa partiu do antigo funcionário e finado José Manoel Garcia, que esteve à frente do cargo de Vice-Reitor do Externato. O curso noturno funcionou nas dependências do edifício do Externato, onde eram oferecidas as seguintes disciplinas: português, italiano, francês, inglês, alemão, latim, matemáticas elementares, geografia, história geral, cosmografia, chorografia do Brasil, história do Brasil, retórica e poética, história literária, literatura novo-latina, literatura nacional, gramática histórica da língua portuguesa, filosofia racional e moral, ciências físicas e naturais, higiene, economia doméstica, legislação usual e pedagogia. (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1886, p. 41).

Sobre o Internato, a mudança de sua localidade era tema recorrente nos Relatórios apresentados, pois, além de não comportar o número de alunos que solicitavam matrícula no referido educandário, o edifício não apresentava condições higiênicas satisfatórias, as salas de aula não eram claras o suficiente e, a biblioteca, por estar abrigada em um quarto pequeno, não abarcava todos os livros, ficando os mesmos aglomerados, sem haver espaço para uma mesa de leitura (1884, p. 545).

No ano de 1885, consta no Relatório do Ministro do Império, que o edifício do Internato continua sem as condições higiênicas das quais necessita, tendo aparecido, inclusive, alguns casos de febre com o caráter da epidemia que tomava conta da cidade.

No Brasil, três moléstias se destacaram, acentuando o gargalo sanitário enfrentado pelo governo Imperial: a febre amarela, a cólera e a varíola. Em artigo publicado no portal

do Senado⁶⁷, havia, no século XIX, segundo o historiador Jaime Benchimol, dois grupos de médicos e cientistas brasileiros que pensavam de formas distintas a respeito da febre amarela. Para o grupo de médicos denominados “contagionistas”, a febre amarela era uma doença contagiosa, transmitida diretamente de uma pessoa infectada para uma pessoa saudável, defendendo políticas de isolamento; o outro grupo de médicos denominado “infeccionistas ou anticontagionistas” acreditava que as pessoas adoeciam em virtude da insalubridade e do ar venenoso, emanado dos pântanos repletos de lixo e esgoto que subiam em forma de vapores, defendendo o saneamento das cidades, através da drenagem dos pântanos, limpeza urbana, construção de redes de recolhimento de esgotos e demolição de moradias insalubres, como cortiços, por exemplo. Os dois grupos divergiram por muito tempo, pois desconheciam-se a forma de transmissão da doença. A situação no Brasil só foi resolvida no início do século XX, quando o médico Oswaldo Cruz teve êxito em sua campanha de erradicação da doença.

Em 1887, volta o Relatório do Ministro do Império a fazer menção sobre a inconveniência da continuação do Internato no edifício, de propriedade particular, situado na Rua São Francisco Xavier. Várias autoridades do serviço de higiene pública já haviam sido consultadas e alertavam para a insalubridade do edifício, uma vez que “todos os anos havia que lamentar casos de febres de mau caráter” (p. 37). Um dos membros da Inspetoria Geral de Higiene, o Dr. Francisco Marques de Araújo Góes, encarregado de realizar a desinfecção do edifício, assinalou que um dos mais graves defeitos desse estabelecimento de ensino eram as insuficientes dimensões dos dormitórios e salas de estudos. Outro membro da referida Inspetoria de Higiene, o Dr. Pires de Almeida, já havia emitido semelhante Parecer, alegando a necessidade de imediata evacuação daquele prédio. Diante dos fatos apresentados, a Inspetoria Geral de Higiene instaurou uma Comissão para investigar o caso, sendo formada pelos seguintes Delegados: o Dr. Julio Brandão, Dias Carneiro, Eugenio Guimarães Rebello e Francisco Betim Paes Leme.

A partir de Relatório apresentado pela Comissão, os inconvenientes já apontados foram ratificados, assim como outros defeitos indicados quanto ao estado de conservação do edifício. Para amenizar os problemas, a Comissão propôs a execução de obras gerais no edifício, não só no sentido de aumentá-lo, como também de modificar as suas instalações. Somou-se a isso a necessidade de se construir uma vasta galeria afim de canalizar uma vala

⁶⁷ O artigo está disponível no Portal do Senado, no seguinte endereço eletrônico: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/no-brasil-imperio-chegada-de-virus-mortal-provocou-negacionismo-e-critica-a-quarentenas>. Acesso em: 14 jan. 2023.

nas imediações do prédio que constituía em um grande risco para novas infecções. Assim, para realizar tais obras, o Colégio teria que dispendir uma alta quantia, que, somadas aos gastos anteriores contabilizavam mais de 140 milhões de réis, em um prédio que era de propriedade particular. Com isso, o Governo entendeu ser de suma urgência a mudança do Internato para outra localidade e, dessa forma, adquiriu o edifício da Praça de D. Pedro I, pertencente à Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária, que estava sendo preparada para servir de Asilo de meninos desvalidos (p. 38). Foi então que, recebidas as chaves do novo prédio, a 7 de fevereiro de 1888, uma ampla reforma foi iniciada, assim como a transferência dos aparelhos e outros objetos existentes no antigo prédio para a nova sede, em São Cristóvão.

Como podemos notar, o tema da insalubridade do prédio do Internato também foi recorrentemente apontado nos Relatórios dos Ministros do Império. A respeito das condições higiênicas dos Internatos, o discurso médico oitocentista alertava para a importância de se manter a higiene no interior dos espaços escolares, pois, eram elas agravadas pelas condições da própria cidade do Rio de Janeiro.

No discurso médico-higiênico, contido em teses médicas, a cidade do Rio de Janeiro apresentava como inconvenientes para a saúde o fato de possuir terrenos alagadiços, com pântanos não esgotados, e a incidência de forte calor tropical, somando-se a isso as deficiências urbanísticas. Esse cenário contribuía para as constantes incidências de endemias palustres, epidemias de febre amarela, entre outros males que acometiam os moradores da cidade. Essa forma de representação da cidade do Rio de Janeiro também é encontrada em escritos de estrangeiros que estiveram na cidade durante o século XIX, a exemplo das descrições do naturalista Luis Agassiz e sua esposa Elisabeth Cary Agassiz, no livro *A journey in Brazil* (1868), que, além de destacar aspectos insalubres da cidade, registraram a ‘negligência e a incúria’ do poder público para promover reformas sanitárias (CONCEIÇÃO, 2022, p. 4).

Apesar de melhorias realizadas no transporte, na iluminação e nas questões sanitárias com o aterramento de terrenos alagadiços e encanamento de água, a cidade do Rio de Janeiro ainda apresentava, na segunda metade do século XIX, mazelas que acometiam a população fluminense.

De acordo com as recomendações da ciência médico-higiênica, as escolas que funcionavam sob o regime de Internato deveriam seguir os preceitos da higiene e de uma severa moral, que iam muito além das condições climáticas e da salubridade da cidade. Tais preceitos envolviam “as condições de ingresso dos alunos nesses estabelecimentos de ensino, a adequada localização geográfica, a organização do edifício, o asseio dos internos,

a organização do tempo etc.”. (CONCEIÇÃO, 2022, p. 5).

O autor Joaquim Tavares da Conceição (2022, p. 6) cita em seu artigo que “importantes colégios-internatos estavam situados no centro da cidade do Rio de Janeiro, como as Ruas Ouvidor, Quitanda, Direita, Constituição, Catete, Lavradio, comumente conhecidas pela insalubridade onde doenças epidêmicas – febre amarela, varíola, tifoide – constantemente acometiam a população”. Portanto, o centro da cidade não era considerado um lugar adequado aos olhos dos preceitos médicos higiênicos da época. Tanto que, em tese publicada em 1858, pelo médico Antenor Augusto Ribeiro Guimarães, a localização desses tipos de colégios em grandes centros urbanos era considerada totalmente inadequada. Ele, inclusive, cita o Imperial Colégio de Pedro Segundo, que deveria servir de modelo para outros estabelecimentos de ensino, e, ainda aponta outros colégios tradicionais da cidade como os colégios Marinho, Tautphoeus e Vitória. Todos eles estavam situados no centro da cidade do Rio de Janeiro “[...] onde o ar facilmente se altera e não se pode aproveitar as vantagens dos banhos e da ginástica [...]” (GUIMARÃES, 1858, p. 58 apud CONCEIÇÃO, 2022, p. 7).

O ano de 1889 seria o último do Imperial Colégio, transcorrido na Monarquia, com o Monsenhor Brito à frente do Externato e Bandeira de Mello Filho, à frente do Internato. Proclamada a República a 15 de novembro do referido ano, instituído nela primeiro Governo Provisório presidido por Deodoro da Fonseca, foi o Ministério do Império transformado em Ministério do Interior, a cuja jurisdição pertencia o Imperial Colégio de Pedro II. O Ministério do Interior foi ocupado pelo Ministro Dr. Aristides da Silveira Lobo, Pasta responsável pelos Institutos de Ensino Superior e Ensino Secundário. Aristides Lobo modificou o nome da instituição para Instituto Nacional de Instrução Secundária. Seu sucessor, Cesário Alvim, nomeado em fevereiro de 1890, presenciou a divisão dos negócios relativos à Instrução Pública dos negócios políticos da Pasta do Interior. Dessa forma, surgiu uma nova Pasta, a da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, sendo transferida ela à responsabilidade à Benjamin Constant, Ministro da Guerra. O nome dado à instituição de ensino por Aristides Lobo foi, mais uma vez, trocado, dessa vez para Ginásio Nacional, mantendo provisoriamente a divisão em Internato e Externato. Uma ampla Reforma foi realizada no Colégio, denominada Reforma Benjamin Constant, onde ocorreu uma grande mudança no quadro pedagógico da instituição, no ingresso de docentes e discentes, na organização das aulas, exames e jogos escolares, no processo de concursos, na distribuição de prêmios (DÓRIA, 1997).

A Pasta da Instrução Pública foi transferida de Benjamin Constant para o Dr. João Barbalho Uchôa Cavalcanti, sendo dela Ministro em janeiro de 1891. O Relatório do Ministro Cavalcanti demonstrou que as salas do Internato do Ginásio Nacional não comportavam número crescido de alunos para o 1º, 2º e 3º anos, respectivamente, sendo necessário dividir as aulas em outras tantas suplementares. Quanto ao estado sanitário do edifício, o Ministro afirma ser regular e destaca que o edifício não satisfaz as exigências rigorosas da higiene escolar, não podendo ultrapassar o número de 150 matrículas, pois, do contrário, o Colégio seria uma fonte de insalubridade devido ao grande número de meninos aglomerados. Soma-se a isso o fato de que os dormitórios e as salas de estudo ou de aulas não tinham capacidade pedagógica e higiênica para acomodar um maior número de alunos. A natureza dos bancos carteiras dos alunos e as condições de incidência de luz distribuídas no período noturno nas salas de estudo também chamaram a atenção do Ministro, uma vez que a disposição dos bancos e carteiras deveriam ser proporcionais ao tamanho do aluno para que não houvesse enfermidades pela impropriedade da mobília escolar e pela inconveniente distribuição de luz, podendo ocasionar miopia ou outros desvios aos órgãos visuais dos alunos (p. 113-118).

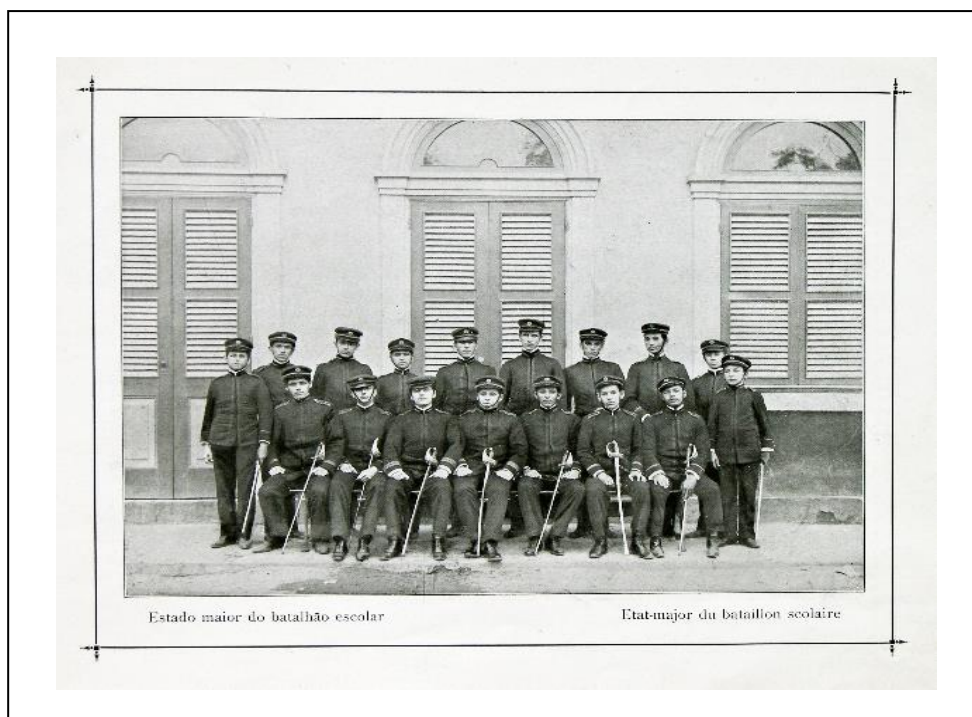
Em 24 de fevereiro de 1891, foi promulgada a primeira Constituição da República, sendo eleito presidente da República o Marechal Deodoro da Fonseca para o primeiro quadriênio. O novo Ministério nomeado pelo então presidente designou o Desembargador Antônio Luiz Affonso de Carvalho para ocupar a Pasta da Instrução Pública. Renunciante da Presidência da República, Marechal Deodoro entregou o governo ao seu Vice, Marechal Floriano Peixoto, em novembro de 1891. Esse confiou a Pasta da Instrução Pública ao Dr. José Hygino Duarte Pereira (DÓRIA, 1997).

Assim, o ano de 1892 se inicia com mudanças profundas no Colégio, principalmente em sua estrutura. O Decreto de 2 de fevereiro de 1892 extingue o Internato, “substituindo-o por 2º Externato, sujeito às disposições do 1º e funcionando no edifício do extinto Internato sem modificação de pessoal docente ou administrativo” (DÓRIA, 1997, p. 176). Também foi extinto no referido ano o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, ficando os assuntos relacionados à educação subordinados ao novo Ministério, denominado Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Em dezembro, o 1º e o 2º Externato foram fundidos, desaparecendo a divisão. Assim, surgia novo Regulamento para o Ginásio Nacional.

O Relatório do ano de 1893 aponta que após examinar o edifício em que funcionava o prédio do 1º Externato, o engenheiro responsável pela vistoria, procedente do Ministério da Justiça, reconheceu a necessidade de se realizar sérios e urgentes reparos no prédio. Quanto ao 2º Externato, o Diretor opina sobre a quantidade de alunos que deveria o prédio receber, destacando que os perigos da aglomeração, tão apontados em prol da higiene, não poderiam existir naquele estabelecimento, uma vez que estava situado nos arrabaldes mais próximos da zona rural, em uma vasta praça, em edifício espaçoso e ventilado, cercado de terreno extenso e arborizado. Ou seja, frisava o Diretor que o antigo Internato deveria receber a carga máxima de alunos, cerca de 180, pois problemas com aglomerações poderiam existir também nos Externatos que eram amplamente frequentados (p. 159). A Capital passava por um mau estado sanitário e, assim, a Inspeção de Higiene Pública solicitava que o início das aulas do próximo ano letivo fosse adiado. Apesar dos alertas emitidos com relação à higiene, de forma que não houvesse aglomerações, o Diretor do 2º Externato argumentava na contramão do que lhe era recomendado pelas autoridades sanitárias.

Em 1894, o Internato fora restabelecido, mantendo-se como 2º Externato. O então Ministro da Justiça, Alexandre Cassiano do Nascimento, ocupando o cargo interinamente, aprovou novo Regulamento para o revivido Internato, nos termos do Decreto de 15 de janeiro de 1894, em que:

[...] militarizados, os alunos do Internato formariam batalhão escolar, de quatro companhias, [sendo] a instrução militar ministrada por oficiais subalternos do exército. O batalhão escolar do Internato, no qual os alunos tinham graduações militares, teria ensejo de exhibir-se publicamente e com garbo, comandante do batalhão o aluno considerado mais distinto do estabelecimento (DÓRIA, 1997, p. 178).

Figura 55: Batalhão Escolar - Internato

Fonte: Acervo NUDOM – CPII

O Decreto acima resgatou disciplinas que não faziam parte da predileção dos alunos, tais como a ginástica, a música e o desenho. Essas disciplinas não constituíam parte dos exames preparatórios para curso superior e, portanto, os alunos não eram obrigados a prestar exames nessas matérias. O Decreto em questão altera essa condição, especialmente no 2º Externato (antigo Internato), no qual a ginástica pôde ter um ensino mais completo, com um programa proposto pelo professor, em razão da natureza do estabelecimento, com uma ampla área de extensão de terreno, permitindo a execução de exercícios através da esgrima e da natação (p. 231). Como podemos observar, a instrução militar fazia parte do programa de estudos dos alunos, sendo nomeados para o cargo os Capitães do Exército Servílio José Gonçalves e Joaquim Ignacio Baptista Cardoso, através da Portaria de 26 de março de 1894. Prêmios e castigos também já faziam parte da rotina escolar desses alunos, sendo que o lugar de destaque iria para o aluno mais distinto, aquele considerado o melhor perante os demais, ou seja, o primeiro colocado em notas de aplicação e de comportamento, estimulando-os, desde cedo, ao cumprimento de regras, recompensando aqueles que estudavam e se dedicavam a seguir boas condutas.

O referido ano traz informações no Relatório sobre as obras que deveriam ser realizadas no 1º Externato, destacadas pelo engenheiro em 1893 após vistoria. As mesmas foram orçadas e iniciadas, porém, tiveram que ser interrompidas devido à ocupação do edifício por um batalhão patriótico e, em seguida, por outro batalhão da Guarda Nacional. O ano anterior foi tumultuado em virtude da agitação causada pela Revolta da Armada, conjugando-se com a Revolta Federalista, estendendo-se ao sul do país. Dessa forma, as forças militares ficaram aquarteladas durante meses no prédio do 1º Externato, atrasando as obras que deveriam ser realizadas e, em razão do tempo que lá permaneceram, novas obras já se faziam necessárias.

Em novembro de 1894, tomava posse novo Presidente da República, Dr. Prudente de Moraes, que nomeou o Dr. Antonio Gonçalves Ferreira para Ministro da Justiça. Findo o ano, iniciava o seguinte tendo à sua frente o mesmo Ministro. O Dr. Gonçalves concedeu ao Instituto Kopke, através do Decreto de 22 de abril de 1895, a equiparação ao Ginásio Nacional.

Em 1895, o Ministro da Justiça expõe a necessidade de se efetuar alguns reparos e obras de adaptação no prédio do Internato, porém, tais reparos dependem das verbas advindas do Congresso. Quanto ao prédio do Externato, sob a direção de José Veríssimo, deveriam ser as aulas de química e física providas com recursos para a compra de novos instrumentos.

O relatório concernente ao ano de 1896, aponta que o prédio do Internato estava em obras para que nele houvesse a instalação da residência do Vice-Diretor. Além disso, estavam sendo realizadas outras mudanças no prédio, como a transferência da rouparia para o mesmo andar do dormitório e enfermaria, assim como a transferência do gabinete de história natural para outro cômodo com dimensões maiores do que aquele que ocupava. Com relação ao Externato, o Diretor solicitava melhorias materiais para o edifício e as aulas ali ministradas:

Com exceção dos bancos-carteiras, toda a mais mobília escolar quase precisa ser inteiramente reformada. Os quadros pretos, sobre serem de dimensões, feitio e matéria impróprios, estão estragadíssimos, precisando ser substituídos. O gabinete de física e química carece de móveis e aparelhos, sem os quais, como declarou o respectivo lente, não é possível executar convenientemente os programas. Os aparelhos de demonstrações geográficas e cosmográficos estão já inservíveis uns, carecendo de reparos outros, sendo que para esse estudo são poucos os elementos de que dispomos e precisam ser aumentados. (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1896, p. 213).

Como podemos observar, não só o prédio necessitava de melhorias, mas também a mobília escolar do Externato, com exceção dos bancos-carteiras. Os instrumentos que mais necessitavam de investimentos eram aqueles originários dos gabinetes de física, química e geografia, além dos quadros pretos usados pelos professores para lecionarem a matéria.

O ano de 1897 transcorreu sem nenhuma menção a melhorias no edifício de ambos os prédios do Colégio e sem nenhuma colação de grau de bacharéis, assim como ocorrera em 1886. Nesse período, estava à frente do Ministério da Justiça o Dr. Amaro Bezerra Cavalcanti.

No ano de 1898, o então Ministro da Justiça, Amaro Bezerra Cavalcanti, sancionou o Decreto de 30 de março, abrindo o ano letivo com novo Regulamento. Nele, manteve-se a divisão do Ginásio Nacional em Externato e Internato, porém, diante de tantas mudanças a cada novo Regulamento que surgia, refletindo-se, principalmente, em alterações no curso de estudos dos alunos, não houve, mais uma vez, graduação de Bacharéis em Letras. Novamente o Diretor do Externato, José Veríssimo, ressaltava sobre as péssimas condições do prédio, tanto em seu exterior e interior, necessitando de grandes reparos, assim como nas condições das mobílias e dos materiais escolares utilizados, notadamente considerados impróprios e inadequados para o uso da mocidade e para as necessidades do estabelecimento e do ensino. Sua exoneração foi concedida em 28 de agosto de 1898, assumindo o cargo de direção o engenheiro Francisco Carlos da Silva Cabrita, que reitera, no ano seguinte, sobre as péssimas condições do edifício e dos materiais escolares, considerados impróprios e insuficientes. Já no Internato, com as reformas feitas, as condições higiênicas do edifício geraram grandes melhorias em seu estado sanitário. Em 1898, “foi extinto o lugar de instrutores militares, sendo dispensados os alferes do Exército Cyro da Silva Daltro e Alvaro Cezar da Cunha Lima que os ocupavam” (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1898, p. 207).

Feita essa retrospectiva através dos Relatórios dos Ministros que cuidavam da Pasta referente à área da Educação e, nas obras memorialísticas, ficou claro que os prédios que abrigavam tanto o Externato, quanto o Internato, precisavam constantemente de reformas, fossem elas para ampliar os cômodos, fossem elas para reparar, conservar ou melhorar suas instalações físicas. Alguns temas se destacaram, como a insalubridade, a grande quantidade de alunos nos edifícios associada à falta de cômodos suficientes e à recorrência dos Ministros em apontar pela necessidade de transferir o Internato para outra localidade. Junta-se a isso a necessidade de substituir mobílias consideradas impróprias e inadequadas, bem como o

desejo por adquirir o que de mais moderno havia no mercado em termos de material escolar. Dessa forma, os espaços que mais ganharam destaque nas fontes investigadas eram aqueles destinados ao ensino, tendo sido reformados para sua ampliação e equipados com instrumentos advindos de outros países, como os Estados Unidos e a França, por exemplo; aquele destinado à distribuição de prêmios e cerimônia de colação de grau em Bacharel de Ciências e Letras, que passou por ampla reforma no ano de 1875 e aquele designado à recreação, como foi o caso do pátio, que foi planejado para receber inúmeros aparelhos ginásticos, estimulando os alunos a realizarem exercícios físicos, a partir da movimentação corporal.

Como lugares de memória, as edificações escolares se constituem em convites para começar a investigar suas histórias, o que exige driblar a ausência de fontes, a dispersão documental e o descaso com os papéis da escola. Isto implica em discutir [...] os projetos educacionais dos governos imperial e republicano, dando vez e voz à arquitetura escolar [...]. (MIGNOT; SILVA; SILVA, 2014, p. 9).

Ao mesmo tempo que o edifício escolar pode ser considerado um artefato, por meio de sua arquitetura exclusiva composta por diferentes técnicas e estilos artísticos, é nesse lugar que são firmados os compromissos sociais, que se realizam o intercâmbio de ideias e as práticas pedagógicas, conectando arte, cultura e sociedade. Assim, podemos refletir sobre o edifício que abrigava o então Imperial Colégio de Pedro II como um monumento em homenagem ao Imperador, reiterando sua imagem como patrono da ciência, da arte, da cultura, mas, sobretudo, patrono de uma instituição voltada para o ensino secundário, firmando-se como elemento chave da ação política no processo civilizatório da nação.

Foi possível constatar o quanto a ideia de grandiosidade estava presente nesse edifício escolar, por meio de sua arquitetura e dimensões interiores. Não é por acaso que o prédio da atual Av. Marechal Floriano, n.º 80, que abrigou o Externato do Imperial Colégio de Pedro II foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como patrimônio histórico e cultural da cidade do Rio de Janeiro, este precisa ser preservado, valorizado e estudado.

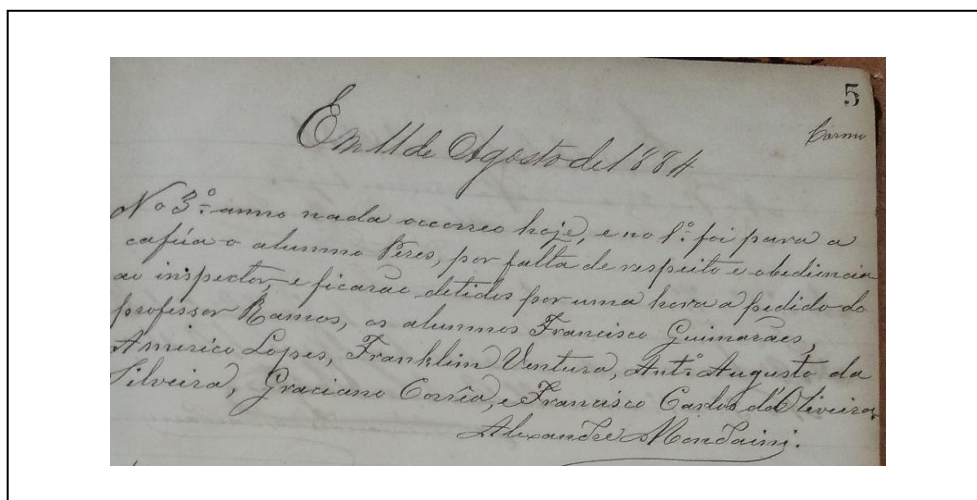
Assim, com o intuito de explorar alguns espaços presentes no interior do Imperial Colégio de Pedro II/Ginásio Nacional que poderiam contribuir simbolicamente para múltiplas experimentações acerca do universo escolar, iniciaremos um novo percurso, partindo para a análise dos livros de ocorrência disciplinar, nossa fonte principal de pesquisa. Neles, determinados espaços ganharam destaque como, por exemplo, aqueles em que os alunos deveriam permanecer para o cumprimento de um determinado castigo a eles impostos

ou por conta da ação que o aluno executou e que o levou a sofrer a punição naquele dado espaço. Dessa forma, foram selecionados, para fins da presente pesquisa, alguns locais que fizeram parte das tramas presentes nos livros de ocorrência de modo a introduzir o bom comportamento e a boa conduta à mocidade brasileira, conforme veremos nas seções a seguir.

4.1 A cafua

A cafua, apesar de muito presente nas lembranças de ex-alunos do Colégio em suas obras memorialísticas, como um local totalmente insalubre, escuro, sem ventilação e localizada em uma sala considerada minúscula, só aparece como castigo executado no livro de ocorrência do ano de 1884, embora já constasse no regulamento de 1838 como uma das penalidades aplicadas aos alunos que descumprissem alguma regra ou dever no interior do Colégio. Sendo assim, a cafua, pelo que foi possível observar mediante a leitura dos motivos que levavam o aluno a ficar de castigo neste local, era utilizada em casos de insubordinação, brigas corporais ou falta de respeito, seja perante o inspetor e demais funcionários da instituição, seja para com o seu corpo discente. Dentro de um cenário em que podemos visualizar uma escala de penalidades, a cafua poderia ser enquadrada como uma falta grave, perdendo apenas para os casos de expulsão, que seriam consideradas faltas gravíssimas. A seguir, a imagem do livro 4 (1884-1885) que retrata o uso da cafua no interior da escola em função da falta de respeito e desobediência ao inspetor, Alexandre Mondaini:

Figura 56: Tipo de castigo: Cafua (Livro 4 – 1884-1885)



Fonte: Acervo NUDOM – CPII

Muitas vezes, a cafua era mencionada no livro de ocorrência, porém, a causa que levava o aluno a ser castigado com ela não o era, como aconteceu em diversos casos.

4.2 O salão dos prêmios

No movimento oposto aos castigos, temos as premiações. Enquanto os castigos eram usados como forma de punir aqueles que eram contrários às regras estabelecidas, seja por desacato, mau comportamento, agressão ou brincadeiras fora de hora, os prêmios eram usados para consagrar o aluno, seja pelo seu comportamento exemplar, seja pelo seu desempenho intelectual. Os prêmios eram concedidos ao final de cada ano letivo, após a conclusão dos exames. Assim, apesar de o salão dos prêmios não estar explicitamente mencionado nos livros de ocorrência, uma vez que esses livros eram usados apenas para as anotações das faltas cometidas, ele é um espaço de suma importância no interior da instituição, uma vez que se refere às práticas e representações ritualísticas presentes até hoje no educandário.

Muitas recordações, que reforçam o sentimento de identidade e pertencimento ao Colégio Pedro II, relatadas por inúmeros ex-alunos, retratam o momento das solenidades. O canto do hino da escola, seguido do canto da tabuada⁶⁸, por exemplo, marcam as cerimônias vividas no presente. Em contrapartida, no século XIX, a chegada do Imperador e sua família Imperial era muito aguardada pelo público que acompanhava a sua passagem pelas redondezas do Colégio e pela comunidade escolar envolvida no ritual.

[...] os eventos que os antropólogos definem como rituais parecem partilhar alguns traços: uma ordenação que os estrutura, um sentido de realização coletiva com propósito definido e também uma percepção de que eles são diferentes dos do cotidiano (PEIRANO, 2002, p. 25).

O salão dos prêmios era considerado um espaço onde manifestações festivas eram realizadas e, por isso, um local dotado de simbologia, emissor de uma linguagem coletiva que colocava em destaque um conjunto de ritos.

Como sistemas culturalmente construídos de comunicação simbólica, os ritos deixam de ser apenas a ação que corresponde a (ou deriva de) um sistema de ideias, resultando que eles se tornam bons para pensar e bons para agir – além de serem socialmente eficazes. Tambiah afirma que a eficácia deriva do caráter performativo do rito em três sentidos: no de Austin (em que dizer é fazer como ato

⁶⁸ Grito de guerra cantado pelos alunos após o canto do Hino e que é realizado ao final de toda e qualquer solenidade.

convencional); no de uma *performance* que usa vários meios de comunicação através dos quais os participantes experimentam intensamente o evento e, finalmente, no sentido de remeter a valores que são vinculados ou inferidos pelos atores durante a *performance* (Tambiah, 1985, p. 128 apud PEIRANO, 2002, p. 26-27).

Como organizadores, personagens ou expectadores, todos queriam estar presentes para apreciar os futuros Bacharéis e os laureados com prêmios por suas distintas atuações no educandário. Assim, eles caprichavam em seus trajes, recorrendo aos mais ilustres alfaiates e chapeleiros da época.

Os trajes dos bacharelados eram escolhidos com muito capricho: casaca, colete e calça, de preferência novos e feitos em bom tecido. As famílias mais abastadas recorriam às alfaiatarias de renome, como a “Raunier”, e chapelarias tradicionais, como a do “Torres”, com o intuito de mostrar boa presença. (ALVES, 2013, p. 74).

Quando o Imperador chegava ao Colégio com sua família, a guarda de honra, já perfilada, aguardava o sinal de seu comandante para dar início ao ritual: as armas lhes eram apresentadas e o Hino Nacional era então executado. Atualmente, esses momentos solenes ocorrem, em sua grande maioria, no salão nobre da instituição, localizado no Campus Centro, onde são premiados alunos, professores, técnicos administrativos e personalidades nacionais e estrangeiras de alta expressão, que tenham contribuído para o progresso da instituição, região ou país⁶⁹.

A questão da performatividade como efeito de rituais tem se beneficiado dos estudos de Tambiah (1995). Esse autor utiliza elementos conceituais desenvolvidos no campo da linguagem por John Langshaw Austin, no campo da semiótica por Charles Sanders Peirce e no campo da análise estrutural da linguagem por Ramon Jakobson para evidenciar a relação entre ritual e linguagem, isto é, o funcionamento da linguagem não em termos denotativos, mas performativos. Trata o ritual como amálgama ou totalidade constituída por palavras, gestos, discursos sobre uso de objetos e modos simultâneos ou sequenciais de uso de meios diversos, como auditivos, visuais e olfativos, além de modos de apresentação como canto, dança, música e recitações. Essa amálgama tem um efeito ritual performático, pois é na conjugação de características semânticas e pragmáticas de pensamento e ação que ocorrem os rituais. (TAMBIAH, 1995, p. 22 apud CARVALHO, 2021).

⁶⁹ O Regimento Interno do Conselho Superior, instituído pela Resolução n.º 08, de 17 de junho de 2013, em seu capítulo V, detalha sobre a concessão de títulos honoríficos no Colégio Pedro II, sendo concedidos os seguintes: Aluno Pena de Ouro; Aluno Eminente; Professor Emérito; Técnico Administrativo Emérito; Bacharel Honoris Causa.

Como foi descrito anteriormente, havia toda uma performance em torno da solenidade da distribuição dos prêmios, uma vez que ocorria conjuntamente, ao final do ano letivo, com a colação de grau dos futuros Bacharéis. Como bem enfatizou o autor Tambiah (1995), o ritual da celebração estava imbuído de um conjunto de significados sendo constituído por palavras, gestos, modos e costumes, incluindo o canto, a dança, a música e as recitações, despertando sentimentos de afeto e pertencimento em torno de todos os envolvidos.

Figura 57: Salão Nobre do Colégio Pedro II



Fonte: Acervo NUDOM – CPII

Durante as solenidades, os laços de pertencimento do grupo ali reunido acentuam a coesão social entre os indivíduos. Para Pollak (1989, p. 7), “a memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades [...]”. Esse sentimento de pertencimento, portanto, é reforçado nesses momentos solenes, uma vez que há coesão e identificação entre os grupos lá reunidos.

Desde que o primeiro regulamento do Colégio entrou em vigor, em 1838, os prêmios já estavam lá presentes, da mesma forma que os castigos. Assim, um dos prêmios era

concedido ao aluno que, em cada aula, tivesse se destacado em primeiro lugar, nos diversos trabalhos de concurso propostos em sala de aula. Além desse, havia outros dois e duas menções honrosas. O aluno que na 1ª aula melhor fizesse uma dissertação filosófica em língua nacional e o aluno que na 2ª aula melhor compusesse um discurso latino, receberiam os outros dois. O assunto, tanto da dissertação, quanto do discurso latino era fornecido pelo Reitor. O mesmo era o responsável por reunir as composições, montar uma espécie de banca com os membros que iriam julgar o mérito dos trabalhos e selecionar os melhores. Assim, no final do ano letivo, após o exame da banca, o resultado seria anunciado em cerimônia pública, mediante a presença do Ministro do Império ou um de seus Comissários, o Reitor, o Vice-Reitor, Professores e Inspectores de alunos. Essa solenidade era precedida por um discurso sobre a história do Colégio, pelo então professor de Retórica e, em seguida, fazia-se a leitura dos nomes dos premiados. Os ganhadores eram agraciados com livros, formando os prêmios por ordem de aulas, sendo que todos os alunos premiados recebiam uma coroa entretecida de ramos de café e flores⁷⁰ e ao término da cerimônia, o Reitor os conduzia para um banquete. Em 1842, o Decreto de 7 de novembro revogou a disposição do artigo dos estatutos do Colégio que mandava que houvesse banquete.

Como podemos observar, os alunos premiados eram avaliados por seus textos filosóficos e discursos latinos e, na abertura da cerimônia, um discurso era recitado pelo professor de Retórica. Nota-se, portanto, o forte impacto exercido pelas palavras no momento performático do ritual:

A eficácia no contexto do ritual está no poder da palavra pronunciada, enfatiza Tambiah (1995). No contexto ritual, a palavra aparece em orações, feitiços, encantamentos, cânticos, bênçãos e outras coisas. O autor ressalta que essa palavra é aberta àquele que tem o poder de dizer. Há uma relação social de poder, uma assimetria na ordem do ritual. As palavras têm um papel preponderante no conteúdo estético do ritual, seja nos cantos ou textos literários, com destaque para os mantras e os versos que se repetem. Esses textos funcionam como palavras sagradas, secretas às vezes, e são pronunciadas para serem ouvidas, mas não necessariamente para se entender, ou são recitadas em voz alta com uso da língua local, para serem entendidas. (CARVALHO, 2021, p. 4).

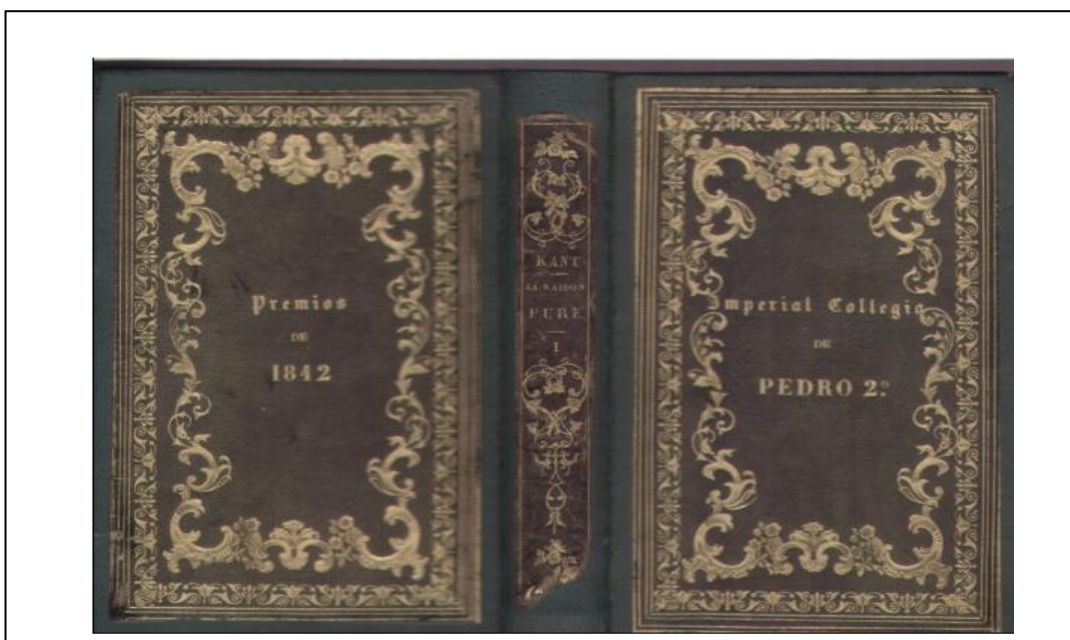
O Decreto n.º 1.556, de 17 de fevereiro de 1855, aprovava novo Regulamento para o Colégio Pedro II, porém, os prêmios continuaram a fazer parte das recompensas, conferindo aos três alunos mais distintos de cada ano, por ordem de merecimento, um 1º, um 2º e um 3º prêmio.

⁷⁰ Vide o Regulamento n. 8, capítulo XXI, p. 81.

Havia, em cada ano, três prêmios e três menções honrosas. O aluno que obtinha o primeiro prêmio recebia uma coroa de louro e café, além de um livro clássico, ricamente encadernado; o que obtinha o segundo recebia só o livro e o terceiro colocado recebia um livro menor, ou de encadernação mais simples. Os únicos alunos que poderiam ser premiados eram aqueles aprovados com distinção. Já “o Regulamento de 24 de outubro de 1857, por meio do Decreto n.º 2.006, conservou os três prêmios, consistindo na entrega de livros de encadernação dourada” aos premiados (MACEDO, 2005, p. 357), porém, acabou com a entrega da coroa de louro, mantendo a leitura dos nomes dos alunos aprovados com distinção pelo Reitor.

Nota-se que o Reitor, o Vice-Reitor e os Professores do Colégio tinham especial participação na apuração dos nomes selecionados para o recebimento dos prêmios, devendo ser levado em consideração critérios como procedimento (comportamento), aplicação (desempenho) e assiduidade (frequência) dos alunos.

Figura 58: Livro de encadernação dourada, presente dado aos premiados



Fonte: Acervo NUDOM - CPII

O salão onde era realizada a distribuição dos prêmios e a colação de grau no edifício do Externato foi concluído em 1874, tendo sido reformado por Bethencourt da Silva, discípulo de Grandjean de Montigny.

Segundo Joaquim Manoel de Macedo (2005), a entrada neste salão se fazia por duas portas: uma que se comunicava com um pequeno quarto, separando-o do corredor e outra que se comunicava com a sala do retrato. “O salão tem cento e sessenta e nove palmos de comprimento sobre trinta e três de largura. Lança por um lado oito janelas para a rua da Prainha e seis para o segundo pátio do colégio, e tem no fundo dois quartinhos” (p. 356). O vasto salão servia de dormitório para os alunos internos, antes de ocorrer a divisão física das instalações do colégio, em 1857.

Ao longo dos anos, o Colégio foi passando por várias Reformas educacionais e, com elas, novos incisos e Regulamentos iam surgindo, alterando, muitas vezes, artigos já existentes. Assim, no ano de 1881, através do Decreto n.º 8051, de 24 de março, temos o artigo 25, que determina sobre os prêmios concedidos aos alunos:

Art. 25. Os prêmios a que se refere o art. 42 do Regulamento que baixou com o Decreto n. 2006 de 24 de Outubro de 1857 serão conferidos conforme o mérito relativo dos premiandos. Para esse fim proporá o Reitor por escrito ao inspector geral os três alunos de cada aula aprovados com louvor, que em conferência com os professores julgar merecedores desses prêmios. (BRASIL, 1881, p. 13).

Nota-se, aqui, uma ruptura com o que vinha sendo oferecido aos alunos no quesito prêmios. Ao invés de serem premiados os três alunos de cada ano, passaram a ser premiados os três alunos de cada aula, aprovados com louvor e não mais com distinção. Soma-se a isso o peso que os professores passaram a ter na conferência desses prêmios, uma vez que o Reitor, juntamente com os professores, iria analisar quem de fato mereceria o prêmio, para então, de posse dos nomes aprovados, o Reitor levá-los, por escrito, para o Inspetor Geral.

Consolidada a República, além da alteração do nome da instituição, o título de Bacharel em Letras também é modificado passando a ser denominado Bacharel em Ciências e Letras. Segundo Cunha Júnior (2008, p. 101), “a alteração do título buscava demonstrar a perspectiva científica que orientaria a formação secundária implementada pelo novo colégio”. Com relação aos prêmios oferecidos aos alunos, o Decreto n.º 981, de 8 de novembro de 1890 estabelece:

Art. 46. Dentre os alunos do estabelecimento aprovados com distinção em todos os exames do ano a congregação escolherá os três melhores e conferir-lhes-á solenemente três prêmios, com a classificação de 1º, 2º e 3º. Além disto, em uma sala de honra do externato e outra do internato, denominada Pantheon, serão colocados os retratos dos alunos, que se houverem tornado credores desta alta e excepcional distinção pelo seu talento, amor ao trabalho, procedimento exemplar e mais virtudes. A congregação será o juiz soberano nesta escolha. (BRASIL, 1890, p. 17).

Como podemos notar, os alunos deveriam ser aprovados em todos os exames do ano letivo com distinção e, dessa vez, não era mais o Reitor juntamente com os professores que faziam a seleção, e, nem havia mais uma Comissão criada para tal fim, como era feito inicialmente como uma espécie de “Tribunal”. A Congregação é quem assumia esse importante papel, classificando e hierarquizando os mais bem colocados. Além disso, os retratos dos três melhores alunos ficariam expostos na sala de honra denominada *Pantheon*, cristalizando no tempo a recompensa ofertada.

Na acepção de Ana Maria Mauad Andrade (1990), a fotografia é um artefato humano e uma mensagem. Ao mesmo tempo que resulta da incorporação de um ponto de vista social e de uma apropriação tecnológica, como trabalho humano, possui um caráter conotativo. É, portanto, uma construção de sentido radicalmente histórica (VIDAL; ABDALA, 2005, p. 180).

A fotografia dos três melhores alunos, que ficaria exposta na sala de honra, transmitia a mensagem de que apenas aqueles que se dedicavam aos estudos, seriam reconhecidos e recompensados. O estímulo à competitividade sadia entre os jovens, somado a um sistema de avaliação rígido e exigente, resultava na seletividade.

Semelhante ao que foi proposto anteriormente, porém, com alterações sutis, o Decreto n.º 1.075, de 22 de novembro de 1890, informa que os alunos premiados deveriam ter aprovações com distinções em todas as matérias, sendo para cada ano do curso em número de três. A Congregação novamente seria o “juiz”, porém, dessa vez, os lentes também seriam ouvidos, participando do “júri”. Nesta sessão pública, a solenidade seria presidida pelo Ministro da Instrução Pública, devendo estar presentes o Inspetor Geral, os membros do Conselho Diretor, Reitores, Vice-Reitores, Lentes⁷¹ e Professores do então Ginásio Nacional. Após passar pela aprovação da Congregação, a fotografia do aluno selecionado seria colocada na sala de honra denominada *Pantheon* e seu nome seria lido durante o ato solene, sendo o Reitor da instituição o responsável pelo discurso e não mais o professor de Retórica, já que a disciplina não mais pertencia ao programa de ensino ofertado.

Em 1892, o Decreto n.º 1194, de 28 de dezembro, trazia novo Regulamento para o Ginásio Nacional, porém, no que se refere aos prêmios concedidos, não houve alteração.

⁷¹ Lentes e professores não tinham o mesmo “peso” na hierarquia interna do Colégio. Os lentes eram nomeados por Decreto, mediante concurso; os professores lecionavam as seguintes matérias: desenho, música e ginástica. Eram os professores nomeados por Decreto mediante proposta do Diretor do estabelecimento de ensino cf. Decreto n.º 1.075, de 22 de novembro de 1890.

Em 1898, houve a publicação de mais um Regulamento. O Decreto n.º 2857, de 30 de março, assim tratava sobre os prêmios:

CAPITULO IV

DAS RECOMPENSAS

Art. 47. As recompensas conferidas aos alunos serão:

1ª Boas notas nas listas das aulas;

2ª Licenças excepcionais, no Internato, para passeio;

3ª Bancos de honra, de que haverá até seis em cada cadeira, obtidos em concurso trimensal e levados em conta para a média de aplicação no trimestre;

4ª Prêmios, de que haverá até três em cada ano, ordinalmente numerados e conferidos aos melhores dentre os alunos que tiverem obtido a 1ª nota em todos os concursos bimensais.

5ª Colocação, em sala especial, denominada «Pantheon», do retrato do aluno, que, por seu excepcional talento, amor ao trabalho, procedimento exemplar e mais virtudes, o merecer.

Parágrafo único. A primeira destas recompensas será conferida pelos lentes e professores; a segunda pelo diretor; as três últimas pela congregação. A última recompensa, que se denominará «Premio Benjamin Constant», será conferida após o exame de madureza e, assim como a penúltima recompensa, sê-lo-á na mesma sessão solene de que trata o art. 189.

[...].

Art. 189. A colação do grau de bacharel em ciências e letras e a distribuição dos prêmios de que trata o art. 47 ns. 4º e 5º se realizarão em sessão solene presidida pelo Ministro do Interior, presentes os membros da congregação e alunos.

Sendo ele o último Decreto referente ao período investigado na presente pesquisa, podemos observar várias rupturas com o que vinha sendo ofertado de prêmios aos alunos em Regulamentos anteriores. A primeira diferença está no quantitativo de recompensas, incluindo as licenças excepcionais, no Internato. Já a segunda está na escala proporcionada àqueles que iriam conceder as recompensas – as boas notas nas listas de aulas deveriam ser conferidas aos lentes e professores; as licenças excepcionais para passeio no Internato deveriam ser conferidas ao Diretor do Ginásio Nacional; por fim, os bancos de honra e os prêmios seriam dados pelos membros integrantes da Congregação. Também seria a Congregação a responsável por ofertar o prêmio Benjamin Constant após a realização do exame de madureza⁷². Também podemos apontar uma terceira diferença, uma vez que o nome do aluno que teria o seu retrato exposto em sala de honra denominada *Pantheon*, não seria mais lido durante a cerimônia de distribuição dos prêmios e colação do grau. Soma-se a isso a redução do número de participantes da cerimônia, presidida pelo Ministro do Interior, contando apenas com a presença dos alunos e membros da Congregação.

⁷² Tudo o que diz respeito ao exame de madureza está descrito no Capítulo II, do Decreto n.º 2857, de 30 de março de 1898, artigo 50.

Por fim, as encadernações deixaram de ser ofertadas aos premiados, como o eram no período monárquico. De acordo com Alves (2013):

[...] os premiados eram chamados pelo secretário do Externato, do primeiro ao sétimo ano, a buscar das mãos do Imperador e da Imperatriz suas recompensas previamente arrumadas em bandejas de prata. Todos os alunos com direito a prêmio recebiam uma obra de latinidade ou filosofia, de encadernação dourada, com dedicatória do reitor (ALVES, 2013, p. 74).

Como vimos, a solenidade da distribuição de prêmios ocorria na mesma sessão destinada à colação de grau. Na cerimônia de distribuição dos prêmios e colação do grau, uma orquestra, dirigida pelo professor de música, era colocada no salão, onde eram tocados hinos e variadas canções. Terminada a distribuição dos prêmios, dava-se início à colação de grau. Os Reitores apresentavam ao Ministro do Império os bacharelados. “Os elementos que simbolizavam o grau de bacharel em letras eram colocados sobre a mesa defronte do Ministro do Império – borla e capelo brancos. Muitos alunos já traziam no dedo um anel de opala, distintivo também daquele grau científico e literário” (ALVES, 2013, p. 75).

Durante a cerimônia, os formandos, chamados um a um pela ordem de suas matrículas prestavam sobre o Evangelho o seguinte juramento: “juro manter a religião do Estado, obedecer e defender a Sua Majestade o Imperador o Sr. D. Pedro II e as instituições pátrias, concorrer quanto me for possível para a prosperidade do Império e satisfazer com lealdade as obrigações que me forem incumbidas” (AZEVEDO, 1877, p. 76). Em seguida, o estudante deveria permanecer de joelhos para que o Ministro do Império o proclamasse Bacharel em Letras. Assim, colocava em sua cabeça um barrete de cetim branco e franja da mesma cor e dizia-lhe: “– A Lei vos declara Bacharel em Letras, cujo grau espero honreis tanto quanto o houveis sabido merecer” (AZEVEDO, 1877, p. 76).

Com a conjugação de meios auditivos, visuais e olfativos, o ritual era então constituído proporcionando experiências coletivas que se configuraram como representações simbólicas acerca da vida escolar.

O ato solene terminava com o discurso do professor de Retórica, recebendo o Bacharel uma carta que o isentava de exames preparatórios nas Academias do Império, a qual era assinada pelo Ministro e pelo Reitor, passando a ser assinada, a partir do ano de 1858, pelo Inspetor da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte e pelo Reitor (AZEVEDO, 1877). Assim, foi durante todo o período monárquico. Com a República instaurada, verificamos que ocorreram mudanças nesse ritual, alterando-se o juramento, o

título concedido e os personagens presentes no ato solene. É visivelmente perceptível como as práticas ritualísticas presentes nesta cerimônia perderam bastante força no que tange à significação dos objetos e dos sujeitos envolvidos no ato performático, marcando uma mudança no quadro de comemorações que a escola celebrava, e, conseqüentemente, no processo educativo daqueles discentes que frequentaram o Ginásio Nacional.

O título de Bacharel, assim como os prêmios concedidos aos alunos podem ser considerados um capital simbólico, na acepção de Pierre Bourdieu. Para o autor, esse conceito traz consigo as marcas da distinção, apoiando-se no campo do reconhecimento. Esses títulos escolares abriam portas para uma infinidade de carreiras, além de consagrar seus alunos com o brilho e o destaque dado às cerimônias, proporcionando-lhes prestígio e honra em pertencer àquela instituição de ensino.

4.3 A sala de estudos/sala do silêncio

A sala de estudos também foi mencionada nos livros de ocorrência, ficando os alunos de castigo por terem feito travessuras nesse ambiente. De acordo com Dória (1997, p. 165), a sala de estudos era “notável pela sua extensão e onde em torno das paredes corriam os cabides numerados para guarda de chapéus”. Segundo Joaquim Manoel de Macedo (2005, p. 354), no pavimento superior do Externato, ao lado esquerdo da escada da portaria, “havia cinco salas sucessivas, tendo cada uma delas duas janelas para a Rua da Prainha (atualmente Rua Leandro Martins), as quatro primeiras serviam para o estudo dos alunos nas horas de silêncio; a quinta era a enfermaria”.

Pelos registros encontrados nos livros de ocorrência analisados, foi possível perceber que se tratava da mesma sala, quando se referiam à sala de estudos e à sala do silêncio⁷³. Podemos, inclusive, afirmar que a sala de estudos correspondia à biblioteca escolar daquela época, uma vez que este local era destinado ao estudo, à leitura, à pesquisa, à busca pela informação e, por esse motivo, o silêncio era reivindicado para a permanência naquele recinto.

O Relatório do Ministro do Império de 1876 – 1A confirma a informação de que a biblioteca correspondia à sala de estudos. Inclusive, no referido ano, estava sendo realizada a pintura da sala da biblioteca, localizada ao lado da Rua da Imperatriz. Por esse motivo, não

⁷³ De acordo com cada período abrangido pelos livros, os nomes sofriam alterações. Foi, assim, com o termo seções (posteriormente alterado para turmas); Vice-Reitor e Reitor (alterados em 1892, via Decreto n.º 1194, de 28 de dezembro, para Vice-Diretor e Diretor).

havia, ainda, sala apropriada para a aula de música, conforme podemos verificar abaixo:

Não há ainda sala apropriada para aula de música: aguardo a transferência da biblioteca para estabelecer aquela aula no lugar que a mesma biblioteca ocupa atualmente, se com a mudança do Liceu de Artes e Ofícios, que é aliás de indeclinável necessidade, se me não oferecer espaço para melhor colocá-la e o mais longe possível do salão de estudo, como me parece conveniente. (BRASIL, 1876, p. 418).

A aula de música deveria ficar distante do salão de estudo/biblioteca para que o som emitido durante a aula não viesse a atrapalhar o estudo da mocidade. Muitos alunos do Imperial Colégio de Pedro II acabaram sendo punidos nesse espaço, pois, em tenra idade, os meninos eram traquinas, barulhentos, cheios de energia e, muitas vezes, faziam brincadeiras nas salas de aula, na forma, no intervalo das aulas e na sala do silêncio, onde deveriam permanecer quietos para o estudo.

O silêncio nas bibliotecas vem de longa data. As bibliotecas, antes do Renascimento, estavam associadas às ordens religiosas, aos mosteiros e, a leitura nesses espaços funcionava como um rito sagrado, onde o livro era considerado um bem extremamente poderoso, não só pelo seu valor cultural, mas também pelo seu valor monetário devido às suas ricas e belas ornamentações e encadernações. Por essa razão, eram restritas ao público e esse seu ambiente era considerado escuro, muito silencioso, repleto de solidão.

Esta concepção ainda está presente na própria arquitetura das bibliotecas, construções que passam essa imagem de sagrado, de nobreza, de poder. Nas salas escuras das bibliotecas, de ar e livros pesados, reinavam a ordem e o silêncio, quando os guardiões desse imensurável tesouro inspiravam temor, reverência e pouca simpatia (CHAGAS, 2010, p. 25).

Ordem e silêncio eram visivelmente presentes no interior do Colégio, assim como a pouca simpatia dos alunos para com algum professor ou funcionário da instituição. Mas, a desordem e a algazarra, assim como a simpatia por determinados docentes e funcionários também existiam no interior do educandário. Para citarmos alguns exemplos da pouca simpatia de um aluno para com um professor, temos o caso do ex-aluno Raul Pompeia, que em 1879, cursava o 6º ano do Externato do Imperial Colégio de Pedro II e, em seu último ano, foi reprovado pelo professor de grego, Theodoro Schieffer. De acordo com Pontes (1935):

Pompeia, caricaturista mordacíssimo, estava sempre em conflito com a rotina. Por isso, entrou em divergência com o professor de grego Dr. Theodoro Schieffer. Alemão de origem esse professor ensinava grego sem método algum, sem

conhecimento da matéria, pois traduzia como quem decifra logógrafos. O ensino tornava-se enfadonho. As regras do mestre tornavam-se irritantes. Pompeia não teve dúvidas em divergir. Divergindo chanceou o professor. Daí o incidente, que culminaria na sua reprovação. [...]. No 7º ano, tantas foram as rixas com o professor de grego que este o reprovou. Pompeia amargurou-se, então, em excesso: rompeu com os colegas aprovados que receberam grau e que (entendia o queixoso, mas nunca o solicitou e só confessou anos depois) deveriam esperar que ele fizesse novo exame e formarem-se, então, com ele. E tal foi o seu pesar pela fraqueza da Congregação em permitir o ato do professor de grego, que jamais se graduou, embora tenha sido aprovado em outras provas feitas mais tarde e com brilhantismo. Raul Pompeia era uma vontade enérgica. Fez o exame de grego quatro vezes até tirar distinção (PONTES, 1935, p. 55).

Como vimos, Raul Pompeia ficou ressentido com a Congregação e com seus colegas e não se graduou. Considerado um polemista nato, seu espírito combativo pronunciava-se em todos os seus atos. Segundo Pontes, “o pequeno Raul era um nevrótico. Irascível, suspeito, impulsivo, revelara perfeita incapacidade para a disciplina” (PONTES, 1935, p. 27). Como não era adepto da disciplina, inferimos que os anos vividos no Imperial Colégio de Pedro II foram intensos e lhe renderam bons combates, principalmente no campo literário.

Figura 59: Caricatura de Raul Pompeia - Professor de grego, Theodoro Schieffer



Fonte: PONTES, 1935, p.56

Coincidências à parte, um outro ex-aluno do Colégio, João Batista Mello e Souza, por sua vez, aluno do Internato no início do século XX (cerca de 1903), narra uma passagem de sua vida escolar, na obra intitulada *Estudantes do meu tempo*, destacando a impopularidade entre os alunos de um outro professor, também de grego, cujo nome era Hans Heilborn. Esse professor era de nacionalidade alemã, naturalizado brasileiro, tendo sido Diretor da Escola Normal, em 1914. Vejamos o relato de Mello e Souza:

Os Ginasíadas, referem-se, em muitas passagens, aos professores. Destes, alguns só merecem alusões amáveis [...]. Outros eram impopulares entre os alunos, e por isso forneciam assunto para os epigramas causticantes com que nos vingamos, desabafando no papel nosso azedume. Tal o caso do professor Hans Heilborn, a quem detestamos, porque queria nos tratar com o mesmo rigor com que, quando era ainda simples capitão prussiano, sevia os recrutas de seu regimento. Tive em seis anos, mestres de grande valor moral e intelectual, e outros de modesto merecimento; mas o único de quem conservei amarga recordação foi Hans Heilborn. Todo o mundo tinha medo dele. Era protegido de certo Ministro influente, dizia-se. [...]. A atitude desse mau professor explica-se. O estudo do grego era facultativo. Deixando de cursar essa cadeira, não ficava o estudante inibido de obter matrícula nas escolas superiores. Ora, ao Hans [‘herr professor’] convinha que todos os alunos do Internato desistissem do grego, para que ele ficasse dispensado de ir três vezes na semana ao Campo de São Cristóvão dar suas aulas [...]. Teria assim, no cargo de lente do Ginásio, uma ótima sinecura. Eis aí porque dava zeros e reprovava a torto e a direito. (SOUZA, 1958, p. 14-17).

A narrativa de J. B. Mello e Souza reforça que a vida colegial não era só feita de alegrias. Havia também os dissabores. E, apesar de não ter sido reprovado na dita disciplina de grego, como o foi Raul Pompeia, o rigor do professor Hans Heilborn e a sua intensa distribuição de zeros aos alunos os deixaram amedrontados. Muitos dos reprovados ou matriculavam-se no ano seguinte, com desistência dessa matéria, ou transferiam-se para o Externato para evitar o temerário encontro com Hans, “o endiabrado”, nas palavras dos estudantes. Recordações não faltam daqueles tempos nos bancos escolares e como todo aluno, recordar os saudosos mestres, inspetores ou os impopulares professores e demais membros da administração escolar fazem parte da nossa existência.

Figura 60: Professor de grego, Hans Heilborn



Fonte: Jornal A Rua, edição 00249, 6 de dezembro de 1914 (Hemeroteca da Biblioteca Nacional)

“Endiabrados” não eram apenas alguns docentes. Os próprios alunos travessos, rebeldes e cheios de virilidades aprontavam no interior do Colégio. Para impedir a expansão de suas personalidades, estavam lá, sempre a postos, os inspetores de alunos. Esses, muitas vezes, eram vistos como “tiranos, opressores”, nas palavras de J. B. Mello e Souza (1958, p. 18). Conta-nos ele que:

[...] depois que os conheci de perto, e observei como sofriam com a rebeldia da rapaziada, [...] compreendi o quanto havia sido injusto para com eles. Desde então tive, em quase todos os meus inspetores, excelentes amigos, e, embora pilheriasse com alguns na ‘Vida de Hoje’ e nos ‘Ginasiadas’, tudo fiz para que meus colegas os tratassem com a devida consideração. Graças a essa política de bom comportamento foi possível ao Dr. Trindade [Diretor do Internato] deixar sem inspetores os alunos do 4º, 5º e 6º ano, grupo que passou a denominar Plêiade. Desde então, nenhum de nós, componentes do grupo privilegiado, causou qualquer contrariedade ao Diretor, nem mereceu a menor sanção disciplinar. (SOUZA, 1958, p. 18).

Como podemos observar, a “política do bom comportamento” trouxe boas recompensas ao grupo de alunos do 4º, 5º e 6º ano, respectivamente, proporcionando-lhes o privilégio de não precisarem ser inspecionados pelos inspetores da Casa. Apesar de o tratarem com a devida consideração, em alguns momentos, faziam piadas sobre eles, que

eram comunicadas no órgão literário e noticioso, criado clandestinamente pelos alunos (‘Vida de Hoje’ e ‘Ginasíadas’). Nele, compartilhavam tudo o que se passava na vida colegial, com pitadas de malícias, trocadilhos, epigramas.

Para acalmar e conter os ânimos da mocidade, o Colégio contava não apenas com os inspetores, mas com todo um corpo administrativo para arcar com as responsabilidades exigidas por cada cargo. Segundo Dória:

[...] formava o Colégio pequenino Estado, com a sua lei, os seus chefes supremos e os auxiliares destes, mestres ou não, desenvolvendo tudo quanto requer a vida coletiva: a cidadania, a união, a solidariedade, o espírito de disciplina social, o hábito de convivência em comunidade, a consciência dos deveres e direitos. (1997, p. 161)

Com essa citação, fica clara toda a rede que fazia parte dos mecanismos disciplinares instituídos no educandário, onde a figura do chefe supremo corresponderia à figura do Reitor/Diretor, dirigente máximo da instituição, seus auxiliares, que seriam os professores, inspetores e demais funcionários da escola e a lei, correspondendo aos inúmeros Decretos que regiam os Regulamentos do Colégio.

Todo esse “pequenino Estado” pôde ser observado nas tramas dos livros de ocorrência e nesse intrincado processo de objetivação que se dá no interior dessa rede de poderes (FOUCAULT, 2013), os sujeitos traçavam técnicas de poder centradas no corpo dos indivíduos, de modo a ordená-los, distribuí-los, alinhá-los e movimentá-los no tempo e no espaço, possibilitando uma vigilância constante. Esse controle, muitas vezes, escapava ao indivíduo vigilante e era, nesse momento, que os vigiados cometiam as penalidades, já que descumpriam com o que o Regulamento ou a lei emanava.

Mesmo que houvesse a intenção de inculcar em sua comunidade escolar os bons hábitos, o bom comportamento e demais atributos distintivos que formariam a futura elite brasileira, de forma a discipliná-los, vários casos de indisciplina foram constatados nos livros de ocorrência.

A indisciplina dos alunos lhes rendeu muitas faltas. Assim, alguns exemplos serão aqui colocados, por se tratar de castigos que foram aplicados aos alunos, tendo a infração ocorrida na sala do silêncio/sala de estudos: No livro de ocorrências 1 (1858, p. 3), temos duas infrações cometidas pelo mesmo aluno, em dias distintos, porém, no mesmo espaço - a sala de estudos/sala do silêncio: “O aluno Gustavo Adolfo de Souckow ficou retido no Colégio das 5 às 6:30 da tarde por sair da sala do silêncio e ir para a aula do 3º ano, de

geografia, sem licença”; “O aluno Gustavo Adolfo de Souckow ficou retido no Colégio das 6 às 7 horas da tarde por conversar no silêncio”. Como podemos observar, sair da sala do silêncio sem permissão e conversar na referida sala gerou ao aluno Gustavo, do 7º ano, a retenção no Colégio, por, pelo menos, uma hora.

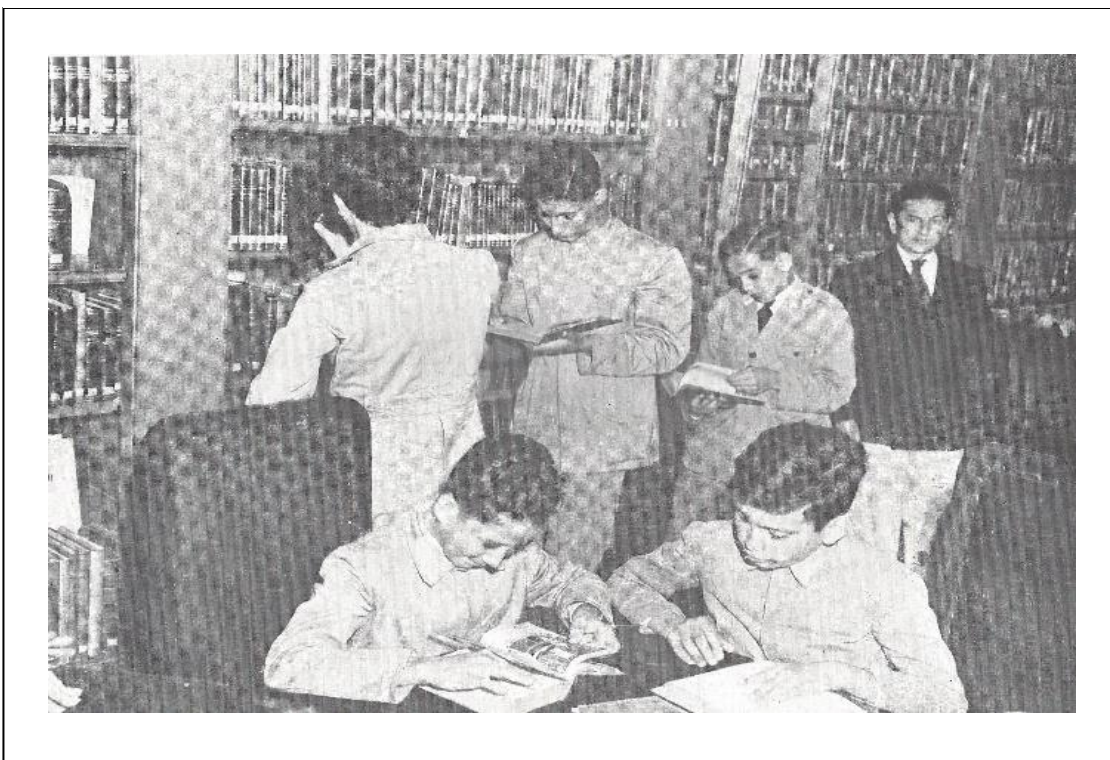
No livro de ocorrência 2, encontramos os seguintes exemplos:

- O aluno Roque Gil do Amaral Gurgel estava turbulento na sala de silêncio enquanto todos estudavam. Foi privado do recreio do dia. (LIVRO DE OCORRÊNCIA 2, 03.04.1868); “O aluno Calasans Rodrigues foi privado do recreio do dia por brincar no silêncio e meter-se por baixo das mesas da sala do dito silêncio. (LIVRO DE OCORRÊNCIA 2, 01.05.1868);
- O aluno Adolpho de Mattos Costa ficou de pé por 1h por não estudar e estar pintando figuras no silêncio e estar passando aos seus colegas com ditos jacosos. (LIVRO DE OCORRÊNCIA 2, 15.02.1870);
- O aluno José Luiz Machado foi privado do recreio do dia por comer tangerinas no silêncio e atirar com as sementes na cara de seu condiscípulo João Carneiro de Almeida. (LIVRO DE OCORRÊNCIA 2, 30.05.1870).

Em todos os exemplos acima listados, os alunos foram castigados por estarem fazendo barulho, brincando ou comendo fora de hora, quando deveriam estar em silêncio a estudar. A penalidade aplicada dependia da gravidade da falta cometida. O mau comportamento no interior da sala de estudo também gerava punição, como no exemplo a seguir:

- Os alunos Gregorio Lopes de Azevedo, M. de Aragão, Gastão da Costa Fernandes, Antonio Alves Meira Junior foram expulsos da sala de estudos por mau procedimento. (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1896, p. 147).

Figura 61: Sala de estudos/Biblioteca - Colégio Pedro II



Fonte: Acervo NUDOM – CPII

A sala de estudos/sala do silêncio conhecida também como a biblioteca escolar dos alunos se constituiu como um lugar voltado para o estudo, funcionando como um centro cultural, um espaço destinado à circulação dos saberes e, ao mesmo tempo, um local onde os alunos também faziam as suas traquinagens, desviando-se dos estudos. Era nesse local que os alunos deveriam aprofundar as lições que lhes eram transmitidas, por meio da consulta aos livros, da leitura silenciosa deles ou através da prática de exercícios para fixar a matéria dada. Tornou-se, portanto, um lugar legítimo da socialização da cultura pedagógica produzida, muitas vezes, no interior do próprio Colégio, através dos compêndios elaborados pelos professores e que fizeram parte do conteúdo disseminado nas aulas através dos programas de ensino.

Além disso, a sala de estudos também serviu como sala para a realização dos exames finais dos alunos, por ser um lugar bastante espaçoso, como destacou Dória (1997, p. 165): “solenes, realizados no salão de estudo, enormíssimo e repleto, à mesa os reitores, os vice-reitores, os professores da matéria, do Externato e do Internato, muitas vezes sob a presidência do Imperador”. Serviam os exames para aferir o rendimento do aluno, uma vez que era cobrado todo o conteúdo lecionado nas aulas, nas diferentes disciplinas, seguindo os

programas de ensino.

Portanto, funcionava o sistema de exames como uma técnica de individuação (FOUCAULT, 2013), uma vez que os alunos eram classificados de acordo com o nível intelectual alcançado, sendo-lhes atribuídas notas que poderiam aprová-los plenamente, aprová-los simplesmente ou reprová-los. “O sistema de provas e exames distinguia os alunos mais talentosos do Colégio, jovens que experimentavam a notoriedade e a honorabilidade conferidas na cerimônia de distribuição de prêmios” (CUNHA JÚNIOR, 2008, p. 93). A aprovação plena, conquistada após o julgamento realizado junto aos membros que compunham a banca examinadora, garantiria ao aluno um prêmio, sendo este concedido no dia da cerimônia de colação de grau, como vimos anteriormente.

4.4 O pátio escolar

Cercado na face da frente por uma varanda ladrilhada de mosaico de mármore com gradaria de ferro entre arcos de alvenaria, o pátio tinha, em seu centro, um poço. Porém, durante o mandato do Reitor José de Souza Corrêa (1851-1853) o poço foi desativado.

O pátio escolar servia não só para a realização dos exercícios ginásticos, mas também como um lugar onde os alunos poderiam desfrutar os seus momentos de lazer, durante a hora do recreio, movimentando-se livremente. Moreira de Azevedo (1877), assim, o descreveu como um lugar cheio de sombras, em virtude da presença de grandes amendoeiras.

Fernandes Figueira (apud PONTES, 1935), amigo íntimo de Raul Pompeia no Imperial Colégio de Pedro II, fala de um momento vivido por eles em seus tempos de estudante:

[...] quando Raul não desenhava, ele se atirava a ginástica, a que era afeiçoado, não sentindo, ágil que era, vertigens nas alturas a que ascendia, preferindo singularmente os arriscados exercícios de equilíbrio. O recreio ofereceria, então, o espetáculo quotidiano dos esportes [...]. No largo pátio colegial, aquelas duas cabeças ilustres que a morte nos roubou, inoculando-lhes no sangue o filtro maléfico da política. Pardal Mallet, de rosto angélico e louro, com dois floretes na mão, fazendo a propaganda da esgrima, a debater-se violento contra o príncipe D. Pedro, e Raul Pompeia a passear orgulhoso sobre uma barra alta, entre a admiração boquiaberta e ruidosa dos colegas (PONTES, 1935, p. 46).

Durante o recreio, os alunos interagiam entre si, desfrutando não só dos aparelhos ginásticos espalhados pelo pátio, como também movimentando-se através da prática dos mais variados esportes, o que nos faz refletir sobre a representação do pátio como um

elemento constituinte não só da arquitetura escolar, mas como um espaço que se relaciona com uma pedagogia traduzida em práticas de educação física, conforme apontaram Lima e Gois Júnior (2022) em recente estudo sobre a relevância dos pátios em estabelecimentos de ensino.

Por meio da perspectiva teórica desenvolvida por Dominique Julia (2001, p. 10) que define a cultura escolar como “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar”, podemos dizer que estamos diante de múltiplas culturas escolares no Imperial Colégio de Pedro II, uma vez que os livros de ocorrência disciplinar nos possibilitaram descortinar diferentes experiências de ensino, de comportamentos, de práticas, mostrando que a escola é um lugar em constante movimento, indo muito além de um local de aprendizagem somente.

Seja no Externato, seja no Internato do Imperial Colégio de Pedro II, o pátio foi protagonista de inúmeras atividades coletivas e recreativas, trazendo diferentes vivências e sentidos aos que lá desfrutaram, uma vez que ele estava associado ao movimento dos educandos, aos encontros, às aglomerações e às práticas de educação física por meio de diversos instrumentos que compunham esses amplos espaços abertos.

Nos livros de ocorrência, temos inúmeros exemplos do pátio como um local de diferentes delitos:

- O aluno Brocardo Januário Pereira do Valle jogava capoeira no pátio dando pontapés em seus colegas. Foi privado do recreio. (LIVRO DE OCORRÊNCIA 2, 08.04.1867);
- O aluno Arthur de Seixas Souto Maior ficou detido do dia 1º até o dia 4 do corrente, até às 2h30 da tarde por brigar no pátio com aluno de mesmo ano Jose Luiz Machado. (LIVRO DE OCORRÊNCIA 3, 01.06.1870);
- Os alunos Luiz Ferreira, Severino, Jesus, Mariano Machado, Ayres Pinto ficaram retidos por meia hora por estarem em corridas no pátio. (LIVRO DE OCORRÊNCIA 4, 1884, p. 9);
- Os alunos Hugo Araripe e Antonio Lago tiveram 1h de castigo escrito por estarem trepados nos aparelhos de ginástica no pátio. (LIVRO DE OCORRÊNCIA 6, 1887, p. 30).

Como podemos ver, os castigos que tiveram o pátio como o local da ocorrência aconteciam por brigas com outros colegas, por fazerem uso dos aparelhos de ginástica inapropriadamente ou por fazerem corridas, sem autorização dos encarregados pela fiscalização dos alunos ou em momento inoportuno. Todas elas têm em comum a presença dos colegas, ou seja, o uso do pátio é compartilhado e está ligado à socialização e ao movimento dos corpos.

O pátio, portanto, pode ser considerado um espaço de múltiplas manifestações, uma vez que conjugava a recreação, os jogos e os movimentos livres dos educandos com a normatização das aulas de educação física.

A pesquisa desenvolvida pelo autor Cunha Júnior (2008) nos é fundamental para compreendermos os exercícios ginásticos no Imperial Colégio de Pedro II e a Educação Física como um todo. Segundo ele, a produção teórica sobre a história da Educação Física no Brasil teve grande influência de médicos e militares e que suas fontes inspiradoras eram os países europeus, como a Alemanha, a França, a Dinamarca e a Suécia. Segundo o autor, até as primeiras décadas do século XIX, a prática de exercícios ginásticos era quase exclusiva das instituições militares, porém, sua extensão para às escolas, por exemplo, ocorreu a partir da “descoberta de seu caráter científico, de sua afirmação como parte significativa dos novos códigos de civilidade postos em circulação e de sua importância enquanto componente educativo” (p. 127). Ainda de acordo com o autor, no Brasil, os exercícios ginásticos faziam parte do treinamento fornecido pelo Exército e pela Marinha Imperial buscando desenvolver nos soldados as qualidades físicas – força, destreza e resistência – e as qualidades morais – coragem, caráter e hierarquia – para exercerem suas funções militares e preparando-os para o combate (CUNHA JÚNIOR, 2008).

Já a defesa dos exercícios ginásticos pelos médicos brasileiros, ao longo do século XIX foi tema de vários estudos por uma grande parte de pesquisadores. Como exemplo podemos citar os estudos realizados por Gondra (2004) e Paiva (2001) que mergulharam suas lentes para as teses elaboradas, no período oitocentista, pelos médicos formados pelas Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro. Na visão de Gondra, havia um projeto de educação escolar para o Brasil, onde a *gymnastica* era considerada uma atividade produtiva ao corpo, desenvolvendo os bons hábitos, os bons costumes e, ao mesmo tempo, uma atividade que ajudava a relaxar a mente, uma vez que seus corpos seriam ocupados produtivamente, combatendo os vícios, o ócio, a indisciplina.

Embora o exercício físico levasse amplos benefícios aos praticantes, poucas foram as instituições escolares brasileiras, ao longo do século XIX, que ofereceram regularmente a *gymnastica* em seus programas de ensino. No Imperial Colégio de Pedro II, as lições dos exercícios *gymnasticos* foram inauguradas em 1841, sob o comando do mestre Guilherme Luiz de Taube, militar brasileiro e ex-capitão do Exército Imperial. De acordo com Cunha Júnior (2008, p. 131), “durante todo o período imperial não houve concurso para este cargo, sendo os profissionais contratados diretamente pelo Reitor ou pelo Ministro do Império, de

acordo com a necessidade do Colégio”. A importância das atividades físicas era universalmente compartilhada. Nos liceus europeus, os exercícios *gymnásticos* já faziam parte do cotidiano dos alunos e o Império do Brasil, muito atento em acompanhar o que de mais moderno havia no exterior para reproduzir no país, tratou de investir nessa atividade, incorporando ao Imperial Colégio de Pedro II. Assim, o então Reitor do Colégio, aprovou a referida disciplina na instituição. Naquela época estava à frente da Reitoria o médico Joaquim Caetano da Silva. “Este, deu à *gymnastica* e a seu mestre uma considerável importância, da qual Guilherme de Taube soube se valer [...]” (CUNHA JÚNIOR, 2008, p. 134).

O mestre Guilherme de Taube deixa o cargo em 1843, como apontou Cunha Júnior em sua pesquisa. A vacância do cargo dura três anos quando uma nova indicação surge e é então aprovada pelo Reitor Joaquim Caetano da Silva. O novo mestre era Frederico Hoppe, natural do reino da Espanha, com formação militar desenvolvida no interior do Exército Espanhol, tendo assumido o cargo em 1846. Quando chegou à Corte, passou a ministrar lições de esgrima em colégios particulares e na Sociedade de Armas da Academia da Marinha. Hoppe oferece ao Imperial Colégio de Pedro II os benefícios da esgrima que, conforme apontou Cunha Júnior em seu estudo, era de várias ordens:

[...] dava vigor ao corpo, moldando-o de modo proporcional; auxiliava no desenvolvimento das faculdades intelectuais, predispondo o espírito para a melhor aquisição dos conhecimentos; combatia o hábito sedentário; servia como meio de defesa individual, como distração e como atividade útil para preencher o tempo do recreio das escolas e muito concorre para tornar aqueles que se dedicam a arte da esgrima verdadeiros cavalheiros (CUNHA JÚNIOR, 2008, p. 138).

Como podemos observar, os benefícios da esgrima eram, de fato, sedutores e seu aprendizado, como destacou Cunha Júnior (2008), era restrito aos colégios dos jovens da elite, sendo considerado um conteúdo da ginástica polida e fina, além de ser uma prática que estimulava o autocontrole, a disciplina e a defesa individual. Hoppe não fica muito tempo no Colégio, saindo em 1848, insatisfeito com os vencimentos recebidos e com a carga horária ofertada. Assim, em 1849, assume o ensino da *gymnastica* Antônio Francisco Gama, mestre de esgrima da Escola Militar do Rio de Janeiro, instituição que formava os oficiais do Exército Imperial, permanecendo no cargo até 1859, como apontou Cunha Júnior em seu estudo (2008).

Embora os exercícios ginásticos fossem oferecidos no Imperial Colégio de Pedro II desde o ano de 1841, somente em 1855, através do Decreto n.º 1556, de 17 de fevereiro, é

que a *gymnastica* passou a ser citada oficialmente na legislação escolar. O Decreto determinava que os exercícios ginásticos fossem praticados durante as horas de recreação e que a sua frequência fosse diária, o que não ocorria em 1848, quando as lições eram oferecidas durante três dias da semana. É, também, no ano de 1855, que o Ministro do Império, Couto Ferraz ressalta em seu relatório a importância da prática dos exercícios ginásticos para os alunos do Colégio. Na sua visão, ela ficava a desejar pela falta de espaço físico do prédio e, por essa razão, propôs a criação de um novo edifício para servir ao Internato, com um espaço conveniente onde os alunos pudessem usufruir amplamente dos benefícios da natureza, longe dos grandes centros urbanos, o que reforça a influência do discurso médico higienista nas ações dos legisladores e dirigentes responsáveis pela instrução pública em meados do século XIX, principalmente, na organização e regulação dos espaços escolares, conforme apontou Gondra em seu estudo (2004).

Foi então que, em 1857, o Internato passou a ocupar um outro espaço, considerado um bairro rural, em prédio localizado no Engenho Velho. A criação do Internato, oficializada através do Decreto n. 2006, também faz referência aos exercícios ginásticos como conteúdo oficial de seu curso de estudos, embora não fosse mais considerada uma disciplina obrigatória. A obrigatoriedade só retorna em 1870, com novo Decreto.

Como vimos, a prática da ginástica era realizada de forma improvisada no pátio escolar do Imperial Colégio de Pedro II, antes mesmo da criação do Internato. Porém, no ano seguinte à criação do Internato, lá foi construído um pórtico ginástico, sob o nome de *gymnasio*. Esse local reunia os aparelhos e os instrumentos necessários para o desenvolvimento dos exercícios e a prática da ginástica. Não só o Internato recebeu esse pórtico. O Externato, no ano de 1859, também recebeu um lugar próprio, sendo o mestre Pedro Guilherme Meyer, alferes do Exército Imperial brasileiro, o responsável por ministrar a disciplina após o afastamento de Antônio Francisco da Gama, em virtude de doença. Segundo Cunha Júnior (2008), a inauguração do pórtico com todos os aparelhos e instrumentos necessários à prática da educação física faz pensar que Meyer fez um trabalho diferenciado no Imperial Colégio de Pedro II, englobando não só a esgrima, mas também outros exercícios:

[...] os exercícios da marcha, as corridas, os saltos, os flexionamentos de braços e pernas, os exercícios de equilíbrio sobre uma trave, de força e destreza, a natação, a equitação, as lutas, os jogos e os exercícios em aparelhos, tais como as barras fixas e móveis, as paralelas, as escadas, as cordas, os espaldares, o cavalo e o trapézio (CUNHA JÚNIOR, 2008, p. 148).

Figura 62: Uma lição de gymnastica de aparelhos



Fonte: Acervo NUDOM – Internato

Em 1870, Pedro Meyer deixa de lecionar no Externato, ficando apenas no Internato devido à incompatibilidade dos horários nas duas casas e sai do Colégio definitivamente em 1877, entrando em seu lugar o mestre Paulo Vidal. A sua chegada ao Colégio não foi muito animadora, uma vez que os pórticos ginásticos estavam desgastados pelo tempo e em péssimas condições de uso. Dessa forma, as aulas voltavam a ocorrer nos pátios, tanto do Internato, quanto do Externato e em dias de chuva ou calor excessivos, as lições tinham que ser interrompidas. Vidal passou a reivindicar um local que fosse coberto, amplo, arejado e iluminado para a prática dos exercícios físicos e foi atendido. O Ministério do Império mandou que a obra fosse iniciada no Externato, sendo construído um pavilhão coberto no centro do pátio. Foi, também, com este mestre que a ginástica passou a ter um programa de ensino oficialmente organizado, pela primeira vez, no ano de 1879, conforme apontou Cunha Júnior (2008) em seu estudo.

Em 1881, com mais uma reforma educacional, a ginástica continuou obrigatória, porém, para atender o número de lições previstos na reforma, teve que contratar mais um professor. Assim, Vidal permaneceu no Externato e para o Internato foi contratado o espanhol Vicente Casali, permanecendo até o fim do Império. Já Paulo Vidal, ficou no

Externato até 1884, quando se afastou para tratar de sua saúde, entrando em seu lugar Arthur Higgins, em 1885. Higgins iniciou as lições ginásticas na Escola Normal da Corte e posteriormente entrou no Imperial Colégio de Pedro II. Seu conhecimento e experiência nas escolas o fez publicar, em 1896, o compêndio de gymnastica escolar, apresentando as lições teóricas consideradas indispensáveis aos mestres de ginástica. Nesta obra, o autor defendia o método sueco-belga, alinhando-se ao discurso médico-higienista, apresentando uma série de propostas vinculadas à sistematização dos exercícios. “Fez do seu livro a norma e o modelo da ginástica a ser difundida a todos os estabelecimentos secundários do país” (CUNHA JÚNIOR, 2008, p. 156).

Figura 63: Professor Arthur Higgins



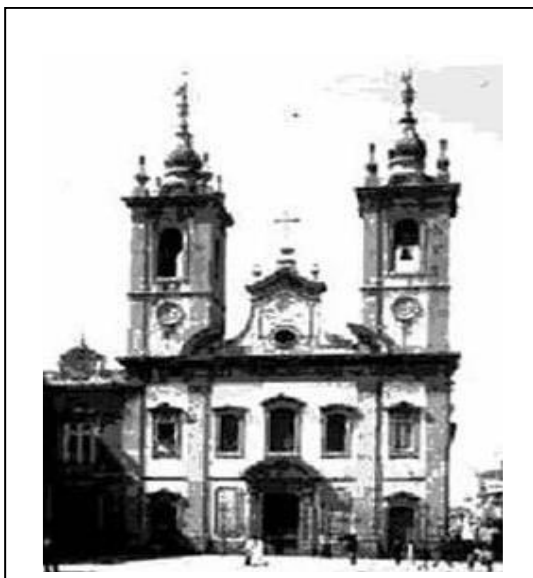
Fonte: Revista da Semana

Como vimos, a ginástica no Imperial Colégio de Pedro II passou por várias mudanças, porém, o que gostaríamos de destacar é que o pátio escolar corresponde um espaço de suma importância dentro da instituição, não só por conta da recreação, na qual os alunos podem correr livremente, divertindo-se nas horas destinadas ao recreio, mas também por ser o local onde os exercícios físicos dos alunos eram, muitas vezes, executados cumprindo o programa de ensino a ser ministrado. A ginástica, portanto, além de ajudar a educar o físico, tornando a mocidade mais forte, veloz, flexível, ajudava também a educá-los moralmente, inculcando-lhes valores e condutas que visassem o respeito ao próximo, a disciplina e a coragem para vencer as dificuldades.

4.5 A capela

A capela estava localizada em um dos corredores e no antigo consistório da Igreja de S. Joaquim. Este templo estava localizado entre o edifício do Colégio e a rua de São Joaquim, tendo a frontaria voltada para a parte mais larga dessa rua. Possuía um pórtico de granito, com frontão curvo, três janelas no coro com vidraças, o entablamento sobre o qual erguia-se um segundo corpo com um óculo e o frontão reto. As torres eram separadas do corpo central por duas pilastras, altas e elegantes e tinham os coruchéus em forma piramidal. Era de estilo barroco e manifestava a cor triste e sombria com que os anos santificam as igrejas. Assim a descreveu Moreira de Azevedo, em 1877 (p. 83).

Figura 64: Igreja de São Joaquim



Fonte: ALVES, 2013, p. 139

Conforme mencionou o autor, “no interior da Igreja não havia altares, nem imagens, nem círios, nem lâmpadas, nem ornatos”. (AZEVEDO, 1877, p. 83). Durante muito tempo, ela ficou abandonada, sem se ouvir os cânticos sagrados, a voz do sacerdote e sem se sentir o perfume do incenso.

Começou a profanação deste recinto em 1818 quando vieram os soldados substituir os seminaristas. Anos depois regressaram os alunos, mas a Igreja foi se arruinando, o culto foi diminuindo e, por fim, tiraram-se os santos, os paramentos, ficando o templo despido e abandonado.” Em seus cinco altares viam-se do lado da epístola a Senhora das Dores e S. Bom Homem. No lado oposto, São José e a Nossa Senhora da Conceição e, no principal, o orago. (AZEVEDO, 1877, p. 83 e 84).

Teve esta Igreja os seus dias de esplendor, pois, os seminaristas e seus condiscípulos festejavam os dias santos, entoando hinos e cânticos alegres, como também oravam em dias tristes e fúnebres, fazendo-se sepultamentos e missas de sétimo dia na capela mor. Porém, com o tempo, a Igreja foi ficando sem vida, sem as suas imagens, sem luz e suas portas foram fechadas. Pensou-se em demoli-la para abrir passagem para a locomotiva da Estrada de Ferro D. Pedro II, que, segundo Moreira de Azevedo, (1877) deveria chegar até ao mar, na Prainha, mas, esse projeto não teve êxito. Assim, segundo o autor, o espaço que a sacristia da Igreja ocupava e um de seus corredores foi requerido pela Sociedade Propagadora das Bellas Artes para que as aulas do Liceu de Artes e Ofícios⁷⁴ fossem ali realizadas. Anos depois, o Liceu tomava conta de todo o espaço que a Igreja de São Joaquim ocupava, lá permanecendo até o ano de 1878, “quando é transferido em setembro de 1878 para o prédio n.º 3, da Rua da Guarda Velha - atual Rua 13 de maio”. (ALVES, 2013, p. 138).

O ensino religioso no Imperial Colégio de Pedro II esteve presente desde a fundação da instituição, sendo um capítulo inteiro dedicado a ele (capítulo XV), como consta no Regulamento n.º 8, de 1838:

Art. 86 – Nas quintas-feiras, e Domingos, terá lugar a instrução religiosa distribuída pelo seguinte modo.

Art.87 – Além da Missa, Homilia e Orações de vésperas, que são comuns para todo o Collegio, os alunos da aula 8ª decorarão Historia Sagrada, e pedaços do Novo e Velho Testamento, que lhes serão explicados pelo Capellão.

Art. 88 – Os das aulas 7ª e 6ª, decorarão o Cathecismo da Diocese com as explicações, que o Capellão julgar necessárias.

Art. 89 – Os das aulas 5ª, 4ª e 3ª, assistirão à exposição dos Dogmas da Religião, e das provas, em que se apoião.

Art. 90 – Para os das aulas 2ª e 1ª, haverá conferencias philosophicas sobre a verdade da Religião, sua história e os benefícios, que lhes deve a humanidade (BRASIL, 1838, p. 74-75).

Como podemos observar, o ensino religioso no Colégio estava organizado em oito aulas, que eram divididas em classes de, no máximo, 35 alunos. Nota-se que o estudo era bem definido e progressivamente orquestrado. Além dos alunos, os empregados que residissem no Colégio também deveriam participar dos rituais religiosos, participando das Missas, da Homilia e das “orações de vésperas”.

⁷⁴ No dia 9 de janeiro de 1858, o Liceu de Artes e Ofícios foi fundado. Inicialmente, sem sede própria, as aulas foram iniciadas no ano de sua fundação, em consistório da Igreja Santíssimo Sacramento. Porém, no ano seguinte, suas instalações migraram para o espaço requerido pela Sociedade Propagadora das Bellas Artes, passando a ocupar a sacristia da Igreja de São Joaquim e um de seus corredores. (cf. ALVES, 2013, p. 133).

Ainda de acordo com o Regulamento, os alunos deveriam “estar sempre providos dos livros de Offício Divino adotados para a Diocese” (BRASIL, 1838, p. 64), ou seja, o compêndio ou manual didático utilizado na referida disciplina.

De acordo com Cunha Júnior (2008, p. 113), “o desenvolvimento da fé católica no Imperial Colégio de Pedro II não se esgotava nos tempos e espaços próprios da cadeira de instrução religiosa”. Ela ia além, uma vez que as atividades religiosas faziam parte do cotidiano da instituição, tarefa essa que era atribuída ao Capelão do Colégio. Cabia a ele celebrar as missas nas quintas-feiras, domingos e dias de guarda, no dia da distribuição de prêmios, no dia do Espírito Santo e no dia de abertura das aulas. Além disso, deveria ele preparar os alunos para a Primeira Comunhão e para a Confissão, ajudando-os com os meios necessários para o recebimento dos Sacramentos, dirigindo-lhes homilias instrutivas. O Capelão deveria residir no Colégio e era nomeado pelo Governo, sendo o seu nome proposto pelo Reitor, que faria uma consulta prévia ao Bispo, sendo igual em dignidade ao Vice-Reitor da instituição. Além do Capelão, que deveria instruir os ensinamentos religiosos, “o Reitor deveria inspecionar tudo o que respeita à Religião” (p. 62) e aos professores, “sempre que pudessem, lembrariam aos alunos os seus deveres para com Deus, para com seus pais, Pátria e Governo” (p. 65).

Durante todo o período imperial o ensino religioso fez parte do plano de estudos do Colégio. Até o final da década de 1860, a instrução religiosa não sofre nenhuma mudança, como apontou Cunha Júnior (2008, p.113) em sua pesquisa. Porém, a partir dos anos 1870, o ensino religioso foi declinando e perdendo sua influência, “passando a ser questionada por argumentos científicos e racionais, frutos do pensamento positivista que conquistava adeptos no interior da instituição e no país”. Esse baque sofrido no ensino religioso foi comprovado com a perda do espaço ocupado pela Igreja de São Joaquim, anexa ao Colégio, para o Liceu de Artes e Ofícios, com o fim dos ritos descritos no Regulamento n.º 8, conforme Ofício do Reitor do Internato enviado ao Ministro do Império⁷⁵ e com o fim da obrigatoriedade do ensino religioso por meio da reforma Leôncio de Carvalho, em 1878.

No ano de 1876, o então Reitor do Externato, Fonseca Lima, solicitava a restituição do culto religioso da Igreja de São Joaquim, anexa ao Imperial Colégio de Pedro II. Porém, a Igreja estava ocupada pelo Liceu de Artes e Ofícios, que já sofria com as instalações precárias, “estando mal acomodado, no perigo constante de incêndio no templo pelo número

⁷⁵ Ofício do Reitor do Internato ao Ministro do Império. Fonte: Arquivo Nacional, IE4-44.

excessivo de luzes acesas nos diversos andares de madeira, levantados no recinto sagrado” (DÓRIA, 1997, p. 126).

Com a transferência do Liceu de Artes e Ofícios em setembro de 1878, a reivindicação daquele espaço pelo Imperial Colégio de Pedro II, para tornar o culto religioso novamente presente na Igreja de São Joaquim, foi muito requisitada pelos Reitores, aparecendo diversas vezes nos relatórios dos Ministros do Império. Fonseca Lima deixa o cargo de Reitor em junho de 1880 e, nesse período, ainda não havia logrado êxito em sua solicitação. Foi na gestão do Reitor Luiz Raymundo da Silva Brito que tal pedido foi então atendido.

Porém, em 1888, o prédio contíguo ao estabelecimento de ensino, há tempos requerido para a restituição do culto religioso, estava ocupado pelo Instituto Farmacêutico. O então Reitor do Externato, Luiz Raymundo da Silva Brito, pedia ao Governo a desocupação do prédio e dizia ser “profanação dolorosa a continuar um templo antigo, objeto de veneração de maiores, transformado em laboratório farmacêutico, como se a cidade não possuísse lugar mais próprio para ser despojada do que a Casa de Deus e não igreja interdita, que nunca o fora, e sim aberta à profanação” (DÓRIA, 1997, p. 158).

O Reitor Brito, após manifestar o seu pedido ao Ministro do Império, conseguiu reaver o templo de volta, como era da vontade do antigo Reitor do Colégio, o Monsenhor Fonseca Lima. Assim, a Irmandade de São Joaquim foi nele reorganizada e o culto religioso tornou a ser exercido na antiga Igreja. Dessa forma, os bacharéis em letras da turma de 1888 tiveram a oportunidade de participar da Missa do Espírito Santo na Igreja de São Joaquim, sempre ameaçada de extinção pelo projeto de alargamento da Rua Larga de São Joaquim. Pela última vez foi a referida Rua tomada pelo público para ver a chegada da família imperial para a solenidade da colação de grau, pois, já em 1890, com a República instaurada, Silva Brito, Reitor do Externato, redige um Ofício ao governo republicano, declarando ser lamentável a situação do ensino religioso na instituição. Sua resposta é redigida e encaminhada, dois anos depois, pelo então Ministro da Instrução, Benjamin Constant: ““não é possível permitir que os princípios de qualquer fé ou moral religiosa sejam ensinados nos estabelecimentos públicos de instrução leiga’ e determina o fim do ensino religioso na instituição” (CUNHA JÚNIOR, 2008, p. 114). Com a saída da Monarquia e a chegada da República, a religião perde totalmente a sua força e influência, saindo de cena a saudação presente nos escritos dirigidos ao Ministro do Império onde se lia “Deos Guarde Vossa Excelência”, dando lugar ao “Saúde e Fraternidade”, como apontou Cunha Júnior (2008,

p.114), indícios de uma nova cultura que se alinhava ao positivismo e ao cientificismo muito peculiares da República.

Ao buscarmos indícios de infrações cometidas pelos alunos em obras memorialísticas, encontramos a obra de Eloy Pontes, que é quase uma biografia de Raul Pompeia, ex-aluno do Imperial Colégio de Pedro II. Na referida obra, Fernandes Figueira, amigo íntimo de Raul Pompeia no Colégio escreveu que Raul enchia o tempo dos recreios, não raro, desenhando e fazendo figurinhas de barro e declarava:

[...] a arte fazia parte da sua natureza e, desde menino, acompanhei-o de fugida das aulas à Escola de Bellas Artes, onde ele tirava o esboço de alguns quadros expostos”. Era costume, no Externato D. Pedro II, refugiarem-se os alunos do 1º ano na antiga capela de São Joaquim (cuja chave conseguiam obter) e ali aturdiavam, repetindo em gritos, fosse lá como fosse, o que na véspera ouviam no Lyrico. A capela ficava abaixo do gabinete do reitor, ao qual chegava surdamente o barulho e mandava syndicar logo daquele fenômeno de casa povoada por doentes...custava isso deliciosas gargalhadas, pois nunca foram encontrados em flagrante delito, devido as sentinelas perdidas que se deitavam à espreita da vinda dos inspetores (PONTES, 1935, p. 35-36).

Como afirmou Fernandes Figueira, os alunos conseguiam obter as chaves da antiga Capela de São Joaquim, que ficava embaixo do Gabinete do Reitor e lá faziam suas travessuras. Só não foram pegos em flagrante porque havia os sentinelas de plantão para que o plano desse certo e não fossem descobertos. Sendo infalíveis como guardiões do templo, suas astúcias permitiram que não fossem pegos ou descobertos em flagrante pelos agentes fiscalizadores do Colégio, garantindo êxito na empreitada.

Porém, nos livros de ocorrência encontramos algumas traquinagens que não deram certo, o mau comportamento durante a missa na Capela levou alguns alunos ao castigo, devendo eles permanecer de joelhos por meia hora, conforme o exemplo a seguir: “Os alunos João Carlos de Mendonça Furtado, Fernando Marquez de Castro e Queiroz ficaram 30 min. de joelhos na capela em presença de seus colegas por portarem-se mal na missa” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 3, 10.08.1872).

Outro exemplo foi encontrado no livro de ocorrências do Internato, em 1872, no qual o aluno José Clemente Dias de Mattos foi privado no dia 23 de fevereiro por alterar na Capela durante a oração com seus colegas Forquim e Dias de Mattos (LIVRO DE OCORRÊNCIA INTERNATO, 23.02.1872).

Como vimos nos exemplos, o mau comportamento e o fato de não fazerem silêncio durante a missa e durante o momento da oração fez com que os alunos sofressem punições aplicadas por seus inspetores, tentando inculcar o respeito e a boa conduta à mocidade que

fazia parte daquela instituição de ensino.

A localização da Capela no Internato, “ficava no primeiro pavimento, onde guardava-se a antiga imagem de São Joaquim, que pertenceu à Igreja”. (AZEVEDO, 1877, p. 85). A distribuição do tempo, também no Internato, era fortemente marcada e os alunos internos, às seis da manhã, já deveriam estar presentes na Capela. “De lá, seguiam para o silêncio, leia-se para o estudo, até oito horas” (DÓRIA, 1997, p. 104). Às oito e trinta seguiam para o refeitório e de lá para o recreio até as nove. Iniciavam-se as aulas e as mesmas terminavam às treze horas. Seguiam novamente para o refeitório e de lá para o recreio. O recreio acontecia no turno da tarde das “duas às três, das cinco às seis e das oito e meia às nove da noite. A sala de estudos ou o silêncio era frequentado das três às cinco, das seis às oito” (DÓRIA, 1997, p. 104) e, assim, era o cotidiano dos internos do Imperial Colégio de Pedro II.

São Joaquim era considerado o padroeiro do Colégio e para comemorar o seu dia Santo, comemorado no dia 26 de julho, uma festa era realizada no dia, tanto no Externato quanto no Internato, com uma grande missa festiva.

Portanto, a religião nas escolas pode ser considerada um caminho para o fomento da educação moral nos alunos, uma vez que ela poderia combater e afastar os vícios e, ao mesmo tempo, inspirar e destacar as virtudes, contribuindo para a formação do caráter dos indivíduos.

Na próxima seção, abordaremos mais sobre a divisão do tempo, presente não só na organização das aulas, mas também como um meio disciplinador, à medida que ele também estava presente nos castigos aplicados aos alunos, conforme descritos nos livros de ocorrência, um tempo que funcionava como um mecanismo de controle, sempre regulado e ocupado.

4.6 O tempo como divisor de tarefas

Na presente seção, iremos tratar sobre a duração dos castigos impostos aos alunos do Imperial Colégio de Pedro II/Ginásio Nacional. Como elementos estruturantes e organizadores do trabalho utiliza-se a tríplice estrutura da distribuição do tempo escolar desenvolvida por Viñao Frago (1998): meio disciplinador; mecanismo de organização e racionalidade curricular; instrumento de controle. Nesta subseção, nos voltaremos para a primeira estrutura: o tempo como um meio disciplinador.

Foucault (2013, p. 144), ao discorrer sobre o controle do tempo, destaca que “[...]durante séculos, as ordens religiosas foram mestras de disciplinas: eram os especialistas do tempo, grandes técnicos do ritmo e das atividades regulares [...]”. Assim, o rigor do tempo já fazia parte das rotinas dos colégios, oficinas e hospitais.

O tempo escolar, na vida intramuros do Colégio, se subordina aos ritmos do relógio.

Este artefato social induziu uma verdadeira revolução na autorregulação das atividades humanas e na própria organização social, à medida que o relógio introduz um tempo linear, abstrato, diferente dos ritmos cíclicos, cósmicos e biológicos, diferente também do tempo social, o qual é variável conforme os acontecimentos e os grupos [...] (PETITAT, 1994, p. 91).

O que o relógio mostra, por meio dos diversos símbolos nele inscritos, constitui o que se chama de tempo (ELIAS, 1998). Por meio deste artefato, as horas e a sequência das atividades a serem desenvolvidas podem ser controladas. Pomian (1993) ressalta que o tempo controla todas as atividades, funcionando como um regulador do cotidiano, num movimento que dinamiza a rotina escolar: “o velho sino da portaria marcava “as horas de estudo, pontualmente iniciada às 9 h e as horas de recreio, de 15 minutos entre cada aula de uma hora” (MARINHO; INECO, 1938, não paginado).

O tempo cotidiano era implacavelmente esquadrihado, como indicava, por exemplo, o texto regulamentar de 1838:

Antes do meio dia.

Art. 52. Das cinco horas e meia às 6: os alunos levantam-se, vestem-se, e vão para a oração comum.

Das 6 às 7 horas e meia: os alunos preparam nas salas de estudo os trabalhos, que lhes houverem sido marcados pelos professores.

Das 7 e meia às 8: almoço e recreio

Das 8 ao meio dia: vão para as diversas aulas ou preparam, nas salas de estudos, os trabalhos que lhes forem marcados.

Entre cada uma das diversas lições, que se sucederem, haverá um intervalo de 10 minutos de recreio.

Depois do meio dia

Art. 53. Do meio dia à hora e meia: jantar e recreio.

Da hora e meia às cinco: vão os alunos para as diversas aulas

Das 5 às 5 e meia: merenda e recreio

Das 5 e meia às 8: preparam os trabalhos escritos e decoram as lições

Das 8 às 8 e meia: ceiam

Das 8 e meia às 9: recreio, segue-se leitura moral e oração comum

Às 9 horas e meia: vão deitar-se

[...] Art. 56. Todas as aulas e refeições serão precedidas e seguidas por uma breve oração.

Art.57. Durante as refeições um dos alunos das classes superiores fará uma leitura indicada pelo Reitor.

Art. 58. Os alunos marcharão sempre em ordem e silêncio, debaixo da direção dos respectivos inspetores.

Art. 59. Durante as horas de aulas e de estudos haverá nos pátios e lugares comuns, quem vigie e impeça que se demorem ou reúnam os alunos, que por necessidade saírem das salas. (BRASIL, 1838, p. 71).

Como podemos observar, a sinalização do tempo tornou-se fundamental para a definição dos papéis de comando e da obediência. Era preciso acrescentar aos alunos o disciplinamento do tempo e o “silêncio hiante”, como dizia Pompéia (1888). O aproveitamento do tempo, evitando-se a ociosidade e, sobretudo, o descontrole sobre os alunos, ligava-se à manutenção do silêncio, especialmente, nos horários reservados às aulas e aos salões de estudo. Mas, como vimos nos livros de ocorrência, muitos dos motivos que levaram o aluno ao castigo estavam associados a alaridos, conversas, perturbação, turbulências, desordens, ou seja, situações que envolviam a quebra do silêncio. Apesar da existência das normas disciplinares no Colégio, os livros de ocorrência nos mostraram que havia vários movimentos contrários à ordem imposta, em que várias faltas e transgressões ali sucediam.

Os colégios incorporaram essa relação com o tempo de forma exemplar, seja através da marcação dos dias letivos, das datas festivas, dos recreios, das férias, do horário de início e fim das aulas etc.. O tempo sempre esteve presente para regular o cotidiano.

O tempo escolar, ou melhor dizendo os tempos escolares, são múltiplos e, tanto quanto a ordenação do espaço, fazem parte da ordem social e escolar. Assim, são sempre “tempos” pessoais e institucionais, individuais e coletivos, e a busca de delimitá-los, controlá-los, materializando-os em quadros de anos/séries, horários, relógios, campainhas, deve ser entendido como um movimento que tem ou propõe múltiplas trajetórias de institucionalização. Daí, dentre outros aspectos, a sua força educativa e sua centralidade no aparato escolar. (FARIA FILHO, 2000, p. 70).

É verdade que, com o passar dos anos, foram realizadas alterações naquele horário descrito acima no primeiro Regulamento do Imperial Colégio de Pedro II, mas, apesar das modificações, ele sempre esteve lá presente, construindo e reconstruindo situações concretas da vida escolar cotidiana. Agustín Escolano (2001) afirma que:

[...] o tempo organiza as primeiras percepções cognitivas da temporalidade e garante a internalização dos valores da exatidão, da aplicação e da regularidade. O tempo não é uma propriedade natural dos indivíduos, mas um construto cultural, que guia os sujeitos em diversas situações, direcionando-os a uma ordem que precisa ser aprendida e experimentada. Tanto os relógios escolares, quanto os relógios domésticos e de uso pessoal servem para regular a conduta diária, formando um tipo de aprendizagem (ESCOLANO, 2001, p. 44).

Houve, portanto, a tentativa de impor uma ordem temporal na escola com o objetivo de educar pela disciplina, pela ordem, pela vigilância. Assim, voltando-nos para os livros de ocorrência aqui investigados, o tempo apareceu como um meio disciplinador, marcando a duração dos castigos implementados pelas autoridades superiores. Esse tempo atravessou os oito livros de ocorrência, pois, pretendia-se educar o aluno pela disciplina, fazendo-o cumprir a ordem determinada, de acordo com o tempo previsto para cada tipo de castigo apontado.

Vários foram os registros envolvendo o tempo de duração dos castigos. Nem todos os mencionavam. Foi possível observar uma escala presente não só com relação à falta cometida dos alunos, mas também com relação ao tempo destinado a cada uma delas. Citaremos apenas alguns exemplos de cada livro para demonstrar como esse tempo estava inserido nos castigos registrados nos livros de ocorrência e como ele variava em função do tipo de castigo, da causa e se estava associado ao mesmo aluno.

No livro 1, encontramos: “O aluno Gustavo Adolfo de Souckow ficou retido no Colégio das 5 às 6:30 da tarde por sair da sala do silêncio⁷⁶ sem licença” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 1, 1858, p. 3); “O aluno Gustavo Adolfo de Souckow ficou retido no Colégio das 6 às 7 por conversar no silêncio” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 1, 1858, p. 3). Nesses dois exemplos, o mesmo aluno teve o mesmo castigo: a retenção. Como vimos, ela foi utilizada por motivos distintos. No primeiro exemplo, por ter o aluno saído da sala do silêncio sem licença. Tal procedimento implicou em uma hora e meia de castigo, retido no Colégio. Conversar no silêncio, como apontado no segundo exemplo, levou o aluno a cumprir uma hora de castigo. Mediante esses exemplos, foi possível observar que o tempo de duração dos castigos também obedeciam a uma escala, indo de uma hora a uma hora e meia, por se tratar do mesmo aluno.

Houve registros em que o castigo teve duração de três horas, como nos exemplos a seguir: “O aluno João Pereira Monteiro Junior portou-se com turbulência na sala de silêncio e portou-se mal na aula de francês. Esteve preso das 3 às 6 h da tarde (LIVRO DE OCORRÊNCIA 1, 1858, p. 77); “O aluno Antonio Jozé Cardozo ficou retido no colégio das 5 às 8h por meter-se na latrina com outros seus colegas” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 1,

⁷⁶ Pelos registros presentes nos livros de ocorrência, foi possível perceber que a sala do silêncio era a sala de estudos dos alunos. De acordo com cada período abrangido pelos livros, os nomes sofriam alterações. Foi assim com o termo seções (posteriormente alterado para turmas); Vice-Reitor e Reitor (alterados em 1892, via Decreto n. 1194, de 28 de dezembro, para Vice-Diretor e Diretor).

1858, p. 99). Nesses dois casos, alunos distintos cumprem castigos diferenciados e ambos têm que cumprir o mesmo tempo de castigo, ou seja, três horas.

O tempo de duração dos castigos, como vimos nos exemplos acima, era bem diversificado, mostrando-nos que para cada tipo de situação envolvida havia uma marcação diferenciada. Esse mesmo tempo também se alternava em horas e dias nos registros, como nos exemplos a seguir: “O aluno Benjamin Ferreira Dias dirigiu palavras obscenas ao colega Luiz José Abreu de Carvalho. Foi privado do recreio por três dias” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 2, 07.02.1866); “O aluno João Maria Mafra ficou privado do recreio por um mês por não ter levado o significado de Latim que o seu professor Lucindo o determinou que lhe apresentasse e por brincar na aula de História” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 2, 14.07.1866).

Inferimos que a aplicação de cada castigo, atrelado a um tempo de duração dependia de cada tipo de situação envolvida, assim como se aquele aluno era reincidente no comportamento vicioso ou não. Uma escala também foi observada com relação ao tempo de duração. O tempo mais curto foi o de meia hora. Exemplos: “Felix José Barbosa ficou meia hora de pé de castigo por brincar na forma” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 2, 13.02.1868); “O aluno Octaviano Coelho da Silva demorou tempo demais no quarto das latrinas, estando a brincar com outros colegas sem necessidade de ali estar, não fazendo caso da advertência do criado para retirar-se. Ficou meia hora de pé na sala do silêncio” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 2, 14.02.1868); “Os alunos Sergio de Saboia e Silva, Octaviano Coelho, Garcez Pallva, Taunay, Candido e Oliveira, Nascimento, Eduardo de Azevedo, Cabral de Menezes, Pedro Autran, Vicente João Barreto, Calasans Rodrigues e Amaral Gurgel ficaram detidos no Colégio de 5 às 5:30 por não fazerem silêncio depois do recreio” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 2, 16.04.1868). Meia hora de duração era o tempo mínimo que deveriam cumprir de castigo os alunos que brincassem na forma, que se demorassem a sair da latrina, que não fizessem silêncio após o recreio, se comportassem mal durante a aula.

Em compensação, o tempo máximo de duração de um castigo poderia chegar a mais de quatro horas, excetuando-se os casos das privações de recreios que poderiam durar até um mês. Assim, temos: “O aluno Roque Gil do Amaral Gurgel detido à prisão e tendo para alimentar-se pão e água ficou detido desde a uma hora até as cinco menos um quarto da tarde por proferir palavras obscenas diante de seus colegas” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 2, 21.07.1868); “O aluno João Severiano da Fonseca foi detido na prisão a estudar, das 10h da manhã a 5 menos um quarto da tarde por fazer acenos indecentes dirigido ao inspetor Brito

que passava na ocasião, fato este presenciado pelo próprio Reitor” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 2, 17.08.1868). Nesses dois exemplos, é possível observar a gravidade da falta cometida. Gestos e palavras obscenas foram proferidos, reforçando a imoralidade da conduta. Assim, os alunos foram castigados com um tempo maior, pois, permanecendo mais tempo no castigo teriam tempo hábil para refletirem sobre seus atos. Várias nuances podem ser captadas, de acordo com os registros das ocorrências, tanto com relação à escala do tempo, quanto com relação à escala de penalidades.

Quanto mais grave fosse considerada a situação, mais tempo deveriam permanecer no castigo.

Os castigos que tinham uma duração maior confirmam os casos considerados mais graves, como desrespeito, reincidência no comportamento vicioso, briga. Seguem os exemplos: “O aluno Manoel Reis de Queiroz teve quatro dias de retenção da última aula (de 1 a 2h) por ter faltado o respeito ao professor de francês, o Sr. Halbout” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 3, 04.09.1867); “O aluno B. J. Pereira do Valle ficou detido por 3h por reincidência de mau comportamento nas aulas de francês e aritmética” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 3, 02.06.1869); O aluno Manoel Joaquim da Gama foi detido por três dias a 1h por dia por ter se portado mal no recreio dando pontapé no aluno Leone Lacaille” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 3, 29.08.1869); “Os alunos Manuel Inocencio Pires Camargo e Costa Lima ficaram retidos por 2h por brigarem em frente ao Colégio” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 3, 14.09.1869); “O aluno Arthur de Seixas Souto Maior ficou detido do dia 1º até o dia 4 do corrente, até às 2h30 da tarde por brigar no pátio com aluno de mesmo ano Jose Luiz Machado” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 3, 01.06.1870).

Já os castigos que tinham uma duração menor, correspondiam àqueles de gravidade baixa, normalmente associados a algum tipo de bagunça, como nos exemplos a seguir: “Toda a 1ª seção foi detida por meia hora por mau comportamento (LIVRO DE OCORRÊNCIA 4, 1884, p. 21 verso); Os alunos do 2 ano 1ª e 2ª seções foram detidos por meia hora por entrarem no salão com estrépito” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 4, 1884, p. 2); “Os alunos Luiz Ferreira, Severino, Jesus, Mariano Machado, Ayres Pinto ficaram retidos por meia hora por estarem em corridas no pátio” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 4, 1884, p. 9); O aluno Vieira da Cunha ficou detido por meia hora por ter conversado em forma” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 4, 1885, p. 42).

O último livro do *corpus* documental analisado não traz muitos registros em que o tempo de castigo é revelado, pois, esse livro foi o que mais teve tipos de castigos não

mencionados, conforme vimos anteriormente. Destacaremos alguns exemplos em que o tempo é abordado, sendo o mínimo de duração, o castigo de meia hora e o máximo, de três horas e meia: “Bandeira de Mello e Valle Junior foram presos meia hora depois de acabar a aula por terem causado agruras desordens na saída de seus lugares por quererem sair antes dos outros” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1895, p. 135); “Os alunos Valle, Freire, Jaime Vasconcellos e Mário Faller foram detidos meia hora depois do expediente por mau comportamento na aula de desenho” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1895, p. 142); “O aluno Leonardo da Costa Junior ficou detido por 1h por ter faltado o respeito e consideração às autoridades da casa” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1897, p. 163); “Os alunos Figueiredo e Mayall esbordoaram-se na porta do estabelecimento. Foram castigados por 1h pelo Vice-Diretor” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1897, p. 164); “Os alunos Odenato de Moura, Cupertino Durão, Biolchini, Antônio de Faria e Galdino Pimentel foram privados de sair até 3h e meia, a pedido do professor e ordem do Vice-Diretor por portarem-se mal na aula de ginástica” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1894, p. 125); “Vicente da Luz Salvaterra e Alberto Augusto dos Santos brigaram no pátio durante o recreio. Foram apresentados ao Vice-Diretor e tiveram trabalho de escrita por 15 e 8 dias, respectivamente, nos intervalos dos recreios” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1896, p. 145).

Como vimos em todos os livros, o tempo foi registrado em horas e, também, em dias e variava muito em função da gravidade da falta. Assim, através dos registros realizados nos livros de ocorrências, pudemos capturar diversos indícios da cultura escolar praticada no Imperial Colégio Pedro II/Ginásio Nacional, no período oitocentista. “Seguindo os conselhos da antropologia, estudar a escola como fenômeno cultural implicava descrever suas práticas e buscar captar os significados atribuídos a ela pelos sujeitos” (VIDAL; SCHWARTZ, 2010, p. 19).

Atentando-se para o dia a dia do Imperial Colégio de Pedro II/Ginásio Nacional, foi possível notar determinadas práticas lá presentes como, por exemplo, a formatura (forma) ou a ordem que os alunos deveriam efetuar para seguir para a sala de aula e para sair dela. Além disso, deveriam respeitar um arranjo, provavelmente, com os menores alunos em altura na frente e os mais altos atrás. Alguns exemplos assim representam esta cultura: “Perturbaram a ordem na ausência do professor e desarranjo na forma” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1897, p. 153); “Comportaram-se pessimamente na subida do professor Nascimento e desordem na forma” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1897, p. 153); “Comportaram-se mal na forma, à espera do professor de ginástica” (LIVRO DE

OCORRÊNCIA 8, 1897, p. 154); “Perturbou a ordem com péssimo comportamento na aula de português e, na saída da aula, quando se formavam os alunos, o mesmo irrompeu em gritos ocasionando desordens (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1897, p. 154).

Além disso, também foi possível notar a presença de mais de um recreio no cotidiano dos alunos. Exemplos: “privado dos recreios toda semana” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 1, 1858, p.32); “Privado de alguns recreios” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 1, 1858, p. 91); “Turbulento nos recreios” (LIVRO 2, 22.04.1866); “Privados de todos os recreios” (LIVRO DE OCORRÊNCIA 8, 1892, p. 79). Raul Pederneiras, ex-aluno da instituição no ano de 1886, apontou para a existência de mais de um recreio: “as horas de recreio eram de 15 minutos entre cada aula de uma hora” (MARINHO; INECO, 1938, não paginado).

A “normatização” cada vez mais intensa dos horários não implicava seu cumprimento. Para citar apenas um exemplo, foi encontrado, no livro 8 de ocorrência (1892, p. 87), o seguinte registro: “O aluno Mesquita entrou para o estabelecimento às 10h e assim faltou à aula de Aritmética. Foi apresentado ao Vice-Reitor que infringiu-lhe castigo e mandou para as outras aulas”.

O problema da impontualidade não se restringiu aos alunos somente. Segundo Cunha Júnior (2008), a impontualidade foi um dos problemas que afligiu o governo imperial durante os primeiros anos de funcionamento do Colégio, pois, não foram raros os atrasos e as faltas praticadas pelos professores:

Além de maus exemplos para os alunos, o atraso e as faltas dos professores geravam a necessidade de improvisos para ocupar o tempo dos discentes sem aulas, o que prejudicava o andamento da mecânica escolar da instituição. Num primeiro momento, os atrasos não foram punidos e foi adotada, de forma extraoficial, a prática do quarto de hora, uma tolerância de quinze minutos para além da hora prevista. No entanto, o problema agravou-se e, na tentativa de controlar os atrasos e as faltas dos professores foram elaborados os mapas de faltas dos professores do Colégio Pedro II, que eram assinados pelos Reitores e remetidos aos Ministros do Império (CUNHA JÚNIOR, 2008, p. 37).

Com relação aos mapas de frequência dos professores, encontramos, no Arquivo Nacional, o referido documento. Segue abaixo, para efeito ilustrativo, o mapa de frequência para o ano de 1862.

confirmada pelo relato do ex-aluno Pederneiras. É possível visualizar alguns tempos de aula livres entre uma disciplina e outra, podendo corresponder ao horário de almoço ou aos tempos que eram destinados ao estudo em sala para tal fim.

Tabela 38: Grade de horas do Externato - 1858

Ano	Horas	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Sexta-feira	Sábado
1º	9-10	Latim	Latim	Latim	Latim	Latim
	10-11	Gramática Nacional	Gramática Nacional	Leitura, Recitativo e Exercício Ortográfico	Gramática Nacional	Gramática Nacional
	11-12	Doutrina Cristã e História Sagrada		Doutrina Cristã e História Sagrada		Doutrina Cristã e História Sagrada
	3-4	Francês	Francês	Francês	Francês	Francês
	4-5	Aritmética	Geografia	Aritmética	Geografia	Aritmética
	5-6					
2º	9-10	Latim		Latim	Latim	Latim
	10-11	Inglês	Inglês	Inglês	Inglês	Inglês
	11-12	Doutrina Cristã e História Sagrada		Doutrina Cristã e História Sagrada		Doutrina Cristã e História Sagrada
	3-4	Aritmética	Geografia	Geografia		Aritmética
	4-5	Francês	Francês	Francês	Francês	Geografia
	5-6			Aritmética		
3º	9-10	Inglês	Inglês		Inglês	Inglês
	10-11	Latim		Latim	Latim	Latim
	11-12					
	3-4			Aritmética e Álgebra	Geografia	Geografia
	4-5	Geografia	Aritmética e Álgebra	Geografia	Aritmética e Álgebra	Francês
	5-6	Francês	Francês	História da idade média	História da idade média	História da idade média
4º	9-10	Zoologia e Botânica	Zoologia e Botânica	Inglês		Zoologia e Botânica
	10-11		Corografia e História do Brasil	Corografia e História do Brasil		Corografia e História do Brasil
	11-12	Latim	Inglês	Latim	Inglês	Latim
	3-4		Geometria	História moderna e Contemporânea	História moderna e Contemporânea	História moderna e Contemporânea
	4-5					
	5-6	Geometria			Geometria	Geometria
5º	9-10	Zoologia e Botânica	Zoologia e Botânica			Zoologia e Botânica
	10-11			Alemão	Alemão	Alemão
	11-12	Inglês		Inglês		Inglês
	3-4	Latim	História Antiga	Latim	Grego	Latim
	4-5	História Antiga	Grego	História Antiga	Aritmética e Álgebra	Grego
	5-6	Aritmética e Álgebra	Aritmética e Álgebra	Aritmética e Álgebra		
6º	9-10	Filosofia	Filosofia	Alemão	Filosofia	Retórica
	10-11	Retórica	Retórica	Física e Química	Física e Química	Filosofia
	11-12		Física e Química	Italiano	Alemão	Alemão
	3-4	Geometria	Geometria	Grego	Geometria	Grego
	4-5	Latim	Italiano	Latim	Italiano	Latim
	5-6	Grego		História da idade média	História da idade média	História da idade média
7º	9-10	Retórica, Poética e Literatura	Retórica, Poética e Literatura	Retórica, Poética e Literatura	Alemão	Filosofia
	10-11	Filosofia	Corografia e História do Brasil	Corografia e História do Brasil	Filosofia	Corografia e História do Brasil
	11-12	Mineralogia e Geologia	Alemão	Alemão	Mineralogia e Geologia	
	3-4	Grego	História Antiga	História moderna e Contemporânea	História moderna e Contemporânea	História moderna e Contemporânea
	4-5	História Antiga	Trigonometria	História Antiga	Grego	
	5-6	Latim	Grego	Latim	Trigonometria	Latim

Fonte: Relatório do Ministro do Império, 1858, A-E-N8

Presente não só para delimitar o cumprimento de um castigo, o tempo também se apresentava na grade de horários das aulas e na busca pela pontualidade, seja dos professores, para ministrar suas aulas; inspetores, que deveriam chegar antes dos alunos para inspecioná-los; alunos, que deveriam respeitar o horário de entrada e saída das aulas. Mas, como vimos, problemas relativos ao cumprimento dos horários eram perceptíveis nas escritas do cotidiano, assim como permanentes tensões entre os indivíduos.

O presente capítulo procurou adentrar em alguns espaços do Imperial Colégio de Pedro II/Ginásio Nacional presentes não só nos Relatórios apresentados pelos Ministros, mas também no cotidiano da instituição através dos livros de ocorrência disciplinar. Por meio dos Relatórios foi possível perceber quais espaços se destacaram ao longo dos anos, após reformas e melhorias de conservação, bem como alguns temas associados às instalações físicas desses espaços, como foi o caso da insalubridade, das acomodações insuficientes e de equipamentos inadequados ou ultrapassados. Além disso, por meio da escrita presente nos livros de ocorrência, foi possível captar diversos indícios de um espaço constituído de múltiplas relações e dinâmicas, bem como notar o quanto o tempo é múltiplo e plural no ambiente escolar.

A escola é um lugar de infinitas relações que se articulam com o social, construídas na vivência do dia a dia. Os fazeres cotidianos no interior de uma escola, mesmo sendo regulados pelo tempo, pelas normas e regulamentos que perpassam aquela instituição de ensino, produzem brechas, continuidades e/ou rupturas com as práticas educativas postas em ação. Neste capítulo, foi possível perceber o quanto o espaço e o tempo contribuem para o fazer pedagógico das instituições educativas e o quanto a escola, como instituição, é dotada de ritmos, cerimoniais e práticas que contribuem para o estudo das culturas escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Imperial Colégio de Pedro II, posteriormente, denominado Ginásio Nacional no decorrer da República, correspondeu às expectativas de segmentos sociais abastados. Contando com o prestígio do Imperador e de outros homens públicos influentes, quando não ex-alunos, bacharéis e políticos de renome, a instituição tornou-se notória, nela procurando gestar a sua elite dirigente. A educação que fornecia fundamentava-se em modelos curriculares e programas de ensino oriundos da França, país que muito influenciou o referido Colégio. Soma-se a isso os custos elevados com a educação, o que reforça a ideia de que só alguns poucos privilegiados a ela teriam acesso, mesmo havendo um número de vagas destinados aos alunos gratuitos, que, no conjunto de alunos matriculados, não pareciam ser em número significativo. Se pensarmos a quem estava direcionado o ensino secundário no século XIX, esse número fica ainda restrito a uma minoria da população em idade escolar. Portanto, ressalta-se que essa instituição de ensino oferecia uma formação diferenciada aos discentes que lá estudaram.

Como defendeu Cunha Júnior (2008), o Colégio fez parte de um projeto de preparação e recrutamento da elite nacional. Assim sendo, o presente trabalho buscou desvelar, por meio de oito livros de ocorrências, como se dava parte desta preparação, voltando-nos para as práticas disciplinares lá implementadas. Focamos esta pesquisa para os castigos instituídos aos discentes da “boa sociedade imperial” (MATTOS, 2004), no período que engloba o ano de 1858 até o ano de 1898.

Os relatórios diários dos inspetores de alunos, aqui representados pelos livros de ocorrências, enunciaram vestígios das práticas escolares de uma instituição secundária que serviria de padrão para os demais estabelecimentos de ensino, traduzindo-se em tramas que visavam estabelecer redes de interdependência, assim como relações de poder entre os diferentes sujeitos capturados no cotidiano escolar. Movidos por uma lógica disciplinar em que todos deveriam ser, em alguma medida, vigiados, os livros de ocorrência funcionaram como engrenagens das chamadas “disciplinas”, conforme destacou Foucault (2013). Para o autor, as “disciplinas” funcionavam como técnicas específicas de poder, métodos que “permitiam o controle minucioso das operações do corpo, que realizavam a sujeição constante das suas forças e impunha-lhes uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 2013, p. 133).

Além disso, os livros de ocorrência esquadrihavam uma coerção ininterrupta sobre as atividades e os comportamentos realizados não só pelos discentes, mas também pelos próprios inspetores nos intramuros da instituição. Estes, além de vigias, eram também vigiados por seu superior. O Vice-Reitor, por meio do seu visto diário, controlava as ações e atitudes dos ditos inspetores. Aos Reitores e professores também cabiam o “exercício disciplinado do olhar”, punindo e corrigindo aqueles que tivessem comportamentos fora do que fosse considerado esperado ou exigido no interior da instituição.

A vigilância hierárquica, muito notada nos livros aqui investigados, se viabilizava a partir do olhar ininterrupto que via a todos e a cada um, a partir de uma escala pré-determinada. Como foi possível notar, havia uma escala de poderes quanto à ordenação dos castigos, em que o Reitor representava o maior nível hierárquico e os inspetores, o menor. O olhar hierárquico foi notado não só no interior dos livros de ocorrência, como também na própria arquitetura do edifício do Colégio, que permitia um controle interno. Como destacou Foucault (2013, p.166) “[...] o velho esquema simples do encarceramento e do fechamento – do muro espesso, da porta sólida, que impedem de entrar ou de sair - começa a ser substituído pelo cálculo das aberturas, dos cheios e dos vazios, das passagens e das transparências”.

Um jogo de olhares é então identificado nos livros de ocorrência, onde a vigilância constante assegura efeitos contínuos de poder sobre o comportamento dos indivíduos, agindo sobre eles, que são então tomados como objetos de conhecimento, transformação e correção permanentes de irregularidades. A partir da definição dos papéis e responsabilidades de cada um no interior do Colégio, hierarquias são então definidas, escalonadas e obedecidas, garantindo que o conjunto, como um todo, realize suas tarefas. Além de estarem presentes no papel desempenhado por cada sujeito da presente trama, outras foram também percebidas, como, por exemplo, os castigos que eram aplicados aos discentes. Estes obedeciam uma escala que variava de uma falta mais leve até uma falta mais grave. Havia também uma hierarquia relacionada aos conceitos atribuídos ao comportamento dos alunos, variando da nota má até a nota considerada ótima.

Como vimos, na tentativa de nos aproximarmos do cotidiano escolar a partir do levantamento realizado nos oito livros de ocorrências, diversas informações foram captadas, tais como: os tipos de castigos adotados, as causas dos castigos, a disciplina em que um maior número de casos de infrações era registrado, a incidência das séries consideradas mais indisciplinadas, os inspetores que estavam à frente das turmas, disciplinando-as, enfim,

procuramos desfolhar os livros de ocorrências por meio das informações nelas registradas e adentrar no universo da cultura escolar do Imperial Colégio de Pedro II/Ginásio Nacional a fim de desvendar um aspecto da prática educativa cotidiana que ainda não tinha sido abordada no interior dessa instituição de ensino.

Com relação aos castigos aplicados aos discentes, foi realizado o cotejamento dos livros de ocorrência com os regulamentos do Colégio. Tal feito apontou para mudanças e permanências ao longo dos quarenta anos aqui investigados. Como um primeiro resultado desta investigação, vimos que o livro 1, que abrange o ano de 1858 e 1859, teve como principal tipo de castigo a privação de recreio.

Do livro 1 para o livro 2, há uma lacuna na documentação, mas, durante o período que engloba o livro 2 (1866-1870), o mesmo tipo de castigo permanece como o mais registrado, tendo, inclusive, aumentado o seu número de registros. Ao cotejarmos o tipo de castigo encontrado nos livros de ocorrência com o Regulamento vigente no Imperial Colégio de Pedro II, que datava de 1857, percebemos que esse tipo de castigo não constava dos meios disciplinares lá prescritos. Buscando responder uma das questões propostas neste trabalho, verificamos que os sujeitos da inspeção, ou seja, inspetores e professores não se submeteram totalmente às prescrições impostas, tendo em vista o resultado encontrado nos dois primeiros livros. No livro 3, que abrange o ano de 1867 a 1872, o resultado encontrado foi a detenção. Esta se aproxima do que está prescrito no Regulamento de 1857, ao se referir à prisão. Ao consultarmos o Dicionário datado de 1859, o termo detenção vincula-se ao termo prisão e retenção. Ou seja, os elementos que unem estas três palavras direcionam-se ao ato ou ação de deter, reter uma pessoa num determinado lugar. Do livro 3 para o livro 4 há mais uma lacuna, referindo-se ao final da década de 1870. O livro 4 é iniciado em 1884 e, assim, uma sequência serial é então observada até o livro 7. É no livro 4 que a cafua está claramente apontada como um tipo de castigo. Embora ela fosse lembrada por muitos ex-alunos da instituição, seu registro se tornou explícito no ano de 1884. Em 1846, um ofício do Ministro do Império, dizendo representar o Imperador, solicitava ao Reitor da instituição providências para alterar o local que servia de prisão aos alunos:

[...] os quartos que servem para reclusão dos alumnos d'esse Collegio, que por suas faltas merecem esse castigo, são inteiramente improprios para semelhante uso, tanto pela insufficiente incapacidade d'elles, como pela falta de luz, e pela prejudicial proximidade do lugar, em que se fazem os despejos do mesmo Collegio: manda o mesmo Augusto Senhor que V .M .e dê as providencias a fim de que para aquelle castigo se prepare com urgencia outro lugar, que não offereça os inconvenientes que ficão apontados (AN, 1846, código IE4-32).

Do livro 3 até o livro 5, a detenção corresponde ao tipo de castigo mais registrado, embora ela não esteja prescrita com essa denominação no Regulamento vigente.

No livro 6, o tipo de castigo predominante é o ficar de pé, ou seja, vincula-se ao que está regulamentado de acordo com o 4º meio disciplinar presente no Regulamento de 1857: “alguns castigos que excitam o vexame”.

No livro 7, percebemos mais uma nova configuração com relação aos tipos de castigos: a privação de sair do Colégio. Este tipo de castigo, assim como a privação de recreio, não constava no Regulamento do Colégio, reforçando o argumento de que a prática se distanciava do que estava previsto na Lei.

O último livro, em que os registros foram datados já no período republicano, revela-se um grande tesouro, pois é nele que estão as mais diversas mudanças, seja com relação à nomenclatura direcionada às autoridades escolares, que, antes tinham a denominação de Reitores e com o novo regime instituído passam a ser reconhecidos por Diretores; as seções que dividiam os alunos modificam-se para turmas; é o segundo livro com mais ocorrências registradas (total de 715), perdendo apenas em número de ocorrências para o livro 1 (806 ocorrências); é o livro que apresenta intercepções de alunos, com vários rabiscos nele percebidos e, também, intercepções do Reitor, tanto com relação a ordens de comando aos inspetores, quanto a repreensões relacionadas às posturas e atitudes desempenhadas pelos mesmos, como vimos na presente pesquisa.

Além dos resultados apontados, o livro 8 é regido por quatro novos Regulamentos: o Decreto n.º 1075, de 22 de novembro de 1890, em que a privação de recreio passou a fazer parte dos meios disciplinares oficiais da instituição de ensino; o Decreto n.º 1194, de 28 de dezembro de 1892, em que constam os mesmos meios disciplinares arrolados no Decreto anterior; o Decreto n.º 1652, de 15 de janeiro de 1894, totalmente direcionado ao Internato do Ginásio Nacional, uma vez que havia sido extinto no ano de 1892 e o Decreto n.º 2857, de 30 de março de 1898, bastante similar ao Decreto que era totalmente exclusivo aos alunos internos. O gráfico elaborado com as informações dos oito livros de ocorrências demonstrou que o tipo de castigo mais recorrente no livro 8 foi a expulsão da aula.

Ao longo dos quarenta anos investigados nesta pesquisa, notamos rupturas e permanências nos castigos adotados no cotidiano escolar do Imperial Colégio de Pedro II/Ginásio Nacional. Além disso, ao cotejarmos as ocorrências dos livros com os Regulamentos da instituição, observamos que, por duas vezes, castigos que até então não

faziam parte dos meios disciplinares oficiais passaram a ser, anos depois, como foi o caso da privação de recreio, presente apenas no Regulamento de 1892, ou seja, trinta e quatro anos depois e, a privação de saída, sendo implementada oficialmente sete anos após a sua constatação nos livros de ocorrência.

O Decreto n.º 1075, de 22 de novembro de 1890, inclusive, vai deixando mais claro que as mudanças com relação aos meios disciplinares começavam a surgir, visto que a prisão ou cafua é banida dos Regulamentos da década de 90 do oitocentos. Junta-se a isso uma maior participação dos pais nas condutas e atitudes de seus filhos, sendo os mesmos responsáveis por sua correção e disciplina.

Os trabalhos extraordinários, que ora associavam-se às privações de recreio, ora associavam-se às prisões, eram extremamente exaustivos, tendo o aluno que repetir muitas vezes trechos de gramáticas, verbos ou lições transmitidas por seus professores como uma das formas de castigar o aluno seja por seu mau comportamento, por não dar conta de suas obrigações em aula, entre outros motivos. Dessa maneira, o Decreto de 1890 acaba por limitar essa exaustividade nas tarefas de escrita, devendo, às autoridades do estabelecimento, particular atenção com relação ao repouso intelectual necessário ao aluno e particular atenção diante das exigências da educação física.

O referido Decreto de 1890 também reforçou a vigilância hierárquica a partir de escalonamentos, uma vez que os três primeiros meios disciplinares arrolados só poderiam ser impostos pelo Reitor, pelos lentes, pelos professores e pelo Vice-Reitor. Os demais meios só poderiam ser aplicados pelo Reitor, a pedido dos lentes e professores ou a bem da disciplina do estabelecimento. Ou seja, os inspetores não foram escalados para aplicar as penalidades aos discentes. Porém, os livros de ocorrência não deixaram dúvidas quanto à participação dos mesmos na difícil missão de formar o indivíduo/aluno. A eles também estavam vinculados o poder disciplinar, tendo em vista as várias técnicas por eles utilizadas para a manutenção da ordem e da disciplina no interior do estabelecimento de ensino, tais como: manter o espaço organizado, controlar o tempo das atividades que incidia sobre os indivíduos/alunos etc.. Assim, as técnicas de vigilância se faziam presentes no cotidiano a partir de múltiplas formas. Esta vigilância hierarquizada, contínua e funcional inseria-se, dessa forma, no conjunto das técnicas de poder, elencadas por Michel Foucault (2013).

Também foi com o Decreto de 1890 que constatamos a transição do flagelo do corpo físico, marcado pelos castigos corporais - como ir para a prisão, ficar de joelhos, trabalhos excessivos de cópias - para castigos considerados mais “brandos”, como a privação de parte

ou totalidade do recreio, com limitação do trabalho de escrita; repreensões dentro e fora da aula; repreensões perante os alunos reunidos, favorecendo o sentimento de vergonha e embaraço diante do outro, chegando à máxima penalidade que seria a exclusão do Ginásio Nacional. Como resquícios do método Lancasteriano, a disciplina, no então Ginásio Nacional, estava ancorada em prêmios e castigos, bem delimitados no Decreto acima mencionado.

Com relação ao Decreto de 1892, não há mudanças nos meios disciplinares elencados, se compararmos com o Decreto de 1890.

Já no ano de 1894, o Decreto é totalmente voltado para o Internato, mas, se compararmos com o Decreto do ano de 1892, em que só havia Externato, os meios disciplinares não sofrem grandes mudanças. Percebemos, inclusive, que muitos castigos voltados exclusivamente para os alunos internos estavam presentes nos livros de ocorrência voltados para os alunos externos, tais como: a exclusão momentânea da aula, a privação de saída, a repreensão e a prisão em sala para isso destinada, representada pela cafua. Dessa forma, podemos afirmar que os castigos aplicados tanto aos alunos internos, quanto aos alunos externos possuíam pontos de confluência, não sendo totalmente distintos, embora os alunos internos permanecessem mais tempo na instituição, levando-nos a crer que os castigos a eles aplicados fossem mais rígidos.

O Decreto de 1898 deixa claro que a mesma Lei regia ambos os estabelecimentos, Internato e Externato e é bem similar ao Decreto de 1894. Em ambos os Decretos (1894 e 1898) o trabalho de escrita, assim como a prisão já não estão mais presentes. Mesmo assim, ainda encontramos o trabalho de escrita no livro de ocorrência no referido ano, associado à repreensão e não à privação de recreio ou prisão, como aparecia no Decreto. Dessa forma, podemos afirmar que os castigos sofreram mudanças no interior do estabelecimento procurando incutir nos alunos um ideal voltado para a máxima incorporação de que cada aluno “se torne seu próprio vigia, se autogoverne, através da interiorização desses olhares e do conjunto dos mecanismos através dos quais o poder disciplinar circula – dentro de si” (RATTO, 2007, p. 122).

Como vimos ao longo deste trabalho, os alunos criaram, sim, resistências, interferindo na realidade escolar. A resistência se tornou, portanto, inerente ao exercício do poder. Vários discentes foram identificados como reincidentes no mau comportamento. Tentativas de fuga, a própria fuga, reações de insubordinação, meter-se na latrina em horário de aula, entre tantos outros comportamentos que foram aqui levantados evidenciaram o

confronto entre alunos/professores, alunos/inspetores e, até mesmo, entre eles próprios quando esbofeteavam-se, brigando entre si. As astúcias praticadas pelos discentes, como, por exemplo, os esconderijos por eles criados, assim como os refúgios e outros tipos de estratégias por eles utilizadas revelaram as artes do fazer cotidiano, a arte dos fracos, nas palavras de Certeau (2014).

As estratégias cotidianas de resistência atreladas a uma rede extensiva de vigilância fazem parte de uma cultura escolar e ajudam-nas a refletir sobre como a escola construía seus fazeres cotidianos, sobre como os saberes escolares eram produzidos e isto inclui a construção das questões disciplinares que aqui buscamos desvendar.

O esforço para captar o que poderia vir a constituir o avesso da disciplina severa e rígida instituída pelo Colégio revelou-nos um ambiente escolar pulsante e vivo. Além disso, através do livro 8, foi possível rastreamos alguns dos vestígios deixados pelos discentes, tentando alterar dados, com emendas em datas, imitação de assinaturas, enfim, uma série de artimanhas foram postas em prática, por meios dos vestígios deixados nos livros. A sátira, inclusive, foi por eles muito utilizada buscando ridicularizar os registros efetuados pelos inspetores nos livros de ocorrência.

Diante do exposto, entendo essas resistências como formas de questionamento ao modelo de disciplina proposto no Colégio, uma vez que tentavam (e conseguiam) burlar o sistema disciplinar lá instituído. Além de os alunos questionarem os modelos de disciplina propostos, por meio de suas avessas reações, a questão disciplinar também foi pauta de discussão entre os docentes representantes do Conselho Colegial em 1881. Embora não houvesse um consenso entre eles, ficou claro que a disciplina e, respectivamente, os castigos adotados enfatizavam a questão da moral, ou seja, a instituição deveria fomentar nos alunos a formação moral, centrada nas virtudes e, conseqüentemente, nos saberes.

A formação moral, somada à aquisição de uma cultura geral, contemplava não apenas os objetivos dos exames de preparatórios oferecidos pelo Colégio, mas, sobretudo, uma espécie de propedêutica à vida pública. Essa educação classificava os que a haviam recebido e simbolizava a marca de uma distinção social evidente.

Como vimos, o projeto educativo implementado no Imperial Colégio de Pedro II/Ginásio Nacional procurava alcançar, em prol da consolidação da “mais perfeita educação da mocidade”, a formação do homem educado, polido, refinado em suas maneiras, dotado de uma cultura clássica-humanística, os futuros dirigentes da administração pública.

Os inspetores também foram peça chave nesta pesquisa, pois a eles cabia a manutenção da ordem no educandário, procurando garantir que os comportamentos esperados e exigidos no Regulamento fossem praticados e cumpridos, procurando detectar os “incorrigíveis”, os “insuportáveis”, os “delinquentes” e corrigi-los. Muitas vezes, como foi possível perceber nos registros das ocorrências, não davam conta sozinhos de corrigi-los e, assim, levavam suas queixas e reclamações até os Reitores ou Vice-Reitores, autoridades máximas dentro da instituição, solicitando providências. Dessa maneira, os discentes poderiam ser castigados de forma mais incisiva, como foi possível verificar em alguns casos.

Ao invés de questionarem o modelo disciplinar adotado na instituição, os inspetores deixaram diversos registros pontuando suas insatisfações e desaprovações com relação ao comportamento de alguns alunos da Casa. Uma dessas observações gerou, inclusive, uma indisposição com o Diretor José Veríssimo (registro encontrado no livro 8), que criticou tal inspetor por ter feito esse tipo de observação. Também foi possível observar a permanência de alguns inspetores por um longo período à frente da disciplina no estabelecimento como foi o caso de Alexandre Mondaini, Antonio Manoel Pereira dos Santos e Pedro Pinto Baptista.

Foi possível perceber que houve, sim, mudança nos castigos adotados na instituição ao longo dos quarenta anos pesquisados. Isso fica claro nos Regulamentos adotados na instituição, e, também, nos livros de ocorrência, embora tenhamos encontrado pontos de confluência com relação aos castigos registrados entre um livro e outro e, pontos de confluência entre alguns Regulamentos.

Um segundo resultado encontrado para a presente pesquisa refere-se aos motivos que levavam os discentes a serem punidos na instituição. Com exceção do mau comportamento, que transpassa os oito livros investigados como a causa recorrente, vimos, ao longo do trabalho, que as causas eram muito variadas, desde não dar conta das obrigações até o desrespeito para com algum colega ou funcionário do estabelecimento.

Um terceiro resultado encontrado foi com relação às séries consideradas mais “indisciplinadas”, sendo o 2º ano o “campeão” das recorrências ao longo dos quarenta anos investigados. Apesar do 2º ano ter sido destaque, outras duas séries também tiveram grandes índices de faltas cometidas, tais como o 1º e o 3º anos. Essas três séries foram, portanto, as principais protagonistas das ocorrências aqui investigadas.

Um quarto resultado detectado na presente pesquisa foi com relação às disciplinas ministradas pelos docentes em que mais casos de “indisciplina” foram registrados. Assim, temos o seguinte resultado:

Quadro 9: Disciplinas lecionadas com mais casos registrados (1858-1898)

Nº Livro	Disciplinas
1 (1858 - 1859)	Latim/francês/inglês
2 (1866 - 1870)	Música/português/francês
3 (1867 - 1872)	Latim/português/francês
4 (1884 - 1885)	Português/português/francês
5 (1885 - 1886)	Francês/português/português
6 (1886 - 1887)	Francês/latim/português
7 (1887 - 1889)	Português/latim/religião e desenho
8 (1891 - 1898)	Desenho/música/geografia

Fonte: Elaboração da autora

No quadro acima podemos ver que as disciplinas em destaque correspondem ao latim, francês e português, sendo a língua francesa o fio que perpassa seis de um total de oito livros investigados.

O ensino da língua francesa no Colégio seguia a metodologia conhecida como, gramática-tradução comum no ensino do latim e do grego, que consistia na memorização de vocábulos em exercícios de tradução e versão da língua estrangeira para a língua materna. Essa metodologia garantia o ensino do francês e das demais línguas modernas, por meio de obras de renome dos mais diversos campos disciplinares e exigia dos seus professores, além do conhecimento da língua estrangeira e da língua portuguesa, uma cultura intelectual que permitisse o trânsito pelas obras literárias que serviam de material didático. (SOARES; SOARES, 2017, p. 5017).

Os dois últimos livros trazem novas configurações, sendo o livro 7 apresentando a religião e o desenho na terceira posição e, o livro 8, trazendo disciplinas totalmente novas,

rompendo com o que vinha sendo observado, destacando-se o desenho, a música e a geografia com os maiores índices de ocorrências registradas.

Gostaria de destacar que os dados aqui apresentados permitem um leque variado de leituras e problematizações. No meio das mais de três mil ocorrências, o arranjo apresentado foi uma possibilidade que encontrei para organizar o “todo”. A riqueza de elementos existentes nas ocorrências aqui exemplificadas constituiu um fecundo material de reflexão, podendo ser utilizado para novas pesquisas a partir de outros referenciais teóricos. Uma rede hierárquica de disciplinamento foi visivelmente encontrada nos livros de ocorrência, semelhante ao que encontramos em um tribunal, com os seus micropoderes e micropenalidades. Para Michel Foucault (2013), todas as instituições agem, por meio de diferentes estratégias, como uma espécie de mini tribunal “onde os indivíduos são cotidianamente punidos, recompensados, examinados, normalizados, disciplinados” (RATTO, 2007, p. 95).

Os livros de ocorrência reforçam o fato de os discentes estarem sob constante observação, julgamento e avaliação, assim como os próprios vigilantes, como foi o caso dos inspetores. Essa vigilância permanente exerce relações de poder do tipo disciplinar, como ressaltou Foucault (2013), procurando padronizar, homogeneizar as condutas dos discentes por meio das normas escolares. A partir das técnicas disciplinadoras, ainda que os discentes fossem os principais protagonistas da trama e os principais alvos de disciplinamento, todos os integrantes do Colégio acabam fazendo parte dessa malha de relações sociais, dessas redes de interdependência, na medida em que estão todos entrelaçados nessa teia, em meio ao extenso conjunto de instrumentos de disciplinamento em ação.

Diferentes fios podem ser tecidos no âmbito dos livros de ocorrência. Por dentro deles, diversos cenários puderam ser recriados: pedidos de desculpas, veredictos etc.. Distintas tramas podem ser entrelaçadas e analisadas de formas variadas. Como fios que podem ser utilizados para futuras pesquisas cabe destacar a atuação de alguns inspetores de ensino, que ficaram um longo período no Colégio, ressaltando-se o vínculo que alguns deles mantinham com as Forças Armadas. Soma-se a isso os indícios encontrados sobre a organização espaço-temporal, que podem ser mais aprofundados em pesquisas vindouras, uma vez que tiveram destaque na presente trama disciplinar. Também reconhecemos a importância e a necessidade de maiores investimentos em estudos que visem à caracterização de uma cultura material escolar, buscando descortinar o universo de materiais escolares que povoaram as diversas instituições educativas. Conforme apontou Rosa Fátima de Souza, “o

estudo histórico dos materiais escolares pode ser um instrumento valioso para se decifrar a cultura escolar à medida que as práticas são mediatizadas, em muitos sentidos, pelas condições materiais” (SOUZA, 2007, p. 179-180).

A prática dos castigos e, conseqüentemente, a distribuição de prêmios esteve presente não só nas escolas primárias do século XIX, como também, no ensino secundário, como é o caso do Imperial Colégio de Pedro II/Ginásio Nacional. Mediante os textos literários aqui apresentados, os castigos adotados no ensino primário estavam atrelados, em diversos exemplos, ao uso da palmatória. Não a encontramos no universo dos livros de ocorrências aqui investigados, mas, não quer dizer que o castigo corporal não tenha sido usado na instituição, uma vez que o ficar de pé, ficar de joelhos, copiar excessivamente trechos dos manuais escolares constituem castigos que também deixam suas marcas no corpo do aluno. De acordo com pesquisa realizada por Castanha (2009), muitos dos castigos adotados nas escolas primárias da Corte e de outras províncias, como São Paulo, Paraná e Mato Grosso, estavam atrelados não só ao uso da palmatória, mas também à admoestação, repreensão, tarefas de trabalho fora do horário das aulas, castigos que excitassem o vexame, ficar de pé, de joelhos etc.. Então, há, também, pontos de confluência entre os castigos executados no ensino primário com os praticados no ensino secundário. A seguir, um anúncio de uniformes e enxovais da Casa Colombo, em que ao fundo da imagem, o escolar está munido das “orelhas de burro”, que simboliza uma das “penas” (vexame) aplicadas aos alunos do ensino primário:

Figura 66: Orelhas de burro - um tipo de castigo



Fonte: Paratodos

Portanto, este trabalho procurou investigar o Imperial Colégio de Pedro II/Ginásio Nacional sob a perspectiva da cultura escolar. Essa tem se constituído em uma importante ferramenta teórica para refletirmos sobre as práticas escolares a partir da cultura material, privilegiando os sujeitos no processo de ensino-aprendizagem.

Com os livros de ocorrência foi possível confirmar a nossa tese: a de que os castigos impostos aos alunos se alinhavavam com o repertório pedagógico da instituição, como estratégias para manter a ordem e civilizar seus discípulos. Ligados uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas, os indivíduos estão todos incluídos diante de

um dispositivo disciplinar comum, rumo à civilização, em que as regras constituíram-se em elementos auxiliares neste processo, no qual os jovens alunos seriam lapidados, polidos e refinados para compor a “boa sociedade imperial”. O bom comportamento, a boa conduta e os bons costumes eram fundamentais para a manutenção da ordem e da disciplina na instituição, incutindo-lhes o gosto pela emulação e difundindo em seus discípulos valores e princípios para a formação do caráter.

Com o presente estudo, também ficou claro que o Imperial Colégio de Pedro II não serviu de modelo para outras instituições de ensino secundário, no que se refere à questão disciplinar. Podemos dizer que encontramos grandes semelhanças entre o Regulamento do Imperial Colégio de Pedro II com os Regulamentos do Colégio Paraense (1869) e o Liceu Mineiro (1854). Porém, no estudo comparativo apresentado no presente trabalho é possível verificar que cada instituição tem a sua particularidade, mesmo que haja aproximações entre elas.

Os castigos, assim como os prêmios, se alinhavavam ao repertório pedagógico da instituição como peças centrais na produção da disciplina, ou melhor, disciplinas, como afirmou Foucault (2013). Assim, o presente trabalho teve a intenção de oferecer importantes contribuições para a história da educação e para a compreensão de questões pertinentes à organização e funcionamento da instituição no que se refere ao controle do tempo e do espaço, à vigilância ininterrupta dos alunos e aos demais mecanismos disciplinares, especificamente, com relação aos castigos postos em pauta pela prática pedagógica daquele momento institucional.

Cabe, por fim, mencionar que este trabalho só foi possível de se realizar porque o Colégio Pedro II possui um Centro de Documentação e Memória que preserva e guarda parcela significativa da história de sua instituição, por meio de uma riqueza documental composta por Atas da Congregação, livros didáticos, cadernos escolares, correspondências, fotografias e mais uma gama de objetos que fazem parte do patrimônio histórico-educativo e institucional. Por essa razão, é essencial que ações sejam desenvolvidas em diferentes instituições de ensino para que esse valioso acervo não seja perdido ou esquecido em porões e gavetas escuros e que inúmeras histórias institucionais possam ser narradas, gerando novas descobertas e conhecimentos acerca da história da educação brasileira.

Figura 67: Fim da jornada



Fonte: <https://pt.slideshare.net/IASLANUS/trabajando-con-mafalda>

EPÍLOGO

Olhar para trás após uma longa caminhada pode fazer perder a noção da distância que percorremos, mas se nos detivermos em nossa imagem, quando a iniciamos e ao término, certamente nos lembraremos o quanto nos custou chegar até o ponto final, e hoje temos a impressão de que tudo começou ontem. Não somos os mesmos, mas sabemos mais uns dos outros. E é por esse motivo que dizer adeus se torna complicado! Digamos então que nada se perderá. Pelo menos dentro da gente...
(GUIMARÃES ROSA).

Assim, finalizo, por hora, essa grande jornada investigativa.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

A) Fontes Manuscritas:

1. Arquivo Nacional (AN):

ARQUIVO NACIONAL. Fundo RE – Luís Gastão D’Escragnolle Dória; Série 9 - Colégio Pedro II; Subsérie 3 - Quadros e Atas; Notação 46. 13; Caixa 235. **Ata do Conselho Colegial** - 1881.

ARQUIVO NACIONAL. Fundo. **Coleção Série Educação**. IE4.

2. FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (FBN):

Livro em que se acham lançados os castigos que soffreram os alunos do Internato do Imperial Collegio de Pedro Segundo no corrente anno de 1872. Código 19, 4, 10.

3. NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DO COLÉGIO PEDRO II:

COLÉGIO PEDRO II – NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA (NUDOM).

Livro de ocorrência disciplinar (1858 a 1898).

COLÉGIO PEDRO II. **Pedidos de matrículas de 1874.** (Folhas avulsas).

COLÉGIO PEDRO II. **Livro de registro da correspondência do Reitor e da Secretaria do Externato do Imperial Collegio de Pedro II com professores, funcionários e outras pessoas** (1891-1897).

COLÉGIO PEDRO II. **Livro destinado às nomeações de professores e funcionários do Externato do Imperial Collegio de Pedro II** (1858-1909).

COLÉGIO PEDRO II. **Livro de comunicação interna** (1858-1883).

COLÉGIO PEDRO II. **Livro de Ofícios recebidos** (1860-1886).

B) Fontes Impressas:

1. Leis, decretos, relatórios, anuários e catálogos:

BRASIL. **Lei geral de ensino, de 15 de outubro de 1827. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império.**

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm.

Acesso em: 21 de jan. 2016.

BRASIL. **Lei de 16 de dezembro de 1830. Manda executar o Código Criminal.**

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm.

Acesso em: 14 jan. 2018.

BRASIL. *Decreto de 2 de dezembro de 1837. Convertendo o Seminário de São Joaquim em colégio de instrução secundária, com a denominação de Colégio de Pedro II, e outras disposições. Coleção das leis do Império do Brasil.* Rio de Janeiro, v. 1, pt. 2, p. 59-61, 1837.

BRASIL. *Regulamento n.º 8, de 31 de janeiro de 1838.* In: **Coleção das Leis do Império do Brasil.** Rio de Janeiro, 1838.

BRASIL. *Decreto n.º 62, de 1 de fevereiro de 1841. Altera algumas das disposições do regulamento n.º 8 de 31/01/1838, que contém os Estatutos do Colégio Pedro II. Coleção das Leis do Império do Brasil.* Rio de Janeiro, v.1, pt. 2, t. 4, p. 18-21, 1841.

BRASIL. *Decreto n.º 608, de 16 de agosto de 1851. Autorisa o Governo para dar novos Estatutos aos Cursos Juridicos e ás Escolas de Medicina; assim como a crear mais duas Cadeiras, huma de Direito Administrativo, e outra de Direito Romano. Coleção das Leis do Império do Brasil.* Rio de Janeiro, v. 1, pt. 1, p. 7, 1851.

BRASIL. *Decreto n.º 630, de 17 de setembro de 1851. Autoriza o Governo para reformar o Ensino Primário e Secundário do Município da Corte. Coleção das Leis do Império do Brasil.* Rio de Janeiro, v. 1, p. 56 – 59, 1851.

BRASIL. Decreto n.º 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854. *Approva o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Municipio da Côrte.* **Collecção das Leis do Império do Brasil.** Rio de Janeiro, t. 17, pt. 2, 1854.

BRASIL. Decreto n.º 1,556, de 17 de fevereiro de 1855. *Approva o Regulamento do Collegio de Pedro Segundo.* **Coleção de Leis do Império do Brasil.** Rio de Janeiro, v. 1, pt. 2, p. 80, 1855.

BRASIL. Decreto n.º 2.006, de 24 de outubro de 1857. *Approva o Regulamento para os collegios publicos de instrucção secundaria do Municipio da Côrte.* **Coleção de Leis do Império do Brasil.** Rio de Janeiro, v. 1, pt. 2, p. 384, 1857.

BRASIL. Decreto n.º 2.883, de 1 de fevereiro de 1862. *Altera os regulamentos relativos ao curso de estudos do Imperial Collegio de Pedro II.* **Coleção de Leis do Império do Brasil.** Rio de Janeiro, v. 1, pt. 2, p. 13, 1862.

BRASIL. Decreto n.º 4.468, de 1 de fevereiro de 1870. *Altera os regulamentos relativos ao Imperial Collegio de Pedro II.* **Coleção de Leis do Império do Brasil.** Rio de Janeiro, v. 1, pt. 2, p. 67, 1870.

BRASIL. Decreto n.º 6130, de 1 de março de 1876. *Altera os Regulamentos do Imperial Collegio de Pedro II.* **Coleção de Leis do Império do Brasil.** Rio de Janeiro, v. 1, pt. 2, p. 256, 1876.

BRASIL. Decreto n.º 6884, de 20 de abril de 1878. *Altera os Regulamentos do Imperial Collegio de Pedro II.* **Coleção de Leis do Império do Brasil.** Rio de Janeiro, v. 1, p. 207, 1878.

BRASIL. Decreto n.º 7247, de 19 de abril de 1879. *Reforma o ensino primário e secundário no município da Côrte e o superior em todo o Império.* **Coleção de Leis do Império do Brasil.** Rio de Janeiro, v. 1, pt. 2, p. 196, 1879.

BRASIL. Decreto n.º 8051, de 24 de março de 1881. *Altera os regulamentos do Imperial*

Collegio de Pedro II. Coleção de Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro, v. 1, pt. 2, p. 225, 1881.

BRASIL. Decreto n.º 8227, de 24 de agosto de 1881. *Estabelece os casos em que os Professores e Substitutos do Imperial Collegio de Pedro II se devem reunir em Congregação, e providencia sobre a organização das commissões julgadoras dos exames dos alumnos do mesmo Collegio.* **Coleção de Leis do Império do Brasil.** Rio de Janeiro, v. 2, p. 985, 1881.

BRASIL. Decreto n.º 8602, de 23 de junho de 1882. *Manda observar o Regimento especial das provas e processo dos concursos para os logares de professores e substitutos do Imperial Collegio de Pedro II.* **Coleção de Leis do Império do Brasil.** Rio de Janeiro, v. 1, pt. 2, p. 873, 1882.

BRASIL. Ministério do Império. Aviso n.º 778, de 22 de fevereiro de 1883. **Admissão de alunos do sexo feminino.**

BRASIL. *Decisão do Governo n. 58, de 26 de setembro de 1885.* **Collecção das decisões do governo do Imperio do Brazil,** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

BRASIL. Decreto n.º 9894, de 9 de março de 1888. *Altera várias disposições dos regulamentos do Imperial Collegio de Pedro II.* **Coleção de Leis do Império do Brasil.** Rio de Janeiro, p. 282, 1888.

BRASIL. Decreto n.º 9, de 21 de novembro de 1889. *Altera a denominação do antigo Collegio de Pedro II e supprime a de ; - ; Imperial de vários estabelecimentos dependentes do Ministério dos Negócios do Interior.* **Coleção de Leis do Império do Brasil.** Rio de Janeiro, p. 08, 1889.

BRASIL. Decreto n.º 981, de 8 de novembro de 1890. *Altera a denominação do antigo Collegio de Pedro II e supprime a de ; - ; Imperial de varios estabelecimentos dependentes do Ministerio dos Negocios do Interior.* **Coleção de Leis do Império do Brasil.** Rio de Janeiro, p. 3474, 1890.

BRASIL. Decreto n.º 1075, de 22 de novembro de 1890. Approva o Regulamento para o Gymnasio Nacional. **Coleção de Leis do Brasil**. Rio de Janeiro, p. 3865, 1890.

BRASIL. Decreto n.º 1194, de 28 de dezembro de 1892. Approva o regulamento para o Gymnasio Nacional. **Coleção de Leis do Brasil**. Rio de Janeiro, v. 1, pt. II, p. 1228, 1892.

BRASIL. Decreto n. 1652, de 15 de janeiro de 1894. Approva o regulamento para o Internato do Gymnasio Nacional. **Coleção de Leis do Brasil**. Rio de Janeiro, v. 1, pt. II, p. 28, 1894.

BRASIL. Decreto n. 2857, de 30 de março de 1898. Approva o regulamento para o Gymnasio Nacional e ensino secundário nos Estados. **Coleção de Leis do Brasil**. Rio de Janeiro, v.1, pt. II, p.348, 1898.

BRASIL. PARAHYBA DO NORTE. Lei n.º 11 de 24 de março de 1836. Collecção de Leis Provinciais de 1836-1837.

BRASIL. **Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembleia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1833**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1833. p. 11. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1703/000012.html>. Acesso em: 05 out. 2016.

BRASIL. **Relatório da Repartição dos Negócios do Império apresentado à Assembléia Geral Legislativa na sessão ordinária de 1836 pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado José Ignacio Borges**. Rio de Janeiro: Typgraphia Nacional, 1836.

BRASIL. **Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na segunda sessão da décima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Imperio Marquez de Olinda**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1858.

BRASIL. **Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na segunda sessão da décima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Imperio Sergio Teixeira de Macedo**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1859.

BRASIL. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na quarta sessão da décima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Imperio João de Almeida Pereira Filho. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1860.

BRASIL. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima terceira legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Imperio José Joaquim Fernandes Torres. Rio de Janeiro: Typographia Nacioanal, 1867.

BRASIL. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na segunda sessão da décima terceira legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Imperio José Joaquim Fernandes Torres. Rio de Janeiro: Typographia Nacioanal, 1868.

BRASIL. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima quarta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Imperio Paulino José Soares de Souza Rio de Janeiro: Typographia Nacioanal, 1869.

BRASIL. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na segunda sessão da décima quarta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Imperio Paulino José Soares de Souza Rio de Janeiro: Typographia Nacioanal, 1870.

BRASIL. Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na terceira sessão da décima quarta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Imperio João Alfredo Corrêa de Oliveira. Rio de Janeiro: Typographia Nacioanal, 1871.

BRASIL. Relatório apresentado à Assembléia Geral em aditamento ao de 8 de maio de 1872 pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Imperio João Alfredo Corrêa de Oliveira. Rio de Janeiro: Typographia Nacioanal, 1872.

BRASIL. Relatorio do anno de 1879 apresentado à Assembléa Geral Legislativa na terceira sessão da decima setima legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio Conselheiro Barão Homem de Mello. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1880.

BRASIL. Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na terceira sessão da decima oitava legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio Manoel Pinto de Souza Dantas. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882.

BRASIL. Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na segunda sessão da decima oitava legislatura pelo Ministro e Secretario Rodolpho Epiphany de Souza Dantas. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882.

BRASIL. Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na quarta sessão da decima oitava legislatura pelo Ministro e Secretario Francisco Antunes Maciel. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884.

BRASIL. Relatório da Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte apresentado ao Ministro do Império por Antonio Herculano de Souza Bandeira Filho. p. 46-53. Documento anexo ao Relatório enviado à Assembleia Geral, na quarta sessão da décima oitava legislatura, pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, Francisco Antunes Maciel. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1884.

BRASIL. Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da decima oitava legislatura pelo Ministro e Secretario João Florentino Meira de Vasconcellos. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1885.

BRASIL. Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da vigésima legislatura pelo Ministro e Secretario Barão de Marmoré. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1886.

BRASIL. Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na primeira sessão da vigésima legislatura pelo Ministro e Secretario Barão de Marmoré. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1887.

BRASIL. Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na terceira sessão da vigésima legislatura pelo Ministro e Secretario dos Negocios do Imperio José Fernandes da Costa Pereira Junior. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1888.

BRASIL. Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na quarta sessão da vigésima legislatura pelo Ministro e Secretario dos Negocios do Imperio Antonio Ferreira Vianna. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1889.

BRASIL. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negocios da Instrucção Pública, Correios e Telegraphos Dr. João Barbalho Uchôa Cavalcanti. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

BRASIL. Relatório (dos anos de 1892 e 1893) apresentado ao vice-presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Fernando Lobo, Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores, em abril de 1893. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

BRASIL. Relatório (dos anos de 1893 e 1894) apresentado ao vice-presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Alexandre Cassiano do Nascimento, Ministro de Estado Interino da Justiça e Negocios Interiores, em março de 1894. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

BRASIL. Relatório (dos anos de 1894 e 1895) apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Dr Antonio Gonçalves Ferreira, Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores em abril de 1895. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

BRASIL. Relatório (dos anos de 1895 e 1896) apresentado ao presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo Dr. Antonio Gonçalves Ferreira, Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores, em abril de 1896. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.

BRASIL. Relatório (dos anos de 1896 e 1897) apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Amaro Cavalcanti, Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, em março de 1897. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1897.

BRASIL. Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Amaro Cavalcanti, Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, em abril de 1898. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

BRASIL. Relatório (dos anos de 1898 e 1899) apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Dr. Epitácio Pessoa, ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores, em março de 1899. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

CATÁLOGO DAS ARTES. 2018. Disponível em:

<https://www.catalogodasartes.com.br/artista/Poluceno%20Pereira%20de%20Silva%20Manuel/>. Acesso em: jan. 2018.

COLÉGIO PEDRO II. Anuário do Colégio Pedro II. v. 14. Rio de Janeiro, 1948.

COLÉGIO PEDRO II. Anuário do Colégio Pedro II. v. 15. Rio de Janeiro, 1954.

ANAIS do Museu Histórico Nacional, vol. XII, 1951, p. 10.

C) Periódicos:

ALMANAK Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro: 1858, 1859, 1866 a 1872, 1884 a 1889, 1891 a 1898.

ALMANAK Gazeta de Notícias, 1895, edição 16(3), p. 344.

ALMANAK Gazeta de Notícias, 1898, edição 19 (2), p. 106.

GAZETA DE NOTÍCIAS, 1880, edição 206, p. 1.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Ensino Secundário, Rio de Janeiro, p. 1, 16 fev. 1890.

A INSTRUÇÃO PÚBLICA: folha hebdomadária dirigida por J. C. Alambary Luz, Rio de Janeiro, n.º 7, p. 56, 26 de maio 1872.

A INSTRUÇÃO PÚBLICA: folha hebdomadária dirigida por J. C. Alambary Luz, Rio de Janeiro, n.º 8, p. 61, 2 de junho de 1872.

A INSTRUÇÃO PÚBLICA: folha hebdomadária dirigida por J. C. Alambary Luz, Rio de Janeiro, n.º 15, p. 152, 12 de abril de 1874.

JORNAL DO COMMERCIO, n.º 303, 23 de novembro de 1841.

JORNAL DO COMMERCIO, n.º 77, 19 de março de 1842.

JORNAL EXTRA, 27.05.2011, p. 1. Disponível em:

<https://extra.globo.com/noticias/rio/tour-leva-cariocas-redescobrirem-avenida-marechal-floriano-1903216.html>. Acesso em: 10 mar. 2018.

O LIBERAL, Rio de Janeiro, 21 de maio de 1881, edição 05, p. 2.

MARMOTA DA CORTE, 1853, p. 4.

REVISTA DA SEMANA, 1933, p. 16.

REVISTA DA SEMANA, 1934, p. 18.

REVISTA DA SEMANA, 1935, p. 17.

D) Livros, Artigos de periódicos e outros tipos de trabalhos:

ALMEIDA, D. José Maria de; LACERDA, Araújo Corrêa de. **Diccionario da Lingua Portuguesa para uso dos portugueses e brasileiros**, 1859.

ALMEIDA, J. R. P. **História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)**. CHIZZOTTI, Antonio (trad.). São Paulo: EDUCAR; Brasília, DF: INEP/ MEC, 1989.

ALMEIDA, Manuel Antônio de. **Memórias de um sargento de milícias**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em:
file:///C:/Users/Samsung-pc/Downloads/memorias_sargento_almeida%20(1).pdf. Acesso em: maio 2018.

ALONSO, A. *Arrivistas e decadentes: o debate intelectual brasileiro na primeira década republicana*. **Novos Estudos**, São Paulo, n.º 85, p. 131-148, nov. 2009.

ALVES, Claudia. *Exército e cultura escolar no Brasil do século XIX*. In: ALVES, Claudia; NEPOMUCENO, Maria de Araújo (org.). **Militares e educação em Portugal e no Brasil**. Rio de Janeiro: FAPERJ: Quartet, 2010.

ALVES, Eva Maria Siqueira. **Cursos de Humanidades e Normal: uma confluência profícua?** Disponível em:
<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuaiscoautorais/eixo03/Eva%20Maria%20Siqueira%20Alves%20-%20Texto.pdf>.

ALVES, Laura Maria Silvia Araújo. *Os castigos corporais na escola nos discursos narrativos nas obras de Machado de Assis, Manoel Antônio de Almeida e Raul Pompeia*. In: Simpósio de História do Maranhão Oitocentista, 2013, Maranhão. **Anais...** Maranhão: UEMA, 2013. p. 1-11.

ANANIAS, Mauricéia; FERRONATO, Cristiano. *A instrução pública primária e secundária na província da parayhyba do norte: a constituição do estado nacional e da nação: 1840-1849*. In: Seminário da Faculdade de Educação, 8, [200-], Campinas, SP. **Anais...** Campinas: UNICAMP, HISTEDBR, [200-].

ANANIAS, Mauricéia. *A instrução pública primária nos regulamentos provinciais da Parahyba do Norte na década de 1840: a constituição do Estado Nacional*. **Educação Unisinos**, São Leopoldo - RS, v. 14, n. 1, p.35-43, jan./abr. 2010.

ANDRADE, Vera Lucia Cabana de Queiroz. *Colégio Pedro II: Patrimônio e lugar de memória da educação brasileira*. In: GASPARELLO, Arlette Medeiros; VILLELA, Heloisa de O. Santos (org.). **Educação na história: Intelectuais, saberes e ações instituintes**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

ANDRADE, Mariza Guerra de. **A educação exilada: Colégio do Caraça**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

ARAGÃO, Milena; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. *Práticas de castigos escolares: enlaces históricos entre normas e cotidiano*. **Conjectura**, Caxias do Sul, v. 17, n.º 2, p. 17-36, maio/ago. 2012.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.

ARRIADA, Eduardo; TAMBARA, Elomar Antonio Callegaro. *A cultura escolar material, a modernidade e a aquisição da escrita no Brasil no século XIX*. **Educação**, Porto Alegre, v. 35, n.º 1, p. 73-88, jan./abr. 2012.

ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da cultura**. 5ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

BARROSO, J. L. **A instrução pública no Brasil**. TAMBARA, Elomar; ARRIADA, Eduardo (org.). Pelotas: Seiva, 2005.

AZEVEDO, Moreira de. **O Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garnier, 1877. v. 2.

BASTOS, Maria Helena Camara. *Conferências Populares da Freguesia da Glória (1873 – 1890)*. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 2; 2002. Natal. **Anais...** Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2002. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/3104.pdf>. Acesso em: 05 out. 2016.

BASTOS, Maria Helena Camara. *A educação como espetáculo*. In: BASTOS, Maria Helena Camara; STEPHANOU, Maria (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. v. 2. século XIX. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

BASTOS, Maria Helena Camara. *Manuais escolares franceses no Imperial Collegio de Pedro II (1856-1892)*. **História da Educação**, Pelotas, n.º 26, p. 39-58, set./dez. 2008.

BARRA, Sérgio Hamilton da Silva. *A cidade Corte: O Rio de Janeiro no início do século XIX*. In: **Colóquio Internacional de História Cultural da Cidade**, 1; 2015. Porto Alegre. **Anais**.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. **História da Educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

BLAKE, Sacramento. **Diccionario Bibliographico brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883. v. 5 e v. 6.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1991.

BONASSI, Fernando. **Vida da gente**. São Paulo: Formato, 2003.

BOSI, Ecleia. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOTO, Carlota. *O desencantamento da criança: entre a Renascença e o Século das Luzes*. In: FREITAS, Marcos Cezar; KUHLMANN Jr. Moysés. **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **Norbert Elias: formação, educação e emoções no processo de civilização**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BRANDÃO, Zaia. **Conversas com pós-graduandos**. 2ª ed. revista. Rio de Janeiro: Forma & Ação, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BUISSON, F. **Dicionário de Pedagogia e Instrução Primária**. Paris: Librairie Hachette et Cie, 1887.

CARDOSO, Tatyana Marques de Macedo; OLIVEIRA, Claudia Maria Costa Alves de. *Rastros de memórias das práticas disciplinares instituídas no Colégio Pedro II: um olhar para o livro de ocorrência*. **Quaestio**, Sorocaba, SP, v. 19, n.º 1, p. 29-46, abr. 2017.

CARR, Eduard H. **Que é história?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

CAMPOS, A. N. *Arqueologia e Educação: possibilidades educacionais em torno de um sítio quinhentista em Santos, SP*. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, Suplemento 11, p. 195-200, 2011.

CANDIDO, Antonio. *A Literatura e a formação do Homem*. **Ciência e Cultura**, v.24, n.9, set. 1972.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 74.

CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **Introdução ao estudo da História da Educação Brasileira: o desenvolvimento histórico da educação brasileira e a sua periodização**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

CARVALHO, Rosângela Tenório. *Rituais da escolarização e gênero*. **Cadernos Pagu**, n.º 61, p. 1-17, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cpa/a/qBKRktBJzVtJPTTsmFXdVYh/#>. Acesso em 13 jan. 2023.

CASTAGNA, Paulo. **A modinha e o lundu nos séculos XVIII e XIX**. Disponível em: <https://escriturasvirreinales.files.wordpress.com/2014/04/lundum-y-modinha.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2018. p. 1.

CASTANHA, André Paulo. **Pedagogia da moralidade: a ordem civilizatória imperial**. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Andre_Paulo_Castanha_artigo.pdf.

CASTANHA, André Paulo. *A prática dos castigos e prêmios na escola primária do século XIX: do legal ao real*. **Revista Educação - Educere et Educare**, Cascavél, PR, v. 4, n.º 8, p. 246-259, 2009.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. *Del signo negado al signo virtual: cambios y permanencias en la historia social de la cultura escrita*. **Revista de Historia de la Cultura Escrita**, Espanha, n.º 6, p. 113-143, 1999.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. “Historia de la cultura escrita: ideas para el debate”. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, PR. **Dossiê “O Público e o Privado na Educação Brasileira”**, v. 3, n.º 1, p. 93-124, jan./jun. 2003.

CASTRO, César Augusto (org.). **Leis e regulamentos da instrução pública no Maranhão Império: 1835-1889**. São Luís: EDUFMA, 2009.

CASTRO, César Augusto. **Infância e trabalho no Maranhão** provincial: uma história da Casa dos Educandos Artífices (1841-1889). São Cristóvão: Ed. da UFS, 2010.

CAVALLO, G.; CHARTIER, R. (org.) **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo: Ática, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Introdução: Zadig e a história*. In: CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CHARTIER, Anne-Marie. *Fazeres ordinários da classe: uma aposta para a pesquisa e para a formação*. **Educação e Pesquisa, Revista da Faculdade de Educação da USP**, São Paulo, v. 26, n.º 2, p. 10-25, jul./dez. 2000.

CHARTIER, Roger. *Por uma sociologia histórica das práticas culturais*. In: CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**, GALHARDO M. Manuela (trad.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHERVEL, André; BLACHE-BENVENISTE, Claire. **L’ortographe**. Paris: Maspero, 1969.

CHERVEL, André; COMPÈRE, Marie-Madeleine. *As humanidades no ensino*. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n.º 2, p. 149-170, 1999.

CHERVEL, André; BITTENCOURT, Circe Fernandes. *Quando surgiu o ensino secundário?* **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v.18, n.º 1, p. 99-112, jun. 1992.

CORALINA, C. **Poema dos becos de Goiás e estórias mais**. 23ª ed. São Paulo: Global, 2006.

COARACY, Vivaldo. **Todos contam sua vida: memórias de infância e adolescência**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1959.

CONCEIÇÃO, J. T. da. *Lugar aprazível e salubre, Casa vasta e bem arejada: localização e espaços de colégios-internatos na Corte Imperial do Rio de Janeiro (Século XIX)*. **Educação**, Santa Maria, v. 47, n.º 1, p. 1-23, 2022.

Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao>. Acesso em: 10 nov. 2022.

CORRÊA, Viriato. **Cazuza**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

CORREIA, Manuel Francisco. *Educação na família e na escola*. **Conferências Populares**, n. 6, p. 13, 1876. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=278556>. Acesso em: 05 out. 2016.

COSTA, Angela Marques da & SCHWARCZ, Lilia Moritz. **1890-1914: no tempo das certezas. (Virando séculos)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CUNHA, Maria Teresa Santos; CHALOPA, Rosa Fátima de Souza. *Entre porões e sótãos: O Patrimônio Histórico-Educativo em cena*. Entrevista com Maria Cristina Menezes. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 15, n.º 28, p. 223-249, jan./jun. 2014.

CURY, Cláudia Engler. *Desafios da pesquisa com cultura escolar na documentação da Parahyba Oitocentista*. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SCHWARTZ, Cleonara Maria (org.). **História das culturas escolares no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2010. p. 54.

CURY, Cláudia Engler. *As práticas instrucionais no Liceu Paraibano (1836-1889): a configuração dos planos de ensino e o ensino de história*. In: **Congresso Luso Brasileiro de História da Educação**, 6, 2006, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006, p. 4110-4120.

CUNHA, Maria Teresa Santos; CHALOPA, Rosa Fátima de Souza. Apresentação. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 15, n.º 28, p. 4-8, jan./jun. 2014.

CUNHA JÚNIOR, Carlos Fernando Ferreira da. **O Imperial Collegio de Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

DALCIN, Talita Banck. *“Palmatoando” as fontes: Os usos dos castigos físicos em nome da disciplinarização e da ordem nas escolas paranaenses da segunda metade do século XIX*. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de (org.). **Educação do corpo na escola brasileira**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. p. 71-93.

DALLABRIDA, Norberto. *O grupo escolar Arquidiocesano São José e a (re)produção das classes populares em Florianópolis*. In: **Reunião da Associação Nacional de Pós-graduação em Educação**, 25, 2002, Caxambu-MG. **Anais...** Caxambu –MG: ANPED, 2002.

DALLABRIDA, Norberto. *Limites sociológicos da leitura foucaultina sobre a escolarização*. **Educar em Revista**, Curitiba, n.º 51, p. 193-207, jan./mar. 2014.

D´ARAÚJO, Maria Celina. *O fio da meada no Diário de Vargas*. Rio de Janeiro, **Estudos Históricos**, v. 9, n.º 17, p. 189, 1996.

DARNTON, R. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DARNTON, R. **A questão dos livros: passado, presente e futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

DAUSTER, Tania. *Um outro olhar: entre a antropologia e a educação*. **Cad. CEDES**, Campinas, SP, v. 18, n.º 43, dez. 1997.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. 3ª ed. São Paulo: Forense Universitária, 2011.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano. Artes de fazer**. 22ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

DEL PRIORE, Mary. *O cotidiano livre da criança livre no Brasil*. In: DEL PRIORE, Mary. **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

DIAS, Maria Odila Silva. *A interiorização da metrópole (1808-1835)*. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.). **1822: Dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

DODERER, Gerhard. **Modinhas Luso-Brasileiras**. Lisboa: Portugaliae Musica, 1984.

DÓREA, Célia Rosângela Dantas. *A arquitetura escolar como objeto de pesquisa em História da Educação*. **Educar em Revista**, Curitiba, n.º 49, p. 161-181, jul./set. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/VRRQSPBcDhQscb7bYn4C5Qq/?lang=pt>. Acesso em: 13 jan. 2023.

DÓRIA, Escragnolle. **Memória histórica do Colégio de Pedro II: 1837-1937**. Brasília, DF: INEP, 1997.

DUARTE, Abelardo. **História do Liceu Alagoano (desde sua criação até o ano de 1960)**. Maceió: Departamento Estadual de Cultura, 1961.

DUARTE, Rosália. *Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo*. **Cadernos de Pesquisa**, n.º 115, p. 152-153, mar. 2002.

DURKHEIM, Émile. *Os ritos representativos ou comemorativos*. In: DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 403-423.

DICK, Sara Martha. **As políticas públicas para o ensino secundário na Bahia**: Liceu Provincial: 1860-1890. 2001. 280 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. v. 1.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. v. 1.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. v. 2.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de Corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

EL FAR, Alessandra. **Páginas de sensação – leitura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870 – 1924)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ERTZOGUE, Marina Haizenreder. *Silenciar os inocentes: medidas punitivas para a recuperação de menores em estabelecimentos disciplinares mantidos pelo Estado (1945-1964)*. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 37, P. 157-176, set. 1999. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-0188199900010_0008#35e36not. Acesso em: 18 maio 2013.

ESCOLANO BENITO, Agustín. *Arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo*. In: VINÃO FRAGO, Antonio; ESCOLANO BENITO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ESCOLANO BENITO, Agustín. **A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia**. Campinas, SP: Alínea, 2017.

ESCOLANO BENITO, Agustín. *Etnohistória e cultura material da escola: a educação nas exposições universais*. In: SILVA, Vera Lucia Gaspar da; SOUZA, Gisele de; CASTRO, César Augusto (org.). **Cultura material escolar em perspectiva histórica: escritas e possibilidades**. Vitória, ES: EDUFES, 2018. v.11

ESCOLANO BENITO, Agustín. *Las materialidades de la escuela (a modo de prefacio)*. In: SILVA, Vera Lucia Gaspar da; PETRY, Marília Gabriela (org.) **Objetos da escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – séculos XIX e XX)**. Florianópolis: Insular, 2012.

ESCOLANO BENITO, Agustín. *Patrimonio material de la escuela e historia cultural*. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 11, n.º 2, p. 13-28, 2010.

ESCOLANO BENITO, Agustín.. **Tiempos y espacios para la escuela**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2000.

EWBANK, Thomas. **Vida no Brasil ou diário de uma visita à Terra do Cacaueiro e da Palmeira**. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1976.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: EDUSP, 2009.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Instrução elementar no século XIX*. In: LOPES, Eliane Marta Lopes Teixeira et al. (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *A legislação - escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação*. In.: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). **Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análise para história da educação oitocentista**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 89-125.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UPF, 2000.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. *Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil*. **Revista Brasileira de Educação**, n.º 14, p. 19-33, maio-ago. 2000.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *Pesquisa, memória e documentação: desafios de novas tecnologias*. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação**. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000. p. 101.

FAZENDA, José Vieira. *Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro*. **RIHGB**, Rio de Janeiro, v. 142, t. 88, 1920.

FEBVRE, Lucien. Profissões de fé à hora da partida. In: FEBVRE, Lucien. **Combate pela História**. Lisboa: Presença, 1985.

FERRAÇO, Carlos Educarado (org.). **Cotidiano escolar, formação de professores(as) e currículo**. São Paulo: Cortez, 2005.

FERREIRA, Dirce Nazaré Andrade; SCHWARTZ, Cleonara Maria. *Política, poder e instrução: a educação feminina no método Lancasteriano (uma análise da lei 15 de outubro de 1827, à luz do ensino mútuo)*. **Rev. bras. hist. educ.**, Maringá-PR, v. 14, n.º 1 (34), p. 49-71, jan./abr. 2014.

FREIRE, Américo. **Uma capital para a República: Poder Federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano**. 9ª ed. Rio de Janeiro: RECORD, 1996.

FISCHER, Beatriz T. Daudt. **Tempos de escola: memórias**. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livro, 2011.

FIN, Maria Teresinha. *Atingir o corpo e a alma: punições aos professores e alunos nas províncias de Mato Grosso e Minas Gerais nas Reformas de 1854*. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 5, 2008, Aracaju. **Anais...** Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 41ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FUNARI, Pedro Paulo; ZARANKIN, Andrés. Cultura material escolar: o papel da arquitetura. **Pro-Posições**, v.16, n.1 (46), jan./abr. 2005.

FUNARI, Pedro Paulo. *Fontes arqueológicas: os historiadores e a cultura material*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

GABAGLIA, Eugenio de Barros Raja. *Collegio Pedro II. Annuario do Collegio Pedro II*. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1º Anno, 1914.

GABAGLIA, Eugenio de Barros Raja. **Anuário do Colégio Pedro II: primeiro ano 1914**. Edição comemorativa. Rio de Janeiro, 2009. v.1.

GALVÃO, A. M. de O. “*A palmatória era a sua vara de condão*”: práticas escolares na Paraíba (1890-1920). In: FARIA FILHO, L. M. de (org.). **Modos de ler/ formas de escrever**: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

GALVÃO, Ramiz. *O Imperador e a Instrução Pública*. **RIHGB**, v. 98, p. 363-370, 1925.

GASPARELLO, Arlete Medeiros. **Construtores de Identidades: a pedagogia da nação nos livros da escola secundária brasileira**. São Paulo: Iglu Editora, 2004. p. 63-64.

GASPARELLO, Arlete Medeiros. *O colégio Pedro II e as Humanidades: invenção do Secundário*. In: **Reunião Anual da ANPED, 25**, 2002, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPED, 2002. Disponível em:
<http://25reuniao.anped.org.br/arletemedeirosgasparellot02.rtf>. Acesso em: 12 set. 2016.

GASPARELLO, Arlete Medeiros. **A pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira**. São Paulo: Iglu, 2004.

GATTI, Bernadete A. *Estudos quantitativos em educação*. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n.º 1, p. 11-30, jan./abr. 2004.

GERSON, Brasil. **História das ruas do Rio e da sua liderança na história política do Brasil**. Rio de Janeiro: Lacerda Editora, 2000.

GINZBURG, Carlo. *Sinais: Raízes de um paradigma indiciário*. In: GINZBURG, Carlo **Mitos, emblemas e sinais: Morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-180.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck; FERREIRA NETO, Amarílio. **Práticas escolares e processos educativos: currículo, disciplinas e instituições escolares (séculos XIX e XX)**. Vitória: EDUFES, 2011. v. 4.

GONDAR, Jô. *Quatro Proposições sobre Memória Social*. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. **O que é memória social**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2005.

GONDRA, José Gonçalves. **Arte de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

GONDRA, José Gonçalves. SCHNEIDER, Omar (org.) **Educação e instrução nas Províncias e na corte imperial (Brasil, 1822-1889)**. Vitória: EDUFES, 2011. (Coleção Horizontes da pesquisa em história da educação no Brasil).

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, Poder e Sociedade no Império Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GODOY, Marcelo Franco de. *Civilização e educação: as Leis da Corte e das Províncias*. In: Simpósio Internacional Processo Civilizador, 9, [200-], Ponta Grossa. Anais...Ponta Grossa: UEL, [200-]. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/.../art9.pdf>. Acesso em: 15 set. 2016.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. **O ensino secundário no Império brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HERNÁNDEZ DÍAZ, José Maria. *Etnografía e historia material de la escuela*. In: HERNÁNDEZ DÍAZ, José Maria. **La memoria y el deseo cultura de la escuela y educación deseada**. Valencia, Espanha: Tirant Lo Blanch, 2002.

HILSDORF, Maria Lúcia. *Ensino Mútuo na Província de São Paulo: primeiros apontamentos*. In: BASTOS, Maria Helena Camara; FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.). **A Escola Elementar no Século XIX: o método monitorial/mútuo**. Passo Fundo: EDIUP, 1999.

HILSDORF, Maria Lúcia. **O aparecimento da escola moderna: uma história ilustrada**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque *et. al.* **História Geral da Civilização Brasileira**. v. 7. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

JULIA, Dominique. *A Cultura escolar como objeto histórico*. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

LE MOS, Daniel Cavalcanti de Albuquerque. *Os cinco olhos do diabo: os castigos corporais nas escolas do século XIX*. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n.º 2, p.627-646, 2012.

LE MOS, Renato. *A alternativa republicana e o fim da monarquia*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (org.). **O Brasil Imperial (1870-1889)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 401-444. v.3.

LESAGE, Pierre. *A Pedagogia nas Escolas Mútuas do Século XIX*. In: BASTOS, Maria Helena Camara; FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.). **A Escola Elementar no Século XIX: o método monitorial/mútuo**. Passo Fundo: EDIUP, 1999.

LOPES, Sonia de Castro; CHAVES, Miriam W. **A história da educação em debate: estudos comparados, profissão docente, infância, família e igreja**. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2012.

LORENZ, K.M. *O ensino de ciências e o Imperial Collegio de Pedro II: 1838-1889*. In: VECHIA, A.; CAVAZOTTI, M.A. **A escola secundária: modelos e planos (Brasil, séculos XIX e XX)**. São Paulo: Annablume, 2003.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. Brasília: Senado Federal, 2005.

MANACORDA, Mario. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, p. 291, maio/ago. 2004.

MARINHO, Igenesil & INECO, Luiz. **O Colégio Pedro II – Cem anos depois**. Rio de Janeiro: Villas Boas & C., 1938.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo Saquarema – A formação do estado imperial**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MATTOS, Selma R. de. **O Brasil em lições: a história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo**. Rio de Janeiro: Access, 2000.

MEDEIROS E ALBUQUERQUE. **Minha vida: da infância a mocidade: memórias (1867-1893)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Calvino Filho Editor, 1933.

MELO, Clarice Nascimento de; ALMEIDA, Karla Nazareth Corrêa de; ROSÁRIO, M. José Aviz do. **Documentos da Educação do Pará Imperial (1839-1889)**. Belém: SBHE, 2012.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República consentida**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

MENDONÇA, Ana Waleska P.C. et.al. *A criação do Colégio de Pedro II e seu impacto na constituição do magistério público secundário no Brasil*. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n.º 4, p. 985-1000, out./dez. 2013.

MENDONÇA, Ana Waleska P.C. et al. *Construindo o seu quadro docente: as primeiras gerações de professores do Colégio Pedro II*. In: **Congresso Brasileiro de História da Educação**, 7., Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: UFMT, 2013.

MENEZES, Maria Cristina. *A escola e sua materialidade: o desafio do trabalho e a necessidade de interlocução*. **Pro-posições**, v. 16, n.º 1 (46), jan./abr. 2005.

MICELI, Sergio. *A construção do trabalho intelectual*. In: MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (org.). **Cadernos à vista: escola, memória e cultura escrita**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2008.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. *Escritas invisíveis: diários de professoras e estratégias de preservação da memória escolar*. In: SOUZA, Elizeu Clementino de; MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (org.). **Histórias de vida e formação de professores**. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2008.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; SILVA, Alexandra Lima da; SILVA, Marcelo Gomes da (org.). **Outros tempos, outras escolas**. Rio de Janeiro: Quartet, 2014.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio. **Pedagogium: símbolo da modernidade educacional republicana**. Rio de Janeiro: Quartet; Faperj, 2013.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; CUNHA, Maria Teresa Santos; BASTOS, Maria H. Câmara. **Refúgios do Eu: educação, história, escrita autobiográfica**. Florianópolis: Mulheres, 2000.

MIRANDA, Itacyara Viana; CURY, Cláudia Engler. *Instruir para civilizar: o Lancasterianismo na Paraíba oitocentista: 1822 a 1864*. In: **Encontro Estadual de História**, 13, 2008, Guarabira. **Anais...** Guarabira, Universidade Estadual da Paraíba, 2008. Disponível em: http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2006%20-20Itacyara%20Viana%20Miranda%20TC.PDF. Acesso em: 18 maio 2013.

MIRANDA, Itacyara Viana. *Tempo de punir e disciplinar: uma história da instrução na Paraíba (1822 a 1864)*. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 5, p. 79-91 jul./dez. 2010.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e o Império (subsídios para a História da Educação no Brasil): 1823-1853**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

MOGARRO, Maria João. *Arquivos e educação: a construção da memória educativa*. **Revista brasileira de história da educação**, n. 10, jul./dez.2005. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38647>. Acesso em: 13 fev. 2019.

MONTALVÃO, Sérgio. *Educação na ordem constitucional brasileira: da Monarquia à República*. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, n.º 11, jan./jul.2011.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ZAIA, Iomar Barbosa; VENDRAMETO, Maria Cristina. *Arquivos escolares e pesquisa histórica: fontes para o estudo da educação brasileira*. **Pro-posições**, v. 16, n.º 1 (46), p. 117-133, jan./abr. 2005.

MORAIS, José. **A arte de ler**. São Paulo: UNESP, 1996.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MORO, N. O. *O livro preto nas escolas da região dos Campos Gerais*. In: **Jornada do Histedbr**, 1, 2003, Campinas. **Anais...**, Campinas: Unicamp, 2003. Disponível em <http://www.histedbr.fae.unicamp.br>. Acesso em: 21 jan. 2016.

MOTTA, Marly. *Rio de Janeiro, a cidade-capital do Brasil (1850-1950)*. In: CHAVES, Miriam W.; LOPES, Sonia de Castro. **Instituições educacionais na cidade do Rio de Janeiro: um século de história**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EDUSP, 1974.

NAGLE, Jorge. **A educação na Primeira República**. In: Fausto. **História Geral da civilização brasileira. O Brasil Republicano**. São Paulo: Difel, 1985. v. 3.

NAVA, Pedro. **Balão Cativo. Memórias 2**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1973.

NEVES, Margarida de Souza. *O bordado de um tempo: a história na estória de Esaú e Jacó*. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n.º 81, p. 32-42, abr./jun. 1985.

NEVES, Margarida de Souza. *Uma cidade entre dois mundos – o Rio de Janeiro no final do século XIX*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). **O Brasil Imperial (1870-1889)**. 2ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 119-154. v.3.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC**, São Paulo, p. 7-28, 1993.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Historiografia da educação e fontes*. **Cadernos ANPED**, Belo Horizonte, n.º 5, p. 13-20, set. 1993.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *Historiografia da educação e fontes*. In: GONDRA, José Gonçalves (Org.). **Pesquisa em história da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 17-62.

NUNES, Clarice. *Memória e história da educação: entre práticas e representações*. In: LEAL Maria Cristina; PIMENTEL, Marília (org.). **História e Memória da Escola Nova**. Rio de Janeiro: Loyola, 2003.

NUNES, Clarice. *(Des)Encantos da Modernidade Pedagógica*. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org.) **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 371-398.

Ó, Jorge Ramos do. **O governo de si mesmo: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (último quartel do século XIX–meados do século XX)**. Lisboa: EDUCA, 2003.

OLIVATO, Laís. *Castigos Lancasterianos na Província de Minas Gerais (1829)*. **Cadernos de História da Educação**, v. 16, n.º 3, p. 846-858, set.-dez. 2017.

OLIVEIRA, Antônio de Almeida. **O Ensino Público**. Brasília: Senado Federal, 2003.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Uma senhora na Rua do Imperador: população e transformações urbanas na cidade de São Paulo*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (org.). **O Brasil Imperial** (1870-1889). 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 155-198. v. 3.

ORLANDI, Eni P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas, SP: UNICAMP, 1993.

PEIRANO, Mariza. **O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002.

PENNA, Fernando de Araujo. *“O currículo colegial” do Colégio de Pedro II*. In: CHAVES, Miriam W.; LOPES, Sonia de Castro (org.). **Instituições educacionais da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2009, p. 40-41.

PERES, Eliane; BORGES, Francieli. *Relações entre história e literatura: a obra de Cora Coralina e as questões do ensino e dos processos de escolarização no final do século XIX e início do século XX*. **Rev. bras. hist. educ.**, Maringá-PR, v. 15, n.º 2 (38), p. 23-53, maio/ago. 2015.

PERES, T. R. **Educação Brasileira no império**. Palma Filho, J. C. *Pedagogia Cidadã – Cadernos de Formação – História da Educação*. 3ª ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP/Santa Clara Editora, 2005, p. 11-47.

PETITAT, André. *Entre História e Sociologia – uma perspectiva construtivista aplicada à emergência dos colégios e da burguesia*. **Teoria & Educação (Dossiê: História da Educação)**, Porto Alegre, n.º 6, p. 138-150, 1992.

PETITAT, André. **Produção da Escola/Produção da Sociedade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira e CURY, Cláudia Engler. **Leis e regulamentos da instrução da Paraíba no período imperial**. Brasília, DF: MEC/ INEP, 2004.

PINHO, Ana Sueli Teixeira de; SOUZA, Elizeu Clementino de. *O tempo escolar e o encontro com o outro: do ritmo padrão às simultaneidades*. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n.º 3, p. 663-678, jul./set. 2015.

POLLACK, Michael. *Memória e Identidade Social*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.º 10, 1992, p. 200-212.

POLLACK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.º 3, 1989, p. 3-15.

POMIAN, K. Tempo/temporalidade. **Enciclopédia Enaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1993. v. 29.

POMPEIA, Raul. *Colégio de Pedro II*. In: POMPEIA, Raul. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982a.

POMPEIA, Raul. **Crônicas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; OLAC; FENAME, 1982. v. 1.

POMPEIA, Raul. **O Ateneu: crônica de saudade**. 3ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2017.

PONTES, Eloy. **A vida inquieta de Raul Pompeia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1935.

PRIMITIVO, Moacyr. *Decreto n.º 9.894, de 09 de março de 1888. Aprova “novo” regulamento para o CPII*. In: PRIMITIVO, Moacyr. **A Instrução e o Império. Subsídios para a História da Educação no Brasil**. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1938, v. 3.

RATTO, Ana Lúcia Silva. *Cenários criminosos e pecaminosos nos livros de ocorrência de uma escola pública*. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 20, p. 95-106, 2002.

RATTO, Ana Lúcia Silva. **Livros de ocorrência: (in)disciplina, normalização e subjetivação**. São Paulo: Cortez, 2007.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. *História da disciplina Português na Escola Secundária Brasileira*. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 4, p. 43-58, jan./jun. 2010.

RIZZINI, Irma; MARQUES, Jucinato de Sequeira; MONÇÃO, Vinicius de Moraes. *As tropelias e assuadas de escolares e garotos na cidade do Rio de Janeiro entre os séculos XIX e XX*. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 53, n.º 39, p. 159-185, set./dez. 2015.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta; PINTO NETO, Pedro da Cunha. *Dos temores ao encanto: o cotidiano escolar na literatura brasileira*. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n.º 1, p. 35-60, mar. 2012.

ROQUETTE, José Inácio. **Código do Bom-Tom ou Regras de civilidade e de bem viver no século XIX**. SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *Modernidade e castigos escolares: oscilando entre os costumes e a legislação (o caso da Província de Mato Grosso)*. **HISTEDBR**, v. 1, p. 1-14, 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_086.html. Acesso em: 18 maio 2013.

SANGENIS, Anabelle Loivos Considera; SANGENIS, Luiz Fernando Conde. **Escola, palavra e poder: os castigos e a representação literária**. 2005

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos. **O currículo da disciplina escolar História no Colégio Pedro II – a década de 1970 – entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica: a história e os estudos sociais**. Rio de Janeiro: Mauad: Faperj, 2011.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos; ANDRADE, Vera Lucia Cabana de Queiroz. **Colégio Pedro II: polo cultural da cidade do Rio de Janeiro: a trajetória de seus uniformes escolares na memória coletiva da cidade**. Rio de Janeiro: Mauad; Faperj, 2016.

SANTOS, João Marcos Vitorino dos; OLIVEIRA, Luiz Antonio de; MACHADO, Maria Cristina Gomes. *As marcas do erro: vestígios das práticas de castigos na instrução do século XIX – uma análise a partir do pensamento do Barão de Macaúbas*. In: **Congresso Nacional de Educação Educere**, 11, 2013. Curitiba. Anais...Curitiba: PUC-PR, 2013.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003.

SANTOS, Thiago; MARCHI, Rita de Cássia. *O Ateneu: uma análise de mecanismos disciplinares no romance de Raul Pompeia*. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 38, n.º 1, p. 339-360, jan./mar. 2013.

SARAMAGO, J. *História e ficção*. **Jornal de Letras, Artes e Ideias**. Lisboa, v. 1, n.º 400, p. 7, 1990.

SCHOLLHAMMER, Karl Erick. *Memória e esquecimento*. In: **Congresso ABRALIC: Literatura e Memória Cultural**, 2, 1991, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ABRALIC, 1991. v. II.

SEGISMUNDO, Fernando. **Colégio Pedro II: tradição e modernidade**. Rio de Janeiro: UNIGRAF, 1987. 159 p.

SEGISMUNDO, Fernando. **Grandezas do Colégio Pedro II**. Rio de Janeiro: UNIGRAF, 1996. 177 p.

SEGISMUNDO, Fernando. **Memória de estudante** (Colégio Pedro II). Rio de Janeiro: EBAL, 1987. 92 p.

SILVA, Vera Lucia Gaspar; PETRY, Marília Gabriela (org.). **Objetos da escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – séculos XIX e XX)**. Florianópolis: Insular, 2012.

SOARES, Renata dos Santos; SOARES, Flávia dos Santos. *O lugar das línguas modernas e seus professores no Colégio Pedro II: francês, inglês, alemão, italiano e espanhol*. In: **Congresso Brasileiro de História da Educação**, 9, 2017, Paraíba. Anais... Paraíba: UFPB, 2017. p. 5014-5025.

SOUZA, J.B. Mello e. **Estudantes do meu tempo: crônicas do antigo Colégio Pedro II**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1958.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano de. **Escola e memória**. Bragança Paulista: EDUSEF, 2000.

SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano. *Decorar, lembrar e repetir: o significado de práticas escolares na escola brasileira do final do século XIX*. In: SOUSA, Cynthia Pereira (org.) **História da educação: processos, práticas e saberes**. São Paulo: Escrituras, 1998.

SOUZA, Milena Cristina Aragão Ribeiro de; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. *Práticas de castigos escolares nos 1800: o cotidiano no plural*. In: **Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”**, 9, 2012, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2012.

SOUZA, Rita de Cássia de. *Punições e disciplina: introdução ao estudo da cultura escolar*. In: **Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais**, 2, 2003, Uberlândia. Anais... Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2003. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/nephe/images/arq-ind-nome/eixo7/completos/punicoesdisciplina.pdf>. Acesso em: 18 maio 2013.

SOUZA, Rosa Fátima de. *História da cultura material escolar: um balanço inicial*. In: BENCOSTA, Marcus Levy (Org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Cultura escolar e currículo: aproximações e inflexões nas pesquisas históricas sobre conhecimento e práticas escolares*. In: XAVIER, Libânia Nacif et al. **Escola, culturas e saberes**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 74-91.

SOUZA, Rosa Fátima de. *A investigação histórica sobre o ensino secundário no Brasil*. In: **Encontro Maranhense de História da Educação**, 10, 2017, Maranhão. Maranhão: UFMA, 2017. p. 2.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Unesp, 1998.

SCHUEROFF, Dilce; SILVA, Vera Lucia Gaspar da. *Não obedeceu, pode punir: castigos escolares no ensino público primário catarinense (1910-1940)*. **Revista Pedagógica**, Chapecó-SC, v. 19, n.º 41, p. 194-208, maio./ago. 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moriz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Geraldo Bastos. **A educação secundária: perspectiva histórica e teórica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. v. 94. (Atualidades Pedagógicas).

SILVA, Francini Medeiros. *Código de Bom-Tom: os manuais de etiqueta e a formação de uma “boa sociedade” nos trópicos (Rio de Janeiro, 1840-1850)*. In: **Encontro Regional de História**, 18, 2006, Assis, SP. **Anais...** São Paulo: UNESP, 2006.

TAMBARA, E.; ARRIADA, E. BARROSO, J. L. *José Liberato Barroso e a história da educação brasileira: Aspectos introdutórios*. In: BARROSO, J. L. **A Instrução Pública no Brasil**. TAMBARA, Elomar; ARRIADA, Eduardo (org.): Pelotas: Seiva, 2005. p. 5-12.

TAUNAY, Alfredo D’Escragnolle. **Memórias do Visconde de Taunay**. Brasília: Biblioteca do Exército, 1960.

UNESC. **Congresso Ibero-Americano de Humanidades, Ciências e Educação: Perspectivas contemporâneas**. 2014. Disponível em: <http://www.unesc.net/portal/capa/index/433/7516>. Acesso em maio 2018.

VALLE, Hardalla Santos do; ARRIADA, Eduardo. *O Liceu D. Afonso na Província de São Pedro do século XIX: aspectos históricos de uma cultura escolar (1846-1871)*. **Diálogos** (Maringá Online), v. 16, supl. Espec., p. 185-205, dez. 2012.

VARELA, J.; ALVAREZ-URÍA, F. **Arqueología de la escuela**. Madrid: La Piqueta, 1991.

VASCONCELLOS, Bernardo Pereira de. **Bernardo Pereira de Vasconcelos**. CARVALHO, José Murilo (org. e int.). São Paulo: Ed. 34, 1999.

VASCONCELLOS, Bernardo Pereira de. *Discurso de inauguração das aulas do Colégio Pedro II*. Rio de Janeiro: **Studia**, ano 1, n.º 1, p. 177-179, dez. 1950.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e seus mestres: a educação no Brasil dos Oitocentos**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

VECCHIA, Ariclê. O Ensino Secundário no século XIX: instruindo as elites. In.: STEPHAUNOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil século XIX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. vol. II.

VEIGA, Cynthia Greive. *Elaboração de hábitos civilizados na constituição das relações entre professores e alunos (1827-1927)*. **Revista Brasileira de História da Educação**, Brasília, DF, n.º 21, p. 61-92, 2009.

VEIGA, Cynthia Greive. *A escolarização como projeto de civilização*. **Revista Brasileira de Educação**, ANPED, n.º 21, p. 90-103, set.-dez. 2002.

VEIGA, Cynthia Greive. *Sentimentos de vergonha e embaraço: novos procedimentos disciplinares no processo de escolarização da infância em Minas Gerais no século XIX*. In: **Congresso Mineiro de História da Educação**, 2, 2003, Uberlândia. Anais... Uberlândia: UFU, 2003.

VEIGA, Cynthia Greive. *Escola Pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial*. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, ANPED, v. 13, n.º 39, p. 502-516, set./dez. 2008.

VERÍSSIMO, José. **A Educação Nacional**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1906.

VERÍSSIMO, José. **A Educação nacional**. 3ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

VERÍSSIMO, José. **A Educação Nacional**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Belo Horizonte: Puc-Minas, 2013.

VERÍSSIMO, José. **José Veríssimo visto por dentro**. Manaus: Ed. Governo do Estado do Amazonas, 1966.

VIDAL, Diana Gonçalves. *Cultura e práticas escolares: a escola pública brasileira como objeto de pesquisa*. **Hist. educ.**, 25, p. 153-171, 2006.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Culturas escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)**. Campinas: Autores Associados, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves. **O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2001.

VIDAL, Diana Gonçalves; ABDALA, Raquel Duarte. *A fotografia como fonte para a História da Educação: questões teórico-metodológicas e de pesquisa*. **Educação**, Santa Maria, v. 30, n.º 2, p.177-194, 2005. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/3745/2149>. Acesso em: 14 jan. 2023.

VIDAL, Diana Gonçalves. *História da Educação como Arqueologia: cultura material escolar e escolarização*. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 18, n.º 36, p. 251-272, jan./abr. 2017.

VIDAL, Diana Gonçalves. *Mapas de frequência a escolas de primeiras letras: fontes para uma história da escolarização e do trabalho docente em São Paulo na primeira metade do século XIX*. **Revista brasileira de história da educação**, n.º 17, maio/ago. 2008.

VIDAL, Diana Gonçalves. *Michel de Certeau e a difícil arte de fazer história das práticas*. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Pensadores sociais e história da educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

VIDAL, Diana Gonçalves. No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e práticas escolares. **Currículo sem fronteiras**, v. 9, n.1, p.25-41, jan./jun. 2009.

VIDAL, Diana G.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil**. Campinas-SP: Autores Associados, 2005.

VIDAL, Diana G.; SCHWARTZ, Cleonara Maria. *Sobre cultura escolar e História da Educação: questões para debate*. In: VIDAL, Diana G.; SCHWARTZ, Cleonara Maria. **História das culturas escolares no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2010. v. 1.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. (org.). **Documentos de política educacional no Ceará: Império e República**. Colaboração: Delane Lima Nogueira. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO BENITO, Agustin. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

VIÑAO FRAGO, Antonio. *Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones*. **Revista Brasileira de Educação**, v. 1, n.º 0, p. 63-82, set./dez. 1995.

VIÑAO FRAGO, Antonio. *La escuela y la escolaridade como objetos históricos: facetas y problemas de la historia de la educación*. **História da Educação**, Pelotas, v. 12, p. 9-54, 2008.

VIÑAO FRAGO, Antonio. **Tiempos escolares, tempos sociales**. Barcelona: Editora Ariel, 1995.

WESTIN, Ricardo. *No Brasil Império, chegada de vírus mortal provocou negacionismo e crítica a quarentenas*. **Portal do Senado**, Brasília-DF, Edição 68, Saúde.

Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/no-brasil-imperio-chegada-de-virus-mortal-provocou-negacionismo-e-critica-a-quarentenas>. Acesso: 21 nov. 2021.

WOLSKI, Denise Theresinha Rodrigues Marques; SORAES, Maria Tereza Carneiro; BRANDT, Célia Finck. *A criação de universidades e a formação de professores de matemática no Brasil: o caso da Universidade Federal do Paraná*. In: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 9, 2012, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: UCS, 2012.

ZAGO, Nadir. *A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa*. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (org.). **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

ZILBERMAN, Regina. *Raul Pompeia, Abílio César Borges e a escola brasileira no século XIX*. **Revista Criação e Crítica**, Porto Alegre, n.º 9, p. 38-51, nov. 2012.

ZOTTI, Solange Aparecida. *O ensino secundário no Império Brasileiro: considerações sobre a função social e o currículo do Colégio D. Pedro II*. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n.º 18, p. 29-44, jun. 2005.

E) Teses e dissertações acadêmicas:

ALVES, Eva Maria Siqueira. **O Atheneu Sergipense: uma casa de educação literária examinada segundo os planos de estudos (1870-1908)**. 2005. 318 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

ALVES, Rosana Llopis. **José Veríssimo Dias de Mattos: um crítico na direção do Gymnasio Nacional: 1892-1898**. 2006. 266 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2006.

ALVES, Rosana Llopis. **Carlos de Laet: entre o magistério, a política e a fé**. 2013. 377 p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2013.

ANDRADE, Vera Lúcia Cabana de Queiroz. **Colégio Pedro II: um lugar de memória**. 1999. 289 p. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

ARRIADA, Eduardo. **A educação secundária na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: a desoficialização do ensino público**. 2007. 373 p. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2007.

BARROS, Maria da Conceição Leite e. **Castigo de dura, uma no cravo outra na ferradura: a teoria e a prática da disciplina na escola primária: fins século XIX e princípios século XX**. 2005. 205 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal, 2005.

BORGES, Angélica. **Ordem no ensino: a inspeção de professores primários na Capital do Império Brasileiro (1854-1865)**. 2008. 287f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CARDOSO, Laís de Almeida. **A infância revisitada: um estudo sobre o protagonismo infantil na literatura brasileira ao raiar do século XX**. 2017. 289 p. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CHAGAS, Flomar Ambrosina Oliveira. **A idade do livro e o silêncio da biblioteca**. 253 f. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás, 2010. Disponível em:
<http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/742/1/FLOMAR%20AMBROSINA%20OLIVEIRA%20CHAGAS.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. 1989. Tese (Doutorado em História). – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1989.

DALCIN, Talita Banck. **Os castigos corporais como práticas punitivas e disciplinadoras nas escolas isoladas do Paraná (1857-1882)**. 2005. 137 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2005.

FERRONATO, Cristiano de Jesus. **Das aulas avulsas ao Lyceu Provincial: as primeiras configurações da instrução secundária na Província da Parahyba do Norte (1836-1884)**. 279 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza A. de. **Raízes históricas do ensino secundário público na Província do Grão do Pará: o Liceu Paraense**. 168 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 1997.

GARCIA, Gilberto Vieira. **Música: o estudo, o ensino, a docência, entre formuladores e mestres (Rio de Janeiro: 1838-1899)**. 2018. 205 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

GOMES, Antonia Simone Coelho. **Templo do saber: a consagração da Escola Estadual Melo Viana em Carangola –Minas Gerais. 2002.** 194 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

LEITE, Ana Carolina dos Santos Martins. **Entre os muros da escola: análise da dimensão subjetiva do espaço escolar.** 156 f. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/bitstream/handle/19267/2/Ana%20Carolina%20Dos%20Santos%20Martins%20Leite.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2023.

MASSUNAGA, Magda Rigoud Pantoja. **O Colégio Pedro II e o ensino secundário brasileiro (1930- 1961).** 1989. 285 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989.

MIRANDA, Itacyara Viana. **Instrução, disciplina e civilização: uma perspectiva de leitura acerca das aulas públicas e particulares na Parahyba do Norte (1860-1889).** 2012. 149 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

NEVES, Leonardo dos Santos. **Organização do ensino secundário em Minas Gerais no século XIX.** 177 p. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2006.

NEVES, Maria de Fátima. **O método Lancasteriano e o Projeto de Formação disciplinar do povo (São Paulo, 1808 -1889).** 2003. 203 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, Claudia Maria da Costa Alves. **O exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império.** 2000. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

PEREIRA, Juliana Caires. **Os castigos escolares em Minas Gerais (1835-1867).** 2017. 107 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Minas Gerais, Minas Gerais, 2017.

PEREIRA, Maria José de Moraes. **Disciplina e castigo na escola: um estudo a partir da trajetória de vida de duas professoras do Ensino Fundamental**. 2000. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2000.

PIÑAS, Raquel Quirino. **Prêmio e castigo no Colégio Arquidiocesano de São Paulo (1908-1963)**. 2014. 151 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

RAZZINI, Marcia de Paulo Gregório. **O espelho da nação: a Antologia Nacional e o ensino de português e de literatura**. 2000. 452 p. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

SILVEIRA, Maria Helena Pupo. **O processo de normalização do comportamento social em Curitiba: Educação e trabalho na penitenciária do Ahú, primeira metade do século XX**. 2009. 243 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2009.

SOUZA, Carlos Eduardo Dias. **Ensinando a ser brasileiro: o Colégio Pedro II e a formação dos cidadãos na Corte Imperial (1837-1861)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2010.

SOUZA, Carlos Eduardo Dias. **A educação como prática política: formação e renovação de repertórios pedagógicos no Segundo Reinado (o Colégio Pedro II, o Ginásio Baiano e o Culto à ciência)**. 2015. 238 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SOUZA, Rita de Cássia de. **“Não premiarás, não castigarás, não ralharás”...dispositivos disciplinares em grupos escolares de Belo Horizonte (1925-1955)**. 2006. 493 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

VALDEZ, Diane. **A representação de infância nas propostas pedagógicas do Dr. Abílio Cesar Borges: o barão de Macahubas (1856-1891)**. 2006. 319 p. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

WOLFF, S. F. S. **Espaço e educação: os primeiros passos da arquitetura das escolas públicas paulistas**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, 1992.